

SÉRIE: LEGADO DOS PIONEIROS ADVENTISTAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE

DANIEL

&

APOCALIPSE

Uriah Smith



CENTRO WHITE PRESS

© 2014 Centro de Pesquisas Ellen G. White
Título do Original: “Thoughts on Daniel and the Revelation”
Escrito por Uriah Smith
Publicado em português originalmente por: Publicadora Atlântico

Centro White, Unasp-EC
Caixa Postal 11,
Engenheiro Coelho, SP
CEP: 13165-970
Telefone: (19) 3858-9033
www.CentroWhite.org.br

Segunda Edição

ISBN: 978-1-61455-021-1

Índice

Comentários de Ellen White sobre o livro.....	5
Prefácio.....	7

Daniel

Introdução a Daniel.....	11
Daniel 01 — Um Cativo na Corte Real de Babilônia.....	13
Daniel 02 — O Rei Sonha Acerca dos Impérios Mundiais.....	19
Daniel 03 — A Integridade Provada pelo Fogo.....	43
Daniel 04 — O Altíssimo Reina.....	49
Daniel 05 — A Escritura na Parede.....	55
Daniel 06 — Daniel na Cova dos Leões.....	59
Daniel 07 — A Luta pelo Domínio Mundial.....	65
Daniel 08 — O Mundo Diante do Tribunal Celestial.....	95
Daniel 09 — Uma Vara Profética Cruza os Séculos.....	123
Daniel 10 — Deus Intervém nos Negócios do Mundo.....	141
Daniel 11 — O Futuro Desdobrado.....	147
Daniel 12 — Aproxima-se o Momento Culminante da História.....	189

Apocalipse

Introdução ao Apocalipse.....	213
Apocalipse 01 — O Método Divino da Revelação Profética.....	215
Apocalipse 02 — As Cartas de Jesus às Igrejas.....	229
Apocalipse 03 — “Eis Que Estou à Porta e Bato”.....	243
Apocalipse 04 — Diante do Trono de Deus.....	257
Apocalipse 05 — O Desafio do Livro Selado.....	263
Apocalipse 06 — Os Sete Selos da Profecia São Abertos.....	271
Apocalipse 07 — O Selo do Deus Vivo.....	289
Apocalipse 08 — O Colapso do Império Romano.....	301
Apocalipse 09 — O Mundo Muçulmano na Profecia.....	313

Apocalipse 10 — A Proclamação Mundial do Segundo Advento.....	331
Apocalipse 11 — A Batalha Entre a Bíblia e o Ateísmo.....	339
Apocalipse 12 — O Desenvolvimento da Intolerância Religiosa.....	351
Apocalipse 13 — A Secular Luta Pela Liberdade Religiosa.....	359
Apocalipse 14 — A Última Advertência Divina a um Mundo Ímpio....	401
Apocalipse 15 — Preparam-se as Taças da Ira de Deus.....	439
Apocalipse 16 — Sete Pragas Devastam a Terra.....	441
Apocalipse 17 — Babilônia, a Mãe.....	455
Apocalipse 18 — Babilônia as Filhas.....	459
Apocalipse 19 — Rei dos Reis e Senhor dos Senhores.....	471
Apocalipse 20 — A Noite Milenar do Mundo.....	477
Apocalipse 21 — Um Novo Céu e Uma Nova Terra.....	487
Apocalipse 22 — Afinal Reina a Paz.....	497

Comentários de Ellen White sobre o livro

Em seus escritos, Ellen White menciona várias vezes o livro de Uriah Smith intitulado *Considerações sobre Daniel e Apocalipse* [*Thoughts on Daniel and Revelation*]:

“Há em *O Desejado de Todas as Nações, Patriarcas e Profetas, O Grande Conflito* e em ***Daniel e Apocalipse***, preciosa instrução. Esses livros devem ser considerados como de especial importância, e todo esforço deve ser feito para pô-los perante o povo”. — *Carta 229, 1903* (Ellen G. White, *O Colportor Evangelista*, p. 123).

“A luz dada foi que ***Daniel e Apocalipse*** [*Thoughts on Daniel and the Revelation*], *O Grande Conflito e Patriarcas e Profetas* se venderiam. Eles contêm exatamente a mensagem de que o povo necessita, a luz especial que Deus deu a Seu povo. Os anjos de Deus preparariam o caminho para estes livros no coração do povo”. — *Special Instruction Regarding Royalties, 7, 1899* (Ellen G. White, *O Colportor Evangelista*, p. 123).

“***Daniel e Apocalipse***, *O Grande Conflito, Patriarcas e Profetas*, e *O Desejado de Todas as Nações* deviam agora ir ao mundo. A grandiosa instrução contida em *Daniel e Apocalipse* tem sido avidamente lida por muitos na Austrália. Este livro tem sido o instrumento em trazer muitas preciosas almas a um conhecimento da verdade. Tudo o que pode ser feito deve ser feito a fim de circular *Considerações sobre Daniel e Apocalipse*. Não conheço outro livro que possa tomar o lugar deste. É a mão ajudadora de Deus”. — *Manuscrito 76, 1901* (Ellen G. White, *The Publishing Ministry*, p. 356).

Prefácio

Ao publicar este livro, os editores creem prestar um grande serviço a seus leitores.

A obra é dedicada em sua maioria a rastrear na história a maneira admirável como Deus tratou no passado às nações e aos homens notáveis em cumprimento das grandes profecias da Bíblia, especialmente nos acontecimentos atuais que tanto significam para todo homem e mulher.

Ninguém pode viver num tempo como o nosso sem conhecer as questões vitais que Deus teve por bem revelar a nosso entendimento nesta época de pressa. Estas questões encerram consequências eternas para toda alma.

O autor deste livro, viveu e escreveu enquanto o cenário de ação era ocupado pela geração que antecedeu à nossa, e seguiu o estilo literário e polêmico daqueles tempos. Mas sua interpretação da profecia e as doutrinas de verdade que estabeleceu por um intenso estudo das Escrituras, têm suportado o teste do tempo e do escrutínio diligente dos estudantes da Bíblia. Em verdade, tem suportado tão eficazmente que foram consideradas dignas de serem perpetuadas em uma edição revisada, que, dentro do nova moldura de nossa própria época, temos a grata satisfação de disponibilizar aqui.

Os redatores não pouparam nenhum esforço para simplificar e esclarecer a apresentação da verdade na clara e convincente linguagem do autor, a fim de verificar todas as fontes históricas e exegéticas por ele citadas, e, em alguns casos notáveis, reforçar seu ensino com novas evidências que o irmão Smith não dispunha no momento que produziu sua obra original. Procuram também dar, à interpretação profética, o peso adicional do significado tão obviamente perceptível nos eventos políticos, sociais e religiosos, que exigem nossa atenção nestes momentos culminantes da era cristã. Convida-se animosamente a todo leitor sincero que preste uma consideração reflexiva e imparcial a estes temas de vital importância.

OS EDITORES.

Daniel

Introdução a Daniel

Já não há razão para duvidar que o livro de Daniel foi escrito pela pessoa pela qual o livro é intitulado. Ezequiel, um dos contemporâneos de Daniel, dá testemunho, mediante o espírito de profecia, de sua piedade e retidão, colocando-o ao nível de Noé e Jó: “Ou se eu enviar a peste sobre essa terra e derramar o Meu furor sobre ela com sangue, para eliminar dela homens e animais, tão certo como eu vivo, diz o SENHOR Deus, ainda que Noé, Daniel e Jó estivessem no meio dela, não salvariam nem a seu filho nem a sua filha; pela sua justiça salvariam apenas a sua própria vida” (Ezequiel 14:19, 20). Do que diz o mesmo autor se depreende que já nessa época era proverbial a sabedoria de Daniel. O Senhor lhe ordenou dizer essas palavras ao rei de Tiro: “Sim, és mais sábio que Daniel, não há segredo algum que se possa esconder de ti” (Ezequiel 28:3). Mas acima de tudo, o Senhor Jesus reconheceu Daniel como profeta de Deus, e ordenou que Seus discípulos entendessem as predições feitas por meio dele para o benefício de Sua igreja: “Quando, pois, virdes o abominável da desolação de que falou o profeta Daniel, no lugar santo (quem lê, entenda), então, os que estiverem na Judeia fujam para os montes” (Mateus 24:15, 16).

Muito embora tenhamos um relato mais detalhado da primeira parte da vida de Daniel do que o registro de qualquer outro profeta, seu nascimento e sua linhagem são completamente deixados em obscuridade; e só sabemos que ele era da linhagem real, provavelmente da casa de Davi, que nesse tempo se tornara muito numerosa. Daniel se apresenta a princípio de seu livro como um dos nobres cativos de Judá, levados a Babilônia no início dos setenta anos do cativeiro, em 606 a.C. Ezequiel começou seu ministério pouco depois e, um pouco mais tarde, Obadias; mas todos estes concluíram sua obra anos antes da conclusão da longa e brilhante carreira de Daniel. Apenas três profetas o sucederam: Ageu e Zacarias, que exerceram o ofício profético contemporaneamente, por um breve período, de 520-518 a.C., e Malaquias, o último dos profetas do Antigo Testamento, que floresceu brevemente, por volta de 397 a.C.

Durante os setenta anos de cativeiro dos judeus, de 606 a 536 a.C., predito por Jeremias (Jeremias 25:11), Daniel residiu na corte de Babilônia, na maior parte do tempo como primeiro-ministro daquela monarquia. Sua vida nos oferece a mais impressionante lição da importância e vantagem de manter, logo desde o início da juventude, estrita integridade para com Deus, e fornece notável exemplo de um homem que manteve elevada piedade e cumpriu fielmente todos os deveres pertinentes ao serviço de Deus, ocupando-se ao mesmo tempo nas mais agitadas atividades, e desempenhando-se nos mais pesados encargos e responsabilidades que possam cair sobre os homens nesta vida terrena.

Que repreensão sua conduta contém para muitos nos dias atuais, que não têm, como Daniel, um centésimo dos encargos a lhes absorver o tempo e ocupar a atenção, e entretanto procuram desculpar sua total negligência dos deveres cristãos, com a declaração de não terem tempo para cumpri-los! Que dirá a tais pessoas o Deus de Daniel, quando Ele vier recompensar Seus servos imparcialmente, de acordo com o aproveitamento ou negligência, por parte deles, das oportunidades que lhes foram oferecidas?

Mas o que perpetua a lembrança de Daniel e honra o seu nome, não é nem principalmente sua ligação com a monarquia caldaica. Do alto de sua glória ele viu aquele reino declinar e passar a outras mãos. Tão breve foi a supremacia de Babilônia e transitória sua glória, que o período de maior prosperidade do reino esteve compreendido nos limites do tempo de vida de um homem. Mas a Daniel foram conferidas mais duradouras honrarias. Embora amado e honrado pelos príncipes e potentados de Babilônia, desfrutou exaltação infinitamente mais elevada ao ser amado e honrado por Deus e Seus santos anjos ao ser admitido a conhecer os conselhos do Altíssimo.

Sua profecia é, em muitos aspectos, a mais notável de todas as profecias contida no Livro Sagrado. É a mais abrangente. Foi a primeira profecia a dar uma história em sequência do mundo desde aquela época até o fim. Situou a maior parte de suas predições dentro de períodos proféticos bem definidos, embora atingindo muitos séculos no futuro. Daniel ofereceu a primeira profecia cronológica definida da vinda do Messias. Tão precisamente assinalou a data desse evento, que os judeus chegaram a proibir qualquer tentativa de interpretar-lhe os números, pois essa profecia lhes deixa sem escusas ao rejeitarem a Cristo. De fato, as minuciosas e literais predições de Daniel se haviam cumprido com tanta exatidão até a época de Porfírio, 250 d.C., que este filósofo declarou que as predições não foram escritas na época de Babilônia, mas após o transcurso dos acontecimentos. Esta foi a única saída que pôde conceber para seu precipitado ceticismo. Porém este evasiva já não é possível; porque cada século sucessivo tem trazido mais evidência de veracidade da profecia, e exatamente agora, estamos nos aproximando do clímax de seu cumprimento.

A história pessoal de Daniel nos leva a uma data alguns anos posterior à derrocada do reino de Babilônia pelos medos e persas. Supõe-se que Daniel tenha morrido em Susã, capital da Pérsia, por volta do ano 530 a.C., na idade aproximada de noventa e quatro anos; e sua idade foi provavelmente a razão de ele não ter voltado a Jerusalém com outros cativos hebreus, na proclamação de Ciro (Esdras 1:1), em 536 a.C., que marcou o fim do cativeiro de setenta anos.

Daniel 01 — Um Cativo na Corte Real de Babilônia

VERSÍCULOS 1, 2: “No ano terceiro do reinado de Jeoaquim, rei de Judá, veio Nabucodonosor, rei de Babilônia, a Jerusalém, e a sitiou.”

Com a precisão característica dos escritores sacros, Daniel entra imediatamente no assunto. Inicia seu livro no estilo simples, histórico. Os primeiros seis capítulos, exceto na profecia do capítulo 2, têm caráter narrativo. Com o capítulo 7 começa a parte profética do livro.

O cerco de Jerusalém — Como pessoa cônica de dizer somente verdade bem conhecida, ele passa logo a apresentar uma série de detalhes capazes de comprovar sua exatidão. A queda de Jerusalém aqui mencionada fora predita por Jeremias, e ocorreu em 606 a.C. (Jeremias 25:8-11). Jeremias, situa este cativo no quarto ano de Jeoaquim; Daniel, no terceiro. Esta aparente discrepância fica explicada pelo fato de que Nabucodonosor começou sua expedição quase no fim do terceiro ano de Jeoaquim, que é o ponto do qual Daniel inicia seu cômputo. Mas o rei não conseguiu subjugar completamente Jerusalém até mais ou menos o nono mês do ano seguinte, que é o que Jeremias usa em seu cômputo. Jeoaquim, embora preso ao ser conduzido a Babilônia, humilhou-se, e lhe foi dado ficar como governador de Jerusalém, vassalo do rei de Babilônia.

Foi essa a primeira vez que Jerusalém foi tomada por Nabucodonosor. Posteriormente, duas vezes seguidas a cidade, tendo-se revoltado, foi capturada pelo mesmo rei, sendo que o rei tornou a se apoderar dela, e cada vez a tratou com mais severidade. A segunda queda foi durante o reinado de Joaquim, filho de Jeoaquim, e então foi quando todos os vasos sagrados foram tomados e destruídos e os melhores habitantes foram levados cativos com o rei. A terceira se produziu sob Zedequias, quando a cidade sofreu seu mais terrível cerco, durante o qual os habitantes da cidade sofreram todos os horrores da fome. Finalmente, a guarnição e o rei, tentando escapar da cidade, foram capturados pelos caldeus. Estes mataram os filhos do rei em sua presença, lhe arrancaram os olhos, e ele foi levado para Babilônia. Assim se cumpriu a predição de Ezequiel, a saber, que ele seria levado a Babilônia e ali morreria, mesmo sem ver o lugar (Ezequiel 12:13). Nessa ocasião a cidade e o templo foram completamente destruídos, e toda a população da cidade, com exceção de alguns lavradores, foi levada cativa para Babilônia, em 586 a.C.

Foi assim como Deus testemunhou contra o pecado, não porque favorecesse os caldeus, mas Deus os utilizou para castigar as iniquidades do Seu povo. Se os israelitas tivessem sido fiéis a Deus e guardado Seu sábado, Jerusalém teria permanecido para sempre (Jeremias 17:24, 27). Mas se afastaram dEle, e Ele

os abandonou. Profanaram os vasos sagrados, introduzindo ídolos no templo; e portanto, Deus permitiu que esses vasos fossem profanados da pior maneira e os deixou ir como troféus ao templos pagãos no estrangeiro.

Cativos hebreus em Babilônia — Durante esses dias de angústia e aflição sobre Jerusalém, Daniel e seus companheiros foram alimentados e instruídos no palácio do rei de Babilônia. Embora fossem cativos em terra estranha, estavam, sob certos aspectos, sem dúvida em melhor situação do que se tivessem ficado em seus país natal.

VERSÍCULOS 3-5: “Disse o rei a Aspenaz, chefe dos seus eunucos, que trouxesse alguns dos filhos de Israel, tanto da linhagem real como dos nobres, jovens sem nenhum defeito, de boa aparência, instruídos em toda a sabedoria, doutos em ciência, versados no conhecimento e que fossem competentes para assistirem no palácio do rei e lhes ensinasse a cultura e a língua dos caldeus. Determinou-lhes o rei a ração diária, das finas iguarias da mesa real e do vinho que ele bebia, e que assim fossem mantidos por três anos, ao cabo dos quais assistiriam diante do rei.”

Achamos aqui registrado o provável cumprimento da predição do profeta Isaías ao rei Ezequias, mais de cem anos antes. Quando este rei, deixando-se dominar pela vanglória, mostrou aos mensageiros do rei de Babilônia, os tesouros e coisas santas do seu palácio e do reino, o profeta lhe disse que todas essas boas coisas seriam levadas como troféus para a cidade de Babilônia, e que até seus próprios filhos, seus descendentes, seriam levados para lá e seriam eunucos no palácio do rei (2 Reis 20:14-18).

A palavra “jovens”, aplicada a esses cativos, não deve restringir-se ao sentido lhe atribuem os que a traduzem por meninos. Incluía aí os jovens. E pelo relato sabemos que esses jovens já deviam estar “instruídos em toda a sabedoria, doutos em ciência, e versados no conhecimento, e que fossem competentes para assistirem no palácio do rei.” Em outras palavras, já tinham adquirido uma boa instrução, e suas faculdades físicas e mentais estavam desenvolvidas a tal ponto que um habilidoso conhecedor da natureza humana podia formar uma ideia bastante exata da capacidade deles. Calcula-se que deviam ter de dezoito a vinte anos de idade.

O tratamento que esses cativos hebreus receberam, nos dá um exemplo da sábia política e da liberalidade do progressista rei Nabucodonosor. Em vez de escolher instrumentos para satisfazer os desejos mais vis, como o fizeram muitos reis posteriores, ele escolheu jovens que deveriam ser educados em todos os assuntos pertinentes ao reino, para que lhe pudessem prestar eficiente ajuda na administração de seus negócios. Designou-lhes uma provisão diária de sua própria comida e bebida. Em vez da alimentação grosseira que muitos considerariam suficientemente boa para cativos, ofereceu-lhes suas próprias iguarias reais. Durante três anos tiveram todas as vantagens que o reino proporcionava.

Embora cativos, eles eram descendentes reais, e como tais foram tratados pelo humanitário rei dos caldeus.

VERSÍCULOS 6, 7: “Entre eles, se achavam, dos filhos de Judá, Daniel, Hananias, Misael e Azarias. O chefe dos eunucos lhes pôs outros nomes, a saber: a Daniel, o de Beltessazar; a Hananias, o de Sadraque; a Misael, o de Mesaque; e a Azarias, o de Abede-Nego.”

Novos nomes para Daniel e seus companheiros — Esta mudança de nomes se fez provavelmente por causa do significado das palavras. Em hebraico Daniel significava “Deus é o meu juiz”; Hananias, “dom do Senhor”; Misael, “que é o que Deus é”; e Azarias, “a quem Deus ajuda”. Uma vez que estes nomes se referiam ao Deus verdadeiro e tinham certa relação com o Seu culto, foram trocados por nomes cuja definição os vinculasse às divindades pagãs e ao culto dos caldeus. Assim Beltessazar, o nome dado a Daniel, significa “príncipe de Bel”; Sadraque, “Servo de Sin” (deus da lua); Mesaque, “quem é como Aku” (Aku era o equivalente sumério de Sin, isto é, era outro nome do deus da lua); e Abede-Nego significava “servo de Nebo”.

VERSÍCULOS 8-16: “Resolveu Daniel, firmemente, não contaminar-se com as finas iguarias do rei, nem com o vinho que ele bebia; então, pediu ao chefe dos eunucos que lhe permitisse não contaminar-se. Ora, Deus concedeu a Daniel misericórdia e compreensão da parte do chefe dos eunucos. Disse o chefe dos eunucos a Daniel: Tenho medo do meu senhor, o rei, que determinou a vossa comida e a vossa bebida; por que, pois, veria ele o vosso rosto mais abatido do que o dos outros jovens da vossa idade? Assim, poríeis em perigo a minha cabeça para com o rei. Então, disse Daniel ao cozinheiro-chefe, a quem o chefe dos eunucos havia encarregado de cuidar de Daniel, Hananias, Misael e Azarias: Experimenta, peço-te, os teus servos dez dias; e que se nos deem legumes a comer e água a beber. Então, se veja diante de ti a nossa aparência e a dos jovens que comem das finas iguarias do rei; e, segundo vires, age com os teus servos. Ele atendeu e os experimentou dez dias. No fim dos dez dias, a sua aparência era melhor; estavam eles mais robustos do que todos os jovens que comiam das finas iguarias do rei. Com isto, o cozinheiro-chefe tirou deles as finas iguarias e o vinho que deviam beber e lhes dava legumes.”

Neste relato vemos Nabucodonosor admiravelmente isento de fanatismo. Não parece ter empregado nenhum meio de impor a seus reais cativos uma mudança de religião. Era-lhe suficiente que tivessem uma religião, fosse a religião que ele professava ou outra. Embora seus nomes tivessem sofrido mudanças indicativas de ligação com o culto pagão, pode ser que essas mudanças visassem mais evitar o uso de nomes judaicos pelos caldeus do que para indicar qualquer mudança de sentimento ou prática daqueles que receberam esses nomes.

A alimentação de Daniel — Daniel se propôs não se contaminar com a comida do rei nem com o seu vinho. Este procedimento de Daniel tinha outras razões além do efeito de tal regime sobre seu organismo, embora sem dúvida fosse beneficiar muito a alimentação que ele se propunha adotar. Os

reis e príncipes das nações pagãs geralmente eram os sumos sacerdotes de sua religião, e com frequência o alimento que iam usar era primeiramente oferecido em sacrifício aos ídolos, e derramada em libação perante estes uma parte do vinho que usavam. Além disso, certas carnes consumidas pelos caldeus tinham sido declaradas imundas pela lei judaica. Por qualquer destes motivos Daniel não poderia ser coerente com sua religião e servir-se desses artigos. Por isso respeitosamente fez seu pedido ao funcionário adequado que, por escrúpulos religiosos, o permitissem evitar contaminar-se.

O príncipe dos eunucos temia conceder o que Daniel pedia, pois o próprio rei havia indicado qual deveria ser a comida de Daniel e seus companheiros. Isso demonstra o interesse pessoal do rei por aqueles cativos. Parece que queria sinceramente vê-los alcançar o máximo desenvolvimento físico e mental possível de alcançarem. Quão longe estava do fanatismo e tirania que predominavam supremos no coração dos que dos que estão revestidos de poder absoluto! No caráter de Nabucodonosor achamos muitas coisas merecedoras de nossa mais alta admiração.

É interessante notar o que estava incluído no pedido de Daniel com respeito à sua alimentação. A palavra hebraica *zeroim*, aqui traduzida por “legumes”, é constituída pela mesma raiz da palavra “semente” usada no relato da criação, onde se menciona “toda erva que dá *semente*”, e também o fruto da árvore que dá *semente*” (Gênesis 1:29). Isso indica claramente que o pedido de Daniel incluía cereais, legumes e frutas. Ademais, se entendemos corretamente Gênesis 9:3, as “ervas” estavam incluídas na alimentação solicitada. Em outras palavras, o menu que Daniel pediu e recebeu era formado de cereais, legumes, frutas, nozes e verduras, quer dizer, uma dieta vegetariana variada, acompanhada da bebida universal para o homem e os animais: a água pura.

A *Bíblia Anotada de Cambridge* contém esta nota sobre *zeroim*: “Alimentação vegetal em geral; não há razão para crer que a palavra hebraica usada se limita às leguminosas como feijões e ervilhas, designadas apropriadamente por “legumes””.

Gesênio dá esta definição: “Sementes, ervas, verduras, vegetais; quer dizer, alimento vegetal como o que se consome se faz meio jejum, em oposição a carnes e iguarias mais delicadas”.

Tendo obtido resultado favorável à prova com essa alimentação, permitiu-se a Daniel e seus companheiros seguir esse regime em todo o curso de seu preparo para os deveres palacianos.

VERSÍCULOS 17-21: “Ora, a estes quatro jovens Deus deu o conhecimento e a inteligência em toda cultura e sabedoria; mas a Daniel deu inteligência de todas as visões e sonhos. Vencido o tempo determinado pelo rei para que os trouxessem, o chefe dos eunucos os trouxe à presença de Nabucodonosor. Então, o rei falou com eles; e, entre todos, não foram achados outros como Daniel, Hananias, Misael e Azarias; por isso, passaram a assistir diante do rei. Em toda matéria de sabedoria e de inteligência sobre que o rei lhes

fez perguntas, os achou dez vezes mais doutos do que todos os magos e encantadores que havia em todo o seu reino. Daniel continuou até ao primeiro ano do rei Ciro.”

Depois de estudar três anos — Parece que só a Daniel foi confiado o entendimento de visões e sonhos. Mas o modo como Deus tratou a Daniel neste particular não prova que seus companheiros fossem menos apreciados que ele. Pela proteção que tiveram na fornalha de fogo receberam uma prova igualmente boa do favor divino. Daniel tinha provavelmente algumas qualidades naturais que o tornavam especialmente idôneo para essa obra especial.

O rei continuou a manter por aqueles jovens o mesmo interesse pessoal que até então manifestara. No fim dos três anos mandou chamá-los para uma entrevista pessoal com eles. Precisava saber por si mesmo como tinham passado e que progresso tinham feito. Esta entrevista nos revela também que o rei era homem versado em todas as artes e ciências dos caldeus, pois do contrário não estaria qualificado para examinar a outros nesse aspecto. Apreciando o mérito onde quer que o encontrasse, sem atentar para religião ou nacionalidade, reconheceu que eles eram dez vezes superiores a qualquer pessoa de seu próprio país.

Acrescenta-se que “Daniel continuou até ao primeiro ano do rei Ciro”.

Daniel 02 — O Rei Sonha

Acerca dos Impérios Mundiais

VERSÍCULO 1: “No segundo ano do reinado de Nabucodonosor, teve este um sonho; o seu espírito se perturbou, e passou-se-lhe o sono.”

Daniel foi levado cativo no primeiro ano de Nabucodonosor. Esteve três anos sob a tutela de instrutores, e naturalmente nesse tempo não foi contado entre os sábios do reino nem tomou parte nos negócios públicos. Contudo, no segundo ano de Nabucodonosor produziram-se as circunstâncias relatadas neste capítulo. Como, então, Daniel pôde ser levado a interpretar o sonho do rei no segundo ano? A explicação consiste no fato de que Nabucodonosor foi co-regente com seu pai Nabopolassar durante dois anos. Os judeus contavam o início do reinado no começo desses dois anos, ao passo que os caldeus o contavam deste o momento em que começou a reinar sozinho, quando da morte de seu pai. Daí ser o ano aqui mencionado o segundo ano de seu reinado na contagem dos caldeus e o quarto na dos judeus. Parece, pois, que logo no ano seguinte após Daniel terminar sua preparação para tomar parte nos negócios do império caldeu, a providência de Deus fez com que seu jovem servo se notabilizasse repentinamente em todo o reino.

VERSÍCULO 2: “Então, o rei mandou chamar os magos, os encantadores, os feiticeiros e os caldeus, para que declarassem ao rei quais lhe foram os sonhos; eles vieram e se apresentaram diante do rei.”

Os sábios do rei fracassam — Os magos praticavam a magia, tomando-se esta palavra em seu pior sentido, isto é, praticavam todos os ritos supersticiosos e cerimônias de adivinhos, prognosticadores, lançadores de sorte e leitores de horóscopo, e outras pessoas da mesma espécie. Os Astrólogos eram os que afirmavam predizer acontecimentos pelo estudo dos astros. A ciência ou superstição da astrologia era extensamente cultivada pelas nações orientais da antiguidade. Feiticeiros eram os que diziam comunicar-se com os mortos. Este é o sentido que a palavra “feiticeiro” é na maioria das vezes empregada nas Escrituras. O moderno espiritismo é simplesmente a antiga feitiçaria pagã reavivada. Os caldeus aqui mencionados eram uma seita de filósofos semelhantes aos magos e astrólogos que se dedicavam ao estudo de ciências naturais e adivinhações. Todas essas seitas ou profissões infestavam Babilônia. O fim que cada uma buscava era o mesmo: explicar os mistérios e predizer acontecimentos, sendo a principal diferença entre elas os meios pelos quais procuravam alcançar seu objetivo. A dificuldade do rei situava-se por igual na esfera de explicação de cada uma dessas

profissões; por isso ele convocou a todas. Para o rei era uma questão importante. Estava muito perturbado, e por isso concentrou toda a sabedoria do seu reino na solução de sua perplexidade.

VERSÍCULOS 3-4: Disse lhes o rei: Tive um sonho; e para sabê-lo está perturbado o meu espírito. Os caldeus disseram ao rei em aramaico: Ó rei, vive eternamente! Dize o sonho a teus servos, e daremos a interpretação.

Qualquer que seja outra matéria em que os antigos magos e astrólogos tenham sido eficientes, não há dúvida que dominavam a arte de extrair informações suficientes para formar a base de hábeis cálculos ou de formular suas respostas com tal ambiguidade que se aplicassem a qualquer rumo que tomassem os acontecimentos. No caso em apreço, fiéis aos seus astutos instintos, pediram ao rei que lhes desse a conhecer o sonho. Se pudessem obter plena informação sobre o sonho, não lhes seria difícil concordar em alguma interpretação que não lhes pusesse em perigo a reputação. Dirigiram-se ao rei em siríaco ou aramaico, dialeto caldeu que as classes educadas e cultas usavam. Desse ponto até o fim do capítulo 7, o relato continua na língua caldaica, falada pelo rei.

VERSÍCULOS 5-13: Respondeu o rei e disse aos caldeus: Uma cousa é certa. Se não me fizerdes saber o sonho e a sua interpretação, sereis despedaçados, e as vossas casas serão feitas monturo, mas se me declarardes o sonho e a sua interpretação, receberéis de mim dádivas, prêmios e grandes honras; portanto declarai-me o sonho e a sua interpretação. Responderam segunda vez, e disseram: Diga o rei o sonho a seus servos, e lhe daremos a interpretação. Tornou o rei, e disse: Bem percebo que quereis ganhar tempo, porque vedes que o que eu disse está resolvido, isto é: Se não me fazeis saber o sonho, uma só sentença será vossa, pois combinastes palavras mentirosas e perversas para as proferirdes na minha presença, até que se mude a situação; portanto dizei-me o sonho, e saberei que me podeis dar-lhe a interpretação. Responderam os caldeus na presença do rei e disseram: Não há mortal sobre a terra que possa revelar o que o rei exige; pois jamais houve rei, por grande e poderoso que tivesse sido, que exigiu semelhante cousa de algum mago, encantador ou caldeu. A cousa que o rei exige é difícil, e ninguém há que a possa revelar diante do rei, senão os deuses, e estes não moram com os homens. Então o rei muito se irou e enfureceu, e ordenou que matassem a todos os sábios de Babilônia. Saiu o decreto, segundo o qual deviam ser mortos os sábios; e buscaram a Daniel e aos seus companheiros, para que fossem mortos.

Estes versículos contêm o relato da desesperada luta entre os magos e o rei; os primeiros buscavam uma via de escape, visto que foram apanhados em seu próprio terreno; o rei, firme na determinação de que eles lhe fizessem conhecer o sonho, o que não era mais do que ele podia esperar daquela profissão.

Alguns têm censurado severamente a Nabucodonosor nesta questão, e o acusam de agir como tirano cruel e irracional. Mas o que esses magos se diziam capazes de fazer? Revelar coisas ocultas; predizer acontecimentos; tornar

conhecidos mistérios que superavam inteiramente a previsão e penetração humana; e fazer isso com a ajuda de agentes sobrenaturais. Não era, pois, injusto Nabucodonosor exigir que lhe dessem a conhecer seu sonho. Ao declararem que ninguém podia revelar a questão ao rei senão os deuses cuja morada não era com a carne, tacitamente reconheceram que não tinham comunicação com esses deuses, e nada sabiam além do que a sabedoria e o discernimento humanos pediam oferecer. “Por isso o rei se irou e muito se enfureceu.” Viu que ele e todo o seu povo eram vítimas de engano constante. Embora não possamos justificar as medidas extremas ao ponto de decretar sua morte e destruição das casas, sentimos simpatia para com ele e a condenação que proferiu contra esse tipo de impostores. O rei não podia tolerar a desfaçatez e o engano.

VERSÍCULOS 14-18: Então Daniel falou avisada e prudentemente a Arioque, chefe da guarda do rei, que tinha saído para matar os sábios de Babilônia. E disse a Arioque, encarregado do rei: Porque é tão severo o mandado do rei? Então Arioque explicou o caso a Daniel. Foi Daniel ter com o rei e lhe pediu designasse o tempo, e ele revelaria ao rei a interpretação, Então Daniel foi para casa, e fez saber o caso a Hananias, Misael e Azarias, seus companheiros, para que pedissem misericórdia ao Deus do céu, sobre este mistério, a fim de que Daniel e seus companheiros não perecessem, com o resto dos sábios de Babilônia.

Daniel vai em seu auxílio — Nesta narração vemos a providência de Deus operando em vários detalhes notáveis. Graças a ela, o sonho do rei lhe deixou tão poderosa impressão na mente que o levou a tamanha ansiedade, e contudo, não pôde lembrar-se do que havia sonhado. Isso desmascarou completamente o falso sistema dos magos e outros mestres pagãos. Quando solicitados a tornarem conhecido o sonho, verificou-se que não podiam fazer aquilo de que se declaravam plenamente capazes.

É notável que Daniel e seus companheiros, pouco antes declarados pelo rei dez vezes melhores que todos os magos e astrólogos, não fossem consultados no caso. Mas isso foi providencial. Assim como o rei esqueceu o sonho, viu-se inexplicavelmente impedido de recorrer a Daniel para a solução do mistério. Se tivesse inicialmente pedido a Daniel e este imediatamente desse a conhecer o assunto, os magos não teriam sido provados. Mas Deus queria dar a primeira oportunidade aos sistemas pagãos dos caldeus. Queria deixar que tentassem, falhassem vergonhosamente e confessassem sua total incompetência, mesmo sob pena de morte, para que estivessem mais bem preparados para reconhecer Sua intervenção quando Ele finalmente manifestasse o poder em favor de Seus servos cativos, para honra de Seu nome.

Parece que Daniel obteve a primeira informação do assunto quando os executores chegaram para prendê-lo. Ao ver assim em perigo sua vida, sentiu-se induzido a implorar de todo o coração que o Senhor operasse para livrar os Seus servos. Daniel obteve o que pediu ao rei, a saber, tempo para considerar o assunto, privilégio que provavelmente nenhum dos magos conseguiria, pois o rei

já os havia acusado de preparar palavras mentirosas e corruptas, e de procurarem ganhar tempo para este objetivo. Daniel dirigiu-se imediatamente aos seus três companheiros e pediu-lhes que se unissem a ele para rogarem misericórdia ao Deus do céu acerca desse segredo. Poderia ter orado sozinho, e sem dúvida teria sido ouvido. Mas então, como agora, há poder prevalecente na união do povo de Deus; e a dois ou três que se unem num pedido, é feita a promessa de lhes ser concedido o que pediram (Mateus 18:19, 20).

VERSÍCULOS 19-23: Então, foi revelado o mistério a Daniel numa visão de noite; Daniel bendisse o Deus do céu. Disse Daniel: Seja bendito o nome de Deus, de eternidade a eternidade, porque dele é a sabedoria e o poder; é ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos inteligentes. Ele revela o profundo e o escondido; conhece o que está em trevas, e com ele mora a luz. A ti, ó Deus de meus pais, eu te rendo graças e te louvo, porque me deste sabedoria e poder; e, agora, me fizeste saber o que te pedimos, porque nos fizeste saber este caso do rei.

Não somos informados se a resposta chegou enquanto Daniel e seus companheiros ainda proferiam suas orações a Deus, mas foi numa visão noturna que Deus Se revelou em favor deles. As palavras “visão noturna” significam qualquer coisa vista, seja em sonhos ou em visão.

Daniel imediatamente louvou a Deus por Seu misericórdia; e embora sua oração não foi conservada, seu efusivo agradecimento ficou plenamente registrado. Deus é honrado com nosso louvor pelas coisas que Ele tem feito por nós, bem como quando em oração reconhecemos nossa necessidade de Sua ajuda. Sirva-nos de exemplo a conduta de Daniel neste aspecto. Que nenhuma graça recebida da mão de Deus deixe de ter o devido retorno de ação de graças e louvor. No ministério de Cristo na Terra, não purificou Ele dez leprosos, e só um voltou para Lhe agradecer? “Onde estão os nove?”, perguntou Jesus (Lucas 17:17).

Daniel tinha a máxima confiança no que lhe havia sido mostrado. Não foi primeiro ter com o rei, para ver se o que lhe fora revelado era de veras o sonho do rei, mas imediatamente louvou a Deus por haver respondido a sua oração.

Embora o assunto foi revelado a Daniel, este não atribuiu a si mesmo a honra como se tivesse recebido a resposta graças apenas a suas orações, mas imediatamente associou seus companheiros, e reconheceu que tanto foi uma resposta às orações deles como às suas. Era, disse Daniel, “o que te *pedimos*, porque nos fizeste saber este caso do rei.”

VERSÍCULO 24: Por isso Daniel foi ter com Arioque, ao qual o rei tinha constituído para exterminar os sábios de Babilônia; entrou, e lhe disse: Não mates os sábios de Babilônia; introduze-me na presença do rei, e revelarei ao rei a interpretação.

A primeira súplica de Daniel foi em favor dos sábios de Babilônia, “Não os destruas, pois o segredo do rei foi revelado”, pediu ele. Na verdade, não fora

por mérito deles ou de seus sistemas pagãos de adivinhação. Eles eram tão dignos de condenação como antes. Mas sua confissão de total impotência no caso lhes foi humilhação suficiente, e Daniel desejava que em certa medida participassem dos benefícios que ele obtinha e salvar-lhes a vida. Salvaram-se porque havia entre eles um homem de Deus. É sempre assim. Por causa de Paulo e Silas ficaram vivos todos os prisioneiros que estavam com eles. Atos 16:26. Por amor de Paulo, foi salva a vida de todos os que com ele navegavam. Atos 27:24. Com frequência os ímpios são beneficiados pela presença dos justos. Bom seria que se lembrassem das obrigações que isso lhes traz.

O que salva o mundo hoje? Por amor de quem ele ainda é poupado? Por amor dos poucos justos que ainda restam. Se estes desaparecerem, por quanto tempo os ímpios poderão prosseguir em sua carreira culpável? Não por prazo maior que o dos antediluvianos, depois de Noé ter entrado na arca, ou dos sodomitas, depois de Ló se ausentar de sua contaminadora presença. Se apenas dez pessoas justas pudessem ter sido encontradas em Sodoma, por causa delas a multidão de seus ímpios habitantes teria sido poupada. Mesmo assim os ímpios desprezam, ridicularizam e oprimem os mesmos por cuja causa lhes é permitido continuar desfrutando a vida e todas as suas bênçãos.

VERSÍCULO 25: Então Arioque depressa introduziu Daniel na presença do rei, e lhe disse: Achei um dentre os filhos dos cativos de Judá, o qual revelará ao rei a interpretação.

É constante característica de ministros e cortesãos buscar o agrado de seu soberano. Assim Arioque se apresenta aqui como tendo achado um homem capaz de dar a desejada interpretação, como se, com grande dedicação tivesse estado a buscar, em benefício do rei, alguém para resolver-lhe a dificuldade e por fim a tivesse encontrado. Para não se deixar enganar pelo seu principal verdugo, bastava ao rei lembrar-se, como provavelmente se lembrou, de sua entrevista com Daniel e a promessa deste de mostrar a interpretação do sonho se lhe fosse dado tempo (versículo 16).

VERSÍCULOS 26-28: Respondeu o rei e disse a Daniel, cujo nome era Beltessazar: Podes tu fazer-me saber o que vi no sonho e a sua interpretação? Respondeu Daniel na presença do rei e disse: O mistério que o rei exige, nem encantadores, nem magos nem astrólogos o podem revelar ao rei; mas há um Deus no céu, o qual revela os mistérios, pois fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias. O teu sonho e as visões da tua cabeça, quando estavas no teu leito, são estas:

“Podes tu fazer-me saber o que vi no sonho?” foram as palavras de dúvida com que o rei saudou a Daniel quando este chegou à sua presença. Apesar de Daniel já lhe ser conhecido, o rei parece ter duvidado da capacidade de um homem tão jovem e inexperiente para elucidar uma questão que derrotara completamente os anciãos e veneráveis magos e prognosticadores. Daniel declarou simplesmente que os sábios, os astrólogos, adivinhadores e magos não

podiam revelar este segredo. Isso estava fora da capacidade deles. Portanto, o rei não devia irar-se contra eles nem confiar em suas vãs superstições. O profeta então passou a falar do Deus verdadeiro, que rege os céus e é o único revelador de segredos. Ele, disse Daniel, é que “fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias”.

VERSÍCULOS 29-30: Estando tu, ó rei, no teu leito, surgiram-te pensamentos a respeito do que há de ser depois disto. Aquele, pois, que revela mistérios te revelou o que há de ser. E a mim me foi revelado este mistério, não porque haja em mim mais sabedoria do que em todos os viventes, mas para que a interpretação se fizesse saber ao rei, e para que entendesses as cogitações da tua mente.

Aqui é realçado outro traço de caráter louvável de Nabucodonosor. Em contraste com outros príncipes, que enchem o momento presente com loucuras e orgias sem considerar o futuro, o rei refletia sobre os dias vindouros e desejava ansiosamente saber que acontecimentos os haveriam de preencher. Em parte por esse motivo Deus lhe deu este sonho, que devemos considerar um sinal do favor divino para com o rei. No entanto, Deus não quis operar em favor do rei independentemente do Seu próprio povo. Embora desse o sonho ao rei, enviou a interpretação por um de seus servos reconhecidos.

Em primeiro lugar, Daniel renunciou todo mérito pela interpretação, e em seguida procurou modificar os sentimentos naturais de orgulho do rei pelo fato de ter sido assim distinguido pelo Deus do céu. Fez-lhe saber que, embora o sonho tivesse sido dado a ele, a interpretação era enviada não só para ele, mas também para benefício daqueles por meio dos quais devia ser dada. Deus tinha servos ali, e por eles estava operando. Tinham a Seus olhos mais valor que os mais poderosos reis e potentados da Terra.

Quão abrangente foi a obra de Deus neste caso! Por este único ato de revelar o sonho do rei a Daniel, tornou conhecidas ao rei as coisas que este desejava saber, e salvou Seus servos que nEle confiavam, realçou perante a nação caldeia o conhecimento do verdadeiro Deus, tornou desprezíveis os falsos sistemas dos adivinhos e magos, e diante dos olhos destes honrou Seu próprio nome e exaltou Seus servos.

Daniel relata o sonho — Depois de apontar claramente ao rei que o propósito do Deus do céu ao dar-lhe o sonho, fora revelar “o que há de ser”, Daniel relatou o próprio sonho.

VERSÍCULOS 31-35: Tu, ó rei, estavas vendo, e eis aqui uma grande estátua; esta, que era imensa e de extraordinário esplendor, estava em pé diante de ti; e a sua aparência era terrível. A cabeça era de fino ouro, o peito e os braços, de prata, o ventre e os quadris, de bronze; as pernas, de ferro, os pés, em parte, de ferro, em parte, de barro. Quando estavas olhando, uma pedra foi cortada sem auxílio de mãos, feriu a estátua nos pés de ferro e de barro e os esmiuçou. Então, foi juntamente esmiuçado o ferro, o barro, o bronze, a prata e

o ouro, os quais se fizeram como a palha das eiras no estio, e o vento os levou, e deles não se viram mais vestígios. Mas a pedra que feriu a estátua se tornou em grande montanha, que encheu toda a terra.

Nabucodonosor era idólatra, e adorava os deuses da religião caldeia. Uma imagem era, por isso, um objeto capaz de imediatamente atrair sua atenção e respeito. Por outro lado, os reinos terreaux que esta imagem representava, como veremos a seguir, eram para ele objetos de estima e valor.

Quão apropriada, porém, era essa representação, para transmitir à mente de Nabucodonosor uma verdade importante e necessária! Além de traçar a marcha dos acontecimentos no decorrer do tempo em benefício do Seu povo, Deus queria mostrar a Nabucodonosor a inutilidade da pompa e glória terrena. Como poderia fazê-lo mais impressivamente do que mediante uma imagem cuja cabeça era de ouro? Sob a cabeça havia um corpo composto de metais inferiores que decrescia em valor até o mais inferior materiais nos pés e seus dedos de ferro misturado com barro lamacento. O conjunto foi afinal destruído e feito semelhante a palha vazia. Logo foi reduzida a pó sem valor algum, mais leve que a vaidade e arrastada pelo vento para onde não se pudesse encontrar, depois do que seria ocupado por algo durável e de valor celestial. Com isso Deus quis mostrar aos filhos dos homens que os reinos terrestres desaparecerão, e a grandeza e glória da Terra se desfarão como vistosa espuma. E no lugar durante tanto tempo usurpado por esses impérios se estabelecerá o reino de Deus, que não terá fim, e os que tiverem interesse nesse reino, para sempre repousarão à sombra de suas pacíficas asas. Mas com isso já nos estamos antecipando em nosso estudo.

VERSÍCULOS 36-38: Este é o sonho; e também a sua interpretação diremos ao rei. Tu, ó rei, rei de reis, a quem o Deus do céu conferiu o reino, o poder, a força e a glória; a cujas mãos foram entregues os filhos dos homens, onde quer que eles habitem, e os animais do campo e as aves dos céus, para que dominasse sobre todos eles, tu és a cabeça de ouro.

Daniel interpreta o sonho — Aqui inicia um dos mais abrangentes relatos da história dos impérios mundiais. Oito breves versículos do relato inspirado resumem a história da pompa e do poderio deste mundo. Bastam alguns momentos para memorizá-los; no entanto, o período que abrange, com início há mais de vinte e cinco séculos, ultrapassa o surgimento e a queda dos reinos, supera ciclos e séculos, vai além do nosso tempo e chega ao estado eterno. O relato é tão abarcante que abrange tudo isso; é contudo tão minucioso que nos traça os grandes esboços dos reinos da Terra desde aquele tempo até a atualidade. Jamais a sabedoria humana ideou tão breve e tão abrangente relato. Jamais a linguagem humana expôs em tão poucas palavras tão grande volume de verdade histórica. Nisso está o dedo de Deus. Atentemos bem para a lição.

Com que interesse e assombro deve ter o rei escutado, ao lhe explicar o profeta que o seu reino era a cabeça de ouro da magnífica imagem! Daniel

informa ao rei que tudo o Deus do céu lhe tinha dado seu reino e o fizera governar sobre todos. Isso o desviaria do orgulhoso pensamento de que havia alcançado sua posição por seu próprio poder e sabedoria e lhe despertaria a gratidão do coração para o verdadeiro Deus.

O reino de Babilônia, que se desenvolveu a ponto de ser representado pela cabeça de ouro da grande imagem histórica, foi fundado por Ninrode, bisneto de Noé, mais de dois mil anos antes de Cristo. “Cuxe gerou a Ninrode, o qual começou a ser poderoso na terra. Foi valente caçador diante do Senhor; daí dizer-se: Como Ninrode, poderoso caçador diante do Senhor. O princípio do seu reino foi Babel, Ereque, Acade e Calné, na terra de Sinar” (Gênesis 10:8-10). Parece que Ninrode fundou também a cidade de Nínive, que mais tarde se tornou a capital da Assíria (Vide notas marginais referentes a Gênesis 10:11, contidas em algumas versões da Bíblia).

Cumprimento do sonho — O império de Babilônia, adquiriu poder sob o general Nabopolassar, que finalmente se tornou seu rei. Como tal foi sucedido por seu filho, Nabucodonosor, quando morreu em 604 a.C. Segundo declarou R. Campbell Thompson:

Os acontecimentos tinham demonstrado que Nabucodonosor era um comandante vigoroso e brilhante, e tanto física como mentalmente, um homem forte, digno de suceder ao pai. Ele se tornaria o homem mais poderoso de seu tempo no Próximo Oriente, como soldado, estadista e arquiteto. Se seus sucessores possuíssem sua têmpera em vez de inexperientes ou sem vigor, os persas teriam encontrado em Babilônia um problema mais difícil. Diz em Jeremias 27:7 — “Todas as nações servirão a ele, a seu filho e ao filho de seu filho, até que também chegue a vez da sua própria terra”.

Jerusalém foi tomada por Nabucodonosor no primeiro ano do seu reinado e terceiro de Jeoaquim, rei de Judá (Daniel 1:1), 606 a.C. Nabucodonosor reinou dois anos juntamente com seu pai, Nabopolassar. Deste ponto os judeus datam o início do reinado de Nabucodonosor, mas os caldeus fazem a contagem a partir de quando ele passou a reinar só, em 604 a.C., como foi acima explicado. A respeito dos sucessores de Nabucodonosor, o já citado autor acrescenta:

Nabucodonosor morreu em agosto ou setembro de 562 a.C. e foi sucedido por seu filho Amel-Marduque (562-560 a.C.), a quem Jeremias chama de Evil-Merodaque. Teve pouco tempo para demonstrar seu valor; e os dois anos de seu breve reinado são suficientes para demonstrar que as condições políticas eram novamente hostis à casa real.

Os últimos governantes de Babilônia, príncipes carentes de poder, não puderam igualar o reinado de Nabucodonosor. Ciro, rei da Pérsia, sitiou Babilônia e a tomou com astúcia.

O caráter do império babilônico é indicado pela cabeça de ouro. Era o reino de ouro de uma idade de ouro. Babilônia, sua metrópole, elevou-se a uma altura nunca alcançada por suas sucessoras. Situada no jardim do Oriente, disposta em quadrado perfeito de, segundo se diz, 96 quilômetros de perímetro, ou seja 24 de cada lado; cercada por uma muralha de, como se calcula, 60 a 90 metros de altura e 25 de largura e um fosso ao redor com a capacidade cúbica da própria muralha; dividida em quadras por suas muitas ruas de 45 metros de largura que se cortavam em ângulo reto direitas e bem niveladas; seus 576 quilômetros quadrados de superfície ocupados por exuberantes jardins e lugares de recreação, entrecortados de magníficas moradas, esta cidade, com seus 96 quilômetros de fossos, 96 quilômetros de muralha exterior e 48 quilômetros de muralha de ambos os lados do rio que passava por seu centro, suas portas de bronze polido, seus jardins suspensos com terraços superpostos até alcançarem a altura das próprias muralhas, seu templo de Belo com cinco quilômetros de perímetro, seus dois palácios; reais, um de seis quilômetros de circunferência e o outro de pouco mais de doze, com seus túneis subterrâneos que, passando sob o rio Eufrates, uniam os dois palácios, sua perfeita arrumação para comodidade, adorno e defesa, e seus recursos ilimitados, esta cidade, encerrando tantas coisas que eram maravilha do mundo, era ela mesma outra maravilha mais prodigiosa. Ali, com o mundo inteiro prostrado a seus pés, como rainha de grandeza sem par, que recebeu da própria pena inspirada este brilhante título: “a jóia dos reinos, glória e orgulho dos caldeus”, destacava-se esta capital condizente com o reino representado pela cabeça de ouro dessa grande imagem histórica.

Tal era Babilônia, com Nabucodonosor na flor da idade, audaz, vigoroso e realizado, sentado em seu trono, quando Daniel entrou por suas portas para servir como cativo durante setenta anos em seus luxuosos palácios. Ali os filhos do Senhor, oprimidos mais que alentados pela glória e prosperidade de sua terra de cativo, penduravam suas harpas nos salgueiros às margens do Eufrates, e choravam ao se lembrarem de Sião.

Ali começa o estado cativo da igreja num sentido mais amplo, pois desde aquele tempo o povo de Deus tem estado submetido a potências terrenas e por elas oprimido em maior ou menor medida. Assim continuará até que todas as potências terrenas cedam finalmente Àquele que possui o direito de reinar. E eis que rapidamente se apressa esse dia de libertação.

Em outra cidade, não só Daniel, mas todos os filhos de Deus, desde o menor até o maior, do mais humilde ao mais elevado, vão logo entrar. É uma cidade que não tem apenas 96 quilômetros de perímetro, mas 2.400; cidade cujos muros não são de tijolos e betume, mas de pedras preciosas e jaspe; cujas ruas não são pavimentadas com pedras como as de Babilônia, por belas e lisas que fossem, mas com ouro transparente; cujo rio não é o Eufrates, mas o rio da vida; cuja música não são os suspiros e lamentos de quebrantados cativos, mas emocio-

nantes cantos de vitória sobre a morte e a sepultura, que multidões de remidos entoarão; cuja luz não é a intermitente luz da Terra, mas a incessante e inefável glória de Deus e do Cordeiro. Eles chegarão à cidade não como cativos que entram num país estranho, mas como exilados que retornam à casa paterna; não como a um lugar onde lhes venham a abater o ânimo palavras não cordiais como “cativeiro”, “servidão”, e “opressão”, mas onde as doces palavras “lar”, “liberdade”, “paz”, “pureza”, “dita inefável” e “vida eterna” lhes deleitarão a alma para todo o sempre. Sim, nossa boca se encherá de riso e nossa língua de cântico, quando o Senhor restaurar a sorte de Sião (Salmos 126:1, 2; Apocalipse 21:1-27).

VERSÍCULO 39: Depois de ti se levantará outro reino, inferior ao teu; e um terceiro de bronze, o qual terá domínio sobre toda a Terra.

Nabucodonosor reinou 43 anos, e o sucederam os seguintes governantes: Evil-Merodaque, seu filho, dois anos; Neriglissar, seu genro, quatro anos; Labosoarcod, filho de Neriglissar, nove meses, que, sendo menos de um ano, não se conta no cânon de Ptolomeu; e finalmente Nabonido, cujo filho, Belsazar, neto de Nabucodonosor, foi co-regente com ele no trono.

A prova dessa co-regência encontra-se nos cilindros de Nabonadio [Nabonido] que foram achados em Mugheir, nos quais se pede a proteção dos deuses para Nabu-nadid e seu filho Bel-shar-uzur, cujos nomes estão acoplados em uma maneira que implica a co-regência do último (*British Museum Series*, vol. 1, pl. 68, N.º 1). A data em que Belsazar foi co-regente com seu pai não pode ser posterior a 540 a.C., o décimo quinto ano de Nabonadio, visto que o terceiro ano de Belsazar é mencionado em Daniel 8:1. Se Belsazar (como suponho) era filho de uma filha de Nabucodonosor que se casou com Nabonadio depois que se tornou rei, não pode ter mais de quatorze anos no ano 15º de seu pai.

A Queda de Babilônia — No primeiro ano de Neriglissar, apenas dois anos depois da morte de Nabucodonosor, irrompeu entre os babilônios e os medos a guerra fatal que resultou na queda do Império Babilônico. Ciáxares, rei dos medos, que é chamado “Dario” em Daniel 5:31, chamou em seu auxílio seu sobrinho Ciro, da linhagem persa. A guerra prosseguiu com êxito ininterrupto dos medos e dos persas, até que no ano 18 de Nabonido (o terceiro ano de seu filho Belsazar), Ciro sitiou Babilônia, a única cidade de todo o Oriente que então lhe resistia. Os babilônios, encerrados entre suas muralhas inexpugnáveis, com provisões para vinte anos e terra suficiente dentro dos limites de sua ampla cidade para fornecer alimentos seus habitantes e à guarnição por um período indefinido. De suas altas muralhas zombavam de Ciro e ridicularizavam seus esforços aparentemente inúteis para sujeitá-los. E segundo todo cálculo humano, tinham bons motivos para se sentirem seguros. De acordo com as probabilidades terrenas, a cidade nunca poderia ser tomada pelos meios de guerra então conhe-

cidos. Por isso dormiam tão livremente como se nenhum inimigo lhes estivesse procurando destruir, espregando ao redor de suas muralhas sitiadas. Contudo, Deus decretara que a orgulhosa e ímpia cidade desceria de seu trono de glória. E quando Ele fala, que braço mortal pode derrotar Sua palavra?

O perigo dos babilônios se baseava em seu próprio sentimento de segurança. Ciro resolveu realizar por estratagem a que não podia executar pela força. Ao saber que se aproximava uma festa anual em que a cidade inteira se entregaria às diversões e orgia, fixou esse dia como a data para executar seu propósito.

Não havia meio de Ciro entrar naquela cidade a menos que o achasse onde o rio Eufrates entrava e saía por baixo de suas muralhas. Resolveu fazer do leito do rio seu caminho para a fortaleza do inimigo. Para isso, a água tinha que ser desviada de seu leito que atravessava a cidade. De modo que, na véspera do dia festivo acima referido, destacou três grupos de soldados: o primeiro que numa determinada hora desviasse o rio para um lago artificial situado a curta distância acima da cidade; o segundo, para tomar posição no lugar onde o rio entrava na cidade; o terceiro, para colocar-se 24 quilômetros abaixo, onde o rio saía da cidade. Estes dois últimos grupos foram instruídos a entrar no leito do rio assim que o pudessem vadear. Nas trevas da noite explorariam seu caminho sob as muralhas e avançariam até o palácio real, onde deviam surpreender e matar os guardas e capturar ou matar o rei. Tendo sido desviada a água para o lago, o rio logo se tornou possível de vadear e os soldados seguiram seu leito até o coração da cidade de Babilônia.

Tudo isso, porém, teria sido em vão, se a cidade toda, naquela noite fatídica, não se houvesse entregado à negligência, imprudência e presunção, estado de coisas com que Ciro muito contava para a realização de seu propósito. Em cada lado do rio a cidade era atravessada por muralhas de grande altura e de espessura igual à dos muros exteriores. Nessas muralhas havia enormes portas de bronze que, quando fechadas e guardadas, impediam a entrada desde o leito do rio até qualquer das ruas que atravessavam o rio. Se as portas estivessem fechadas nessa ocasião, os soldados de Ciro poderiam ter penetrado na cidade pelo leito do rio e por ele novamente saído, sem conseguirem subjugar a praça de guerra.

Mas na orgia e bebedeira daquela noite fatídica, as portas que davam para o rio foram deixadas abertas, como fora predito, muito anos antes, pelo profeta Isaías: “Assim diz o Senhor ao seu ungido, a Ciro, a quem tomo pela mão direita, para abater as nações ante a sua face, e para descingir os lombos dos reis, e para abrir diante dele as portas, que não se fecharão” (Isaías 45:1). A entrada dos soldados persas não foi percebida. Muitos rostos haveriam empalidecido de terror, caso se houvesse notado o repentino baixar das águas do rio e se houvesse compreendido o terrível significado desse fato. Muitas línguas teriam propagado vibrante alarma pela cidade se tivessem sido vistas as sombras dos inimigos armados penetrar furtivamente na cidadela que os babilônios supunham segura.

Mas ninguém notou o súbito baixar das águas do rio; ninguém viu a entrada dos guerreiros persas. Ninguém teve o cuidado de que as portas que davam para o rio fossem fechadas e guardadas; ninguém tinha outra preocupação senão de saber quão profunda e irresponsavelmente poderia mergulhar na desenfreada orgia. Aquela noitada de dissipação custou aos babilônios o reino e a liberdade. Entraram em sua embrutecedora bebedeira como súditos do rei de Babilônia; dela despertaram como escravos do rei da Pérsia.

Os soldados de Ciro fizeram saber sua presença na cidade caindo sobre a guarda real no vestíbulo do palácio do rei. Belsazar logo percebeu a causa do distúrbio, e morreu pelejando. Este festim de Belsazar é descrito no quinto capítulo de Daniel, e o relato é encerrado com as simples palavras: “Naquela mesma noite foi morto Belsazar, rei dos caldeus. E Dario, o medo, com cerca de sessenta e dois anos, se apoderou do reino.”

O historiador Prideaux diz: “Dario, o medo, isto é, Ciáxares, o tio de Ciro, tomou o reino porque Ciro lhe outorgou o título de todas as suas conquistas enquanto viveu.”

Assim o primeiro império, simbolizado pela cabeça de ouro da grande estátua, acabou melancolicamente. Seria natural supor-se que o conquistador, ao tomar posse de uma cidade tão nobre como Babilônia, que suplantava quanto houvesse no mundo, a tivesse escolhido para sede do seu império e a houvesse conservado em seu esplendor. Mas Deus havia dito que aquela cidade viria a ser um montão de ruínas e habitação das feras do deserto; que suas casas se encheriam de corujas; que as hienas uivariam nos seus castelos, e os chacais nos seus palácios luxuosos (Isaías 13:19-22). Primeiro ficaria deserta. Ciro mudou a sede imperial para Susã, célebre cidade da província de Elão, a leste de Babilônia, às margens do rio Choaspes, afluente do Tigre. Isso aconteceu provavelmente no primeiro ano em que Ciro reinou só.

Com o orgulho particularmente ferido por esse ato, os babilônios se rebelaram no quinto ano de Dario Histaspes, em 517 a.C., e contra si novamente atraíram todas as forças do império persa. Novamente a cidade foi tomada por estratagemas. Zópiro, um dos principais comandantes de Dario, tendo cortado o próprio nariz e as orelhas e produzido vergões em todo o corpo com chicotadas, em tais condições debandou-se para os sitiados aparentemente abrasado por desejo de ser vingado em Dario, por sua grande crueldade de mutilar dessa maneira. Conquistou assim a confiança dos babilônios até que estes o tornaram comandante-chefe de suas forças, e com isso ele entregou nas mãos de seu senhor a cidade. E para impedi-los de uma vez por todas de se rebelarem, Dario empalou três mil dos que tinham sido mais ativos na revolta, tirou as portas de bronze e rebaixou as muralhas de duzentos para cinquenta côvados. Foi o princípio da destruição da cidade. Este ato a deixou exposta às pilhagens de todos os bandos hostis. Xerxes, ao voltar da Grécia, despojou o templo de Belo de sua

imensa riqueza e deixou em ruínas a soberba estrutura. Alexandre o Grande procurou reconstruí-la, mas depois de empregar dez mil homens durante dois meses para remover o entulho, morreu de excessiva embriaguez, e o trabalho foi suspenso. No ano 294 a.C., Seleuco Nicátor construiu uma nova Babilônia nas proximidades da cidade velha e tomou muito material e muitos habitantes da velha cidade para edificar e povoar a nova. Ficando assim quase esvaziada de habitantes, a negligência e a decadência se fizeram sentir terrivelmente na antiga cidade. Sua ruína foi apressada pela violência dos príncipes partos. Por volta do quarto século, foi usada pelos reis persas como recinto de feras. No fim do século XII, segundo um célebre viajante, as poucas ruínas que restavam do palácio de Nabucodonosor estavam tão cheias de serpentes e répteis venenosos que não podiam, sem grande perigo, ser detidamente examinadas. Hoje apenas restam ruínas suficientes para assinalar o lugar onde uma vez esteve a maior, mais rica e mais orgulhosa cidade do mundo antigo.

Assim as ruínas da grande Babilônia nos mostram com que exatidão Deus cumpre Sua palavra e tornam as dúvidas do ceticismo indícios de cegueira voluntária.

“Depois de ti se levantará outro reino, inferior ao teu” — O emprego da palavra “reino” aqui, demonstra que as diferentes partes da imagem representavam reinos e não reis em particular. Portanto, quando foi dito a Nabucodonosor: “Tu és a cabeça de ouro”, embora se tenha empregado o pronome pessoal, o designado era o reino e não o rei.

O reino Medo-Persa — O reino sucessor de Babilônia, isto é Medo-Pérsia, correspondia ao peito e aos braços de prata da grande estátua. Seria inferior ao reino precedente. Em que aspecto? Não em poder, pois ele conquistou Babilônia. Não em extensão, pois Ciro subjugou todo o Oriente, do mar Egeu ao rio Indo, e assim erigiu um império mais extenso. Mas foi inferior em riqueza, luxo e magnificência.

Do ponto de vista bíblico o principal acontecimento durante o Império Babilônico foi o cativeiro dos filhos de Israel. Sob o Império Medo-Persa, o principal acontecimento foi a restauração de Israel a sua terra. Após tomar Babilônia, Ciro, como ato de cortesia, destinou o primeiro posto no reino a seu tio Dario, em 538 a.C. Mas dois anos depois, em 536 a.C., Dario morreu, deixando Ciro como único monarca do império. Nesse ano, que encerrou os setenta anos do cativeiro de Israel, Ciro baixou seu famoso decreto para o regresso dos judeus e a reedificação do seu templo. Foi esta a primeira parte do grande decreto para a restauração e reconstrução de Jerusalém (Esdras 6:14), que se completou no sétimo ano do reinado de Artaxerxes, em 457 a.C., data que tem grande importância como será demonstrado mais tarde.

Depois de reinar sete anos, Ciro deixou o reino a seu filho Cambises, que reinou sete anos e cinco meses, até 522 a.C. Oito monarcas, cujos reinados

variaram de sete meses a quarenta e seis anos cada um, ocuparam o trono até ano 336 a.C. O ano 335 a. C., é assinalado como o primeiro ano de Dario Codomano, o último dos antigos reis persas. Este, segundo Prideaux, era de nobre estatura, de boa presença, de maior valor pessoal, e de disposição branda e generosa. Teve a má sorte, porém, ter de contender com um homem que agia em cumprimento da profecia e não possuir qualidades naturais ou adquiridas que lhe pudessem dar êxito nessa contenda desigual. Tão logo se instalou no trono, viu-se diante de seu temível inimigo Alexandre que, à frente dos soldados gregos, se preparava para o derribar.

O estudo da causa e dos pormenores da contenda entre os gregos e os persas, deixaremos às histórias especialmente dedicadas a tais assuntos. Basta dizer que o ponto decisivo foi alcançado no campo de Arbelas, em 331 a.C., onde os gregos, embora tendo de pelejar com os persas na proporção de um contra vinte, venceram decisivamente. Daí em diante Alexandre se tornou senhor absoluto do império persa, em extensão jamais atingida por nenhum de seus próprios reis.

O Império Grego — “E um terceiro reino, de bronze, [...] terá domínio sobre toda a Terra”, havia dito o profeta. Tão poucas e breves palavras inspiradas envolviam em seu cumprimento uma sucessão no governo mundial. No sempre mutável caleidoscópio político, a Grécia entrou no campo da visão para ser durante algum tempo o objeto que absorvia toda a atenção como o terceiro dos chamados impérios universais.

Após a batalha que decidiu a sorte do império, Dario ainda procurou reagrupar os derrotados remanescentes de seu exército e defender seu reino e seus direitos. Mas de toda a sua hoste, que pouco antes era um exército bem organizado e tão numeroso, não pôde reunir uma força com a qual achasse prudente arriscar outro encontro com os gregos vitoriosos. Alexandre o perseguiu nas asas do vento. Repetidas vezes Dario a duras penas esquivou-se de seu veloz perseguidor. Finalmente três traidores, Besso, Nabarzanes e Barsaentes, tomaram o infeliz príncipe, o encerraram num carro e fugiram com ele como prisioneiro para Bactria. Seu propósito era comprar sua própria segurança com a entrega de seu rei se Alexandre os perseguisse. Ao saber da perigosa situação de Dario nas mãos dos traidores, Alexandre imediatamente se pôs à frente da parte mais rápida do seu exército, na perseguição em marcha forçada. Após vários dias de marcha apressada, alcançou os traidores. Estes instaram Dario a montar a cavalo para fugir mais rapidamente. Recusando-se Dario, infligiram-lhe várias feridas mortais, e, deixando-o moribundo em seu carro, subiram em seus corcéis e fugiram.

Quando Alexandre chegou, só pôde contemplar a forma inerte do rei persa que, poucos meses antes, sentava-se no trono do império universal. Desastre, queda e deserção tinham sobrevindo subitamente a Dario. Seu reino fora conquistado, seus tesouros tomados e sua família reduzida ao cativo.

Agora, brutalmente morto por mãos traidoras, jazia seu cadáver ensanguentado num carro tosco. A vista do melancólico espetáculo arrancou lágrimas do próprio Alexandre, embora ele já estivesse familiarizado com todas as horríveis vicissitudes e cenas sangrentas da guerra. Lançando seu manto sobre o corpo, mandou que o levassem às senhoras da família real persa cativas em Susã, fornecendo ele próprio os meios necessários para um régio funeral.

Quando morreu Dario, Alexandre viu o campo livre do seu último terrível inimigo. Daí em diante podia empregar seu tempo como quisesse, ora desfrutando descanso e prazer, ora prosseguindo em alguma conquista menor. Empreendeu imponente campanha contra a Índia, porque, segundo a fábula grega, Baco e Hércules, filhos de Júpiter, de quem também ele alegava ser filho, tinham feito o mesmo. Com desdenhosa arrogância, reclamou para si honras divinas. Sem provocação alguma, entregou cidades conquistadas à mercê de sua soldadesca sanguissedenta e licenciada. Ele mesmo, com frequência assassinava seus amigos favoritos no frenesi de suas bebedeiras. De tal maneira estimulava os excessos alcoólicos entre seus adeptos que certa ocasião vinte deles morreram vítimas da embriaguez.

Finalmente, depois de se ter sentado por muito tempo a beber, foi imediatamente convidado para outra orgia, na qual, após beber em honra de cada um dos vinte hóspedes presentes, diz-nos a história que, por incrível que pareça, bebeu duas vezes o conteúdo da taça de Hércules, que comportava mais de cinco litros. Foi acometido de violenta febre, de que morreu onze dias depois, em 13 de junho de 323 a.C., ainda no umbral da maturidade, com apenas 32 anos.

VERSÍCULO 40: O quarto reino será forte como ferro; pois, o ferro a tudo quebra e esmiúça, como o ferro quebra todas as cousas, assim ele fará em pedaços e esmiuçará.

A Férrea Monarquia de Roma — Até aqui existe acordo geral entre os expositores das Escrituras sobre a aplicação desta profecia. Todos reconhecem que Babilônia, Medo-Pérsia e Grécia estão respectivamente representados pela cabeça de ouro, o peito e os braços de prata e o ventre de bronze. Entretanto, sem haver mais base para opiniões diversas, existe diferença de interpretação quanto ao reino simbolizado pela quarta divisão da grande estátua: as pernas de ferro. Neste ponto, basta perguntar: Que reino sucedeu à Grécia no domínio do mundo, sendo que as pernas de ferro denotam o quarto reino da série? O testemunho da história é amplo e explícito a este respeito. Um reino cumpriu isso, e só um, e esse foi Roma. Conquistou a Grécia; subjugou todas as coisas; como o ferro, fez em pedaços e esmiuçou.

Disse o bispo Newton: “Os quatro diferentes metais devem significar quatro diferentes nações; como o ouro representava os babilônios, a prata, os persas, e o bronze os macedônios, o ferro não pode novamente significar os macedônios, antes deve necessariamente representar outra nação; e ousamos

dizer que não existe na terra nenhuma nação a quem se aplique tal descrição senão os romanos.”

Gibbon, seguindo as imagens simbólicas de Daniel, assim descreve o império:

As armas da República, às vezes vencidas na batalha, sempre vencedoras na guerra, avançaram a passos rápidos até o Eufrates, o Danúbio, o Reno e o Oceano; e as imagens de ouro, a prata ou o bronze, que podiam servir para representar as nações e seus reis, foram sucessivamente quebrantadas pela férrea monarquia de Roma.

Quando se iniciou a Era Cristã, este império abrangia todo o sul da Europa, a França, a Inglaterra, a maior parte dos Países Baixos, a Suíça, o sul da Alemanha, a Hungria, a Turquia e a Grécia, sem falar de suas possessões da Ásia e da África. Bem pode, portanto, Gibson dizer:

O império dos romanos encheu o mundo. E quando esse império caiu nas mãos de uma única pessoa, o mundo tornou-se uma prisão segura e lúgubre para seus inimigos. [...] Resistir era fatal, e era impossível fugir.

Nota-se que a princípio o reino é descrito irrestritamente forte como o ferro. Este foi o período de sua força, durante o qual foi comparado a um poderoso colosso que cavalgava sobre as nações, a tudo vencia e dava leis no mundo. Mas isso não havia de continuar.

VERSÍCULOS 41-42: Quanto ao que viste dos pés e dos dedos, em parte de barro de oleiro e em parte de ferro, será isso um reino dividido; contudo haverá nele alguma coisa da firmeza de ferro, pois que viste o ferro misturado com barro de lodo. Como os dedos dos pés eram em parte de ferro e em parte de barro, assim por uma parte o reino será forte, e por outra será frágil.

Roma Dividida — A fragilidade simbolizada pelo barro era tanto dos pés como dos dedos dos pés. Roma, antes de sua divisão em dez reinos, perdeu aquele vigor férreo que possuía em grau superlativo durante os primeiros séculos de sua carreira. A devassidão, que se acompanha de efeminação e degeneração, destruidora de nações tanto como de indivíduos, começou a corroer e enfraquecer seus músculos de ferro, e assim preparou o caminho para sua desintegração em dez reinos.

As pernas de ferro da estátua terminam nos pés e nos dedos dos pés. Para estes, que naturalmente eram dez, nossa atenção é chamada pela menção explícita que deles se faz na profecia. E o reino representado pela parte da imagem à qual pertenciam os pés, foi finalmente dividido em dez partes. Portanto, surge naturalmente a pergunta: Os dez dedos dos pés da imagem representam as dez divisões finais do império romano? Respondemos que sim.

A imagem do capítulo 2 de Daniel tem seu paralelo exatamente na visão dos quatro animais do capítulo 7. O quarto animal do capítulo 7 representa o mesmo que as pernas de ferro da imagem. Os dez chifres do animal correspondem naturalmente aos dez dedos dos pés da imagem. Declara-se plenamente serem esses chifres dez reis que surgiriam. São reinos independentes como aqueles mesmos animais, pois deles se fala de maneira exatamente igual, como de “quatro reis que se levantarão” (Daniel 7:17). Não representam uma série de reis, mas reis ou reinos que existiram contemporaneamente, pois três deles foram arrancados pela ponta pequena. Os dez chifres representam, indiscutivelmente, os dez reinos em que Roma foi dividida.

Vimos que Daniel, na interpretação da imagem, emprega “rei” e “reino” de forma intercambiável. No versículo 44 ele diz que “nos dias destes reis, o Deus do céu suscitará um reino.” Isto demonstra que no momento em que se estabelecer o reino de Deus, haverá pluralidade de reis. Não pode referir-se aos quatro reinos anteriores, pois seria absurdo empregar tal linguagem para uma dinastia de reis sucessivos, visto que somente nos dias do último rei, e não nos dias de qualquer dos reis precedentes seria estabelecido o reino de Deus.

Os Dez Reis — Aqui se apresenta, portanto, uma divisão; e que nos indica isso no símbolo? Somente os dedos dos pés da imagem. A menos que estas a indiquem, ficaremos às escuras quanto à natureza e extensão da divisão que a profecia revela. Questionar isso seria pôr seriamente em dúvida a própria profecia. Somos forçados a concluir que os dez dedos dos pés da imagem representam as dez partes em que o império romano foi dividido.

Esta divisão ocorreu entre os anos 351 d.C. e 476 d.C. Este período de dissolução abrangeu 125 anos, desde a metade do quarto século até o último quarto do quinto. Nenhum historiador, pelo que sabemos, situa esta obra de desmembramento do império romano antes de 351 d.C., e há acordo geral quanto a situar o ano 476 d.C. como o final do processo. Quanto às datas intermediárias, ou seja, a data precisa em que cada um dos dez reinos surgiu das ruínas do império romano, há certa diferença de opinião entre os historiadores. E isso não é de estranhar quando consideramos que essa foi uma época de grande confusão, que o mapa do império romano durante esse tempo sofreu muitas mudanças súbitas e violentas, e que os caminhos de nações hostis que atacavam seu território se entrecruzavam em confuso labirinto. Mas todos os historiadores concordam que do território de Roma Ocidental dez reinos separados finalmente se fundaram, e podemos situá-los entre as datas extremas, a saber, 351 d.C. e 476 d.C.

As dez nações que mais atuaram na fragmentação do império romano, e que em alguma fase de sua história ocuparam as respectivas partes da território romano como reinos separados e independentes, podem ser enumeradas (não se considerando a época de sua fundação), como segue: hunos, ostrogodos, visi-

godos, francos, vândalos, suevos, burgúndios, hérulos, anglo-saxões e lombardos. A relação existente entre esses povos e algumas das nações modernas da Europa podem ser vista nos nomes com Inglaterra, Borgonha, Lombardia, França, etc.

Mas pode alguém perguntar: Por que não supor que as duas pernas denotam divisão tanto como os dedos dos pés? Não seria tão incoerente dizer que os dedos dos pés denotam divisão, e não as pernas, como dizer que as pernas denotam divisão, e os dedos dos pés não? Respondemos que a própria profecia deve reger nossas conclusões nesta matéria; e embora nada diga sobre divisão em relação às pernas, introduz o tema da divisão quando chegamos aos pés e seus dedos. Diz a profecia: “Quanto ao que viste dos pés e seus dedos, em parte de barro de oleiro e em parte de ferro, será isso um reino dividido.” Nenhuma divisão podia ocorrer, ou pelo menos nenhuma se diz ter ocorrido, até se apresentar o elemento enfraquecedor que é o barro; e isso não encontramos antes de chegarmos aos pés e seus dedos. Mas não devemos entender que o barro denote uma divisão e o ferro a outra; porque depois de se quebrantar a unidade do reino que por longo tempo existia, nenhum dos fragmentos foi tão forte como o ferro original, mas todos ficam num estado de fraqueza denotado pela mistura de ferro e barro.

Portanto, a conclusão inevitável é que o profeta apresentou aqui a causa do efeito. A introdução da fragilidade do elemento barro, quando chegamos aos pés, resultou na divisão do reino em dez partes, representada pelos dez dedos dos pés; e este resultado ou divisão é mais do que indicado na repentina menção de uma pluralidade de reis contemporâneos. Portanto, ao passo que não encontramos provas de que as pernas signifiquem divisão, mas sim objeções graves contra essa opinião, achamos bons motivos para admitir que os artelhos denotam divisão, como aqui se afirma.

Além disso, cada uma das quatro monarquias tinha seu território particular, que era o do próprio reino, e ali devemos procurar os principais eventos de sua história que o símbolo anunciava. Não devemos, pois, buscar as divisões do império romano no território antes ocupado por Babilônia, Pérsia ou Grécia, mas no território do reino romano, que finalmente se conheceu como o Império Ocidental. Roma conquistou o mundo, mas o reino de Roma propriamente dito ficava a Oeste da Grécia. Este reino é o representado pelas pernas de ferro. Portanto, ali buscamos os dez reinos e ali os encontramos. Não estamos obrigados a mutilar ou deformar o símbolo para que represente com exatidão os acontecimentos históricos.

VERSÍCULO 43: Quanto ao que viste do ferro misturado com barro de lodo, misturar-se-ão mediante casamento, mas não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro.

Roma é o Último Império Universal — Com Roma caiu o último dos impérios universais. Até aqui os elementos sociais haviam possibilitando que

uma nação, tornando-se superior a seus vizinhos em proezas, bravura, e ciência da guerra, os atrelasse um após outro, às rodas dos seus carros de guerra, até consolidar a todos num único e vasto império. Quando Roma caiu, tais possibilidades cessaram para sempre. O ferro ficou misturado com o barro, e perdeu a força de coesão. Nenhum homem ou combinação de homens pedem novamente consolidar os fragmentos. Este ponto foi tão bem exposto por outro escritor, que citaremos suas palavras:

Com esse estado dividido afastou-se a primeira força do império, mas não como havia ocorrido aos demais. Nenhum outro reino havia de sucedê-lo, como ele havia sucedido aos três que foram antes dele. Devia continuar nesta divisão em dez reinos até que o reino da pedra o ferisse nos pés, para despedaçá-los e espargir os destroços como o vento faz com a palha das eiras no estio! No entanto, em todo esse tempo um porção de sua força haveria de continuar. Diz o profeta: “Como os dedos dos pés eram em parte de ferro e em parte de barro, assim por uma parte o reino será forte, e por outra será frágil.” Versículo 42. [...] Vez por outra os homens sonharam erguer sobre esses domínios um poderoso reino. Carlos Magno o tentou, como também Carlos V, Luís XIV e Napoleão. Mas nenhum deles teve êxito. Um só versículo da profecia era mais forte que todos os seus exércitos. [...] “Por uma *parte* o reino será *forte*, e por *outra* será *frágil*”, dizia a descrição profética. E tal tem sido também o fato histórico a eles concernente. [...] Dez reinos se formaram dele; e frágil como foi, ainda continua, isto é, *parcialmente* frágil, pois suas dimensões ainda continuam como quando o reino de ferro se sustinha sobre seus pés. E parcialmente forte, isto é, conserva ainda em seu estado quebrantado, bastante da força do ferro para resistir a todas as tentativas de refundir suas partes. “*Isso não ocorrerá*”, diz a Palavra de Deus. “*Isso não ocorreu*”, responde o livro da história.

Mas talvez digam os homens: “Resta ainda outro plano. Se a força não pode prevalecer, a diplomacia e as razões de estado podem. Vamos experimentá-las.” E assim a profecia o prevê, quando diz: “Misturar-se-ão mediante casamento”, na esperança de consolidar seu poder e por fim unir em um só esses reinos divididos.

E terá êxito este plano? Não. O profeta responde: “Não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro.” E a história da Europa é apenas um contínuo comentário do exato cumprimento destas palavras. Desde o tempo de Canuto até a época atual tem sido a política dos monarcas reinantes o caminho batido que eles têm trilhado para um cetro mais poderoso e um domínio mais amplo. Notável exemplo disso a história registra no caso de Napoleão, que regeu um

dos dez reinos. Procurou obter por aliança o que não pôde conseguir pela força, isto é, edificar *um* império poderoso e consolidado. E teve êxito? Não. A própria potência com a qual estava aliado consumou sua destruição, nas tropas de Blucher, no campo de Waterloo! O ferro não se ligaria com o barro (William Newton, *Lectures on the First Two Visions of the Book of Daniel*, p. 34-36).

Napoleão, porém, não foi o último a tentar a experiência. Numerosas guerras europeias continuaram os esforços do Pequeno Cabo. Para evitar conflitos futuros, governantes benévolos lançaram mão do expediente do casamento para garantir a paz, até que no início do século XX, cada ocupante de um trono hereditário de importância na Europa era parente da família real britânica. A Primeira Guerra Mundial demonstrou a futilidade destas tentativas.

Dos horrores desta luta titânica nasceu um ideal expresso pelo presidente Woodrow Wilson, que exclamou: “O mundo ficou seguro para a democracia!” Na convicção de que fora travada uma guerra que acabaria com as guerras, anunciavam-se os direitos inerentes das minorias e os princípios da autodeterminação, garantidos pela liga mundial das nações que poderia restringir os ditadores e castigar os agressores.

Contudo, à sombra do palácio da Liga das Nações levantaram-se líderes que destruiriam a paz do mundo e despedaçariam o ideal de uma nação mundial, enquanto pregavam uma nova revolução social. Prometeram em vão o triunfo da cultura e uma união baseada na superioridade racial que assegurava “mil anos de tranquilidade” às nações de uma Europa “em parte [...] forte, e em parte [...] frágil”.

Em meio à confusão, o naufrágio das nações, a destruição das instituições, o sacrifício dos tesouros resultantes de séculos de frugalidade, através de olhos marejados pelo pesar que lhes ocasionaram a perda da flor de sua juventude, o envelhecimento de suas mulheres, a matança de seus filhos e anciãos, através das nuvens que se erguiam sobre o sangue humano, um mundo angustiado busca ansiosamente indícios de que poderá sobreviver. Será que a ilusão da paz baseada na confiança de uma solidariedade europeia, resultado das boas intenções irracionais, teria levado os homens a esquecer a declaração da Palavra de Deus: “Não se ligarão um ao outro!”?

Podem realizar-se alianças, e pode parecer que o ferro e o barro dos pés e dos dedos da grande estátua vão finalmente fundir-se, mas Deus disse: “Não se ligarão.” Pode parecer que desapareceram as velhas animosidades e que os “dez reinos” seguiram o caminho de toda a terra, mas, “a Escritura não pode falhar” (João 10:35).

Concluiremos com as palavras de William Newton: “E, contudo, se em resultado destas alianças ou de outras causas esse número é por vezes alterado, isso não nos deve surpreender. Na verdade, é justamente o que a profecia parece

exigir. O ferro não se misturava com o barro. Por certo tempo não se podia distingui-los na estátua. Mas não permaneceriam assim. 'Não se ligarão um ao outro'. Por um lado, natureza das substâncias as impede de fazê-lo; por outro, a palavra profética impede. Contudo, haveria tentativa de misturá-los; até houve aparência de mistura em ambos os casos. Mas seria infrutífera. E com que assinalada ênfase a história afirma esta declaração da Palavra de Deus!" (*Ibid.*, p. 36).

VERSÍCULOS 44-45: Mas nos dias destes reis, o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído; este reino não passará a outro povo: esmiuçará e consumirá todos estes reinos, mas ele mesmo subsistirá para sempre. Como viste que do monte foi cortada uma pedra, sela auxílio de mãos, e ela esmiuçou o ferro, o bronze, o barro, a prata e o ouro. O Grande Deus fez saber ao rei o que há de ser futuramente. Certo é o sonho, e fiel a sua interpretação.

O Deus do céu suscitará um reino — Aqui chegamos ao clímax desta profecia estupenda. Quando o tempo, em seu vôo progressivo, nos levar à cena sublime aqui predita, teremos chegado ao fim da história humana. O reino de Deus! Grandiosa provisão para uma nova e gloriosa dispensação, em que Seu povo achará o feliz término da triste, instável e degradada carreira deste mundo. Estupenda transformação para todos os justos, da lugubridade à glória, da luta à paz, de um mundo pecaminoso a um mundo santo, da tirania e opressão para o estado feliz de liberdade e os bem-aventurados privilégios de um reino celestial! Gloriosa transição da fraqueza à força, do mutável e decadente para o imutável e eterno!

Mas quando se estabelecerá este reino? Podemos esperar resposta a uma indagação de tão estupendo interesse para a família humana? São questões sobre as quais a Palavra de Deus não nos deixa em ignorância, e nisso se vê o incomparável valor desse dom celestial.

A Bíblia afirma claramente que o reino de Deus ainda estava no futuro por ocasião da última Páscoa de nosso Senhor (Mateus 26:29). Cristo não estabeleceu o reino antes de Sua ascensão (Atos 1:6). Ademais, declara que nem a carne nem o sangue podem herdar o reino de Deus (1 Coríntios 15:50). O reino é motivo de uma promessa feita aos apóstolos e a todos os que amam a Deus (Tiago 2:5). Foi prometido ao pequeno rebanho para uma ocasião futura (Lucas 12:32). Por muitas tribulações os santos entrariam no reino vindouro (Atos 14:22). Será estabelecido quando Cristo julgar os vivos e os mortos (2 Timóteo 4:1). Isso acontecerá quando Ele vier em Sua glória com todos os Seus anjos (Mateus 25:31-35). Não dizemos que o tempo exato é revelado (enfatizamos o fato de que não é) nesta ou em qualquer outra profecia; mas a aproximação dada é tal que a geração que há de ver o estabelecimento deste reino com segurança notará que se aproxima e fará a preparação que os habilite a participar de todas as glórias do reino.

O tempo desenvolveu plenamente esta grande estátua em todas as suas partes. Representa com a maior exatidão os importantes acontecimentos políticos que estava destinada a simbolizar. Está completa e de pé. Assim tem estado por mais de catorze séculos. Aguarda ser ferida nos pés pela pedra cortada do monte sem intervenção de mão alguma, quer dizer, o reino de Cristo. Isto se cumprirá quando o Senhor Se revelar “em chama de fogo, tomando vingança contra os que não conhecem a Deus e contra os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus” (2 Tessalonicenses 1:8. Ver também Salmos 2:8, 9). Nos dias destes reis o Deus do céu estabelecerá o Seu reino. Estivemos nos dias destes reis por mais de catorze séculos, e ainda estamos nesses dias. No tocante a esta profecia, o próximo acontecimento é o estabelecimento do reino eterno de Deus. Outras profecias e inumeráveis sinais inequivocamente mostram que a vinda de Cristo está bem próxima.

A igreja cristã primitiva interpretava as profecias de Daniel 2, 7 e 8 como nós agora. Hipólito, que viveu entre 160 a 236 a.C. e foi, como se crê, discípulo de Irineu, um dos quatro maiores teólogos da época, diz em sua exposição de Daniel 2 e Daniel 7:

A cabeça de ouro da estátua e o leão denotavam os babilônios; os ombros e os braços de prata, e o urso representavam os persas e os medos; o ventre e as coxas de metal, e o leopardo significavam os gregos, que exerceram a soberania desde o tempo de Alexandre; as pernas de ferro e a besta terrível e espantosa, expressavam os romanos, que conservam a soberania atualmente; os dedos dos pés que eram em parte de barro e em parte de ferro, e os dez chifres, eram emblemas dos reinos que ainda se levantariam; o outro chifre pequeno que cresce entre eles significava o Anticristo em seu meio; a pedra que fere a terra e traz juízo ao mundo era Cristo.

Fala-me, ó bem-aventurado Daniel. Dá-me, te peço, plena certeza. Profetizas acerca do leão em Babilônia, porque foste ali cativo. Revelaste o futuro a respeito do urso, porque ainda estavas no mundo, e viste as coisas acontecerem. A seguir me falas do leopardo; de onde podes saber, visto que já passaste ao descanso? Quem te instruiu para anunciar estas coisas, senão Aquele que te formou no seio de tua mãe? É Deus, dizes. Falaste a verdade, e não falsamente. O leopardo se levantou; veio o bode; feriu o carneiro; quebrou seus chifres e o pisou aos pés. Exaltou-se por sua queda; os quatro chifres brotaram sob o primeiro. Alegre-se, bem-aventurado Daniel, não estiveste em erro; todas estas coisas aconteceram.

Depois disso também me falaste do animal terrível e espantoso, “o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava, e fazia em pedaços,

e pisava aos pés o que sobejava”. Já reina o ferro; já subjuga e esmiúça tudo; já põe em sujeição os rebeldes; nós mesmos já vemos estas coisas. Agora glorificamos a Deus pelo fato de sermos instruídos por ti.

A parte da profecia que se cumprira naquele tempo era clara para os cristãos primitivos. Viam também que surgiriam dez reinos do Império Romano, e que o Anticristo apareceria entre eles. Aguardavam com esperança a grande consumação, o momento em que a segunda vinda de Cristo acabaria com todos os reinos terrestres, e se estabeleceria o reino de justiça.

O reino vindouro! Este deve ser o tema dominante na geração atual. Você está pronto para o reino? O que nele entrar não ficará para simplesmente viver por um período como as pessoas no estado atual; não para vê-lo degenerar, nem ser derribado por outro reino mais poderoso que o suceda. Entrará para participar de todos os seus privilégios e bênçãos e compartilhar suas glórias para sempre, pois este reino “não passará a outro povo”.

Voltamos a perguntar: Estão preparados? As condições para herdá-lo são muito liberais: “E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão, e herdeiros segundo a promessa.” Gálatas 3:29. Vocês são amigos de Cristo, o Rei vindouro? Apreciam Seu caráter? Estão procurando andar humildemente em Suas pisadas e obedecer aos Seus ensinamentos? Em caso contrário, leiam seu destino nos casos das pessoas da parábola, acerca das quais se diz: “Quanto, porém, a esses Meus inimigos, que não quiseram que Eu reinasse sobre eles, trouxe-os aqui e executei-os na Minha presença.” Lucas 19:27. Não haverá reino rival onde vocês possam achar asilo se continuam inimigo deste, pois o reino de Deus há de ocupar todo o território que todos os reinos deste mundo, passados ou presentes, já tenham possuído. Encherá toda a Terra. Felizes aqueles a quem o legítimo Soberano, Rei totalmente vencedor, possa dizer afinal: “Vinde, benditos de Meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo.” Mateus 25:34.

VERSÍCULOS 46-49: Então o rei Nabucodonosor se inclinou e se prostrou rosto em terra perante Daniel, e ordenou que lhe fizessem oferta de manjares e suaves perfumes. Disse o rei a Daniel: Certamente, o vosso Deus é Deus dos deuses, e Senhor dos reis, e o revelador de mistérios, pois pudeste revelar este mistério. Então o rei engrandeceu a Daniel, e lhe deu muitos e grandes presentes, e o pôs por governador de toda a província de Babilônia, como também o fez chefe supremo de todos os sábios de Babilônia. A pedido de Daniel, constituiu o rei a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego sobre os negócios da província de Babilônia; Daniel, porém, permaneceu na corte do rei.

Devemos voltar ao palácio de Nabucodonosor e a Daniel, que está na presença do rei. Ele deu a conhecer ao rei o sonho e sua interpretação, enquanto os cortesãos e os frustrados adivinhos aguardavam por perto em silenciosa e reverente admiração.

Nabucodonosor exalta a Daniel — Como cumprimento da promessa que fizera, o rei engrandeceu a Daniel. Há nesta vida duas coisas consideradas especialmente capazes de engrandecer um homem, e ambas Daniel recebeu do rei. Com efeito, é considerado grande um homem que tem riquezas; e lemos que o rei lhe deu muitos e grandes presentes. Se juntamente com suas riquezas o homem tem poder, a estima popular o considera grande homem; e a Daniel foi concedido poder em abundante medida. Foi feito governador da província de Babilônia e o principal dos governadores sobre todos os sábios de Babilônia. Assim Daniel passou a receber pronta e abundante recompensa de sua fidelidade a sua própria consciência e aos reclamos divinos.

Daniel não se deixou perturbar nem embriagar por sua assinalada vitória e seu maravilhoso progresso. Primeiro se lembrou dos seus três companheiros de ansiedade no tocante ao negócio do rei; e como eles o haviam ajudado com suas orações, decidiu que deviam participar de suas honras. A pedido dele, foram colocados sobre os negócios de Babilônia, enquanto o próprio Daniel se sentava à porta do rei. A porta era o lugar onde se realizavam as reuniões do conselho e se consideravam os assuntos de maior importância. O relato simplesmente declara que Daniel se tornou o principal conselheiro do rei.

Daniel 03 — A Integridade Provada pelo Fogo

VERSÍCULO: O rei Nabucodonosor fez uma imagem de ouro que tinha sessenta côvados de alto e seis de largo; levantou-a no campo de Dura, na província de Babilônia.

Admite-se que esta imagem, em certo sentido, se referia ao sonho do rei, descrito no capítulo anterior. Naquele sonho a cabeça era de ouro e representava o reino de Nabucodonosor. Sucediã-no metais de qualidade inferior, que simbolizavam uma sucessão de reinos. Nabucodonosor sentiu-se indubitavelmente satisfeito de que seu reino fosse representado pelo ouro; mas não lhe agradava o fato ser sucedido por outro reino. Por isso, em vez de decidir que sua imagem tivesse só a cabeça de ouro, ele a fez toda de ouro, para indicar que seu reino não seria lugar a outro reino, mas se perpetuaria.

VERSÍCULOS 2-7: Então o rei Nabucodonosor mandou ajuntar os sátrapas, os prefeitos e governadores, os juizes, os tesoureiros, os magistrados, os conselheiros e todos os oficiais das províncias, para que viessem à consagração da imagem que o rei Nabucodonosor tinha levantado. Então se a juntaram os sátrapas, os prefeitos e governadores, os juizes, os tesoureiros, os magistrados, os conselheiros e todos os oficiais das províncias, para a consagração da imagem que o rei Nabucodonosor tinha levantado; e estavam de pé diante da imagem que Nabucodonosor tinha levantado. Nisto o arauto apregoava em alta voz: Ordena-se a vós outros, ó povos, nações e homens de todas as línguas: No momento em que ouvirdes o som da trombeta, do pífaro, da harpa, da cítara, do saltério, da gaita de foles, e de toda sorte de música, vos prostrareis, e adorareis a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor levantou. Qualquer que se não prostrar e não a adorar, será no mesmo instante lançado na fornalha de fogo ardente. Portanto, quando todos os povos ouvirem o som da trombeta, do pífaro, da harpa, da cítara, do saltério, e de toda sorte de música, se prostraram os povos, nações e homens de todas as línguas, e adoraram a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor tinha levantado.

Dedicação da Imagem — A dedicação desta imagem tornou-se uma grande ocasião, pois foram convocados os homens principais de todo o reino. A tantos esforços e gastos os homens se dispõem para sustentar os sistemas de culto idólatras e pagãos. Quão lastimável é que os que têm a verdadeira religião sejam tão suplantados neste particular pelos que sustentam o falso e o espúrio! A adoração era acompanhada de música; e quem quer que dela não participasse via-se ameaçado de ser lançado na fornalha ardente. Tais são sempre os motivos mais fortes empregados para impelir os homens em qualquer direção; de um lado o prazer, do outro a dor.

VERSÍCULOS 8-12: Ora, no mesmo instante, se chegaram alguns homens caldeus e acusaram os judeus; disseram ao rei Nabucodonosor: **Ó rei, vive eternamente! Tu, ó rei, baixaste um decreto pelo qual todo homem que ouvisse o som da trombeta, do píforo, da harpa, da cítara, do saltério, da gaita de foles e de toda sorte de música se prostraria e adoraria a imagem de ouro; e qualquer que não se prostrasse e não adorasse seria lançado na fornalha de fogo ardente. Há uns homens judeus, que tu constituíste sobre os negócios da província da Babilônia: Sadraque, Mesaque e Abede-Nego; estes homens, ó rei, não fizeram caso de ti, a teus deuses não servem, nem adoram a imagem de ouro que levantaste.**

Três Hebreus Provados — Os caldeus que acusaram aos judeus eram provavelmente da seita de filósofos conhecida por esse nome, ainda afligidos pelo ressentimento do ignominioso fracasso que sofreram quando não puderam interpretar o sonho do rei relatado em Daniel 2. Avidamente queriam aproveitar qualquer pretexto para acusar os judeus perante o rei para conseguir sua desonra ou morte. Influíram nos preconceitos do rei, insinuando insistentemente que esses hebreus eram ingratos. Queriam dizer: “Tu os encarregaste dos negócios de Babilônia, e eles te desprezaram.” Não se sabe onde estava Daniel nessa ocasião. É provável que estivesse ausente, cuidando de algum negócio do império. Mas por que estavam presentes Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, sabendo que não podiam adorar a imagem? Não era porque estavam dispostos a cumprir as exigências do rei até onde lhes fosse possível sem comprometer seus princípios religiosos? O rei exigia que estivessem presentes. Isso eles podiam cumprir, e o fizeram. Exigiu que adorassem a imagem. Isso lhes era vedado por sua religião e se negaram a fazê-lo.

VERSÍCULOS 13-18: Então, Nabucodonosor, irado e furioso, mandou chamar Sadraque, Mesaque e Abede-Nego. E trouxeram a estes homens perante o rei. Falou Nabucodonosor e lhes disse: **É verdade, ó Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que vós não servis a meus deuses, nem adorais a imagem de ouro que levantei? Agora, pois, estai dispostos e, quando ouvirdes o som da trombeta, do píforo, da cítara, da harpa, do saltério, da gaita de foles, prostrai-vos e adorai a imagem que fiz; porém, se não a adorardes, sereis, no mesmo instante, lançados na fornalha de fogo ardente. E quem é o deus que vos poderá livrar das minhas mãos? Responderam Sadraque, Mesaque e Abede-Nego ao rei: Ó Nabucodonosor, quanto a isto não necessitamos de te responder. Se o nosso Deus, a quem servimos, quer livrar-nos, ele nos livrará da fornalha de fogo ardente e das tuas mãos, ó rei. Se não, fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste.**

A tolerância do rei se nota no fato de haver concedido a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego outra oportunidade após sua primeira negativa a cumprir-lhe as exigências. Sem dúvida eles compreendiam plenamente o assunto. Não podiam alegar ignorância. Sabiam exatamente o que o rei queria, e não lhe obedeciam por recusa intencional e deliberada. No caso da maioria dos reis isso teria bastado para selar a sorte deles. Mas Nabucodonosor disse: Não; relevarei esta ofensa se numa segunda prova cumprirem a lei. Eles, porém, informaram ao rei que ele

não precisava dar-se ao trabalho de repetir a prova. Sua resposta foi honesta e decisiva: “Quanto a isto” — disseram — “não necessitamos de te responder”, Quer dizer, não precisas conceder-nos o favor de outra prova; nossa decisão está tomada. Podemos tão bem responder-te agora como em qualquer momento futuro; e nossa resposta é: “Não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste. Nosso Deus pode livrar-nos, se quiser; mas se não o fizer, não nos queixaremos. Conhecemos Sua vontade, e a ela obedecemos incondicionalmente.”

VERSÍCULOS 19-25: “Então, Nabucodonosor se encheu de fúria e, transtornado o aspecto do seu rosto contra Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, ordenou que se acendesse a fornalha sete vezes mais do que se costumava. Ordenou aos homens mais poderosos que estavam no seu exército que atassem a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego e os lançassem na fornalha de fogo ardente. Então, estes homens foram atados com os seus mantos, suas túnicas e chapéus e suas outras roupas e foram lançados na fornalha sobremaneira acesa. Porque a palavra do rei era urgente e a fornalha estava sobremaneira acesa, as chamas do fogo mataram os homens que lançaram de cima para dentro a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego. Estes três homens, Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, caíram atados dentro da fornalha sobremaneira acesa. Então, o rei Nabucodonosor se espantou, e se levantou depressa, e disse aos seus conselheiros: Não lançamos nós três homens atados dentro do fogo? Responderam ao rei: É verdade, ó rei. Tornou ele e disse: Eu, porém, vejo quatro homens soltos, que andam passeando dentro do fogo, sem nenhum dano; e o aspecto do quarto é semelhante a um filho dos deuses.

Nabucodonosor não estava inteiramente isento das faltas e insensatez em que tão facilmente incorre um monarca absoluto. Embriagado pelo poder ilimitado, não podia suportar desobediência ou contradição. Mesmo que fosse por bons motivos, se alguém lhe resistia à autoridade expressa, Nabucodonosor manifestava a fraqueza que em tais circunstâncias é comum entre a humanidade caída, e se enfurecia. Embora dominasse o mundo, o rei não sabia cumprir a tarefa ainda mais difícil de dominar seu próprio espírito. Seu rosto ficou transtornado. Em vez do domínio próprio da aparência serena e digna que devia ter conservado, deixou transparecer, na expressão e nos atos, que era escravo de ingovernável paixão.

Lançados na fornalha de fogo — A fornalha foi aquecida sete vezes mais do que de costume, ou seja, até o máximo. Nisto o rei anulava seu propósito; pois mesmo que o fogo tivesse sobre as pessoas nele lançadas o efeito esperado, só as teria destruído mais depressa. O rei nada ganharia com seu furor. Mas ao serem libertos desse efeito, muito foi ganho para a causa de Deus e Sua verdade; pois quanto mais intenso o calor, tanto maior e mais impressionante o milagre de os jovens serem livrados dele.

Cada circunstância revelou o direto poder de Deus. Os hebreus foram atados com todas as suas vestes; mas saíram sem sequer passar sobre eles o

cheiro do fogo. Os homens mais fortes do exército foram escolhidos para os lançarem na fornalha; mas o fogo matou aqueles homens antes de entrarem em contato com ele, ao passo que sobre os hebreus não teve efeito, embora estivessem bem no meio das chamas. É evidente que o fogo se achava sob o domínio de algum ser sobrenatural, pois embora tivesse consumido as cordas com que eles foram atados, de modo que ficaram livres para andar no meio do fogo, nem sequer lhes chamuscou as vestes. Não saltaram do fogo assim que ficaram livres, mas nele continuaram; pois, em primeiro lugar, o rei os mandara colocar ali, e competia-lhe convidá-los a sair. Além disso, havia uma quarta pessoa com eles, e em Sua presença podiam estar tão contentes e alegres na fornalha de fogo, como nas delícias e nos luxos do palácio. Oxalá que em todas as nossas provas, aflições, perseguições e apertos tenhamos a companhia daquela Quarta Pessoa, e nos será suficiente!

O Rei Adquire uma Nova Visão — O rei disse: “O aspecto do quarto é semelhante a um filho dos deuses.” Alguns pensam que esta linguagem se refere a Cristo. O significado mais literal é que tinha aspecto de ser divino. Mas embora esta fosse a maneira como Nabucodonosor tinha por hábito referir-se aos deuses que adorava (ver os comentários sobre Daniel 4:18) isso não é base para crer que a expressão possa referir-se a Cristo, porque a palavra *elabin*, aqui empregada em sua forma caldeia, embora no plural, traduz-se por Deus em todo o Antigo Testamento.

Que contundente repreensão à insensatez e loucura do rei foi o livramento daqueles nobres jovens da fornalha ardente! Um poder superior a qualquer outro da Terra tinha vindicado os que permaneceram firmes contra a idolatria e desprezado o culto e as exigências do rei. Nenhum dos deuses pagãos jamais havia efetuado nem jamais podia efetuar semelhante livramento.

VERSÍCULOS 26-30: Então, se chegou Nabucodonosor à porta da fornalha sobremaneira acesa, falou e disse: Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, servos do Deus Altíssimo, saí e vinde! Então, Sadraque, Mesaque e Abede-Nego saíram do meio do fogo. Ajuntaram-se os sátrapas, os prefeitos, os governadores e conselheiros do rei e viram que o fogo não teve poder algum sobre os corpos destes homens; nem foram chamuscados os cabelos da sua cabeça, nem os seus mantos se mudaram, nem cheiro de fogo passara sobre eles. Falou Nabucodonosor e disse: Bendito seja o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que enviou o seu anjo e livrou os seus servos, que confiaram nele, pois não quiseram cumprir a palavra do rei, preferindo entregar o seu corpo, a servirem e adorarem a qualquer outro deus, senão ao seu Deus. Portanto, faço um decreto pelo qual todo povo, nação e língua que disser blasfêmia contra o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego seja despedaçado, e as suas casas sejam feitas em monturo; porque não há outro deus que possa livrar como este. Então, o rei fez prosperar a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego na província da Babilônia.

Ao receberem a ordem, os três homens saíram da fornalha. Então os príncipes, os governadores, e os conselheiros do rei, por cujo conselho ou assentimento, haviam sido lançados no fogo, pois o rei disse: “Não *lançamos* nós três homens atados dentro do fogo?” (versículo 24), se reuniram para ver esses homens e obterem a prova visível e tangível de sua milagrosa preservação. Todos se esqueceram do culto da grande imagem. Todo o interesse desse vasto concurso de pessoas se concentrou nesses três homens notáveis. Como se deve ter difundido por todo o império o conhecimento desse livramento quando as pessoas voltaram a suas províncias! Que notável exemplo de haver Deus feito a ira do homem redundar em Seu louvor!

O Rei Reconhece o Verdadeiro Deus — Então o rei bendisse o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, e decretou que ninguém falasse contra Ele. Sem dúvida os caldeus tinham falado contra Deus. Naqueles dias, cada nação tinha seu deus ou seus deuses, pois havia “muitos deuses e muitos senhores”. A vitória de uma nação sobre outra supunha-se ocorrer porque os deuses da nação vencida não podiam livrá-la de seus conquistadores. Os judeus tinham sido completamente subjugados pelos babilônios, e sem dúvida estes tinham falado desdenhosamente do Deus dos judeus. Isso o rei agora proibia, pois compreendia claramente que seu êxito contra os judeus se devia aos pecados deles e não por falta de poder do seu Deus. A que conspícua e exaltada luz isso colocava o Deus dos hebreus em comparação com os deuses das nações! Era um reconhecimento de que Ele considerava os homens receptivos a alguma elevada norma de caráter moral e não via com indiferença suas ações em referência a ela.

Nabucodonosor procedeu bem ao exaltar publicamente o Deus do céu acima dos demais deuses. Não tinha, porém, direito civil ou moral de impor a seus súditos uma confissão e reverência semelhante, nem de ameaçar de morte aos que não adorassem o verdadeiro Deus como tinha feito com os que se negassem adorar sua imagem de ouro.

Três Hebreus Promovidos — O rei promoveu os jovens cativos, isto é, restituiu-lhes os cargos que haviam ocupado antes de serem acusados de desobediência e traição. Ao fim do versículo 30, a Septuaginta acrescenta: “E os elevou a governadores sobre todos os judeus que havia em seu reino.” O rei não mais insistiu na adoração de sua imagem.

Daniel 04 — O Altíssimo Reina

VERSÍCULOS 1-3: O rei Nabucodonosor a todos os povos, nações e homens de todas as línguas, que habitam em toda a terra. Paz vos seja multiplicada! Pareceu-me bem fazer conhecidos os sinais e maravilhas que Deus, o Altíssimo, tem feito para comigo. Quão grandes são os sinais, e quão poderosas as Suas maravilhas. O Seu reino é reino sempiterno, e o Seu domínio de geração em geração.

Adam Clarke afirma que este capítulo “é um decreto regular, e um dos mais antigos registrados. Não há dúvida de que foi copiado dos documentos oficiais de Babilônia. Daniel o havia conservado no idioma original”

O Rei Exalta o Verdadeiro Deus — Esse decreto de Nabucodonosor foi promulgado na forma usual. Queria tornar conhecida, não apenas a algumas pessoas, mas a todos os povos, nações e línguas, a maneira maravilhosa com que Deus o tratou. As pessoas estão sempre prontas a contar o que Deus fez por elas em termos de benefícios e bênçãos. Devíamos igualmente estar dispostos a contar o que Deus tem feito por nós tanto na humilhação como no castigo, Nabucodonosor nos deu um bom exemplo a esse respeito, como veremos nas partes subsequentes deste capítulo. Confessa francamente a vaidade e o orgulho de seu coração e fala abertamente dos meios que Deus empregou para humilhá-lo. Com sincero espírito de arrependimento e humilhação achou por bem revelar estas coisas a fim de que a soberania de Deus fosse exaltada e Seu nome adorado. Nabucodonosor já não pede imutabilidade para o seu próprio reino, mas se entrega plenamente a Deus, reconhecendo que só o Seu reino é eterno e Seu domínio de geração em geração.

VERSÍCULOS 4-18: Eu, Nabucodonosor, estava tranquilo em minha casa e feliz no meu palácio. Tive um sonho, que me espantou; e, quando estava no meu leito, os pensamentos e as visões da minha cabeça me turbaram. Por isso, expedi um decreto, pelo qual fossem introduzidos à minha presença todos os sábios da Babilônia, para que me fizessem saber a interpretação do sonho. Então, entraram os magos, os encantadores, os caldeus e os feiticeiros, e lhes contei o sonho; mas não me fizeram saber a sua interpretação. Por fim, se me apresentou Daniel, cujo nome é Beltessazar, segundo o nome do meu deus, e no qual há o espírito dos deuses santos; e eu lhe contei o sonho, dizendo: Beltessazar, chefe dos magos, eu sei que há em ti o espírito dos deuses santos, e nenhum mistério te é difícil; eis as visões do sonho que eu tive; dize-me a sua interpretação. Eram assim as visões da minha cabeça quando eu estava no meu leito: eu estava olhando e vi uma árvore no meio da terra, cuja altura era grande; crescia a árvore e se tornava forte, de maneira que a sua altura chegava até ao céu; e era vista até aos confins da terra. A sua folhagem era formosa, e o seu fruto, abundante, e havia nela sustento para todos; debaixo dela os animais do campo achavam sombra, e as aves do céu faziam morada nos seus ramos, e todos os seres

viventes se mantinham dela. No meu sonho, quando eu estava no meu leito, vi um vigilante, um santo, que descia do céu, clamando fortemente e dizendo: **Derribai a árvore, cortai-lhe os ramos, derriçai-lhe as folhas, espalhai o seu fruto; afugentem-se os animais de debaixo dela e as aves, dos seus ramos. Mas a cepa, com as raízes, deixai na terra, atada com cadeias de ferro e de bronze, na erva do campo. Seja ela molhada do orvalho do céu, e a sua porção seja, com os animais, a erva da terra. Mude-se-lhe o coração, para que não seja mais coração de homem, e lhe seja dado coração de animal; e passem sobre ela sete tempos. Esta sentença é por decreto dos vigilantes, e esta ordem, por mandado dos santos; a fim de que conheçam os viventes que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens; e o dá a quem quer e até ao mais humilde dos homens constitui sobre eles. Isto vi eu, rei Nabucodonosor, em sonhos. Tu, pois, ó Beltessazar, dize a interpretação, porquanto todos os sábios do meu reino não me puderam fazer saber a interpretação, mas tu podes; pois há em ti o espírito dos deuses santos.**

Esta parte do relato inicia quando Nabucodonosor tinha vencido todos os seus inimigos. Tivera êxito em seus empreendimentos militares. Subjugara a Síria, Fenícia, Judeia, Egito e Arábia. Foram provavelmente estas grandes conquistas que o induziram a confiar em si mesmo. Exatamente nesse tempo, quando se sentia mais descansado e seguro, quando era mais improvável ocorrer algo que lhe perturbasse a tranquilidade, nesse mesmo tempo, Deus decidiu afligi-lo com temores e pressentimentos.

O Rei Perturbado por Outro Sonho — Mas o que poderia infundir temor ao coração de um rei como Nabucodonosor? Desde a juventude ele fora guerreiro. Frequentemente enfrentara os perigos dos combates, os terrores da matança e permanecera incólume em meio a essas cenas. Que haveria de amedrontá-lo agora? Nenhum inimigo o ameaçava, não se via nuvem hostil no horizonte. Seus próprios pensamentos e visões foram utilizados para ensinar-lhe o que nenhuma outra coisa podia ensinar-lhe: uma salutar lição de dependência e humildade. Ele, que havia aterrorizado a outros, mas a quem nenhuma outra pessoa podia aterrorizar, foi feito terror de si mesmo.

Humilhação ainda maior que a narrada no segundo capítulo foi infligida aos magos. Naquela ocasião eles se jactavam de que se tão-somente conhecessem o sonho poderiam revelar sua interpretação. Agora, Nabucodonosor lembra claramente o sonho e o relatou, mas o aflige haverem seus servos voltado a falhar ignominiosamente. Não puderam dar a interpretação e novamente o monarca recorreu ao profeta de Deus.

O reinado de Nabucodonosor é simbolizado por uma árvore que brotava no meio da Terra. Babilônia, cidade onde Nabucodonosor reinou, estava aproximadamente no centro do mundo então conhecido. A árvore chegava até ao céu e suas folhas eram viçosas. Grandes eram sua glória externa e seu esplendor. Tinha excelências internas. Seu fruto era abundante e proporcionava alimento a todos. Os animais do campo se refugiavam à sua sombra, as aves do céu moravam em

seus ramos. Que outra coisa podia representar com mais clareza e força o fato de que Nabucodonosor regia seu reino com tal eficiência que proporcionava a mais plena proteção, sustento e prosperidade a todos os seus súditos? Ao ser dada a ordem para cortar a árvore, ordenou-se também que o tronco fosse deixado na terra. Devia ser protegida com cadeia de ferro e de bronze para que não se estragasse, mas subsistisse a fonte de futuro crescimento e grandeza.

Aproxima-se o dia em que os ímpios serão cortados e não lhes restará esperança. Não haverá misericórdia misturada com o seu castigo. Serão destruídos, raiz e ramo, conforme expressa Malaquias.

“Passem sobre ele sete tempos”, dizia o decreto. É evidente que esta simples expressão deve ser entendida literalmente. Mas quanto abrange este período de “sete tempos”? Pode-se determinar pelo tempo que Nabucodonosor, em cumprimento desta predição, foi afastado para morar com os animais do campo. Isso, informa-nos Josefo, durou sete anos. Portanto, aqui “um tempo” representa um ano.

Quanto interesse sentem anjos pelos assuntos humanos! Veem, como jamais os mortais podem ver, quão indecoroso é o orgulho no coração humano. Como ministros de Deus executam alegremente os decretos Deus para corrigir o mal. O homem deve saber que não é o arquiteto de seu próprio destino, porque há Um que predomina sobre os reinos dos homens e eles devem humildemente colocar-se na dependência dEle. Um homem pode ser um governante de êxito, mas não se deve orgulhar disso, pois se o Senhor não o tivesse permitido, ele jamais teria alcançado essa posição de honra.

Nabucodonosor reconhece a supremacia do verdadeiro Deus sobre os oráculos pagãos. Solicita a Daniel que resolva o mistério. “Tu podes” — disse ele “pois há em ti o espírito dos deuses santos.”

Conformou se observou ao tratar Daniel 3:25, Nabucodonosor volta agora à sua maneira habitual de mencionar os deuses no plural, embora a Septuaginta traduz assim: “O espírito do Deus santo está em ti.”

VERSÍCULOS 19-27: Então, Daniel, cujo nome era Beltessazar, esteve atônito por algum tempo, e os seus pensamentos o turbavam. Então, lhe falou o rei e disse: Beltessazar, não te perturbe o sonho, nem a sua interpretação. Respondeu Beltessazar e disse: Senhor meu, o sonho seja contra os que te têm ódio, e a sua interpretação, para os teus inimigos. A árvore que viste, que cresceu e se tornou forte, cuja altura chegou até ao céu, e que foi vista por toda a terra, cuja folhagem era formosa, e o seu fruto, abundante, e em que para todos havia sustento, debaixo da qual os animais do campo achavam sombra, e em cujos ramos as aves do céu faziam morada, és tu, ó rei, que cresceste e vieste a ser forte; a tua grandeza cresceu e chega até ao céu, e o teu domínio, até à extremidade da terra. Quanto ao que viu o rei, um vigilante, um santo, que descia do céu e que dizia: Cortai a árvore e destruí-a, mas a cepa com as raízes deixai na terra, atada com cadeias de ferro e de bronze, na erva do campo; seja ela molhada do orvalho do céu, e a sua porção seja com os animais do campo, até que passem sobre ela sete tempos, esta é a

interpretação, ó rei, e este é o decreto do Altíssimo, que virá contra o rei, meu senhor: serás expulso de entre os homens, e a tua morada será com os animais do campo, e dar-te-ão a comer ervas como aos bois, e serás molhado do orvalho do céu; e passar-se-ão sete tempos por cima de ti, até que conheças que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer. Quanto ao que foi dito, que se deixasse a cepa da árvore com as suas raízes, o teu reino tornará a ser teu, depois que tiveres conhecido que o céu domina. Portanto, ó rei, aceita o meu conselho e põe termo, pela justiça, em teus pecados e em tuas iniquidades, usando de misericórdia para com os pobres; e talvez se prolongue a tua tranquilidade.

A hesitação de Daniel, que permaneceu sentado, calando de assombro, não surgiu de ter dificuldade alguma em interpretar o sonho, mas de ser o assunto tão delicado para que desse a conhecer seu significado ao rei. Daniel havia recebido favores do rei, somente favores, quanto saibamos, e ficou-lhe difícil ser o portador de tão terrível ameaça de juízo contra ele como a implicada no sonho. Perturbava-o a necessidade de determinar de que maneira ele poderia melhor comunicar a mensagem. Parece que o rei previa semelhante situação, pois animou o profeta dizendo-lhe que não se deixasse perturbar pelo sonho ou pela interpretação. Era como se dissesse: Não hesites em me dar a conhecer o sonho, qualquer que seja seu significado para mim.

Daniel Interpreta o Sonho — Assim animado, Daniel fala em linguagem ao mesmo tempo categórica e delicada: “O sonho seja contra os que te têm ódio, e a sua interpretação para os teus inimigos.” Este sonho apresenta uma calamidade que seria preferível ver cair sobre os inimigos do rei em vez de sobrevir a ele.

Nabucodonosor relatara minuciosamente o sonho e, assim que Daniel o informou de que o sonho se aplicava a ele, ficou evidente que o rei pronunciara sua própria sentença. A interpretação a seguir é tão clara que não precisa de explicação. Os juízos com que ameaçava eram condicionais. Destinavam-se a ensinar ao rei que o Céu domina, a palavra Céu significando aqui Deus, o Governante dos céus. Daniel aproveitou a ocasião para aconselhar o rei em face do juízo que o ameaçava. Mas não o acusou com rispidez ou espírito de censura. As armas que ele preferiu usar foram a bondade e a persuasão: “Aceita o meu conselho.” De igual modo o apóstolo Paulo roga aos homens que suportem a palavra de exortação (Hebreus 13:22). Se o rei quisesse abandonar seus pecados fazendo “justiça” e as suas iniquidades usando de “misericórdia para com os pobres”, o resultado poderia ser um prolongamento de sua tranquilidade ou, como diz a nota marginal de uma versão, “a cura do teu erro”. Pelo arrependimento poderia ter evitado o juízo que o Senhor Se propunha trazer sobre ele.

VERSÍCULOS 28-33: Todas estas coisas sobrevieram ao rei Nabucodonosor. Ao cabo de doze meses, passeando sobre o palácio real da cidade de Babilônia, falou o rei e disse: Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com o meu grandioso poder e para glória da minha majestade? Falava ainda o rei quando desceu uma voz do céu: A ti

se diz, ó rei Nabucodonosor: Já passou de ti o reino. Serás expulso de entre os homens, e a tua morada será com os animais do campo; e far-te-ão comer ervas como os bois, e passar-se-ão sete tempos por cima de ti, até que aprendas que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer. No mesmo instante, se cumpriu a palavra sobre Nabucodonosor; e foi expulso de entre os homens e passou a comer erva como os bois, o seu corpo foi molhado do orvalho do céu, até que lhe cresceram os cabelos como as penas da águia, e as suas unhas, como as das aves.

A Exaltação Própria e a Humilhação do Rei — Nabucodonosor não se valeu do conselho recebido, mas Deus teve paciência com ele por mais doze meses antes de desferir o golpe. Durante este tempo, o rei continuou abrigando orgulho em seu coração, e chegou ao ponto em que Deus não poderia deixar de agir. O rei passeava no palácio e, ao contemplar os esplendores daquela maravilha do mundo, a coroa dos reinos, esqueceu-se da Fonte de toda a sua força e grandeza e exclamou: “Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei?” Os arqueólogos descobriram as ruínas daquela antiga cidade, que Sir Federico Kenyon descreve nas palavras:

Estas ruínas confirmaram o caráter geralmente assolado do local, mas também revelaram muito do seu plano, arquitetura e ornamentação. Os edifícios encontrados eram quase todos obra de Nabucodonosor, que reconstruiu a cidade anterior de modo extenso, sendo que o mais elevado de todos os edifícios era seu próprio palácio (“a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com o meu grandioso poder e para glória da minha majestade”).

Havia chegado o tempo de Nabucodonosor ser humilhado. Uma voz do céu volta a anunciar o castigo de que ele era ameaçado e a Divina Providência imediatamente passou a executá-lo. Perdeu a razão. A pompa e a glória de sua grande cidade já não o encantavam. Com um toque de Seu dedo, Deus arrebatou-lhe a capacidade de apreciar e desfrutar. Abandonou as moradas dos homens e buscou refúgio e companhia entre os animais do campo.

VERSÍCULOS 34-37: Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao céu, tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes? Tão logo me tornou a vir o entendimento, também, para a dignidade do meu reino, tornou-me a vir a minha majestade e o meu resplendor; buscaram-me os meus conselheiros e os meus grandes; fui restabelecido no meu reino, e a mim se me ajuntou extraordinária grandeza. Agora, pois, eu, Nabucodonosor, louvo, exalto e glorifico ao Rei do céu, porque todas as suas obras são verdadeiras, e os seus caminhos, justos, e pode humilhar aos que andam na soberba.

Nabucodonosor Glorifica ao “Rei do Céu” — Ao fim dos sete anos a mão de Deus deixou de afligir o rei e ele recuperou a razão e o entendimento. Seu primeiro ato foi bendizer o Altíssimo. A esse respeito, Mathew Henry observa com muita propriedade: “Com justiça podem ser considerados vazios de entendimento os que não bendizem nem louvam a Deus; e enquanto não começam a ser religiosos jamais os homens usam corretamente sua razão, nem vivem como homens enquanto não vivem para a glória de Deus.”

Foram-lhe restituídas a honra e a inteligência e ele foi restabelecido no reino. A promessa era que seu reino lhe seria assegurado (Verso 26). Diz-se que durante a insanidade de Nabucodonosor, seu filho Evil-Merodaque reinou em seu lugar. A interpretação dada por Daniel ao sonho foi, sem dúvida, bem compreendida em todo o palácio, e provavelmente foi tema de conversação. Daí que o regresso de Nabucodonosor a seu reino deve ter sido esperado com interesse. Não se nos informa por que lhe foi permitido viver em campo aberto e em tal condição de desamparo, em vez de ser confortavelmente atendido pelos assistentes do palácio.

A aflição teve o efeito a que se destinava. O rei aprendeu a lição de humildade. Não a esqueceu com a volta da prosperidade. Soube reconhecer que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer. Expediu a todo o reino uma proclamação real consistente no reconhecimento do seu orgulho e num manifesto de louvor e adoração ao Rei do Céu.

É a última menção de Nabucodonosor que encontramos na Escritura. Este decreto, na versão autorizada, data de 563 a.C., ou seja, um ano antes da morte de Nabucodonosor, segundo a cronologia aceita por Adam Clarke, embora alguns atribuam ao decreto uma data que antecede em 17 anos a morte do rei. Nada indica que o rei tenha voltado a cair em idolatria, e conclui-se que ele morreu crendo no Deus de Israel.

Assim termina a vida desse homem notável. Em meio a todas as tentações que acompanhavam seu elevado posto de rei, não podemos supor que Deus viu nele sinceridade, integridade e pureza de propósito, que podia usar para a glória de Seu nome? Daí seu maravilhoso procedimento para com ele, com o fim aparente de afastá-lo de sua falsa religião e uni-lo ao serviço do Deus verdadeiro. Temos, primeiramente, seu sonho da grande imagem, que contém valiosa lição para todas as gerações vindouras. Depois, sua experiência com Sadraque, Mesaque e Abede-Nego quando recusaram adorar a imagem de ouro, quando foi novamente levado a reconhecer a supremacia do verdadeiro Deus. Finalmente, temos os maravilhosos incidentes registrados neste capítulo, mostrando os incessantes esforços do Senhor para levar Nabucodonosor a reconhecer plenamente o Criador. E não podemos esperar que o rei mais ilustre do primeiro reino profético, a cabeça de ouro, finalmente participe daquele reino diante do qual todos os reinos serão como palha e cuja glória jamais se obscurecerá?

Daniel 05 — A Escritura na Parede

VERSÍCULO 1: O rei Belsazar deu um grande banquete a mil dos seus grandes, e bebeu vinho na presença dos mil.

Este capítulo descreve as cenas finais do império babilônico, a transição do ouro para a prata na imagem do capítulo 2, e do leão para o urso na visão do capítulo 7. Alguns supõem ter sido este banquete uma festa fixa anual em honra de uma das divindades babilônicas. Ciro, que então sitiava Babilônia, sabendo que a celebração se aproximava, teve-a em conta em seus planos para tomar a cidade. Nossa tradução diz que Belsazar, tendo convidado mil dos seus grandes, “bebeu vinho na presença dos mil.” Alguns traduzem “bebia [...] contra os mil, dando a entender que, além de quaisquer outras fraquezas que pudesse ter tido, o rei era, pelo menos um grande bebedor.

VERSÍCULOS 2-4: Enquanto Belsazar bebia e apreciava o vinho, mandou trazer os utensílios de ouro e de prata, que Nabucodonosor, seu pai, tirara do templo que estava em Jerusalém, para que neles bebessem o rei, e os seus grandes, as suas mulheres e concubinas. Então trouxeram os utensílios de ouro, que foram tirados do templo da casa de Deus, que estava em Jerusalém e beberam neles o rei, os seus grandes, as suas mulheres e concubinas. Beberam o vinho, e deram louvores aos deuses de ouro, de prata, de bronze, de ferro, de madeira e de pedra.

O fato de o rei, sob o efeito do vinho, mandar buscar os vasos sagrados tomados de Jerusalém, pode indicar que o banquete se referia em certo sentido a vitórias anteriores sobre os judeus. Era de esperar que o rei usasse aqueles vasos para celebrar a vitória por meio da qual os babilônios os obtiveram. Provavelmente, nenhum outro rei havia ido tão longe em sua impiedade. E enquanto bebiam vinho nos vasos dedicados ao verdadeiro Deus, louvavam os seus deuses de ouro, prata, bronze, ferro, madeira e pedra. Possivelmente, como notamos no comentário a Daniel 3:29, celebravam a superioridade do poder de seus deuses perante o Deus dos judeus, de cujos vasos agora bebiam em honra de suas divindades pagãs.

VERSÍCULOS 5-9: No mesmo instante, apareceram uns dedos de mão de homem e escreviam, defronte do candeeiro, na caiadura da parede do palácio real; e o rei via os dedos que estavam escrevendo. Então, se mudou o semblante do rei, e os seus pensamentos o turbaram; as juntas dos seus lombos se relaxaram, e os seus joelhos batiam um no outro. O rei ordenou, em voz alta, que se introduzissem os encantadores, os caldeus e os feiticeiros; falou o rei e disse aos sábios da Babilônia: Qualquer que ler esta escritura e me declarar a sua interpretação será vestido de púrpura, trará uma cadeia de ouro ao pescoço e será o terceiro no meu reino. Então, entraram todos os sábios do rei; mas não puderam

ler a escritura, nem fazer saber ao rei a sua interpretação. Com isto, se perturbou muito o rei Belsazar, e mudou-se-lhe o semblante; e os seus grandes estavam sobressaltados.

A Escritura na Parede — Nenhum fulgor de luz sobrenatural nem trovão ensurdecedor anunciou a intervenção de Deus na ímpia orgia. Apareceu silenciosamente uma mão traçando misteriosos caracteres na parede. Escreveu defronte do candeeiro. O terror se apoderou do rei, porque sua consciência o acusava. Embora não soubesse ler o escrito, sabia que não era mensagem de paz nem de bênção o que fora traçado em letras resplandecentes na parede do seu palácio. A descrição que o profeta faz do efeito que o temor produziu no rei, é insuperável. Mudou-se o semblante do rei, desfaleceu-lhe o coração, dores se apoderaram dele e tão violento era seu tremor, que seus joelhos se entrecho-cavam. Esqueceu-se de sua jactância e orgia. Esqueceu-se de sua dignidade e em alta voz mandou chamar seus astrólogos e adivinhos para que lhe revelassem o significado da misteriosa inscrição.

VERSÍCULOS 10-16: A rainha-mãe, por causa do que havia acontecido ao rei e aos seus grandes, entrou na casa do banquete e disse: Ó rei, vive eternamente! Não te turbem os teus pensamentos, nem se mude o teu semblante. Há no teu reino um homem que tem o espírito dos deuses santos; nos dias de teu pai, se achou nele luz, e inteligência, e sabedoria como a sabedoria dos deuses; teu pai, o rei Nabucodonosor, sim, teu pai, ó rei, o constituiu chefe dos magos, dos encantadores, dos caldeus e dos feiticeiros, porquanto espírito excelente, conhecimento e inteligência, interpretação de sonhos, declaração de enigmas e solução de casos difíceis se acharam neste Daniel, a quem o rei pusera o nome de Beltessazar; chame-se, pois, a Daniel, e ele dará a interpretação. Então, Daniel foi introduzido à presença do rei. Falou o rei e disse a Daniel: És tu aquele Daniel, dos cativos de Judá, que o rei, meu pai, trouxe de Judá? Tenho ouvido dizer a teu respeito que o espírito dos deuses está em ti, e que em ti se acham luz, inteligência e excelente sabedoria. Acabam de ser introduzidos à minha presença os sábios e os encantadores, para lerem esta escritura e me fazerem saber a sua interpretação; mas não puderam dar a interpretação destas palavras. Eu, porém, tenho ouvido dizer de ti que podes dar interpretações e solucionar casos difíceis; agora, se puderes ler esta escritura e fazer-me saber a sua interpretação, serás vestido de púrpura, terás cadeia de ouro ao pescoço e serás o terceiro no meu reino.

Pelas circunstâncias narradas aqui, parece que na corte e no palácio se haviam esquecido de Daniel como profeta de Deus. Isto se devia, sem dúvida, a ele ter estado ausente, a serviço do reino, em Susã, na província de Elão (Daniel 8:1, 2, 27). Provavelmente, a invasão do país pelo exército persa o obrigaria a voltar a Babilônia. A rainha que entrou na casa do banquete e fez saber ao rei que havia uma pessoa a quem se dirigir em busca de conhecimento de coisas sobrenaturais deve ter sido a rainha-mãe, filha de Nabucodonosor, que ainda devia ter a lembrança do admirável conselho que Daniel dera no reinado de seu pai.

Nabucodonosor é aqui chamado pai de Belsazar, segundo o costume então comum de chamar pai qualquer antepassado paterno e filho qualquer descendente masculino. Na realidade, Nabucodonosor era avô de Belsazar. Quando Daniel entrou, o rei perguntou-lhe se era um dos filhos do cativo de Judá. Parece ter sido divinamente ordenado que, enquanto os grandes do reino realizavam seu ímpio banquete em honra de seus falsos deuses, um servo do Deus verdadeiro que eles mantinham em cativeiro fosse chamado a pronunciar o juízo que sua ímpia conduta merecia.

VERSÍCULOS 17-24: Então, respondeu Daniel e disse na presença do rei: Os teus presentes fiquem contigo, e dá os teus prêmios a outrem; todavia, lerei ao rei a escritura e lhe farei saber a interpretação. Ó rei! Deus, o Altíssimo, deu a Nabucodonosor, teu pai, o reino e grandeza, glória e majestade. Por causa da grandeza que lhe deu, povos, nações e homens de todas as línguas tremiam e temiam diante dele; matava a quem queria e a quem queria deixava com vida; a quem queria exaltava e a quem queria abatia. Quando, porém, o seu coração se elevou, e o seu espírito se tornou soberbo e arrogante, foi derribado do seu trono real, e passou dele a sua glória. Foi expulso dentre os filhos dos homens, o seu coração foi feito semelhante ao dos animais, e a sua morada foi com os jumentos monteses; deram-lhe a comer erva como aos bois, e do orvalho do céu foi molhado o seu corpo, até que conheceu que Deus, o Altíssimo, tem domínio sobre o reino dos homens e a quem quer constitui sobre ele. Tu, Belsazar, que és seu filho, não humilhaste o teu coração, ainda que sabias tudo isto. E te levantaste contra o Senhor do céu, pois foram trazidos os utensílios da casa dele perante ti, e tu, e os teus grandes, e as tuas mulheres, e as tuas concubinas bebestes vinho neles; além disso, deste louvores aos deuses de prata, de ouro, de bronze, de ferro, de madeira e de pedra, que não veem, não ouvem, nem sabem; mas a Deus, em cuja mão está a tua vida e todos os teus caminhos, a ele não glorificaste. Então, da parte dele foi enviada aquela mão que traçou esta escritura.

Daniel Preende a Belsazar — Antes de tudo Daniel procura desfazer a ideia de ser influenciado por motivos como aqueles que regiam os adivinhos e astrólogos, e diz: “Dá os teus prêmios a outrem.” Deseja deixar bem claro que não era pela oferta de presentes e recompensas que ele estava assumindo a tarefa de interpretar o escrito. Então narra a experiência de Nabucodonosor, avô de Belsazar, como é exposta no capítulo anterior. Preendeu a Belsazar porque, embora ele soubesse de tudo isso, não tinha humilhado seu coração, mas se havia exaltado contra o Deus do Céu. Havia elevado sua impiedade ao ponto de profanar os vasos sagrados de Deus, louvando deuses insensíveis, de feitura humana e deixando de glorificar a Deus, de cujas mãos dependia seu alento. Por esta razão, disse-lhe Daniel, é que a mão tinha sido enviada pelo Deus a Quem ele desafiara de forma atrevida e insultante, para que traçasse aqueles caracteres de terrível, embora oculto, significado. A seguir Daniel passa a explicar a escritura.

VERSÍCULOS 25-29: Esta, pois, é a escritura que se traçou: MENE, MENE, TEQUEL e PARSIM. Esta é a interpretação daquilo: MENE: Contou Deus o teu reino e deu cabo dele. TEQUEL:

Pesado foste na balança e achado em falta. PERES: Dividido foi o teu reino e dado aos medos e aos persas. Então, mandou Belsazar que vestissem Daniel de púrpura, e lhe pusessem cadeia de ouro ao pescoço, e proclamassem que passaria a ser o terceiro no governo do seu reino.

Daniel Interpreta a Escritura — Nesta inscrição cada palavra representa uma frase curta. MENE: “contado”; TEQUEL: “pesado”; PARSIM, do radical Peres: “dividido”. Deus, a Quem desafiaste, tem o teu reino em Suas mãos e cortou os teus dias e acabou tua carreira precisamente no momento em que pensavas estar no apogeu de tua prosperidade. Tu, que elevaste o teu coração com orgulho, como o maior da Terra, foste pesado e achado mais leve que a vaidade. O teu reino, que em teu sonho subsistiria para sempre, fica dividido entre os inimigos que já estão aguardando às tuas portas.

Apesar desta terrível denúncia, Belsazar não se esqueceu de sua promessa e a seguir investiu a Daniel do manto escarlata e da cadeia de ouro e o proclamou terceiro no governo do reino. Daniel aceitou isso, provavelmente com o objetivo de ficar em melhores condições de cuidar dos interesses de seu povo durante a transição do reino ao sucessivo.

VERSÍCULOS 30-31: Naquela mesma noite, foi morto Belsazar, rei dos caldeus. E Dario, o medo, com cerca de sessenta e dois anos, se apoderou do reino.

A cena, tão sucintamente mencionada aqui, é descrita em nossas observações sobre Daniel 2:39. Enquanto Belsazar se entregava a sua presunçosa orgia, enquanto a mão do anjo traçava na parede do palácio a sentença condenatória do império, enquanto Daniel dava a conhecer o terrível significado da escrita celestial, a soldadesca persa entrava pelo esvaziado leito do Eufrates até o coração da cidade e com suas espadas desembainhadas avançavam rapidamente para o palácio do rei. Quase não se pode dizer que o surpreenderam, pois Deus acabara de adverti-lo da sorte que o esperava. Mas o acharam e o mataram. E com ele o império de Babilônia deixou de existir.

Daniel 06 — Daniel na Cova dos Leões

VERSÍCULOS 1-5: Pareceu bem a Dario constituir sobre o reino a cento e vinte sátrapas, que estivessem por todo o reino; e sobre eles, três presidentes, dos quais Daniel era um, aos quais estes sátrapas dessem conta, para que o rei não sofresse dano. Então, o mesmo Daniel se distinguiu destes presidentes e sátrapas, porque nele havia um espírito excelente; e o rei pensava em estabelecê-lo sobre todo o reino. Então, os presidentes e os sátrapas procuravam ocasião para acusar a Daniel a respeito do reino; mas não puderam achá-la, nem culpa alguma; porque ele era fiel, e não se achava nele nenhum erro nem culpa. Disseram, pois, estes homens: Nunca acharemos ocasião alguma para acusar a este Daniel, se não a procurarmos contra ele na lei do seu Deus.

Babilônia foi tomada pelos persas, e Dario, o medo, subiu ao trono em 538 a.C. Com a morte de Dario, dois anos mais tarde, 536 a.C., Ciro ocupou o trono. Em algum momento entre estas duas datas ocorreu o evento narrado neste capítulo.

Daniel era ativo dirigente no reino de Babilônia, no apogeu da glória deste. Continuou morando na capital quando os medo-persas ocuparam a sede do império universal, e estava familiarizado com todos os assuntos do reino. No entanto, não deixou relato consecutivo dos eventos ocorridos durante sua longa atuação nesses reinos. Apenas refere aqui e ali algum acontecimento apto a inspirar fé, esperança e coragem no coração dos filhos de Deus em todas as épocas e levá-los a ser firmes em sua adesão ao que é reto. O acontecimento narrado neste capítulo é mencionado pelo apóstolo Paulo em Hebreus 11, onde nos fala dos que pela fé “fecharam bocas de leões”.

Daniel, Primeiro-Ministro da Medo-Pérsia — Dario constituiu sobre o reino 120 príncipes, porque se supõe havia 120 províncias no império, cada uma com seu príncipe ou governador. Com as vitórias de Cambises e de Dario Histaspes o império foi ampliado e chegou a ter 127 províncias (Ester 1:1). Sobre esses príncipes foram colocados três presidentes e destes Daniel era o principal. Daniel foi elevado a este cargo pelo espírito excelente e fidelidade em sua obra.

Por ser um grande homem no império de Babilônia, Daniel poderia ser considerado por Dario inimigo sido banido ou eliminado de qualquer outro modo. Ou, como cativo de uma nação então em ruínas, poderia ser desprezado. Deve dizer-se, a crédito de Dario, que Daniel foi preferido sobre todos os demais, porque o arguto rei viu nele um espírito excelente e pensava estabelecê-lo sobre todo o reino.

Então se despertou contra ele a inveja dos outros príncipes e se puseram a buscar sua destruição. Em tudo o que se referia ao reino a conduta de Daniel era perfeita. Ele era fiel e verdadeiro. Não podiam achar motivo de queixa contra Daniel nesse particular. Então disseram que não podiam achar ocasião de acusá-lo exceto no concernente à lei do seu Deus. Oxalá seja assim conosco. Pessoa alguma pode obter melhor recomendação.

VERSÍCULOS 6-10: Então, estes presidentes e sátrapas foram juntos ao rei e lhe disseram: Ó rei Dario, vive eternamente! Todos os presidentes do reino, os prefeitos e sátrapas, conselheiros e governadores concordaram em que o rei estabeleça um decreto e faça firme o interdito que todo homem que, por espaço de trinta dias, fizer petição a qualquer deus ou a qualquer homem e não a ti, ó rei, seja lançado na cova dos leões. Agora, pois, ó rei, sanciona o interdito e assina a escritura, para que não seja mudada, segundo a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar. Por esta causa, o rei Dario assinou a escritura e o interdito. Daniel, pois, quando soube que a escritura estava assinada, entrou em sua casa e, em cima, no seu quarto, onde havia janelas abertas do lado de Jerusalém, três vezes por dia, se punha de joelhos, e orava, e dava graças, diante do seu Deus, como costumava fazer.

As Maquinações Contra Daniel — Notemos a conduta destes homens para conseguirem seus nefandos propósitos. Abordaram o rei de maneira tumultuosa, diz uma nota marginal. Chegaram como se houvesse surgido um assunto urgente, para juntos apresentarem ao rei. Alegaram que todos estavam de acordo. Isso era falso, pois Daniel, o principal de todos eles, não fora consultado.

O decreto que apresentaram parecia destinado a aumentar a honra e o respeito tributados à vontade real. Durante trinta dias, nenhuma oração ou petição, declararam, devia dirigir-se a homem ou a algum deus, exceto ao rei. Por meio dessa lisonja, os príncipes ocultaram seu maligno intento contra Daniel. O rei assinou o decreto, que ficou registrado como lei inalterável dos medos e persas.

Notemos a sutileza destes homens — a que extremos chegam as pessoas para acarretarem ruína a um homem bom. Se houvessem feito constar no decreto que nenhuma petição se fizesse ao Deus dos hebreus, já que esse era o fim desejado, o rei lhes teria imediatamente percebido o objetivo e não teria assinado o decreto, Mas deram ao decreto uma aplicação genérica e se mostraram dispostos a ignorar e insultar todo o seu sistema de religião e toda a multidão dos seus deuses para arruinarem o objeto do seu ódio.

Daniel percebeu a conspiração que contra ele se tramava, mas nenhuma providência tomou para a desbaratar. Simplesmente confiou em Deus e deixou o resultado em Suas mãos. Não saiu da capital com o pretexto de atender assuntos governamentais, nem cumpriu suas devoções de maneira mais secreta que a comum. Ao saber que fora assinado o decreto, ajoelhava-se no seu quarto três

vezes por dia, exatamente como antes, com o rosto voltado para sua amada Jerusalém e continuou elevando orações e súplicas a Deus.

VERSÍCULOS 11-17: Então, aqueles homens foram juntos, e, tendo achado a Daniel a orar e a suplicar, diante do seu Deus, se apresentaram ao rei, e, a respeito do interdito real, lhe disseram: Não assinaste um interdito que, por espaço de trinta dias, todo homem que fizesse petição a qualquer deus ou a qualquer homem e não a ti, ó rei, fosse lançado na cova dos leões? Respondeu o rei e disse: Esta palavra é certa, segundo a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar. Então, responderam e disseram ao rei: Esse Daniel, que é dos exilados de Judá, não faz caso de ti, ó rei, nem do interdito que assinaste; antes, três vezes por dia, faz a sua oração. Tendo o rei ouvido estas coisas, ficou muito penalizado e determinou consigo mesmo livrar a Daniel; e, até ao pôr-do-sol, se empenhou por salvá-lo. Então, aqueles homens foram juntos ao rei e lhe disseram: Sabe, ó rei, que é lei dos medos e dos persas que nenhum interdito ou decreto que o rei sancione se pode mudar. Então, o rei ordenou que trouxessem a Daniel e o lançassem na cova dos leões. Disse o rei a Daniel: O teu Deus, a quem tu continuamente serves, que ele te livre. Foi trazida uma pedra e posta sobre a boca da cova; selou-a o rei com o seu próprio anel e com o dos seus grandes, para que nada se mudasse a respeito de Daniel.

Daniel Lançado na Cova dos Leões — Feita a armadilha, só restava a esses homens espreitar sua vítima para fazê-la cair. Assim, voltaram a reunir-se, desta vez na residência de Daniel, como se algum negócio importante repentinamente os obrigasse a consultar o principal dos presidentes e eis que o acharam orando ao seu Deus, exatamente como pretendiam e esperavam encontrá-lo. Até aí tudo dera certo para eles. Não tardaram, pois, a apresentar-se ao rei com a acusação.

Ao obterem do monarca a confirmação de que o decreto estava em vigor, se acharam em condições de apresentar-lhe a informação contrária a Daniel. E a fim de excitar os preconceitos do rei, disseram: “Esse Daniel, que é dos exilados de Judá, não faz caso de ti, ó rei, nem do interdito que assinaste.” Sim, queixaram-se eles, esse pobre cativo, que depende de ti em tudo o que desfruta, em vez de ser agradecido e apreciar teus favores, não manifesto consideração para contigo, nem dá atenção a teu decreto. Então o rei viu a cilada que haviam preparado tanto para ele como para Daniel, e trabalhou até ao pôr-do-sol para livrá-lo, fazendo provavelmente esforços pessoais junto aos conspiradores para induzi-los à indulgência, ou procurando, por argumentos e esforços, a ab-rogação da lei. Mas a lei ficou de pé; e Daniel, o venerável, o grave, o íntegro e ilibado servo do reino, foi lançado na cova dos leões.

VERSÍCULOS 18-24: Então, o rei se dirigiu para o seu palácio, passou a noite em jejum e não deixou trazer à sua presença instrumentos de música; e fugiu dele o sono. Pela manhã, ao romper do dia, levantou-se o rei e foi com pressa à cova dos leões. Chegando-se ele à cova, chamou por Daniel com voz triste; disse o rei a Daniel: Daniel, servo do Deus vivo!

Dar-se-ia o caso que o teu Deus, a quem tu continuamente serves, tenha podido livrar-te dos leões? Então, Daniel falou ao rei: Ó rei, vive eternamente! O meu Deus enviou o seu anjo e fechou a boca aos leões, para que não me fizessem dano, porque foi achada em mim inocência diante dele; também contra ti, ó rei, não cometi delito algum. Então, o rei se alegrou sobremaneira e mandou tirar a Daniel da cova; assim, foi tirado Daniel da cova, e nenhum dano se achou nele, porque crera no seu Deus. Ordenou o rei, e foram trazidos aqueles homens que tinham acusado a Daniel, e foram lançados na cova dos leões, eles, seus filhos e suas mulheres; e ainda não tinham chegado ao fundo da cova, e já os leões se apoderaram deles, e lhes esmigalharam todos os ossos.

Daniel Libertado — A conduta do rei, após Daniel ter sido lançado na cova dos leões, atesta seu genuíno interesse pelo profeta, e a severa condenação que sentiu por seu próprio procedimento. Ao amanhecer, o rei dirigiu-se à cova das feras famintas. Daniel estava vivo, e em sua resposta à saudação do monarca não o repreendeu por ceder aos seus maus conselheiros. Em tom respeitoso disse: “Ó rei, vive para sempre.” Lembra em seguida ao rei, de maneira que o deve ter deixado profundamente sentido, mas sem ofendê-lo, que perante ele não havia praticado mal algum. Por ser inocente, Deus, a quem ele continuamente servia, tinha mandado Seu anjo e fechado a boca dos leões.

Ali estava, pois, Daniel, protegido por um Poder superior a qualquer poder da Terra. Sua causa ficara vindicada e provada sua inocência. “E nenhum dano se achou nele, porque crera no seu Deus”. A fé o salvou. Operara-se um milagre. Por que, então, os acusadores de Daniel foram trazidos e lançados na cova dos leões? Provavelmente atribuíram a proteção de Daniel não a qualquer milagre em seu favor, mas a que os leões não estavam com fome na ocasião. E o rei teria dito: Então também não os atacarão e por isso vamos prová-lo lançando vocês no lugar de Daniel. Os leões estavam com bastante fome quando não foram impedidos de agarrar os culpados e estes homens foram despedaçados antes de chegarem ao solo. Assim foi Daniel duplamente vindicado e surpreendentemente se cumpriram as palavras de Salomão: “O justo é libertado da angústia, e o perverso a recebe em seu lugar.” Provérbios 11:8.

VERSÍCULOS 25-28: Então, o rei Dario escreveu aos povos, nações e homens de todas as línguas que habitam em toda a terra: Paz vos seja multiplicada! Faço um decreto pelo qual, em todo o domínio do meu reino, os homens tremam e temam perante o Deus de Daniel, porque ele é o Deus vivo e que permanece para sempre; o seu reino não será destruído, e o seu domínio não terá fim. Ele livra, e salva, e faz sinais e maravilhas no céu e na terra; foi ele quem livrou a Daniel do poder dos leões. Daniel, pois, prosperou no reinado de Dario e no reinado de Ciro, o persa.

Daniel Exaltado — O resultado do livramento de Daniel foi a promulgação, em todo o império, de outra proclamação, em favor do verdadeiro Deus, o Deus de Israel. Ordenava-se que todos temessem e tremessem diante dEle. O

que os inimigos de Daniel maquinaram para o arruinar, resultou em sua elevação. Neste caso e no caso dos três hebreus na fornalha ardente, Deus aprovou duas grandes divisões do dever: a negativa em ceder a qualquer pecado conhecido, e a negativa em omitir a qualquer dever conhecido. Destes exemplos o povo de Deus em todas as épocas há de obter estímulo.

O decreto do rei apresenta o caráter do verdadeiro Deus: Ele é o Criador; todos os outros não têm vida em si mesmos. Permanece para sempre; todos os outros são impotentes e sem valor. Tem um reino; porque fez e governa a todos. Seu reino não será destruído; todos os demais findarão. Seu domínio não tem fim; nenhum poder humano pode prevalecer contra ele. Livra os que estão em cativeiro. Liberta Seus servos de seus inimigos quando invocam Sua ajuda. Opera maravilhas nos céus e sinais na Terra. E para completar tudo, livrou Daniel, oferecendo aos nossos olhos a mais plena prova de Seu poder e bondade ao resgatar Seu servo do poder dos leões. Quão excelente elogio ao grande Deus e a Seu servo fiel!

Assim termina a parte histórica do livro de Daniel.

Daniel 07 — A Luta pelo Domínio Mundial

VERSÍCULO 1: No primeiro ano de Belsazar, rei da Babilônia, teve Daniel um sonho e visões ante seus olhos, quando estava no seu leito; escreveu logo o sonho e relatou a suma de todas as coisas.

Este é o mesmo Belsazar mencionado em Daniel 5. Este capítulo cronologicamente precede o quinto; mas a ordem cronológica foi aqui posta de lado para que a parte histórica do livro fique separada do resto.

VERSÍCULOS 2-3: Falou Daniel e disse: Eu estava olhando, durante a minha visão da noite, e eis que os quatro ventos do céu agitavam o mar Grande. Quatro animais, grandes, diferentes uns dos outros, subiam do mar.

O Próprio Daniel Relata Sua Visão — A linguagem bíblica deve ser aceita literalmente, a menos que exista boa razão para considerá-la figurada. Tudo o que é figurado deve ser interpretado pelo que é literal. Que a linguagem aqui utilizada é simbólica, depreende-se do verso 17, que diz: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis, que se levantarão da Terra.” E para mostrar que isso se refere a reinos e não simplesmente a reis individuais, o anjo prossegue: “Mas os santos do Altíssimo receberão o reino.” Ao explicar o versículo 23, diz o anjo: “O quarto animal será um quarto reino na Terra.” Portanto, estes animais são símbolos de quatro grandes reinos. As circunstâncias em que surgiram, segundo a profecia, também são descritas em linguagem simbólica. Os símbolos introduzidos são os quatro ventos, o mar, quatro grandes animais, dez chifres e outro chifre que tinha olhos e uma boca, e fez guerra contra Deus e Seu povo. Temos agora que averiguar o que significam.

Ventos, em linguagem simbólica, representam lutas, comoções políticas e guerras, como lemos em Jeremias: “Assim diz o Senhor dos Exércitos: Eis que o mal passa de nação para nação, e grande tormenta se levanta dos confins da Terra. Os que o Senhor entregar à morte naquele dia, se estenderão de uma a outra extremidade da terra” (Jeremias 25:32, 33). O profeta fala de uma controvérsia que o Senhor terá com todas as nações. A luta e a comoção que produz toda esta destruição denominam-se “grande tempestade” na versão católica *A Bíblia de Jerusalém*.

Que o vento denota luta e guerra é evidente pela própria visão. Como resultado do soprar dos ventos, reinos surgem e caem por meio de luta política.

Mares ou águas, quando usados como símbolo bíblico, representam povos, nações e línguas. Disse o anjo ao profeta João: “As águas que viste [...] são povos, multidões, nações e línguas” (Apocalipse 17:15).

A definição do símbolo dos quatro animais é dada a Daniel antes do fim da visão: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis, que se levantarão da Terra” (versículo 17). Com esta explicação dos símbolos, abre-se definitivamente diante de nós o campo da visão.

Visto que estes animais representam quatro reis, ou reinos, perguntamos: Por onde começaremos e quais são os quatro impérios representados? Estes animais consecutivamente, visto que são numeradas desde a primeira até a quarta. A última subsiste quando todas as cenas terrenas cessam com o juízo final. Desde o tempo de Daniel até o fim da história deste mundo, haveria apenas quatro reinos universais, como aprendemos do sonho de Nabucodonosor sobre a grande imagem de Daniel 2, interpretado pelo profeta 65 anos. Daniel vivia ainda sob o reino representado pela cabeça de ouro.

O primeiro animal desta visão deve, portanto, representar o mesmo reino que a cabeça de ouro da grande imagem, a saber, Babilônia. Os outros animais, sem dúvida, representam os reinos sucessivos representados pela imagem. Mas se esta visão abrange essencialmente o mesmo período que a imagem de Daniel 2, alguém pode indagar: Por que foi dada? Não foi suficiente a primeira visão? Respondemos: A história dos impérios mundiais é apresentada repetidas vezes para ressaltar certas características, fatos e dados adicionais. É-nos dada, segundo as Escrituras, a lição: “regra sobre regra.” No capítulo dois, são apresentados apenas os aspectos políticos do domínio mundial. No capítulo 7, os governos terrenos são-nos apresentados com relação à verdade e ao povo de Deus. Seu verdadeiro caráter é revelado pelos símbolos de animais ferozes.

VERSÍCULO 4: O primeiro era como leão, e tinha asas de águia; enquanto eu olhava, foram-lhe arrancadas as asas, foi levantado da terra, e posto em dois pés como homem; e lhe foi dada mente de homem.

O Leão — Na visão de Daniel 7, o primeiro animal visto pelo profeta foi um leão. Sobre o uso do leão como símbolo ver Jeremias 4:7; 50:17, 43, 44. A princípio o leão tinha asas de águia, o que denota a rapidez com que Babilônia estendeu suas conquistas sob Nabucodonosor. Na visão que estudamos o leão aparece com asas de águia. O uso simbólico das asas foi descrito de modo impressionante em Habacuque 1:6-8, onde lemos que os caldeus “voam como águia que se precipita a devorar”.

Podemos facilmente deduzir destes símbolos que Babilônia era um reino de grande fortaleza, e que sob Nabucodonosor suas conquistas se estenderam com grande rapidez. Mas veio o momento quando suas asas lhe foram arrancadas. O leão já não se precipitava como águia sobre sua presa. Foram-se a

audácia e o espírito de leão. Um coração de homem, fraco, temeroso e desfalecente, substituiu a força do leão. Tal foi o estado da nação durante os anos finais de sua história, quando se tornou fraca e afeminada pela riqueza e luxo.

VERSÍCULO 5: Continuei olhando, e eis aqui o segundo animal, semelhante a um urso, o qual se levantou sobre um dos seus lados; na boca, entre os dentes, trazia três costelas; e lhe diziam: Levanta-te, devora muita carne.

O Urso — Assim como na grande imagem de Daniel 2, nota-se, nesta série de símbolos, marcante deterioração à medida que descemos de um reino a outro. A prata do peito e dos braços é inferior ao ouro da cabeça. O urso é inferior ao leão. Medo-Pérsia ficou muito aquém de Babilônia quanto à riqueza, magnificência e brilho. O urso se levantou sobre um dos seus lados. O reino estava composto de duas nacionalidades, os medos e os persas. O mesmo fato foi indicado mais tarde pelos dois chifres do carneiro de Daniel 8. Acerca destes chifres se diz que o mais alto subiu por último; e do urso, o texto diz que se erguia mais de um lado que do outro. Isto se cumpriu com a divisão persa do reino, a qual subiu por último, mas alcançou maior eminência que a dos medos, e sua influência predominou sobre a nação (Ver os comentários sobre Daniel 8:3). As três costelas significam indubitavelmente as três províncias de Babilônia, Lídia e Egito, que foram especialmente oprimidas pela Medo-Pérsia. A ordem: “Levanta-te, devora muita carne”, referia-se naturalmente ao estímulo que a conquista dessas províncias deu aos medos e persas. O caráter dessa potência está bem representado por um urso. Os medos e os persas eram cruéis e dados à prática de furto, ladrões e saqueadores do povo. O reino medo-persa continuou desde a submissão de Babilônia por Ciro até a batalha de Arbela em 331 a.C., ou seja, um período de 207 anos.

VERSÍCULO 6: Depois disto, continuei olhando, e eis aqui outro, semelhante a um leopardo, e tinha nas costas quatro asas de ave; tinha também este animal quatro cabeças, e foi-lhe dado domínio.

O Leopardo — O terceiro reino, a Grécia, é representado pelo símbolo de um leopardo. Se as asas do leão significavam rapidez nas conquistas, devem significar o mesmo aqui. O próprio leopardo é um animal muito rápido, mas isso não bastava para representar a carreira da nação aqui simbolizada; precisava ter asas. E duas asas, ou seja, o número de asas que o leão tinha, não eram suficientes; o leopardo tinha de ter quatro. Isso denota celeridade de movimento sem precedente, que de fato encontramos na história do reino grego. As conquistas da Grécia sob a direção de Alexandre não tiveram paralelo nos tempos antigos em seu caráter repentino e veloz. Suas realizações militares foram assim resumidas por W. W. Tarn:

Era mestre na combinação de várias armas; ensinou o mundo as vantagens das campanhas de inverno, o valor da perseverança levada

ao máximo, e o princípio assim expresso: “Marchar divididos, lutar unidos”. Seu exército geralmente marchava em duas divisões, uma delas portando os fardos, enquanto que sua própria divisão viajava com pouca carga, e a velocidade de seus movimentos era extraordinária. Conta-se que ele atribuía seu êxito militar ao fato de que “nunca postergava nada”. [...] As enormes distâncias que atravessou em países desconhecidos implicam um alto grau de capacidade organizadora. Em dez anos teve apenas dois graves reveses. [...] Se um homem de menor calibre tivesse tentado o que ele realizou, e fracassasse, teríamos ouvido o suficiente sobre as dificuldades militares desesperadas da empresa.

“Tinha também este animal quatro cabeças” — O império grego manteve sua unidade por pouco mais tempo após a morte de Alexandre. Após sua brilhante carreira terminar por uma febre causada por orgia e bebedeira, o império ficou dividido entre seus quatro generais principais. A Cassandro coube a Macedônia e o ocidente da Grécia; Lisímaco recebeu a Trácia e partes da Ásia que estão no Helesponto e o Bósforo ao norte. Ptolomeu obteve o Egito, a Lídia, a Arábia e a Palestina ao sul; e Seleuco recebeu a Síria e o resto dos domínios de Alexandre no oriente. E no ano 301 a.C., com a morte de Antígono, os generais de Alexandre completaram a divisão do reino em quatro partes, que indicavam as quatro cabeças do leopardo.

As palavras do profeta se cumpriram com exatidão. Já que Alexandre não deixou sucessor disponível, por que o colossal império não se partiu em pequenos fragmentos? Por que se dividiu apenas em quatro partes? Simplesmente porque a profecia previu e predisse. O leopardo tinha quatro cabeças, o bode tinha quatro chifres, o reino havia de ter quatro divisões; e assim aconteceu (Ver os comentários mais completos sobre Daniel 8).

Versículo 7: Depois disto, eu continuava olhando nas visões da noite, e eis aqui o quarto animal, terrível, espantoso e sobremodo forte, o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava, e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava; era diferente de todos os animais que apareceram antes dele e tinha dez chifres.

Um Animal Espantoso — A inspiração não achou, na natureza, animal algum para simbolizar o poder aqui ilustrado. Não bastaria o acréscimo de cascos, cabeças, chifres, asas, escamas, dentes ou unhas a qualquer animal encontrado na natureza. Esta potência difere de todas as outras, e o símbolo é completamente diferente de tudo no reino animal.

Poderia basear-se um volume inteiro no versículo 7; mas, por falta de espaço, somos obrigados a tratá-lo do modo mais breve aqui. Este animal corresponde, naturalmente, à quarta divisão da grande imagem: as pernas de ferro. No comentário de Daniel 2:40, demos algumas das razões que temos para crer que

essa potência é Roma. As mesmas razões se aplicam à profecia que ora estudamos. Com que exatidão Roma correspondeu à porção férrea da imagem! Com que exatidão corresponde ao animal que temos diante de nós! Pelo espanto e terror que inspirava e por sua grande força, Roma correspondeu admiravelmente à descrição profética. Nunca dantes o mundo tinha visto coisa igual. Devorava como com dentes de ferro, e despedaçava tudo o que se lhe opunha. Reduzia ao pó as nações sob seus pés de bronze. Tinha dez chifres que, segundo se explica no versículo 24, seriam dez reis, ou reinos, que surgiriam desse império. Como já se notou nos comentários sobre Daniel 2, Roma foi dividida em dez reinos. Estas divisões são desde então mencionadas como as dez divisões do império romano.

VERSÍCULO 8: Estando eu a observar os chifres, eis que entre eles subiu outro pequeno, diante do qual três dos primeiros chifres foram arrancados; e eis que neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência.

Daniel estava considerando os chifres do animal e notou um movimento estranho entre eles. Outro chifre, a princípio pequeno e posteriormente mais corpulento que seus companheiros, foi subindo. Não se contentou com achar tranquilamente seu lugar e ocupá-lo; tinha que empurrar a um lado alguns dos outros chifres e usurpar-lhes o lugar. Três reinos foram arrancados diante dele.

Um Chifre Pequeno Entre os Dez — Este chifre pequeno, como teremos mais tarde ocasião de notar mais amplamente, foi o papado. Os três chifres arrancados diante dele representavam os hérulos, os ostrogodos e os vândalos. A razão pela qual foram arrancados foi sua oposição aos ensinamentos e pretensões da hierarquia papal.

“Neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência” — Os olhos eram emblemas adequados de astúcia, da penetração, astúcia e as arrogantes pretensões de uma organização religiosa apóstata.

VERSÍCULOS 9-10: Continuei olhando, até que foram postos uns tronos, e o Ancião de dias Se assentou; Sua veste era branca como a neve, e os cabelos da cabeça como a pura lâ; o Seu trono era chamas de fogo, cujas rodas eram fogo ardente. Um rio de fogo manava e saía de diante dEle; milhares de milhares O serviam, e miríade de miríade estavam diante dEle; assentou-se o tribunal, e se abriram os livros.

Uma Cena de Juízo — Na Palavra de Deus não se encontrará descrição mais sublime de uma cena mais inspiradora. Mas não somente as grandiosas imagens nos devem chamar a atenção; a natureza da própria cena exige nossa mais séria consideração. Aqui o juízo é apresentado. Sempre que se menciona o juízo, a reverência deve de modo irresistível ocupar todas as mentes, pois todos têm interesse em seus resultados eternos.

Por uma tradução inadequada do versículo 9, certas versões criam uma ideia equivocada com relação aos tronos. A expressão “foram postos” resulta de

uma palavra que no original não significa colocar sobre o chão, mas erigir. A palavra *remi*, que pode verter-se apropriadamente por “lançar ou arremessar”, como é claramente seu significado e, por isso, é usado para descrever o lançamento dos três hebreus à fornalha de fogo e de Daniel na cova dos leões. Mas outra tradução igualmente correta é “pôr em ordem”, como seria a colocação dos assentos do juízo aqui mencionados, ou um ordenamento semelhante ao mencionado em Apocalipse 4:2, onde o grego tem o mesmo significado. Por isso são corretas as traduções de Daniel 7:9 que dizem “foram postos uns tronos”. Assim define precisamente Gesênio o radical *remah*, com referência a Daniel 7:9.

O “Ancião de dias”, Deus o Pai, preside o juízo. Note-se a descrição do Ser Supremo. Para os que creem na impessoalidade de Deus é forçoso reconhecer que Ele é aqui descrito como Ser pessoal; mas ousam dizer que é a única descrição deste gênero na Bíblia. Não admitimos esta última afirmação; mas, aceitando que fosse verdadeira, não se torna, uma descrição desta classe, tão fatal à teoria deles como se fosse repetida muitas vezes? Os milhares de milhares que ministram perante Ele não são pecadores arrolados diante do tribunal, mas seres celestiais que servem diante dEle, cumprindo Sua vontade. João viu os mesmos assistentes celestiais diante do trono de Deus, e descreve a majestosa cena nestas palavras: “Vi, e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres viventes e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares” (Apocalipse 5:11). Para compreender melhor estes versículos é preciso compreender os serviços do santuário.

Porque o juízo aqui introduzido é a parte final do ministério de Cristo, nosso grande Sumo Sacerdote, no santuário celestial. É um juízo investigativo. Abrem-se os livros, e os casos de todos são apresentados para serem examinados por esse grande tribunal, para que se possa decidir quais os que receberão a vida eterna quando o Senhor vier para conferi-la a Seu povo.

Outra passagem, Daniel 8:14, atesta que essa obra solene está sendo realizada agora mesmo no santuário celestial.

VERSÍCULOS 11-12: Então estive olhando, por causa da voz das insolentes palavras que o chifre proferia; estive olhando e vi que o animal foi morto, e o seu corpo desfeito e entregue para se queimado pelo fogo. Quanto aos outros animais, foi-lhes tirado o domínio; todavia, foi-lhes dada prolongação de vida por um prazo e um tempo.

Fim do Quarto Animal — Há os que creem que haverá, antes da vinda do Senhor, um milênio de triunfo evangélico e reinado de justiça em todo o mundo. Outros creem que haverá um tempo de graça depois que o Senhor vier, e que durante este prazo, os justos imortais ainda proclamarão o evangelho aos pecadores mortais, e os levarão ao caminho da salvação. Nem uma nem outra destas teorias encontra apoio na Bíblia, segundo veremos.

O quarto animal terrível continua sem haver mudança em seu caráter, e o chifre pequeno continua a proferir suas blasfêmias, encerrando seus milhões de adeptos nas ataduras da cega superstição, até que a besta é entregue às chamas devoradoras. Isso não representa sua conversão, mas sua destruição (Ver Tessalonicenses 2:8).

A vida do quarto animal não se prolonga depois de desaparecer seu domínio, como ocorreu com a vida dos animais precedentes. Foi-lhe tirado o domínio, mas sua vida se prolongou por um tempo. O território dos súditos do reino de Babilônia continuava existindo, embora sujeito aos persas. Assim também sucedeu com o reino persa com relação à Grécia, e a esta no tocante a Roma. Mas que sucede ao quarto reino? O que o segue não é um governo ou estado em que tenham parte os mortais. Sua carreira termina no lago de fogo, e não tem existência posterior. O leão foi absorvido pelo urso; o urso pelo leopardo; o leopardo pelo quarto animal. Mas o quarto animal não se funde com outro animal. Será lançado no lago de fogo.

VERSÍCULOS 13-14: Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha com as nuvens do céu um como o Filho do homem, e dirigiu-se ao Ancião de dias, e o fizeram chegar até Ele. Foi-lhe dado domínio e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas O servissem; o Seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o Seu reino jamais será destruído.

O Filho do Homem Recebe o Reino — A cena aqui descrita não é a segunda vinda de Cristo a esta Terra, porque o Ancião de dias não está nesta Terra; e a vinda da qual aqui se fala é a do Ancião de dias. Ali, na presença do Pai, um reino, domínio e glória são dados ao Filho do homem. Cristo recebe o reino antes de Sua volta a esta Terra (Ver Lucas 19:10-12). Portanto, esta é uma cena que sucede no Céu, e está intimamente relacionada com a apresentada nos versículos 9 e 10. Cristo recebe o reino no encerramento de Sua obra sacerdotal no santuário. Os povos e nações que O servirão são os redimidos (Apocalipse 21:24), não as nações ímpias da Terra, pois estas são destruídas na segundo advento de Cristo e pelo resplendor de Sua vinda (Salmos 2:9; 2 Tessalonicenses 2:8). De todas as nações, tribos e povos da Terra sairão aqueles que servirão a Deus, com júbilo e alegria. Herdarão o reino de nosso Senhor.

VERSÍCULOS 15-18: Quanto a mim, Daniel, o meu espírito foi alarmado dentro de mim, e as visões da minha cabeça me perturbaram. Cheguei-me a um dos que estavam perto e lhe pedi a verdade acerca de tudo isto. Assim, ele me disse e me fez saber a interpretação das coisas: Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da terra. Mas os santos do Altíssimo receberão o reino e o possuirão para todo o sempre, de eternidade em eternidade.

A Interpretação Dada a Daniel — Não devemos ser menos ansiosos do que Daniel para compreender a verdade destas coisas. Temos certeza que

quando indagarmos com sinceridade de coração, encontraremos o Senhor não menos pronto agora do que nos dias do profeta a levar-nos a um conhecimento correto destas importantes verdades. Os animais e os reinos que eles representam já foram explicados. Temos seguido o profeta em todo o curso dos acontecimentos, até a completa destruição do quarto e último animal, a derribada final de todos os governos terrestres.

Logo a cena muda, porque lemos: “Os santos receberão o reino.” Os santos que foram desprezados, cobertos de opróbrio, perseguidos, rejeitados, considerados dentre todos os seres humanos os menos indicados para verem realizadas suas esperanças; esses receberão o reino e o possuirão para sempre. A usurpação e os desmandos dos ímpios findarão. A herança perdida será redimida. A paz e a justiça reinarão eternamente em toda a formosa expansão da Terra renovada.

VERSÍCULOS 19-20: Então, tive desejo de conhecer a verdade a respeito do quarto animal, que era diferente de todos os outros, muito terrível, cujos dentes eram de ferro, cujas unhas eram de bronze, que devorava, fazia em pedaços e pisava aos pés o que sobejava; e também a respeito dos dez chifres que tinha na cabeça e do outro que subiu, diante do qual caíram três, daquele chifre que tinha olhos e uma boca que falava com insolência e parecia mais robusto do que os seus companheiros.

A Verdade a Respeito do Quarto Animal — Daniel compreendia tão claramente os três primeiros animais desta visão, que nenhuma dificuldade teve com referência a eles. Ficou, porém, assombrado com o quarto animal, tão espantoso e contrário à natureza. Acerca deste animal e de seus dez chifres que vieram depois, e que era maior que seus companheiros, queria mais informação. O leão é um produto da natureza, mas precisava ter duas asas para representar o reino de Babilônia. O urso também se encontra na natureza, mas como símbolo da Medo-Pérsia, as três costelas na boca do animal denotam uma ferocidade não natural. O leopardo é também um animal da natureza, mas para representar apropriadamente a Grécia, era preciso acrescentar-lhe quatro asas e quatro cabeças. Mas a natureza não fornece símbolo algum que possa adequadamente ilustrar o quarto reino. Toma-se então um animal nunca visto, um animal terrível e espantoso, com unhas de bronze e dentes de ferro, tão cruel, rapinante e feroz que, por mero amor à opressão, devorava, despedaçava e pisava a pés suas vítimas.

Por assombroso que isto fosse ao profeta, logo lhe chamou a atenção algo ainda mais notável. Um chifre pequeno subiu e, fiel à natureza do animal de que se originou, afastou três companheiros seus. Era um chifre que tinha olhos, não os olhos incultos de um bruto, mas olhos penetrantes, argutos e inteligentes de homem. Mais estranho ainda, tinha uma boca, e com essa boca expressava palavras de orgulho e arrogância. Não é de admirar que o profeta fizesse uma indagação especial acerca deste monstro, tão irreal em seus instintos e tão feroz em suas obras e maneiras. Nos versículos seguintes são dadas sobre o chifre

pequeno, especificações que capacitam o estudante da profecia a fazer aplicação deste símbolo sem perigo de engano.

VERSÍCULOS 21-22: Eu olhava e eis que este chifre fazia guerra contra os santos e prevalecia contra eles, até que veio o Ancião de Dias e fez justiça aos santos do Altíssimo; e veio o tempo em que os santos possuíram o reino.

O Chifre Pequeno Guerreava Contra os Santos — A assombrosa ira deste chifre pequeno contra os santos atraiu particularmente a atenção de Daniel. O surgimento dos dez chifres, ou seja, a divisão de Roma em dez reinos, entre os anos 351 e 483 d.C. já foi estudada nos comentários sobre Daniel 2:41.

Como estes chifres significam reinos, o chifre pequeno também deve denotar um reino, mas não da mesma natureza que os demais, porque era diferente dos outros, que eram reinos políticos. Agora basta averiguarmos se desde 476 d.C. surgiu entre as dez divisões do Império romano algum reino diferente de todos os demais; e se houve, qual foi? A resposta é: Sim, o reino espiritual do papado. Corresponde em todos os pormenores ao símbolo. Ver as especificações mais particularmente à medida procedamos em nosso estudo.

Daniel viu este poder fazer guerra contra os santos. Tal guerra foi feita pelo papado? Milhares de mártires respondem que sim. Testemunham-no as cruéis perseguições infligidas pelo poder papal aos valdenses, aos albigenses e aos protestantes em geral.

No versículo 22 parecem apresentar-se em visão três eventos consecutivos. Olhando à frente desde o tempo em que o chifre pequeno estava no apogeu do seu poder até o término da longa controvérsia entre os santos e Satanás com todos os seus agentes, Daniel vê três importantes acontecimentos que se destacam como marcos miliários ao longo do caminho:

1. A vinda do Ancião de dias, ou seja, a posição que Jeová ocupa na abertura do juízo descrita nos versículos 9 e 10.

2. O juízo que é dado aos santos, a saber, o momento em que os santos se sentam para julgar com Cristo durante mil anos, depois da primeira ressurreição (Apocalipse 20:1-4), designando aos ímpios o castigo merecido por seus pecados. Os mártires se sentarão então para julgar o grande poder perseguidor que, em seus dias de aflição, os perseguia como as feras do deserto, e derramava seu sangue como água.

3. O momento em que os santos entram na posse do reino, quer dizer, quando recebem a Nova Terra. Então terá sido apagado o último vestígio da maldição do pecado e dos pecadores, raiz e ramo, e o território por tanto tempo foi mal governado pelos ímpios poderes da Terra, os inimigos do povo de Deus, será dado aos justos, a fim de que o possuam para sempre (1 Coríntios 6:2, 3; Mateus 25:34).

VERSÍCULOS 23-26: Então, ele disse: O quarto animal será um quarto reino na terra, o qual será diferente de todos os reinos; e devorará toda a terra, e a pisará aos pés, e a fará em pedaços. Os dez chifres correspondem a dez reis que se levantarão daquele mesmo reino; e, depois deles, se levantará outro, o qual será diferente dos primeiros, e abaterá a três reis. Proferirá palavras contra o Altíssimo, magoará os santos do Altíssimo e cuidará em mudar os tempos e a lei; e os santos lhe serão entregues nas mãos, por um tempo, dois tempos e metade de um tempo. Mas, depois, se assentará o tribunal para lhe tirar o domínio, para o destruir e o consumir até ao fim.

Surgimento e Obra do Chifre Pequeno — Talvez já se tenha dito o suficiente acerca do quarto animal (Roma) e os dez chifres, ou dez reinos, que surgiram dessa potência. O chifre pequeno requer agora atenção especial. Como se declara nos comentários sobre o versículo 8, encontramos o cumprimento da profecia concernente à ponta pequena no surgimento e na obra do papado. É tão importante quão interessante, por isso, averiguar as causas que produziram o desenvolvimento desta potência arrogante.

Os primeiros pastores ou bispos de Roma desfrutavam um respeito proporcional à hierarquia da cidade na qual residiam. Durante os primeiros séculos da era cristã, Roma foi a maior, mais rica e mais poderosa cidade do mundo. Foi a sede do império, a capital das nações. “Todos os habitantes da Terra pertencem a Roma”, disse Juliano; e Claudino a declarou “a fonte das leis”. “Se Roma é a rainha das cidades, porque não haveria de ser seu pastor o rei dos bispos?” era o raciocínio apresentado por estes romanos. “Por que não haveria de ser a igreja romana a mãe da cristandade? Por que não haveriam de ser todas as nações suas filhas, e sua autoridade a lei soberana? Para o coração ambicioso do homem era fácil raciocinar assim — diz d’Aubigné (*História da Reforma*, vol. 1, p. 8), cujas palavras citamos. — Assim o fez a ambiciosa Roma.”

Aos bispos das diferentes partes do império romano aprazia tributar parte da honra que a cidade recebia das nações da Terra. Originalmente a honra que lhe tributavam não era da parte deles indício de que dependiam dele. “Mas” — continua d’Aubigné — “o poder usurpado cresce como uma avalanche. Admoestações a princípio simplesmente fraternais não tardaram a tornar-se ordens absolutas na boca do pontífice. [...] Os bispos ocidentais favoreciam esta usurpação dos pastores romanos, fosse por seu ciúme dos bispos orientais, ou por preferirem submeter-se à supremacia de um papa, em vez de se submeterem ao domínio de um poder temporal” (Idem, p. 9). Tais foram as influências que se concentraram ao redor do bispo de Roma, e assim tendeu tudo a rapidamente elevá-lo ao domínio espiritual da cristandade.

O Desafio do Arianismo — Mas o quarto século estava destinado a presenciar como se cruzava um obstáculo no caminho desse sonho ambicioso. A profecia tinha declarado que o poder representado pelo chifre pequeno derribaria três reis. No surgimento e desenvolvimento do arianismo, a princípios do

século IV, e o desafio apresentado pela supremacia papal, encontramos as causas que levaram ao arrancar dos três reinos de Roma ocidental pelo poder papal.

Ário, pároco da antiga e influente igreja de Alexandria, pregou sua doutrina ao mundo e ocasionou tão violenta controvérsia na igreja cristã, que o imperador Constantino convocou o concílio geral de Niceia em 325 para considerar e decidir acerca da doutrina ariana. Ário sustentava “que o Filho era total e essencialmente distinto do Pai; que era o primeiro e mais nobre dos seres que o Pai criou do nada, o instrumento por cuja operação subordinada o Pai Todo-Poderoso formou o universo, e portanto era inferior ao Pai tanto em Sua natureza como em Sua dignidade.” Esta opinião foi condenada pelo concílio, o qual decretou que Cristo era de uma mesma substância com o Pai. Com isso Ário foi desterrado para a Ilíria, e seus seguidores foram obrigados a dar seu assentimento ao credo composto naquela ocasião (Mosheim, século 4, parte 2, cap. 4; Stanley, *History of the Eastern Church*, p. 239).

Contudo, a própria controvérsia não seria suprimida desta maneira sumária, mas continuaria por séculos a agitar o mundo cristão; e os arianos se fizeram, por toda parte, acerbos inimigos do papa e da igreja Católica Romana. Estes fatos evidenciam que a difusão do arianismo tolheria a influência do catolicismo, e que a posse de Roma e da Itália por um povo ariano seria fatal para a supremacia de um bispo católico. Mas a profecia declarara que este chifre chegaria ao poder supremo e que, para alcançar esta situação, subjugaria três reis.

O Chifre Pequeno Derriba Três Potências Arianas — Tem havido certa divergência de opinião quanto às potências que foram derribadas para a ascensão do papado. Com relação a isso parecem bem pertinentes as seguintes observações de Albert Barnes:

Na confusão que existiu ao se fragmentar o império romano, e pelos relatos imperfeitos dos fatos ocorridos na ascensão do poder papal, não é de estranhar a dificuldade de achar anais bem claros dos acontecimentos que haveriam de ser em todos os aspectos um exato e absoluto cumprimento da visão. Entretanto, na história do papado é possível discernir o cumprimento dela com um grau razoável de certeza.

José Mede supõe que os três reinos arrancados foram os gregos, os lombardos e os francos; e Sir Isaac Newton supõe que foram o exarcado de Ravena, os lombardos, o senado e o ducado de Roma. Tomás Newton (*Dissertations on the Prophecies*, p. 217, 218) opõe sérias objeções a ambas as suposições. “Os francos não poderiam ser um desses reinos, pois nunca foram desarraigados. Os lombardos não poderiam ser, porque nunca foram submetidos pelos papas.” Diz Albert Barnes: “Não acho, na verdade, que o reino dos lombardos estivesse, como se declara comumente, entre o número das soberanias temporais que foram submetidas à autoridade dos papas” (Albert Barnes, *Notes on Daniel*,

p. 327, sobre Daniel 7:25). O senado e o ducado de Roma não puderam ser um desses chifres, pois nunca vieram a constituir um dos dez reinos, três dos quais foram arrancados diante do chifre pequeno.

Percebemos, porém, que a principal dificuldade na aplicação que estes comentadores fizeram da profecia consistia no fato de suporem que a profecia sobre a exaltação do papado não se havia cumprido e não podia cumprir-se até o papa se tornar príncipe temporal. Por isso, procuravam encontrar o cumprimento da profecia nos acontecimentos que favoreceram a soberania temporal do papa. Mas evidentemente a profecia dos versículos 24 e 25 se refere, não ao seu poder civil, mas ao seu poder de dominar a mente e a consciência dos homens. O papa alcançou essa posição em 538 d.C., como se verá mais tarde.

A palavra “diante” usada nos versículos 8 e 20 é a tradução do grego *qadam*, cujo radical significa “frente a”. Combinada com *min*, que significa “de”, como se encontra nestes dois versículos, Davidson a traduz “da presença de”, e Gesênio diz que equivale ao termo hebraico *lipna*, que significa “na presença de”. Portanto corresponde a nosso advérbio de lugar “diante de”, como sucede na mesma frase que se encontra no versículo 10, onde se traduz de modo adequado “diante dele”. Temos, pois, no versículo 8 o quadro do chifre pequeno que vai subindo entre os dez e arranca pela força três chifres diante de si. No versículo 20 é declarado que três chifres “caíram” diante dele, como se fossem vencidos por ele. No versículo 24, lemos que outro rei, que representa o chifre pequeno “abaterá a três reis [chifres]”, evidentemente por atos de força. Embora a palavra *qadam* é usada também para denotar uma comparação de tempo, como no versículo 7, onde é vertida pela palavra “antes”, não resta a menor dúvida de que se usa como advérbio de lugar nos três versículos citados acima. Com esta interpretação está de acordo Eduardo Elliot.

Positivamente afirmamos que as três potências ou chifres arrancados diante do papado foram os hérulos, os vândalos e os ostrogodos, e esta posição se baseia em dados históricos fidedignos. Odoacro, o chefe os hérulos, foi o primeiro dos bárbaros que reinaram sobre os romanos. Subiu ao trono da Itália em 476, segundo Gibbon, que diz, acerca de suas crenças religiosas: “Como o resto dos bárbaros, tinha sido instruído na heresia ariana; mas reverenciava os caracteres monásticos e episcopais; e o silêncio dos católicos atesta a tolerância que lhes concedeu” (*Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 3, cap. 36, p. 510, 515, 516).

O mesmo autor declara: “Os ostrogodos, os burgúndios, os suevos e os vândalos, que haviam escutado a eloquência do clero latino, preferiam as lições mais inteligíveis de seus mestres domésticos; e o arianismo foi adotado como a fé nacional dos guerreiros conversos que se haviam assentado sobre as ruínas do Império Ocidental. Essa irreconciliável diferença de religião era fonte perene de ciúme e ódio; e a censura de ser bárbaro era exacerbado pelo epíteto mais odioso

de *herético*. Os heróis do norte, que se haviam submetido com certa relutância a crer que todos os seus antepassados estavam no inferno, ficaram assombrados e exasperados ao saberem que eles próprios haviam apenas mudado o modo de sua condenação eterna” (Idem, cap. 37, p. 547).

A doutrina ariana teve uma influência notável sobre a igreja daquele tempo, como demonstram os seguintes parágrafos:

Em seu livro *History of the Eastern Church*, p. 151, Stanley declara:

Toda a vasta população goda que desceu sobre o Império Romano, no que tinha de cristã, acatou a fé do herege alexandrino. Nossa primeira versão teutônica das Escrituras foi feita por um missionário ariano, Ulfilas. O primeiro conquistador de Roma, Alarico, e o primeiro conquistador da África, Genserico, eram arianos. Teodorico o Grande, rei da Itália e herói mencionado na epopeia dos nibelungos era ariano. O lugar vazio em sua tumba maciça de Ravena atesta a vingança que os ortodoxos tomaram contra sua memória, quando derribaram, em triunfo, a urna de pórfiro em que seus súditos arianos lhe haviam guardado as cinzas.

No livro *History of the Popes*, vol. 1, p. 9, Von Ranke diz:

Porém, ela [a igreja] caiu, como era inevitável, em muitas situações embaraçosas, e viu-se numa condição completamente alterada. Um povo pagão se apoderou da Grã-Bretanha; reis arianos tomaram a maior parte do resto do Ocidente; ao passo que os lombardos, por longo tempo fiéis ao arianismo, estabeleceram, como seus vizinhos mais perigosos e hostis, poderosa soberania mesmo às portas de Roma. Enquanto isso os bispos romanos, assediados por todos os lados, se esforçaram, com toda a prudência e perseverança que continuaram sendo seus atributos peculiares, para recuperar o domínio, ao menos em sua diocese patriarcal.

Maquiavel, em seu livro *History of Florence*, p. 14, afirma:

Quase todas as guerras que os bárbaros do norte travaram na Itália, pode-se aqui observar, foram ocasionadas pelos pontífices; e as hordas que inundaram o país foram geralmente chamadas por eles.

A relação que estes reis arianos mantinham com o papa, pela qual se pode ver que teriam de ser submetidos para se abrir o caminho à supremacia papal, é mostrada no seguinte testemunho de Mosheim, em sua história eclesiástica (*An Ecclesiastical History, Ancient and Modern*, vol. 1, p. 113, 114):

Por outro lado se estabelece, mediante uma variedade dos mais autênticos registros, que tanto os imperadores como as nações em geral estavam longe de dispor-se a suportar com paciência o jugo de servidão

que os papas impunham à igreja cristã. Os príncipes godos puseram limites ao poder daqueles arrogantes prelados da Itália; a ninguém permitiam que fosse elevado ao pontificado sem sua aprovação, e se reservavam o direito de julgar a legalidade de cada nova eleição.

Um caso comprobatório desta declaração ocorreu na história de Odoacro, o primeiro rei ariano já mencionado, segundo o relato de Arquibaldo Bower em sua obra *The History of the Popes*, vol. 1, p. 271. Quando, ao morrer o papa Simplicio, em 483, o clero e o povo se haviam congregado para a eleição de um novo papa, de repente Basílio, prefeito do pretório e lugar-tenente do rei Odoacro, se apresentou na assembleia; expressou sua surpresa de que sem ele se realizasse um ato como a designação de um sucessor do falecido papa; em nome do rei declarou que ficava anulado tudo o que se havia feito; e ordenou que se reiniciasse a eleição.

Enquanto isso, Zenão, imperador do Oriente e amigo do papa, ansiava por expulsar Odoacro da Itália (Maquiavel, op. cit., p. 6), movimento que ele logo teve a satisfação de ver realizado sem dificuldade para si. Teodorico assumiu o trono do reino ostrogodo da Mésia e Panônia. Como era amigo de Zenão, escreveu explicando-lhe que resultava impossível reter os seus godos dentro da empobrecida província da Panônia, e lhe pedia permissão para levá-los a alguma região mais favorável que pudessem conquistar e possuir. Zenão lhe deu permissão para marchar contra Odoacro e apoderar-se da Itália. De acordo com isso, depois de cinco anos de guerra ficou destruído o reino hérulo da Itália, Odoacro foi morto traiçoeiramente, e Teodorico estabeleceu seus ostrogodos na península itálica. Como já se indicou, era ariano, e conservou a lei de Odoacro, que submetia a eleição do papa à aprovação do rei.

O seguinte incidente mostrará quão completamente o papado esteve sujeito ao seu poder. Como os católicos do Oriente haviam iniciado uma perseguição contra os arianos em 523, Teodorico chamou o papa João à sua presença e assim lhe falou:

Se o imperador [Justino, predecessor de Justiniano] não acha conveniente revogar o edito que proclamou ultimamente contra os de minha religião [a saber, os arianos], é minha firme resolução promulgar um edito e vê-lo por toda parte executado com o mesmo rigor. Os que não professam a fé de Niceia são hereges para ele, e os que a professam são hereges para mim. Qualquer coisa que possa escusar ou justificar sua severidade para com os primeiros, escusará e justificará a minha para com os últimos. Mas, o imperador — continuou o rei — não tem ao seu redor ninguém que ouse dizer franca e abertamente o que pensa, nem escutaria a quem o fizesse. Mas a grande veneração que ele professa por vossa Sé não deixa dúvida de que ele vos ouviria. Portanto quero que vos dirijais imediatamente a Constantinopla e lá protesteis, em meu nome e

no vosso próprio, contra as violentas medidas tomadas temerariamente por aquela corte. Está em vosso poder dissuadir delas o imperador; e até que o tenhais feito, mais ainda, até que os católicos [este nome Teodorico aplica aos arianos] sejam restaurados ao livre exercício de sua religião e a todas as igrejas das quais foram expulsos, não deveis pensar em voltar à Itália (Bower, *History of the Popes*, vol. 1, p. 325).

O papa que recebeu do imperador a ordem tão preemptória de não pisar novamente em solo italiano enquanto não houvesse cumprido a vontade do rei, certamente não podia esperar muito progresso para nenhuma espécie de supremacia enquanto esse poder não fosse afastado do caminho.

Os sentimentos que os partidários papais abrigavam para com Teodorico podem ser avaliados com exatidão, a julgar por uma citação já feita, pela vingança que eles fizeram contra sua memória. De sua tumba imponente em Ravena arrancaram a urna em que seus súditos arianos haviam guardado suas cinzas. Mas esses sentimentos são expressos na linguagem de Barônio, que acusa “Teodorico de haver sido um bárbaro cruel, um tirano bárbaro e um ímpio ariano” (*Baronio's Annals*, A. D. 526, p. 116; Bower, op. cit., vol. 3, p. 328).

Enquanto os católicos sentiam assim o restrito poder de um rei ariano na Itália, sofriam violenta perseguição dos vândalos arianos na África (Gibbon, op. cit., cap. 37, sec. 2). Elliot, em sua *Horae Apocalypticæ*, vol. 3, p. 152, nota 3, diz: “Os reis vândalos não eram somente arianos, mas também perseguidores dos católicos, tanto na Sardenha e na Córsega, sob o episcopado romano, como na África.”

Tal era a situação quando, em 533, Justiniano iniciou suas guerras contra os vândalos e os godos. Desejando contar com a influência do papa e o partido católico, promulgou aquele memorável decreto que constituiria o papa o cabeça de todas as igrejas, e de cuja execução, em 538, data o início da supremacia papal. E quem quer que leia a história da campanha africana (533-534) e da campanha italiana (534-538) notará que os católicos em toda parte saudaram como libertadores os soldados do exército de Belisário, general de Justiniano.

Mas nenhum decreto como o referido podia entrar em vigor enquanto não fossem arrancados os chifres arianos que a ele se opunham. As coisas mudaram, porém, pois nas campanhas militares da África e da Itália as legiões vitoriosas de Belisário em 534 deram ao arianismo um golpe tão demolidor que foram vencidos seus líderes.

Procópio relata que Justiniano empreendeu a guerra africana para aliviar os cristãos (católicos) daquela região, e que quando expressou seu intento a esse respeito, o prefeito do palácio quase o dissuadiu de seu propósito; mas teve um sonho no qual se lhe ordenou “não se esquivar à execução de seu desígnio, porque, ajudando aos cristãos, ele derribaria o poder dos vândalos” (Teodoreto e Evagrius, *Ecclesiastical History*, Livro 4, capítulo 16, p. 399).

Diz Mosheim:

É verdade que os gregos que haviam recebido os decretos do concílio de Niceia [quer dizer, os católicos], perseguiam e oprimiam os arianos onde quer que sua influência e autoridade podiam alcançar; mas por sua vez os partidários do concílio de Niceia não eram menos rigorosamente tratados por seus adversários [os arianos], particularmente na África e na Itália, onde sentiam, de forma muito severa, o peso do poder dos arianos e a amargura de seu hostil ressentimento. Os triunfos do arianismo foram, porém, transitórios; e seus dias de prosperidade ficaram inteiramente eclipsados quando os vândalos foram expulsos da África, e os godos da Itália, pelas armas de Justiniano (Mosheim, *An Ecclesiastical History Ancient and Modern*, vol. 1, p. 142, 143).

Elliot resume o assunto assim: “Poderia citar *três* membros da lista dada a princípio que foram desarraigados de diante do papa, a saber, os *hérulos*, sob Odoacro, os *vândalos*, e os *ostrogodos*” (*Horae Apocalypticae*, vol. 3, p. 139, nota 1).

Com base no testemunho histórico citado, cremos ter ficado claramente estabelecido que os três chifres arrancados eram as potências mencionadas: os hérulos, em 493, os vândalos, em 534, e os ostrogodos finalmente em 554, embora a oposição efetiva desses últimos ao decreto de Justiniano cessou quando foram arrancados de Roma por Belisário em 538 (*Student's Gibbon*, p. 309-319).

O chifre pequeno ia proferir “palavras contra o Altíssimo” — Esta profecia foi infelizmente cumprida na história dos pontífices. Eles procuraram, ou pelo menos permitiram, que se lhes aplicassem títulos que seriam hiperbólicos ou blasfemos, se fossem aplicados a um anjo de Deus.

Lucio Ferraris, em sua *Prompta Bibliotheca* referida pela *Catholic Encyclopedia* como “uma verdadeira enciclopédia de conhecimentos religiosos”, declara em um artigo onde trata do papa:

O papa é de tão grande dignidade e exaltação que não é um simples homem, senão como se fosse Deus, e o vigário de Deus. [...] O papa é de dignidade tão sublime e suprema que, falando com propriedade, não fora estabelecido em algum grau de dignidade, antes foi posto no mesmo cume de todas as dignidades. [...] O papa é chamado santíssimo porque, presume-se, legitimamente o é.

Só o papa merece ser chamado “santíssimo” porque somente ele é o vigário de Cristo, manancial, fonte e plenitude de toda a santidade. [...] “É igualmente o monarca divino, imperador supremo, o rei de reis”. [...] Daí que o papa porta uma coroa tríplice, como rei do céu, da terra e das nações inferiores. [...] Ademais, a superioridade e o poder

do pontífice romano não se referem só às coisas celestiais, às terrenas e às que estão debaixo da terra, senão às que chegam até os anos, pois é maior que eles. [...] De maneira que se fosse o caso de os anjos errarem na fé, ou pensassem de modo contrário à fé, poderiam ser julgados e excomungados pelo papa. [...] Porque ele tem tão grande dignidade e poder que forma com Cristo um e o mesmo tribunal [...]

O papa é como se fosse Deus na terra, só soberano dos fiéis de Cristo, principal rei de reis, que tem a plenitude do poder, a quem o Deus onipotente confiou não só a condução do terreno, como também do reino celestial. [...] O papa tem tão grande autoridade e poder que pode modificar, explicar ou interpretar ainda as leis divinas (Traduzido de Lucio Ferraris, em sua *Prompta Bibliotheca*, art. “Papa”, II, vol. 6, p. 26-29).

Cristóvão Marcelo, na quarta do quinto concílio de Latrão, numa oração dirigida ao papa, exclamou: “Tu és o pastor, tu és o médico, tu és o diretor, tu és o lavrador; finalmente é outro Deus na terra” (P. Juan Arduino, *Acta Conciliorum*, vol. 9, p. 1651).

Diz Adam Clarke, com referência ao versículo 25:

“Falará como se fosse Deus.” Assim São Jerônimo cita a Símaco. A ninguém pode isso aplicar-se tão bem e plenamente como aos papas de Roma. Eles assumiram a infalibilidade, que só pertence a Deus. Professam perdoar pecados, coisa que só pertence a Deus. Professam abrir e fechar o céu, o que só pertence a Deus. Professam ser superiores a todos os reis da terra, o que só pertence a Deus. E vão além de Deus ao pretenderem liberar nações inteiras de seu juramento de fidelidade aos seus reis, quando tais reis a elas não agradam. E vão contra Deus quando dão indulgências pelo pecado. Esta é a pior de todas as blasfêmias (Adam Clarke, *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, p. 596, nota sobre Daniel 7:25).

O chifre pequeno “magoará os santos do Altíssimo” — Requer-se pouca investigação histórica para provar que Roma, tanto nos tempos antigos como durante a Idade Média, perseguiu a igreja de Deus. Abundantes provas podem ser apresentadas para demonstrar que, antes e depois da Reforma, as guerras, as cruzadas, as matanças, as inquisições e perseguições de todas as classes foram os métodos adotados para obrigar a todos a submeter-se ao jugo romano.

A história da perseguição medieval espanta e nos custa alongar-nos em seus detalhes. Comentando sobre esta profecia, Barnes declara:

Pode alguém duvidar que isto é verdade com referência ao papado? A inquisição, as perseguições aos valdenses, os massacres do duque

de Alba, as fogueiras de Smithfield, as torturas em Goa; em verdade toda a história do papado pode ser invocada para provar que essa declaração se aplica à referida potência. Se houve alguma coisa que procurou quebrantar “os santos do Altíssimo”, que os teria riscado da Terra para que a religião evangélica se extinguísse, foram as perseguições do poder papal. Em 1208 o papa Inocêncio III proclamou uma cruzada contra os valdenses e os albigenses, na qual um milhão de homens pereceram. Desde a fundação da ordem dos jesuítas, em 1540, até 1580, foram mortas novecentas mil pessoas. A inquisição levou à morte cerca de cento e cinquenta mil pessoas em trinta anos. Nos Países Baixos, cinquenta mil pessoas foram enforcadas, decapitadas, queimadas e enterradas vivas, pelo crime de heresia, no período de trinta e oito anos, desde o edito de Carlos V contra os protestantes até a paz de Cateau Cambresis em 1559. No espaço de cinco anos e meio, 18.000 foram entregues ao carrasco, durante a administração do duque de Alba. Na verdade, o menor conhecimento da história do papado convencerá a qualquer um de que as afirmações “fazia guerra contra os santos” (verso 21) e “magoará os santos do Altíssimo” (verso 25), se aplicam estritamente a essa potência e com exatidão descrevem sua história (Albert Barnes, *Notes on Daniel*, p. 328, comentário sobre Daniel 7:25).

Estes fatos ficam confirmados pelo testemunho de Guilherme E. Lecky, em *History of the Rise of the Spirit of Rationalism in Europe*, vol. 2, pp. 35, 37, onde declara:

Que a igreja de Roma tenha derramado mais sangue inocente que qualquer outra instituição que já existiu entre a humanidade, é algo que nenhum protestante que tenha um conhecimento completo da história porá em dúvida. Na verdade os elementos que poderiam lembrar muitas de suas perseguições escasseiam agora de tal maneira que é impossível formar-se um completo da multidão de suas vítimas. É igualmente certo que não há faculdades da imaginação que possam compreender adequadamente seus sofrimentos. [...] Estas atrocidades não foram perpetradas em breves paroxismos de um reinado de terror, nem por mão de sectários obscuros, mas infligidas por uma igreja triunfante, com toda a circunstância de solenidade e deliberação.

E em nada muda o assunto porque em numerosos casos as vítimas foram entregues às autoridades civis. A igreja era a que decidia em questões de heresia, entregando em seguida os ofensores o tribunal secular. Mas o poder secular naqueles dias de perseguição não era senão um instrumento nas mãos da igreja e sob seu controle, para executar suas ordens. Quando a igreja entregava seus

prisioneiros aos carrascos para que os executassem, pronunciava a seguinte fórmula: “Deixamos-te e te entregamos ao braço secular e ao poder do tribunal secular; mas ao mesmo tempo rogamos ardentemente a esse tribunal que modere sua sentença para não tocar no teu sangue nem pôr tua vida em perigo” (Miguel Geddes, “A View of the Court of Inquisition in Portugal”, *Miscellaneous Tracts*, vol. 1, p. 408; Ver também Filipe Limborch, *The History of the Inquisition*, vol. 2, p. 289). Então, como realmente se pretendia, as infelizes vítimas do ódio papal eram imediatamente executadas.

O testemunho de Lapicier é muito oportuno a respeito:

O poder civil pode castigar unicamente o delito de incredulidade na forma e grau em que esse delito foi revelado judicialmente por pessoas eclesiásticas, versadas na doutrina da fé. Mas a igreja ao tomar para si o conhecimento do delito de incredulidade, pode por si mesma decretar a sentença de morte, embora não executá-la; mas confia em sua execução ao braço secular (Alejo M. Lapicier, *The Stability and Progress of Dogma*, p. 195).

Mas as falsas declarações de alguns católicos de que a igreja nunca matou os dissidentes, foram plenamente negadas por um dos seus próprios escritores autorizados, o cardeal Belarmino, que nasceu na Toscana em 1542, e que, após sua morte em 1621, esteve a ponto de ser colocado entre os santos do calendário pelos grandes serviços que prestou à igreja. Esse homem, em certa ocasião, no calor de uma controvérsia, traiu-se a ponto de admitir os fatos reais do caso. Tendo Lutero dito que a igreja (querendo dizer a igreja verdadeira) jamais queimou hereges, Belarmino, entendendo-a como a igreja católica romana, respondeu:

Este argumento prova, não o sentimento, mas a ignorância ou impudência de Lutero; pois, visto que em número quase infinito ou foram queimados ou mortos de outra maneira, resulta que, ou Lutero não o sabia, e portanto era ignorante; ou se o sabia torna-se convicto de impudência e mentira, pois o fato de que foram frequentemente queimados hereges pela igreja, pode ser provado com muitos exemplos (Juan Dowling, *The History of Romanism*, p. 547).

Alfredo Baurillart, reitor do Instituto Católico de Paris, referindo-se à atitude diante da heresia, observa:

Quando está diante da heresia, não se contenta com a persuasão; parecem-lhe insuficientes os argumentos de ordem intelectual e moral, e recorre à força, ao castigo corporal e à tortura. Cria tribunais como os da Inquisição, invoca a ajuda das leis do Estado; se necessário estimula uma cruzada, ou uma guerra religiosa, e na prática todo seu “horror de sangue” culmina em sua incitação do poder secular para derramá-lo,

procedimento que é quase mais odioso, porque é menos franco que o de derramá-lo ela mesma.

Operou assim especialmente no século XVI com relação aos protestantes. Não se conformou em reformá-los moralmente, ensinar-lhes pelo exemplo, converter o povo mediante missionários eloquentes e santos, e acendeu na Itália, nos Países Baixos, e sobretudo na Espanha, as fúnebres fogueiras da Inquisição. Na França sob Francisco I e Henrique II, na Inglaterra sob Maria Tudor, torturou os hereges, enquanto que tanto na França como na Alemanha, durante a segunda metade do século XVI, e a primeira metade do XVII, se não as incitou em realidade, pelo menos estimulou e fomentou ativamente as guerras religiosas (Alfredo Baurillart, *The Catholic Church, the Renaissance, and Protestantism*, p. 182, 183).

Em uma carta do papa Martin V (1417-1431), encontram-se as seguintes instruções dirigidas ao rei da Polônia:

Sabei que o interesse da Santa Sede, e os de vossa coroa, vos impõe o dever de exterminar os hussitas. Lembrai que estes ímpios se atrevem a proclamar princípios de igualdade; sustentam que todos os cristãos são irmãos, e que Deus não deu a homens privilegiados o direito de governar as nações; sustentam que Cristo veio à terra para abolir a escravidão; chamam o povo a ser livre, quer dizer, a aniquilar os reis e sacerdotes. Portanto, enquanto ainda há tempo, dirigi vossas forças contra a Boêmia; matai, fazei desertos por toda parte; porque nada poderia ser mais agradável a Deus, nem mais útil à causa dos reis, que o extermínio dos hussitas (L. M. Carmenin, *The Public and Private History of the Popes of Rome*, vol. 2, p. 116, 117).

Tudo isto estava em harmonia com os ensinamentos da igreja. A heresia não devia ser tolerada, senão destruída.

A Roma pagã perseguiu sem tréguas a igreja cristã, e calcula-se que *três milhões* de cristãos pereceram nos três primeiros séculos da era cristã. Entretanto, diz-se que os cristãos primitivos oravam para que subsistisse a Roma imperial pois sabiam que quando cessasse esta forma de governo, outro poder muito pior se levantaria, que literalmente, como esta profecia declara, haveria de “destruir os santos do Altíssimo”. A Roma pagã podia matar os meninos, mas perdoava as mães; mas a Roma papal matava juntamente as mães e os meninos. Nem idade, sexo ou condição isentavam de sua ira implacável.

O chifre pequeno cuidaria em “mudar os tempos e a lei” — Que lei? Não a lei de outros governos terrenos; porque não era de estranhar que uma potência mudasse as leis de outra, sempre que conseguisse pôr esta outra

potência sob seu domínio. Não era lei humana; porque o chifre pequeno tinha poder de mudar as leis humanas até onde se estendia sua jurisdição; mas os tempos e a lei aqui mencionados eram de tal natureza que esta potência podia somente *pensar* em mudá-los, sem ter o poder de fazer realmente a mudança. É a lei do mesmo *Ser* a quem pertencem os santos que são quebrantados por esse poder, a saber, a lei do Altíssimo.

E o papado tentou fazer isso? Sim, até isso. Acrescentou o segundo mandamento do decálogo ao primeiro, tornando-os um só, e dividiu o décimo em dois, fazendo que o nono proíba cobiçar a esposa do próximo, e o décimo a propriedade do próximo, para conservar o número completo de dez. Embora todas as palavras do segundo mandamento se conservem na Bíblia católica e no catecismo romano autorizado pelo Concílio de Trento, encontram-se em ambos os lugares esmeradas explicações no sentido de que, exceto as do próprio Deus, sua confecção e emprego não ficam proibidos pelo mandamento quando se empregam somente para venerar as virtudes dos santos, e não para adorá-los como deuses, que é o que proíbe expressamente o mandamento. Aplica-se também o mesmo princípio às cinzas, aos ossos e outras relíquias dos santos, e as representações dos anjos.

Alguns autores católicos têm muito a dizer para justificar sua igreja no uso das imagens em seu culto; e nos falam sobretudo da utilidade delas “para ensinar ao povo as grandes verdades da religião”. Mas a realidade das coisas é que no culto católico o papel que desempenham as imagens não se limita à fase didática. Tributa-lhes veneração, e o povo se inclina a elas e as honra, coisas que são principalmente vedadas, pois a proibição de fazer imagens se aplica quando destinadas a fins de culto, e não, logicamente, quando só os têm de ensino.

DECÁLOGO ORIGINAL

Êxodo 20:1-17, segundo a Bíblia de Jerusalém

1° – Não terás outros deuses diante de mim.

2° – Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo na terra, ou nas águas, que estão debaixo da terra. Não te prostrarás diante desses deuses e não os servirás, porque eu, Yahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos até a terceira e quarta geração dos que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

3° – Não pronunciarás o nome de Yahweh teu Deus, porque Yahweh não deixará impune aquele que pronunciar em vão o seu nome.

4° – Lembra-te do dia de sábado para santificá-lo. Trabalharás durante seis dias, e farás toda a tua obra. O sétimo dia, porém, é o sábado de Yahweh teu Deus. Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua serva, nem teu animal, nem o estrangeiro que está em tuas portas. Porque em seis dias Yahweh fez o céu, a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia; por isso Yahweh abençoou o dia de sábado e o santificou.

5° – Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias sobre a terra que Yahweh teu Deus, te dá.

6° – Não matarás.

7° – Não cometerás adultério.

8° – Não roubarás.

9° – Não apresentarás um falso testemunho contra o teu próximo.

10° – Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a sua mulher, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo.

DECÁLOGO POPULAR

Segundo o Catecismo da Doutrina Cristã, p. 9, Edição Oficial, 1930.

1° – Amar a Deus sobre todas as coisas.

2° – Não tomar o Seu santo nome em vão.

3° – Guardar domingos e festas.

4° – Honrar pai e mãe.

5° – Não matar.

6° – Não pecar contra a castidade.

7° – Não furtar.

8° – Não levantar falso testemunho.

9° – Não desejar a mulher do próximo.

10° – Não cobiçar as coisas alheias.

E quanto ao quarto mandamento, que é o terceiro na ordem mudada, o catecismo de mais autoridade na igreja católica romana conserva todo o mandamento e insiste é um privilégio e dever sagrado observar escrupulosamente o dia de descanso na vida pessoal e no culto público. No entanto, declara que o dia particular para repousar-se estava relacionado com os ritos cerimoniais dos judeus, e juntamente com eles foi eliminado em Cristo; e logo dá razões pelas quais o dia de descanso deve ser observado no primeiro dia da semana, chamado domingo.

Para apoiar a breve declaração anterior sobre a mudança dos tempos e da lei pelo papado, apresentaremos provas obtidas desse catecismo de mais autoridade na igreja católica romana. De acordo com *The Catholic Encyclopedia*, “a autoridade deste catecismo é superior à de qualquer outro, mas não alcança, é claro, o nível da que têm os cânones e decretos de um concílio” (*The Catholic Encyclopedia*, art. Doctrine, Christian, vol. 5, p. 79).

Antes de apresentar as citações, deve primeiro declarar-se que no governo da igreja católica romana, os cânones e decretos de um concílio eclesiástico ecumênico são oficiais e supremos. Entre tais concílios, destaca-se o de Trento, celebrado em Trento, na Itália, desde 1545 a 1563. Visto que aquele chamado a contrariar a influência da Reforma protestante, tratava extensamente as doutrinas e costumes da igreja, decretou oficialmente que o santo sínodo ordenara a todos os bispos que explicassem os sacramentos de acordo com a forma que o santo sínodo prescreveria para todos os sacramentos em um catecismo que os bispos haveriam de traduzir fielmente para a língua popular e cuidar que os sacerdotes das paróquias o exponham ao povo (Ver J. Donovan, em suas citações do “Council of Trent, Sess. xxiv, c. vii, on Reformation”, *Catechism of the Council of Trent*, p. 4).

Em cumprimento desta ordem, São Carlos Borromeo e outros teólogos compuseram em latim para a igreja católica, em 1566, e foi publicado em Roma pela Congregação Vaticana da Propaganda da Fé, sob o título de *Catechismus Romanus ex decreto Sacrosancti Concilii, jussu S. Pii V Pontificis Maximi editus*, em outras palavras “Catecismo romano segundo o decreto do Sagrado Concílio de Trento, publicado por ordem de sua santidade Pio V, Pontífice Máximo.”

Este livro foi traduzido para diferentes idiomas, e em castelhano há diferentes edições dele, mas copiaremos nossas citações do “Catecismo do Santo Concílio de Trento para los Párrocos, ordenado por disposición de San Pío V. Traduzido em língua castelhana pelo P. Fr. Agustín Zorita, religioso dominical, segundo a impressão que, da ordem do Papa Clemente XIII, foi feita em Roma no ano de 1761”, e “publicado por ordem do rei em Valência por Don Benito Monfort. Ano de 1782.”

Transcreveremos algumas citações deste *Catecismo de Trento*, ou seja a exposição oficial e autorizada da doutrina católica. A primeira destas citações referir-se-á ao quarto mandamento do Decálogo (o terceiro na lista apresentada pela igreja católica). Veremos como ela reconhece ter feito uma mudança quanto ao dia da semana que se deve observar, e os argumentos que aduz para ordenar que se guarde o domingo em vez do sábado.

Foi do agrado da igreja de Deus que a celebração do Sábado fosse transferida para o dia do Senhor [referindo-se ao Domingo]; porque assim como, nesse dia, a luz brilhou sobre o mundo, assim foi nossa vida tirada das trevas para a luz, pela ressurreição, nesse dia, de nosso Redentor, que nos abriu a porta para a vida eterna. Por isso os apóstolos quiseram que se chamasse “dia do Senhor”. Também observamos nas Escrituras Sagradas que esse dia era tido como sagrado, pelo fato de que nele se iniciou a criação do mundo, e o Espírito Santo foi derramado sobre os apóstolos (*Catechism of the Council of Trent*, p. 347).

Temos aqui a declaração do próprio papado de que a igreja católica romana mudou a observância do dia de repouso, do sétimo dia ordenado pelo Decálogo no primeiro dia da semana, que é aqui erroneamente chamado “dia do Senhor” (Ver o comentários sobre Apocalipse 1:10). É de observar-se que os apóstolos são acusados de mudar o sétimo dia para o primeiro, mas sem citar nenhuma prova das Escrituras, porque não há. Todas as razões nesta declaração para defender a mudança são pura e simplesmente de invenção humana e eclesiástica.

O testemunho que antecede basta para demonstrar como o papado procurou mudar os tempos e a lei. Os dados de como posteriores catecismos católicos romanos para instrução “dos fiéis” declaram ousadamente que a igreja mudou o dia e até desafiam os protestantes porque aceitam e observam a mudança, se encontrará em nosso comentário referente à marca da besta, quando tratarmos Apocalipse 13.

Antes de abandonar este tema da mudança do sábado, resultará iluminador observar outros motivos que o papado aduz por ter mudado o dia de descanso, além da declaração errônea de que a mudança foi feita pelos apóstolos. No mesmo catecismo romano ao qual já nos referimos acima, encontra-se uma tentativa de explicar como o mandamento do sábado difere dos demais do Decálogo.

Pois a diferença certa é, que os demais preceitos do Decálogo são naturais, perpétuos, e que de modo nenhum podem variar. Daí que se bem foi ab-rogada a lei de Moisés, o povo cristão ainda guarda os mandamentos que estão nas duas tábuas. E isso é feito não porque Moisés o mandou, mas porque convêm à natureza cuja força impele os homens a guardá-los. Mas este mandamento sobre a santificação do sábado, se olhamos ao tempo assinalado, não é fixo e constante, senão que pode

mudar-se: porque não pertence aos costumes e sim às cerimônias; nem tampouco é natural, porque não é ensinado nem ditado pela natureza, que tributemos culto a Deus, nesse dia do que em qualquer outro, e sim que o povo de Israel começou a guardar esse dia de sábado desde aquele tempo em que foi libertado da escravidão de Faraó.

O tempo, pois, em que seria tirado o culto do sábado era o mesmo em que se deveriam antiquar-se os demais cultos e cerimônias hebraicas: a saber, na morte de Cristo. Porque sendo aquelas cerimônias imagens em sombra da luz e da verdade, era preciso que fossem afugentados com a vinda da luz e verdade, que é JESUS CRISTO (Idem, p. 257).

O leitor precisa apenas lembrar que a lei dos dez mandamentos foi escrita pelo dedo de Deus sobre tábuas de pedra, enquanto que as leis cerimoniais foram escritas por Moisés em um livro. Ademais, o Decálogo foi escrito *antes* que as cerimoniais fossem dadas a Moisés. Creremos que Deus fosse capaz de misturar um mandamento cerimonial com os nove da lei moral, e confiar a correção a um corpo eclesiástico arrogante? Na verdade o motivo pelo qual se devia repousar no sétimo dia era, segundo é indicado no próprio mandamento, porque o próprio Criador descansou nesse dia, e o separou como monumento comemorativo de sua obra criadora, sem a menor implicação de que pudesse ser “sombra das coisas vindouras” em Cristo, a quem apontavam todos os ritos e ordenanças cerimoniais.

Mais uma citação do Catecismo Romano merece ser considerada, pois contém sugestões que ainda hoje se repetem com frequência:

Por esta razão, os apóstolos determinaram consagrar ao culto divino o primeiro daqueles sete dias, e o chamarão Domingo. Do dia de Domingo faz menção João em seu Apocalipse (a). E o apóstolo ordena que se façam as coletas no primeiro dia da semana (b) que é o Domingo: segundo o explica São João Crisóstomo (c). Para que entendamos que já então era tido na Igreja o dia de Domingo como Santo (Idem, p. 258).

Além de acusar falsamente os apóstolos de ter mudado o dia de repouso, quer-se dizer aqui que os cálculos comerciais referentes às contas da pessoa no primeiro dia da semana constituem um motivo para observá-lo como dia de repouso contrariamente à imutável lei de Deus.

Esta citação também revela o fato de que se confia mais na práticas e interpretações dos pais, como “São Cristóvão”, mencionado aqui, em vez das próprias Escrituras para provar que o sábado da lei de Deus foi mudado para o domingo.

Mais uma observação deve fazer-se aqui, especialmente para ser considerada pelos clérigos e leigos protestantes. Neste Catecismo Romano, composto por ordem do papa Pio V em meados do século XVI, apresentam-se quase

todos os argumentos que os protestantes empregam em nossa época para apoiar a mudança do dia de repouso do sétimo dia para o primeiro dia da semana. Notem-se os seguintes:

Assumem sem nenhuma prova que o mandamento do sábado era parte da lei cerimonial (embora incorporado no próprio coração da lei moral escrita pelo dedo de Deus), e afirmam que portanto foi eliminado por Cristo.

Declararam ousadamente que os apóstolos ordenaram que se observasse o primeiro dia da semana em vez do sétimo, e citam o emprego que João faz do termo “dia do Senhor” em Apocalipse 1:10, apesar do fato de que o único dia que Deus alguma vez separou como santo e reclamou como seu, tendo ele próprio repousado nele, foi o sétimo dia do quarto mandamento.

Sustentam que a lei do dia de repouso “concorda com a lei da natureza” ao exigir que cessem os trabalhos e se observe um dia de meditação e culto; mas declaram que o *dia* de sua observância “pode ser mudado”, visto que, segundo seu argumento, “não pertence à lei moral e sim à cerimonial”, e que foi efetivamente mudado pelos apóstolos, pelos pais e pela igreja, e transferido ao primeiro dia da semana.

Os argumentos que apresentam a favor de tal mudança são: que a luz brilhou pela primeira vez sobre o mundo no primeiro dia da semana; a ressurreição de Cristo ocorreu nesse dia; o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos nesse mesmo dia da semana; Paulo aconselhou os cristãos que fizessem seus cálculos comerciais no primeiro dia e separassem algo para o Senhor. Todos estes argumentos são inventados pelos homens e não há autoridade bíblica para justificar a mudança. As únicas razões apresentadas pelo Criador e Senhor do sábado, são que ele criou o mundo em seis dias, descansou no sétimo, e o separou para uso santo, da mesma forma permanente e inalterável em que criou todas as coisas durante os outros dias da semana da criação.

Talvez os protestantes não se deem conta de que, ao defender o domingo como dia de repouso, empregam os argumentos católicos romanos contidos no catecismo do concílio de Trento, publicado no século XVI; mas o fato é que cada um dos que são mencionados se encontram naquela obra. Para ser consequentes, os protestantes devem separar-se completamente do papado, e aferrar-se à Bíblia e à Bíblia só em sua fé e prática.

“Um tempo, tempos e metade de um tempo” — O pronome “eles” relacionado com esta frase abrange os santos, os tempos e a lei acima referidos. Por quanto tempo haveriam de ser entregues nas mãos dessa potência? Um tempo, como vimos em Daniel 4:23, é um ano; dois tempos, o mínimo que poderia ser denotado pelo plural, dois anos; e a metade de um tempo é meio ano. Temos assim três anos e meio como duração dessa potência. O vocábulo caldeu traduzido por “tempo” no texto que consideramos é *iddan*, que Gesênio

define como tempo e acrescenta: “Empregado em linguagem profética para designar um ano. Daniel 7:25.”

É preciso considerar que estamos estudando uma profecia simbólica, e por isso esta medida de tempo não é literal, mas simbólica. Surge então a pergunta: Qual é a duração do período denotado por três anos e meio de tempo profético? A norma dada na Bíblia é que quando um dia se usa como símbolo, representa um ano (Ezequiel 4:6; Números 14:34). Quanto à palavra hebraica *yom*, que significa dia, Gesênio observa o seguinte, referindo-se ao seu plural: “As vezes *yamin* denota um prazo definido de tempo; por exemplo, um ano; como também em siríaco e caldeu, *iddan*, *iddan* significa tanto tempo como ano.

Os estudantes da Bíblia têm reconhecido este princípio através dos séculos. As seguintes citações revelam como concordam os diversos autores a respeito. Joaquim, abade de Calábria, uma das grandes figuras eclesiásticas do século XII, aplicou este princípio de dia-ano ao período de 1.260 anos. “A mulher, vestida de sol, que representa a igreja, permaneceu no deserto oculta da vista da serpente, sendo aceito indubitavelmente um dia por um ano e 1.260 dias pelo mesmo número de anos” (Joaquim de Flores, “Concordantia”, livro 2, cap. 16, p. 12b).

Três tempos e meio, quer dizer, 1.260 anos solares, calculando um tempo como ano calendário de 360 dias, e um dia como um ano solar. Depois do qual “assentar-se-á o juiz, e lhe tirará o domínio”, não em seguida, senão por graus, para consumi-lo, e destruí-lo até o fim (Sir Isaac Newton, *Observations Upon the Prophecies of Daniel*, p. 127, 128).

O ano bíblico, que se deve empregar como base de cálculo, continha 360 dias (Ver comentários sobre Apocalipse 11:3). Três anos e meio continham 1.260 dias. Como cada dia representa um ano, temos que a duração da supremacia desse chifre é de 1.260 anos. Possuiu o papado domínio nesse período? A resposta é: Sim. O edito do imperador Justiniano, datado de 533, fazia o bispo de Roma cabeça de todas as igrejas. Mas esse edito não pôde entrar em vigor antes que os ostrogodos arianos, o último dos três chifres que deveriam ser arrancados para dar lugar ao papado, fossem expulsos de Roma; e isso não se realizou, como já foi mostrado, antes de 538. O edito não teria tido efeito se este último acontecimento não tivesse ocorrido; por isso temos de contar do ano 538, pois foi a partir deste ponto que em realidade os santos estiveram nas mãos dessa potência. Mas, exerceu o papado a supremacia durante 1.260 anos a partir daquela data? Exatamente. Porque $538 + 1260 = 1798$; e no ano de 1798 o general Berthier, comandando um exército francês, entrou em Roma, proclamou a República, aprisionou o papa e infligiu uma ferida mortal ao papado. Embora desde então não voltou a ter todos os privilégios e imunidades que antes possuía, estamos presenciando atualmente a restauração gradual de seu poder anterior.

O Juiz Se assentou — Após a descrição da espantosa carreira do chifre pequeno e a afirmação de que os santos serão entregues na sua mão por 1.260 anos, o que nos leva até 1798, o versículo 26 declara: “Mas depois se assentará o tribunal para lhe tirar o domínio, para o destruir e o consumir até o fim.” No versículo 10 do mesmo capítulo encontramos essencialmente a mesma expressão acerca do juízo: “Assentou-se o tribunal [ou, noutras versões, “Assentou-se o juízo” ou “O Juiz se assentou”]. Parece apropriado supor que em ambos os casos faz referência ao mesmo juízo. Mas a cena sublime descrita no versículo 10 é a abertura do juízo investigativo no santuário celestial, como se verá nas observações referentes a Daniel 8:14 e 9:25-27. A profecia situa esta cena de abertura do juízo no fim do período profético de 2.300 anos, que terminou em 1844 (Ver os comentários a Daniel 9:25-27).

Quatro anos depois disso, em 1848, a grande revolução que abalou tantos tronos da Europa, expulsou também o papa de seus domínios. Sua restauração, efetuada pouco depois, o foi pela força de baionetas estrangeiras, que o mantiveram até ele sofrer, em 1870, a perda final de seu poder temporal. A queda do papado em 1798 assinalou a conclusão do período profético de 1260 anos, e constituiu a “ferida mortal” profetizada em Apocalipse 13:3, como havendo de sobrevir a essa potência; mas sua ferida mortal seria “curada”.

A cura da ferida mortal — Em 1800 foi eleito outro papa; seu palácio e domínio temporal lhe foram restituídos, e como diz Jorge Croly, célebre comentarista britânico, recuperou toda prerrogativa, exceto a de ser perseguidor sistemático, porque a “ferida mortal” começava a curar-se.

Como é possível ver-se esta “ferida mortal” curar-se e as especificações de Daniel 7:26 cumprir-se: “Para lhe tirar o domínio, para o destruir e o consumir até ao fim”? Como podemos explicar este aparente paradoxo: Quaisquer que sejam as dificuldades exegéticas, subsiste o fato de que na história do papado são vistas estas duas especificações.

Em 1844, o juízo começou no santuário celestial (verso 10). No verso 11, é-nos dito que “por causa da voz das insolentes palavras que o chifre proferia [...] o animal foi morto.” Em 8 de dezembro de 1854, o papa promulgou o dogma da Imaculada Conceição. Os exércitos de Vítor Manuel tiraram do papa o poder temporal em 1870, o mesmo ano em que o vigésimo concílio ecumênico decretou que o papa é infalível quando fala *ex cátedra*, quer dizer, quando, como pastor e doutor de todos os cristãos, define uma doutrina referente à fé ou à moral. Mas apesar das recentes honras acumuladas pelo clero sobre o cargo de bispo de Roma, perdeu completamente o poder temporal. Desde então os papas se encerraram como prisioneiros no Vaticano de Roma até que em 1929 foi assinado com a Itália a concordata que devolvia ao papa o domínio sobre a Cidade do Vaticano, pequena seção da cidade de Roma.

VERSÍCULOS 27-28: O reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo; o seu reino será reino eterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão. Aqui, terminou o assunto. Quanto a mim, Daniel, os meus pensamentos muito me perturbaram, e o meu rosto se empalideceu; mas guardei estas coisas no coração.

Depois de contemplar o quadro sombrio e desolador da opressão papal sobre a igreja, o profeta pôde mais uma vez volver o olhar para o glorioso período de descanso dos santos, quando receberão o reino, em possessão eterna, livres de todo poder opressivo. Como poderiam os filhos de Deus manter-se alentados neste perverso mundo atual, em meio aos desmandos e a opressão dos governos da Terra e às abominações que nela se cometem, se não pudessem olhar à frente, para o reino de Deus e a volta de seu Senhor, com plena certeza de que as promessas concernentes a ambos se cumprirão, com segurança e rapidez?

Daniel 08 — O Mundo Diante do Tribunal Celestial

“Mais uma vez nos volvemos” diz Adam Clarke “ao hebraico, pois a parte caldeia do livro terminou. Como os caldeus tinham particular interesse na história e nas profecias desde Daniel 2:4 até o fim do capítulo 7, essa parte do livro foi escrita em caldeu; mas como as profecias restantes se referem a tempos posteriores à monarquia caldaica e se relacionam principalmente com a igreja e o povo de Deus em geral, estão escritas em hebraico, a língua na qual Deus quis revelar todos os conselhos que deu no Antigo Testamento com relação ao Novo” (Adam Clarke, *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, p. 598, sobre Daniel 8:1).

VERSÍCULO 1: No ano terceiro do reinado do rei Belsazar eu, Daniel, tive uma visão depois daquela que eu tivera a princípio.

Uma característica evidente dos escritos sagrados que deve protegê-los para sempre da acusação de serem obras de ficção, é a franqueza e liberdade com que os escritores apresentam todas as circunstâncias relacionadas com o que eles registram. Este primeiro versículo indica o tempo em que a visão registrada neste capítulo foi dada a Daniel. O primeiro ano de Belsazar era 540 a.C. Seu terceiro ano, em que foi dada esta visão, tinha de ser, portanto, o ano 538 a.C., quando Daniel era de aproximadamente 80 anos, visto que tinha provavelmente cerca de vinte anos quando foi levado para Babilônia no primeiro ano de Nabucodonosor, em 606 a.C. A visão de que ele fala como a que “tivera a princípio” é, sem dúvida, a visão do capítulo 7, que ele teve no primeiro ano do reinado de Belsazar.

Versículo 2: Quando a visão me veio, pareceu-me estar eu na cidadela de Susã, que é província de Elão, e vi que estava junto ao rio Ulai.

Como o versículo 1 indica o tempo em que foi dada a visão, o versículo 2 indica o lugar onde o profeta recebeu a revelação. Susã era a metrópole da província de Elão, nesse tempo em mãos dos babilônios, e o rei de Babilônia tinha ali um palácio real. Como ministro de estado empregado nos negócios do rei, Daniel estava nesse lugar. Abrádates, vice-rei de Susã, passou-se para o lado de Ciro e a província ficou unida aos medos e persas, de sorte que, de acordo com a profecia de Isaías 21:2, Elão subiu com os medos para sitiá-lo. Sob os medos e os persas Elão recuperou as liberdades que os babilônios lhe haviam tirado, conforme a profecia de Jeremias 49:39.

VERSÍCULOS 3-4: Então, levantei os olhos e vi, e eis que, diante do rio, estava um carneiro, o qual tinha dois chifres, e os dois chifres eram altos, mas um, mais alto do que o outro; e o mais alto subiu por último. Vi que o carneiro dava marradas para o ocidente, e para

o norte, e para o sul; e nenhum dos animais lhe podia resistir, nem havia quem pudesse livrar-se do seu poder; ele, porém, fazia segundo a sua vontade e, assim, se engrandecia.

Os reinos da Média e da Pérsia — No versículo 20 nos é dada, em linguagem simples, uma interpretação deste símbolo: “Aquele carneiro que viste com dois chifres são os reis da Média e da Pérsia.” Só nos falta considerar quanto bem o símbolo corresponde à potência em questão. Os dois chifres representavam as duas nacionalidades que constituíam o império. O mais alto subiu por último. Este representava a Pérsia, que a princípio era simples aliada dos medos, mas depois veio a ser a divisão principal do império. As diferentes direções em que o carneiro foi visto a dar marradas significam as direções em que os medos e os persas estenderam suas conquistas. Nenhuma potência terrena lhes pôde resistir à marcha para a posição a que os havia chamado a providência de Deus. Tal êxito tiveram suas conquistas, que nos dias de Assuero (Ester 1:1), o reino medo-persa se estendia da Índia à Etiópia as extremidades do mundo então conhecido, por mais de 127 províncias.

VERSÍCULOS 5-7: Estando eu observando, eis que um bode vinha do ocidente sobre toda a terra, mas sem tocar no chão; este bode tinha um chifre notável entre os olhos; dirigiu-se ao carneiro que tinha os dois chifres, o qual eu tinha visto diante do rio; e correu contra ele com todo o seu furioso poder. Vi-o chegar perto do carneiro, e, enfurecido contra ele, o feriu e lhe quebrou os dois chifres, pois não havia força no carneiro para lhe resistir; e o bode o lançou por terra e o pisou aos pés, e não houve quem pudesse livrar o carneiro do poder dele.

O reino da Grécia — “Estando eu observando”, diz o profeta. Aqui encontra-se um exemplo para todos os que amam a verdade e todos os apreciam as coisas espirituais. Quando Moisés viu a sarça ardente, disse “Irei para lá, e verei essa grande maravilha.” Mas quanto poucos estão dispostos agora a afastar-se de sua busca de negócios ou prazeres, para considerar os importantes temas que Deus procura apresentar à sua atenção!

O símbolo aqui introduzido é também explicado pelo anjo a Daniel. “Mas o bode peludo é o rei [ou reino] da Grécia.” Quanto à justeza deste símbolo ao povo grego ou macedônio, Tomás Newton observa que os macedônios “cerca de duzentos anos antes do tempo de Daniel, eram chamados *Egedas*, o povo das cabras.” A origem deste nome, ele explica, segundo autores pagãos, como segue:

Carano, seu primeiro rei, indo com uma grande multidão de gregos buscar novas habitações na Macedônia, foi aconselhado por um oráculo a levar as cabras como seus guias para estabelecer domínio. Depois disso, ao ver um rebanho de cabras fugindo de violenta tempestade, seguiu-o até Edessa e ali fixou a sede do seu império. Fez as cabras suas insígnias ou estandartes e chamou a cidade Egea, ou a cidade das cabras, e o povo Egedas, ou o povo das cabras. [...] A

cidade de Egea foi o lugar usual de sepultamento dos reis macedônios. Também é muito notável que o filho de Alexandre com Roxana foi chamado de Alexandre Egos, ou o filho do bode. Alguns dos sucessores de Alexandre são representados em suas moedas com chifres de cabras (*Dissertations on the Prophecies*, p. 238).

O bode vinha do Ocidente. A Grécia ficava a oeste da Pérsia. “Sobre toda a terra.” Cobria toda a terra ao passar, isto é, varria tudo o que havia diante dele; nada poupava.

O bode vinha “sem tocar no chão”. Tal era a maravilhosa celeridade de seus movimentos, que parecia voar de um a outro ponto com a rapidez do vento. A mesma característica é indicada na visão de Daniel 7 pelas quatro asas do leopardo, que representa a mesma nação.

Alexandre era o “chifre notável” — O chifre notável entre os olhos é explicado no versículo 21 como sendo o primeiro rei do império macedônico. Esse rei foi Alexandre Magno.

Os versículos 6 e 7 dão um conciso relato da derrubada do império persa por Alexandre. As lutas entre os gregos e os persas foram excessivamente furiosas e algumas das cenas registradas na história são vividamente lembradas pela figura empregada na profecia: um carneiro de pé junto ao rio e o bode correndo contra ele com todo o seu furioso poder. Alexandre derrotou primeiramente os generais de Dario no rio Grânico, na Frígia. Em seguida ele atacou e derrotou Dario nos desfiladeiros de Issus na Cilícia e mais tarde o derrotou nas planícies de Arbela, na Síria. Esta última batalha ocorreu em 331 a.C. e assinalou a queda do império persa. Graças a ela, Alexandre tornou-se completamente senhor do país.

Acerca do versículo 6 (“Dirigiu-se [o bode] ao carneiro que tinha os dois chifres, ao qual eu tinha visto diante do rio; e correu para ele com todo o seu furioso poder”), Tomás Newton declara: “Difícilmente alguém consegue ler estas palavras sem formar certa imagem do exército de Dario de pé, guardando o rio Grânico, e de Alexandre do outro lado com suas forças que se precipitam, cruzam a nado a corrente e acometem o inimigo com todo o fogo e a fúria imagináveis.” *Idem*, p. 306.

Ptolomeu data o reinado de Alexandre de 332 a.C. Mas foi só na batalha de Arbela, no ano seguinte, que ele se tornou “senhor absoluto daquele império até a máxima extensão jamais possuída pelos reis persas” (Humphrey Prodeaux, *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 1, p. 378).

Na véspera dessa batalha, Dario enviou a seus principais parentes em busca da paz. Ao apresentarem suas condições a Alexandre, este replicou: “Dizei ao vosso soberano [...] que o mundo não permitirá dois sóis nem dois soberanos!” (Guaterio Fogg, *One Thousand Sayings of History*, p. 210).

A linguagem do versículo 7 expõe a totalidade da sujeição da Medo-Pérsia a Alexandre. Os dois chifres foram quebrados e o carneiro foi lançado ao chão e pisado. A Pérsia foi subjugada, o país devastado, seus exércitos despedaçados e espalhados, suas cidades pilhadas e a cidade real de Persépolis, a capital do império, foi saqueada e queimada. Suas ruínas constituem ainda hoje uma das maravilhas do mundo. Assim o carneiro não teve poder para resistir ao bode e ninguém houve que pudesse livrá-lo de sua mão.

VERSÍCULO 8: O bode se engrandeceu sobremaneira; e, na sua força, quebrou-se-lhe o grande chifre, e em seu lugar saíram quatro chifres notáveis, para os quatro ventos do céu.

O grande chifre quebrado — O vencedor é maior que o vencido. O carneiro, a Medo-Pérsia, tornara-se grande; o bode, a Grécia, tornou-se muito grande. E estando forte, o grande chifre foi quebrado. A previsão e a especulação humanas teriam dito: Quando se enfraquecer e seu reino estiver dilacerado pela rebelião, ou debilitado pelo luxo, então o chifre será quebrado e o reino abatido. Mas Daniel o viu quebrado no máximo de sua força e no auge de seu poder, quando todo espectador teria exclamado: Certamente o reino está estabelecido e nada o pode derripar. Assim sucede amiúde com os ímpios. O chifre de sua fortaleza se quebra quando o consideram mais firme. Diz a Escritura: “Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia” (1 Coríntios 10:12).

Surgem quatro chifres notáveis — Depois da morte de Alexandre surgiram entre seus generais muitas lutas pela sucessão. Depois de sete dias de contenda concordaram que seu irmão natural, Filipe Arideu, fosse proclamado rei. Ele e os dois meninos filhos de Alexandre, Alexandre Egos e Hércules, sustentaram por um tempo o nome e a aparência do Império Macedônico. Mas todas essas pessoas foram logo assassinadas e extinguiu-se a família de Alexandre. Então os principais comandantes do exército, que tinham ido a diferentes partes do império como governadores das províncias, assumiram o título de reis. Começaram em seguida a fazer uniões e guerras um contra o outro a tal ponto que, no curto espaço de quinze anos depois da morte de Alexandre, o número foi reduzido a quatro, precisamente o número que a profecia tinha especificado.

Quatro chifres notáveis haveriam de surgir em direção aos quatro cantos do céu em lugar do chifre grande que foi quebrado. Esses foram: Cassandro, que ficou com a Grécia e os países vizinhos; Lisímaco, a quem coube a Ásia Menor; Seleuco, que recebeu a Síria e a Babilônia e de quem procede a linhagem de reis conhecida como os selêucidas, tão famosos na história; e Ptolomeu, filho de Lagos, a quem coube o Egito, e de quem surgiram os “lágidas”. Estes reinaram nos quatro pontos cardeais. Cassandro, na parte ocidental; Lisímaco, com a região setentrional; Seleuco dominou os países orientais e Ptolomeu ficou com a parte meridional do império. Estes quatro chifres podem, pois, ser denominados Macedônia, Trácia (que então incluía a Ásia Menor e as partes que ficavam no Helesponto e no Bósforo), Síria e Egito.

VERSÍCULOS 9-12: De um dos chifres saiu um chifre pequeno e se tornou muito forte para o sul, para o oriente e para a terra gloriosa. Cresceu até atingir o exército dos céus; a alguns do exército e das estrelas lançou por terra e os pisou. Sim, engrandeceu-se até ao príncipe do exército; dele tirou o sacrifício diário e o lugar do seu santuário foi deitado abaixo. O exército lhe foi entregue, com o sacrifício diário, por causa das transgressões; e deitou por terra a verdade; e o que fez prosperou.

Surge um chifre pequeno — Uma terceira potência é aqui introduzida na profecia. Na explicação que o anjo deu a Daniel, este símbolo não é descrito em linguagem tão clara como o referente à Medo-Pérsia e Grécia.

Há duas aplicações principais dos símbolos em consideração, que são tudo o que se precisa notar nestes breves comentários. A primeira é que o “chifre pequeno” representa o rei sírio Antíoco Epifanes. A segunda, que denota o poder romano. É fácil provar os argumentos destas duas posições.

Significa Antíoco o chifre pequeno? — Se Antíoco Epifanes não cumpre as especificações da profecia, não se lhe pode aplicar o símbolo. O chifre pequeno saiu de um dos quatro chifres do bode. Era, portanto, uma potência que teria existência distinta da de qualquer dos chifres do bode. Foi Antíoco essa potência?

Quem foi Antíoco? Desde o tempo em que Seleuco se fez rei sobre a porção Síria do império de Alexandre, constituindo-se assim o chifre sírio do bode, até o país ser conquistado pelos romanos, reinaram 26 reis sucessivamente sobre esse território. O oitavo destes foi Antíoco Epifanes. Este era, pois, simplesmente um dos 26 reis que constituíram o chifre sírio do bode. Foi, portanto, esse chifre enquanto reinou. Por isso ele não podia ser ao mesmo tempo uma potência separada e independente, nem outro chifre notável como foi o chifre pequeno.

Se fosse apropriado aplicar o símbolo da ponta pequena a qualquer dos 26 reis sírios, teria certamente de aplicar-se ao mais poderoso e ilustre de todos. Mas Antíoco Epifanes de maneira nenhuma foi o rei mais poderoso da linhagem síria. Embora recebesse o nome de Epifanes, isto é, “o ilustre”, ele só foi ilustre no nome. Nada, diz Prideaux, baseado na autoridade de Políbio, Lívio e Deodoro da Sicília, nada pode ser mais alheio ao seu verdadeiro caráter. Por causa de sua vil e extravagante insensatez, alguns crendo que ele era um louco, mudaram seu nome de Epifanes, “o ilustre”, para Epimanes, “o louco” (Humphrey Prideaux, *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 106, 107).

Antíoco, o Grande, pai de Epifanes, depois de ser terrivelmente derrotado numa guerra que travou com os romanos, só pôde obter a paz pelo pagamento de prodigiosa soma de dinheiro e da entrega de uma parte de seu território. Como penhor de que fielmente cumpriria as condições do tratado, foi obrigado a dar reféns, entre os quais estava Epifanes, seu filho, que foi levado para Roma. Desde então os romanos mesmo conservaram o ascendente.

O chifre pequeno cresceu sobremaneira. Mas tal não sucedeu com Antíoco. Ao contrário, não ampliou seu domínio, exceto por algumas conquistas temporárias no Egito, que imediatamente diminuíram quando os romanos tomaram a parte de Ptolomeu e *ordenaram* que ele desistisse de seus intentos naquela região. A fúria de sua decepcionada ambição, ele a verteu sobre os inofensivos judeus.

O chifre pequeno, em comparação com as potências que o precederam, cresceu muito. A Pérsia é simplesmente chamada grande, embora reinasse sobre 127 províncias (Ester 1:1). A Grécia, sendo ainda mais extensa, é chamada muito grande. Agora o chifre pequeno, que se tornou excessivamente grande, tem de ultrapassar a ambos. Quão absurdo, pois, é aplicar isto à Antíoco, que foi obrigado a abandonar o Egito sob a ordem ditatorial dos romanos! Não é preciso muito tempo para decidir a questão de qual foi o maior poder: o que evacuou o Egito, ou o que ordenou a evacuação.

O chifre pequeno havia de opor-se ao Príncipe dos príncipes, expressão que aqui significa, sem contestação, Jesus Cristo (Daniel 9:25; Atos 3:15; Apocalipse 1:5). Mas Antíoco morreu 164 anos antes de nascer nosso Senhor. A profecia não pode, portanto aplicar-se a ele, pois não cumpre as especificações num detalhe sequer. Por que motivo alguém iria aplicá-la a Antíoco? Respondemos: os romanistas aceitam esta interpretação para evitar a aplicação da profecia a eles mesmos. E muitos protestantes os seguem, para se oporem ao ensino de que a segunda vinda de Cristo está às portas.

O chifre pequeno representa Roma — Tem sido fácil demonstrar que o chifre pequeno não representa Antíoco. Será igualmente fácil demonstrar que simboliza Roma.

O campo da visão aqui é substancialmente o mesmo que o abrangido pela imagem de Nabucodonosor, de Daniel 2, e a visão de Daniel 7. Em ambos os delineamentos proféticos encontramos que a potência que sucedeu a Grécia como a quarta grande potência foi Roma. A única inferência natural seria que o chifre pequeno, a potência que nesta visão sucede a Grécia como extraordinariamente grande, é também Roma.

O chifre pequeno sai de um dos chifres do bode. Como se pode dizer isso de Roma?, perguntará alguém. É desnecessário lembrar que governos terrenos não são apresentados na profecia enquanto não se tornam de certo modo relacionados com o povo de Deus. Naquele tempo Roma se relacionou com os judeus, o povo de Deus, pela famosa Liga Judaica, de 161 a.C. (Ver 1 Macabeus 8; Flávio Josefo *Antiguidades Judaicas*, livro 12, cap. 10, sec. 6; Humphrey Prideaux, *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 166). Mas sete anos antes disso, a saber, em 168 a.C., Roma tinha conquistado a Macedônia e tornado esse país uma parte de seu império. Roma é, pois introduzida nas profecias precisamente quando, depois de vencer o chifre macedô-

nico do bode, sai para novas conquistas em outras direções. Por isso, ao profeta parecia sair de um dos chifres do bode.

O chifre pequeno se engrandeceu para o sul. Assim sucedeu com Roma. O Egito se tornou província do Império Romano no ano 30 a.C. e nessa condição continuou por vários séculos.

O chifre pequeno se engrandeceu para o Oriente. Isso também fez Roma. Conquistou a Síria em 65 a.C. e a tornou uma província.

O chifre pequeno se engrandeceu para a terra formosa. Assim fez Roma. A Judeia é chamada “terra formosa” em muitas passagens bíblicas. Os romanos a tornaram província de seu império em 63 a.C. e finalmente destruíram a cidade e o templo e dispersaram os judeus por toda a Terra.

O chifre pequeno engrandeceu-se “até atingir o exército dos céus; a alguns do exército e das estrelas lançou por terra” Roma fez isso também. Nesta expressão são introduzidas duas figuras: “o exército” e “as estrelas”. Quando se usam no sentido simbólico com referência a eventos que ocorrem na Terra, essas figuras denotam quase sempre o povo de Deus e seus dirigentes. No versículo 13 lemos que tanto o santuário como o exército são pisados. Aqui se alude sem dúvida ao povo de Deus e seu lugar de culto. As estrelas deviam representar naturalmente aos dirigentes da obra de Deus. Este pensamento fica realçado em uma das frases de Apocalipse 12:4, onde lemos algo referente a um grande dragão vermelho, símbolo de Roma, que lançou por terra a terça parte dos anjos.

O chifre pequeno se engrandeceu até contra o Príncipe do exército. Unicamente Roma fez isto. Na interpretação (verso 25) se diz que o chifre pequeno se levantará contra o Príncipe dos príncipes. Isto alude claramente à crucifixão de nosso Senhor sob a jurisdição dos romanos!

As duas fases de Roma — Pelo chifre pequeno foi tirado o contínuo sacrifício. Entenda-se que este chifre pequeno simboliza Roma em toda sua história, incluindo suas duas fases, a pagã e a papal. Estas duas fases são referidas em outro lugar como o “contínuo” ou “diário” (*sacrifício* é uma palavra acrescentada) e a “transgressão assoladora”. O “contínuo”, ou assolação contínua significando a forma pagã, e a transgressão assoladora, a papal (Ver os comentários sobre o versículo 13). Nas ações atribuídas a esta potência fala-se ora de uma forma, ora de outra. “Por ele” [a forma papal] foi tirado o contínuo [a forma pagã].” A Roma pagã se transformou na Roma papal. E o lugar de seu santuário, ou culto, a cidade de Roma, “foi lançada por terra”. A sede do governo foi removida por Constantino para Constantinopla em 330 da nossa era. A mesma remoção é apresentada em Apocalipse 13:2, onde é dito que o dragão, ou Roma pagã, deu à besta, Roma papal, sua sede, a cidade de Roma.

“E o exército lhe foi entregue (ao chifre pequeno), com o sacrifício contínuo, por causa das transgressões” — Os bárbaros que subverteram o Império Romano durante as mudanças, os atritos e as transformações daqueles

tempos, converteram-se à fé católica e se transformaram em instrumentos para destronar sua antiga religião. Embora tivessem conquistado politicamente, foram vencidos religiosamente pela teologia de Roma, e foram os perpetuadores do mesmo império em outra fase. Isto se produziu em razão da “transgressão”, ou seja, pela operação do mistério da iniquidade. O papado pode-se chamar o sistema de iniquidade, porque praticou sua má obra, fingindo ser uma religião pura e imaculada.

O chifre pequeno “lançou a verdade por terra, fez isso e prosperou.” Isto descreve, em poucas palavras, a obra e carreira do papado. A verdade é por ele odiosamente distorcida, carregada de tradições, transformada em hipocrisia e superstição, derribada e obscurecida.

Acerca desta potência eclesiástica se declara que “o que fez prosperou”, praticou seus enganos ao povo, fez astutas maquinações para alcançar seus próprios fins e engrandecer seu poder.

Ele também “prosperou” — Fez guerra contra os santos e prevaleceu contra eles. Percorreu a carreira que lhe foi designada e logo há de ser quebrantada sem intervenção humana, para ser entregue à chama de fogo, que a fará perecer nas consumidoras glórias do segundo advento de nosso Senhor.

Roma cumpre todas as especificações da profecia. Nenhum outro poder as cumpre. Por isso Roma, e não outra potência, é a mencionada aqui. As descrições dadas na Palavra de Deus coincidem plenamente com o caráter deste monstruoso sistema. As profecias concernentes a sua funesta história se cumpriram da mais exata e surpreendente forma.

VERSÍCULOS 13-14: Depois, ouvi um santo que falava; e disse outro santo àquele que falava: Até quando durará a visão do sacrifício diário e da transgressão assoladora, visão na qual é entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados? Ele me disse: Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado.

O tempo na profecia — Estes dois versículos encerram a visão do capítulo 8 propriamente dita e introduzem o ponto restante que seria de todos naturalmente o de mais absorvente interesse para o profeta e para toda a igreja, a saber, quanto iam durar as potências assoladoras anteriormente apresentadas. Até quando continuarão sua carreira de opressão contra o povo de Deus e de blasfêmia contra o alto Céu? Se lhe fosse dado tempo, Daniel, talvez tivesse ele mesmo feito essa pergunta; mas Deus está sempre pronto a antecipar-Se aos nossos desejos e por vezes a responder mesmo antes de o expressarmos.

Dois seres celestiais conversam acerca do assunto. É um tema de tal importância que a igreja deve compreender bem. Daniel ouviu um santo que falava, mas não somos informados o que dizia. “Até quando durará a visão?” E tanto a pergunta como a resposta ficam registradas, que é evidência primordial de que este é um assunto para ser entendido pela igreja. Esta opinião é ainda

confirmada pelo fato de que a resposta foi dirigida a Daniel, como a pessoa a quem principalmente interessava e para cuja informação ela foi dada.

Os 2.300 dias — “E ele me disse: “Até dois mil e trezentos dias; e o santuário será purificado.” Pode ser que alguém pergunte? Por que será que a edição Vaticana da Septuaginta, ou tradução dos Setenta, diz neste versículo “dois mil e quatrocentos dias”? Acerca deste ponto S. P. Tregelles escreve:

Alguns escritores que tratam assuntos proféticos adotaram, em suas explicações ou interpretações desta visão, as cifras “dois mil e quatrocentos dias”; e para justificar, referiram-se a exemplos impressos comuns da versão dos Setenta. Mas no que respeita a este livro, há muito que a versão dos Setenta ficou substituída pela de Teodósio; e ademais, embora se encontra “dois mil quatrocentos” nos exemplares gregos impressos comuns, é simplesmente um erro cometido ao imprimir-se a edição Vaticana de 1586, erro que se perpetuou habitualmente. Eu examinei (em 1845) a passagem no manuscrito do Vaticano, que as edições romanas professavam seguir, e diz exatamente o mesmo que o texto hebraico [“dois mil e trezentos dias”]; e assim também diz a verdadeira Septuaginta de Daniel [Diz assim também a edição feita pelo Cardeal Mai do manuscrito do Vaticano, edição de 1857] (S. P. Tregelles, *Remarks on the Prophetic Visions in the Book of Daniel*, nota ao pé da p. 89).

E para confirmar ainda mais a veracidade do período de 2.300 dias, citamos o seguinte:

A edição da Bíblia grega que geralmente se usa, imprimiu-se, como será explicado em Prideaux e Horne, não segundo a versão original dos Setenta, senão segundo a de Teodósio que foi feita mais ou menos a fins do segundo século. Existem três edições standard principais da Bíblia Septuaginta, que contêm a versão de Daniel de acordo com Teodósio; a saber a Complutense, publicada em 1514, a Aldina, em 1518, e a Vaticana, 1587, das quais se tiraram grandemente as últimas edições inglesas dos Setenta. Podemos a estas três acrescentar uma quarta, que é a do texto alexandrino, publicada em 1707 e 1720. Há, ainda, uma chamada Chisiana, 1772, que contém o texto grego tanto de Teodósio como dos Setenta. De todas estas seis cópias, só a Vaticana diz “dois mil e quatrocentos”, e todas as demais concordam com o hebraico e com nossas Bíblias inglesas. Ademais, o próprio manuscrito, que se encontra no Vaticano, do qual se imprimiu a edição, traz dois mil e trezentos e não dois mil e quatrocentos. De maneira que é indiscutível que o número dois mil e quatrocentos não é senão um erro de imprensa (*Dialogues on Prophecy*, vol. 1, p. 326, 327).

Que é o contínuo? — No versículo 13 temos prova de que *sacrifício* é palavra errônea que se acrescentou à palavra *contínuo*. Se, como alguns supõem, se quer falar aqui do sacrifício, ou, em outras palavras da eliminação do sacrifício contínuo do serviço judaico, que em certo momento foi tirado, não seria próprio perguntar até quando ia durar a visão acerca do sacrifício? Esta pergunta evidentemente implica que os agentes ou acontecimentos a que se refere a visão ocupam uma longa série de anos. A continuação do tempo é a ideia central. E todo tempo da visão é preenchido pelo que aqui se chama *o contínuo* e *a transgressão assoladora*. Daí que o contínuo não pode ser o sacrifício contínuo dos judeus, cuja remoção, quando chegou o tempo em que devia ser tirado, esta ação ocupou só um instante, quando o véu do templo foi rasgado, por ocasião da crucificação de Cristo. Deve denotar algo que ocupa um período de anos.

A palavra aqui traduzida *contínuo* ocorre 102 vezes no Antigo Testamento, segundo a Concordância Hebraica; e, na grande maioria dos casos traduz-se como *contínuo* ou *continuamente*. A ideia de sacrifício não se liga absolutamente à palavra. Não há tampouco no texto de Daniel 8:11, 13 palavra alguma que signifique sacrifício. É uma palavra que foi acrescentada pelos tradutores, porque entendiam que o texto exigia. Mas evidentemente tinham opinião errônea, pois ali não se alude a nenhum sacrifício dos judeus. Parece mais de acordo com a construção e com o contexto supor que a palavra *contínuo* se refere a um poder assolador, como a *transgressão assoladora* com a qual aqui se relaciona. Então temos duas potências assoladoras que durante um longo período oprimem ou assolam a igreja. Literalmente, pode traduzir-se: “Até quando durará a visão [concernente] à assolação contínua e transgressão assoladora?” Aqui se relaciona a assolação tanto com o caráter contínuo como com a transgressão assoladora, como se a expressão fosse: “A continuação da assolação e da transgressão assoladora.”

Dois potências assoladoras — Pela “continuação da assolação” ou a assolação contínua, entendemos que representa o paganismo durante toda a sua história. Ao considerarmos os longos séculos através dos quais o paganismo foi o principal agente da oposição de Satanás à obra de Deus na terra, fica aparente que a idoneidade do termo assolação contínua ou perpétua a ele se aplica. De igual modo entendemos que a “transgressão assoladora” representa o papado. A frase que descreve a última potência é mais forte que a usada para descrever o paganismo. E a transgressão (ou rebelião) assoladora, como se durante este período da história da igreja a potência assoladora se houvesse rebelado contra toda restrição a ela imposta anteriormente.

De um ponto de vista religioso o mundo apresentou estas duas fases de oposição à obra do Senhor na Terra. Daí que, embora três governos terrestres sejam introduzidos na profecia como opressores da igreja, eles se colocam aqui sob dois títulos: “a [assolação] contínua” e a “transgressão assoladora.” A Medo-Pérsia era pagã; a Grécia era pagã; Roma era pagã em sua primeira fase. Todas

elas ficam abrangidas pela expressão “o contínuo”, ou “a assolação contínua”. Logo vem a forma papal, a “transgressão assoladora”, uma maravilha de astúcia e encarnação da crueldade. Não é de admirar que de século em século se tenha elevado dos mártires sofredores o clamor: “Até quando, Senhor, até quando?”. Não é estranho que o Senhor, a fim de que a esperança não desvanecesse inteiramente do coração de Seu povo oprimido que O aguardava, lhes haja revelado os futuros acontecimentos da história do mundo. Todas estas potências perseguidoras sofrerão total e eterna destruição. Os redimidos, depois dos sofrimentos e pesares desta vida atual, aguardam glórias imarcescíveis.

O olhar do Senhor observa Seu povo. A fornalha não será aquecida mais do que necessário para consumir a escória. Por meio de muita tribulação havemos de entrar no reino. A palavra *tribulação* provém de *tribulum*, ou seja, o trilho, utensílio de lavoura para debulhar cereais, provido de pedernais que se arrastava sobre os molhos espalhados pela eira. Devemos receber golpe sobre golpe até que o trigo seja separado da casca e estejamos prontos para o celeiro celestial. Mas não se perderá um só grão de trigo.

Diz o Senhor ao Seu povo: “Vós sois a luz do mundo”, “o sal da terra”. Não há na Terra outra coisa de valor ou importância. Daí haver feito a pergunta peculiar: “Até quando durará a visão do contínuo, [...] e da transgressão assoladora?” Acerca de que se faz a pergunta? Acerca da glória dos reinos terrestres? Acerca da habilidade de renomados guerreiros? Acerca de poderosos conquistadores? Acerca da grandeza dos impérios humanos? Não; antes acerca do santuário, do exército, do povo e do culto do Altíssimo. Até quando serão pisoteados? Isto é o que desperta o interesse e a simpatia do Céu. O que toca no povo de Deus não toca em simples mortais, fracos e impotentes, mas no Onipotente. Ele abre uma conta que deve ser saldada no juízo do Céu. Logo se encerrarão todas estas contas e o férreo calcanhar da opressão será esmagado. Será tirado da fornalha da aflição um povo preparado para resplandecer como as estrelas sempre e eternamente. Cada filho de Deus é objeto do interesse dos seres celestiais, é uma pessoa a quem Deus ama e para a qual está preparando uma coroa de imortalidade. O caro leitor se encontra neste número?

Neste capítulo não há informação sobre os 2.300 dias, introduzidos pela primeira vez no versículo quatorze. Portanto, é necessário deixar de lado este período por agora. Mas o leitor pode estar seguro de que não fomos deixados em incerteza acerca desses dias. A declaração referente a eles é parte de uma revelação que foi dada para instrução do povo de Deus e, portanto, deve ser entendida. Os 2.300 dias são mencionados no meio da profecia que o anjo Gabriel devia fazer Daniel entender. E Gabriel cumpriu estas instruções, segundo se no capítulo seguinte.

Que é o santuário? — Relacionado com os dois mil e trezentos dias há outro assunto de igual importância, que agora se apresenta para ser considerado,

a saber, o santuário. A ele se relaciona o tema de sua purificação. Um exame deste assunto revelará a importância de compreender o início e o término dos 2.300 dias, para sabermos quando se realizará o grande acontecimento chamado a “purificação do santuário”. Com veremos oportunamente, todos os habitantes da Terra, têm interesse pessoal nessa obra solene.

Tem havido várias opiniões sobre o que é o santuário aqui mencionado: Alguns pensam que é a Terra; outros, a terra de Canaã; outros ainda, a igreja; e finalmente, há os que creem que se trata do santuário celestial, o “verdadeiro tabernáculo que o Senhor fundou e não o homem”, que está “no mesmo céu”, e do qual o tabernáculo judaico era tipo, modelo ou figura (Hebreus 8:1, 2; 9:23, 24). Pelas Escrituras se deve decidir qual destas opiniões encontradas é a correta.

Não pode ser a Terra — A palavra santuário ocorre 144 vezes no Antigo Testamento e no Novo. Pelas definições dos lexicógrafos, e seu uso na Bíblia, compreendemos que se emprega para significar um lugar santo e sagrado, uma morada do Altíssimo. Se a Terra é o santuário, deve corresponder a esta definição. Mas que simples característica desta Terra se conforma ao termo? A Terra não é lugar santo nem sagrado nem é morada do Altíssimo. Não tem coisa alguma que a distinga dos outros mundos, exceto que é um planeta rebelde, manchado pelo pecado, ferido e murchado pela maldição da transgressão. Ademais, em nenhum lugar das Escrituras é chamada santuário. Só um texto se pode apresentar em favor desta opinião e apenas por aplicação de forma irrazoável: “A glória do Líbano virá a ti, o cipreste, o olmeiro e o buxo conjuntamente, para adornar o lugar do meu santuário; e farei glorioso o lugar dos Meus pés” (Isaiás 60:13). Esta linguagem se refere indubitavelmente à Nova Terra, mas nem mesmo esta é chamada o santuário, senão apenas o “lugar” do santuário, assim como é chamada “o lugar” dos pés do Senhor. É uma expressão que provavelmente denota a contínua presença de Deus com Seu povo como revelado a João quando disse: “Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o Seu povo, e o mesmo Deus estará com eles, e será o seu Deus.” Apocalipse 21:3. Tudo que se pode dizer da Terra, portanto, é que, quando renovada, será o lugar onde estará situado o santuário de Deus. Não se pode pretender que seja chamada atualmente o santuário e não pode ser o santuário da profecia de Daniel.

Não pode ser a terra de Canaã — Até onde podemos ser guiados pela definição da palavra “Canaã”, esta não pode ter mais direito a essa distinção do que a Terra. Quando indagamos em que parte da Bíblia Canaã é chamada santuário, alguns nos apresentam certos textos que parecem proporcionar o testemunho requerido. O primeiro destes é Êxodo 15:17. Moisés, em seu cântico de triunfo e louvor a Deus depois de atravessar o Mar Vermelho, exclamou: “Tu os introduzirás, e os plantarás no monte da Tua herança, no lugar que Tu, ó Senhor, preparaste para a Tua habitação, no santuário, ó Senhor, que as Tuas

mãos estabeleceram.” Moisés aqui fala antecipadamente. Sua linguagem é uma predição do que Deus faria por Seu povo. Vejamos agora como se cumpriu.

Volvamos a Davi, que relata como matéria histórica o que Moisés proferiu numa profecia. Salmos 78:53, 54. O tema do salmista é a libertação de Israel da servidão egípcia e seu estabelecimento na Terra Prometida. Diz ele: “E [Deus] os guiou com segurança, e não temeram; mas o mar cobriu os seus inimigos. E conduziu-os até ao limite do Seu santuário, até este monte que a Sua destra adquiriu.” O “monte” aqui mencionado por Davi é o mesmo que o “monte da Tua herança” de que Moisés falou e em que Deus havia de estabelecer Seu povo. Este monte Davi não chama santuário, mas apenas o limite do santuário. Que era pois o santuário? O versículo 69 do mesmo salmo nos informa: “E edificou o Seu santuário como aos lugares elevados, como a terra que fundou para sempre.” A mesma distinção entre o santuário e a Terra é indicada na oração do bom rei Josafá: “Porventura, ó Deus nosso, não lançaste Tu fora os moradores desta terra, de diante do teu povo Israel, e não a deste à semente de Abraão, Teu amigo, para sempre? E habitaram nela; e edificaram nela um santuário ao Teu nome.” 2 Crônicas 20:7, 8.

Tomada isoladamente, a passagem de Êxodo 15:17 tem sido empregada por alguns para inferir que o monte era o santuário, mas quando a comparamos com o relato de Davi de como se cumpriu a predição de Moisés, não se pode sustentar tal ideia. Davi diz claramente que o monte era só o “limite” do santuário e que nesse limite, ou seja a terra de Canaã, o santuário foi edificado como eminência ou alta fortaleza, fazendo-se referência ao belo templo dos judeus, o centro e símbolo de toda o seu culto. Mas quem quer que leia cuidadosamente Êxodo 15:17, verá que nem é necessário inferir que Moisés, com a palavra santuário, quer dizer o monte da herança e muito menos toda a Palestina. Na liberdade da licença poética, ele emprega expressões elípticas e passa rapidamente de uma ideia ou matéria a outra. Em primeiro lugar, a herança ocupa-lhe a atenção e ele fala dela; depois, o fato de que o Senhor habitaria ali em seguida, o lugar que ele deveria providenciar para sua habitação ali, a saber, o santuário que ele faria que fosse construído. Davi associa desta maneira o monte Sião e Judá em Salmos 78:68, porque Sião estava localizado em Judá.

Os três textos, Êxodo 15:17; Salmos 78:54 e 69, são os únicos tomados como base principal para provar que a terra de Canaã é o santuário, mas de maneira singularmente suficiente os dois últimos, em linguagem simples, esclarecem a ambiguidade do primeiro e totalmente desaprova a alegação que nele se baseia.

Acerca de nossa Terra ou país de Canaã como o santuário, apresentamos mais uma consideração. Se qualquer um constitui o santuário, não somente deve ser descrito como tal em algum lugar, mas a mesma ideia deve ser levada até ao fim e a purificação da Terra ou da Palestina devia ser chamada a purificação do santuário. A Terra está de fato contaminada e será purificada por fogo, mas o fogo, como veremos, não é o agente usado na purificação do santuário. Esta

purificação da Terra, ou de qualquer parte dela, em nenhuma parte da Bíblia é chamada a purificação do santuário.

Não pode ser a igreja — O único texto aduzido em apoio da ideia de que a igreja é o santuário é Salmos 114:1, 2: “Quando Israel saiu do Egito, e a casa de Jacó de um povo bárbaro, Judá ficou sendo o santuário de Deus, e Israel o Seu domínio.” Se tomássemos esta passagem em seu sentido mais literal, ela provaria que o santuário se limitava a uma das doze tribos. Isso significaria que somente uma parte da igreja, e não toda ela, constitui o santuário. A razão por que Judá é chamado o santuário no texto citado não precisa deixar-nos perplexos, quando recordamos que Deus escolheu Jerusalém, que estava em Judá, como o lugar de Seu santuário. “Escolheu, antes, a tribo de Judá, o monte Sião, que ele amava. E construiu o seu santuário durável como os céus e firme como a terra que fundou para sempre” (Salmos 78:68, 69). Isto demonstra claramente a relação que existia entre Judá e o santuário. Essa tribo mesma não era o santuário, mas é assim chamada uma vez quando Israel saiu do Egito, porque Deus queria que no meio do território dessa tribo se situasse Seu santuário.

Mas mesmo quando fosse possível demonstrar que a igreja em algum lugar se chama o santuário, isso não teria importância para nosso propósito atual, que é determinar o que constitui o santuário de Daniel 8:13, 14, porque aqui se fala da igreja como de outra coisa diferente: “Para que seja entregue o santuário, e o exército, a fim de serem pisados.” Ninguém contestará que a palavra exército representa o povo de Deus, a saber, a igreja. Portanto, o santuário é algo diferente da igreja.

O santuário é o templo do Céu — Resta agora somente examinarmos uma teoria, a saber, que o santuário mencionado no texto é idêntico ao de Hebreus 8:1, 2, que é chamado “verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou, e não o homem”, ao qual ele dá expressamente o nome de “santuário” e que está situado “nos céus”. Deste santuário existiu, na antiga dispensação, um modelo, tipo ou figura, primeiro no tabernáculo construído por Moisés e mais tarde no templo de Jerusalém.

Coloquemo-nos no lugar de Daniel, e consideremos o assunto do seu ponto de vista. Que entenderia ele pelo termo *santuário*? Ao ouvir mencionar essa palavra, sua atenção inevitavelmente se dirigiria ao santuário de seu povo; e sabia certamente onde se encontrava. Sua atenção voltou-se para Jerusalém, a cidade de seus pais, que então jazia em ruínas, “o nosso templo santo e glorioso”, que, como Isaías lamenta, foi consumido pelo fogo (Isaías 64:11). Assim, como era seu costume, com o rosto voltado para o lugar onde uma vez estava o venerado templo, Daniel orou a Deus para que fizesse resplandecer o Seu rosto sobre o Seu santuário, que estava então assolado. Pela palavra *santuário* Daniel evidentemente entendia o templo de Jerusalém.

Quanto a este ponto, a Escritura dá um testemunho bem explícito. “Ora, a primeira aliança tinha ordenanças de cultos sagrados, e também o santuário

terrestre.” Hebreus 9:1. Que era o santuário da primeira aliança? Segue a resposta: “Com efeito, foi preparado o tabernáculo, cuja parte anterior, onde estavam o candeeiro, e a mesa, e a exposição dos pães, se chama o Santo Lugar; por trás do segundo véu, se encontrava o tabernáculo que se chama o Santo dos Santos, ao qual pertencia um altar de ouro para o incenso e a arca da aliança totalmente coberta de ouro, na qual estava uma urna de ouro contendo o maná, o bordão de Arão, que floresceu, e as tábuas da aliança; e sobre ela, os querubins de glória, que, com a sua sombra, cobriam o propiciatório. Dessas coisas, todavia, não falaremos, agora, pormenorizadamente.” Hebreus 9:2-5.

É impossível equivocar-se quanto ao aqui se descreve. É o tabernáculo erigido por Moisés sob a direção do Senhor (e mais tarde substituído pelo templo de Jerusalém), com um lugar santo e um lugar santíssimo, e diversos utensílios de culto. Uma descrição completa deste edifício, com seus diversos utensílios e móveis sagrados e seus usos, se achará em Êxodo 25 e capítulos seguintes. Se o leitor não estiver familiarizado com este assunto, pede-se que leia a descrição desta construção. Este, como Paulo claramente diz, era o santuário da primeira aliança, e desejamos que o leitor cuidadosamente observe o valor lógico desta declaração. Ao dizer-nos o que constituía o santuário, o livro de Hebreus nos coloca no rumo certo da investigação. Dá-nos uma base sobre a qual trabalhar. Temos diante de nós um objeto distinto e claramente definido, minuciosamente descrito por Moisés, chamado em Hebreus o santuário da primeira aliança, que esteve em vigor até os dias de Cristo.

Mas a linguagem da epístola aos Hebreus tem ainda maior significação. Aniquila as teorias segundo as quais a Terra, o país de Canaã ou a igreja seriam o santuário. Os argumentos que poderiam provar ser qualquer destas coisas o santuário em algum momento, demonstrariam que isso aconteceu sob o antigo Israel. Se Canaã foi em algum tempo o santuário, foi quando Israel esteve estabelecido nesse país. Se a igreja alguma vez foi o santuário, foi ao ser Israel tirado do Egito. Se a Terra alguma vez foi o santuário, foi durante o mesmo período. Mas foram algumas destas coisas o santuário durante esse tempo? A resposta deve ser negativa, porque os autores dos livros de Êxodo e Hebreus nos dizem em detalhe que não era a Terra, nem Canaã, nem a igreja, senão tabernáculo construído por Moisés, substituído mais tarde pelo templo, o que constituía o santuário dos tempos do Antigo Testamento.

O santuário terrestre — Este edifício corresponde em todos os detalhes à definição do termo, e ao uso a que estava destinado o santuário. Era a morada terrenal de Deus. “E Me farão um santuário”, disse o Senhor a Moisés, “e habitarei no meio deles.” Êxodo 25:8. Neste tabernáculo, que eles construíram de acordo com as instruções divinas, Deus manifestou Sua presença. Era um lugar santo ou sagrado. “o santuário”. Levítico 16:33. Nos

130 exemplos em que a palavra é empregada no Antigo Testamento, refere-se, em quase todos, a este edifício.

O tabernáculo foi a princípio construído de forma que se adaptasse às condições em que viviam os filhos de Israel naquele tempo. Iniciavam sua peregrinação de quarenta anos no deserto, quando este edifício foi erigido no meio deles como habitação de Deus e centro de seu culto religioso. Era necessário viajar, e o tabernáculo tinha de ser mudado de um lugar a outro. Era por isso formado de partes móveis, sendo seus lados compostos de tábuas colocadas em posição vertical e o teto compunha-se de cortinas de linho e peles tingidas. Portanto, era fácil desmontá-lo, transportá-lo e erigi-lo em cada etapa sucessiva da viagem. Após Israel entrar na terra prometida, esta estrutura provisória foi com o tempo substituída pelo magnífico templo de Salomão. Nesta forma mais permanente o santuário existiu, exceto enquanto esteve em ruínas no tempo de Daniel, até sua destruição final pelos romanos no ano 70 d.C.

Este é o único santuário relacionado com a Terra, acerca do qual a Bíblia nos deu alguma instrução ou a história registrou detalhes. Mas não há outro em alguma outra parte? Este era o santuário da primeira aliança e com essa aliança chegou ao fim. Não há algum santuário que pertença à segunda ou nova aliança? Deve haver, do contrário faltaria analogia entre essas duas alianças. Neste caso, a primeira aliança teria um sistema de culto que, embora minuciosamente descrito, é ininteligível e a segunda aliança teria um sistema indefinido e obscuro de culto. O autor da epístola aos Hebreus virtualmente assevera que a nova aliança, em vigor desde a morte de Cristo, seu Testador, tem um santuário; porque, quando contrasta as duas alianças, como o faz em Hebreus 9:1, diz que “a primeira aliança *também* tinha preceitos de serviço sagrado e o seu santuário terrestre.” É o mesmo que dizer que a nova aliança tem igualmente seu serviço e seu santuário. Além disso, no verso 8 deste capítulo se fala do santuário terrestre como o *primeiro* tabernáculo. Se este era o primeiro, deve haver um segundo; e como o primeiro tabernáculo existiu enquanto esteve em vigor a primeira aliança, quando esta aliança chegou a seu fim, o segundo tabernáculo deve ter substituído o primeiro, e deve ser o santuário da nova aliança. Esta conclusão é inescapável.

O santuário celestial — Onde, pois, buscaremos o santuário da nova aliança? O emprego da palavra *também*, em Hebreus 9:1, indica que antes se falou deste santuário. Volvamos ao início do capítulo anterior e acharemos um resumo dos argumentos precedentes como segue: “Ora, a suma do que temos dito é que temos um Sumo Sacerdote tal, que está assentado nos céus à destra do trono da Majestade, Ministro do santuário, e do verdadeiro tabernáculo, o qual o Senhor fundou, e não o homem.” Hebreus 8:1, 2. Pode haver alguma dúvida de que temos neste texto o santuário da nova aliança? Alude-se aqui claramente ao santuário da primeira aliança. Aquele foi erigido por homem, quer dizer, por Moisés, mas este foi fundado pelo Senhor e não por homens.

Aquele era o lugar onde os sacerdotes terrenos exerciam seu ministério; este é o lugar onde Cristo, o Sumo Sacerdote da nova aliança, exerce Seu ministério. Aquele estava na Terra; este está no Céu. Aquele se chamava, portanto, adequadamente “santuário terrestre”; este é “o celestial”.

Esta opinião é melhor confirmada pelo fato de que o santuário edificado por Moisés não era uma estrutura original, mas foi construído de acordo com um modelo. O grande original existia em alguma parte; o que Moisés construiu foi apenas um tipo ou cópia. Notem-se as instruções que o Senhor deu a respeito: “Conforme a tudo o que Eu te mostrar para modelo do tabernáculo, e para modelo de todos os seus vasos, assim mesmo o fareis” (Êxodo 25:9). “Atenta pois que o faças conforme ao seu modelo, que te foi mostrado no monte” (Êxodo 25:40) [Para esclarecer ainda melhor este ponto, ver Êxodo 26:30; 27:8; Atos 7:44].

Então, de que era tipo ou figura, o santuário terrestre? Resposta: Do santuário da nova aliança, “o verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou, e não o homem.” A relação que a primeira aliança mantém com a segunda é a que tem o tipo com o antítipo. Seus sacrifícios eram tipos do sacrifício maior da nova aliança. Seus sacerdotes eram tipos de nosso Senhor em Seu mais perfeito sacerdócio. Seu ministério se cumpria como exemplo e sombra de nosso Sumo Sacerdote no Céu. O santuário onde ministravam era um tipo ou figura do verdadeiro santuário do Céu, onde nosso Senhor exerce Seu ministério.

Todos esses fatos são claramente apresentados em Hebreus: “Ora, se ele estivesse na terra, nem mesmo sacerdote seria, visto existirem aqueles que oferecem os dons segundo a lei, os quais ministram em figura e sombra das coisas celestes, assim como foi Moisés divinamente instruído, quando estava para construir o tabernáculo; pois diz ele: Vê que faças todas as coisas de acordo com o modelo que te foi mostrado no monte.” Hebreus 8:4, 5. Este testemunho revela que o ministério dos sacerdotes terrenos era uma sombra do sacerdócio de Cristo. Isto se evidencia nas instruções que Deus deu a Moisés para fazer o santuário conforme o modelo a ele mostrado no monte. Isto identifica claramente o modelo mostrado a Moisés. É o santuário, o verdadeiro tabernáculo, que está no Céu, onde nosso Senhor ministra, como está mencionado em Hebreus 8:2.

A Escritura diz mais: “Dando nisso a entender o Espírito Santo que ainda o caminho do santuário não estava descoberto, enquanto se conservava em pé o primeiro tabernáculo, que é uma alegoria para o tempo presente.” Enquanto o primeiro tabernáculo subsistiu e a primeira aliança esteve em vigor, não houve ministério no tabernáculo mais perfeito. Mas quando veio Cristo, Sumo Sacerdote dos bens futuros, quando o primeiro tabernáculo tinha cumprido seu propósito e havia cessado a primeira aliança, então Cristo, elevado ao trono da Majestade no Céu como Ministro do verdadeiro santuário, entrou por Seu próprio sangue (Hebreus 9:12) “no santo lugar”, isto no santuário celestial.

Portanto, o primeiro tabernáculo era uma figura para aquele tempo. Se for necessário qualquer outro testemunho, o autor de Hebreus fala no versículo 23 do tabernáculo terrestre, com suas divisões e instrumentos, como “figuras” das coisas que estão no Céu; e, no versículo 24, chama os lugares santos feitos por mãos, quer dizer o tabernáculo e o templo terrestre do antigo Israel, figura do verdadeiro, a saber, do tabernáculo celestial.

Esta opinião é ainda melhor confirmada pelo testemunho de João. Entre as coisas que lhe foi permitido contemplar no céu, ele viu sete lâmpadas de fogo que ardiam diante do trono (Apocalipse 4:5); viu um altar de incenso e um incensário de ouro (Apocalipse 8:3); viu a arca do testamento de Deus (Apocalipse 11:19). Viu tudo isto em relação com um “templo” que havia no Céu (Apocalipse 11:19; 15:8). Todo leitor da Bíblia reconhecerá imediatamente estes objetos como pertencentes ao santuário. Deviam sua existência ao santuário, limitavam-se a ele, a ser empregados no ministério relacionado com ele. Assim como não teriam existido sem o santuário, podemos saber que, onde quer que os encontremos, ali estará o santuário. O fato de que João viu estas coisas no céu depois da ascensão de Cristo, é prova de que há um santuário ali e que lhe foi permitido contemplá-lo.

Por mais que alguém relutante em reconhecer que há um santuário no Céu, as provas apresentadas a respeito não permitem pôr em dúvida este fato. A Bíblia diz que o tabernáculo de Moisés era o santuário da primeira aliança. Moisés diz que Deus lhe mostrou um modelo no monte, de acordo com o qual devia fazer este tabernáculo. O livro de Hebreus testifica novamente que Moisés o fez de acordo com o modelo, e que o modelo era o verdadeiro tabernáculo que havia nos céus, que o Senhor fundou e não o homem; e que o tabernáculo erigido por mãos humanas era uma verdadeira figura ou representação daquele santuário celestial. Finalmente, para corroborar a declaração das Escrituras de que esse santuário está no Céu, João fala como testemunha ocular, e diz que o viu ali. De que outro testemunho se poderia necessitar?

No tocante ao que constitui o santuário, temos agora diante de nós um conjunto harmonioso. O santuário da Bíblia, note-se bem, abrange em primeiro lugar o tabernáculo típico estabelecido com os hebreus depois de sua saída do Egito, que era o santuário da primeira aliança. Em segundo lugar, consiste no verdadeiro tabernáculo que há no Céu, do qual o primeiro era um tipo ou figura, e é o santuário da nova aliança. Estão inseparavelmente relacionados como tipo e antítipo. Do antítipo voltamos ao tipo, e do tipo somos levados adiante, de forma natural e inevitável, ao antítipo. Assim vemos como um serviço do santuário foi provido desde o Êxodo até o fim do tempo da graça.

Dissemos que Daniel ia entender imediatamente pela palavra santuário o templo de seu povo, em Jerusalém; e assim o teria compreendido qualquer outro enquanto existia esse templo. Mas refere-se a declaração de Daniel 8:14 a esse

santuário? Isso depende do tempo a que se aplica. Todas as declarações referentes ao santuário que tinham sua aplicação no tempo do antigo Israel, referem-se necessariamente ao santuário daquele tempo. Todas aquelas declarações que se aplicam à era cristã, devem referir-se necessariamente ao santuário desta era. Se os 2.300 dias, em cujo término o santuário deve ser purificado, findaram antes da vinda de Cristo, o santuário que há de ser purificado foi o santuário daquele tempo. Se penetram na era cristã, o santuário aludido é o santuário dessa era, o santuário da nova aliança, que está no céu. Este é um detalhe que pode ser determinado por um estudo mais aprofundado dos 2.300 dias. Esse estudo se encontrará nas observações sobre Daniel 9:24, nas quais se retoma esse estudo e se explica o assunto referente ao tempo.

A purificação do santuário — O que até aqui dissemos acerca do santuário foi somente incidental quanto à questão principal tratada na profecia. Esta questão se refere à sua purificação. “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs, e o santuário será purificado.” Mas era necessário primeiro determinar o que constituía o santuário, antes de poder examinar amplamente a questão de sua purificação. Para isso estamos agora preparados.

Sabendo o que constitui o santuário, logo se decide a questão de sua purificação e de como se realiza. O leitor terá notado que o santuário da Bíblia deve ter relacionado com ele algum serviço que se chama sua purificação. Há tal serviço relacionado com a instituição que mostramos ser o santuário, e tanto com referência ao edifício terrestre como ao templo celestial, esse serviço é chamado a purificação do santuário.

Opõe-se o leitor à ideia de que há no Céu algo que precisa ser purificado? O livro de Hebreus afirma a purificação tanto do santuário terrestre como do celestial: “Com efeito, quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e, sem derramamento de sangue, não há remissão. Era necessário, portanto, que as figuras das coisas que se acham nos céus se purificassem com tais sacrifícios, mas as *próprias coisas celestiais*, com sacrifícios a eles superiores.” Hebreus 9:22, 23. A luz dos argumentos precedentes, isto se pode parafrasear assim: “Foi, portanto, necessário que o tabernáculo erigido por Moisés, com seus vasos sagrados, que eram figura do verdadeiro santuário do Céu, fosse purificado com o sangue de bezerras e cabritos; mas as próprias coisas celestiais, o santuário da era cristã, o verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou e não o homem, deve ser purificado com sacrifícios melhores, a saber, o sangue de Cristo.” Perguntamos agora: Qual é a natureza desta purificação e como se realiza? De acordo com a linguagem que se acaba de citar, realiza-se por meio de sangue. A purificação não é, pois, uma limpeza da impureza física, porque o sangue não é o agente que se emprega para tal obra. Esta consideração devia satisfazer ao questionador no tocante à purificação das coisas celestiais. O fato de que as coisas celestiais hão de ser purificadas, não prova que haja alguma impureza física no

Céu, pois esta não é a espécie de purificação a que ele se refere. A razão de essa purificação se realizar com sangue, é que sem derramamento de sangue não há *remissão* nem perdão de pecados.

É purificação de pecados — A obra que deve ser feita consiste na remissão dos pecados e na eliminação deles. A purificação não é, pois, uma limpeza física, mas a purificação do pecado. Mas, como os pecados chegaram a relacionar-se com o santuário, seja terrestre ou celestial, para que seja necessário purificá-lo? A pergunta encontra sua resposta no serviço relacionado com o tipo ou figura, a que agora nos dirigimos.

Os capítulos finais de Êxodo nos relatam a construção do santuário terrestre e o ordenamento dos serviços com ele relacionados. Levítico inicia com uma explicação do ministério que se realizaria ali. Tudo o que queremos notar aqui é um pormenor do serviço. A pessoa que tinha cometido o pecado trazia sua oferenda, um animal vivo, à porta do tabernáculo. Sobre a cabeça desta vítima colocava a mão por um momento e, como se pode razoavelmente deduzir, confessava seu pecado sobre ela. Por este ato expressivo indicava que havia pecado e que merecia a morte, mas que em seu lugar consagrava sua vítima e a ela transferia sua culpabilidade. Com sua própria mão (e com que emoções o terá feito!) tirava logo a vida do animal. A lei exigia a vida do transgressor por sua desobediência. A vida está no sangue (Levíticos 17:11, 14). Daí que sem derramamento de sangue não há remissão de pecado. Mas com o derramamento de sangue a remissão é possível, porque se satisfaz a lei que exige uma vida. O sangue da vítima, que representava a vida perdida, era o veículo de sua culpa, era então levado pelo sacerdote, para apresentá-lo perante o Senhor.

Por sua confissão, pela morte da vítima e pelo ministério do sacerdote o pecado ficava assim transferido da pessoa pecadora para o santuário. O, povo oferecia assim vítima após vítima. Dia após dia se realizava esta obra, e o santuário recebia os pecados da congregação. Mas esta não era a disposição final desses pecados. A culpa acumulada era removida por um serviço especial destinado a purificar o santuário. Este serviço, no tipo, ocupava um dia do ano, o décimo dia do sétimo mês, que era chamado o dia da expiação. Nesse dia, enquanto todo o Israel se abstinha de trabalho e afligia a sua alma, o sumo sacerdote trazia dois bodes e os apresentava perante Jeová à porta do tabernáculo. Sobre estes bodes ele lançava sortes, uma para Jeová e a outra para o bode emissário. O bode sobre o qual caía a sorte de Jeová era logo morto e o sumo sacerdote levava seu sangue ao lugar santíssimo do santuário, e o espargia sobre o propiciatório. Este era o único dia em que se permitia ao sumo sacerdote entrar nessa divisão do tabernáculo. Ao sair devia pôr “ambas as mãos sobre a cabeça do bode vivo e sobre ele confessará todas as iniquidades dos filhos de Israel, todas as suas transgressões e todos os seus pecados; e os porá sobre a cabeça do bode” (Levíticos 16:21). Devia enviar o bode acompanhado por um homem designado a uma terra desabitada,

uma terra de separação ou esquecimento, pois o bode não devia mais voltar ao acampamento de Israel nem jamais deviam ser lembrados os pecados do povo.

Este serviço era para purificar o povo de seus pecados, e também purificar o santuário, seus móveis e seus vasos sagrados dos pecados do povo (Levítico 16:30, 33). Por este processo o pecado era completamente removido. É claro, isto ocorria só em figura, porque toda essa obra era simbólica.

O leitor, para quem estas explicações sejam novas, estará talvez pronto a perguntar, com certo assombro: Que podia representar esta obra estranha e que está destinada a prefigurar em nossa época? Respondemos: Uma obra semelhante à do ministério de Cristo, como as Escrituras claramente ensinam. Após declarar-se, em Hebreus 8:2, que Cristo é o Ministro do verdadeiro tabernáculo, o santuário celestial, declara-se no versículo 5 que os sacerdotes terrenos serviam “em figura e sombra das coisas celestes”. Em outras palavras, a obra dos sacerdotes terrenos era uma sombra ou figura do ministério de Cristo no Céu.

O ministério em figura e na realidade — Estes sacerdotes ministravam em ambos os compartimentos do tabernáculo terrestre, e Cristo ministra em ambos os compartimentos do templo celestial. Este templo do Céu tem dois compartimentos ou, ao contrário disto, não foi corretamente representado pelo santuário terrestre. Nosso Senhor oficia em ambos os compartimentos, ou o serviço do sacerdote terreno não era uma sombra correta de Sua obra. Indica-se claramente em Hebreus 9:21-24 que tanto o tabernáculo como os vasos usados no ministério eram “figuras das coisas que se acham nos céus”. Portanto, a obra executada por Cristo no templo celestial corresponde à que os sacerdotes executavam em ambos os compartimentos do santuário terrestre. Mas a obra que se realizava no segundo compartimento, ou lugar santíssimo, era uma obra especial para encerrar o ciclo anual de serviço e purificar o santuário. Daí que o ministério de Cristo no segundo compartimento do santuário celestial tem de ser uma obra de igual natureza e constitui a conclusão de Sua obra como nosso grande Sumo Sacerdote e a purificação daquele santuário.

Visto que mediante os antigos sacrifícios típicos os pecados do povo eram transferidos em figura pelos sacerdotes ao santuário terrestre, onde aqueles sacerdotes ministravam, assim, desde que Cristo ascendeu ao Céu para ser nosso Intercessor na presença de Seu Pai, os pecados de todos os que sinceramente buscam perdão por meio dEle, são transferidos de fato para o santuário celestial onde Ele ministra. Não precisamos parar para inquirir se Cristo ministra em nosso favor nos santos lugares celestiais com Seu próprio sangue literalmente, ou só em virtude de Seus méritos. Basta dizer que Seu sangue foi derramado e por esse sangue é assegurada de fato a remissão dos pecados, que era obtida apenas em figura mediante o sangue de novilhos e bodes no ministério anterior. Mas aqueles sacrifícios típicos tinham real virtude nesse aspecto: significavam a fé num sacrifício real futuro. Assim, os que os empregavam, têm na obra de

Cristo interesse igual aos daqueles que em nossa era a Ele se chegaram pela fé mediante os ritos do Evangelho.

A contínua transferência de pecados para o santuário celestial, torna necessária a purificação na mesma base em que obra semelhante era requerida no santuário terrestre. Deve-se notar aqui uma importante distinção entre os dois ministérios. No tabernáculo terrestre realizava-se completo ciclo de serviço em cada ano. Cada dia do ano, exceto um, o ministério prosseguia no primeiro compartimento. A obra de um dia no santíssimo completava o ciclo anual. A obra recomeçava então no lugar santo, e prosseguia até que outro dia da expiação completasse a obra anual. E assim sucessivamente, ano após ano. Uma sucessão de sacerdotes executava esta série de serviços no santuário terrestre. Mas nosso divino Senhor, que vive sempre para interceder por nós (Hebreus 7:25). Daí que a obra do santuário celestial, em vez de ser uma obra anual, realiza-se uma vez por todas. Em vez de ser repetida ano após ano, forma um só grande ciclo em que se realiza e se conclui para sempre.

Um ciclo anual de serviços do santuário terrestre representava toda a obra do santuário celestial. No tipo, a purificação do santuário era a breve obra final do serviço anual. No antítipo, a purificação do santuário deve ser a obra final de Cristo, nosso grande Sumo Sacerdote, no tabernáculo celestial. Na figura, para purificar o santuário, o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo para ministrar na presença de Deus diante da arca de Seu testamento. No antítipo, ao chegar o tempo da purificação do santuário, nosso Sumo Sacerdote, de igual modo, entra no lugar santíssimo para finalizar Sua obra intercessória em favor da humanidade.

Compreende agora o leitor a importância desse assunto? Começa a perceber que o santuário de Deus é objeto de interesse para todo o mundo? Nota que a obra inteira da salvação se centraliza nele, e que quando a obra terminar, terminará o tempo da graça e os casos dos salvos e perdidos estarão eternamente decididos? Percebe que a purificação do santuário é uma obra breve e especial que conclui para sempre o grande plano da salvação? Compreende que, se puder tornar-se conhecido quando começa esta obra de purificação, será isso um solene anúncio ao mundo, o mais solene da palavra profética: “Temei a Deus e dai-lhe glória; porque é vinda a hora do seu juízo” (Apocalipse 14:7)? Isto é exatamente o que a profecia está destinada a mostrar; quer dizer, tornar conhecido o início desta portentosa obra. “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado.” O santuário celestial é o lugar onde se pronunciará a decisão sobre todos os casos. O desenrolar da obra que ali se realiza deve preocupar de maneira especial a humanidade. Se seus membros compreendessem a importância destes temas e a influência que exercem para seus interesses eternos, os estudariam com maior cuidado e oração.

VERSÍCULOS 15-16: Havendo eu, Daniel, tido a visão, procurei entendê-la, e eis que se me apresentou diante uma como aparência de homem. E ouvi uma voz de homem de entre as margens do Ulai, a qual gritou e disse: Gabriel, dá a entender a este a visão.

Entramos agora na interpretação da visão. Já mencionamos o anjo que Daniel tinha para entender estas coisas. Buscava seu significado. Imediatamente se pôs diante do profeta um ser com aparência de homem. Daniel ouviu a voz de um homem, isto é, a voz de um anjo como se fosse um homem que falava. Foi-lhe dada a ordem de tornar a visão conhecida a Daniel. Esta ordem foi dirigida a Gabriel, cujo nome significa, “a força de Deus”, ou “o homem de Deus”. Veremos que continua a dar instruções a Daniel no capítulo 9. Séculos mais tarde, este mesmo anjo foi enviado para anunciar o nascimento de João Batista a seu pai Zacarias e o do Messias à virgem Maria (Lucas 1:26). Apresentou-se a Zacarias com estas palavras: “Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus” (Lucas 1:19). Disto se deduz que Gabriel recebeu aqui a ordem de um ser superior a ele, que tinha poder para lhe dar ordens e controlar sua obra. Tratava-se provavelmente do Arcanjo Miguel ou Cristo.

VERSÍCULOS 17-19: Veio, pois, para perto donde eu estava; ao chegar ele, fiquei amedrontado e prostrei-me com o rosto em terra; mas ele me disse: Entende, filho do homem, pois esta visão se refere ao tempo do fim. Falava ele comigo quando caí sem sentidos, rosto em terra; ele, porém, me tocou e me pôs em pé no lugar onde eu me achava; e disse: Eis que te farei saber o que há de acontecer no último tempo da ira, porque esta visão se refere ao tempo determinado do fim.

Se Daniel caiu diante do anjo não foi com o propósito de adorá-lo, porque somos proibidos de adorar os anjos (Ver Apocalipse 19:10; 22:8, 9). Daniel parece ter sido completamente vencido pela majestade do mensageiro celestial. Ele se prostrou com o rosto em terra. O anjo colocou a mão sobre ele para animá-lo (quantas vezes a seres mortais tem sido ordenado, por seres celestiais que não temam!) e o levanta de sua posição prostrada.

Após fazer uma abrangente declaração de que no tempo designado virá o fim e de que lhe fará saber o que haverá no período final da ira, o anjo passa a interpretar a visão. Deve-se entender que a ira abrange um período de tempo. Mas qual? Deus disse ao Seu povo Israel que Ele derramaria sobre eles Sua indignação por sua iniquidade e assim lhes deu instruções acerca do “profano e ímpio príncipe de Israel.” “Remove o diadema, e tira a coroa. [...] Derribarei, derribarei, derribarei; também o que é não continuará assim, até que venha aquele a quem pertence de direito; e lho darei a ele.” Ezequiel 21:25-27, 31.

Esse é o período da ira de Deus contra o povo da Sua aliança, o período durante o qual o santuário e o exército hão de ser pisoteados. O diadema foi removido e tirada a coroa, quando Israel ficou sob o domínio do rei de Babilônia. Foi posta ao revés pelos medos e persas, e novamente pelos gregos, e outra vez pelos

romanos, o que corresponde às três vezes em que o profeta repete a palavra. Os judeus, tendo rejeitado a Cristo, foram logo dispersos por toda a face da Terra. O Israel espiritual tomou o lugar da descendência literal, mas está sujeito às potências terrenas, e assim continuará até que seja restabelecido o trono de Davi, até que venha seu legítimo herdeiro, o Messias, o Príncipe da paz. Então terá cessado a ira. O que acontecerá no final do período o anjo vai agora fazer saber a Daniel.

VERSÍCULOS 20-22: Aquele carneiro com dois chifres, que viste, são os reis da Média e da Pérsia; mas o bode peludo é o rei da Grécia; o chifre grande entre os olhos é o primeiro rei; o ter sido quebrado, levantando-se quatro em lugar dele, significa que quatro reinos se levantarão deste povo, mas não com força igual à que ele tinha.

A visão interpretada — Assim como os discípulos disseram ao Senhor, podemos dizer aqui do anjo que falou a Daniel: “Eis que agora falas claramente, e não por parábolas.” Esta é uma explicação da visão em linguagem tão clara quanto precisa ser dada (Ver os comentários sobre os versículos 3-8). A característica distintiva do Império Persa: a união das duas nacionalidades que o compuseram, é representada pelos dois chifres do carneiro. A Grécia alcançou sua maior glória quando representou uma unidade sob a liderança de Alexandre, o Grande, talvez o general mais famoso que o inundo jamais viu. Esta parte de sua história é representada pela primeira fase do bode, durante a qual um chifre notável simbolizou Alexandre, o Grande. Com a morte deste, o reino caiu em fragmentos, mas logo se consolidou em quatro grandes divisões. Estas são representadas pela segunda fase do bode, quando quatro chifres que surgiram no lugar do primeiro, que foi quebrado. Estas divisões não tiveram o poder do chifre primeiro. Nenhuma delas possuiu a força do reino original. Com alguns poucos caracteres da pena, o escritor inspirado nos dá aqui um nítido esboço destes grandes acontecimentos para cuja descrição o historiador escreveu volumes inteiros.

VERSÍCULOS 23-25: Mas, no fim do seu reinado, quando os prevaricadores acabarem, levantar-se-á um rei de feroz catadura e especialista em intrigas. Grande é o seu poder, mas não por sua própria força; causará estupendas destruições, prosperará e fará o que lhe aprouver; destruirá os poderosos e o povo santo. Por sua astúcia nos seus empreendimentos, fará prosperar o engano, no seu coração se engrandecerá e destruirá a muitos que vivem despreocupadamente; levantar-se-á contra o Príncipe dos príncipes, mas será quebrado sem esforço de mãos humanas.

Este poder sucede as quatro divisões do reino representado pelo bode durante o último período de seu reino, ou seja, já chegando ao fim de sua carreira. É, sem dúvida, o mesmo que o chifre pequeno do versículo 9 e seguintes. Aplicando-o a Roma, como se expôs nas observações referentes ao versículo 9, tudo é harmônico e claro.

“Um rei feroz de semblante” — Moisés, ao predizer que sobreviria punição aos judeus por esse mesmo poder, chama-o “uma nação feroz de rosto”.

Deuteronômio 28:49, 50. Nenhum povo apresentou mais formidável aparato em guerra que os romanos.

A expressão “especialista em intrigas” ou “mestre em astúcias” (NVI) é vertido em outras versões como “entendido em frases obscuras”. Moisés, na passagem acima referida, diz: “cuja língua não entenderéis.” Isto não se podia dizer dos babilônios, persas ou gregos, com relação aos judeus, pois a língua caldaica e a grega foram usadas geralmente na Palestina. Tal não ocorreu, porém, com o latim.

“Quando os prevaricadores acabarem” — Em todo o tempo é trazida à mente a conexão entre o povo de Deus e seus opressores. O povo foi levado em cativeiro por causa de suas transgressões. Ao continuar no pecado atraía sobre si castigo cada vez mais severo. Em nenhum momento foram os judeus como nação mais corruptos do que quando caíram sob a jurisdição do romanos.

Roma papal se fortalecerá “mas não por sua própria força” — O êxito dos romanos se deveu em grande parte à ajuda de seus aliados e às divisões entre os seus inimigos, das quais os romanos estiveram sempre prontos a tirar vantagem. Roma papal também foi poderosa mediante os poderes seculares sobre os quais exercia domínio espiritual.

“E destruirá terrivelmente” — O Senhor disse aos judeus por meio do profeta Ezequiel que os entregaria a homens “mestres de destruição” (Ezequiel 21:31). Ao tomarem Jerusalém, mataram 1.100.000 judeus e foi uma terrível confirmação das palavras do profeta. Roma, em sua segunda fase, a papal, ocasionou a morte de milhões de mártires.

“Por sua astúcia nos seus empreendimentos, fará prosperar o engano” — Roma distinguiu-se acima de todas as demais potências por sua política astuta, com a qual veio a conquistar as nações. Esta característica foi vista na Roma pagã e na papal. E o que não puderam realizar pela força, conseguiram por artifício.

E Roma, finalmente, na pessoa de um de seus governadores, levantou-se contra o Príncipe dos príncipes, lavrando sentença de morte contra Jesus Cristo. “Mas será quebrado sem intervir mão de homem”. Esta é uma passagem paralela ao da profecia de Daniel 2:34, onde a pedra “cortada, sem auxílio de mãos” destrói todas as potências terrestres.

VERSÍCULOS 26-27: E a visão da tarde e da manhã, que foi dita, é verdadeira; tu, porém, cerra a visão, porque só daqui a muitos dias se cumprirá. E eu, Daniel, enfraqueci e estive enfermo alguns dias; então, levantei-me e tratei do negócio do rei; e espantei-me acerca da visão, e não havia quem a entendesse.

“A visão da tarde e da manhã” refere-se ao período de 2.300 dias. Em vista do longo período de opressão e das calamidades que haviam de sobrevir ao seu povo, Daniel desmaiou e esteve enfermo alguns dias. Ficou atônito com a visão, mas não a entendeu. Por que Gabriel nessa ocasião não deu plenamente

suas instruções, fazendo Daniel entender a visão? Sem dúvida, porque Daniel tinha recebido tudo o que podia então suportar e as instruções adicionais foram transferidas, portanto, para um tempo futuro.

Daniel 09 — Uma Vara Profética Cruza os Séculos

VERSÍCULOS 1-2: No ano primeiro de Dario, filho de Assuero, da nação dos medos, o qual foi constituído rei sobre o reino dos caldeus, no ano primeiro do seu reinado, eu, Daniel, entendi pelos livros que o número de anos, de que falou o SENHOR ao profeta Jeremias, em que haviam de acabar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos.

A visão registrada no capítulo anterior foi dada no terceiro ano de Belsazar, em 538 a.C. Os fatos narrados neste capítulo ocorreram no primeiro de Dario. Visto que Belsazar era o último monarca de origem babilônica e Dario o primeiro da Medo-Pérsia que reinou sobre Babilônia, é provável que tenha transcorrido menos de um ano entre os acontecimentos mencionados nestes dois capítulos.

Setenta anos de cativeiro — Embora Daniel, como primeiro-ministro do maior reino da Terra estivesse cumulado de cuidados e encargos, não permitiu que isso o privasse da oportunidade de estudar coisas de maior importância: os propósitos de Deus revelados aos Seus profetas. Entendeu pelos livros, quer dizer, os escritos de Jeremias, que Deus permitiria que o cativeiro de Seu povo durasse setenta anos. Esta predição encontra-se em Jeremias 25:12; 29:10. Este conhecimento e o uso que dele fez Daniel, mostra que Jeremias desde muito cedo foi considerado como profeta divinamente inspirado, do contrário seus escritos não teriam sido tão prontamente colecionados e tão extensamente copiados. Embora por um tempo fosse contemporâneo de Jeremias, Daniel tinha um exemplar de sua obra e a levou consigo ao cativeiro. Embora ele mesmo fosse um grande profeta, não considerava humilhante estudar cuidadosamente o que Deus pudesse revelar a outros de Seus servos.

Os setenta anos de cativeiro não devem ser confundidos com as setenta semanas que seguem. Começando os setenta anos em 606 a.C., os setenta anos de cativeiro, Daniel entendeu que se aproximavam de seu término, e que Deus havia começado a cumprir a profecia ao derribar o reino de Babilônia.

VERSÍCULO 3: E eu dirigi o meu rosto ao Senhor Deus, para o buscar com oração, e rogos, e jejum, e pano de saco, e cinza.

O ter Deus prometido algo não nos exime da responsabilidade de rogar-Lhe que cumpra Sua palavra. Daniel poderia ter raciocinado assim: Deus prometeu libertar Seu povo no fim dos setenta anos e cumprirá Sua promessa; não preciso me preocupar com o assunto. Mas ele não raciocinou assim. Ao aproximar-se o tempo em que se havia de cumprir a palavra do Senhor, buscou o Senhor com todo o seu coração.

E quão fervorosamente se empenhou na obra, mesmo com jejum, cilício e cinza! Era provavelmente o ano em que Daniel foi lançado na cova dos leões. O leitor lembrará que o decreto aprovado pelo rei tinha proibido sob pena de morte a todos os súditos que não dirigissem petição alguma a outro deus exceto ao rei. Mas sem prestar atenção ao decreto, Daniel elevou sua oração três vezes ao dia com as janelas abertas frente a Jerusalém.

VERSÍCULO 4: E orei ao SENHOR, meu Deus, e confessei, e disse: Ah! Senhor! Deus grande e tremendo, que guardas o concerto e a misericórdia para com os que te amam e guardam os teus mandamentos.

A notável oração de Daniel — Temos aqui a introdução da admirável oração de Daniel, oração que expressa tanta humildade e contrição de coração, que só os insensíveis poderiam ler sem se comoverem. Começa reconhecendo a fidelidade de Deus, que nunca falta a Seus compromissos com os que O seguem. O fato dos judeus se encontrarem no cativeiro se devia à sua desobediência e não foi falta da parte de Deus em defendê-los e sustentá-los.

VERSÍCULOS 5-14: Temos pecado e cometido iniquidades, procedemos perversamente e fomos rebeldes, apartando-nos dos teus mandamentos e dos teus juízos; e não demos ouvidos aos teus servos, os profetas, que em teu nome falaram aos nossos reis, nossos príncipes e nossos pais, como também a todo o povo da terra. A ti, ó Senhor, pertence a justiça, mas a nós, o corar de vergonha, como hoje se vê; aos homens de Judá, os moradores de Jerusalém, todo o Israel, quer os de perto, quer os de longe, em todas as terras por onde os tens lançado, por causa das suas transgressões que cometeram contra ti. Ó SENHOR, a nós pertence o corar de vergonha, aos nossos reis, aos nossos príncipes e aos nossos pais, porque temos pecado contra ti. Ao Senhor, nosso Deus, pertence a misericórdia e o perdão, pois nos temos rebelado contra ele e não obedecemos à voz do SENHOR, nosso Deus, para andarmos nas suas leis, que nos deu por intermédio de seus servos, os profetas. Sim, todo o Israel transgrediu a tua lei, desviando-se, para não obedecer à tua voz; por isso, a maldição e as imprecações que estão escritas na Lei de Moisés, servo de Deus, se derramaram sobre nós, porque temos pecado contra ti. Ele confirmou a sua palavra, que falou contra nós e contra os nossos juízes que nos julgavam, e fez vir sobre nós grande mal, porquanto nunca, debaixo de todo o céu, aconteceu o que se deu em Jerusalém. Como está escrito na Lei de Moisés, todo este mal nos sobreveio; apesar disso, não temos implorado o favor do SENHOR, nosso Deus, para nos convertermos das nossas iniquidades e nos aplicarmos à tua verdade. Por isso, o SENHOR cuidou em trazer sobre nós o mal e o fez vir sobre nós; pois justo é o SENHOR, nosso Deus, em todas as suas obras que faz, pois não obedecemos à sua voz.

Até este ponto a oração de Daniel se dedica a fazer plena confissão de pecado com coração quebrantado. Reivindica plenamente a conduta do Senhor, reconhecendo que os pecados de Seu povo foram a causa de todas as suas calamidades, tal como Deus os havia ameaçado pelo profeta Moisés. Não faz

discriminação alguma em seu favor. Não aparece justiça própria em sua petição. Embora tenha sofrido muito tempo por pecados alheios, suportando setenta anos de cativeiro pelos erros de seu povo, ele mesmo tinha vivido uma vida piedosa e recebido assinaladas honras e bênçãos do Senhor. Não faz acusação contra ninguém, não solicita simpatia para si mesmo como vítima de erros alheios, mas se classifica com os demais, dizendo: *Temos* pecado e a *nós* pertence o corar de vergonha. Reconhece que não haviam atendido as lições que Deus pretendia ensinar-lhes por meio de suas aflições.

VERSÍCULOS 15-19: Na verdade, ó Senhor, nosso Deus, que tiraste o teu povo da terra do Egito com mão poderosa, e a ti mesmo adquiriste renome, como hoje se vê, temos pecado e procedido perversamente. Ó Senhor, segundo todas as tuas justiças, aparte-se a tua ira e o teu furor da tua cidade de Jerusalém, do teu santo monte, porquanto, por causa dos nossos pecados e por causa das iniquidades de nossos pais, se tornaram Jerusalém e o teu povo opróbrio para todos os que estão em redor de nós. Agora, pois, ó Deus nosso, ouve a oração do teu servo e as suas súplicas e sobre o teu santuário assolado faze resplandecer o rosto, por amor do Senhor. Inclina, ó Deus meu, os ouvidos e ouve; abre os olhos e olha para a nossa desolação e para a cidade que é chamada pelo teu nome, porque não lançamos as nossas súplicas perante a tua face fiados em nossas justiças, mas em tuas muitas misericórdias. Ó Senhor, ouve; ó Senhor, perdoa; ó Senhor, atende-nos e age; não te retardes, por amor de ti mesmo, ó Deus meu; porque a tua cidade e o teu povo são chamados pelo teu nome.

O profeta agora invoca a honra do nome de Jeová como razão pela qual deseja que sua petição seja concedida. Refere-se à libertação de Israel do Egito e ao grande renome que ao nome do Senhor haviam acrescido todas as Suas maravilhosas obras realizadas entre eles. Tudo isso se perderia se Ele agora os deixasse perecer. Moisés usou o mesmo argumento ao interceder por Israel (Números 14). Não que Deus atue por motivos de ambição e vanglória, mas quando Seus filhos manifestam zelo pela honra de Seu nome, quando revelam seu amor por Ele rogando-Lhe que opere, não para seu benefício pessoal, mas para Sua própria glória, a fim de que Seu nome não sofra opróbrio e blasfêmia entre os pagãos, isso Lhe é agradável. Daniel intercede então pela cidade de Jerusalém, que leva o nome de Deus, e por Seu santo monte, que Ele tanto amava, e Lhe roga que por Suas misericórdias desvie Sua ira. Finalmente, concentra sua atenção no santuário sagrado, a própria morada de Deus na Terra, e solicita a reparação de suas assolações.

Daniel entendia que os setenta anos de cativeiro estavam prestes a terminar. Por sua alusão ao santuário, é evidente que até então não entendia a importante visão a ele dada no capítulo 8, e parecia supor que os 2.300 dias findariam ao mesmo tempo que os setenta anos. Este seu equívoco foi imediatamente corrigido quando o anjo veio para dar-lhe mais instruções em resposta à sua oração.

VERSÍCULOS 20-21: Falava eu ainda, e orava, e confessava o meu pecado e o pecado do meu povo de Israel, e lançava a minha súplica perante a face do SENHOR, meu Deus, pelo monte santo do meu Deus. Falava eu, digo, falava ainda na oração, quando o homem Gabriel, que eu tinha observado na minha visão ao princípio, veio rapidamente, voando, e me tocou à hora do sacrifício da tarde.

A oração de Daniel recebe resposta — Temos aqui o resultado da súplica de Daniel. Um mensageiro celestial o interrompe subitamente. O anjo Gabriel, voltando a aparecer como antes em forma de homem, como Daniel o havia visto no início da visão, o toca. Está a ponto de elucidar-se uma questão importante, a saber: Alguma vez foi explicada a visão do capítulo 8 e pôde ser entendida? A que visão se refere Daniel na expressão “minha visão ao princípio”? Todos admitirão que deve ser uma visão que já foi registrada e que nela se encontra mencionado o nome de Gabriel. Precisamos voltar ao escrito anterior ao capítulo 9, pois tudo o que encontramos nesse capítulo, antes da aparição de Gabriel, é simplesmente o relato da oração de Daniel. Mas voltando aos capítulos anteriores, encontramos mencionadas apenas três visões dadas a Daniel. A interpretação do sonho de Nabucodonosor foi dada em visão noturna (Daniel 2:19). Mas não há intervenção angélica na questão. A visão de Daniel foi explicada a Daniel por “um dos que estavam perto”, provavelmente um anjo; mas não temos informação sobre que anjo, nem há na visão coisa alguma que precise de mais explicação. A visão de Daniel 8 dá alguns detalhes que mostram ser esta a visão referida. Nela Gabriel é apresentado pelo nome. Ele recebeu a ordem de dar a entender a visão a Daniel.

Daniel deixou claro que não a entendeu, mostrando que Gabriel, na conclusão do capítulo 8, não havia completado sua missão. Não há, em toda a Bíblia, lugar em que esta instrução continuou, a não ser no capítulo 9. Portanto, se a visão do capítulo 8 não for a referida, não teremos menção alguma de que Gabriel tenha cumprido a instrução que lhe foi dada, ou que aquela visão tenha sido alguma vez explicada. A instrução que o anjo agora dá a Daniel, como veremos nos versículos seguintes, completa exatamente o que estava faltando no capítulo 8. Estas considerações provam, de forma indubitável, a relação que há entre Daniel 8 e 9, e esta conclusão se reforça mais ainda quando são consideradas as instruções do anjo.

VERSÍCULOS 22-23: Ele queria instruir-me, falou comigo e disse: Daniel, agora, saí para fazer-te entender o sentido. No princípio das tuas súplicas, saiu a ordem, e eu vim, para to declarar, porque és mui amado; considera, pois, a coisa e entende a visão.

A missão de Gabriel — A forma em que Gabriel se apresenta nesta ocasião demonstra que tinha vindo concluir alguma missão deixada incompleta. Não pode ser outra senão a de cumprir a ordem: “Dá a entender a este o sentido”, registrada em Daniel 8. “Agora saí para fazer-te entender o sentido.” Ainda repousava sobre ele o encargo de fazer Daniel entender a visão e, como

no capítulo 8 havia explicado a Daniel tudo o que este podia receber, e contudo ainda não entendia a visão, vem agora retomar sua obra e completar sua missão. Tão logo Daniel começou sua fervente súplica, saiu a ordem de visitar Daniel e dar-lhe a informação de que necessitava.

Pelo tempo que se requer para ler a oração de Daniel até o momento em que Gabriel apareceu, o leitor pode julgar a celeridade com que o mensageiro viajou dos átrios celestiais até o servo de Deus. Não é de estranhar que Daniel anote que ele “veio rapidamente, voando”, ou que Ezequiel compare os movimentos destes seres celestiais a um relâmpago (Ezequiel 1:14).

“Considera, pois, a coisa”, disse o anjo a Daniel. Que coisa? Evidentemente a que ele não entendia antes, segundo se declara no último versículo do capítulo 8. “Entende a visão.” Que visão? Não a interpretação da imagem de Nabucodonosor, nem a visão de Daniel 7, pois não havia dificuldade em compreendê-las, mas a visão do capítulo 8 que o encheu de assombro e não podia entender. “Saí para fazer-te entender o sentido”, disse também o anjo.

Daniel não tinha dificuldade em compreender o que o anjo lhe falara acerca do carneiro, do bode e da ponta pequena, os reinos da Medo-Pérsia, Grécia e Roma. Tampouco havia deixado de entender o referente ao cativo de setenta anos. Mas o objetivo de sua petição era a reparação das desolações do santuário que estava em ruínas. Sem dúvida havia concluído que quando chegasse o fim dos setenta anos haveria de cumprir-se o que o anjo dissera acerca da purificação do santuário no fim dos 2.300 dias. Agora devia retificar seu conceito. Isso explica por que nesse momento particular, tão pouco tempo depois da visão anterior, lhe foi enviada instrução.

Os setenta anos de cativo estavam chegando ao seu fim. Daniel estava equivocado em uma de suas crenças. Não devia ser deixado por mais tempo a ignorar o verdadeiro significado da visão anterior. “Saí para fazer-te entender o sentido”, disse o anjo. Como poderia a relação entre a visita anterior do anjo e a atual ser mais distintamente demonstrada que pelas palavras pronunciadas nessa ocasião por tal personagem?

Daniel é mui amado — Uma expressão merece especial consideração antes de deixarmos o versículo 23. É a declaração do anjo a Daniel: “Porque és mui amado.” O anjo trouxe esta declaração diretamente do Céu. Ela expressava o sentimento que ali existia a respeito de Daniel.

Considere que os seres celestiais, os mais sublimes do universo: O Pai, o Filho e os santos anjos, estimavam de tal maneira a um mortal aqui na Terra a ponto de autorizar um anjo a lhe trazer a comunicação de que era mui amado! Este é um dos mais altos pináculos de glória que os mortais podem alcançar. Abraão alcançou outro quando se pôde dizer dele que era “amigo de Deus”, e Enoque quando se pôde dizer dele que “andou com Deus”. Podemos nós chegar a tanto? Deus não faz acepção de pessoas, mas considera o caráter. Se nos pudés-

semos igualar a esses homens em virtude e piedade, o amor divino seria igualmente movido a ter-nos em igual profunda estima. Nós também poderíamos ser mui amados, poderíamos ser amigos de Deus e poderíamos andar com Ele.

Com referência à última igreja há uma figura que denota a mais íntima união com Deus: “Se alguém ouvir a Minha voz, e abrir a porta, entrarei em sua casa, e com ele cearei, e ele comigo” (Apocalipse 3:20). Cear com o Senhor denota uma intimidade equivalente a ser muito amado por Ele, andar com Ele ou ser Seu amigo. Quão desejável é essa posição! Mas lamentavelmente os males de nossa natureza nos privam desta comunhão. Oxalá tenhamos graça para vencê-los, a fim de podermos gozar aqui essa união espiritual e entrar finalmente nas glórias de Sua presença quando se celebrarem as bodas do Cordeiro.

VERSÍCULO 24: Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo e sobre a tua santa cidade, para fazer cessar a transgressão, para dar fim aos pecados, para expiar a iniquidade, para trazer a justiça eterna, para selar a visão e a profecia e para ungir o Santo dos Santos.

Setenta semanas — Tais são as primeiras palavras que o anjo dirige a Daniel ao comunicar-lhe a instrução que lhe veio dar. Por que introduz assim abruptamente o período de tempo? Devemos novamente referir-nos à visão de Daniel 8. Vimos que Daniel, no fim desse capítulo, diz que não entendeu a visão. Certas partes daquela visão lhe foram explicadas claramente naquela ocasião. Estas partes não podem ser as que não entendeu. Averiguemos, portanto, o que Daniel não entendeu, ou, em outras palavras, que parte da visão ficou sem explicação.

Naquela visão se apresentam quatro coisas destacadas: o carneiro; o bode; o chifre pequeno; o período de 2.300 dias. Os símbolos do carneiro, do bode e do chifre pequeno foram explicados, mas nada se disse do período de tempo. Este, pois, deve ter sido o ponto que o profeta não compreendeu. De nada lhe valia compreender as outras partes da visão, enquanto ficava em obscuridade sobre a aplicação deste período de 2.300 dias.

Diz o erudito Dr. Hales, ao comentar as setenta semanas: “Esta profecia cronológica [...] estava destinada evidentemente a explicar a visão precedente, especialmente sua parte cronológica dos 2.300 dias” (Guilherme Hales, *A New Analyses of Chronology*, vol. 2, p. 517).

Se esta opinião é correta, podemos naturalmente esperar que o anjo tenha começado sua explicação pelo ponto omitido antes, a saber, o referente ao tempo. E assim verificamos ser, de fato. Depois de citar, da forma mais direta e enfática, a atenção que Daniel havia prestado à visão anterior e depois de assegurar-lhe que tinha vindo para lhe dar a entender o sentido, começa com o próprio ponto que fora omitido e diz: “Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo, e sobre a tua santa cidade.”

Cortadas dos 2.300 dias — Mas como esta linguagem revela alguma relação com os 2.300 dias, ou como lança luz sobre este período? Respondemos:

a linguagem não pode referir-se inteligentemente a outra coisa. O vocábulo aqui traduzido “determinadas” significa “cortadas”, “separadas”, e na visão aqui referida não se menciona outro período de que as setenta semanas poderiam ser cortadas, exceto os 2.300 dias. Quão direta e natural é, pois, a relação! “Setenta semanas estão cortadas.” Mas cortadas de quê? Com certeza dos 2.300 dias.

A palavra “determinadas” que se acha nesta frase é uma tradução do hebraico *nechtak*, que se baseia em um radical primitivo que Strong define como significando “cortar, quer dizer figuradamente, decretar, determinar”. Este último significa por implicação. A versão que seguimos emprega esta definição mais remota, por implicação, e põe “determinadas” no texto que nos ocupa. Outras versões seguem a segunda definição, e dizem: “Setenta semanas estão decretadas [quer dizer concedidas] para o seu povo” (NVI) Tomando a definição básica e mais simples, temos “setenta semanas estão *cortadas* para teu povo.” Se estão cortadas, deve ser de um período maior; neste caso, dos 2.300 dias da profecia até aqui discutida. Pode-se acrescentar que Gesênio, dá a mesma definição que Strong: “*Cortar*, [...] *dividir*, e assim *determinar*, *decretar*.” Davidson dá exatamente a mesma definição, e se refere igualmente a Daniel 9:24 como exemplo.

Pode perguntar-se então por que os tradutores traduziram a palavra por “determinadas”, quando obviamente significa “cortadas”. A resposta é: sem dúvida passaram por alto a relação que há entre o capítulo 8 e o 9 e, considerando impróprio traduzi-la por “cortadas”, quando não viam nada de que poderiam cortar-se as setenta semanas, deram à palavra seu sentido figurado em vez do literal. Mas, como já vimos, a definição e o contexto exigem o sentido literal e tornam inadmissível qualquer outro.

Portanto, setenta semanas, ou 490 dos 2.300 dias, foram cortadas ou concedidas a Jerusalém e aos judeus. Os eventos que iam consumir-se durante esse período logo se apresentam. Se havia de “cessar a transgressão”, quer dizer, o povo judeu ia encher a taça de sua iniquidade, o que fizeram na rejeição e crucifixo de Cristo. Se haveria de “dar fim aos pecados” ou as ofertas pelo pecado. Isto ocorreu quando se fez a grande Oferta no Calvário. Ia ser provida uma reconciliação para a iniquidade. Seria pela morte expiatória do Filho de Deus. Ia ser introduzida a justiça eterna, a que nosso Senhor manifestou em Sua vida sem pecado. A visão e a profecia iam ser seladas, ou asseguradas.

A profecia ia ser provada pelos eventos que iam ocorrer nas setenta semanas. Com isto fica determinada a aplicação de toda a visão. Se os eventos deste período se cumprem com exatidão, a profecia é de Deus e tudo se cumprirá. Se estas setenta semanas se cumprem como semanas de anos, então os 2.300 dias, dos quais elas são uma parte, são outros tantos anos.

Um dia em profecia significa um ano — Ao iniciar o estudo das setenta semanas ou 490 dias, será bom lembrar que na profecia bíblica um dia repre-

senta um ano. E na p. 113 apresentamos provas de que esta interpretação é um princípio aceito. Só acrescentaremos mais duas citações:

Assim foi revelado a Daniel de que modo o último aviltamento se produzirá depois que o santuário for purificado e a visão for cumprida; e estes 2.300 dias desde a hora em que saísse a ordem. [...] de acordo com o número predito resolvendo um dia por um ano, segundo revelação feita a Ezequiel (Nicolau de Cusa, *Conjectures of Cardinal von Cusa Concerning the Last Days*, p. 934).

É um fato singular que a grande maioria dos intérpretes do mundo inglês e americano tem habitualmente, desde muitos anos, entendido que os dias mencionados em Daniel e Apocalipse representam ou simbolizam anos. Foi-me difícil rastrear a origem deste costume geral, e poderia dizer quase universal (Moisés Stuart, *Hints on the Interpretation of Prophecy*, p. 934).

O princípio de interpretação que computa um dia como um ano conta entre os que o apóiam a Agostinho, Ticonio, Primasio, André, o venerável Beda, Ambrósio, Ansberto, Berengaud e Bruno o astense, além dos principais expositores modernos (Eduardo B. Elliot, *Horae Apocalypticæ*, vol. 3, p. 234, notas 2-6). Mas o que fornece a maior convicção é que as profecias de fato se cumpriram com base nesse princípio, o que demonstra sua exatidão incontroversa. Isto se vê na profecia das 70 semanas, bem como ao longo de todos os períodos proféticos de Daniel 7 e 12, e Apocalipse 9, 12 e 13.

Assim os eventos das setenta semanas fornecem as chaves de toda a visão.

“Ungir o Santo dos santos” — De acordo com a profecia o Santo dos santos devia ser ungido. A frase *godesh godashim*, traduzida aqui “Santo dos santos”, é um termo usado com frequência em Levítico para caracterizar *lugares* e *coisas*, mas em nenhuma passagem se aplica a *pessoas*. Embora se use no Antigo Testamento, e seu equivalente no Novo, para distinguir o lugar santíssimo do santuário, não se limita a este uso de maneira nenhuma. Emprega-se também para caracterizar muitos objetos relacionados com o serviço santo do santuário, como o altar de bronze, a mesa, o candelabro, o incenso, os pães asmos, a oferta pelo pecado, qualquer objeto consagrado e coisas pelo estilo, mas jamais a *pessoas* relacionadas com esse serviço (Ver Êxodo 29:37; 30:10, 29, 36; Levíticos 6:17, 29; 7:1; 27:28).

Por outro lado, no caso da *unção* para o serviço, o termo se aplica ao próprio santuário, assim como a todos os seus vasos (Êxodo 30:26-29). Em Daniel 9:24 a profecia especifica um caso de *unção*. De acordo com os usos aplicados ao “Santo dos santos” ou “santíssimo” que já se assinalaram, temos suficientes motivos para crer que este versículo prediz a unção do tabernáculo celestial. Para o serviço típico, o tabernáculo foi ungido; e é bem apropriado crer que, de acordo com isso, o

santuário celestial foi ungido para o serviço antitípico, ou real, quando nosso Sumo sacerdote iniciou Sua obra misericordiosa de ministrar em benefício dos pecadores.

Ao examinar o santuário, em nossos comentários de Daniel 8:14, vimos que chegou um momento em que o santuário terrestre deu lugar ao celestial e o ministério sacerdotal foi transferido para este. Antes de se iniciar o ministério no santuário deviam ser ungidos o tabernáculo e todos os vasos santos (Êxodo 40:9, 10). Portanto, o último acontecimento das setenta semanas que aqui se apresenta é a unção do tabernáculo celestial para que nele seja iniciado o ministério de nosso grande Sumo sacerdote.

VERSÍCULOS 25-27: Sabe e entende: desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém, até ao Ungido, ao Príncipe, sete semanas e sessenta e duas semanas; as praças e as circunvalações se reedificarão, mas em tempos angustiosos. Depois das sessenta e duas semanas, será morto o Ungido e já não estará; e o povo de um príncipe que há de vir destruirá a cidade e o santuário, e o seu fim será num dilúvio, e até ao fim haverá guerra; desolações são determinadas. Ele fará firme aliança com muitos, por uma semana; na metade da semana, fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares; sobre a asa das abominações virá o assolador, até que a destruição, que está determinada, se derrame sobre ele.

As setenta semanas subdivididas — O anjo relata então a Daniel o evento que deve assinalar o início das setenta semanas. Deviam partir da data em que se proclamara a ordem para restaurar e edificar Jerusalém. Não só se indica o acontecimento que determina o momento do início deste período, mas também os eventos que de sucederão no seu término. Desta forma se nos proporciona uma dupla maneira de provar a aplicação da profecia. Mas, sobretudo, o período das setenta semanas se divide em três grandes partes. Uma destas, por sua vez, se subdivide e se indicam os eventos intermediários que haveriam de assinalar o término de cada uma destas divisões. Se pudermos achar uma data que se harmonize com todos estes eventos, teremos indubitavelmente a verdadeira aplicação, pois nenhuma data senão a correta poderia satisfazer e cumprir tantas condições.

Procure agora o leitor abarcar com um olhar os pontos de harmonia que se possam estabelecer, a fim de estar melhor preparado para prevenir-se contra qualquer aplicação falsa. Devemos achar, no início do período, uma ordem para restaurar e edificar Jerusalém. Sete semanas deviam ser dedicadas a esta obra de restauração. Quando chegamos ao fim desta primeira divisão, as sete semanas do início, devemos achar Jerusalém restaurada em seu aspecto material e completamente terminada a obra de edificação da praça e do muro. Deste ponto se medem sessenta e duas semanas. Quando chegamos ao fim desta divisão, sessenta e nove semanas do início, vemos a manifestação do Messias, o Príncipe diante do mundo. Temos mais uma semana e se completam as setenta. No meio dessa última semana, o Messias há de ser cortado e fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Ao terminar este período concedido aos judeus como tempo

durante o qual seriam o povo especial de Deus, veremos naturalmente como passa a outro povo a bênção e a obra de Deus.

Início das setenta semanas — Averiguaremos agora a data inicial que se harmoniza com todos esses pormenores. A ordem referente a Jerusalém havia de incluir algo mais que sua simples construção. Tinha de haver restauração. E devemos entender por restauração todas as formas e legislações da sociedade civil, política e judicial. Quando se expediu tal ordem? No momento em que estas palavras eram dirigidas a Daniel, Jerusalém jazia completamente assolada e assim estivera durante muitos anos. A restauração que se anunciava para o futuro devia ser restauração desta desolação. Perguntamos então: Quando e como Jerusalém foi restaurada depois do cativo?

Há quatro eventos que podem ser considerados como a ordem para restaurar e edificar Jerusalém. São:

1. O decreto de Ciro para reedificar a casa de Deus, em 536 a.C. (Esdras 1:1-4).
2. O decreto de Dario para o prosseguimento daquela obra, que tinha sido estorvada e que foi dado em 519 a.C. (Esdras 6:1-12).
3. O decreto que Artaxerxes deu a Esdras em 457 a.C. (Esdras 7).
4. A comissão que o mesmo rei deu a Neemias em seu vigésimo ano, 444 a.C. (Neemias 2).

Se fossem datadas dos dois primeiros decretos, as setenta semanas proféticas, ou 490 anos literais, teriam encerrado muitos anos antes do próprio início da era cristã. Além disso, esses decretos se referiam principalmente à restauração do templo e de seu culto pelos judeus e não à restauração de seu estado civil e político, todo o qual deve estar incluído na expressão “para restaurar e edificar Jerusalém.”

Aqueles primeiros dois decretos iniciaram a obra. Eram preliminares ao que mais tarde se realizou. Mas por si mesmos não bastavam para satisfazer os requisitos da profecia, nem por suas datas nem por sua natureza. Sendo assim deficientes, não podem considerar-se como ponto de partida para as setenta semanas. A única questão que nos resta é referente aos decretos que foram concedidos a Esdras e a Neemias respectivamente.

Os fatos entre os quais devemos decidir são em resumo os seguintes: Em 457 a.C., o imperador persa Artaxerxes Longimano concedeu a Esdras um decreto para que subisse a Jerusalém com tantos representantes de seu povo quantos quisessem ir. A permissão lhe outorgava ilimitada quantidade de tesouros, para embelezar a casa de Deus, para proporcionar oferendas para seu serviço e fazer tudo o mais que bem lhe parecesse. Facultava-lhe ordenar leis, estabelecer magistrados e juizes e executar punições até de morte. Em outras palavras, restaurar o estado judeu no civil e eclesiástico, de acordo com a lei de Deus e os antigos costumes daquele povo. A Inspiração achou apropriado

conservar este decreto; e achamos uma cópia perfeita e exata em Esdras 7. Este decreto não está escrito em hebraico, como o resto do livro de Esdras, mas em caldaico oficial, ou aramaico oriental. Assim podemos consultar o documento original que autorizou Esdras a restaurar e edificar Jerusalém.

Treze anos mais tarde, no vigésimo ano do mesmo rei, em 444 a.C. Neemias procurou e obteve permissão para subir a Jerusalém (Nee. 2). Mas não temos evidência de que fosse outra coisa mais que uma permissão oral. Era para ele individualmente e nada se diz sobre os outros que houvessem de subir com ele. O rei lhe perguntou quanto duraria a viagem e quando voltaria. Neemias recebeu cartas para os governadores de além do rio, para que o ajudassem em sua viagem à Judeia e uma ordem para que o guarda-florestal do rei lhe fornecesse madeira.

Quando chegou a Jerusalém, encontrou príncipes e sacerdotes, nobres e povo, já empenhados na obra de edificar Jerusalém (Neemias 2:16). Agiam, sem dúvida, de acordo com o decreto dado a Esdras treze anos antes. Finalmente, tendo chegado a Jerusalém, Neemias concluiu em 52 dias a obra que foi ali realizar (Neemias 6:15).

Portanto, qual destas comissões, a de Esdras ou a de Neemias, constitui o decreto para a restauração de Jerusalém, que há de assinalar o início das setenta semanas? Parece difícil haver dúvida a este respeito.

Se o cálculo se inicia com a incumbência dada a Neemias, em 444 a. C., ficam deslocadas todas as datas que se encontrarem nesse período; porque desde o ano 444 a.C. os tempos angustiosos que acompanhariam a construção da praça e do muro não durariam sete semanas, ou 49 anos. Se partimos daquela data, as 69 semanas, ou 483 anos, que haviam de estender-se até o Messias, o Príncipe, nos levam até o ano 40 de nossa era. Mas Jesus foi batizado por João no Jordão, ouvindo-se a voz do Pai declará-Lo Seu Filho, no ano 27, ou seja treze anos antes (Ver S. Bliss, *Analyses of Sacred Chronology*, p. 180, 182; Karl Wieseler, *A Chronology Synopsis of the Four Gospels*, p. 164-247). De acordo com este cálculo, a metade da última ou septuagésima semana, que seria assinalada pela crucifixão, cairia no ano 44 de nossa era; mas sabemos que a crucifixão ocorreu em 31 d.C., treze anos antes. E, finalmente, as setenta semanas, ou 490 anos, se forem datadas do vigésimo ano de Artaxerxes, se estenderiam ao ano 47 de nossa era, durante o qual nada sucedeu que assinale o término desse período. Assim, se o ano 444 a.C. em concessão a Neemias fosse o evento que inicia as setenta semanas, a profecia seria falha. Em realidade, ela só prova ser um fracasso a teoria que inicia as setenta semanas a partir da comissão dada a Neemias no vigésimo ano de Artaxerxes.

Fica evidente que o decreto outorgado a Esdras no sétimo ano de Artaxerxes, em 457 a.C., é o ponto de partida das setenta semanas. Então se produzia a saída do decreto no sentido que a poesia requer. Os dois decretos anteriores eram preparatórios ou preliminares. De fato, Esdras os considera partes do terceiro, e considera os três como um todo, pois em Esdras 6:14 lemos: “Edificaram a casa e

a terminaram segundo o mandado do Deus de Israel e segundo o decreto de Ciro, de Dario e de Artaxerxes, rei da Pérsia.” É de notar-se que aqui se fala dos decretos desses três reis como se fossem um só “o decreto de Ciro, de Dario e de Artaxerxes”. Isto demonstra que esses diferentes decretos eram considerados uma unidade, pois não foram senão os passos sucessivos na execução da obra. Não poderia dizer-se que havia saído esse decreto como o exigia a profecia, antes que a última permissão requerida pela profecia estivesse nele incorporado e revestido com a autoridade do império. Esta condição foi cumprida com a concessão outorgada a Esdras, e não antes. Com isto o decreto assumiu as devidas proporções e abrangeu tudo o que a profecia exigia, e desde esse momento deve datar-se a sua “saída”.

Harmonia das subdivisões — Estarão harmonizadas estas datas se fizermos a contagem a partir do decreto dado a Esdras? Vejamos. Nesse caso, 457 a.C. é nosso ponto de partida. Concediam-se 49 anos para a edificação da cidade e do muro. Sobre este ponto, Prideaux diz: “No ano XV de Dario Noto terminaram as primeiras sete semanas das setenta mencionadas na profecia de Daniel. Porque então a restauração da Igreja e do Estado dos judeus em Jerusalém e na Judeia ficou plenamente concluída naquele último ano de reforma registrado no capítulo 13 de Neemias, do versículo 23 até o fim do capítulo, *exatamente 49 anos* depois que Esdras a iniciou no sétimo ano de Artaxerxes Longímano” (Humphrey Prideaux, *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 1, p. 322). Isto sucedeu em 408 a.C.

Até aqui encontramos harmonia. Apliquemos a vara de medir, que é a profecia, a outras partes da história. As 69 semanas, ou 483 anos, se estenderiam até o Messias, o Príncipe. Se partimos de 457 a.C., terminam em 27 da nossa era. Que ocorreu então? Lucas assim nos informa: “E aconteceu que, ao ser todo o povo batizado, também o foi Jesus; e, estando ele a orar, o céu se abriu, e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea como pomba; e ouviu-se uma voz do céu: Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo.” Lucas 3:21, 22. Depois disso “foi Jesus [...] pregando o evangelho de Deus, dizendo: O *tempo* está cumprido.” Marcos 1:14, 15. O *tempo* aqui mencionado deve ter sido um período específico, definido e predito; mas não se pode encontrar outro período profético que termine ali, exceto as 69 semanas da profecia de Daniel, que haviam de estender-se até o Messias o Príncipe. O Messias já tinha vindo e com Seus próprios lábios anunciava o término daquele período que havia de ser assinalado por Sua manifestação.

[Lucas declara que Jesus “começava a ser de quase trinta anos” por ocasião de seu batismo (Lucas 3:23); e quase imediatamente depois, Ele iniciou Seu ministério. Como, então, pôde Seu ministério começar no ano 27 d.C. e Ele ainda ser da idade mencionada por Lucas? A resposta a esta pergunta se encontra no fato de que Cristo nasceu entre três e quatro anos antes do início da era cristã, ou seja, antes do ano assinalado como o primeiro de tal era. O erro de datar o início da era cristã, de mais de três anos depois de atraso, em vez de datá-la do ano de

Seu nascimento, surgiu desta maneira: Uma das eras antigas mais importantes era contada a partir da fundação da cidade de Roma “ab urbe condita”, expressa pela abreviação A. U. C., ou mais ainda assim, U. C. No ano 532 d.C., Dionísio Exíguo, cita de nascimento e abade romano, que viveu no reinado de Justiniano, inventou a era cristã. De acordo com os melhores dados de que dispunha, colocou o nascimento de Cristo em 753 U. C. Mas Cristo nasceu antes da morte de Herodes e a morte de Moisés ocorreu em abril, 750 U. C. Deduzindo-se alguns meses para os eventos relatados na vida de Cristo antes da morte de Herodes, a data do Seu nascimento é levada para a última parte de 749 U. C., ou seja um pouco mais de três anos antes do ano 1 d.C. Cristo, pois, tinha 30 anos de idade no ano 27 d.C.

A era vulgar [comum] começou a vigorar no ocidente pela época de Carlos Martel e do Papa Gregório II, em 730 d.C.; mas não foi sancionada por quaisquer atos ou escritos públicos até o primeiro Sínodo Germânico, no tempo de Carlomano, duque dos francos, sínodo que no prefácio se declara congregado no “Anno ab Incarnatione Dom. 742, II Calendas Maii”. Mas essa era não foi estabelecida antes do tempo do Papa Eugênio IV, em 1431, que ordenou fosse seguida nos registros públicos, segundo Mariana e outros.” Guilherme Hales, *A New Analysis of Chronology*, vol. 1, p. 84 (Veja-se também Samuel J. Andrews, *Life of our Lord Upon the Earth*, p. 29, 30).

Quando se descobriu o erro, a era cristã se tornara tão bem estabelecida que não se intentou corrigi-la. Não faz diferença alguma, visto que não afeta o cálculo das datas. Se a era se iniciasse com o ano exato do nascimento de Cristo, contaria com quatro anos menos e a anterior a Cristo, com quatro anos mais. Ilustrando: Se um período de vinte anos abrange dez antes da era cristã e dez nela, dizemos que começou no ano 10 a.C. e terminou no ano 10 d.C. Mas se colocamos o ponto de partida da era realmente no nascimento de Cristo, não mudará o término do período. Este começará no ano 6 a.C. e chegará até 14 d.C. Quer dizer que quatro anos serão tirados da época anterior a Cristo e se acrescentarão quatro anos ao corrente, para dar-nos o verdadeiro ano da era cristã. Assim seria se o cálculo partisse da data real do nascimento de Cristo. Mas tal não é o caso, pois o ponto de partida se situa três ou quatro anos mais tarde. — *Comissão Revisora.*]

Aqui, novamente, encontramos harmonia indiscutível. Mas além disso, o Messias ia confirmar o concerto com muitos por uma semana. Esta seria a última semana das setenta, ou os últimos sete anos dos 490. Na metade da semana, informa-nos a profecia, Ele faria cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Os ritos judaicos, que apontavam a morte de Cristo, não cessariam antes da crucificação. Nessa ocasião, quando o véu do templo se rasgou, chegaram ao fim, embora se mantivessem a observância até a destruição de Jerusalém no ano 70 de nossa era. Depois de sessenta e duas semanas, segundo o registro, o Messias seria sacrificado. Era como se dissesse: Depois de 62 semanas, na metade da septuagésima,

o Messias será tirado e fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Portanto, a crucifixão fica definitivamente situada no meio da septuagésima semana.

Data da crucifixão — Torna-se agora importante determinar em que ano ocorreu a crucifixão. É inquestionável que nosso Salvador assistiu a cada páscoa que houve durante Seu ministério público, mas encontramos mencionadas apenas quatro de tais ocasiões antes de Sua crucifixão. Encontram-se nas seguintes passagens: João 2:13; 5:1; 6:4; 13:1. Durante a última páscoa mencionada Jesus foi crucificado. Com base nos fatos já estabelecidos, vejamos onde isto colocaria a crucifixão. Como Ele começou Seu ministério no outono do ano 27, Sua primeira páscoa ocorreu na primavera do ano 28; a segunda no ano 29; a terceira no ano 30; e a quarta e última, no ano 31. Isto nos dá três anos e meio para Seu ministério público e corresponde exatamente à profecia de que Ele seria tirado na metade da septuagésima semana. Como essa semana de anos começou no outono do ano 27, a metade da semana ocorreria três anos e meio mais tarde, na primavera do ano 31, quando ocorreu a crucifixão.

O Dr. Hales cita Eusébio, que viveu no ano 300 d.C.: “Registra-se na história que todo o tempo em que nosso Salvador ensinou e operou milagres foi três anos e meio, que é metade de uma semana [de anos]. Isto João, o evangelista, representará aos que prestam crítica atenção ao seu Evangelho.”

Acerca das trevas sobrenaturais que ocorreram na crucifixão, Hales declara:

Por aqui se depreende que as trevas que “cobriram toda a terra da Judeia” por ocasião da crucifixão de nosso Senhor foram sobrenaturais, “da hora sexta até a hora nona”, ou do meio-dia até às três da tarde, em sua duração, e também em seu momento, quase no plenilúnio, quando a lua não podia eclipsar o Sol. O momento em que isso ocorreu e o próprio fato estão registrados numa curiosa e valiosa passagem de um respeitável cônsul romano, Aurélio Cassiodoro Senador, por volta do ano 514 de nossa era: “No consulado de Tibério César Augusto V e Aelio Sejano (U. C. 584, ou 31 d.C.) nosso Senhor Jesus Cristo padeceu, na oitava das calendas de abril (25 de março), quando ocorreu um eclipse do Sol tal como nunca se viu antes nem depois.

Acerca do ano e do dia concordam também o concílio de Cesareia (196 ou 198 d.C.), a Crônica Alexandrina, o monge Máximo, Nicéforo Constantino, Cedreno; e acerca do ano, mas com dias diferentes, concorre Eusébio e Epifânio, seguidos por Kepler, Bucher, Patino e Petávio, apontando alguns a décima das calendas de abril, outros a décima-terceira [Ver os comentários sobre Daniel 11:22)] (Guilherme Hales, *A New Chronology*, vol. 1, p. 94).

Encontramos, pois, treze autores fidedignos que situam a crucifixão de Cristo na primavera do ano 31 d.C. Podemos, portanto, ter esta data como

estabelecida. Sendo a metade da última semana, basta-nos simplesmente contar três anos e meio para trás para encontrarmos onde terminaram as 69 semanas, e avançar três anos e meio para saber quando terminaram as setenta semanas. Retrocedendo três anos e meio a partir da crucifixão ocorrida na primavera do ano 31, chegamos ao outono do ano 27, data em que, como já vimos, terminaram as 69 semanas e Cristo começou Seu ministério público. Seguindo adiante três anos e meio a partir da crucifixão, chegamos ao outono do ano 34, que é o grande ponto terminal de todo o período das setenta semanas. Esta data fica assinalada pelo martírio de Estêvão, a perseguição dos discípulos de Cristo com que o Sinédrio judaico rejeitou o Evangelho, e a decisão dos apóstolos de se dirigirem aos gentios. E estes são exatamente os eventos que se poderia esperar ocorressem quando expirasse o período especificamente reservado para os judeus.

Pelos fatos expostos vemos que, contando-se as setenta semanas a partir do decreto dado a Esdras no ano sétimo de Artaxerxes, em 457 a.C., existe perfeita harmonia em toda a linha. Os acontecimentos importantes e definidos da manifestação do Messias em Seu batismo, o início de Seu ministério público, a crucifixão, a rejeição dos judeus e a pregação do evangelho aos gentios, com a proclamação da nova aliança; todas essas coisas caem em seu lugar exato, e selam a profecia.

Fim dos 2.300 dias — Terminamos as setenta semanas, mas resta um período mais longo e outros importantes acontecimentos que se hão de considerar. As setenta semanas não são mais que os primeiros 490 anos dos 2.300. Subtraindo-se 490 anos de 2.300, restam 1.810. Como já vimos, esses 490 anos terminaram no outono de 34 d.C. Se a essa data acrescentarmos agora os restantes 1.810 anos, chegaremos ao término de todo o período. Assim, se do outono de 34 d.C. contarmos 1.810 anos, chegaremos ao outono de 1844. Vemos, pois, com que celeridade e segurança encontramos a terminação dos 2.300 dias, uma vez que situamos as setenta semanas.

Por que em 1844? — Pode ser que alguém pergunte como podem estender-se os dias até o outono de 1844 se eles se iniciaram em 457 a.C., pois somente são necessários 1843 anos além dos 457, para formar o total de 2.300. Se prestarmos atenção a um fato, toda dificuldade se esclarecerá: São necessários 457 anos *completos* antes de Cristo, e 1843 anos *completos* depois, para perfazer 2.300. Assim, se o período tivesse começado já no primeiro dia de 457 a.C., não terminaria até o *último* dia de 1843. É evidente a todos que se alguma parte do ano 457 houvesse transcorrido antes de se iniciarem os 2.300 dias, essa mesma parte do ano de 1844 deve transcorrer antes que termine. Então perguntamos: De que ponto do ano 457 devemos começar a contar? Pelo fato de que os primeiros quarenta e nove anos foram dedicados à *construção* da praça e do muro, deduzimos que esse período deve ser contado, não do momento em que Esdras saiu de Babilônia, mas do momento em que a obra realmente se iniciou em Jerusalém. Não há probabilidade de se

haver iniciado antes do sétimo mês (outono) de 457, visto que Esdras não chegou a Jerusalém até o quinto mês do ano (Esdras 7:9). Portanto, o todo o período se há de estender até o sétimo mês do calendário judaico, ou seja, o outono de 1844.

A portentosa declaração do anjo a Daniel: “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs, e o santuário será purificado” agora fica explicada. Ao buscarmos o que significava o santuário e sua purificação, como também a aplicação do período, verificamos não só que esse assunto pode ser facilmente compreendido, mas que o acontecimento está agora mesmo em pleno cumprimento. Aqui nos detemos por um breve momento para refletir sobre a solene situação em que nos encontramos.

Vimos que o santuário da era cristã é o tabernáculo de Deus no Céu, a casa não feita por mãos, onde o Senhor ministra em favor de pecadores penitentes, o lugar onde entre o grande Deus e Seu Filho Jesus Cristo prevalece o “conselho de paz” na obra de salvação dos homens que perecem (Zacarias 6:13; Salmos 85:10). Vimos que a purificação do santuário consiste na remoção dos pecados ali anotados e é o ato final do ministério que ali se realiza; que a obra de salvação se centraliza agora no santuário celestial; e que quando o santuário estiver purificado, a obra terá terminado. Então terá chegado ao seu fim o grande plano da salvação ideado quando o homem caiu. A misericórdia não mais intercederá, e se ouvirá a grande voz do trono que está no templo do Céu e que dirá: “Está feito” (Apocalipse 16:17). Que sucederá então? Todos os justos terão o dom da vida eterna; todos os ímpios estarão condenados à morte eterna. Já nenhuma decisão poderá ser mudada, nenhuma recompensa poderá perder-se e nenhum destino de desespero poderá alterar-se.

A solene hora do juízo — Vimos (que é o que nos faz sentir a solenidade do juízo que está às nossas portas) que esse longo período profético, que assinalaria o início desta obra final no santuário celeste, terminou. Seus dias findaram em 1844. Desde aquela data a obra final em prol da salvação do homem tem sido levada a cabo. Ela inclui o exame do caráter de cada ser humano, pois consiste na remissão dos pecados dos que forem achados dignos de obter-lhes a remissão e determina quem dentre os mortos são dignos de ressuscitar. Também decide quem dentre os vivos serão transformados quando ver o Senhor, e quais tanto dos vivos e dos mortos serão deixado para participar nas terríveis cenas da segunda morte. Todos podem ver que tal decisão deve ser tomada antes que o Senhor apareça.

O destino de cada um ficará determinado pelo que tiver feito no corpo, e cada um será recompensado conforme suas obras (2 Coríntios 5:10; Apocalipse 22:12). Nos livros de registro dos escribas celestiais, encontram-se anotadas as ações de cada ser humano (Apocalipse 20:12). Na obra final do levada a cabo no santuário esses registros são examinados e as decisões são tomadas de acordo com o que se encontra ali (Daniel 7:9, 10). É natural supor que o juízo começou com os primeiros membros da família humana, que seus casos foram examinados primeiro e uma decisão tomada a esse respeito, e assim sucessivamente com

todos os mortos, geração após geração, em sucessão cronológica, até chegarmos à última, a geração dos vivos, com cujos casos a obra terminará.

Ninguém pode saber quanto tempo levará para examinar os casos de todos os mortos, quão breve a obra chegará ao caso dos vivos. Esta obra solene está sendo realizando desde 1844. As figuras e a própria natureza da obra nos permitem perceber que não podem durar muito. João, em suas sublimes visões das cenas celestiais, viu milhões de assistentes empenhados com nosso Senhor em Sua obra sacerdotal (Apocalipse 5). Assim prossegue o ministério. Não cessa nem demora e logo há de terminar para sempre.

Aqui nos encontramos, pois, diante da última crise da história da família humana, que é também a maior, a mais solene, e iminente. O plano da salvação está por terminar. Os últimos preciosos anos de graça quase terminaram. O Senhor está para vir salvar os que estiverem prontos, aguardando-O, e para exterminar os indiferentes e incrédulos. Mas ai! que diremos do mundo? Seduzidos pelo erro, enlouquecidos pelos cuidados de negócios, enlouquecidos pelos prazeres e paralisados pelos vícios, seus habitantes não têm um momento para ouvir a solene verdade nem para pensar em seus interesses eternos. Que os filhos de Deus, que pensam na eternidade, procurem com diligência escapar à corrupção que pela cobiça há no mundo, e se preparem para o exame escrutinador, quando seus casos serão apresentados no tribunal celeste.

Recomendamos o assunto do santuário a todo atento estudante da profecia. No santuário se vê a arca do concerto de Deus, que contém Sua santa lei. Isto sugere uma reforma em nossa obediência a essa grande norma moral. A abertura do templo celestial, ou o começo do serviço em seu segundo compartimento, assinala o início da proclamação feita pelo sétimo anjo (Apocalipse 11:15, 19). A obra ali realizada é o fundamento da mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14, a última mensagem de misericórdia a um mundo que perece. Este assunto do santuário torna harmoniosos e claros os cumprimentos proféticos passados, que de outra maneira estariam envoltos na mais impenetrável obscuridade. Dá-nos uma ideia definida da posição e obra de nosso grande Sumo Sacerdote e apresenta o plano da salvação em seus aspectos distintivos e formosos. Faz-nos entender, como nenhum outro assunto, as realidades do juízo e mostra-nos a preparação de que necessitamos para subsistir no dia que se aproxima. Mostra-nos que estamos no tempo de espera e nos incita a vigiar, pois não sabemos quão breve a obra terminará e nosso Senhor virá. Vigiai para que, vindo subitamente, não vos ache dormindo.

Após apresentar os grandes eventos relacionados com a missão de nosso Senhor aqui na Terra, o profeta na última parte de Daniel 9:27 fala da destruição de Jerusalém pela potência romana; e finalmente da destruição dessa mesma potência, chamada em nota marginal de “assoladora”.

Daniel 10 — Deus Intervém nos Negócios do Mundo

VERSÍCULO 1: No terceiro ano de Ciro, rei da Pérsia, foi revelada uma palavra a Daniel, cujo nome é Beltessazar; a palavra era verdadeira e envolvia grande conflito; ele entendeu a palavra e teve a inteligência da visão.

Este versículo introduz a última visão registrada do profeta Daniel, pois a instrução que lhe foi comunicada nessa ocasião continua em Daniel 11 e 12. Supõe-se que a morte de Daniel ocorreu pouco depois, uma vez que tinha, segundo Prideaux, pelo menos 90 anos de idade.

VERSÍCULOS 2-3: Naqueles dias, eu, Daniel, pranteei durante três semanas. Manjar desejável não comi, nem carne, nem vinho entraram na minha boca, nem me ungi com óleo algum, até que passaram as três semanas inteiras.

O pesar de Daniel — A expressão “três semanas inteiras” corresponde a três semanas de dias em outras versões e é empregada para distinguir este tempo das *semanas de anos* apresentadas no capítulo anterior.

Por que razão assim se humilhava e afligia sua alma este idoso servo de Deus? Evidentemente para conhecer melhor o propósito divino acerca dos eventos que aconteceriam à igreja de Deus. O mensageiro enviado para instruí-lo diz: “Desde o primeiro dia em que aplicaste o coração a *compreender*” (verso 12). Havia, pois, ainda alguma coisa que Daniel não entendia. Que era? Indubitavelmente alguma parte da visão anterior, a de Daniel 9 e portanto de Daniel 8, já que o capítulo 9 é explicação do anterior. Como resultado de sua súplica, recebe agora informação mais detalhada acerca dos acontecimentos incluídos nos grandes esboços de suas visões anteriores.

A aflição do profeta acompanhava-se de jejum, que não era uma abstinência completa de alimento, mas consistia em consumir apenas os alimentos mais simples. Não comeu “manjar desejável”, nem finas iguarias; não comeu carne nem tomou vinho; não ungiu a cabeça, o que para os judeus era sinal de jejum. Não sabemos quanto tempo ele teria continuado jejuando se sua oração não tivesse recebido resposta; mas o fato de continuar por três semanas inteiras nesse proceder demonstra que não era pessoa para cessar suas súplicas antes de receber o que pedia.

VERSÍCULOS 4-9: No dia vinte e quatro do primeiro mês, estando eu à borda do grande rio Tigre, levantei os olhos e olhei, e eis um homem vestido de linho, cujos ombros estavam cingidos de ouro puro de Ufaz; o seu corpo era como o berilo, o seu rosto, como um relâmpago, os seus olhos, como tochas de fogo, os seus braços e os seus pés brilhavam como

bronze polido; e a voz das suas palavras era como o estrondo de muita gente. Só eu, Daniel, tive aquela visão; os homens que estavam comigo nada viram; não obstante, caiu sobre eles grande temor, e fugiram e se esconderam. Fiquei, pois, eu só e contemplei esta grande visão, e não restou força em mim; o meu rosto mudou de cor e se desfigurou, e não retive força alguma. Contudo, ouvi a voz das suas palavras; e, ouvindo-a, caí sem sentidos, rosto em terra.

A palavra Hidéquel (Almeida RC) se aplica ao rio Eufrates na versão siríaca. Na Vulgata, na grega e na árabe a palavra se aplica ao Tigre. Portanto alguns concluem que o profeta teve esta visão na confluência destes dois rios, perto do Golfo Pérsico.

Nessa ocasião Daniel foi visitado por um ser muito majestoso. A descrição que dele aqui se dá é comparável à que se faz de Cristo em Apocalipse 1:14-16. Além do mais, como a aparição teve sobre Daniel efeito semelhante ao experimentado por Paulo e seus companheiros quando o Senhor Se apresentou no caminho de Damasco (Atos 9:1-7), deduzimos que foi o próprio Cristo que apareceu a Daniel. No verso 13 é-nos dito que Miguel veio assistir a Gabriel para influenciar o rei da Pérsia. Quão natural era, pois, que se manifestasse a Daniel nesse então!

VERSÍCULOS 10-12: Eis que certa mão me tocou, sacudiu-me e me pôs sobre os meus joelhos e as palmas das minhas mãos. Ele me disse: Daniel, homem muito amado, está atento às palavras que te vou dizer; levanta-te sobre os pés, porque eis que te sou enviado. Ao falar ele comigo esta palavra, eu me pus em pé, tremendo. Então, me disse: Não temas, Daniel, porque, desde o primeiro dia em que aplicaste o coração a compreender e a humilhar-te perante o teu Deus, foram ouvidas as tuas palavras; e, por causa das tuas palavras, é que eu vim.

Gabriel anima a Daniel — Tendo Daniel caído ante a majestosa aparição de Cristo, o anjo Gabriel, que é obviamente de quem se fala nos versos 11-13, colocou a mão sobre ele para dar-lhe segurança e confiança. Disse a Daniel que este era homem muito amado. Admirável declaração! Um membro da família humana, de nossa mesma raça, amado, não simplesmente no sentido geral em que Deus amou o mundo inteiro quando deu Seu Filho para morrer pela humanidade, mas amado como pessoa e amado de tão grandiosa maneira! Tal declaração bem pôde infundir confiança ao profeta. Ademais, o anjo lhe diz que veio com o propósito de conversar com ele, e deseja pôr-lhe o ânimo em condições de entender suas palavras. Assim alentado, o santo e amado profeta continuava a tremer diante do anjo.

“Não temas, Daniel”, continua dizendo Gabriel. Não tinha motivo de temor diante dele, embora um ser celestial, pois lhe fora enviado por ser ele muito amado e em resposta a sua fervorosa oração. Nenhum dos filhos de Deus, qualquer que seja a época que pertença, deve sentir temor servil de qualquer desses agentes enviados para ajudá-lo a alcançar a salvação. Há, entretanto,

muitas pessoas que tendem a considerar Jesus e seus anjos como severos ministros de justiça, em vez de seres que trabalham ardentemente por nossa salvação. A presença de um anjo, caso aparecesse corporalmente a eles, lhes encheria de terror e o pensamento de que Cristo logo virá os entristece e os alarma. Recomendamos a tais pessoas que tenham um pouco mais do perfeito amor que lança fora todo temor.

VERSÍCULO 13: Mas o príncipe do reino da Pérsia me resistiu por vinte e um dias; porém Miguel, um dos primeiros príncipes, veio para ajudar-me, e eu obtive vitória sobre os reis da Pérsia.

Gabriel resistido pelo rei da Pérsia — Quantas vezes as orações dos filhos de Deus são ouvidas embora não haja resposta aparente! Assim foi no caso de Daniel. O anjo lhe diz que desde o primeiro dia em que ele aplicou seu coração a entender, suas palavras foram ouvidas. Mas Daniel continuou afligindo sua alma com jejum e lutando com Deus por três semanas, sem ter noção de que sua petição fora atendida. Mas qual a razão da demora? O rei da Pérsia resistiu ao anjo. A resposta à oração de Daniel envolvia certa ação da parte do rei. Ele devia ser influenciado a praticar tal ação. Sem dúvida era a obra que ele devia fazer, e já tinha começado, em favor do templo de Jerusalém e dos judeus, sendo seu decreto para a construção desse templo era o primeiro de uma série que finalmente constituiu aquela ordem notável de restaurar e reedificar Jerusalém, cuja expedição devia marcar o início do grande período profético de 2.300 dias. O anjo foi enviado para influenciá-lo a prosseguir de acordo com a vontade divina.

Quão pouco percebemos do que se passa no mundo invisível com relação aos negócios humanos! Aqui a cortina é erguida por um momento e captamos um vislumbre dos movimentos interiores. Daniel ora. O Criador do Universo ouve. Dá a Gabriel a ordem para ir ajudá-lo. Mas o rei da Pérsia deve agir antes de a oração de Daniel ser respondida e o anjo se apressa a ir ter com o rei da Pérsia. Indubitavelmente Satanás reúne suas forças para se lhe opor. Eles se encontram no palácio real da Pérsia. Todos os motivos de interesse egoísta e política mundana que Satanás pode utilizar, sem dúvida ele emprega vantajosamente para influenciar o rei para não cumprir a vontade de Deus, enquanto Gabriel exerce sua influência na direção oposta. O rei luta entre emoções conflitantes. Vacila e demora. Passa dia após dia, e Daniel continua orando. O rei continua recusando-se a ceder à influência do anjo. Decorrem três semanas e eis que um Ser mais poderoso que Gabriel se une a ele no palácio do rei, e logo ambos se dirigem aonde está Daniel para colocá-lo a par do progresso dos acontecimentos. Desde o princípio, disse Gabriel, tua oração foi ouvida; mas durante estas três semanas em que te dedicaste a orar e jejuar, o rei da Pérsia resistiu à minha influência e me impediu de vir.

Tal foi o efeito da oração. E desde o tempo de Daniel, Deus não tem erigido barreiras entre Si e Seu povo. Continuam tendo o privilégio de apre-

sentar orações tão fervorosas e eficazes como a de Daniel e, como Jacó, lutar com Deus e prevalecer.

Quem era Miguel, que veio em auxílio de Gabriel? A palavra significa “Aquele que é como Deus”. As Escrituras mostram claramente que Cristo é o único que leva esse nome. Judas [1:9] declara que Miguel é o Arcanjo, palavra que significa “chefe ou cabeça dos anjos”, e Gabriel, em nosso texto, chama-o de “um dos primeiros príncipes” (ou, como se lê numa nota marginal, “o Principal príncipe”. Só pode haver um Arcanjo, portanto é manifestamente impróprio usar o vocábulo no plural, como fazem alguns. As Escrituras jamais o fazem. Em 1 Tessalonicenses 4:16, Paulo diz que quando o Senhor vier a segunda vez para ressuscitar os mortos, a voz do Arcanjo será ouvida. De Quem é a voz que se ouve quando os mortos são ressuscitados? A voz do Filho de Deus (João 5:28). Quando se consideram essas passagens da Escritura em conjunto, demonstram que os mortos são ressuscitados pela voz do Filho de Deus; que a voz então ouvida é a voz do Arcanjo, com o que se prova que o Arcanjo é o Filho de Deus; e que o Arcanjo se chama Miguel, de onde se conclui que Miguel é o Filho de Deus. No último versículo de Daniel 10, Ele é chamado “vosso Príncipe” e no primeiro de Daniel 12, “o grande Príncipe que Se levanta pelos filhos do teu povo”. Estas são expressões que podem apropriadamente ser aplicadas a Cristo, mas a nenhum outro ser.

VERSÍCULO 14: Agora, vim para fazer-te entender o que há de suceder ao teu povo nos últimos dias; porque a visão se refere a dias ainda distantes.

A expressão “a visão se refere a dias ainda distantes”, penetrando em futuro distante e abrangendo o que sucederá ao povo de Deus até nos últimos dias, demonstra de forma conclusiva que os 2.300 dias mencionados nessa visão não podem significar dias literais, e sim anos (Ver os comentários sobre Daniel 9:25-27).

VERSÍCULOS 15-17: Ao falar ele comigo estas palavras, dirigi o olhar para a terra e calei. E eis que uma como semelhança dos filhos dos homens me tocou os lábios; então, passei a falar e disse àquele que estava diante de mim: meu senhor, por causa da visão me sobrevieram dores, e não me ficou força alguma. Como, pois, pode o servo do meu senhor falar com o meu senhor? Porque, quanto a mim, não me resta já força alguma, nem fôlego ficou em mim.

Uma das mais notáveis características manifestadas por Daniel era a terna solicitude que ele sentia por seu povo. Tendo agora chegado a compreender claramente que a visão predizia longos séculos de perseguição e sofrimento para a igreja, ficou tão afetado pela visão que sua força o abandonou, perdeu tanto o fôlego como a faculdade de falar. A visão do versículo 16 indubitavelmente se refere à visão anterior, a de Daniel 8.

VERSÍCULOS 18-21: Então, me tornou a tocar aquele semelhante a um homem e me fortaleceu; e disse: Não temas, homem muito amado! Paz seja contigo! Sê forte, sê forte. Ao falar ele comigo, fiquei fortalecido e disse: fala, meu senhor, pois me fortaleceste. E ele disse: Sabes por que eu vim a ti? Eu tornarei a pelejar contra o príncipe dos persas; e, saindo eu, eis que virá o príncipe da Grécia. Mas eu te declararei o que está expresso na escritura da verdade; e ninguém há que esteja ao meu lado contra aqueles, a não ser Miguel, vosso príncipe.

Finalmente o profeta é fortalecido para ouvir toda a comunicação que o anjo tinha a fazer. Gabriel diz: “Sabes porque eu vim a ti?” Entendes meu propósito, de modo que não temas mais? Então ele anunciou sua intenção de voltar, tão logo termine sua comunicação. A palavra hebraica *im*, que significa “com”, é traduzida na Septuaginta pelo grego *metá*, que não significa “contra”, mas “em comum, juntamente com”, isto é, o anjo de Deus ficaria do lado do reino da Pérsia enquanto conviesse à providência de Deus que tal reino continuasse existindo. “E, saindo eu” — explicou Gabriel — “eis que virá o príncipe da Grécia.” Ou em outras palavras, quando ele retirar seu apoio do reino, e a providência de Deus operar em favor de outro reino, virá o príncipe da Grécia e a monarquia persa será derribada.

Gabriel então anunciou que só Miguel, o Príncipe entendia com ele os assuntos que devia comunicar. E após havê-las dado a entender a Daniel, havia no universo quatro seres que possuíam o conhecimento destas importantes verdades: Daniel, Gabriel, Cristo e Deus. Destacam-se quatro elos nesta cadeia de testemunhas: o primeiro, Daniel, membro da família humana; o último, Jeová, o Deus supremo.

Daniel 11 — O Futuro Desdobrado

VERSÍCULOS 1-2: Mas eu, no primeiro ano de Dario, o medo, me levantei para o fortalecer e animar. Agora, eu te declararei a verdade: eis que ainda três reis se levantarão na Pérsia, e o quarto será cumulado de grandes riquezas mais do que todos; e, tornado forte por suas riquezas, empregará tudo contra o reino da Grécia.

Entramos agora numa profecia de futuros acontecimentos, que não se revestem de figuras e símbolos, como nas visões de Daniel 2, 7 e 8, mas que são dados em linguagem clara. Aqui se apresentam muitos dos mais destacados eventos da história do mundo, dos dias de Daniel até o fim do mundo. Esta profecia, diz Tomás Newton, pode apropriadamente chamar-se um comentário e explicação da visão de Daniel 8. Com esta afirmação o referido comentador demonstra quão claramente percebeu a relação que havia entre essa visão e o restante do livro de Daniel (Tomás Newton, *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 335).

A última visão de Daniel interpretada — O anjo Gabriel, após declarar que estivera a confortá-lo e fortalecê-lo no primeiro ano de Dario, dedica sua atenção ao futuro. Dario tinha morrido e agora Ciro reinava. Três haviam de reinar na Pérsia, indubitavelmente sucessores imediatos de Ciro. Foram eles: Cambises, filho de Ciro; Esmerdis, um impostor; e Dario Histaspes.

Xerxes invade a Grécia — O quarto rei depois de Ciro foi Xerxes, filho de Dario Histaspes. Foi famoso por suas riquezas, em cumprimento direto da profecia que anunciava: “será cumulado de grandes riquezas mais do que todos.” Resolveu conquistar a Grécia, e para isso organizou um poderoso exército que segundo Heródoto, consistia 5.283.220 homens.

Xerxes, não contente com movimentar apenas o Oriente, obteve também o apoio de Cartago no Ocidente. O rei persa teve êxito contra a Grécia na famosa batalha das Termópilas; mas o poderoso exército pôde invadir o país somente quando os 300 valentes espartanos que defendiam a passagem foram traídos. Xerxes sofreu finalmente uma desastrosa derrota em Salamina no ano de 480 a.C., e o exército persa retornou ao seu país.

VERSÍCULOS 3-4: Depois, se levantará um rei poderoso, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver. Mas, no auge, o seu reino será quebrado e repartido para os quatro ventos do céu; mas não para a sua posteridade, nem tampouco segundo o poder com que reinou, porque o seu reino será arrancado e passará a outros fora de seus descendentes.

Xerxes foi o último rei da Pérsia que invadiu a Grécia; de modo que a profecia passa por alto nove príncipes menores para introduzir o “rei poderoso”, Alexandre, o Grande.

Após derribar o império persa, Alexandre “tornou-se monarca absoluto daquele império, em extensão jamais possuída por qualquer dos reis persas” (Humphrey Prideaux, *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 1, p. 378). Seu domínio abrangia “a maior parte do mundo habitado de então”. Com quanta exatidão foi descrito como “rei poderoso, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver”. Mas esgotou suas energias nas orgias e bebedices, e ao morrer em 323 a.C., seus projetos vangloriosos e ambiciosos foram repentina e totalmente eclipsados. O Império Grego não foi herdado pelos filhos de Alexandre. Poucos anos depois de sua morte, toda sua posteridade caiu vítima do ciúme e da ambição de seus generais, que desgarraram o império em quatro partes. Tão breve é o trânsito do mais elevado pináculo da glória terrena às mais baixas profundezas do esquecimento e da morte. Os quatro mais hábeis generais de Alexandre — Cassandro, Lisímaco, Seleuco e Ptolomeu — tomaram posse do império.

Depois da morte de Antígono [301 a.C.], os quatro príncipes confederados repartiram seus domínios; e assim todo o império de Alexandre ficou dividido em quatro reinos. Ptolomeu teve o Egito, Lídia, Celesíria e Palestina; Cassandro recebeu Macedônia e Grécia; Lisímaco, a Trácia, Bitínia e alguma das outras províncias que havia mais além do Helesponto e o Bósforo; e Seleuco todo o resto. Estes quatro foram os quatro chifres do bode mencionado nas profecias do profeta Daniel, os quais cresceram após ter-se quebrado o primeiro chifre. Esse primeiro chifre era Alexandre, rei da Grécia, que conquistou o reino dos medos e persas; e os outros quatro chifres foram esses quatro reis, que surgiram depois dele, dividindo entre si o império. Foram também as quatro cabeças do leopardo, das quais se fala noutra lugar das mesmas profecias. E seus quatro reinos foram as quatro partes em que, segundo o mesmo profeta, o “domínio” do “rei poderoso” ia ser “repartido para os quatro ventos do céu”, entre esses quatro reis “fora de seus descendentes”, pois nenhum deles pertencia à sua posteridade. Portanto, com esta última repartição do império de Alexandre, cumpriram-se exatamente todas estas profecias (Idem, p. 415).

VERSÍCULO 5: O rei do Sul será forte, como também um de seus príncipes; este será mais forte do que ele, e reinará, e será grande o seu domínio.

O rei do sul — No restante deste capítulo o rei do norte e o rei do sul são muitas vezes mencionados. Portanto, é essencial identificar claramente estas potências para poder compreender a profecia. Quando o império de Alexandre foi dividido, as diferentes partes se estendiam para os quatro ventos do céu: ao norte, ao sul, a leste e a oeste. Estas divisões tinham especialmente estas direções quando observadas da Palestina, a parte central do império. A divisão ficava a oeste da

Palestina constituiria o reino do ocidente; a que ficava ao norte, o reino do norte; e a que ficava a leste, o reino do oriente; e a que ficava ao sul, o reino do sul.

Durante as guerras e revoluções que se sucederam através dos séculos, estes limites geográficos foram frequentemente apagados e se instituíram novos. Mas quaisquer que fossem as mudanças efetuadas, estas *primeiras* divisões do império devem determinar os nomes que desde então estas porções do território deveriam sempre levar posteriormente, ou não teremos norma pela qual testar a aplicação da profecia. Em outras palavras, qualquer que seja a potência que em qualquer tempo ocupasse o território que a princípio constituía o reino do norte, essa potência, tão logo ocupasse esse território, seria o rei do norte. Qualquer potência que ocupasse o que a princípio constituía o reino do sul, essa potência seria enquanto isso o rei do sul. Falamos só destes dois, porque são os únicos mencionados depois na profecia, e porque, de fato, todo o império de Alexandre finalmente se resolveu nestas duas divisões.

Os sucessores de Cassandro foram logo vencidos por Lisímaco; e seu reino, que compreendia a Grécia e a Macedônia, ficou anexados à Trácia. Lisímaco foi, por sua vez, vencido por Seleuco, e a Macedônia e a Trácia anexadas à Síria.

Estes fatos preparam o caminho para interpretar o texto que agora estudamos. O rei do sul, o Egito, seria forte. Ptolomeu Sotero anexou Chipre, Fenícia, Caria, Cirene e muitas ilhas e cidades ao Egito. Assim seu reino se tornou forte. Mas a expressão “um de seus príncipes” introduz outro dos príncipes de Alexandre. Isto deve referir-se a Seleuco Nicator, que, como já foi declarado, tendo anexado a Macedônia e a Trácia à Síria, tornou-se possuidor três das quatro partes do domínio de Alexandre e estabeleceu um reino mais poderoso que o do Egito.

VERSÍCULO 6: Mas, ao cabo de anos, eles se aliarão um com o outro; a filha do rei do Sul casará com o rei do Norte, para estabelecer a concórdia; ela, porém, não conservará a força do seu braço, e ele não permanecerá, nem o seu braço, porque ela será entregue, e bem assim os que a trouxeram, e seu pai, e o que a tomou por sua naqueles tempos.

O rei do norte — Houve frequentes guerras entre os reis do Egito e da Síria. Especialmente foi este o caso de Ptolomeu Filadelfo, o segundo rei do Egito, e Antíoco Teos, o terceiro rei da Síria. Eles finalmente concordaram em fazer a paz sob condição de que Antíoco repudiasse sua primeira esposa, Laodice, e seus dois filhos, e se casasse com Berenice, a filha de Ptolomeu Filadelfo. Como cumprimento disso, Ptolomeu trouxe a sua filha para Antíoco, e com ela um imenso dote.

“Ela, porém, não conservará a força do seu braço”, a saber, não continuará manifestando-se em seu favor o interesse e poder de Antíoco. Assim se provou; porque pouco tempo depois, Antíoco trouxe de volta à corte sua mulher anterior, Laodice, e seus filhos. Então, diz a profecia, “e *ele* [Antíoco] não

permanecerá, nem o seu braço”, ou posteridade. Laodice, ao recuperar o favor e o poder, temeu que a inconstância de Antíoco pudesse novamente colocá-la em desgraça, chamando de volta a Berenice. Tendo concluído que nada menos que a morte dele podia protegê-la eficazmente contra tal contingência, mandou que ele fosse envenenado. Tampouco os filhos de Berenice o sucederam no reino, pois Laodice de tal modo geriu os negócios que assegurou o trono para seu filho mais velho, Seleuco Calínico.

“Porque ela [Berenice] será entregue” — Laodice, não contente com o envenenamento de seu marido, Antíoco, fez assassinar a Berenice e a seu filho ainda na infância. “Os que a trouxeram.” Todos os seus assistentes e mulheres egípcias, ao procurar defendê-la, foram mortos com ela. “E o que ela gerou,” margem, “o que ela trouxe”, a saber, seu filho, que foi assassinado ao mesmo tempo por ordem de Laodice. “E o que a fortalecia naqueles tempos” (Almeida RC), refere-se claramente a seu esposo e aos que a defenderam.

VERSÍCULOS 7-9: Mas, de um renovo da linhagem dela, um se levantará em seu lugar, e avançará contra o exército do rei do Norte, e entrará na sua fortaleza, e agirá contra eles, e prevalecerá. Também aos seus deuses com a multidão das suas imagens fundidas, com os seus objetos preciosos de prata e ouro levará como despojo para o Egito; por alguns anos, ele deixará em paz o rei do Norte. Mas, depois, este avançará contra o reino do rei do Sul e tornará para a sua terra.

Este reino saído da mesma linhagem com Berenice, foi seu irmão, Ptolomeu Evergetes. Sucedeu seu pai no trono do Egito, e tão logo se instalou, ardendo de vingança pela morte de sua irmã Berenice, reuniu um imenso exército e invadiu o território do rei do norte, ou seja, de Seleuco Calínico que, com sua mãe, Laodice, reinava na Síria. Prevaleceu contra ele a ponto de conquistar a Síria, Cilícia, as regiões mais além do Eufrates e para o leste até Babilônia. Mas ao saber que se levantou no Egito uma sedição, exigindo sua volta, saqueou o reino de Seleuco, tomando 40.000 talentos de prata e 2.500 imagens dos deuses. Entre elas estavam as imagens que Cambises havia anteriormente levado do Egito a Pérsia. Os egípcios, inteiramente entregues à idolatria, concederam a Ptolomeu o título de Evergetes, ou o Benfeitor, como agradecimento por ele ter devolvido seus deuses que estiveram tantos anos cativos.

Ainda temos escritos que confirmam vários desses detalhes. Apiano informa-nos que Laodice, tendo mandado matar Antíoco, e depois dele a Berenice e seu filho, Ptolomeu, o filho de Filadelfo, para vingar esses homicídios, invadiu a Síria, matou Laodice e prosseguiu até Babilônia. De Políbio sabemos que Ptolomeu, de sobrenome Evergetes, enfurecido pelo tratamento recebido por sua irmã Berenice, entrou na Síria com um exército e tomou a cidade de Selêucia, que foi mantida alguns anos pelas guarnições dos reis do Egito. Assim ele entrou “nas fortalezas do rei do Norte” [Daniel 11:7, Almeida RC]. Poliênio afirma

que Ptolomeu se fez dono de toda a região desde o Monte Tauro até a Índia, sem guerra ou batalha, mas por engano ele atribui isso ao pai em vez de ao filho. Justino afirma que se Ptolomeu não tivesse sido chamado de volta ao Egito por uma sedição interna, teria possuído todo o reino de Seleuco. Assim o rei do sul entrou no reino do norte e voltou à sua própria terra. E ele também continuou mais anos que o rei do norte, pois Seleuco Calínico morreu no exílio, de uma queda de cavalo. Ptolomeu Evergetes sobreviveu por quatro ou cinco anos (Tomás Newton, *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 345, 346).

VERSÍCULO 10: Os seus filhos farão guerra e reunirão numerosas forças; um deles virá apressadamente, arrasará tudo e passará adiante; e, voltando à guerra, a levará até à fortaleza do rei do Sul.

A primeira parte do versículo fala dos filhos, no plural; a última parte de um, no singular. Os filhos de Seleuco Calínico foram Seleuco Cerauno e Antíoco Magno. Ambos entraram com zelo na obra de vindicar e vingar a causa de seu pai e seu país. O mais velho destes, Seleuco, ocupou primeiro o trono. Ele reuniu uma grande multidão para recuperar os domínios de seu pai, mas foi envenenado por seus generais após um curto e inglório reinado. Seu irmão, Antíoco Magno, mais capaz que ele, foi então proclamado rei. Assumiu o encargo do exército, retomou a Selêucia e recuperou a Síria, tornando-se senhor de alguns lugares por tratado e de outros pela força das armas. Antíoco venceu na batalha a Nicolau, o general egípcio, e pensava invadir o próprio Egito. Mas houve uma trégua durante a qual ambos os lados negociaram a paz, embora preparando-se para a guerra. Trata-se certamente de um filho que cumpriu a declaração: “arrasará tudo e passará adiante”.

VERSÍCULO 11: Então, este se exasperará, sairá e pelejará contra ele, contra o rei do Norte; este porá em campo grande multidão, mas a sua multidão será entregue nas mãos daquele.

Conflito entre o norte e o sul — Ptolomeu Filopater sucedeu seu pai Evergetes como rei do Egito, e recebeu a coroa pouco depois que Antíoco Magno sucedera seu irmão no governo da Síria. Foi um príncipe amante do luxo e do vício, mas finalmente despertou ante a perspectiva de uma invasão do Egito por Antíoco. Enfureceu-se pelas perdas que havia sofrido e o perigo que o ameaçava. Reuniu um exército numeroso para impedir o avanço do rei sírio. O rei do norte também poria “em campo grande multidão”. O exército de Antíoco, segundo Políbio, contava com 62.000 infantes, 6.000 ginetes e 102 elefantes. Neste conflito, a batalha de Ráfia, Antíoco foi derrotado, com quase 14.000 soldados mortos e 4.000 feitos prisioneiros, e seu exército foi entregue nas mãos do rei do sul, em cumprimento da profecia.

VERSÍCULO 12: A multidão será levada, e o coração dele se exaltará; ele derribará miríades, porém não prevalecerá.

Ptolomeu não soube aproveitar sua vitória. Tivesse ele prosseguido em seu êxito, provavelmente se teria tornado senhor de todo o reino de Antíoco. Mas satisfeito por fazer algumas ameaças, fez a paz para que pudesse entregar-se de novo à descontrolada satisfação de suas paixões brutais. Assim, tendo vencido seus inimigos, foi vencido por seus vícios e, esquecido do grande nome que poderia ter conseguido, passou seu tempo em banquetes e sensualidade.

O coração de Ptolomeu se elevou por seu êxito, mas ele estava longe de ser fortalecido por isso, pois o uso infame que fez da vitória deu motivo a uma rebelião de seus próprios súditos contra ele. Mas a exaltação de seu coração manifestou-se especialmente em seu trato com os judeus. Chegando a Jerusalém, ofereceu sacrifícios e quis entrar no lugar santíssimo do templo, contrariando a lei e a religião dos judeus. Ao ser contido, embora com grande dificuldade, abandonou o lugar ardendo em ira contra toda a nação dos judeus e imediatamente começou contra eles uma perseguição implacável. Em Alexandria, onde os judeus tinham residido desde os dias de Alexandre e desfrutado privilégios dos mais favorecidos cidadãos, foram mortos 40.000 segundo Eusébio, ou 60.000 segundo Jerônimo. A rebelião dos egípcios e a matança dos judeus certamente não o fortaleceram em seu trono, mas antes contribuíram para arruiná-lo.

VERSÍCULO 13: Porque o rei do Norte tornará, e porá em campo multidão maior do que a primeira, e, ao cabo de tempos, isto é, de anos, virá à pressa com grande exército e abundantes provisões.

Os eventos preditos neste versículo deviam ocorrer “ao cabo anos”. A paz concluída entre Ptolomeu Filopater e Antíoco Magno durou catorze anos. Enquanto isso Ptolomeu morreu de intemperança e orgia, e o sucedeu seu filho, Ptolomeu Epifanes, que tinha então cinco anos. Antíoco, durante esse tempo, suprimiu a rebelião em seu reino e reduziu à obediência as províncias orientais. Ficou, pois, livre para qualquer empresa, quando o jovem Epifanes subiu ao trono do Egito. Pensando que esta oportunidade era demasiado para deixá-la escapar, formou um imenso exército “maior que o primeiro” e se pôs em marcha contra o Egito, na esperança de alcançar fácil vitória sobre o rei infante.

VERSÍCULO 14: Naqueles tempos, se levantarão muitos contra o rei do Sul; também os dados à violência dentre o teu povo se levantarão para cumprirem a profecia, mas cairão.

Antíoco Magno não foi o único que se levantou contra o infante Ptolomeu. Agatocles, seu primeiro ministro, que se havia apoderado da pessoa do rei e conduzia os negócios do reino em seu lugar, foi tão dissoluto e orgulhoso no exercício do poder, que as províncias antes sujeitas ao Egito rebelaram-se. O próprio Egito foi perturbado por sedições, e os alexandrinos, levantando-se contra Agatocles, deram morte a ele, sua irmã, sua mãe e associados. Ao mesmo

tempo Filipe da Macedônia, entrou em aliança com Antíoco para dividir os domínios de Ptolomeu entre eles, cada um propondo-se a tomar as partes que estivessem mais próximas e lhes fossem mais convenientes. Tudo isso constituía um levante contra o rei do sul suficiente para cumprir a profecia, e teve como resultado, sem dúvida, os eventos precisos que a profecia anunciava.

Mas um novo poder é agora introduzido: “os dados à violência dentre o teu povo”, literalmente, diz Tomás Newton, “os quebrantadores do teu povo” (*Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 352). Longe, às margens do Tibre, havia um reino que vinha nutrindo ambiciosos projetos e obscuros desígnios. Pequeno e fraco a princípio, cresceu com admirável rapidez em força e vigor, entendendo-se cautelosamente aqui e ali para tentar sua proeza e testar o vigor de seu braço belicoso, até que, consciente de seu poder, ergueu com audácia a cabeça entre as nações da Terra, e com mão invencível tomou a direção dos negócios mundiais. Desde então o nome de Roma se destaca nas páginas da história, pois está destinado a dominar o mundo por longos anos e exercer poderosa influência entre as nações, mesmo até o fim do tempo, de acordo com as profecias.

Roma falou, e a Síria e a Macedônia logo perceberam que seu sonho mudava de aspecto. Os romanos interferiram em favor do jovem rei do Egito, determinados que ele fosse protegido da ruína ideada por Antíoco e Filipe. Era o ano 200 a.C., e foi uma das primeiras intervenções importantes dos romanos nos negócios da Síria e do Egito. Rollin dá o seguinte relato sucinto desta questão:

Antíoco, rei da Síria, e Filipe, rei da Macedônia, durante o reino de Ptolomeu Filopater haviam mostrado o mais forte zelo pelos interesses daquele monarca e estavam dispostos a ajudá-lo em todas as ocasiões. Mas, assim que ele morreu, deixando após si um infante, que as leis de humanidade e justiça os comprometiam a não conturbar na posse do reino de seu pai, imediatamente se uniram em aliança criminosa e se excitaram a eliminar o herdeiro legal e dividir seus domínios. Filipe teria a Caria, a Líbia, a Cirenaica e o Egito; Antíoco, todo o resto. Com isto em vista, o último entrou na Celesíria e Palestina, e em menos de duas campanhas fez a conquista inteira dessas províncias, com todas as suas cidades e dependências. A culpa de ambos, diz Políbio, não teria sido tão flagrante se, como tiranos, tivessem se esforçado para cobrir seus crimes com alguma desculpa capciosa. Mas, longe de fazer isso, sua injustiça e crueldade foram tão descaradas que a ele se aplicam o que geralmente se diz dos peixes, que, embora da mesma espécie, o maior engole o menor. Alguém seria tentado, prossegue o mesmo autor, ao ver as leis da sociedade, tão abertamente violadas, a acusar abertamente a Providência de ser indiferente e insensível aos crimes mais horrendos. Mas isso justificou plenamente sua conduta ao punir dois reis como mereciam; e fez tal exemplo deles para impedir outros

de seguir tal exemplo em todos os séculos sucessivos. Porque enquanto pensavam no despojo de um fraco e desamparado infante, fazendo seu reino aos pedaços, a Providência suscitou os romanos contra eles, que subverteram os reinos de Filipe e Antíoco e reduziram seus sucessores a quase tão grandes calamidades como as que pretenderam esmagar o rei infante (Carlos Rollin, *Ancient History*, vol. 5, p. 305, 306).

“Para cumprirem a profecia” — Os romanos são, mais notavelmente que qualquer outro povo, o tema da profecia de Daniel. Sua primeira interferência nos negócios desses reinos é aqui referida como o estabelecimento ou confirmação da verdade da visão que predisse a existência de tal potência.

“Mas cairão” — Alguns aplicam isso aos “muitos” mencionados na primeira parte do verso, que se coligariam contra o rei do sul. Outros, aos dissipadores do povo de Daniel, os romanos. Aplicam-se ambos os casos. Se se refere aos que se aliaram contra Ptolomeu, tudo o que precisa ser dito é que rapidamente caíram. Se isso se aplica aos romanos, a profecia simplesmente aponta para o período de sua derrota.

VERSÍCULO 15: O rei do Norte virá, levantará baluartes e tomará cidades fortificadas; os braços do Sul não poderão resistir, nem o seu povo escolhido, pois não haverá força para resistir.

A educação do jovem rei do Egito foi confiada pelo senado romano a Marcos Emílio Lépidio, que nomeou como seu tutor a Aristomenes, velho e experiente ministro daquela corte. Seu primeiro ato foi tomar medidas contra a ameaça da invasão dos dois reis confederados, Filipe e Antíoco.

Para este fim ele despachou Scopas, famoso general da Etólia, então a serviço dos egípcios, a seu país natal para levantar reforços armados. Tendo equipado um exército, marchou para a Palestina e Celesíria (pois Antíoco estava empenhado numa guerra com Átalo na Ásia Menor) e submeteu toda a Judeia à autoridade do Egito.

Assim os negócios foram colocados numa postura para o cumprimento do versículo que consideramos. Antíoco, desistindo de sua guerra com Átalo a mando dos romanos, deu passos rápidos para a recuperação da Palestina e Celesíria das mãos dos egípcios. Scopas foi mandado contra ele. Perto das fontes do Jordão, os dois exércitos se encontraram. Scopas foi derrotado, perseguido até Sidom e ali estreitamente cercado. Três dos melhores generais do Egito, com suas melhores forças, foram enviados para levantar o cerco, mas sem êxito. Finalmente Scopas encontrando, no macilento e intangível espectro da fome, um inimigo que não poderia enfrentar foi forçado a entregar-se na desonrosa condição de salvar somente a vida. Ele e seus 10.000 homens foram deixados partir, despojados de tudo e indigentes. Assim se cumpriu a predição referente ao rei do norte: “tomará cidades fortificadas”, pois Sidom era, por sua situação e suas defesas, uma das mais fortes cidades daqueles tempos. Assim foi como os

braços do sul não puderam permanecer, nem o povo escolhido por tal reino, a saber, Scopas e suas forças de Etólia.

VERSÍCULO 16: O que, pois, vier contra ele fará o que bem quiser, e ninguém poderá resistir a ele; estará na terra gloriosa, e tudo estará em suas mãos.

Roma conquista a Síria e Palestina — Embora o Egito não pudesse resistir diante de Antíoco Magno, o rei do norte, Antíoco Asiático não pôde resistir aos romanos, que vieram contra ele. Nenhum reino podia resistir ao poder nascente. A Síria foi conquistada e acrescentada ao império romano, quando Pompeu, em 65 a.C., privou Antíoco Asiático de suas possessões e reduziu a Síria a uma província romana.

A mesma potência também se destacaria na Terra Santa e a consumiria. Os romanos se relacionaram com o povo de Deus, os judeus, por aliança, em 161 a.C. Desde então Roma ocupou lugar de realce no calendário profético. Contudo, não adquiriu jurisdição sobre a Judeia por real conquista até o ano 63 a.C.

Na volta de Pompeu de sua expedição contra Mitrídates Eupator, rei do Ponto, dois concorrentes, Hircano e Aristóbulo, lutavam pela coroa da Judeia. Sua causa foi apresentada a Pompeu, que logo percebeu a injustiça das pretensões de Aristóbulo, mas desejava protelar a decisão do assunto para depois de sua há muito desejada expedição à Arábia. Prometeu então voltar e estabelecer seus negócios da maneira mais justa e adequada. Aristóbulo, sondando os reais sentimentos de Pompeu, voltou depressa à Galileia, armou seus súditos e preparou-se para uma vigorosa defesa, determinado a manter a coroa a qualquer custo, que ele previu seria adjudicada a outro. Depois de sua campanha contra o rei Aretas, Pompeu soube dos preparativos bélicos e marchou contra a Judeia. Quando ele se aproximou de Jerusalém, Aristóbulo começou a arrepender-se de seu procedimento e procurou acomodar os negócios, prometendo inteira submissão e grandes somas de dinheiro. Pompeu aceitou esta oferta e mandou Gabino com um destacamento de soldados para receber o dinheiro. Mas quando o lugar-tenente chegou a Jerusalém, encontrou as portas fechadas e foi-lhe dito do alto das muralhas que a cidade não manteria o acordo.

Pompeu, para não ser enganado assim com impunidade, aprisionou Aristóbulo e imediatamente marchou contra Jerusalém com todo o seu exército. Os partidários de Aristóbulo queriam defender o lugar; os de Hircano preferiam abrir as portas. Sendo estes a maioria, prevaleceram, e a Pompeu foi dada livre entrada na cidade. Nisso os adeptos de Aristóbulo retiraram-se para os montes do templo, tão plenamente determinados a defender esse lugar que Pompeu se viu obrigado a sitiá-lo. Ao fim de três meses foi feita no muro uma brecha suficiente para um assalto e o lugar foi tomado ao fio da espada. Na terrível matança que se seguiu, 12.000 pessoas foram mortas. Era um espetáculo impressionante, observa o historiador, ver os sacerdotes, na ocasião empenhados no serviço

divino, com mão calma e firme propósito de prosseguir em sua obra costumeira, aparentemente inconscientes do selvagem tumulto, embora seu próprio sangue estivesse sendo misturado com o dos sacrifícios que ofereciam.

Tendo posto fim à guerra, Pompeu demoliu os muros de Jerusalém, transferiu várias cidades da jurisdição da Judeia para a Síria e impôs tributo aos judeus. Assim, pela primeira vez Jerusalém foi colocada mediante conquista nas mãos daquela potência que havia de manter a “terra gloriosa” em suas garras de ferro até que a houvesse consumido.

VERSÍCULO 17: Resolverá vir com a força de todo o seu reino, e entrará em acordo com ele, e lhe dará uma jovem em casamento, para destruir o seu reino; isto, porém, não vingará, nem será para a sua vantagem.

Tomás Newton dá outra interpretação a este versículo, que parece mais claramente expressar o sentido: “Ele também voltará o rosto a entrar pela força em todo o reino” (*Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 356).

Roma invade o reino do sul — O versículo 16 nos levou até a conquista da Síria e a Judeia pelos romanos. Roma havia anteriormente vencido a Macedônia e a Trácia. O Egito era agora tudo que restou do “todo o reino” de Alexandre, que não tivesse sido reduzido à sujeição ao poder romano. Roma decidiu então a entrar pela força na terra do Egito.

Ptolomeu Auletes morreu em 51 a.C. Deixou a coroa e o reino do Egito à mais velha de suas filhas sobreviventes, Cleópatra, e a seu filho mais velho, Ptolomeu III, menino de 9 ou 10 anos. Ordenava em seu testamento que eles deveriam casar-se e reinar conjuntamente. Como eram jovens, foram colocados sob a tutela dos romanos. O povo romano aceitou o encargo e nomeou Pompeu tutor dos jovens herdeiros do Egito.

Logo surgiu uma querela entre Pompeu e Júlio César, uma disputa que culminou na famosa batalha de Farsália. Derrotado, Pompeu fugiu para o Egito. César imediatamente o seguiu até lá, mas antes de sua chegada Pompeu foi vilmente assassinado por instigação de Ptolomeu. César assumiu então a tutela de Ptolomeu e Cleópatra. Ele encontrou o Egito em comoção por distúrbios internos, pois Ptolomeu e Cleópatra tornaram-se mutuamente hostis, visto que ela ficou privada de sua parte no governo.

Crescendo diariamente as dificuldades, César achou sua pequena força insuficiente para manter sua posição e, não podendo sair do Egito por causa do vento norte que soprava naquela estação, mandou vir da Ásia todas as tropas que ele tinha naquela região.

Júlio César decretou que Ptolomeu e Cleópatra desobrigassem seus exércitos, comparecessem diante dele para liquidar suas diferenças e acatarem sua decisão! Sendo o Egito um reino independente, este decreto foi considerado uma afronta à sua dignidade real, e os egípcios enfurecidos, recorreram às armas. César

respondeu que agia autorizado pelo testamento do pai dos príncipes, Ptolomeu Auletes, que colocava seus filhos sob a tutela do senado e povo de Roma.

A questão foi finalmente apresentada diante dele, e advogados foram nomeados para defender a causa das respectivas partes. Cleópatra, conhecendo o ponto fraco do grande general romano, decidiu comparecer perante ele em pessoa. Para chegar à presença dele sem ser vista, ela recorreu à seguinte estratégia: Deitou-se de corpo inteiro numa trouxa de roupas dentro da qual a embrulhou Apolodoro, seu servo siciliano; e depois de atar o fardo com uma tenaz, ergueu-a em seus hercúleos ombros e se dirigiu ao alojamento de César. Alegando ter um presente para o general romano, foi admitido à presença de César e depositou o fardo a seus pés. Quando César desatou essa trouxa animada, eis que a bela Cleópatra se pôs diante dele.

Quanto a este incidente, diz F. E. Adcock:

Cleópatra tinha direito de ser ouvida se César fosse o juiz, e buscou chegar à cidade e encontrar um barqueiro que a levasse até ele. Veio, viu e venceu. Às dificuldades militares que havia para retirar-se ante o exército egípcio, acrescentou-se o fato de que César já não queria ir. Tinha mais de 50 anos, mas conservava uma susceptibilidade imperiosa que evocava a admiração de seus soldados. Cleópatra tinha 22 anos, era tão ambiciosa e de tão elevada têmpera como o próprio César, e resultou ser uma mulher a qual podia compreender, admirar e amar (*The Cambridge Ancient History*, vol. 9, p. 670).

César finalmente decretou que o irmão e a irmã ocupassem o trono juntamente, de acordo com a intenção do testamento. Potinus, o principal ministro de estado, tendo sido o instrumento responsável da expulsão de Cleópatra do trono, temeu o resultado de sua restauração. Por isso ele começou a despertar ciúme e hostilidade contra César, insinuando entre o populacho que se propunha dar todo o poder a Cleópatra. Não tardou a estalar uma sedição. Os egípcios buscaram destruir a frota romana. César revidou queimando a deles. Visto que alguns dos navios incendiados foram impelidos contra o cais, vários dos edifícios da cidade pegaram fogo e a famosa biblioteca de Alexandria, contendo cerca de 400.000 volumes, foi destruída. Antipater, o Idumeu, juntou-se a ele, com 3.000 judeus. Estes, que dominavam os desfiladeiros que davam entrada ao Egito, permitiram que passasse o exército romano sem interrupção. A chegada desse exército de judeus sob Antipater ajudou a decidir a contenda.

Uma batalha decisiva foi travada perto do Nilo, entre as frotas do Egito e de Roma, resultando uma completa vitória de César. Ptolomeu, tentando escapar, se afogou no rio. Alexandria e todo o Egito se submeteram ao vencedor. Roma tinha entrado agora em todo o reino original de Alexandre e o havia absorvido.

A referência que em algumas versões faz aqui aos “justos”, significa sem dúvida os judeus, que deram a Júlio César a ajuda já mencionada. Sem isso ele teria fracassado; graças a ela, subjugou completamente o Egito no ano 47 a.C.

“Uma filha das mulheres, para a corromper” (Almeida RC) foi Cleópatra, que tinha sido a querida de César, e lhe dera um filho. O feitiço da rainha o manteve mais tempo no Egito do que seus negócios requeriam. Passava noites inteiras em banquetes e orgias com a rainha dissoluta. “Mas ela não subsistirá, nem será para ele” (Almeida RC), dissera o profeta. Cleópatra uniu-se depois a Antônio, o inimigo de César Augusto, e exerceu todo o seu poder contra Roma.

VERSÍCULO 18: Depois, se voltará para as terras do mar e tomará muitas; mas um príncipe fará cessar-lhe o opróbrio e ainda fará recair este opróbrio sobre aquele.

A guerra que sustentaria na Síria e Ásia Menor contra Farnaces, rei do Bósforo Cimeriano, expulsou Júlio César do Egito. “Na sua chegada onde estava o inimigo”, diz Prideaux, “sem dar qualquer sossego a si mesmo ou a eles, imediatamente os atacou e obteve absoluta vitória sobre eles. Por causa disso escreveu a um amigo nestas três palavras: *Veni, vidi, vici!* (Vim, vi e venci)” (Humphrey Prideaux, *The Old Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 312).

A última parte deste versículo está envolta em certa obscuridade e há divergência de opinião quanto à sua aplicação. Alguns a aplicam a um momento anterior da vida de César, e pensam ver seu cumprimento em sua disputa com Pompeu. Mas outros eventos anteriores e posteriores na profecia nos compelem a buscar o cumprimento desta parte da predição entre a vitória sobre Farnaces e a morte de César em Roma, como apresentada no versículo seguinte.

VERSÍCULO 19: Então, voltará para as fortalezas da sua própria terra; mas tropeçará, e cairá, e não será achado.

Depois de sua conquista da Ásia Menor, César derrotou os últimos fragmentos que restaram do partido de Pompeu, sob Catão e Cipião na África, e sob Labieno e Varus na Espanha. Voltando a Roma, as “fortalezas de sua própria terra”, foi feito ditador perpétuo. E lhe foram concedidos outros poderes e honras que o tornaram de fato soberano de todo o império. Mas o profeta dissera que ele tropeçaria e cairia. A linguagem empregada implica que sua queda seria súbita e inesperada, como a de uma pessoa que acidentalmente tropeça em seu caminho. E assim este homem, que havia lutado e ganho cinquenta batalhas e tomado mil cidades, caiu, não no fragor da batalha, mas quando ele pensava que seu caminho fosse plano e que o perigo estava afastado.

À véspera da partida, César jantou com Lépido e, enquanto os hóspedes estavam sentados diante do vinho, alguém perguntou: “De que morte é melhor morrer?” César que estava ocupado assinando

cartas disse: “De morte repentina.” Às doze do dia seguinte, apesar dos sonhos e predições, sentou-se em sua cadeira no Senado, rodeado de homens a quem atendera, dado posição e salvo. Ali foi ferido, e lutou até cair aos pés da estátua de Pompeu (*The Cambridge Ancient History*, vol. 9, p. 738).

Assim tropeçou de repente, caiu, e não apareceu mais, em 44 a.C.

VERSÍCULO 20: Levantar-se-á, depois, em lugar dele, um que fará passar um exator pela terra mais gloriosa do seu reino; mas, em poucos dias, será destruído, e isto sem ira nem batalha.

Aparece Augusto, o exator — Otávio sucedeu a seu tio Júlio que o havia adotado. Anunciou publicamente esta adoção pelo tio e tomou seu nome. Uniu-se com Marco Antônio e Lépido para vingar a morte de Júlio César. Os três organizaram uma forma de governo chamado triunvirato. Ao Otávio ser estabelecido firmemente no império, o senado conferiu-lhe o título de “Augusto”, e tendo agora morto os outros membros do triunvirato, ele se tornou supremo governante.

Foi na verdade um exator — Lucas, falando do que aconteceu no tempo em que Cristo nasceu, diz: “E sucedeu naqueles dias, que saiu um decreto da parte de César Augusto ordenando que todo mundo se alistasse.” Lucas 2:1. Era evidentemente para a cobrança de impostos, como indicam certas versões. Durante o reinado de Augusto, “impuseram-se novas contribuições; uma quarta parte da renda anual de todos os cidadãos e um tributo capital de um oitavo de todos os livres” (*The Cambridge Ancient History*, vol. 9, p. 738).

Estava “na glória do reino” — Roma chegou ao pináculo de sua grandeza e poder durante a era de Augusto. O império jamais viu uma era mais esplendorosa. Reinava a paz, mantinha-se a justiça, freava-se o luxo, confirmava-se a disciplina e se incentivava o ensino. Durante seu reino, o templo de Janus foi fechado três vezes, significando que todo o mundo estava em paz. Desde a fundação do Império Romano esse templo havia sido fechado só duas vezes antes. Nesse momento auspicioso nosso Senhor nasceu em Belém de Judeia. Em pouco menos de dezoito anos depois de apresentado o censo mencionado, quer dizer apenas “poucos dias” ao distante olhar do profeta, Augusto morreu, não em ira nem em batalha, mas pacificamente em seu leito, em Nola, aonde ele fora buscar repouso e saúde, em 14 d.C., aos 76 anos de idade.

VERSÍCULO 21: Depois, se levantará em seu lugar um homem vil, ao qual não tinham dado a dignidade real; mas ele virá caladamente e tomará o reino, com intrigas.

Tibério corta o Príncipe da aliança — Tibério César sucedeu a César Augusto no trono romano. Foi elevado ao consulado aos 29 anos de idade. A história nos diz que quando Augusto estava para nomear seu sucessor, sua esposa Lúvia pediu que ele nomeasse Tibério, seu filho com o marido anterior.

Mas o imperador disse: “Seu filho é demasiado vil para usar a púrpura de Roma.” Preferiu a Agripa, cidadão romano virtuoso e muito respeitado. Mas a profecia tinha predito que “um homem vil” sucederia Augusto. Agripa morreu e Augusto ainda estava com necessidade de escolher sucessor. Lúvia renovou sua intercessão em favor de Tibério, e Augusto, enfraquecido pela idade e a doença, foi mais facilmente lisonjeado e finalmente concordou em nomear, como colega e sucessor, aquele jovem “vil”. Mas os cidadãos nunca lhe deram o amor, o respeito e a “dignidade real” devidos a um soberano íntegro e fiel.

Quão claro cumprimento é isso da predição de que não lhe dariam a dignidade real! Mas ele havia de entrar pacificamente e obter o reino por meio de lisonjas. Vejamos como isso se cumpriu:

Durante o restante da vida de Augusto, ele [Tibério] se portou com grande prudência e habilidade, concluindo uma guerra com os germanos de tal maneira que mereceu triunfo. Após a derrota de Varo e suas legiões, foi mandado a impedir o avanço dos vitoriosos germanos e atuou naquela guerra com igual espírito e prudência. Ao morrer Augusto, ele o sucedeu (14 d.C.) sem oposição, na soberania do império, a qual com sua característica de dissimulação, fingiu declinar, até repetidamente solicitado pelo senado servil (*American Encyclopedia*, ed. 1849, vol. 12, p. 251, art. “Tibério”).

Dissimulação de sua parte, lisonja da parte do senado servil e uma posse do reino sem oposição — tais foram as circunstâncias que acompanharam sua ascensão ao trono e cumpriram a profecia.

O personagem apresentado no texto é chamado “um homem vil”. Foi esse o caráter de Tibério? Outro parágrafo da Enciclopédia responde:

Tácito registra os eventos de seu reinado, inclusive a suspeita morte de Germânico, a detestável administração de Sejano, o envenenamento de Druso, com toda a extraordinária mistura de tirania com a sabedoria e bom senso que ocasionalmente distinguiram a conduta de Tibério, até seu infame e dissoluto afastamento (26 d.C.) para a ilha de Capri, na baía de Nápoles, para não mais voltar a Roma. [...] O restante do reinado deste tirano é pouco mais que uma enfadonha narrativa de servilismo por um lado e de despótica ferocidade por outro. Que ele mesmo suportou tanta miséria quanto infligiu a outros, é evidente pelo seguinte início de uma de suas cartas ao senado: “O que vos escreverei, pais conscritos, ou o que não escreverei, ou por que devia escrevê-lo, que os deuses e as deusas me castiguem mais do que eu sinto diariamente que eles estão fazendo, se posso dizer!” “Que tortura mental”, observa Tácito, com referência a esta passagem, “que pôde arrancar tal confissão!” (Idem)

Se a tirania, a hipocrisia, a orgia e a embriaguez ininterruptas são traços e práticas que mostram ser um homem vil, Tibério exibiu esse caráter com perfeição.

VERSÍCULO 22: As forças inundantes serão arrasadas de diante dele; serão quebrantadas, como também o príncipe da aliança.

Tomás Newton apresenta a seguinte interpretação como mais de acordo com o original: “E os braços do que inunda serão superados diante dele e serão quebrados” (*Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 363). Isso significa revolução e violência; e como cumprimento veremos os braços de Tibério ser suplantados ou, em outras palavras, vê-lo sofrer morte repentina. Para mostrar como isso se realizou, recorremos de novo à Enciclopédia Americana, verbete Tibério:

Agindo como hipócrita até o fim, ele disfarçou sua crescente debilidade tanto quanto pôde, fingindo até participar dos esportes e exercícios dos soldados de sua guarda. Finalmente, deixando sua ilha favorita, cenário das mais desgastantes orgias, ele parou numa casa de campo perto do promontório de Micenum, onde, em 16 de março de 37 d.C., caiu numa letargia em que pareceu morto. Calígula se estava preparando com uma numerosa escolta para tomar posse do império, quando seu súbito despertar deixou a todos em consternação. Nesse instante crítico, Macro, o prefeito pretoriano o fez ser sufocado com travesseiros. Assim expirou universalmente execrado o imperador Tibério aos 68 anos de idade, no vigésimo terceiro de seu reinado (*American Encyclopedia*, ed. 1849, vol. 12, p. 251, 252, art. “Tibério”)

Depois de levar-nos até a morte de Tibério, o profeta menciona um acontecimento que se produziria durante o reinado, tão importante que não devia ser passado por alto. É o quebrantamento do Príncipe da aliança, ou seja, a morte de nosso Senhor Jesus Cristo, “o Messias Príncipe”, que por uma semana havia de confirmar a aliança com Seu povo.

Segundo a Escritura, a morte de Cristo ocorreu no reinado de Tibério. Lucas nos informa que no décimo quinto ano do reinado de Tibério César, João Batista começou seu ministério (Lucas 3:1-3). O reinado de Tibério deve ser computado, segundo Prideaux (*The Old Testament Connected on the History of the Jews*, vol. 2, p. 423), o Dr. Hales (*A New Analysis of Chronology*, vol. 3, p. 1), e outros, o reinado de Tibério deve contar-se desde sua elevação ao trono para reinar junto com Augusto, seu padasto, em agosto do ano 12 a.C. Seu décimo quinto ano seria, portanto, de agosto de 26 d.C. a agosto de 27 d.C. Cristo era seis meses mais jovem que João, e se supõe que Ele começou Seu ministério seis meses mais tarde, visto que ambos, se acordo com a lei do sacerdócio, iniciavam sua obra quando tinham trinta anos de idade. Se João começou seu ministério na primavera, na última parte do décimo quinto ano de Tibério, isso colocaria o início do ministério de Cristo no outono de 27

d.C. E justamente aqui as melhores autoridades colocam o batismo de Cristo, sendo o ponto exato onde terminaram os 483 anos que desde 457 a.C. deviam estender-se até o Messias, o Príncipe. Então Cristo saiu a proclamar que o tempo estava cumprido. Deste ponto avançamos três anos e meio para achar a data da crucifixão, pois Cristo assistiu a quatro Páscoas e foi crucificado na quarta. Três anos e meio mais, contando do outono de 27 d.C., nos levam à primavera de 31 d.C. A morte de Tibério ocorreu apenas seis anos mais tarde, em 37 d.C. (Ver comentários sobre Daniel 9:25-27).

VERSÍCULO 23: Apesar da aliança com ele, usará de engano; subirá e se tornará forte com pouca gente.

Roma entra em coligação com os judeus — O pronome “ele” referente à pessoa com quem se faz a aliança, deve ser o mesmo poder que tem sido o assunto da profecia a partir do versículo 14: o Império Romano. Que este é o caso é demonstrado no cumprimento da profecia em três personagens, que sucessivamente governaram o império romano: Júlio César, Augusto e Tibério.

Tendo nos levado através dos eventos da história secular do Império Romano até o fim das setenta semanas de Daniel 9:24, o profeta leva-nos de volta ao tempo em que os romanos se tornaram diretamente ligados ao povo de Deus, pela coligação com os judeus, em 161 a.C. Desse ponto somos levados numa linha direta de eventos até o triunfo final da igreja e o estabelecimento do reino eterno de Deus. Os judeus, sendo gravemente oprimidos pelos reis sírios, enviaram um embaixador a Roma, para solicitar o auxílio dos romanos e unir-se numa “liga de amizade e confederação com eles” (Ver 1 Macabeus 8; Humphrey Prideaux, *The Old and New Testament Connected of the Jews*, vol. 2, 166). Os romanos atenderam o pedido dos judeus e lhes outorgaram um decreto, nestas palavras:

“O decreto do senado acerca de uma liga de assistência e amizade com a nação dos judeus. Não será legítimo a nenhum súdito dos romanos fazer guerra à nação dos judeus, nem ajudar os que a fazem, seja pelo envio de trigo, navios ou dinheiro. Se algum ataque se fizer aos judeus, os romanos os assistirão o quanto puderem; e também se algum ataque for feito aos romanos, os judeus os ajudarão. E se os judeus pretenderem acrescentar ou tirar alguma coisa desta liga de assistência, isso se fará com o consenso dos romanos. E qualquer acréscimo assim feito vigorará.” Este decreto foi escrito por Eupolemus, o filho de João, e por Jason, o filho de Eleazar, quando Judas era sumo sacerdote da nação e Simão, seu irmão, general do exército. Esta foi a primeira liga que os romanos fizeram com os judeus e foi administrada desta maneira (Flávio Josefo, *Antiguidades Judaicas*, livro 12, cap. 10, se. 6).

Nesse tempo os romanos eram um pequeno povo e começaram a agir enganosamente, ou com astúcia, como a palavra significa. E deste esse tempo foram-se elevando constante e rapidamente até chegar ao apogeu do poder.

VERSÍCULO 24: Virá também caladamente aos lugares mais férteis da província e fará o que nunca fizeram seus pais, nem os pais de seus pais: repartirá entre eles a presa, os despojos e os bens; e maquinará os seus projetos contra as fortalezas, mas por certo tempo.

Antes dos dias de Roma, as nações entravam em valiosas províncias e rico território por guerra e conquista. Roma ia agora fazer o que não tinha sido feito pelos pais ou os pais dos pais, ou seja, receber estas aquisições por meios pacíficos. Inaugurou-se então o costume de que os reis deixassem por legação seus reinos aos romanos. Roma entrou na posse de grandes províncias desta maneira.

Os que assim passavam a depender de Roma obtinham grande vantagem. Eram tratados com bondade e indulgência. Era como se a presa e o despojo fossem distribuído entre eles. Foram protegidos de seus inimigos e descansaram em paz e segurança sob a égide do poder romano.

Até a última parte deste versículo, Tomás Newton dá a ideia de formar desígnios *desde* as fortalezas, em vez de *contra* elas. Isto os romanos fizeram desde a poderosa fortaleza de sua cidade fortificada de sete colinas. “Mesmo por um tempo”, sem dúvida um período profético, de 360 anos. De que ponto estes anos devem ser datados? Provavelmente do acontecimento apresentado no versículo seguinte.

VERSÍCULO 25: Suscitará a sua força e o seu ânimo contra o rei do Sul, à frente de grande exército; o rei do Sul sairá à batalha com grande e mui poderoso exército, mas não prevalecerá, porque maquinarão projetos contra ele.

Roma contende com o rei do sul — Os versículos 23 e 24 nos levam a desde a liga entre os judeus e os romanos, em 161 a.C., até o tempo em que Roma adquiriu domínio universal. O versículo agora em estudo nos apresenta uma vigorosa campanha contra o rei do sul, o Egito, e uma grande batalha entre poderosos exércitos. Ocorreram tais eventos na história de Roma por esse tempo? Sim. Houve uma guerra entre o Egito e Roma e a batalha foi a de Actium. Consideremos brevemente as circunstâncias que conduziram a este conflito.

Marco Antônio, César Augusto e Lépido constituíram o Triunvirato que jurara vingar a morte de Júlio César. Antônio tornou-se cunhado de Augusto ao casar-se com sua irmã Otávia. Foi enviado ao Egito em missão governamental, mas caiu vítima dos encantos de Cleópatra, a dissoluta rainha. Tão avassaladora foi a paixão que por ela concebeu que finalmente abraçou os interesses egípcios, repudiou sua esposa Otávia, para agradar Cleópatra, e concedeu a esta uma província após outra. Celebrou um triunfo em Alexandria em vez de em Roma e cometeu outras tanta afrontas contra o povo romano, que Augusto não teve difi-

culdade em levar este povo a empreender uma vigorosa guerra contra o Egito. A guerra era ostensivamente contra o Egito e Cleópatra, mas era realmente contra Antônio, que estava agora à frente dos negócios egípcios. A verdadeira causa de seu conflito era, diz Prideaux, que nenhum deles podia contentar-se com apenas metade do império romano. Lépido tinha sido deposto do Triunvirato, os dois se repartiam o governo do império. Cada qual, estando determinado a possuir o todo, lançaram a sorte da guerra.

Antônio reuniu sua esquadra em Samos. Quinhentos navios de guerra, de extraordinário tamanho e estrutura, tendo vários tombadilhos, um acima do outro, com torres na proa e na popa, formavam um imponente e formidável aparato. Esses navios transportavam 125.000 soldados. Os reis da Líbia, Cilícia, Capadócia, Papflagonia, Comagena e Trácia estavam lá pessoalmente; e os do Ponto, da Judeia, Licaônia, Galácia e Média, mandaram suas tropas. O mundo raramente vira mais esplêndido e movimentado espetáculo militar que esta frota de navios de guerra, quando estendiam suas velas e se moviam sobre o seio do mar. Superando a todos em magnificência chegou a galera de Cleópatra, que flutuava como um palácio de ouro sob uma nuvem de velas purpúreas. Suas bandeiras e bandeirolas ao vento, trombetas e outros instrumentos de guerra, fizeram os céus ressoar com notas de alegria e triunfo. Antônio seguia logo atrás numa galera de quase igual magnificência.

Augusto, por outro lado, exibiu menos pompa, porém, mais utilidade. Ele tinha apenas metade de navios em relação aos de Antônio e apenas 80.000 infantas. Mas eram todos homens escolhidos e a bordo de sua frota só havia marinheiros experientes, ao passo que Antônio, não encontrando marinheiros suficientes, tinha sido obrigado manobrar seus navios com artesãos de toda classe, homens inexperientes e mais bem adequados para atrapalhar do que para prestar real serviço em tempo de batalha. Como se tinha consumido grande parte da estação nestes preparativos, Augusto ordenou a seus navios que se reunissem em Brundisi, e Antônio em Corcira, até o ano seguinte.

Na primavera, ambos os exércitos se puseram em movimento, por terra e por no mar. As frotas finalmente entraram no Golfo de Ambrácia, no Egito, e as forças terrestres foram dispostas em cada margem, plenamente visíveis. Os mais experientes generais de Antônio o aconselhavam a não arriscar uma batalha naval com seus marujos inexperientes, mas que mandasse Cleópatra de volta ao Egito, ir apressadamente à Trácia ou à Macedônia, e confiar o desfecho a suas forças terrestres, que eram tropas veteranas. Mas ele, ilustrando o velho adágio: “A quem Deus quer destruir, primeiro enlouquece”, deixou prevalecer sua vaidade por Cleópatra, e parecia apenas desejoso de agradar a ela. Esta, confiando só em aparências, considerava sua frota invencível e aconselhou ação imediata.

A batalha foi travada em 2 de setembro de 31 a.C., na foz do golfo de Ambrácia, perto da cidade de Actium. O que estava em jogo entre estes rudes

guerreiros, Antônio e César, era o domínio do mundo. O conflito, indubitavelmente longo, foi finalmente decidido pela conduta de Cleópatra. Assustada pelo calor da batalha, fugiu quando não havia perigo, levando após si toda a frota egípcia, que contava com 60 navios. Antônio, ao ver esse movimento e esquecendo de tudo, menos por sua cega paixão por ela, seguiu-a precipitadamente, e entregou a Augusto uma vitória, que ele poderia ter obtido se suas forças egípcias lhe tivessem sido leais, ou se ele se tivesse sido fiel a sua própria honra.

Essa batalha assinala, sem dúvida, o início do “tempo” mencionado no versículo 24. Como durante este “tempo” planos deviam ser lançados desde a fortaleza, ou Roma, devemos concluir que no fim daquele período cessaria a supremacia ocidental, ou ocorreria no império uma mudança tal que aquela cidade não mais seria considerada a sede do governo. De 31 a.C., um tempo profético, ou 360 anos, nos traria ao ano 330 d.C. E torna-se um fato digno de nota que a sede do império foi removida de Roma para Constantinopla por Constantino, o Grande nesse mesmo ano (Ver *American Encyclopedia*, verbete Constantinopla).

Versículo 26: Os que comerem os seus manjares o destruirão, e o exército dele será arrasado, e muitos cairão traspassados.

Antônio foi abandonada por seus aliados e amigos, os que comiam seus manjares. Cleópatra, como já foi descrito, subitamente se retirou da batalha, levando sessenta navios de linha. O exército terrestre, desgostado com a enfação de Antônio, passou-se para Augusto, que recebeu os soldados de braços abertos. Quando Antônio chegou à Líbia achou que as forças que lá havia deixado sob Scarpus para guardar a fronteira, se haviam debandado para César e no Egito suas forças se renderam. Em raiva e desespero, tirou a própria vida.

VERSÍCULO 27: Também estes dois reis se empenharão em fazer o mal e a uma só mesa falarão mentiras; porém isso não prosperará, porque o fim virá no tempo determinado.

Antônio e Augusto foram anteriormente aliados. Contudo, sob o disfarce da amizade, ambos aspiravam ao domínio universal e lutavam para conseguí-lo. Seus protestos de amizade mútuas eram expressões de hipócritas. Falavam mentiras numa só mesa. Otávia, mulher de Antônio e irmã de Augusto, declarou ao povo de Roma, quando Antônio se divorciou dela, que ela havia consentido em desposá-lo com a única esperança de que isso garantiria a união entre Antônio e Augusto. Mas esse recurso não prosperou. Veio a ruptura e, no conflito que se seguiu, Augusto saiu inteiramente vitorioso.

VERSÍCULO 28: Então, o homem vil tornará para a sua terra com grande riqueza, e o seu coração será contra a santa aliança; ele fará o que lhe aprouver e tornará para a sua terra.

Aqui se apresentam dois retornos de conquista estrangeira. O primeiro produziu-se após os eventos narrados nos versículos 26 e 27, e o segundo, depois que aquele poder indignou-se contra a santa aliança e realizou suas façanhas. A

primeira vez foi na volta de Augusto de sua expedição ao Egito contra Antônio. Voltou a Roma com abundantes honras e riquezas, pois, “nesse tempo eram tão vastas as riquezas levadas do Egito a Roma na conquista desse país e de lá voltou Otaviano [Augusto] e seu exército, e os preços de víveres e todas as mercadorias dobraram” (*The Old and the New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 380).

Augusto celebrou suas vitórias em três dias de triunfo. Cleópatra seria agraciada como um dos cativos reais, se não se houvesse ardilosamente feito picar fatalmente por um áspide.

Roma destrói Jerusalém — O seguinte grande empreendimento dos romanos após a derrota do Egito foi a expedição contra a Judeia e a captura e destruição de Jerusalém. A santa aliança é sem dúvida a aliança que Deus tem mantido com Seu povo sob formas diferentes, em diferentes eras do mundo. Os judeus rejeitaram a Cristo e, de acordo com a profecia de que todos os que não ouvissem o Profeta seriam cortados, foram lançados fora de sua própria terra e espalhados entre todas as nações da Terra. Enquanto judeus e cristãos igualmente sofreram sob as opressoras mãos dos romanos, foi, sem dúvida, especialmente na redução da Judeia, que foram expostas as façanhas mencionadas no texto sagrado.

Sob Vespasiano os romanos invadiram a Judeia e tomaram as cidades da Galileia: Corazim, Betsaida e Capernaum, onde Cristo fora rejeitado. Destruíram os habitantes e nada deixaram senão ruína e desolação. Tito sitiou Jerusalém, e abriu uma trincheira ao seu redor, conforme a predição do Salvador. Seguiu-se uma fome terrível. Moisés havia predito que terríveis calamidades sobreviriam aos judeus, se eles se apartassem de Deus. Fora profetizado que até a mulher e delicada comeria seus próprios filhos no aperto do cerco (Deuteronômio 28:52-55). Sob o cerco de Jerusalém por Tito, ocorreu literal cumprimento desta predição. Ao ouvir o relato desses atos desumanos, mas esquecendo que era ele que os estava impelindo a tais extremos de loucura, Tito jurou eterna extirpação da cidade maldita e seu povo.

Jerusalém caiu no ano 70 d.C. Em honra a si mesmo, o comandante romano determinara salvar o templo, mas o Senhor dissera: “Não ficará aqui pedra sobre pedra que não seja derribada” (Mateus 24:2). Um soldado romano apanhou uma tocha acesa e, subindo nos ombros de seus camaradas, atirou-a por uma das janelas ao interior da linda estrutura. Esta não tardou em incendiar-se, e os esforços desesperados dos judeus para apagar as chamas, embora secundados pelos do próprio Tito, tudo foi em vão. Vendo que o templo iria perecer, Tito entrou e retirou o candelabro, a mesa dos pães da proposição e o volume da lei, que era revestido de tecido de ouro. O candelabro foi depois depositado no Templo da paz, de Vespasiano e copiado no arco triunfal de Tito, onde ainda se vê sua mutilada imagem.

O cerco de Jerusalém durou cinco meses. Nele pereceram 1.100.000 judeus e 97.000 foram feitos prisioneiros. A cidade estava tão admiravelmente

fortificada que Tito exclamou, ao ver as ruínas: “Lutamos com a ajuda de Deus”. Foi completamente arrasada e os próprios fundamentos do templo foram arados por Tarentius Rufo. A duração total da guerra foi de sete anos, e se diz que quase um milhão e meio de pessoas foram vítimas de seus tremendos horrores.

Assim este poder realizou grandes façanhas e retornou para a sua terra.

VERSÍCULO 29: No tempo determinado, tornará a avançar contra o Sul; mas não será nesta última vez como foi na primeira.

O tempo indicado é provavelmente o tempo profético do verso 24, previamente mencionado. Terminou, como já demonstrado, em 330 d.C. e nessa data este poder se voltaria para o sul, mas não como na ocasião anterior, quando foi para o Egito, nem como depois, quando foi para a Judeia. Aquelas foram as expedições que resultaram em conquista e glória. Esta levou à desmoralização e ruína. O traslado da sede do império para Constantinopla foi o início da queda do império. Roma então perdeu o seu prestígio. A divisão ocidental ficou exposta às incursões de inimigos estrangeiros. Com a morte de Constantino, o Império Romano foi dividido entre seus três filhos: Constâncio, Constantino II e Constante. Constantino II e Constante desentenderam-se e, sendo Constante o vencedor, ganhou a supremacia de todo o Ocidente. Os bárbaros do norte agora começaram suas incursões e estenderam suas conquistas até que o poder imperial do Ocidente expirou em 476 d.C.

Versículo 30: Porque virão contra ele navios de Quitim, que lhe causarão tristeza; voltará, e se indignará contra a santa aliança, e fará o que lhe aprouver; e, tendo voltado, atenderá aos que tiverem desamparado a santa aliança.

Roma saqueada pelos bárbaros — A narrativa profética ainda faz referência ao poder que tem sido o tema da profecia desde o verso 16, ou seja, Roma. Quais foram os navios de Quitim que foram contra esta potência e quando se fez este movimento? Que país ou poder é representado por Quitim? Em Isaías 23:1 achamos esta menção: “Desde a terra de Quitim lhes foi isto revelado” (Almeida RC). Adam Clarke diz em nota a respeito:

Diz-se que as notícias da destruição de Tiro por Nabucodonosor, lhes foram levadas de Quitim, as ilhas e costas do Mediterrâneo, “pois os Tírios” — diz Jerônimo sobre o versículo 6 — quando viram que não tinham outro meio de escape, fugiram em seus navios e se refugiaram em Cartago e nas ilhas dos mares Jônio e Egeu.” [...] Assim também Jarchi no mesmo lugar (Adam Clarke, *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, p. 109, 110, nota sobre Isaías 23:1).

Travou-se alguma vez contra o Império Romano uma guerra naval que tendo Cartago como base de operação? Lembremos os terríveis ataques dos vândalos contra Roma sob o feroz Genserico, e responderemos afirmativamente.

Cada primavera saía do porto de Cartago à frente de suas numerosas e bem disciplinadas forças navais, para espalhar consternação por todas as províncias marítimas do império. Tal é a obra apresentada no versículo que estudamos; e isso fica melhor confirmado ao considerarmos que a profecia nos levou exatamente a este tempo. No versículo 29 entendemos ser mencionado o traslado da sede para Constantinopla. A seguinte revolução que se produz no curso do tempo é a que ocasionou as investidas dos bárbaros do norte, entre as quais se destacavam os vândalos e a guerra que realizavam, como já mencionado. A carreira de Genserico desenvolveu-se entre 428-468 d.C.

Os eventos “Ihe causarão tristeza; e voltará”. Isso pode referir-se aos esforços desesperados que foram feitos para desalojar Genserico da soberania dos mares, o primeiro por Majorian, e logo pelo papa Leão I, mas se demonstraram fracassos totais. Roma foi obrigada a submeter-se à humilhação de ver suas províncias saqueadas e sua “cidade eterna” pilhada pelo inimigo (Ver comentário sobre Apocalipse 8:8).

“E se indignará contra a santa aliança” — Isto se refere sem dúvida às tentativas de destruir o povo de Deus pelos ataques dirigidos às Sagradas Escrituras, o livro da aliança. Uma revolução desta natureza foi realizada em Roma. Os hérulos, godos e vândalos, que conquistaram Roma, abraçaram a fé ariana e se tornaram inimigos da Igreja Católica. Justiniano decretou que o Papa fosse a cabeça da Igreja e o corregedor dos heréticos especialmente com o propósito de exterminar essa heresia. A Bíblia logo passou a ser considerada um livro perigoso, que não devia ser lido pelo povo comum, mas todas as questões em disputas deviam ser submetidas ao Papa. Assim se desprezou a Palavra de Deus.

Diz um historiador, comentando a atitude da Igreja Católica com relação às Escrituras:

Alguém poderia pensar que a igreja de Roma tinha posto seus fiéis fora do alcance das Escrituras. Ela tinha posto o abismo da tradição entre eles e as Palavra de Deus. Afastou-os ainda mais da esfera do perigo ao prover um intérprete infalível cujo dever consiste em cuidar de que a Bíblia não expresse um sentido hostil a Roma. Mas, se isso não bastasse, trabalhou por todos os meios ao seu alcance para impedir as Escrituras cheguem de qualquer maneira às mãos de seu povo. Antes da Reforma conservou a Bíblia encerrada em uma língua morta, e se promulgaram leis severas contra sua leitura. A Reforma libertou o precioso volume. Tyndale e Lutero, o primeiro, de seu retiro de Vildorfe nos Países Baixos, e o último, das densas sombras do bosque da Turíngia, enviaram a Bíblia aos que falavam o idioma popular na Inglaterra e Alemanha. Despertou-se assim uma sede pelas Escrituras, ao que a igreja de Roma pensou ser imprudente opor-se abertamente. O Concílio de Trento promulgou sobre os livros proibidos, dez regras

que, embora aparentavam satisfazer o crescente anseio de ler a Palavra de Deus, estavam insidiosamente redigidas para freá-lo. Na quarta regra, o concílio proíbe a quem quer que leia a Bíblia sem permissão do bispo ou inquisidor, permissão que estaria baseada num certificado de seu confessor de que não corre perigo de ser prejudicado ao lê-la. O concílio acrescenta estas categóricas palavras: “Que se alguém se atreve a ler ou a ter em sua posse esse livro, sem tal permissão, não receberá a absolvição até que o tenha entregue.” A estas regras segue a bula de Pio IV, na qual se declara que os que as violem serão considerados culpados de pecado mortal. Assim a igreja de Roma buscou regular o que lhe era impossível impedir. O fato não ser permitido a nenhum seguidor do papa ler a Bíblia sem permissão não aparece nos catecismos e outros livros de uso comum entre os católicos romanos deste país; mas é incontestável que forma a lei daquela igreja. E, segundo ela, a prática uniforme dos sacerdotes de Roma, dos papas para baixo, é impedir a circulação da Bíblia; impedi-la totalmente nos países onde, como na Itália e Espanha, exerce todo o poder, e noutros países, como o nosso, até onde seu poder permite. Seu sistema uniforme é desalentar a leitura das Escrituras por todos os meios possíveis; e quando não acatam empregam a força para conseguir seus fins, não tendo atenção em empregar o poder espiritual de sua igreja e declarar que os que contrariarem a vontade de Roma nesta questão são culpados de pecado mortal (J. A. Wylie, *The Papacy*, p. 180, 181).

Os imperadores de Roma, cuja divisão oriental ainda continuava, concordavam com a Igreja de Roma, que tinha abandonado a aliança e constituía a grande apostasia, e colaboravam com ela no propósito de derrubar a “heresia”. O homem do pecado foi elevado ao seu presumível trono pela derrota dos godos arianos (em 538), que então tinham posse de Roma.

VERSÍCULO 31: Dele sairão forças que profanarão o santuário, a fortaleza nossa, e tirarão o sacrifício diário, estabelecendo a abominação desoladora.

“Poluirão o santuário, a fortaleza nossa”, ou Roma. Se isso se aplica aos bárbaros, cumpriu-se literalmente, pois Roma foi saqueada pelos godos e os vândalos, e o poder imperial do ocidente cessou pela conquista de Roma por Odoacro. Ou se se refere aos governantes do império que agiam em favor do papado contra a religião pagã e qualquer outra que se opunha ao papado, significaria a mudança da sede do império de Roma para Constantinopla, o que contribuiu grandemente para a decadência de Roma. A passagem então seria paralela a Daniel 8:11 e Apocalipse 13:2.

O papado remove “o contínuo” — Nos comentários sobre Daniel 8:13 foi mostrado que a palavra “sacrifício” é uma palavra que foi erroneamente introduzida. Deve ser “desolação”. A expressão denota um poder desolador, do qual a “abominação desoladora” é apenas a contraparte e a sucede no tempo. Portanto, parece claro que o “contínuo” foi o paganismo, e a “abominação desoladora” é o papado. Mas pode-se perguntar: Como este pode ser o papado, visto que Cristo falou dela em conexão com a destruição de Jerusalém? A resposta é: Cristo evidentemente referiu-se a Daniel 9, que prediz a destruição de Jerusalém, e não a este versículo do capítulo 11, que não se refere a tal acontecimento. Daniel, no capítulo 9, fala de desolações e abominações, no plural. Mais de uma abominação, portanto, oprime a igreja, isto é, no que concerne à igreja, tanto o paganismo, como o papado são abominações. Mas quando distinguidas uma da outra, a linguagem é restrita. Uma é a desolação “diária” e a outra é preeminentemente a transgressão ou “abominação desoladora”.

Como foi tirado o “contínuo” ou paganismo? Como isto se fala em relação com o estabelecimento da abominação desoladora, ou o papado, deve denotar, não meramente a mudança nominal da religião do império, do paganismo ao cristianismo, mas tal erradicação do paganismo de todos os elementos do império, que o caminho seria totalmente aberto para a abominação papal surgir e afirmar suas arrogantes pretensões. Tal revolução, como está claramente definida, foi realizada, mas apenas quase duzentos anos após a morte de Constantino.

Ao nos aproximarmos do ano 508 d.C., vemos uma grande crise amadurecendo entre o catolicismo e as influências pagãs ainda existentes no império. Até o tempo da conversão de Clóvis, rei de França, em 496, a França e outras nações de Roma ocidental eram pagãs. Mas em seguida a esse evento, os esforços para converter idólatras ao romanismo foram coroados de grande êxito. Diz-se que a conversão de Clóvis inicia a tendência e a atitude de conceder ao monarca francês os títulos de “Majestade Cristianíssima” e “Filho Mais Velho da Igreja”. Entre esse tempo e 508 d.C., mediante alianças, capitulações e conquistas, Clóvis submeteu as guarnições romanas do oriente, na Bretanha, e os burgúndios e os visigodos.

Do tempo em que estes acontecimentos se realizaram, em 508, o papado foi triunfante no que concerne ao paganismo, pois embora o último sem dúvida retardasse o progresso da fé católica, já não teve o poder de suprimir a fé nem impedir as usurpações do pontífice romano. Quando as potências eminentes da Europa renunciaram a seu apego ao paganismo, foi só para perpetuar suas abominações em outra forma, pois o cristianismo, como é exposto na Igreja Católica, foi e é apenas paganismo batizado.

A situação da sede de Roma era também peculiar naquele tempo. Em 498, Símaco ascendeu ao trono pontifical, sendo recém-converso do paganismo. Chegou à cadeira papal, lutando com seu competidor até o sangue. Recebeu adulação como o sucessor de São Pedro e feriu a tônica da assunção papal por

pretender excomungar o imperador Anastácio (Luis E. Dupin, *A New History of Ecclesiastical Writers*, vol. 5, p. 1-3). Os mais servis adulares do Papa começaram então a sustentar que ele foi constituído juiz no lugar de Deus e que era o vice-gerente do Altíssimo.

Tal foi a tendência dos eventos no ocidente. Qual era a condição que reinava no oriente? Agora existia um forte partido papal em todas as partes do império. Os adeptos desta causa em Constantinopla, animados pelo êxito de seus irmãos no ocidente, achavam que chegara o momento de anunciar francas hostilidades em favor de seu senhor em Roma.

Note-se que pouco depois de 508, o paganismo tinha de tal modo declinado e o catolicismo havia adquirido tanta força, que pela primeira vez a Igreja Católica travou com êxito uma guerra, tanto contra a autoridade civil do império quanto contra a igreja do oriente, que tinha na maioria abraçado a doutrina monofisista, que Roma tinha por heresia. O zelo dos partidários culminou num torvelinho de fanatismo e guerra civil, que varreu Constantinopla com fogo e sangue. O resultado foi o extermínio de 65.000 hereges. Uma citação de Gibbon, tirada de seu relato dos eventos ocorridos entre 508 e 518, demonstrará a intensidade de tal guerra:

Foram quebradas as estátuas do imperador, e este teve que esconder-se em pessoa num subúrbio até que, no fim de três dias, atreveu-se a implorar a misericórdia de seus súditos. Sem a diadema e na postura de um suplicante, Anastácio apresentou-se no trono do circo. Os católicos cantaram em sua face o que lhes era o verdadeiro Trisságio e se alegraram pelo oferta (que ele proclamou pela voz de um arauto) de abdicar a púrpura. Escutaram a advertência de que, visto que todos não podiam reinar, deviam estar previamente de acordo na eleição de um soberano, e aceitaram o sangue de dois ministros impopulares, os quais seu amo, sem vacilar, condenaram aos leões. Estas revoltas furiosas mas passageiras eram estimuladas pelo êxito de Vitalino que, com um exército de hunos e búlgaros, na maioria idólatras, declarou-se campeão da fé católica. Nesta piedosa rebelião despovoou a Trácia, cercou Constantinopla, exterminou 65.000 cristãos até obter o relevo dos bispos, a satisfação do papa, e o estabelecimento do concílio de Calcedônia, um tratado ortodoxo, assinado de má vontade pelo moribundo Anastácio, e executado mais fielmente pelo tio de Justiniano. Tal foi o desenrolar da primeira das guerras religiosas que se travaram em nome e pelos discípulos do Deus da paz (Eduardo Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 47, p. 526).

Cremos ter deixado claro que o contínuo foi tirado em 508. Isso ocorreu como preparatório para o estabelecimento do papado, que foi um evento separado e subsequente, do que a narrativa profética agora nos leva a falar.

O papado estabelece uma abominação “[...] estabelecendo a abominação desoladora” — Tendo mostrado plenamente o que constituía a remoção do contínuo ou paganismo, agora indagamos: Quando foi estabelecida a abominação desoladora, ou o papado? O chifre pequeno que tinha olhos como os olhos de homem não tardou a ver quando estava preparado o terreno para seu avanço e elevação. Desde o ano 508 seu progresso para a supremacia universal foi sem paralelo.

Quando Justiniano estava para começar a guerra contra os vândalos, em 533, empresa de não pequena magnitude e dificuldade, desejou assegurar a confiança do bispo de Roma, que havia chegado a uma posição que em sua opinião tinha grande peso em grande parte da cristandade. Justiniano, portanto, se encarregou de decidir a contenda que havia muito existia entre as sedes de Roma e Constantinopla quanto a qual deve ter a precedência. Deu a preferência a Roma em uma carta que dirigiu oficialmente ao papa, declarando, nos termos mais plenos e inequívocos, que o bispo daquela cidade seria a cabeça de todo o corpo eclesiástico do império.

A carta de Justiniano diz:

Justiniano, vencedor, piedoso, afortunado, notável, triunfante, sempre Augusto, a João, o santíssimo arcebispo e patriarca da nobre cidade de Roma.

Prestando honra à sede apostólica e a Vossa Santidade, como tem sido sempre e é nosso desejo, e honrando Vossa Beatitude como pai, apressamo-nos a levar ao conhecimento de Vossa Santidade todas as questões relativas ao estado das igrejas, visto que tem sido em todos os tempos nosso grande desejo preservar a unidade de vossa Sede Apostólica e a posição das santas igrejas de Deus, que até agora conquistou e ainda conquista.

Portanto, não nos demoramos em sujeitar e unir todos os sacerdotes de todo o oriente à sede de Vossa Santidade. Quaisquer questões em disputa atualmente, temos crido necessário pô-las em conhecimento de Vossa Santidade, por claras e indubitáveis que sejam, mesmo quando firmemente sustentadas e ensinadas por todo o clero de acordo com a doutrina da Vossa Sede Apostólica; mas não podemos admitir que coisa alguma referente ao estado da Igreja, por mais manifesta e inquestionável, no que concerne ao estado das igrejas, deixe de ser dado a conhecer a Vossa Santidade, como cabeça de todas as igrejas. Porque, como já declaramos, ansiamos por aumentar a honra e autoridade de vossa sede em todo respeito (Codex Justiniani, lib. 1, tit. 1; tradução por R. F. Littledale, em *The Petrine Claims*, p. 293).

A carta do Imperador deve ter sido enviada antes de 25 de março de 533, pois em sua carta daquela data dirigida a Epifânio, fala ter sido ela já despachada e repete sua decisão de que todos os assuntos tocantes à igreja sejam submetidos ao papa, “Cabeça de todos os Bispos e o verdadeiro e eficiente corretor de hereges.

No mesmo mês do ano seguinte, 534, o Papa, em sua resposta, repete a linguagem do imperador, aplaudindo sua homenagem à sede e adotando os títulos do mandato imperial. Observa que, entre as virtudes de Justiniano, “uma brilha como estrela: sua reverência pela cadeira apostólica, à qual se sujeitou e uniu todas as igrejas, sendo ela verdadeiramente a cabeça de todas, como o atestam as regras dos Pais, as leis dos Príncipes e as declarações da piedade do Imperador.

A autenticidade do título recebe uma prova incontestável dos editos encontrados nas “Novellae” do código de Justiniano.

O preâmbulo da nona declara que “como a Roma mais antiga foi a fundadora das leis, não se deve questionar que nela estava a supremacia do pontificado.”

A 131ª, sobre os títulos e privilégios eclesiásticos, capítulo II, declara: “Decretamos, portanto, que o santíssimo Papa da Roma mais antiga é o primeiro de todo o sacerdócio, e que o beatíssimo Arcebispo de Constantinopla, a nova Roma, ocupará o segundo lugar após a santa sede apostólica da velha Roma” (Jorge Croly, *The Apocalypse of St. John*, p. 115-116).

Pelo fim do século VI, João de Constantinopla negou a supremacia romana, e assumiu o título de bispo universal, ao que Gregório, o Grande, indignado com a usurpação, denunciou João e declarou, sem compreender a verdade de sua declaração, que aquele que assumisse o título de bispo universal era o Anticristo. Em 606, Focas suprimiu a pretensão do Bispo de Constantinopla e justificou a do Bispo de Roma. Mas Focas não foi o fundador da supremacia papal.

Que Focas reprimiu a pretensão do Bispo de Constantinopla é fora de dúvida. Mas as mais altas autoridades dos civis e analistas de Roma rejeitam a ideia de que Focas foi o fundador da supremacia de Roma. Remontam a Justiniano como a única fonte legítima, e corretamente datam o título no memorável ano 533 (Idem, p. 117).

Jorge Croly declara ainda:

Com referência a Barônio, a autoridade estabelecida entre os analistas católicos romanos, encontrei todos os detalhes, da concessão de supre-

macia que Justiniano fez ao papa, formalmente dados. [...] A transação toda foi da espécie mais autêntica e regular e concorda com a importância da transferência (Idem, p. 8-9).

Tais foram as circunstâncias do decreto de Justiniano. Mas as provisões deste decreto não podiam ser efetuadas imediatamente, pois Roma e a Itália estavam em poder dos ostrogodos, que eram de fé ariana, e fortemente se opunham à religião de Justiniano e do Papa. Era, portanto, evidente que os ostrogodos deviam ser desarraigados de Roma antes que o Papa pudesse exercer o poder de que fora investido. Para lograr este objetivo, começou a guerra na Itália em 534. A direção da campanha foi confiada a Belisário. Ao aproximar-se de Roma, várias cidades abandonaram Vitijes, seu soberano godo e herético, e se uniram aos exércitos do Imperador católico. Os godos, decidindo retardar as operações ofensivas até a primavera, permitiram que Belisário entrasse em Roma sem oposição. Os representantes do Papa e do clero, do senado e do povo, convidaram o lugar-tenente de Justiniano a aceitar sua obediência voluntária.

Belisário entrou em Roma em 10 de dezembro de 536. Mas isso não foi o fim da luta, pois os godos, reuniram suas forças e resolveram disputar a posse da cidade por um cerco regular, que iniciaram em março de 537. Belisário temia o desespero e a traição da parte do povo. Vários senadores e o Papa Silvestre, cuja suspeita de traição foi provada, foram exilados. O Imperador ordenou o clero eleger novo bispo. Após solenemente invocar o Espírito Santo elegeram o diácono Vigilius que, por um suborno de duzentas libras de ouro, havia comprado a honraria (Ver Eduardo Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 41, p. 168, 169).

A nação inteira dos ostrogodos se havia reunido para o cerco de Roma, mas o êxito não acompanhou seus esforços. Suas hostes se foram desgastando em frequentes e sangrentos combates sob os muros da cidade. Em um ano e nove dias em que durou o cerco foram suficientes para quase testemunhar a destruição da nação. Em março de 538, como outros perigos começaram a ameaçá-los, eles levantaram o cerco, queimaram suas tendas e se retiraram em tumulto e confusão, em número apenas suficiente para preservar sua existência como nação ou sua identidade como povo.

Assim o chifre ostrogodo, o último dos três, foi arrancado diante do chifre pequeno de Daniel 7. Já não havia nada para impedir o Papa de exercer o poder a ele confiado por Justiniano cinco anos antes. Os santos, os tempos e a lei estavam em suas mãos, de fato e na intenção. O ano 538 deve ser tomado, pois, como o ano em que foi colocada ou estabelecida “a abominação desoladora”, e como o ponto de partida dos 1260 anos de supremacia papal.

VERSÍCULO 32: Aos violadores da aliança, ele, com lisonjas, perverterá, mas o povo que conhece ao seu Deus se tornará forte e ativo.

“O povo que conhece ao seu Deus” — Os que abandonam o livro da aliança, as Santas Escrituras, que estimam mais os decretos de papas e as decisões de concílios do que a Palavra de Deus, a estes, o Papa, perverterá com lisonjas. Ou seja, os conduzirá em seu zelo partidário para com ele, pela concessão de riquezas, posição e honras.

Ao mesmo tempo haverá um povo que conhece ao seu Deus que serão fortes e farão proezas. São os que cristãos que conservaram a religião pura e viva na Terra durante os séculos obscuros da tirania papal e realizaram admiráveis atos de abnegação e heroísmo religioso em favor de sua fé. Dentre estes se destacam os valdenses, os albigenses, e os huguenotes.

VERSÍCULO 33: Os sábios entre o povo ensinarão a muitos; todavia, cairão pela espada e pelo fogo, pelo cativoiro e pelo roubo, por algum tempo.

Aqui se apresenta o longo período de perseguição papal contra os que lutavam para manter a verdade e instruir seus semelhantes nos caminhos da justiça. O número dos dias durante os quais haveriam de cair é dado em Daniel 7:25; 12:7; Apocalipse 12:6, 14; 13:5. O período é chamado “um tempo, tempos e metade de um tempo”, ou “mil duzentos e sessenta dias”, e “quarenta e dois meses.” São os 1.260 anos da supremacia papal.

VERSÍCULO 34: Ao caírem eles, serão ajudados com pequeno socorro; mas muitos se ajuntarão a eles com lisonjas.

Em Apocalipse 12, onde se fala desta mesma perseguição papal, vemos que a Terra ajudou a mulher abrindo a boca e engolindo o rio que o dragão lançou após ela. A Reforma protestante de Martinho Lutero e seus colaboradores proporcionou o auxílio aqui predito. Os estados alemães abraçaram a causa protestante, protegeram os reformadores e refrearam as perseguições levada avante pela Igreja papal. Mas quando os protestantes receberam ajudada e sua causa chegou a ser popular, muitos se ajuntariam “a eles com lisonjas” ou abraçariam, ou seja abraçariam sua fé por motivos insinceros.

VERSÍCULO 35: Alguns dos sábios cairão para serem provados, purificados e embranquecidos, até ao tempo do fim, porque se dará ainda no tempo determinado.

Embora restringido, o espírito de perseguição não foi destruído. Irrompeu onde quer que houvesse oportunidade. Isso aconteceu especialmente na Inglaterra. A condição religiosa desse reino estava flutuando. Às vezes sob a jurisdição protestante e às vezes sob a jurisdição papal, de acordo com a religião do monarca reinante. A “sanguinária rainha Maria” era inimiga mortal da causa protestante, e multidões caíram vítimas de suas implacáveis perseguições. Esta situação duraria mais ou menos até o “tempo determinado”, ou tempo do fim, segundo outras versões. A conclusão natural seria que quando o tempo do fim chegasse, a Igreja Católica perderia completamente o poder de punir os hereges,

que tinha causado tantas perseguições, e que por algum tempo fora contido. Pareceria igualmente evidente que esta supressão da supremacia papal assinalaria o início do período aqui chamado o tempo do fim. Se esta aplicação é correta, o tempo do fim começou em 1798, pois então, como já se observou, o papado foi derribado pelos franceses, e não pôde desde então exercer todo o poder que antes possuía. A opressão da Igreja pelo papado é evidentemente aqui referido, porque essa é a única passagem, com a possível exceção de Apocalipse 2:10, que indica um “tempo apontado”, ou seja, um período profético.

VERSÍCULO 36: Este rei fará segundo a sua vontade, e se levantará, e se engrandecerá sobre todo deus; contra o Deus dos deuses falará coisas incríveis e será próspero, até que se cumpra a indignação; porque aquilo que está determinado será feito.

Um rei se engrandece sobre todo deus — O rei aqui apresentado não pode significar o mesmo poder que viemos observando, a saber, o poder papal, porque as especificações não correspondem nem se aplicam a tal poder.

Tome-se, por exemplo, uma declaração no versículo seguinte: “Não terá respeito aos deuses de seus pais [...] nem a qualquer deus.” Isso nunca se aplicou ao papado. Este sistema religioso nunca deixou de lado nem rejeitou a Deus e Cristo, embora muitas vezes colocados numa falsa posição.

Três características devem notar-se na potência que cumpre esta profecia: Deve assumir a caráter aqui delineado perto do início do tempo do fim, ao qual fomos levados no versículo anterior. Deve ser um poder vitorioso. Deve ser um poder ateu. Talvez poderíamos unir estas duas últimas especificações, dizendo-se que sua voluntariedade seria na direção do ateísmo.

França cumpre a profecia — Uma revolução que corresponde exatamente a esta descrição ocorreu na França no tempo indicado pela profecia. Os ateus semearam as sementes que produziram abundantes frutos. Voltaire, em sua pomposa mas impotente presunção, dissera: “Estou cansado de ouvir repetirem que doze homens fundaram a religião cristã. Eu provarei que basta um homem para destruí-la.” Associando-se a homens como Rousseau, D’Alembert, Diderot e outros, ele empreendeu a realização de sua ameaça. Semearam ventos e colheram tempestades. Ademais, a igreja católica romana era notoriamente corrompida nessa época, e o povo anelava romper com o jugo da opressão eclesiástica. Seus esforços culminaram no “reinado do terror” de 1793, durante a qual a França desprezou a Bíblia e negou a existência de Deus.

Um historiador moderno assim descreve esta grande mudança religiosa:

Certos membros da Convenção tinham sido os primeiros que tentaram substituir nas províncias o culto cristão por uma cerimônia cívica, no outono de 1793. Em Abbeville, Dumont, tendo declarado ao populacho que os sacerdotes eram “arlequins e palhaços vestidos de preto, que mostravam marionetes”, estabeleceu o Culto da Razão, e com uma

notável falta de espírito consequente, organizou por sua conta um “espetáculo de marionetes” dos mais imponentes, com bailes na catedral e festas cívicas em cuja observância insistia muito. Fouché foi o próximo funcionário que aboliu o culto cristão. Ao falar do púlpito da catedral de Nevers, apagou formalmente todo espiritualismo do programa da república, promulgou a famosa ordem que declarava “a morte um sono eterno”, eliminando assim o céu e o inferno. [...] Em seu discurso de felicitações ao ex-bispo, o presidente declarou que como o Ser Supremo “não desejava outro culto a não ser o da Razão, este constituiria no futuro a religião nacional” (Luis Madelin, *The French Revolution*, p. 387, 388).

Mas há outras e ainda mais notáveis especificações que se cumpriram nessa potência.

VERSÍCULO 37: Não terá respeito aos deuses de seus pais, nem ao desejo de mulheres, nem a qualquer deus, porque sobre tudo se engrandecerá.

A palavra hebraica para *mulher* é também traduzida por *esposa*; e Tomás Newton observa que esta passagem seria melhor traduzido como “o desejo das esposas” (*Dissertations of the Prophecies*, vol. 1, p. 388-390). Isto parecia indicar que este governo, ao mesmo tempo que declarava que Deus não existia, pisava a pés a lei que Deus dera para reger a instituição matrimonial. E encontramos que o historiador, talvez inconscientemente, e nesse caso tanto mais significativo, uniu o ateísmo e a licenciosidade desse governo na mesma ordem em que são apresentados na profecia. Diz ele:

A família tinha sido destruída. Sob o antigo regime, ela fora o próprio fundamento da sociedade. [...] O decreto de 20 de setembro de 1792, estabelecendo o divórcio, foi levado mais além pela Convenção em 1794, deu antes de quatro anos frutos que a própria Legislatura não havia sequer sonhado: podia realizar-se um divórcio imediato por incompatibilidade de gênio, para entrar em vigor num ano o mais tardar, se qualquer dos membros do casal se negasse a separar-se do outro antes de vencido o prazo.

Houve uma avalanche de divórcios: a fins de 1793, ou seja, quinze meses depois de promulgado o decreto, tinham sido concedidos 5.994 divórcios em Paris. [...] Sob o Diretório, vemos as mulheres passarem de uma para outra mão por processo legal. Qual a sorte dos filhos que nasciam de tais uniões sucessivas? Alguns pais se livravam deles: o número de menores abandonados achados em Paris no quinto ano elevou-se a 4.000 e a 44.000 nas outras províncias. Quando os pais retinham seus filhos o resultado era uma confusão cômica. Um homem casava com várias irmãs, uma após a outra; um cidadão pediu

aos Quinhentos a permissão para casar com a mãe das duas esposas que já tivera . [...] A família se desintegrava (Luis Madelin, *The French Revolution*, p. 552, 553).

“Nem consideração a qualquer Deus” — Além do testemunho já apresentado para mostrar o total ateísmo que reinava na nação nesse tempo, deve-se leia-se o seguinte:

O bispo constitucional de Paris foi compelido a desempenhar o papel principal na farsa mais impudente e escandalosa que já fora exibido perante uma representação nacional. [...] Em plena procissão, foi levado a declarar que a religião que ele próprio tinha ensinado por tantos anos era, em todos os aspectos, obra do sacerdócio, que não tinha fundamento na história nem verdade histórica. Negou, em termos solenes e explícitos a existência da Divindade a cujo culto tinha sido consagrado, e se comprometeu no futuro a prestar homenagem à liberdade, igualdade, virtude e moralidade. Em seguida pôs na mesa seus adornos episcopais e recebeu o abraço fraternal do presidente da Convenção. Vários sacerdotes apóstatas seguiram o exemplo desse prelado (Sir Walter Scott, *The Life of Napoleon Buona-parte*, vol. 1, p. 239).

Herbert Chaumette e seus associados compareceram ao tribunal e declararam que “Deus não existe” (Archibald Alison, *History of Europe*, vol. 3, p. 22).

Foi dito que o temor de Deus distava tanto de ser o princípio da sabedoria que era o começo da loucura. Todo culto foi proibido, exceto o da liberdade e da pátria. O ouro e de prata das igrejas foram confiscados e profanados. As igrejas foram fechadas. Os sinos foram quebrados e fundidos para fazer canhões. A Bíblia foi publicamente queimada. Os vasos sacramentais foram exibidos pelas ruas sobre um burro, em sinal de desprezo. Estabeleceu-se um ciclo de dez dias, em vez da semana e a morte foi declarada, em letras garrafais, sobre as sepulturas, como um sono eterno. Mas a blasfêmia culminante, se estas orgias infernais admitem graduação, foi a representação do comediante Monvel, que, como sacerdote do Iluminismo, disse: “Deus, se existes, vinga Teu injuriado nome. Eu Te desafio! Ficas silencioso. Não ousas lançar Teus trovões! Quem, após isso, crerá em Tua existência?” (Idem, p. 24).

Eis o que é o homem quando entregue a si mesmo! Tal é a incredulidade quando se livra das restrições da lei e ela exerce o poder! Pode-se duvidar de que estas cenas são o que o Onisciente previu e anotou na página sagrada, quando indicou que um rei surgiria que se exaltaria sobre todo deus, e desconsideraria todos eles?

VERSÍCULO 38: Mas, em lugar dos deuses, honrará o deus das fortalezas; a um deus que seus pais não conheceram, honrará com ouro, com prata, com pedras preciosas e coisas agradáveis.

Encontramos uma aparente contradição neste versículo. Como pode uma nação desconsiderar tudo o que é Deus e contudo honrar o deus das fortalezas? Não poderia ao mesmo tempo manter ambas estas posições, mas poderia por um tempo desconsiderar todos os deuses e então em seguida introduzir outro culto e considerar o deus das forças. Ocorreu naquele tempo tal mudança na França? Certamente. A tentativa de tornar a França uma nação sem Deus produziu tal anarquia que os governantes temiam o poder lhes escapasse das mãos, e perceberam que era politicamente necessário introduzir alguma espécie de culto. Mas não queriam introduzir nenhum movimento que aumentasse a devoção ou desenvolvesse algum caráter espiritual verdadeiro entre o povo, mas só o que os mantivesse no poder e lhes desse controle das forças nacionais.

Alguns extratos da história mostrarão isso. A liberdade e a pátria foram a princípio os objetos de adoração. “Liberdade, igualdade, virtude e moralidade”, precisamente o contrário de qualquer coisa que eles possuíam de fato ou exibiam na prática, eram palavras que eles expunham como descrevendo a divindade da nação. Em 1793 o culto à Deusa da Razão foi introduzido e assim é descrito por um historiador:

Uma das cerimônias desse tempo insensato é sem igual pelo absurdo combinado com a impiedade. As portas da Convenção foram abertas a uma banda de música, precedida pelo Corpo Municipal que entrou em solene procissão, cantando um hino em louvor à liberdade e escoltando, como objeto de sua futura adoração, uma mulher com véu, que eles chamavam a Deusa da Razão. Sendo introduzida no tribunal, foi-lhe tirado o véu com toda formalidade, e foi colocada à direita do presidente, quando foi reconhecida como dançarina da Ópera, com cujos encantos a maioria das pessoas presentes estava familiarizada em virtude de seu aparecimento no palco [...] A essa pessoa, como a mais apta representante daquela Razão que eles adoravam, a Convenção Nacional da França prestou homenagem pública. Essa ímpia e ridícula encenação tinha certa moda e a instalação da Deusa da Razão foi renovada e imitada em toda a nação, em lugares onde os habitantes desejavam mostrar-se à altura da Revolução (Sir Walter Scott, *The Life of Napoleon Buonaparte*, vol. 1, p. 239, 240).

O historiador moderno, Luis Madelin, escreve:

Tendo-se suspenso a Assembleia de seus negócios, uma procissão (de mista descrição) acompanhou a deusa às Tullerías, e obrigou os deputados a decretar em sua presença a transformação de Nossa Senhora

em Templo da Razão. Como isto não foi considerado suficiente, outra deusa da razão, a esposa de Momoro, membro da Convenção, foi instalada em San Suplicio no seguinte decadi. Desde muito estas Liberdades e Razões pululavam em toda a França. Com muita frequência, eram mulheres licenciosas, embora havia uma ou outra deusa vinda de boa família e conduta decente. Se for verdade que as fronteiras de alguma destas Liberdades foram cingidas com uma cinta que portava a inscrição: “Não me troqueis por Licença”, podemos dizer que dificilmente era supérflua a indicação em qualquer parte da França; porque geralmente reinavam as orgias mais repugnantes. Diz-se que em Lyon se fez um asno beber num cálice. [...] Payán chorou sobre “estas deusas, mais degradadas que as da fábula” (Luis Madelin, *The French Revolution*, p. 389)

Enquanto o fantástico culto da razão pareceu enlouquecer a nação, os dirigentes da revolução passaram para a história como “os ateus”. Mas não demorou em notar-se que para frear o povo era preciso uma religião com sanções mais fortes que as que possuía a então em voga. Apareceu, portanto, uma forma de culto em que o “Ser Supremo” era objeto de adoração. Era igualmente vazio quanto a produzir reformas na vida e piedade vital, mas se apoiava no sobrenatural. E embora a deusa da Razão foi na verdade um “deus estranho”, a declaração relativa ao “deus das fortalezas” pode talvez referir-se mais apropriadamente a esta última frase.

VERSÍCULO 39: Com o auxílio de um deus estranho, agirá contra as poderosas fortalezas, e aos que o reconhecerem, multiplicar-lhes-á a honra, e fá-los-á reinar sobre muitos, e lhes repartirá a terra por prêmio.

O sistema de paganismo que tinha sido introduzido na França, como exemplificado no ídolo instituído na pessoa da Deusa da Razão, e regido por um ritual pagão ateu pela Assembleia Nacional para o uso do povo francês, continuou em vigor até a designação de Napoleão para o consulado provisório da França em 1799. Os adeptos dessa estranha religião ocuparam os lugares fortificados, as fortalezas da nação, como expresso neste versículo.

Mas o que permite identificar a aplicação desta profecia à França, talvez melhor que qualquer outro detalhe, é a declaração da última parte do versículo, a saber, “repartirá a terra por prêmio”. Antes da Revolução, as terras da França pertenciam à Igreja Católica e a uns poucos senhores da nobreza. Essas grandes propriedades, por lei deviam ficar indivisas e não podiam ser repartidas nem por herdeiros nem por credores. Mas as revoluções não conhecem lei, e durante a anarquia que reinou, como também se notará em Apocalipse 11, os títulos da nobreza foram abolidos e suas terras foram vendidas em pequenas parcelas em benefício do erário público. O governo necessitava de fundos e essas grandes propriedades foram confiscadas e vendidas em leilão público, divididas em parcelas convenientes aos compradores. O historiador assim relata esta singular transação:

O confisco de dois terços das terras do reino, ordenado pelos decretos da Convenção contra os emigrantes, o clero e as pessoas acusadas nos tribunais revolucionários [...] pôs à disposição do governo fundos superiores a 700 milhões de libras esterlinas (Archibald Alison, *History of Europe*, vol. 3, p. 25, 26).

Quando e em que país ocorreu um acontecimento que cumprisse mais absolutamente a profecia? Quando a nação começou a voltar a si, exigiu-se uma religião mais racional e se aboliu o ritual pagão. O historiador descreve esse evento, que não deixou de ter importantes repercussões:

Uma terceira e mais ousada medida foi o abandono do ritual pagão e a reabertura das igrejas para o culto cristão. Isso se deveu inteiramente a Napoleão, que teve de opor-se aos preconceitos filosóficos de quase todos os seus colegas. Em suas conversações com eles, não procurou apresentar-se como crente no cristianismo, mas se baseou unicamente na necessidade de prover para o povo os meios regulares de culto onde quer que se deseje um estado de tranquilidade. Os sacerdotes que aceitaram prestar o juramento de fidelidade ao governo foram readmitidos em suas funções. Esta sábia medida foi seguida pela adesão de não menos que vinte mil desses ministros da religião que até então haviam estado enlanguescendo nas prisões da França (John Gibson Lockhart, *The History of Napoleon Buonaparte*, vol. 1, p. 154).

Assim terminou o Reinado do Terror e a Revolução Francesa. De suas ruínas surgiu Bonaparte, para guiar o tumulto a sua própria elevação, para colocar-se à testa do governo francês e encher de terror o coração das nações.

VERSÍCULO 40: No tempo do fim, o rei do Sul lutará com ele, e o rei do Norte arremeterá contra ele com carros, cavaleiros e com muitos navios, e entrará nas suas terras, e as inundará, e passará.

Novo conflito entre os reis do sul e do norte — Após longo intervalo o rei do sul e o rei do norte voltam a aparecer no cenário da ação. Até aqui nada encontramos a indicar que devamos procurar em outros territórios essas potências senão as que, pouco depois da morte de Alexandre, constituíram respectivamente as divisões setentrional e meridional de seu império. O rei do sul era nesse tempo o Egito e o rei do norte era a Síria, incluindo a Trácia e a Ásia Menor. O Egito continuou regendo o território designado como pertencente ao rei do sul; e Turquia durante mais de quatrocentos anos governou o território que constituiu a princípio o domínio do reino do norte.

Esta aplicação da profecia evoca um conflito entre o Egito e a França, e entre a Turquia e a França, em 1798, ou seja, o ano que, como já vimos, assi-

nalou o início do tempo do fim. Se a história testifica que tal guerra triangular irrompeu naquele ano, será prova conclusiva da correção da aplicação.

Portanto, indagamos: É fato que no tempo do fim o Egito enfrentou a França e fez uma resistência comparativamente fraca, enquanto a Turquia veio como um furacão contra ele, isto é contra o enviado da França? Já fornecemos certas provas de que o tempo do fim começou em 1798. Nenhum leitor da história precisa ser informado de que naquele mesmo ano se chegou a um estado de hostilidade entre França e Egito.

O historiador formará sua própria opinião sobre até que ponto a origem do conflito deveu sua origem aos sonhos de glória delirantemente acariciados no ambicioso cérebro de Napoleão Bonaparte. Mas a França, ou pelo menos Napoleão, conseguiram fazer do Egito o agressor.

Numa proclamação habilmente redigida ele [Napoleão] assegurou aos povos do Egito que tinha vindo somente para punir a casta governante dos mamelucos pelas depredações que infligiram a certos comerciantes franceses; que, após querer destruir a religião muçulmana, tinha mais respeito a Deus, Maomé e o Alcorão do que os mamelucos; que os franceses tinham destruído o Papa e os Cavaleiros de Malta que empreendiam guerra aos muçulmanos; três vezes bem-aventurado seria, pois, quem fosse a favor dos franceses, bem-aventurados seriam ainda os que permanecessem neutros e três vezes desgraçados seriam os que lutassem contra eles (*The Cambridge Modern History*, vol. 8, p. 599).

O início do ano 1798 encontrou os franceses elaborando grandes projetos contra os ingleses. O Diretório desejava que Bonaparte empreendesse imediatamente a passagem do canal e atacasse a Inglaterra; mas ele viu que nenhuma operação direta dessa espécie podia ser judiciosamente empreendida antes do outono, e não estava disposto a arriscar sua crescente reputação passando o verão inativo. “Mas”, diz o historiador, “ele viu uma terra distante, onde poderia conquistar uma glória lhe daria novo encanto aos olhos de seus compatriotas pela atmosfera romântica e misteriosa que envolvia o cenário. O Egito, a terra dos Faraós e dos Ptolomeus, seria um nobre campo para obter novos triunfos” (Rev. James White, *History of France*, p. 469).

Enquanto Napoleão contemplava horizontes ainda mais amplos nos países históricos do Oriente, abrangendo não só o Egito, mas a Síria, a Pérsia, o Hindostão e até o próprio Ganges, não teve dificuldade em persuadir o Diretório de que o Egito era o ponto vulnerável de onde ferir a Inglaterra ao interceptar o seu comércio oriental. Daí, sob o pretexto já mencionado foi empreendida a campanha do Egito.

A queda do papado, que assinalou o término dos 1260 anos, e, de acordo com o versículo 35, marcou o começo do tempo do fim, ocorreu em fevereiro de

1798, quando Roma caiu nas mãos do general da França Berthier. No dia 15 de março seguinte, Bonaparte recebeu o decreto do Diretório acerca da expedição contra o Egito. Partiu de Paris em 3 de maio e zarpu de Toulon no dia 19, com grande armamento naval, que consistia de “treze navios de linha, quatorze fragatas, grande número de navios de guerra menores, e por volta de 300 transportes. À bordo iam mais de 35.000 soldados, juntamente com 1.230 cavalos. Incluindo-se a tripulação, a comissão de sábios enviada para explorar as maravilhas do Egito, e os assistentes, o total de pessoas à bordo era de umas 50.000; e já foi feito subir até 54.000” (*The Cambridge Modern History*, vol. 8, p. 597, 598).

Em 2 de julho, a Alexandria foi tomada e imediatamente fortificada. No dia 21 se travou a decisiva batalha das Pirâmides, em que os mamelucos defenderam o campo com coragem e desespero, mas não foram páreo para as disciplinadas legiões dos franceses. Murad Bey perdeu todos os seus canhões, 400 camelos e 3.000 homens. A perda dos franceses foi comparativamente poucas. No dia 25, Bonaparte entrou no Cairo, a capital do Egito, e só esperou baixarem as enchentes do Nilo para perseguirem Murad Bey até o Alto Egito, para onde ele se retirara com sua cavalaria dispersa; e assim conquistou todo o país. Na verdade, o rei do sul só pôde oferecer uma fraca resistência.

Entretanto, a situação de Napoleão tornou-se precária. A frota francesa, que era seu único meio de comunicação com a França, foi destruída pelos ingleses sob o comando de Nelson em Abuquir. No dia 11 de setembro de 1798 o sultão da Turquia, por sentimentos de ciúme contra a França, astuciosamente alimentado pelos embaixadores ingleses em Constantinopla, e exasperado de que o Egito, por tanto tempo em semi-dependência do Império Otomano, se transformasse em província francesa, declarou guerra à França. Assim o rei do norte (Turquia) veio contra ele (França) no mesmo ano que o rei do sul (Egito) avançou contra ele, e ambos “no tempo do fim”. Esta é outra prova conclusiva de que o ano 1798 é o que inicia esse período, e tudo isso é uma demonstração de que esta aplicação da profecia é correta. Seria impossível que ao mesmo tempo se realizassem tantos eventos que satisfazem com precisão as especificações da profecia a não ser o seu cumprimento.

Foi a vinda do rei do norte, ou Turquia, como um furacão em comparação com a resistência do Egito? Napoleão tinha esmagado os exércitos do Egito, e buscou fazer o mesmo com os exércitos do sultão, que estavam ameaçando atacar desde a Ásia. Em 27 de fevereiro de 1799, com 18.000 homens, começou sua marcha do Cairo à Síria. Primeiro tomou o forte de El-Arish, no deserto, depois Jaffa (a Joje da Bíblia), venceu os habitantes de Naplous, em Zeta, e foi novamente vitorioso em Jafé. Enquanto isso um exército de turcos se entrincheirou em São João de Acre, ao passo que enxames de muçulmanos reuniam-se nas montanhas de Samaria, prontos para cair sobre os franceses quando cercassem São João de Acre. Ao mesmo tempo Sir Sidney Smith apareceu diante da cidade

com dois navios ingleses, reforçou a guarnição turca daquele lugar e capturou o aparato para o cerco, que Napoleão mandara de Alexandria por mar. Logo surgiu no horizonte uma frota turca que, com os navios ingleses e russos que cooperavam com eles, constituíram os “muitos navios” do rei do norte.

No dia 18 de março começou o cerco. Napoleão foi chamado duas vezes para salvar algumas divisões francesas de cair em mão das hordas muçulmanas que inundavam o país. Duas vezes também foi feita uma brecha no muro da cidade, mas os sitiadores foram enfrentados com tal fúria pela guarnição que foram obrigados a desistir da luta, apesar de seus melhores esforços. Após um prosseguimento de sessenta dias, Napoleão levantou o cerco, fez soar, pela primeira vez em sua carreira, o toque de retirada. Em 21 de maio de 1799, começou a voltar seus passos para o Egito.

“E as inundará e passará” — Temos falado de eventos que proporcionam surpreendente cumprimento com respeito ao rei do sul e o ataque tormentoso do rei do norte contra a França. Até aqui a história concorda de modo geral com a profecia. Mas chegamos a um ponto em que as opiniões dos comentaristas começam a divergir. A quem se referem as palavras “inundará e passará”? À França ou ao rei do norte? A aplicação do restante deste capítulo depende da resposta que dermos esta pergunta. A partir deste ponto são mantidas duas linhas de interpretação. Alguns aplicam as palavras à França e se esforçam por achar cumprimento na carreira de Napoleão. Outros as aplicam ao rei do norte, e encontram seu cumprimento nos eventos na história da Turquia. Se nenhuma destas interpretações está livre de dificuldade, como é forçoso admitir, só nos resta escolher a que oferece maior evidência a seu favor.

Parece-nos que há a favor de uma delas evidências tão fortes que excluem todas a outra sem deixar qualquer lugar para dúvida.

Turquia vem a ser o rei do norte — Acerca da aplicação desta parte da profecia a Napoleão ou a França sob sua direção, o quanto sabemos de sua história, não encontramos eventos que possamos apresentar com qualquer grau de certeza como cumprimento da parte restante desse capítulo. Daí que não podemos ver como se possa aplicar a ela. Deve, então, ser cumprida pela Turquia, a menos que se possa mostrar que a expressão “rei do norte” não se aplica à Turquia, ou que há além da França ou do rei do norte outra potência que cumpriu esta parte da predição. Mas se a Turquia, agora ocupando o território que constituiu a divisão setentrional do império de Alexandre, não é o rei do norte desta profecia, então ficamos sem qualquer princípio para nos guiar na interpretação. Presumimos que todos concordarão que não há lugar para introduzir outro poder aqui. A França e o rei do norte são os únicos a quem se pode aplicar a predição. O cumprimento deve encontrar-se na história de uma ou outra potência.

Algumas considerações certamente favorecem a ideia de que na última parte do versículo 40 o objeto da profecia se transfere da potência francesa para o rei

do norte. Este acaba de ser introduzido, surgindo como um furacão, com carros, cavalos e muitos navios. Já notamos a colisão entre este poder e a França. O rei do norte, com a ajuda de seus aliados, ganhou a contenda; e os franceses, falhos em seus esforços, foram repelidos para o Egito. O mais natural é aplicar a expressão “e as inundará, e passará” à potência que saiu vencedora daquela luta, a saber a Turquia.

VERSÍCULO 41: Entrará também na terra gloriosa, e muitos sucumbirão, mas do seu poder escaparão estes: Edom, e Moabe, e as primícias dos filhos de Amom.

Abandonando uma campanha em que um terço do exército caíram vítimas de guerra e de peste, os franceses retiraram-se de São João de Acre e após fatigante marcha de 26 dias reentraram no Cairo, no Egito. Assim abandonaram todas as conquistas que haviam feito na Judeia. A “terra gloriosa”, ou seja a Palestina, com todas as suas províncias, voltou a cair no opressivo domínio dos turcos. Edom, Moabe e Arnom, situados fora dos limites da Palestina, ao sul e a leste do mar Morto e do Jordão, ficaram fora da linha de marcha dos turcos da Síria ao Egito, e assim escaparam dos saques dessa campanha. Acerca desta passagem, Adam Clarke tem a seguinte nota: “Estes e outros árabes, eles (os turcos) não puderam subjugar. Ainda ocupam os desertos e recebem uma pensão anual de *quarenta mil* coroas de ouro dos imperadores otomanos para permitir que as caravanas de peregrinos a Meca tenham passagem livre.”

VERSÍCULO 42: Estenderá a mão também contra as terras, e a terra do Egito não escapará.

Na retirada dos franceses para o Egito uma frota turca desembarcou 18.000 homens em Abuquir. Napoleão imediatamente atacou o lugar, desalojando completamente os turcos e restabeleceu sua autoridade no Egito. Mas nesse momento severos revezes das armas francesas na Europa fizeram Napoleão voltar, para cuidar os interesses do seu país. Deixou o general Kleber no comando das tropas no Egito. Após um período de incansável atividade em favor do exército, foi assassinado por um turco no Cairo, e Abdala Menou assumiu o comando; mas toda perda foi séria para um exército que não podia receber reforços.

Enquanto isso, o governo inglês, como aliado natural dos turcos, tinha resolvido tomar o Egito dos franceses. Em 13 de março de 1801, uma esquadra inglesa desembarcou tropas em Abuquir. Os franceses batalharam no dia seguinte, mas foram forçados a retirar-se. No dia 18 Abuquir rendeu-se. No dia 28, chegaram reforços trazidos por uma frota turca e o grão-vizir aproximou-se desde a Síria com um grande exército. No dia 19, Rosetta entregou-se às forças combinadas dos ingleses e turcos. Em Ramanieh um corpo francês de 4.000 homens foi derrotado por 8.000 ingleses e 6.000 turcos. Em Elmenayer 5.000 franceses foram obrigados a retirar-se, no dia 16 de maio, porque o vizir avançava para o Cairo com 20.000 homens. Todo o exército francês ficou então encerrado no Cairo e em Alexandria. O Cairo capitulou em 27 de junho e Alexandria em

2 de setembro. Quatro semanas depois, em 1º de outubro, as preliminares da paz foram assinadas em Londres.

“A terra do Egito não escapará”, eram as palavras da profecia. Esta linguagem parece implicar que o Egito seria posto em sujeição a algum poder de cujo domínio desejaria libertar-se. Qual era a preferência dos egípcios entre os franceses e os turcos? Eles preferiram o governo francês. Na obra de R. R. Madden, sobre viagens pela Turquia, Egito, Núbia, e Palestina nos anos de 1824 a 1827, afirma-se que os egípcios consideravam os franceses como seus benfeitores; que, no curto período que passaram no Egito, deixaram traços de melhoramento; e que, se pudessem ter estabelecido seu domínio, o Egito agora seria comparativamente civilizado (Ricardo Roberto Madden, *Travels in Turkey, Egypt, Nubia, and Palestine*, vol. 1, p. 231). Em vista deste testemunho, é claro que a linguagem da Escritura não se aplica a França, pois os egípcios não desejavam escapar-lhes das mãos, embora desejassem escapar das mãos dos turcos, mas não puderam.

VERSÍCULO 43: Apoderar-se-á dos tesouros de ouro e de prata e de todas as coisas preciosas do Egito; os líbios e os etíopes o seguirão.

Como ilustração deste versículo, citamos uma declaração do historiador acerca de Maomé Ali, o governador turco do Egito, que assumiu o poder após a derrota dos franceses.

O novo paxá dedicou-se a fortalecer sua posição para assegurar-se de modo permanente o governo do Egito para si e sua família. Em primeiro lugar, viu que devia cobrar enormes rendas de seus súditos para mandar tais quantidades de tributo a Constantinopla que propiciassem ao sultão e o convencessem de que convinha apoiar o poder do governador do Egito. Agindo segundo estes princípios, usou muitos meios ilícitos para entrar na posse de grandes propriedades; negou a legitimidade de muitas sucessões; queimou títulos de propriedade e confiscou fundos; enfim, desafiou os direitos reconhecidos dos proprietários. Seguiram-se grandes distúrbios, mas Mehemet Ali estava preparado para eles, e por sua pertinácia firmeza creu na aparência de que a simples apresentação de direitos era uma agressão da parte dos xeques. Aumentou os impostos continuamente e pôs sua cobrança em mãos dos governantes militares. Por estes meios empobreceu os camponeses ao máximo (Clara Erskine Clement, *Egypt*, p. 389, 390).

VERSÍCULO 44: Mas, pelos rumores do Oriente e do Norte, será perturbado e sairá com grande furor, para destruir e exterminar a muitos.

O rei do norte em dificuldade — Sobre este versículo Adam Clarke tem uma nota digna de menção. Diz ele: “Reconhece-se geralmente que esta parte da

profecia ainda não se cumpriu.” Esta nota foi impressa em 1825. Em outra parte do seu comentário ele diz: “Se for entendido que se trata da Turquia, como nos versículos anteriores, pode significar que os persas no *oriente*, e os russos ao *norte*, porão naquele momento o governo otomano em situação muito embaraçosa.”

Entre esta conjectura de Adam Clarke, escrita em 1825, e a guerra da Crimeia de 1853-1856, há certamente uma notável coincidência, ao porque os próprios poderes que ele menciona, os persas no oriente e os russos ao norte, foram os que instigaram esse conflito. As notícias que chegaram daquelas potências perturbaram a Turquia. A atitude e os movimentos dela incitaram o sultão à ira e vingança. A Rússia, por ser a parte mais agressiva, foi o objeto de ataque. A Turquia declarou guerra ao seu poderoso vizinho do norte em 1853. O mundo viu com espanto como se precipitava impetuosamente o conflito um governo que por muito tempo fora chamado “o Homem Doente do Oriente”, um governo cujo exército estava desmoralizado, cujos tesouraria estava vazia, cujos dirigentes eram vis e imbecis e cujos súditos eram rebeldes e ameaçavam separar-se. A profecia dizia que eles sairiam “com grande furor, para destruir e exterminar a muitos”. Quando os turcos saíram à guerra mencionada, foram descritos por um escritor americano em linguagem profana, “lutando como demônios”. É certo que a Inglaterra e a França, foram em auxílio da Turquia, mas esta entrou na guerra da maneira descrita e ganhou importantes vitórias antes de receber a assistência das duas potências nomeadas.

VERSÍCULO 45: E armará as tendas do seu palácio entre o mar grande e o monte santo e glorioso; mas virá ao seu fim, e não haverá quem o socorra (Almeida RC)

O rei do norte chega ao fim — Seguimos a profecia de Daniel 11 passo a passo até este último versículo. Ao ver como as profecias divinas encontram seu cumprimento na história, nossa fé se fortalece na realização final da palavra profética de Deus.

A profecia do verso 45 refere-se à potência chamada rei do norte. É a potência que domina o território possuído originalmente pelo rei do norte (Ver p. 188, 189).

Prediz-se aqui que o rei do norte “virá ao seu fim, e não haverá quem o socorra.” Exatamente como, quando e onde virá ao seu fim, é algo que podemos observar com solene interesse, certos de que a mão da Providência dirige o destino das nações.

Logo o tempo determinará este assunto. Quando ocorrer este evento o que se seguirá? Porque virão acontecimentos de maior interesse para todos os habitantes do mundo, como veremos no capítulo seguinte.

Daniel 12 — Aproxima-se o Momento Culminante da História

VERSÍCULO 1: Nesse tempo, se levantará Miguel, o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo, e haverá tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo; mas, naquele tempo, será salvo o teu povo, todo aquele que for achado inscrito no livro.

Neste versículo se apresenta certo tempo, não um ano, um mês ou dia determinado, mas um tempo definido por certo acontecimento com o qual se relaciona. “Nesse tempo”. Que tempo? O tempo a que somos levados pelo versículo final do capítulo anterior, o tempo em que o rei do norte armará as tendas palacianas no monte santo e glorioso. Quando isto ocorrer, virá seu fim. E *então*, segundo este versículo, havemos de esperar que Se levante Miguel, o grande Príncipe.

Miguel Se levanta — Quem é Miguel, e que significa o ato de levantar-Se? Miguel é chamado o “Arcanjo” em Judas 9. Isso significa o chefe ou cabeça dos anjos. Há um só. Quem é? É Aquele cuja voz se ouve do céu quando ressuscita os mortos (1 Tessalonicenses 4:16). A voz de Quem, se ouve, em relação com que acontecimento? A voz de nosso Senhor Jesus Cristo (João 5:28). Quando buscamos a verdade baseados neste fato, chegamos à seguinte conclusão: A voz do Filho de Deus é a voz do Arcanjo; portanto, o Arcanjo deve ser o Filho de Deus. Mas o Arcanjo se chama Miguel; logo, Miguel deve ser o nome dado ao Filho de Deus. A expressão do versículo 1: “Miguel, o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo”, basta para identificar como o salvador dos homens o personagem aqui mencionado. É o “Autor da vida” (Atos 3:15), e “Príncipe e Salvador” (Atos 5:31). Ele é o grande Príncipe.

“O defensor dos filhos do teu povo” — Condescende em tomar os servos de Deus em seu pobre estado mortal e remi-los para serem súditos de Seu reino futuro. Levanta-Se a favor de nós, os que cremos. Seus filhos são essenciais aos Seus propósitos futuros e parte inseparável da herança comprada. Hão de ser os principais agentes daquela alegria que Cristo previu, e que o levou a suportar todos os sacrifícios e sofrimentos que assinalaram Sua intervenção em favor da raça caída. Assombrosa honra! Tributemos-Lhe eterna gratidão por Sua condescendência e misericórdia para conosco! Sejam dEle o reino, o poder e a glória para todo o sempre!

Chegamos agora à segunda pergunta: Que significa o ato de Miguel levantar-Se? A chave para interpretar esta expressão nos é fornecida nestas passagens: “Eis que ainda três reis se levantarão na Pérsia”, “Depois, se levantará um rei poderoso, que reinará com grande domínio” (Daniel 11:2, 3). Não pode

haver dúvida quanto ao significado da expressão nestes casos. Significa assumir o reino, reinar. No versículo que consideramos, esta expressão deve significar o mesmo. Naquele tempo Se levantará Miguel, tomará o reino e começará a reinar.

Mas não está Cristo reinando agora? Sim, associado com Seu Pai no trono do domínio universal (Efésios 1:20-22; Apocalipse 3:21). Mas Ele renuncia a esse trono, ou reino ao voltar (1 Coríntios 15:24). Então começa Seu reinado, apresentado no texto, quando Se levanta, ou assume Seu próprio reino, o trono de há muito prometido a Seu pai Davi, e estabelece um domínio que não terá fim (Lucas 1: 32, 33).

Os reinos deste mundo passam a ser “de nosso Senhor e do Seu Cristo”. Ele deixa de lado Suas vestes sacerdotais e veste o manto real. Terá terminado a obra de misericórdia e o tempo de graça concedido à família humana. Então o que estiver sujo não mais terá esperança de ser purificado; o que estiver santo não mais terá perigo de cair. Todos os casos estarão decididos para sempre. Daí em diante, até que Cristo venha nas nuvens do céu, as nações serão quebrantadas como com vara de ferro e despedaçadas como vaso de oleiro por um tempo de tribulação que nunca houve. Uma série de castigos divinos cairá sobre os homens que rejeitaram a Deus, então aparecerá no céu o Senhor Jesus Cristo “em chamas de fogo, para tomar vingança dos que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho” (2 Tessalonicenses 1:8; ver Apocalipse 11:15; 22:11, 12).

Portentosos são os acontecimentos introduzidos pelo ato de Miguel ao levantar-Se. Ele Se levanta, ou assume o reino, assinalando a certo tempo antes de voltar pessoalmente a esta Terra. Quão importante é, pois, que saibamos que posição Ele ocupa, a fim de poder seguir o processo de Sua obra e reconhecer quando se aproxima esse momento emocionante, em que acabará Sua intercessão em favor da humanidade e o destino de todos se fixará para sempre!

Como podemos sabê-lo? Como havemos de determinar o que ocorre no santuário celestial? A bondade de Deus é tão grande que nos pôs às mãos o meio de saber isso. Ele nos disse que quando certos grandes acontecimentos ocorrem na Terra, decisões importantes estarão sendo feitas no Céu que sincronizam com eles. Mediante as coisas que se veem somos instruídos acerca das coisas que não se veem. Assim como “através da natureza chegamos ver o Deus da natureza”, mediante fenômenos e acontecimentos terrestres seguimos os grandes movimentos que se realizam no reino celestial. Quando o rei do norte plantar as tendas do seu palácio entre os mares no monte glorioso e santo, então Miguel Se levantará ou receberá de Seu Pai o reino como preparativo para voltar a esta Terra. Ou poderia expressar-se o assunto nestas palavras: Então nosso Senhor cessa Sua obra como nosso grande Sumo Sacerdote e termina o tempo de graça concedido ao mundo. A grande profecia dos 2.300 dias com exatidão nos indica o início da etapa final da obra que Cristo há de realizar no santuário celestial.

O versículo que consideramos nos dá indicações pelas quais podemos descobrir aproximadamente o tempo em que terminará.

O tempo de angústia — Em relação com o momento em que Se levantará Miguel, ocorre um tempo de angústia qual nunca houve. Em Mateus 14:21 lemos acerca de um período de tribulação qual nunca houve nem haverá depois. Esta tribulação, que se cumpriu na opressão e perseguição da igreja pelo poder papal, já se acha no passado, ao passo que o tempo de angústia de Daniel 12:1 ainda está no futuro, segundo a opinião que expressamos.

Como pode haver dois tempos de tribulação, separados por muitos anos, sendo ambos maiores do que qualquer que tenha existido antes ou haja de existir depois? Para evitar qualquer dificuldade aqui, notemos cuidadosamente esta distinção: A tribulação mencionada em Mateus é tribulação sobre a igreja. Cristo está falando ali a Seus discípulos e deles em um tempo futuro. Eles iam ser os afetados e por sua causa seriam abreviados os dias de tribulação (Mateus 24:22). O tempo de angústia mencionado em Daniel não é um tempo de perseguição religiosa, mas de calamidade internacional. Nunca houve coisa semelhante desde que houve nação; não diz igreja. É a última tribulação que sobrevirá ao mundo em sua condição atual. Em Mateus se faz referência a um tempo que transcorrerá depois daquela tribulação, porque uma vez que ela tenha passado, o povo de Deus não voltará a passar por outro período de sofrimento semelhante. Mas aqui em Daniel não há referência a nenhum tempo futuro depois da angústia mencionada, porque esta encerra a história deste mundo. Inclui as sete últimas pragas de Apocalipse 16 e culmina no aparecimento do Senhor Jesus, vindo em nuvens de fogo, para destruir os Seus inimigos. Mas desta tribulação será livrado todo aquele cujo nome se achar escrito no livro da vida, “porque no monte Sião [...] estarão os que forem salvos assim como o Senhor prometeu, e entre os sobreviventes aqueles que o Senhor chamar.” Joel 2:32.

VERSÍCULO 2: Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno.

Este versículo revela a importância do ato de Miguel levantar-Se, ou o começo do reino de Cristo, referido no primeiro versículo deste capítulo, pois nesse tempo haverá uma ressurreição dos mortos. É esta a ressurreição geral que ocorre na segunda vinda de Cristo? Ou há de ocorrer entre o momento em que Cristo recebe Seu reino e Sua manifestação à Terra com toda a glória do Seu advento (Lucas 21:27), uma ressurreição especial que corresponda à descrição aqui feita?

Porque não seria a primeira, ou seja, a ressurreição que ocorre ao se ouvir a última trombeta? Porque somente os justos, com exclusão de todos os ímpios, terão parte nessa ressurreição. Então os que dormem em Jesus sairão, mas os outros mortos não reviverão durante mil anos (Apocalipse 20:5). Portanto, a ressurreição

geral de toda a espécie humana fica dividida em dois grandes acontecimentos. Primeiro ressuscitam exclusivamente os justos quando Jesus vier; e em segundo lugar ressuscitam exclusivamente os ímpios, mil anos mais tarde. A ressurreição geral não é uma ressurreição mista, dos justos e dos ímpios ao mesmo tempo. Cada uma destas duas classes ressuscita em separado e o tempo que transcorre entre suas respectivas ressurreições é de mil anos, segundo está claramente indicado.

Mas na ressurreição apresentada no versículo que estudamos, muitos, tanto dos justos como dos ímpios, ressuscitam juntamente. Não pode, portanto, ser a primeira ressurreição que inclui somente os justos, nem a segunda, que se limita distintamente aos ímpios. Se o texto dissesse: Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão para a vida eterna, então a palavra “muitos” poderia interpretar-se como incluindo a todos os justos e esta ressurreição seria a dos justos, na segunda vinda de Cristo. Mas o fato de que alguns dos muitos são ímpios e ressuscitam para vergonha e desprezo eterno, impede tal explicação.

Ocorre, pois, uma ressurreição especial ou limitada? Indica-se, em alguma outra parte, que haja de ocorrer tal acontecimento antes que o Senhor venha? A ressurreição aqui predita ocorre quando o povo de Deus é liberto do grande tempo de angústia com que termina a história deste mundo; e de Apocalipse 22:11 pareceria depreender-se que esta libertação ocorre antes do aparecimento do Senhor. Chega o momento terrível em que o sujo e injusto é declarado injusto ainda, e o santo ainda o que é justo e santo. Quando for pronunciada esta sentença sobre os justos deve ser o seu livramento, porque então estão fora do alcance do perigo e do temor do mal. Mas, naquele momento, o Senhor ainda não veio, porque imediatamente acrescenta: “Eis que venho sem demora.”

Quando se pronuncia esta declaração solene, ela sela o destino dos justos para a vida eterna e o dos ímpios para a morte eterna. Sai uma voz vinda do trono de Deus, dizendo: “Está feito” (Apocalipse 16:17). Esta é, evidentemente, a voz de Deus, tão frequentemente aludida nas descrições das cenas relacionadas com o último dia. Joel fala disso, dizendo: “O Senhor brama de Sião, e Se fará ouvir de Jerusalém, e os céus e a terra tremerão; mas o Senhor será o refúgio do Seu povo, e a fortaleza dos filhos de Israel.” Joel 3:16. Uma nota marginal de certas versões da Bíblia diz: “lugar de refúgio, ou porto”. Então, quando se ouve a voz de Deus que fala do céu, precisamente antes da vinda do Filho do homem, Deus é um refúgio para Seu povo, ou, o que é o mesmo, lhes provê livramento. A última cena estupenda está por manifestar-se a um mundo condenado, Deus dá às nações assombradas outra prova e garantia do Seu poder e ressuscita dentre os mortos uma multidão de seres que durante longo tempo dormiam no pó da terra.

Assim vemos que há oportunidade e lugar para a ressurreição de Daniel 12:2. Um versículo do livro de Apocalipse claramente indica que há de ocorrer uma ressurreição desta classe. “Eis que vem com as nuvens [descreve-se indubitavelmente o segundo advento], e todo olho O verá [das nações que então vivem

na Terra], até quantos O traspassaram [os que tomaram parte ativa na terrível obra de Sua crucifixão]. E todas as tribos da Terra se lamentarão sobre Ele” (Apocalipse 1:7). Se não fosse feita exceção para o seu caso, os que crucificaram o Senhor permaneceriam em suas sepulturas até o fim dos mil anos e ressuscitariam juntamente com os demais ímpios nessa ocasião. Mas aqui se nos diz que eles contemplam o Senhor em Seu segundo advento. Portanto, há de haver uma ressurreição especial para esse fim.

É certamente muito apropriado que alguns dos que se distinguiram por sua santidade, que trabalharam e sofreram pela esperança que tinham na vinda do seu Salvador, mas morreram sem O haver visto, ressuscitem um pouco antes, para testemunharem as cenas que acompanham Sua gloriosa epifania; assim como saiu um bom número do sepulcro para contemplar Sua gloriosa ressurreição e escoltá-Lo (Mateus 27:52, 53) em triunfo até a destra do trono da Majestade nos céus (Efésios 4:8, nota marginal). Também os que se distinguiram na maldade, os que mais fizeram para vilipendiar o nome de Cristo e injuriar Sua causa, especialmente aqueles que Lhe deram morte cruel na cruz e dEle zombaram e O ridicularizaram na agonia de Sua morte, alguns destes ressuscitarão como parte de seu castigo judicial, para contemplar Sua volta nas nuvens do céu, como vencedor celestial, com grande majestade que não poderão suportar.

Alguns consideram que este versículo proporciona boas provas de que os ímpios sofrem eternamente em forma consciente, porque os ímpios, aqui referidos, saem para vergonha e desprezo eterno. Como podem sofrer para sempre vergonha e desprezo, a não ser que estejam eternamente conscientes? Na verdade esta vergonha implica que estão conscientes, mas note-se que isto não há de durar para sempre. Este qualificativo só se aplica ao desprezo, emoção que os demais sentem para com os culpados, e não torna necessário o estado consciente daqueles contra os quais se dirige. A vergonha de sua impiedade e corrupção atormentará suas almas enquanto estiverem conscientes. Quando pereçam, consumidos por suas iniquidades, seu repugnante caráter e suas obras culpáveis excitarão somente desprezo da parte dos justos enquanto os recordarem. Portanto, o texto não proporciona prova alguma de que os ímpios tenham de sofrer eternamente.

Versículo 3: Os sábios, pois, resplandecerão como o resplendor do firmamento; e os que a muitos ensinam a justiça refulgirão como as estrelas, sempre e eternamente (Almeida RC)

Herança gloriosa — A nota marginal diz “ensinadores” em lugar de “sábios”. Os que *ensinam* resplandecerão como o fulgor do firmamento. É claro que isto se refere aos que ensinam a verdade e levam outros a conhecê-la, precisamente no tempo em que se cumprirão os eventos registrados nos versículos anteriores. De acordo com a maneira de o mundo calcular lucros e perdas, custa algo ensinar a verdade nestes tempos. Custa reputação, comodidade, conforto

e frequentemente propriedades. Envolve labor, cruces, sacrifícios, a perda de amigos, o ridículo, e muitas vezes perseguição.

Com frequência se pergunta: Como podeis guardar o verdadeiro dia de repouso e talvez perder vosso cargo, reduzir vossas entradas e até correr o risco de perder vosso meio de sustento? Que miopia, fazer da obediência às exigências de Deus um assunto de consideração pecuniária! Que conduta diferente da seguida pelos nobres mártires que não amaram sua vida até a morte! Quando Deus dá uma ordem, não podemos atrever-nos a desobedecer. Se nos perguntarem: Como podeis guardar o sábado e cumprir outros deveres que significam obedecer à verdade?, só precisamos perguntar, em resposta: Como podemos atrever-nos a não fazê-lo?

No dia vindouro, quando perderem a vida os que tiverem procurado salvá-la e os que tiverem estado dispostos a arriscar tudo por amor à verdade e seu divino Senhor, receberem a gloriosa recompensa prometida nesta passagem, e ressuscitarem para resplandecer como o firmamento e como as estrelas para sempre, ver-se-á quem terá sido sábio e quem terá feito sua escolha cega e insensatamente. Os ímpios e os mundanos hoje consideram os cristãos como insensatos e loucos e se lisonjeiam de terem uma inteligência superior para escapar ao que chamam loucura e evitar perdas. Não precisamos responder-lhes, pois os que agora tomam essa decisão, dentro em breve a quererão mudar, com ansiedade, mas inutilmente.

Enquanto isso, é privilégio do cristão desfrutar as consolações desta maravilhosa promessa. Unicamente os mundos estelares nos podem proporcionar um conceito de sua magnitude. Que são essas estrelas, a cuja semelhança os ensina-dores de justiça hão de brilhar para sempre e eternamente? Quanto esplendor, majestade e duração inclui esta comparação?

O Sol do nosso próprio sistema solar é uma dessas estrelas. Se o comparamos com este globo em que vivemos e que nos proporciona a comparação mais compreensível, verificaremos que é um astro de não pouca magnitude e magnificência. Nossa Terra tem 12.000 quilômetros de diâmetro, mas o diâmetro do Sol é de 1.440.000 quilômetros. É 1.300.000 vezes maior que nosso globo. E seu peso equivale a 333.000 mundos como o nosso. Que imensidão! E que sabedoria e poder foi necessário para criar tantas maravilhas!

Contudo, está muito longe de ser o maior ou mais brilhante dos orbes dos céus. A proximidade do Sol, que fica apenas a 155.000.000 de quilômetros de nós, permite que ele exerça sobre nós uma influência controladora. Porém na vastidão do espaço, tão distantes que parecem simples pontinhos de luz, fulguram outros orbes maiores de maior glória. A estrela fixa mais próxima, *Próxima Centauro*, no hemisfério sul, fica a uns quarenta bilhões de quilômetros de distância. Mas a estrela Polar e seu sistema ficam cem vezes mais longe e fulgura com brilho igual ao de 2.500 sóis como o nosso. Outros ainda são muito luminosos, como por exemplo Arcturo, que emite luz equivalente a 158 sóis

como o nosso; Capela, 185 e assim sucessivamente, até que chegamos à grande estrela Rigel, na constelação do Órion, que inunda os espaços celestes com um fulgor 15.000 vezes maior que o do ponderado orbe que ilumina e controla nosso sistema solar (James H. Jeans, *The Stars in Their Courses*, p. 165).

Por que não nos parece mais luminoso? Porque sua distância equivale a 33.000.000 de vezes a órbita da Terra, que é de 310.000.000 de quilômetros. As cifras se tornam débeis para expressar tais distâncias. Basta dizer que sua luz deve atravessar o espaço à velocidade de 310.000 quilômetros por segundo durante um prazo superior a dez anos antes de alcançar nosso mundo. E há muitas outras estrelas que se encontram a centenas de anos-luz de nosso sistema solar.

Alguns destes monarcas dos céus reinam sós como o nosso próprio Sol. Alguns são duplos, isto é, o que nos parece ser uma única estrela compõe-se de duas estrelas, ou seja, dois sóis com todo o seu séquito de planetas, girando um em redor do outro. Outros são triplos, alguns quádruplos e pelo menos um é sêxtuplo.

Ademais, mostram todas as cores do arco-íris. Alguns sistemas são brancos, outros azuis, outros vermelhos, outros amarelos, outros verdes. Em alguns, os diferentes sóis que pertencem ao mesmo sistema são de cores diferentes. Diz o Dr. Burr: “E, como para fazer do Cruzeiro do Sul o objeto mais belo de todos os céus, encontramos nessa constelação um grupo de mais de cem astros diversamente coloridos: sóis vermelhos, verdes, azuis e verde-azulados, tão estreitamente acumulados que num poderoso telescópio se assemelham a um soberbo ramallete ou uma jóia fantástica” (Enoc Fitch Burr, *Ecce Coelum*, p. 136).

Alguns anos se passam e todas as coisas terrenas adquirem o bolor da idade e o odor da decadência. Mas as estrelas continuam brilhando em toda a sua glória como no princípio. Séculos e idades se foram, reinos surgiram e desapareceram. Voltamo-nos para trás, muito além do sombrio e obscuro horizonte da história, chegamo-nos ao primeiro momento em que a ordem foi evocada do caos, quando “as estrelas da alva juntas alegremente cantavam e todos os filhos de Deus rejubilavam” (Jó 38:7) e encontramos então que as estrelas seguiam em sua soberba marcha. Não sabemos desde quanto tempo o faziam. Os astrônomos nos falam de nebulosas que se encontram nos mais longínquos limites da visão telescópico, cuja luz em seu vôo incessante precisaria de cinco milhões de anos para chegar a este planeta. No entanto, nem seu brilho nem sua força diminuem. Parecem sempre dotados do orvalho da juventude. Não há neles fator algum de decadência, nem movimento vacilante que revele decrepitude. Continuam a brilhar com glória inefável por toda a eternidade.

Assim os que a muitos ensinarem a justiça resplandecerão numa glória que infundirá alegria no coração do Redentor. E assim transcorrerão seus anos para sempre e eternamente.

VERSÍCULO 4: Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e sela o livro, até ao tempo do fim; muitos o esquadriharão, e o saber se multiplicará.

O livro de Daniel selado — As “palavras” e o “livro” dos quais se fala aqui, são indubitavelmente as coisas que foram reveladas a Daniel nesta profecia. Estas coisas haviam de permanecer encerradas e seladas até ao tempo do fim, quer dizer, não deviam ser estudadas de modo especial, ou entendidas em sua maior parte, até aquele tempo. O tempo do fim, como já foi demonstrado, começou em 1798. Como o livro esteve fechado e selado até esse tempo, é claro que naquele tempo, ou a partir desse ponto, o livro seria aberto. As pessoas poderiam compreendê-lo melhor e sua atenção seria especialmente atraída para esta parte da Palavra inspirada. Não é preciso recordar ao leitor o que desde aquele tempo se tem feito com referência à profecia. As profecias, especialmente as de Daniel, têm sido examinadas por muitos estudantes deste mundo onde quer que a civilização entendeu sua luz sobre a Terra. De modo que o restante do versículo, sendo uma predição do que deve ocorrer após o início do tempo do fim, diz: “Muitos correrão de uma parte para outra, e a ciência se multiplicará” (Almeida RC). Quer este correr de uma parte para outra se refira ao traslado de pessoas de um lugar a outro e aos grandes progressos nos meios de transporte e de locomoção alcançados no século passado, quer signifique, como alguns entendem, que percorreriam as profecias, ou seja, buscariam fervorosa e diligentemente a verdade profética, o certo é que nossos olhos contemplam seu cumprimento. Deve encontrar sua aplicação num destes dois modos. E em ambos os aspectos nossa época notavelmente se destaca.

O aumento do conhecimento — “E o saber se multiplicará.” Isto deve referir-se à multiplicação do conhecimento em geral, o desenvolvimento das artes e ciências, ou a um aumento do conhecimento referente às coisas reveladas a Daniel, que haviam de ficar encerradas e seladas até o tempo do fim. Aqui novamente, qualquer que seja a aplicação que dermos, o cumprimento é notável e completo. Consideremos as admiráveis produções da mente e as formidáveis obras das mãos humanas, que rivalizam com os mais ousados sonhos dos magos antigos, mas que se desenvolveram nos últimos cem anos apenas. Nesse período se progrediu mais em todos os ramos científicos, e mais progressos foram feitos nas comunidades humanas, na rápida execução dos trabalhos, na transmissão dos pensamentos e palavras, nos meios de viajar rapidamente de um lugar a outro e até de um continente a outro, que durante os três mil anos anteriores.

Maquinaria agrícola — Comparem-se os métodos de colheita que são praticados em nossa época com o antigo método de colher à mão feito nos dias de nossos avós. Hoje uma só máquina corta, debulha e coleta em bolsas os cereais e os deixa prontos para o mercado.

Navios modernos e guerra mecanizada — A guerra moderna usa navios poderosos de superfície e submarinos, como também aviões de bombardeio e de

caça que nem sequer eram sonhados a meados do século passado. Os tanques e os caminhões, a artilharia motorizada e outros implementos substituíram os animais e aríetes dos antigos.

A estrada-de-ferro — A primeira locomotiva construída nos EUA foi fabricada na fundição West Point, Nova York, e começou a funcionar em 1830. Atualmente houve tanto progresso nas estradas-de-ferro que os trens aerodinâmicos chegam a velocidades de 160 quilômetros por hora.

Os transatlânticos — Somente um século após iniciar a navegação a vapor, os maiores transatlânticos podem cruzar o oceano entre a Europa e a América em quatro dias. Oferecem todas as comodidades que se encontram nos hotéis mais luxuosos.

A televisão — Depois veio a radiotelegrafia, um milagre, em 1896. Por volta de 1921, essa descoberta se desenvolveu na propagação radiotelefônica. Agora a televisão, a transmissão sem fio do que se vê e se ouve, até de projeções cinematográficas nas ondas etéreas, é uma realidade nacional.

O automóvel — Não faz muito o automóvel era desconhecido. Agora toda a população dos EUA poderia estar viajando ao mesmo tempo de automóvel. Certos automóveis de corrida têm alcançado velocidades superiores a 500 quilômetros por hora. Enormes ônibus de passageiros cruzam os continentes, e nas grandes cidades substituíram os bondes elétricos.

A máquina de escrever — O primeiro modelo da máquina de escrever moderna foi posto a venda em 1874. Agora as máquinas velozes e silenciosas destinadas tanto ao escritório como à residência adaptam-se a todo tipo de escrita e tabelas, e vieram a ser uma parte indispensável dos equipamentos comerciais.

A imprensa moderna — Para ter uma ideia do progresso feito neste ramo basta pôr em contraste a imprensa manual que Benjamim Franklin usava com as rotativas de alta velocidade que imprimem os diários a um ritmo duas vezes mais rápido que o de uma metralhadora.

A câmara fotográfica — O primeiro retrato de um rosto humano feito com o auxílio do sol foi obra do professor João Guilherme Draper de Nova York em 1840, mediante um aperfeiçoamento do processo de Niepce e Daguerre, os criadores franceses da fotografia. Desde 1924, graças ao aperfeiçoamento das lentes e as emulsões tem-se tirado fotos de grandes distâncias e de vastas extensões, desde aviões que voavam a grande altura. Podem tirar-se fotografias de objetos invisíveis a olho nu mediante os raios X e os raios infravermelhos. A fotografia colorida fez também muitos progressos. Desde seu início em 1895, a cinematografia chegou a exercer uma poderosa influência na vida de milhões de pessoas. Foram aperfeiçoadas as câmaras fotográficas e outras para tirar a cores e são produzidas a preços reduzidos que as colocam ao alcance das multidões.

A aeronavegação — A conquista do espaço pelo homem foi realizada pelo aeroplano em 1903. É um dos mais notáveis triunfos da história. Serviços regulares de passageiros e de correios foram estabelecidos através do oceano entre todos os continentes.

O telefone — A primeira patente de telefone foi concedida a Alexandre Graham Bell em 1876. Desde então se têm estendido redes intrincadas de telefone por todos os continentes para vincular os povos e as pessoas.

Máquinas tipográficas — Estas produziram uma revolução na arte de imprimir. A primeira máquina que compôs tipo mecanicamente foi patenteada na Inglaterra em 1822 pelo Dr. Guilherme Church. Das muitas máquinas introduzidas desde então, as que se usam atualmente são máquinas que fundem seus próprios tipos, como a linotipo inventada por Mergenthaler (1878), e a monotipo, inventada em Lanston em 1885.

A composição à distância — Mediante uma combinação de telégrafo e máquinas fundidoras de linha, agora é possível que um operário situado numa estação central componha material para a imprensa por telégrafo simultaneamente, a qualquer distância e em tantos lugares quantos estejam vinculados à estação central. Isto permite compor as notícias com uma economia de 50 a 100 por cento.

As pontes suspensas — A primeira ponte suspensa que mereça ser lembrada nos EUA foi construída sobre o rio Niágara em 1855. A ponte da Porta de Ouro, que cruza a entrada da baía de São Francisco, foi terminada em 1937 ao custo de 35.000.000 de dólares, tem o maior arco do mundo, a saber 1.275 metros. Feitos semelhantes na construção de pontes foram realizados em todos os países progressistas do mundo.

Eis uma lista parcial dos progressos feitos nos conhecimentos desde o tempo do fim iniciado em 1798:

Iluminação a gás, 1798; penas de aço, 1803; fósforos, 1820; máquina de costura, 1841; anestesia por éter e clorofórmio, 1846; cabo submarino, 1858; a metralhadora Gatling, 1861; navio de guerra blindado, 1862; freios automáticos nos trens, 1872; sismógrafo, 1880; turbina a vapor, 1883; raios X, 1895; radium, 1898; telefone transcontinental, 1915.

Que galáxia de maravilhas surgidas na mesma época! Quão admiráveis são as proezas científicas de nossa era, sobre a qual todas estas descobertas e invenções concentram sua luz! Chegamos realmente à era da multiplicação do saber.

Para honra do cristianismo, notemos em que países e por quem foram feitas estas descobertas que tanto contribuíram para tornar a vida mais fácil e mais cômoda. Tem sido em países cristãos e entre cristãos, desde a grande Reforma. Não podem ser estes progressos creditados à Idade Média, que proporcionou só um disfarce do cristianismo; nem aos pagãos, que em sua ignorância não conhecem a Deus, nem aos habitantes das terras cristãs que negam a Deus. Na verdade, o

espírito de igualdade e liberdade individual estimulado pelo evangelho de Cristo, quando pregado em sua pureza original, é o que liberta o corpo e o espírito dos seres humanos, convida-os ao máximo uso de suas faculdades e torna possível uma era de liberdade de pensamento e ação capaz de realizações tão admiráveis.

O aumento do conhecimento da Bíblia — Mas se assumirmos outro ponto de vista e interpretarmos a multiplicação do saber como aumento do conhecimento da Bíblia, apenas importa olharmos para a luz maravilhosa que nos resplandeceu sobre as Escrituras durante o último século e meio. O cumprimento da profecia se tem revelado na história. O emprego de um seguro princípio de interpretação levou à indiscutível conclusão de que o fim de todas as coisas está próximo. Na verdade o selo do livro foi tirado e aumentou admiravelmente o conhecimento acerca do que Deus revelou em Sua Palavra. Cremos ser neste aspecto que a profecia mais especialmente se cumpre, pois somente numa era sem paralelo como a atual poderia a profecia cumprir-se.

Que estamos no tempo do fim o demonstra Apocalipse 10:2, onde se vê um poderoso anjo descer do céu com um livrinho aberto na mão. Já não podia ficar selado o livro dessa profecia, mas seria aberto e compreendido. Para achar a prova de que o livrinho que ali é dito estar aberto é o livro aqui encerrado e selado quando Daniel o escreveu, e de que o anjo entrega sua mensagem nesta geração, ver os comentários sobre Apocalipse 10:2.

VERSÍCULOS 5-7: Então, eu, Daniel, olhei, e eis que estavam em pé outros dois, um, de um lado do rio, o outro, do outro lado. Um deles disse ao homem vestido de linho, que estava sobre as águas do rio: Quando se cumprirão estas maravilhas? Ouvi o homem vestido de linho, que estava sobre as águas do rio, quando levantou a mão direita e a esquerda ao céu e jurou, por aquele que vive eternamente, que isso seria depois de um tempo, dois tempos e metade de um tempo. E, quando se acabar a destruição do poder do povo santo, estas coisas todas se cumprirão.

Quando será o fim? — A pergunta: “Quando se cumprirão estas maravilhas?” se refere, sem dúvida, a tudo o que foi anteriormente mencionado, inclusive o ato de Miguel levantar-Se, o tempo de angústia, o livramento do povo de Deus e a ressurreição especial, do versículo 2. A resposta parece dar-se em duas partes. Primeiro, é assinalado um período profético específico; segue-se um período profético indefinido antes que se chegue à conclusão de todas estas coisas, assim como o encontramos em Daniel 8:13, 14. Quando se perguntou: “Até quando durará a visão [...] na qual era entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados?” a resposta mencionou um período de 2.300 dias, seguido de um período indefinido que abrangeria a purificação do santuário. Assim, no texto que consideramos é indicado o período de um tempo, tempos e metade de um tempo, a saber, 1.260 anos e logo um período indefinido para continuar a destruição do poder do povo santo, antes da consumação.

Os 1260 anos assinalam o período da supremacia papal. Por que se introduz este período aqui? Provavelmente porque esta potência é a que tem feito mais que qualquer outra na história do mundo para destruir o poder do povo santo, ou seja, oprimir a igreja de Deus. Mas que devemos entender pela expressão: “Quando se acabar a destruição do poder do povo santo”? ou como diz a Nova Versão Internacional: “Quando o poder do povo santo for finalmente quebrado.” Em algumas versões se traduz esta frase assim: “Quando ele acabar a dispersão” etc., e nesse caso o pronome “ele” parece designar “Aquele que vive eternamente”, ou seja Jeová. Mas, como diz judiciosamente um eminente intérprete das profecias, ao considerar os pronomes da Bíblia devemos interpretá-los de acordo com os feitos do caso e com frequência devemos relacioná-los com um antecedente compreendido, em vez de um nome expresso. De modo que aqui o chifre pequeno, ou homem do pecado, depois de ter sido introduzido pela menção particular do tempo de sua supremacia, os 1.260 anos, deve ser o poder a que se refere o pronome *ele*. Durante 1260 anos oprimiu cruelmente a igreja ou lhe dissipou a força.

Depois de lhe ser tirada a supremacia, permanece sua disposição adversa para com a verdade e seus defensores, é continua sentindo até certo ponto seu poder e prossegue sua obra de opressão na medida do que lhe é possível, mas até quando? Até o último dos acontecimentos apresentados no versículo 1, a saber, o livramento do povo de Deus. Uma vez liberto, os poderes perseguidores já não podem oprimi-lo, sua força já não fica dispersa, chega-se ao fim das maravilhas preditas nesta grande profecia e todas as suas predições estarão cumpridas.

Ou, sem particularmente alterar o sentido, podemos referir o pronome “ele” ao Ser mencionado no juramento do versículo 7, “Aquele que vive eternamente”, quer dizer, Deus, pois Ele emprega os agentes dos poderes terrestres para castigar e disciplinar o Seu povo, e neste sentido se pode dizer que Ele mesmo lhe destrói o poder. Por intermédio de Seu profeta Ele disse acerca do reino de Israel: “Ruína, Ruína! A ruínas a reduzirei, até que venha Aquele a Quem ela pertence de direito” (Ezequiel 21:27). Também encontramos que “até os tempos dos gentios se completarem, Jerusalém será pisada por eles” (Lucas 21:24). Igualmente significativa é a profecia de Daniel 8:13: “Até quando durará a visão [...] na qual era entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados?” Quem as entrega a esta condição? Deus. Por quê? Para disciplinar, purificar, embranquecer e provar o Seu povo. Até quando? Até que o santuário seja purificado.

VERSÍCULOS 8-10: Eu ouvi, porém não entendi; então, eu disse: meu senhor, qual será o fim destas coisas? Ele respondeu: Vai, Daniel, porque estas palavras estão encerradas e seladas até ao tempo do fim. Muitos serão purificados, embranquecidos e provados; mas os perversos procederão perversamente, e nenhum deles entenderá, mas os sábios entenderão.

O livro selado até o fim do tempo — A solicitude de Daniel para entender plenamente tudo o que lhe fora mostrado nos lembra vividamente as palavras

de Pedro quando fala dos profetas que diligentemente indagaram e inquiriram, procurando compreender as predições referentes aos sofrimentos de Cristo e a glória que os seguiria. Diz-nos que “a eles foi revelado que, não para si mesmos, mas para” nós ministravam (1 Pedro 1:12). Quão pouco do que alguns dos profetas escreveram lhes foi permitido entender! Mas nem por isso se recusaram a escrever. Se Deus lhes pedia isso, sabiam que oportunamente cuidaria de que Seu povo recebesse de seus escritos todo o benefício que Ele queria que recebesse.

De modo que as palavras aqui dirigidas a Daniel lhe indicavam que, quando chegasse o devido tempo, os sábios entenderiam o significado do que ele havia escrito e o aproveitariam. O tempo do fim era o momento em que o Espírito de Deus haveria de romper o selo deste livro. Era o tempo durante o qual os sábios entenderiam, enquanto os ímpios, que não têm o senso dos valores eternos, por ter o coração endurecido pelo pecado, continuarão cada vez piores e mais cegos. Nenhum dos ímpios entende. Eles chamam insensatez e presunção os esforços que os sábios fazem para entender e perguntam: “Onde está a promessa de Sua vinda?” Se alguém perguntar: De que tempo e de que geração fala o profeta? A resposta sempre deve ser: Do tempo atual e da geração em que vivemos. Esta linguagem do profeta está recebendo notável cumprimento.

A redação do versículo 10 parece singular à primeira vista: “Muitos serão purificados, embranquecidos e provados.” Pode alguém perguntar: Como poderiam ser purificados e depois embranquecidos ou provados (como a linguagem parece implicar) quando é a prova que os purifica e embranquece? A linguagem, sem dúvida, descreve um processo que muitas vezes se repete na experiência daqueles que, durante esse tempo, vão sendo preparados para a vinda do Senhor e Seu reino. São purificados e embranquecidos, em comparação com sua situação anterior. Logo são novamente provados. Maiores provas lhes são impostas. Se as suportarem, continua a obra de purificação até alcançarem um caráter mais puro. Chegando a esse estado são novamente provados, e ainda mais purificados e embranquecidos. Assim o processo continua, até desenvolverem um caráter que suportará a prova no grande dia do juízo e chegam a uma condição espiritual que já não necessite de prova.

VERSÍCULO 11: Depois do tempo em que o sacrifício diário for tirado, e posta a abominação desoladora, haverá ainda mil duzentos e noventa dias.

Os 1.290 dias proféticos — Aqui se introduz um novo período profético, a saber, o dos 1290 dias proféticos, que segundo a autoridade bíblica deve representar o mesmo número de anos literais. Pelo contexto, alguns têm deduzido que este período se inicia com o estabelecimento da abominação desoladora, ou seja, o poder papal, no ano 538, e conseqüentemente se estenderia a 1828. Nesta última data nada encontramos que assinale o término de tal período, mas achamos provas de que tal período se inicia antes do estabelecimento da abominação papal. Um estudo do original hebraico indica que o texto deve ser

lido assim: “Desde o tempo em que o contínuo sacrifício será tirado, para se estabelecer a abominação desoladora, haverá 1.290 dias.”

O ano 508 a.C. — Não nos é dito diretamente até que evento chegam os 1.290 dias, mas pelo fato de que seu início fica assinalado por uma obra que irá preparar o terreno para o estabelecimento do papado, é natural concluir que seu final ficará assinalado pela cessação da supremacia papal. Se de 1798 voltamos 1.290 anos para trás chegamos ao ano 508. Este período é sem dúvida mencionado para revelar a data em que foi tirado o contínuo, e é o único que o revela. Portanto, os dois períodos — o de 1.260 dias e o de 1.290 dias — terminam juntos em 1798. O último começa em 538, e o primeiro em 508, ou seja, 30 anos antes. Abaixo daremos algumas citações históricas a favor da data de 508.

O batismo de Clóvis — “Quanto aos escritos de Anastácio [...] há um que ele dirigiu a Clóvis, rei dos francos, para felicitar a esse príncipe por sua conversão à religião cristã. Porque Clóvis, primeiro rei cristão dos francos, foi batizado no dia de Natal de 496, segundo alguns no mesmo dia em que o papa foi ordenado” (Archibald Bower, *The History of the Popes*, vol. 1, p. 295).

Tomás Hodgkin diz:

O resultado desta cerimônia foi que mudou as relações políticas de todo estado das Gálias. Embora os francos se encontravam entre as mais incultas e menos civilizadas tribos que cruzaram o Reno ao oeste, como católicos já lhes estava garantida a bem-aventurança do clero católico em toda cidade, e aonde ira o clero, seguiam os provinciais “romanos”, ou em outras palavras os leigos que falavam latim. Clóvis, imediatamente após o seu batismo, recebeu uma carta entusiasta de boas-vindas ao verdadeiro redil, escrita por Avito, bispo de Viena, o eclesiástico mais eminente do reino burgúndio (Tomás Hodgkin, *Theodoric the Goth*, p. 190, 191).

Clóvis, o primeiro príncipe católico — “É de observar que Clóvis naquele tempo (496) o único príncipe católico do mundo conhecido no sentido então da palavra católico. Anastácio, imperador do Oriente, professava o eutiquismo. Teodorico, rei dos ostrogodos na Itália, Alarico, rei dos visigodos, e dono de toda a Espanha, e da terça parte da Gália, assim como os reis dos burgúndios, suevos e vândalos, nas Gálias, Espanha e África, eram todos dedicados discípulos de Ário. Quanto aos outros reis dos francos estabelecidos nas Gálias, ainda eram pagãos. Clóvis não era apenas o único príncipe católico do mundo nesse tempo, mas foi o primeiro rei que abraçou a religião católica; e isto conferiu ao rei da França o título de ‘Cristianíssima Majestade’, e o de ‘Filho Mais Velho da Igreja’. Mas se tivéssemos que comparar a conduta e as ações de Clóvis, o católico, com as do rei ariano Teodorico, esta comparação não redundaria em honra à fé católica absolutamente (Archibald Bower, *The History of the Popes*,

vol. 1, nota ao é da p. 295; ver também Henrique Hart Milman, *History of Latin Christianity*, vol. 1, p. 381-388).

Os príncipes arianos punham os papas em perigo — Efraim Emerton, que foi professor na Universidade de Harvard, disse:

No tempo em que os francos travaram a batalha de Estrasburgo, os bispos da cidade de Roma foram considerados como os dirigentes da igreja do que fora no Império Ocidental. Tinham chegado a chamar-se papas e estavam buscando dominar a igreja do ocidente assim como um rei governava seu povo. Vimos quanto respeito um papa venerável como Leão podia infundir a rudes destruidores como Átila e Genserico. Mas os papas sempre tinham sido devotos católicos, opostos ao arianismo aonde quer que aparecesse. No tempo da conversão do rei franco achavam-se em constante perigo da parte dos ostrogodos arianos que se tinham estabelecido na Itália. Teodorico não tinha incomodado a religião de Roma, mas podia levantar-se um novo rei que buscasse impor o arianismo sobre toda a Itália. Assim o papa grandemente se alegrou ao saber que os francos, ao converterem-se recentemente, tinham aceito sua forma de crença cristã. Dispôs-se a abençoar qualquer empreendimento deles como obra de Deus, uma vez que se dirigisse contra os arianos a quem considerava piores que os pagãos. Assim por volta do ano 500 iniciou, entre o papado romano e o rei franco, um entendimento que havia de amadurecer em íntima aliança e contribuir muito para fortalecer toda a história futura da Europa (Efraim Emerton, *Introduction to the Study of the Middle Ages*, p. 65, 66).

A conversão de Clóvis foi um contratempo para os arianos — “O evento que aumentou os temores de todos os reis arianos, e que não deixou a cada um deles a esperança que a de ser o último que fosse devorado, foi a conversão de Clóvis, o rei pagão dos francos” (Tomás Hodgkin, *Theodoric the Goth*, p. 186).

Uma aliança bárbara contra Clóvis — “Os reis dos bárbaros foram [...] convidados a unir-se em uma ‘aliança de paz’, para deter as agressões ilícitas de Clóvis que os deixava a todos em perigo” (Idem, p. 198, 199). “Formar tal confederação e vincular todas as antigas monarquias arianas contra este estado católico ambicioso que ameaçava absorvê-las, foi o principal propósito de Teodorico” (Idem, p. 194).

Clóvis inicia uma guerra religiosa — “A ação diplomática de Teodorico foi imponente para impedir a guerra; pode até ser que motivou Clóvis a atacar rapidamente antes de formarem uma coalizão contra ele. Em uma assembleia de sua nação (talvez o ‘Campo de Marte’), no início de 507, declarou impetuosamente: ‘Considero muito incômodo que estes arianos dominem uma parte tão grande das Gálias. Vamos e vencamos com a ajuda de Deus e sujeitemos a

terra.' A declaração agradou a toda a multidão e o exército reunido marchou ao sul até Loira" (Idem, p. 199).

Clóvis derrota os visigodos — “A próxima campanha do rei franco teve muito maior importância e êxito. Estava empenhado a provar sua fortuna contra o jovem rei dos visigodos, cuja fraqueza pessoal e impopularidade para com os súditos romanos o tentaram como *casus belli* as perseguições arianas de Alarico, que, como seu pai Eurico, era mau senhor para seus súditos católicos. [...] *Em 507 Clóvis declarou guerra aos visigodos*” (Carlos Oman, *The Dark Ages*, p. 62).

Não se sabe por que a explosão tardou até o ano 507. Que o rei dos francos foi o agressor é coisa certa. Achou facilmente um pretexto para iniciar a guerra como campeão e protetor do cristianismo católico contra as medidas absolutamente justas que Alarico tomava contra seu clero ortodoxo traidor. [...] Na primavera de 507, ele [Clóvis] cruzou repentinamente o Loira e marchou a Poitiers. [...] A quinze quilômetros de Poitiers, os visigodos tinham ocupado suas posições. Alarico adiou o início da batalha porque esperava as tropas ostrogodas, mas como estas foram dificultadas pelo aparecimento de uma frota bizantina em águas italianas, resolveu lutar e não bater em retirada, como a prudência aconselhava. Durante a perseguição o rei dos godos morreu, diz-se, em mãos de Clóvis (507). Com esta derrota terminou para sempre o domínio dos visigodos na Gália (*The Cambridge Medieval History*, vol. 1, p. 286).

É evidente, pela linguagem de Gregório de Tours, que este conflito entre os francos e os visigodos foi considerado pelo partido ortodoxo de seu tempo e de outros anteriores, como uma guerra religiosa, da qual, do ponto de vista humano, dependia que prevalecesse o credo católico ou o ariano na Europa ocidental (Gualterio C. Perry, *The Franks, From Their First Appearance in History to the Death of King Pepin*, p. 85).

508. Pouco depois destes eventos, Clóvis recebeu do imperador grego Anastácio os títulos e a dignidade de nobre e cônsul romano, embora parece que o imperador, ao outorgá-los, foi compelido mais por seu ódio ao ostrogodo Teodorico que pelo amor que tinha para com o franco inquieto e usurpador. O significado destes títulos antiquados, quanto à sua aplicação aos que não tinham nenhuma relação direta com qualquer divisão do Império Romano, não foi jamais completamente explicado. [...] O sol de Roma havia-se posto. Mas ainda descansava sobre o mundo o crepúsculo de sua grandeza. Os reis e guerreiros germanos recebiam com prazer e portavam com orgulho um título que os ligava àquela cidade imperial, de cujo domínio universal, de

cuja habilidade no manejo das armas e nas artes, viam os vestígios por toda a parte (Idem, p. 88, 89).

Em 508 Clóvis recebeu em Tours as insígnias do consulado que lhe enviara o imperador oriental Anastácio, mas o título era puramente honorífico. Clóvis passou os últimos anos de sua vida em Paris, que tornou a capital do seu reino (*Encyclopedia Britannica*, 11ª ed., art. “Clóvis”, vol. 6, p. 563).

Fim da resistência ariana. Fora eliminado o reino visigodo, mas focava ainda a aliança das potências arianas sob Teodorico. Alarico havia contado com a ajuda de Teodorico, mas ela falhou. No ano seguinte, em 508, Teodorico dirigiu-se contra Clóvis e ganhou a vitória, depois da qual inexplicavelmente fez a paz com ele, e terminou a resistência das potências arianas (Tomás Hodgkin, *Theodoric the Goth*, p. 202, 203; Nugent Robinson, *A History of the World*, vol. 1, p. 75-79, 81, 82).

Significado das vitórias de Clóvis — A eminência que Clóvis tinha alcançado no ano 508 e o significado de suas vitórias para o futuro da Europa e da igreja, eram tão grandes que os historiadores não podem passar por alto sem fazer comentários.

A sua conquista não foi uma conquista temporal. O reino dos godos ocidentais e dos burgúndios passaram a ser o reino dos francos. Finalmente chegaram invasores que iam permanecer. Estava decidido que os francos e não os godos tinham de dirigir os desígnios futuros da Gália e Alemanha, e que a fé católica, e não o arianismo, havia de ser a religião desses grandes reinos (Richard W. Church, *The Beginning of the Middle Ages*, p. 38, 39).

Clóvis foi o primeiro a unir todos os elementos dos quais se formaria a nova ordem social, a saber, os bárbaros, a quem estabeleceu no poder; a civilização romana, à qual tributou homenagem recebendo as insígnias de nobre e de cônsul das mãos do imperador Anastácio; e finalmente a igreja católica, com a que formou a aliança frutífera que continuaram seus sucessores (Victor Duruy, *The History of the Middle Ages*, p. 32).

Preparou a aliança da Igreja com o Estado — “Nele [Clóvis] uniam-se as religiões, e duas épocas do mundo. Quando ele nasceu, o mundo romano ainda era uma potência; sua morte assinala o amanhecer da Idade Média. Ele ocupou o cargo vago de imperador oriental e preparou o caminho para o que Carlos Magno aperfeiçoou: a fusão da civilização romana com a germana, a aliança da Igreja e o Estado” (Júlio von Pfluk-Harttung, *A History of All Nations*, vol. 2, p. 72).

Clóvis salvou a igreja do paganismo e do arianismo — “Ele [Clóvis] tinha demonstrado em todas as ocasiões que era um implacável foragido, conquistador ambicioso, tirano sanguinário; mas por sua conversão tinha preparado o triunfo do catolicismo; salvou a igreja romana dos perigos de Escila e Caríbdis, que eram a heresia e o paganismo, firmou-a sobre uma rocha no próprio centro da Europa, e fixou suas doutrinas e tradições nos corações dos conquistadores do Ocidente” (Gualterio C. Perry, *The Franks, From Their First Appearance in History to the Death of King Pepin*, p. 97).

Fundamento da igreja medieval — “Os resultados da ocupação da Gália [pelos francos] foram tão importantes, o império que fundaram, sua aliança com a igreja, suas noções legais e suas instituições políticas, tudo isto exerceu uma tão decisiva influência sobre o futuro que sua história merece consideração à parte. [...] Eles receberam a herança política do Império Romano, na verdade a honra de transmiti-la toscamente e muito menos extensa e eficientemente; entretanto, foi uma continuação real da obra política que Roma havia estado fazendo. Eles só representam aquela unidade que Roma estabelecera, e enquanto essa unidade permaneceu como fato definido, foram os francos que a mantiveram. [...] Sua carreira inicia apenas no fim do século V, e então, como sucede amiúde em casos semelhantes, é o gênio de um homem, um grande caudilho, o que cria a nação. [...] Clóvis [...] aparece como um dos grandes espíritos criadores que dão uma nova direção ao curso da história. [...] O terceiro passo de grande importância neste processo de união foi dado também por Clóvis. Uma instituição produzida no mundo antigo antes dos germanos nele entrarem, tinha nascido com vida forte e ampla influência, até mesmo com poder que crescia lentamente, através de todas as mudanças deste período caótico. No futuro seria um poder ainda maior e exercer uma influência ainda mais ampla e mais permanente que a dos francos. [...] Era a igreja romana. *Seria uma grande potência eclesiástica do futuro*. Portanto, era uma questão muito especial saber se os francos, que por sua vez se desenvolveriam numa grande potência política do futuro, seriam aliados desta outra potência ou opostos a ela [...]

Esta questão foi decidida por Clóvis, não muito depois de começar sua carreira, ao se converter ao cristianismo católico. [...] Nestas três maneiras, portanto, Clóvis exerceu uma influência criadora sobre o futuro. Uniu os romanos e os germanos numa base de igualdade, e ambos os povos conservaram a fonte de sua força para formar uma nova civilização. Fundou uma potência política que em si seria quase todos o continente, e acabar com o período das invasões. Estabeleceu a estreita aliança entre as duas grandes forças controladoras do futuro, os dois impérios que continuaram a unidade que Roma tinha criado, o império político e eclesiástico (Jorge Burton Adams, *Civilization During the Middle Ages*, p. 137-144).

Assim no ano 508 terminou a resistência unida que se opunha ao desenvolvimento do papado. A questão da supremacia entre os francos e os godos, entre a religião católica e a ariana, tinha ficado decidida a favor dos católicos.

VERSÍCULOS 12-13: Bem-aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias. Tu, porém, segue o teu caminho até ao fim; pois descansarás e, ao fim dos dias, te levantarás para receber a tua herança.

Os 1.335 dias proféticos — Introduz-se aqui ainda outro período profético, que abrange 1.335 anos. Podemos dizer quando começa e termina? A única chave que temos para solucionar a questão é o fato de que se fala dele em ligação imediata com os 1.290 anos, que começaram em 508, como se demonstrou. A partir desse ponto, diz o profeta, haverá 1290 anos. A frase seguinte diz: “Bem-aventurado o que espera até 1.335 dias.” Mas, a partir de que ponto? Indubitavelmente, do mesmo ponto que o do início dos 1.290 anos, a saber, 508. A menos que sejam contados desse ponto, é impossível situá-los e devem ser excetuados da profecia de Daniel, quando lhes aplicamos as palavras de Cristo: “Quem lê, entenda.” Mateus 24:15. Deste ponto se estenderiam até 1843, pois a soma de 508 com 1335 dá 1843. Começando na primavera da primeira data, terminam na primavera da última.

Mas alguém perguntará: Como sabemos que já terminaram, se no fim desses dias Daniel se levanta para receber sua herança, o que alguns entendem ser a ressurreição dos mortos? Esta pergunta se baseia num duplo equívoco. Em primeiro lugar, afirma-se que os dias no fim dos quais Daniel se levanta são os 1.335 dias; e em segundo lugar, que o levantamento de Daniel é sua ressurreição, o que também não se pode afirmar. A única coisa prometida para o fim dos 1.335 dias é uma bênção para os que aguardam e chegam até esse tempo, isto é, aos que então estiveram vivos.

Que bem-aventurança é essa? Olhando para o ano 1843, quando esses anos terminaram, que contemplamos? Vemos um notável cumprimento da profecia na grande proclamação da segunda vinda de Cristo. Quarenta e cinco anos antes começou o tempo do fim, o livro foi aberto e começou a aumentar a luz. Por volta de 1843 grandiosamente culminou toda a luz que fora derramada sobre os diversos assuntos proféticos. A proclamação se realizou com grande poder. A nova e comovente doutrina do estabelecimento do reino de Deus abalou o mundo. Nova vida foi comunicada aos verdadeiros discípulos de Cristo. Os incrédulos ficaram condenados, as igrejas eram provadas e se despertou um reavivamento sem igual desde esse tempo.

Foi esta a bênção? Escutemos as palavras do Salvador: “Bem-aventurados os vossos olhos”, disse aos Seus discípulos, “porque veem; e vossos ouvidos, porque ouvem.”(Mateus 13:16) Também disse a Seus discípulos que profetas e reis desejaram ver as coisas que eles viam e não as viram. Mas lhes disse: “Bem-

-aventurados os olhos que veem as coisas que vós vedes.” Se uma nova e gloriosa verdade era nos dias de Cristo uma bênção para os que a recebiam, por que não o seria igualmente em 1843?

Pode-se objetar que os participantes desse movimento ficaram desapontados em sua expectativa. O mesmo aconteceu com os discípulos de Cristo por ocasião de Sua primeira vinda. Eles O aclamaram em Sua entrada triunfal em Jerusalém, esperando que tomasse o reino. Mas o único trono ao qual Ele subiu foi a cruz e em vez de ser admitido como rei num palácio, Seu corpo inerte foi deixado no sepulcro novo de José. Contudo, foram “bem-aventurados” por haverem recebido as verdades que tinham ouvido.

Pode-se também objetar que essa não foi uma bem-aventurança suficiente para ser assinalada por um período profético. Por que não, já que o período em que há de ocorrer, o tempo do fim, é introduzido por um período profético; já que nosso Senhor, no versículo 14 de Sua grande profecia de Mateus 24, anuncia este movimento de forma especial; e já que também é apresentado em Apocalipse 14:6, 7, sob o símbolo de um anjo voando pelo meio do céu com um anúncio especial do Evangelho eterno aos habitantes da Terra? Por certo a Bíblia dá muita importância a este movimento.

Mais duas questões devem notar-se brevemente: A que dias se refere o versículo 13? Que significa, segundo outra versão, estar Daniel em sua sorte? Os que afirmam que os dias são os 1.335 anos são levados a essa aplicação porque não olham atrás, além do versículo anterior, onde os 1.335 dias são mencionados. Ao passo que para interpretar esses dias tão indefinidamente introduzidos, deve certamente considerar-se todo o alcance da profecia desde o capítulo 8 de Daniel. Os capítulos 9, 10, 11 e 12 são claramente uma continuação e explicação da visão de Daniel 8. Daí podermos dizer que na visão do capítulo 8, conforme a temos seguido e explicado, há quatro períodos proféticos: os 2.300, os 1.260, os 1.290 e os 1.335 dias. O primeiro é o período principal e o mais longo; os outros são apenas partes intermediárias e subdivisões do primeiro. Agora, quando o anjo diz a Daniel, ao concluir suas instruções, que o profeta estará em sua sorte até o fim dos dias, sem especificar a que período se referia, não se volveria naturalmente a atenção de Daniel para o período principal e mais longo, os 2.300 dias, em vez de a qualquer de suas subdivisões? Nesse caso, os 2.300 dias são o período indicado. A tradução dos Setenta parece apontar claramente nesta direção: “Tu, porém, segue teu caminho e descansa; porque há ainda dias e estações até o pleno cumprimento [destas coisas]; e te levantarás em tua sorte no fim dos dias.” Isto certamente nos faz lembrar o longo período contido na primeira visão, em relação com a qual foram dadas as instruções subsequentes.

Como já se demonstrou, os 2300 dias terminaram em 1844 e nos levaram à purificação do santuário. Como Daniel se levantou em sua sorte nesse tempo? Na pessoa de seu Advogado, nosso grande Sumo Sacerdote, que apresenta os

casos dos justos para que sejam aceitos por Seu Pai. A palavra aqui traduzida como “sorte” não significa parcela de propriedade imóvel, lote de terra, mas as “decisões” da sorte ou as “determinações da Providência.” No fim dos dias, a sorte seria lançada, por assim dizer. Em outras palavras, decidir-se-ia quem seria havido por digno de entrar na posse da herança celestial. Quando o caso de Daniel se apresenta a exame, ele é achado justo, subsiste e lhe é destinado um lugar na Canaã celestial.

Quando Israel estava para entrar na Terra Prometida, lançaram sortes e a cada tribo foi designada sua possessão. As tribos estiveram assim em suas “sortes” muito antes de entrarem realmente na posse da terra. O tempo da purificação do santuário corresponde a este período da história de Israel. Estamos agora nos limites da Canaã celestial e estão sendo tomadas as decisões que atribuem a alguns um lugar no reino eterno, e privam a outros para sempre daquele. Na decisão de seu caso é assegurado a Daniel a porção de sua herança celestial. Com ele estarão também de pé todos os fiéis. Quando este consagrado servo de Deus, que preencheu toda a sua longa vida com nobres ações de serviço ao seu Criador, embora sobre ele se acumulassem os mais pesados cuidados desta vida, entrar em sua recompensa pela prática do bem, poderemos também entrar com ele no repouso.

Concluimos nossas considerações sobre este livro com a observação de que nos proporcionou não pouca satisfação dedicar tempo e estudo a suas profecias maravilhosas e contemplar o caráter desse homem muito amado e o mais ilustre dos profetas. Deus não faz acepção de pessoas, e os que manifestem um caráter como o de Daniel verão manifestar-se em sua vida o favor divino de forma tão assinalada como ele o recebeu. Cultivemos suas virtudes para como ele termos a aprovação de Deus enquanto vivermos nesta Terra e na vida vindoura possamos habitar entre as criações de Sua glória infinita.

Apocalypse

Introdução ao Apocalipse

A PALAVRA grega “*Apocalypsis*” significa revelação, e o livro com este nome foi descrito como “um panorama da glória de Cristo”. Nos Evangelhos temos a história de Sua humilhação e condescendência, de Seus trabalhos e sofrimentos, Sua paciência e as zombarias que teve que sofrer da parte daqueles que deviam tê-Lo reverenciado, e finalmente lemos como na cruz ignominiosa sofreu a morte que naquela época se estimava a mais vergonhosa que os homens pudessem infligir. No Apocalipse, temos o Evangelho de Sua entronização em glória, Sua relação com o Pai no trono do domínio universal, Sua providência predominante entre as nações da terra, e Sua segunda vinda, não como estrangeiro sem lar, e sim com poder e grande glória, para castigar Seus inimigos e recompensar Seus discípulos.

Neste livro são-nos apresentadas cenas cuja glória supera a de qualquer fábula. Suas páginas sagradas dirigem insistentes apelos e ameaças de juízo sem paralelo em parte alguma do livro de Deus. Nele é proporcionado aos humildes discípulos de Cristo neste mundo o consolo que nenhuma linguagem pode descrever. Nenhum outro livro nos eleva a outra esfera de forma tão rápida e irresistível. Ali são abertos diante de nossos olhos amplos panoramas, que não conhecem os limites de objetos terrenos, e nos introduzem em outro mundo. Se alguma vez já houve temas de interesse emocionante e impressionante, imagens grandiosas e sublimes, e descrições magníficas capazes de interessar à humanidade, certamente são os do Apocalipse, que por seu meio nos convida a estudar cuidadosamente suas páginas e dirige nossa atenção às realidades de um futuro portentoso e um mundo invisível.

Apocalipse 01 — O Método Divino da Revelação Profética

O livro do Apocalipse começa com o anúncio do seu título e com uma bênção dirigida aos que prestam diligente atenção às suas solenes declarações proféticas:

VERSÍCULOS 1-3: “Revelação de Jesus Cristo, que Deus lhe deu para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer e que ele, enviando por intermédio do seu anjo, notificou ao seu servo João, o qual atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus Cristo, quanto a tudo o que viu. Bem-aventurados aqueles que leem e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas, pois o tempo está próximo.”

O título — Os tradutores da Bíblia deram a este livro o título de *Apocalipse do Apóstolo S. João* (RC), Apocalipse de João (RA). Mas ao fazê-lo contradizem as primeiras palavras do próprio livro, que declara ser a “Revelação de Jesus Cristo”. Jesus Cristo é o Revelador, e não João. João é apenas o instrumento usado por Cristo para escrever esta revelação destinada a beneficiar Sua igreja. Este João é o discípulo a quem Jesus amou e favoreceu entre os doze. Foi evangelista, apóstolo e o autor do Evangelho e das epístolas que levam o seu nome. Aos títulos anteriores deve-se agregar o de profeta, porque o Apocalipse é uma profecia, e assim o denomina João. Mas o conteúdo deste livro emana de uma fonte ainda mais elevada. Não é apenas a revelação de Jesus Cristo, mas a revelação que Deus Lhe deu. Sua origem é, em primeiro lugar, a grande Fonte de toda a sabedoria e verdade: Deus, o Pai; Ele a comunicou a Jesus Cristo, o Filho; e Cristo enviou-a por Seu anjo ao Seu servo João.

O caráter do livro — Este está expresso na palavra “Revelação”. Uma revelação é algo manifesto ou dado a conhecer, não algo encoberto ou oculto. Moisés diz-nos que “as coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus; porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre” (Deuteronômio 29:29). Portanto, o próprio título do livro refuta eficientemente a opinião corrente de que este livro se conta entre os mistérios de Deus e não pode ser compreendido. Se fosse assim, teria o título de “Mistério” ou “Livro Oculto”, e não o de “Revelação”.

Seu objetivo — “Para mostrar aos Seus servos as coisas que em breve devem acontecer”. Quem são Seus servos? A quem foi dada a revelação? Teria que ser a algumas pessoas específicas, a algumas igrejas em particular, ou a algum período especial? Não; é para toda a igreja em todo o tempo, enquanto estejam para cumprir-se quaisquer dos acontecimentos preditos. É para todos os que podem reclamar o título de “Seus servos” onde e quando quer que existam.

Deus diz que deu esta profecia para mostrar a Seus servos as coisas que iriam acontecer; e não obstante, muitos expositores da Sua palavra dizem-

-nos que ninguém a pode compreender! É como se Deus pretendesse tornar conhecidas aos homens importantes verdades e, entretanto, caísse na insensatez terrena de revesti-las de linguagem ou figuras incompreensíveis para a mente humana! É como se mandasse a uma pessoa olhar para um objeto distante, e logo levantasse uma barreira impenetrável entre essa pessoa e o objeto, ou como se desse a Seus servos uma luz para guiá-los através das trevas da noite, e cobrisse essa luz com um pano tão espesso que não deixasse passar um único raio de seu resplendor. Como desonram a Deus os que assim brincam com Sua palavra! Não, o Apocalipse realizará o objetivo para o qual foi dado, e “Seus servos” conhecerão, por seu intermédio, “as coisas que em breve devem acontecer” e que dizem respeito à sua salvação eterna.

Seu anjo — Cristo enviou o Apocalipse e o notificou a João pelo “Seu anjo”. Parece que aqui se trata de um anjo em particular. Que anjo podia com propriedade chamar-se o anjo de Cristo? Já encontramos a resposta a esta pergunta em nosso estudo, nos comentários sobre Daniel 10:21. Chegamos ali à conclusão de que as verdades destinadas a ser reveladas a Daniel foram confiadas exclusivamente a Cristo e a um anjo chamado Gabriel. Assim como ao comunicar uma importante verdade ao profeta amado, também é a obra de Cristo no Apocalipse — é a transmissão de uma importante verdade ao “discípulo amado”. Quem pode ser Seu anjo nesta obra a não ser aquele que ajudou a Daniel na obra profética anterior, a saber, o anjo Gabriel? Pareceriam também apropriado que o mesmo anjo que o mesmo anjo empregado para comunicar mensagens ao profeta amado de outrora, desempenhasse o mesmo cargo em relação com o profeta João na era evangélica (Ver comentários sobre Apocalipse 19:10).

Uma bênção ao leitor — “Bem-aventurado aquele que lê, e os que ouvem as palavras desta profecia” (RC) Haverá alguma bênção, tão direta e categórica, pronunciada sobre a leitura e observância de qualquer outra porção da Palavra de Deus? Quanto isso nos estimula a estudá-la! Diremos que não se pode compreender? Seria lógico oferecer uma bênção para o estudo de um livro que não nos beneficiaria? Deus pronunciou a Sua bênção sobre o leitor desta profecia, pôs o selo da Sua aprovação sobre um fervoroso estudo das suas páginas maravilhosas. Com esse estímulo de fonte divina, o filho de Deus não se deixará abalar por mil contra-ataques dos homens.

Todo cumprimento da profecia impõe deveres. No Apocalipse há coisas que devem ser guardadas e cumpridas. Há deveres a fazer como resultado da compreensão e do cumprimento da profecia. Um notável exemplo desta classe pode-se ver no capítulo 14:12, onde lemos: “Aqui estão os que guardam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus”.

“O tempo está próximo”, escreve João, e ao dizê-lo nos oferece outro motivo para estudar seu livro. Torna-se cada vez mais importante à medida que

nos aproximamos da grande consumação. Com referência a este ponto oferecemos os pensamentos impressionantes de outro escritor:

Com o passar do tempo, aumenta a importância de estudar o Apocalipse. Nele há coisas que logo devem acontecer. [...] Já quando João registrou as palavras de Deus, o testemunho de Jesus Cristo e todas as coisas que viu, o longo período dentro do qual essas sucessivas cenas se deviam realizar estava próximo. A primeira de toda a série conectada estava a ponto de cumprir-se. Se sua proximidade constituía, então, motivo para estudar o seu conteúdo, quanto mais agora! Cada século que passa, cada ano que transcorre, intensifica a urgência com que devemos prestar atenção a esta parte final da Escritura Sagrada. E porventura não reforça ainda mais a razão de ser desta observação a intensidade do apego de nossos contemporâneos às coisas temporais? Certamente, nunca houve uma época em que uma poderosa influência oposta fosse mais necessária. O Apocalipse de Jesus Cristo, devidamente estudado, apresenta uma adequada influência corretiva. Como seria bom que todos os cristãos pudessem, na mais ampla medida, receber a bênção prometida àqueles que ouvem as palavras desta profecia e guardam as coisas que nela estão escritas, porque o tempo está próximo.

A dedicação — Depois da bênção temos a dedicação nestas palavras:

VERSÍCULO 4: “João, às sete igrejas que se encontram na Ásia, graça e paz a vós outros, da parte daquele que é, que era e que há de vir, da parte dos sete Espíritos que se acham diante do seu trono e da parte de Jesus Cristo, a Fiel Testemunha, o Primogênito dos mortos e o Soberano dos reis da terra. Àquele que nos ama, e, pelo seu sangue, nos libertou dos nossos pecados, e nos constituiu reino, sacerdotes para o seu Deus e Pai, a ele a glória e o domínio pelos séculos dos séculos. Amém!

As igrejas da Ásia — Havia mais de sete igrejas na Ásia, mesmo na parte ocidental da Ásia, conhecida por Ásia Menor. E se considerarmos o território ainda menor, a saber, aquela pequena parte da Ásia Menor, onde estavam situadas as sete igrejas que são mencionadas, notamos que no meio delas havia outras igrejas importantes. Colossos, a cujos cristãos Paulo dirigiu a sua epístola aos Colossenses, estava a pouca distância de Laodicéia. Patmos, onde João teve sua visão, situava-se mais perto de Mileto que de qualquer das igrejas mencionadas. Além disso, Mileto era um centro importante do cristianismo, considerando-se que Paulo fez estada ali e mandou chamar os anciãos da igreja de Éfeso para o encontrarem nesse lugar (Atos 20:17-38). Ali deixou em boas mãos cristãs a Trófimo, seu discípulo doente (2 Timóteo 4:20). Troas, onde Paulo passou um tempo com os discípulos, e de onde, depois de ter esperado passar o sábado, iniciou a sua viagem, não estava longe de Pérgamo, cidade nomeada entre as sete igrejas.

Torna-se, pois, interessante determinar por que é que sete dentre as igrejas da Ásia Menor foram escolhidas como aquelas às quais o Apocalipse foi dedicado. Acaso a saudação do Apocalipse 1 se dirige apenas às sete igrejas literais nomeadas? E ocorre o mesmo com as admoestações a elas endereçadas em Apocalipse 2 e 3? Descrevem coisas que ali existiam então ou retratam apenas o que iria suceder mais tarde? Não podemos chegar a esta conclusão por boas e sólidas razões:

Todo o livro de Apocalipse é dedicado às sete igrejas (Apocalipse 1:3, 11, 19; 22:18 e 19). O livro não era mais aplicável a elas do que a outros cristãos da Ásia Menor, como por exemplo, os que habitavam no Ponto, na Galácia, na Capadócia e na Bitínia, a quem Pedro dirigiu sua epístola (1 Pedro 1:1); ou aos cristãos de Colossos, Troas e Mileto, localizados no meio das igrejas nomeadas.

Apenas uma pequena parte do livro podia referir-se individualmente às sete igrejas, ou a quaisquer cristãos do tempo de João, porque a maioria dos acontecimentos que apresenta estavam tão longe no futuro, que não iriam ocorrer durante a geração que então vivia, e nem ainda no tempo de vida dessas igrejas. Por isso, as igrejas específicas não tinham nada a ver com tais eventos.

É dito que as sete estrelas que o Filho do homem tinha na Sua mão direita são os anjos das sete igrejas (v. 20). Sem dúvida todos concordam que os anjos das igrejas são os ministros das igrejas. O fato de estarem na mão direita do Filho do homem indica o poder mantenedor, a guia e a proteção a eles concedidos. Mas havia apenas sete na Sua mão direita. São apenas sete os assim cuidados pelo grande Mestre das assembléias? Não poderão todos os verdadeiros ministros de todos os tempos evangélicos obter desta imagem o consolo de saber que são sustentados e guiados pela mão direita do grande Cabeça da igreja? Esta parece ser a única conclusão lógica possível de chegar.

Além disso, João, olhando para a dispensação cristã, viu o Filho do homem no meio dos sete castiçais, que representavam sete igrejas. A posição do Filho do homem entre eles deve significar a Sua presença com Seus filhos, o Sua cuidado vigilante sobre eles e a Sua perscrutadora visão de todas as suas obras. Mas, conhece Ele apenas sete igrejas individuais? Não poderemos antes concluir que esta cena representa a Sua posição relativamente a todas as Suas igrejas durante a dispensação evangélica? Então, por que são mencionadas apenas sete? O número sete é usado na Bíblia para significar a plenitude e a perfeição. Portanto, os sete castiçais representam a igreja evangélica através de sete períodos, e as sete igrejas podem receber a mesma aplicação.

Por que foram escolhidas as sete igrejas mencionadas em particular? Sem dúvida, pelo fato de seus nomes, segundo as definições das palavras, apresentarem as características religiosas daqueles períodos da dispensação evangélica que respectivamente deviam representar.

Portanto, compreende-se facilmente que “as sete igrejas” não representam simplesmente as sete igrejas literais da Ásia que foram mencionadas, mas sete períodos da igreja cristã, desde os dias dos apóstolos até o fim do tempo da graça (Ver comentários de Apocalipse 2:1).

A fonte da bênção — “Da parte daquele que é, que era e que há de vir”, ou que há de ser, é uma expressão que neste caso se refere a Deus o Pai. Cremos que esta linguagem nunca é aplicada a Cristo. Fala-se dEle como de outra pessoa, distinta do Ser assim descrito.

Os sete Espíritos — Provavelmente, esta expressão não se refere a anjos, mas ao Espírito de Deus. É uma das fontes de graça e paz para a igreja. Acerca do interessante assunto dos sete Espíritos, observa Thompson: “Isto é, do Espírito Santo, denominado ‘os sete Espíritos’, porque sete é um número sagrado e perfeito; pois esta designação não lhe é dada [...] para indicar pluralidade interior, mas a plenitude e perfeição dos Seus dons e operações.” Alberto Barnes diz: “O número sete pode ter sido dado, portanto, ao Espírito Santo com referência à diversidade ou a plenitude das Suas operações nas almas humanas, e à Sua múltipla atuação nos acontecimentos do mundo, como será posteriormente desenvolvido neste livro”.

O Seu trono — Refere-se ao trono de Deus Pai, porque Cristo não ascendeu ainda ao Seu próprio trono. Os sete Espíritos diante do trono, talvez indicam “ao fato de o Divino Espírito estar, por assim dizer, pronto para ser enviado, de acordo com uma representação comum nas Escrituras, para cumprir propósitos importantes nos assuntos dos homens”.

“E da parte de Jesus Cristo” — Cristo não é, pois a pessoa que, no versículo anterior, é designada como sendo “Aquele que é, que era, e que há de vir”. São aqui mencionadas algumas das principais características que pertencem a Cristo. Ele é “a Fiel Testemunha”. O Seu testemunho é sempre verdadeiro. Tudo o que promete cumprirá, com certeza.

“*O Primogênito dos mortos*” é uma expressão paralela a outras encontradas em 1 Coríntios 15:20, 23; Hebreus 1:6; Romanos 8:29 e Colossenses 1:15, 18, e são aplicadas a Cristo, expressões como “as Primícias dos que dormem”, “o Primogênito no mundo”, “o Primogênito entre muitos irmãos”, “o Primogênito de toda a criação”, “o Primogênito de entre os mortos”. Mas estas expressões não denotam que Ele foi o primeiro a ressuscitar, do ponto de vista do tempo, porque antes dEle outros ressuscitaram. Ademais, este é um ponto sem importância. Cristo é a figura principal e central de todos os que saíram da sepultura, porque foi em virtude da vinda, obra e ressurreição de Cristo que alguns ressuscitaram antes dEle. No propósito de Deus, Ele foi o primeiro tanto do ponto de vista de tempo como de importância, porque embora alguns foram libertos do poder da morte antes dEle, isso não ocorreu senão depois de o propósito do triunfo de Cristo sobre a sepultura ter sido formado na mente de Deus, que “chama as

coisas que não são como se já fossem” (Romanos 4:17, RC), e foram libertos em virtude daquele grande propósito que devia realizar-se no seu devido tempo.

Cristo é “o Príncipe dos reis da Terra” — Em certo sentido Cristo é agora. Paulo informa-nos em Efésios 1:20, 21 que Ele foi posto à direita de Deus nos lugares celestiais, “acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro.” Os mais honrados nomes neste mundo são os de príncipes, reis, imperadores e potentados. Mas Cristo foi posto acima deles. Está sentado com Seu Pai no trono de domínio universal, com Ele governando e dirigindo todas as nações da Terra (Apocalipse 3:21).

Num sentido mais particular Cristo há de ser Príncipe dos reis da Terra quando subir ao Seu próprio trono, e os reinos do mundo passem a ser “de nosso Senhor e do Seu Cristo”, quando forem entregues em Suas mãos pelo Pai, trazendo em Suas vestes o título de “Rei dos reis e Senhor dos senhores”, para despedaçar as nações como a um vaso de oleiro (Apocalipse 19:16; 2:27; Salmos 2:8, 9).

Ademais, fala-se de Cristo como Aquele “que nos ama, e, pelo seu sangue, nos libertou dos nossos pecados.” Talvez cremos que recebemos muito amor de nossos amigos e parentes terrenos — pai, mãe, irmãos, ou amigos íntimos — mas vemos que nenhum amor é digno desse nome comparado com o amor de Cristo por nós. A frase seguinte intensifica o significado das palavras anteriores: “E, pelo Seu sangue, nos lavou dos nossos pecados.” Que amor teve por nós! Disse o apóstolo: “Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a sua vida pelos seus amigos” (João 15:13). Mas Cristo provou o Seu amor para conosco, morrendo por nós, “sendo nós ainda pecadores”.

E há algo mais ainda: “E nos fez reis e sacerdotes para Deus e Seu Pai”. Os que éramos leprosos pelo pecado, fomos purificados; os que éramos inimigos, fomos não só feitos amigos, mas elevados a posições de honra e dignidade. Que amor incomparável! Que provisão sem par fez Deus para que fôssemos purificados do pecado! Consideremos por um momento por um momento o serviço do santuário e seu belo significado. Quando um pecador confessa os pecados e recebe o perdão, Cristo os desfaz, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Nos livros do Céu onde estão registrados, são cobertos pelo sangue de Cristo, e se a pessoa que se converteu a Deus se mantiver fiel à sua profissão de fé, estes pecados jamais serão revelados, mas serão destruídos pelo fogo que purificará a Terra ao serem consumidos pecado e pecadores. Disse o profeta Isaías: “Lançaste para trás de ti todos os meus pecados” (Isaías 38:17). Então será aplicada a declaração feita por Jeremias ao Senhor: “dos seus pecados jamais me lembrarei” (Jeremias 31:34).

Não é de admirar que João, o discípulo amante e amado, atribuisse a este Ser que tanto fez por nós, glória e domínio para todo o sempre.

VERSÍCULO 7: “Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o traspassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele. Certamente. Amém!”

Aqui João nos transporta para a frente, para a segunda vinda de Cristo em glória, o acontecimento culminante da Sua intervenção em favor deste mundo caído. Veio uma vez revestido de fraqueza, agora volta em poder; antes veio em humilhação, agora em glória. Vem nas nuvens, como ascendeu (Atos 1:9, 11).

Sua vinda é visível — “Todo olho O verá”. Todos os que estiverem vivos por ocasião da Sua vinda. Não somos informados de que a vinda pessoal de Cristo terá lugar no silêncio da meia-noite ou só no deserto ou no interior das casas. Não virá como ladrão, no sentido de vir a este mundo furtivamente, em segredo e em silêncio. Mas virá buscar o Seu tesouro mais precioso, Seus santos que dormem e que vivem, comprados com o Seu precioso sangue, aos quais arrebatou do poder da morte em combate franco e justo; e para estes Sua vinda não será menos aberta e triunfante. Será com o brilho e esplendor do relâmpago quando fulgura do oriente ao ocidente (Mateus 24:27). Será como som de trombeta que penetrará até às mais recônditas profundezas da Terra, e com uma voz potente que despertará os santos que dormem nos seus leitos de pó (Mateus 24:31; 1 Tessalonicenses 4:16). Surpreenderá os ímpios como ladrão porque obstinadamente fecharam os olhos aos sinais da Sua aproximação e se recusam a crer nas declarações de Sua Palavra de que Ele se aproximava. Com relação ao segundo advento, não há base nas Escrituras para a representação que fazem alguns de duas vindas, uma privada e outra pública.

“Até quantos O traspassaram” — Além de “todo olho”, como foi mencionado, há uma referência especial aos que desempenharam um papel mais ativo na tragédia da Sua morte, e isso indica que O verão voltar à Terra em triunfo e glória. Mas como sucederá isso? Se não estão vivos agora, como poderão vê-Lo quando vier? Haverá uma ressurreição dos mortos. Este é o único meio de voltar à vida depois de descer ao sepulcro. Mas como é que esses ímpios estarão vivos nessa altura, visto que a ressurreição geral dos ímpios só terá lugar mil anos depois do segundo advento? (Apocalipse 20:1-6).

A esse respeito Daniel diz:

Nesse tempo, se levantará Miguel, o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo, e haverá tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo; mas, naquele tempo, será salvo o teu povo, todo aquele que for achado inscrito no livro. Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno (Daniel 12:1, 2).

Aqui nos é apresentada uma ressurreição parcial, uma ressurreição de certa classe de justos e de ímpios. Ocorre antes da ressurreição geral de cada um desses grupos. Então serão despertados muitos dos que dormem, não

todos; quer dizer, alguns dos justos para a vida eterna, e alguns dos ímpios para vergonha e desprezo eterno. Esta ressurreição acontece em relação com o grande tempo de angústia qual nunca houve antes da vinda do Senhor. Não podem os que “O traspassaram” estar entre os que então ressuscitarem para vergonha e desprezo eterno? Não viria a propósito que os que tomaram parte na maior humilhação do Senhor, e outros notáveis protagonistas na rebelião contra Ele, ressuscitarem para contemplar Sua terrível majestade quando vier triunfante, como labareda de fogo, para tomar vingança dos que não conhecem a Deus e não obedecem ao Seu evangelho?

A resposta da igreja é: “Assim seja. Amém”. Embora esta vinda de Cristo seja para os ímpios uma cena de terror e destruição, é para os justos uma cena de alegria e triunfo. Essa vinda, que é como uma labareda de fogo, para tomar vingança dos ímpios, traz consigo o repouso para todos os que creem (2 Tess.1:6-10). Todos os que amem a Cristo saúdam, como alegres novas de grande alegria, todas as declarações e sinais da Sua vinda.

VERSÍCULO 8 (VERSÃO RC): “Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-poderoso.”

Aqui é introduzido outro interlocutor. Até aqui quem falou foi João. Mas este versículo não tem ligação com que o procede, nem com o que se segue. Deve-se determinar, portanto, quem aqui fala, pelos termos que se emprega. De novo encontramos a expressão: “que é, e que era, e que há de vir”, que já observamos referir-se exclusivamente a Deus. Mas perguntará alguém: A palavra Senhor não dará a entender que se trata de Cristo? Sobre este particular Barnes, apresenta a seguinte nota: “Muitos MSS, em vez de “Senhor”, tem “Deus”, e esta tradução é adotada por Griesbach, Titman e Hahn, e é hoje considerada como a tradução correta”. Bloomfield subentende a palavra Deus, e considera as palavras “o principio e o fim” como uma interpolação. Assim, com propriedade, termina a primeira divisão principal deste capítulo com uma revelação de Si mesmo, feita pelo grande Deus, como tendo uma eternidade de existência, passada e futura, e poder infinito, estando por isto em condições de realizar as suas ameaças e promessas, que nos tem dado neste livro.

VERSÍCULO 9: Eu, João, irmão vosso e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança, em Jesus, achei-me na ilha chamada Patmos, por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus.

Estas palavras têm dado motivo à não pequena controvérsia. Será que na realidade João queria dizer que os cristãos no estado presente se encontram no reino de Cristo, ou, noutros termos, que já se achava estabelecido nos seus dias o reino de Cristo? Se esta linguagem tem alguma relação com o estado presente, deve tê-la num sentido muito limitado e acomodaticio. Os que defendem a sua aplicação terrena recorrem geralmente a I Pedro 2:9 para provar a existência de

um reino no estado presente, e para mostrar a sua natureza. Mas, como observamos o propósito do versículo 6, o reino literal dos santos ainda é no futuro. É por muitas tribulações que nos importa entrar no reino de Deus. Ato 14:22. Mas quando tivermos entrado no reino, cessou a tribulação. A tribulação e o reino não existem simultaneamente. Murdock, ao traduzir do siríaco este versículo, omite a palavra reino, e apresenta a seguinte tradução: “Eu João, vosso irmão, e companheiro na aflição e sofrimento que estão em Jesus o Messias.” Wakefield traduz assim: “Eu João, vosso irmão, e participante convosco em sofrer a aflição do reino de Jesus Cristo.” Bloomfield diz que pelas palavras aflição e paciência “são significadas aflições e perturbações que devem ser suportadas por causa e na causa de Cristo; e [reino] refere-se a que há de ser participante com eles no reino que lhes está preparado.” Diz ele que “o melhor comentário a esta passagem encontra-se em II Tim 2:12”, onde lemos: “Se sofreremos, também com Ele reinaremos.” De tudo isto podemos concluir com segurança que, posto haja um reino de graça no presente estado, o reino a que aludia João é o futuro reino de glória, e o sofrimento e paciência são preparatórios para a sua fruição.

O lugar de onde escreveu — Patmos é uma ilha pequena e estéril perto da costa ocidental da Ásia Menor, entre a ilha de Icária e o promontório de Mileto, onde no tempo de João se encontrava a mais próxima igreja cristã. Tem cerca de 16 quilômetros de comprimento e uns 10 de largura máxima. Seu nome atual é Patmos. A costa é escarpada e consta de uma sucessão de cabos que formam muitos portos. O único usado hoje é uma profunda baía cercada por altos montes de todos os lados, exceto um, onde é protegida por um promontório. A aldeia ligada a este porto está situada num monte elevado e rochoso, que se ergue à margem do mar. A cerca de meio caminho do monte em que está edificada a aldeia, nota-se uma gruta natural na rocha, onde, segundo a tradição, João teve a sua visão e escreveu o Apocalipse. Devido ao seu caráter agreste e isolado, esta ilha era usada durante o Império Romano como lugar de exílio. Isso nos explica por quê João foi banido para ali. Este exílio do apóstolo foi por volta de 94 d.C., sob o Imperador Domiciano, de maneira que o Apocalipse foi escrito em 95 ou 96.

A causa do exílio — “Por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus.” Esse foi o grande delito e crime de João. O tirano Domiciano, revestido então com a púrpura imperial de Roma, era mais eminente por seus vícios do que por sua própria posição civil, e recuou perante este idoso, mas intrépido apóstolo. Não ousou permitir a promulgação do Evangelho em seu reino. Exilou a João para a solitária ilha de Patmos, onde se podia dizer que estava fora do mundo como se estivesse morto. Depois de encerrá-lo naquele árido lugar, e de condená-lo ao cruel trabalho nas minas, o imperador pensou sem dúvida ter eliminado o pregador da justiça, e que o mundo não mais ouviria falar dele.

Assim pensavam também os perseguidores de João Bunyan quando o encerraram na prisão de Bedford. Mas quando o homem pensa ter sepultado a verdade em eterno esquecimento, o Senhor dá-lhe uma ressurreição com decuplicada glória e poder. Da escura e estreita cela de Bunyan brotou um resplendor de luz espiritual, graças à “Viagem do Peregrino”, que durante quase trezentos anos fomentou os interesses do Evangelho. Da estéril ilha de Patmos, onde Domiciano pensava ter apagado pelo menos uma tocha da verdade, surgiu a mais magnífica revelação de todo o cânon sagrado, para derramar sua divina luz sobre todo o mundo cristão até o fim do tempo. Quantos dos que reverenciaram e dos que haviam de reverenciar o nome do discípulo amado por suas arrebatadoras visões da glória celeste, desconhecera o nome do monstro que causou o seu exílio! Em verdade, na vida atual se aplicam por vezes as palavras das Escrituras, que declaram que “o justo ficará em memória eterna”, mas “o nome dos ímpios apodrecerá” (Salmos 112:6; Provérbios 10:7).

VERSÍCULO 10: “Achei-me em espírito, no dia do Senhor, e ouvi, por detrás de mim, grande voz, como de trombeta.”

Em espírito — Embora João estivesse exilado e separado de todos os que professavam a mesma fé e quase exilado do mundo, não estava separado de Deus nem de Cristo nem do Espírito Santo nem dos anjos. Continuava tendo comunhão com o seu divino Senhor. A expressão “em espírito” parece denotar o mais sublime estado de elevação espiritual a que uma pessoa pode ser levada pelo Espírito de Deus. Nesta circunstância, João entrou em visão.

No dia do Senhor — A que dia faz referência esta designação? Uma classe sustenta que a expressão “o dia do Senhor” abrange toda a dispensação cristã e não significa um dia de 24 horas. Outra classe defende que o dia do Senhor é o dia do juízo, o futuro “dia do Senhor”, mencionado com frequência nas Escrituras. A terceira opinião é que a expressão se refere ao primeiro dia da semana. Ainda outra classe sustenta que significa o sétimo dia, o sábado do Senhor.

Em resposta à primeira destas posições basta dizer que o livro do Apocalipse é datado por João, na ilha de Patmos, e isso no dia do Senhor. O autor, o lugar onde foi escrito e o dia em que foi datado, têm uma existência real e não apenas simbólica ou mística. Mas se dizemos que o dia significa a dispensação cristã, lhe damos um significado simbólico ou místico que não é admissível. Por que precisaria João explicar que escrevia no “dia do Senhor” se a expressão significava a dispensação cristã? É conhecido o fato de que o Apocalipse foi escrito uns sessenta anos depois da morte de Cristo.

A segunda opinião, de que é o dia do juízo, não pode ser correta. Embora João tivesse uma visão *acerca* do dia do juízo, não a podia ter *nesse* dia que era ainda futuro. A palavra grega *en* traduzida por *em* foi definida por Thayer assim, referente a tempo: “Períodos ou porções de tempo nos quais sucede algo, *em*,

durante.” Nunca significa *acerca de* ou *sobre*. Sendo assim, os que relacionam esta expressão com o dia do juízo contradizem a linguagem usada, fazendo-a significar *acerca de* em vez de *em*, ou fazem João afirmar uma estranha mentira, dizendo que teve uma visão na ilha de Patmos, há dezenove séculos, *no* dia do juízo, que era ainda futuro.

O terceiro ponto de vista, o mais generalizado, iguala “o dia do Senhor” com o primeiro dia da semana. Mas faltam as provas de que está certo. O próprio texto não define a expressão “dia do Senhor”, e neste caso se a pessoa quer significar primeiro dia da semana devemos buscar em outro lugar da Bíblia a prova disso. Os únicos outros escritores inspirados que falam do primeiro dia são Mateus, Marcos, Lucas e Paulo, e o designam simplesmente como “primeiro dia da semana”. Nunca falam dele, distinguindo-o como superior a um dos outros seis dias de trabalho. Isto é mais notável, do ponto de vista popular, pois três deles falam desse dia no próprio tempo em que é dito que pela ressurreição de Cristo o primeiro dia do Senhor tornou-se o dia do Senhor, e dois o mencionam trinta anos depois desse acontecimento.

É dito que “dia do Senhor” era a expressão usual para o primeiro dia da semana no tempo de João, mas perguntamos: Onde está a prova disso? Não se pode encontrar. Na verdade, temos provas em contrário. Se esta fosse a designação universal do primeiro dia da semana quando o Apocalipse foi escrito, o próprio autor devia certamente chamá-lo assim em todos os seus escritos posteriores. Mas João escreveu o Evangelho depois de ter escrito o Apocalipse, e, todavia, no Evangelho ele chama o primeiro dia da semana não “dia do Senhor”, mas simplesmente “o primeiro dia da semana”. O leitor que quiser provas de que o Evangelho foi escrito depois do Apocalipse, as encontrará nos escritores que são autoridades no assunto.

A declaração em favor do primeiro dia fica mais categoricamente refutada pelo fato de que nem Deus nem Cristo jamais reclamaram o primeiro dia como Seu, em qualquer sentido diferente do atribuído a qualquer dos outros dias de trabalho. Nenhum deles jamais foi abençoado nem chamado santo. Se devesse chamar-se dia do Senhor porque nele Cristo ressuscitou, sem dúvida a Inspiração nos teria informado disso. Se na ausência de qualquer instrução referente à ressurreição chamarmos dia do Senhor o dia quando ela se realizou, por que não daríamos o mesmo nome aos dias em que se efetuaram a crucifixão e a ascensão, que para o plano da salvação representam eventos tão essenciais como a ressurreição?

Tendo sido refutadas as três posições já examinadas, a quarta, a saber a que identifica o dia do Senhor como o sábado reclama a nossa atenção. Em favor deste ponto de vista pode-se dar as provas mais claras. Quando no princípio Deus deu ao homem seis dias na semana para trabalhar, expressamente reservou para Si o sétimo dia, colocou nele a Sua bênção e o reclamou como Seu santo dia

(Gênesis 2:1-3). Moisés disse a Israel no deserto de Sin, no sexto dia da semana: “Amanhã é repouso, o santo sábadó do Senhor” (Êxodo 16:23).

Chegamos ao Sinai, onde o grande Legislador proclamou os Seus preceitos morais com terrível solenidade; e nesse supremo código assim reclama o Seu santo dia: “O sétimo dia é o sábadó *do Senhor teu Deus* [...] porque em seis dias fez o Senhor os céus, e a Terra, o mar, e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou: portanto abençoou o Senhor o dia do sábadó e o santificou.” Pelo profeta Isaías, oitocentos anos mais tarde, falou Deus nos seguintes termos: “Se desviáres o teu pé de profanar o Sábado, e de cuidar dos teus próprios interesses no *Meu santo dia* [...] então te deleitarás no Senhor” (Isaías 58:13, 14).

Chegamos aos tempos do Novo Testamento, e Aquele que é Um com o Pai declara expressamente: “O Filho do homem até do sábadó é Senhor” (Marcos 2:28). Pode alguém negar que o dia que Ele enfaticamente declarou que era *do Senhor* seja de fato o dia do Senhor? Vemos assim que, quer esse título se refira ao Pai quer ao Filho, nenhum outro dia pode ser chamado dia do Senhor senão o sábadó do grande Criador.

Na dispensação cristã há um dia distinto acima dos outros dias da semana como sendo o “dia do Senhor”. Quão completamente este fato refuta a pretensão de alguns que afirmam não haver sábadó nesta dispensação, mas que todos os dias são iguais! Ao chamá-lo “dia do Senhor”, o apóstolo deu-nos, cerca do fim do primeiro século, a sanção apostólica à observância do único dia que pode ser chamado o dia do Senhor, que é o sétimo dia da semana.

Quando Cristo estava na Terra, indicou claramente qual era Seu dia ao dizer: “O Filho do homem até do sábadó é Senhor” (Mateus 12:8). Se tivesse dito: “O Filho do homem até do primeiro dia da semana é Senhor”, não seria isso hoje apresentado como prova concludente de que o primeiro dia da semana é o dia do Senhor? Certamente que sim e com boa razão. Portanto, deve reconhecer-se como válido o mesmo argumento para o sétimo dia, em relação ao qual foram pronunciadas estas palavras.

VERSÍCULOS 11-18: “Dizendo: dizendo: O que vês escreve em livro e manda às sete igrejas: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia e Laodicéia. Voltei-me para ver quem falava comigo e, voltado, vi sete candeeiros de ouro e, no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem, com vestes tálares e cingido, à altura do peito, com uma cinta de ouro. A sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo; os pés, semelhantes ao bronze polido, como que refinado numa fornalha; a voz, como voz de muitas águas. Tinha na mão direita sete estrelas, e da boca saía-lhe uma afiada espada de dois gumes. O seu rosto brilhava como o sol na sua força. Quando o vi, caí a seus pés como morto. Porém ele pôs sobre mim a mão direita, dizendo: Não temas; eu sou o primeiro e o último e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as chaves da morte e do inferno.

A expressão “voltei-me para ver” refere-se à pessoa de quem provinha a voz.

Sete candeeiros de ouro — Estes não podem ser o antítipo do candeeiro de ouro do antigo serviço típico do templo, porque ali havia apenas um candeeiro com sete braços. Fala-se dele sempre no singular. Mas aqui temos sete candeeiros, que são com mais propriedade “suportes de lâmpadas”, suportes sobre os quais se põem lâmpadas para iluminar um aposento. Não têm semelhança com o castiçal do antigo tabernáculo, pelo contrário, os suportes de lâmpada são tão distintos e tão separados uns dos outros que se vê o Filho do homem andando no meio deles.

O Filho do homem — A figura central e absorvente da cena que se abre na visão de João é a majestosa pessoa do Filho do homem, Jesus Cristo. A descrição feita aqui dEle, com as Suas ondulantes vestes, com o Seu cabelo branco, não pela idade, mas pelo brilho da glória celeste, Seus olhos de fogo, Seus pés fulgurantes como o metal reluzente, e Sua voz como o som de muitas águas, não pode ser superada em seu caráter grandioso e sublime. Subjugado pela presença deste augusto Ser, e talvez por um agudo senso da indignidade humana, João caiu a Seus pés como morto, mas uma consoladora mão é posta sobre ele, e uma voz confortadora lhe diz que não tema. Também os cristãos têm hoje o privilégio de sentir essa mão sobre eles, fortalecendo-os e confortando-os em horas de prova e aflição, e ouvir a mesma voz dizendo-lhes: “Não temas”.

Mas a mais alentadora certeza, em todas estas palavras de conforto, é a declaração deste exaltado Ser que vive para sempre e é o árbitro da morte e da sepultura. Diz Ele: “Tenho as chaves da morte e do inferno [hades, a sepultura]”. A morte é um tirano vencido. Ela pode recolher nos sepulcros os seres preciosos da Terra e alegrar-se durante certo tempo com o seu aparente triunfo. Mas está realizando um trabalho infrutífero, porque a chave da sua escura prisão foi arrebatada de sua escura prisão, e está agora segura nas mãos de Alguém mais poderoso do que ela. Ela está obrigada a depositar seus troféus num terreno onde Outro tem controle absoluto; e Este é o imutável Amigo e comprometido Redentor comprometido a salvar a Seu povo. Portanto, não se entristeçam acerca dos justos mortos; eles estão em custódia segura. Durante um pouco de tempo o inimigo os retém, mas um Amigo possui a chave do local da sua prisão temporária.

VERSÍCULO 19: “Escreve, pois, as coisas que viste, e as que são, e as que hão de acontecer depois destas.”

Neste versículo é dada a João uma ordem muito definida para escrever toda a revelação, que se referiria mais a acontecimentos então futuros. Em alguns poucos casos haveria referências a acontecimentos então passados ou que estavam sucedendo, mas essas referências tinham apenas o propósito de introduzir coisas que deviam cumprir-se mais tarde, de maneira que nenhum elo na cadeia pudesse faltar.

VERSÍCULO 20: “Quanto ao mistério das sete estrelas que viste na minha mão direita e aos sete candeeiros de ouro, as sete estrelas são os anjos das sete igrejas, e os sete candeeiros são as sete igrejas.”

Representar o Filho do homem como tendo em Sua mão apenas os ministros das sete igrejas literais da Ásia Menor, e andando apenas no meio dessas sete igrejas, seria reduzir as sublimes representações e declarações deste capítulo e dos seguintes a relativa insignificância. O providencial cuidado e presença do Senhor não se limitam a um número específico de igrejas, porém são para todo o Seu povo; não apenas no tempo de João, mas através de todos os séculos. “Eis que estou convosco todos os dias”, disse Ele aos Seus discípulos, “até à consumação dos séculos” (Ver as observações sobre o v. 4).

Apocalipse 02 — As Cartas de Jesus às Igrejas

No primeiro capítulo, o profeta esboçou o tema das sete igrejas e seu ministério, representadas pelos sete castiçais e aos ministros pelas sete estrelas. Considera agora cada igreja em particular e escreve a respectiva mensagem, dirigindo em cada caso a epístola ao anjo, ou seja, seu ministério.

VERSÍCULOS 1-7: A o anjo da igreja em Éfeso escreve: Estas coisas diz aquele que conserva na mão direita as sete estrelas e que anda no meio dos sete candeeiros de ouro: Conheço as tuas obras, tanto o teu labor como a tua perseverança, e que não podes suportar homens maus, e que puseste à prova os que a si mesmos se declaram apóstolos e não são, e os achaste mentirosos; e tens perseverança, e suportaste provas por causa do meu nome, e não te deixaste esmorecer. Tenho, porém, contra ti que abandonaste o teu primeiro amor. Lembra-te, pois, de onde caíste, arrepende-te e volta à prática das primeiras obras; e, se não, venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro, caso não te arrependas. Tens, contudo, a teu favor que odeias as obras dos nicolaítas, as quais eu também odeio. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei que se alimente da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus.

A igreja de Éfeso — Nas observações referentes a Apocalipse 1:4 foram apresentadas algumas razões por que as mensagens dirigidas às sete igrejas devem ser consideradas como proféticas e aplicáveis a sete períodos distintos que abrangem a dispensação cristã. Podemos acrescentar agora que esta opinião não é nova. Tomás Newton diz: “Muitos pretendem, e entre eles homens tão sábios como More e Vitringa, que as sete epístolas são proféticas e se referem a outros tantos períodos sucessivos ou estados da igreja, desde o início até o fim”.

Tomás Scott diz: “Muitos expositores pensam que estas epístolas às sete igrejas são profecias bíblicas de sete períodos distintos, em que se divide todo período compreendido desde os dias dos apóstolos até o fim do mundo”.

Embora nem Newton e nem Scott apoiem esta opinião, o seu testemunho demonstra que foi o ponto de vista de *muitos expositores*. Dois deles dizem:

O mais antigo comentarista do Apocalipse cuja obra chegou a nós, foi Vitorino, bispo de Pettau, o Petávio, que sofreu o martírio em 303. Foi contemporâneo de Irineu, e homem de piedade e diligência na apresentação dos ensinamentos das Escrituras e vigoroso em sua percepção do significado dos escritores sagrados. A maior parte de seus escritos, com exceção de alguns fragmentos, perdeu-se. Ficaram seus comentários do Apocalipse em um texto menos fiel do que poderíamos desejar, mas são suficientes para nos dar o resumo de suas opiniões. Em sua

Scholia in Apocalypsin, diz que o que João dirige a uma igreja, dirige a todas; que Paulo foi o primeiro a ensinar que há sete Igrejas em todo o mundo, e que as sete Igrejas nomeadas representam a Igreja Católica [universal]; e que João, a fim de seguir o mesmo método, não ultrapassou o número sete.

O que Vitorino quer dizer é que Paulo, ao escrever sete Igrejas, e apenas sete, queria dar a entender que todas as igrejas de todos os tempos são abrangidas nas sete; e que, de igual maneira, as sete Igrejas do Apocalipse destinam-se a abranger todas as igrejas do mundo, isto é, a Igreja Católica [universal] de todos os tempos. Essa era também a opinião de Ticonio no século IV; de Aretas da Capadócia e Primasio de Andrumeto no século VI; e de Vitranga, Mede, Moro, Girdlestone e muitos outros teólogos de épocas posteriores.

Mede expôs as Sete Epístolas como proféticas das Sete Épocas da Igreja, de tal modo que todo o bem ali encontrado sobre ela e todo o mal acerca de Roma (ver Trench, loc. cit., p. 228). Mais tarde, Vitranga expôs as epístolas segundo o mesmo princípio; e escreve (p. 32-36): “Existimo Spiritum S. sub typo et emblemate. Septem Ecclesiarum Asiae nobis [...] voluisse depingere septem variantes status Ecclesiae Christianae [...] usque ad Adventum Domini”; acrescentando “demonstratur illas Prophetice non Dogmatice exponendas”.

Mede (em suas “Obras”, Advert, cap. 10, p. 905) apresenta mais amplamente sua opinião como segue: “Se consideramos que seu número é sete, que é o número de revolução de vezes, ou se consideramos a eleição do Espírito Santo que não abrange todas as igrejas nem sequer as mais famosas do mundo, como Antioquia, Alexandria, Roma [...] se se consideram bem estas coisas não se podem ver que estas sete igrejas, além de seu aspecto literal, estavam destinadas a ser modelos e figuras das diversas épocas da igreja católica do princípio ao fim? De modo que estas sete igrejas seriam para nós amostras proféticas de sete temperamentos e estados sucessivos de toda a igreja visível segundo suas diferentes épocas. [...] E sendo assim [...] então certamente a Primeira Igreja (ou seja o estado efésio) deve ser a primeira, e a última será a derradeira. [...] A menção dos falsos judeus e a sinagoga de Satanás (em Apoc. 2) ao falar das cinco igrejas do meio, indica que pertencem aos tempos da Besta e Babilônia. E quanto à sexta em particular temos um caráter apropriado onde situá-la, a saber, parcialmente por volta do período da queda da Besta, e parcialmente após sua destruição, ao vir a Nova Jerusalém”.

Lendo os autores acima citados, nota-se que o que levou os comentadores dos tempos mais modernos a descartar a ideia da natureza profética das mensagens às sete igrejas foi a doutrina relativamente recente e antibíblica do milênio temporal. O último período da igreja, como descrito em Apocalipse 3:15-17, parecia incompatível com o glorioso estado de coisas que devia existir na Terra durante mil anos, com todo o mundo convertido a Deus. Neste caso como em tantos outros, leva-se o ponto de vista bíblico a dar ao mais agradável. Os corações dos homens, como nos tempos antigos, ainda amam coisas aprazíveis e os seus ouvidos estão sempre favoravelmente abertos para os que lhes profetizem paz.

A primeira igreja é chamada Éfeso. Segundo a interpretação feita aqui, abrangeria o primeiro período, ou seja, o período apostólico. A definição da palavra Éfeso é “desejável”, palavra que descreve fielmente o caráter e condição da igreja durante seu primeiro estado. Os cristãos primitivos receberam a doutrina de Cristo toda a sua pureza. Desfrutaram os benefícios e bênçãos dos dons do Espírito Santo. Distinguiam-se por suas obras, trabalho e paciência. Fiéis aos puros princípios ensinados por Cristo, não podiam suportar os que praticavam o mal e punham à prova os falsos apóstolos, examinavam os seus verdadeiros caracteres e achavam-nos mentirosos. Não temos evidência de que isto fosse feito em maior escala pela igreja literal de Éfeso do que por outras igrejas desse tempo. Paulo nada diz a este respeito na epístola que escreveu àquela igreja. Era uma obra que toda a igreja cristã realizava naquele período, e essa era muita a propósito que o fizesse (Ver Atos 15:2 Coríntios 11:13).

O anjo da igreja — O anjo de uma igreja deve significar um mensageiro ou ministro dessa igreja. Como cada igreja abrange certo período, o anjo de cada igreja deve significar o ministério, ou seja, o conjunto dos verdadeiros ministros de Cristo durante o período abrangido por essa igreja. Pelo fato das diferentes mensagens serem dirigidas aos ministros, não podem ser aplicáveis só a eles, mas se dirigem, com propriedade, por meio deles à igreja.

Um motivo de censura — “Tenho, porém, contra ti”, diz Cristo, “que abandonaste o teu primeiro amor”. “O abandono do primeiro amor é tão digno de censura como o afastamento de uma doutrina fundamental ou da moralidade bíblica. Aqui a igreja não é acusada de cair da graça, nem de ter permitido a extinção do amor, mas à sua diminuição. Não há zelo nem sofrimento que possam expiar a falta do primeiro amor.” Na vida cristã de alguém, jamais deveria chegar o tempo em que, caso lhe perguntassem qual foi o período de seu maior amor por Cristo, não pudesse responder: “O momento atual.” Mas se tal tempo chegasse, então deveria lembrar-se de onde caiu, meditar nisso, cuidadosamente recordar o estado de sua primeira aceitação de Deus, apressar-se a arrepender-se, e voltar a dirigir seus passos para essa desejável posição. O amor, como a fé, é manifestado por obras, e o primeiro amor, quando alcançado, trará sempre consigo as primeiras obras.

A admoestação — “E, se não, venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro, caso não te arrependas.” A vinda mencionada aqui deve ser uma vinda figurada, significando um juízo ou castigo, porquanto é condicional. A remoção do castiçal significa o fato de lhe serem tirados a luz e os privilégios do Evangelho e confiá-los a outras mãos, a menos que desempenhe melhor as responsabilidades a ela confiadas. Significa que Cristo rejeita os membros como Seus representantes que hão de levar a luz da verdade e do Evangelho perante o mundo. Esta ameaça aplica-se tanto aos membros individuais como ao conjunto da igreja. Não sabemos quantos assim fracassaram e foram rejeitados dentre os que professavam o cristianismo durante aquele período; sem dúvida foram muitos. Assim continuaram as coisas, alguns permanecendo firmes, outros apostatando, deixando de transmitir luz ao mundo; mas novos crentes iam preenchendo as vagas feitas pela morte e apostasia, até que a igreja alcançou uma nova era em sua experiência, apontada como outro período na sua história e abrangida por outra mensagem.

Os nicolaítas — Quão pronto está Cristo a elogiar o Seu povo pelas boas qualidades que possua! Se há alguma coisa que Ele aprova, logo a menciona. É nesta mensagem à igreja de Éfeso, tendo mencionado primeiro as suas boas qualidades e depois os fracassos, como se não quisesse passar por alto nenhuma das suas boas qualidades, menciona que eles aborreciam as obras dos nicolaítas, que Ele também aborrecia. A doutrina dos mesmos é condenada no versículo 15. Parece que eram pessoas cujas ações e doutrinas eram abominação para o Céu. Sua origem é de certa maneira duvidosa. Alguns dizem que procediam de Nicolau de Antioquia, um dos sete diáconos (Atos 6:5); outros, que a sua origem era atribuída a ele, só para se apoiar com o prestígio do seu nome; enquanto que uma terceira opinião é que a seita tomou o nome de um Nicolau de data posterior. A última teoria é provavelmente a opinião mais correta. Acerca das suas doutrinas e práticas, parece ser opinião geral que defendiam a poligamia, considerando o adultério e a fornicção como coisas indiferentes, e permitiam o comer coisas oferecidas aos ídolos (Ver Clarke, Kitto e outros comentaristas).

O convite a prestar atenção — “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas”. Esta é uma forma solene de atrair a atenção universal para o que é de importância geral e mais urgente. Idêntica linguagem é usada com cada uma das sete igrejas. Cristo, quando esteve na Terra, usou a mesma forma de falar para chamar a atenção do povo para os mais importantes dos Seus ensinamentos. Usou-a com referência à missão de João (Mateus 11:15), à parábola do semeador (Mateus 13:9) e à parábola do joio, apresentando o fim do mundo (Mateus 13:43). É também usada quanto a um importante acontecimento profético em Apocalipse 13:9.

A promessa ao vencedor — Ao vencedor é prometido que há de comer da árvore da vida que cresce no meio do paraíso, o jardim de Deus. Onde está esse

Paraíso? Está no terceiro Céu. Paulo escreve, em 2 Coríntios 12:2, que conheceu um homem (referia-se a si mesmo), que foi arrebatado até o terceiro Céu. No versículo 4 ele diz que foi arrebatado ao “Paraíso”, o que nos permite tirar a conclusão de que esse Paraíso está no terceiro Céu. Parece que neste Paraíso está a árvore da vida. A Bíblia apresenta só uma árvore da vida. É mencionada seis vezes: três em Gênesis e três, no Apocalipse, mas todas as vezes o nome é acompanhado com o artigo definido “a”. É a árvore da vida no primeiro livro da Bíblia, a árvore da vida no último, a árvore da vida no “Paraíso” (termo usado na tradução grega de Gênesis) do Éden, no princípio, e a árvore da vida no Paraíso celestial de que agora João fala. Se há apenas uma árvore, e ela esteve no princípio na Terra, pode-se perguntar como pode estar agora no Céu. A resposta é que deve ter sido levada para o Paraíso celeste. A única maneira de um mesmo corpo situado num lugar passar para outro lugar possa situar-se em outro é pelo seu transporte físico para ali. Há boas razões para crer que a árvore da vida foi levada da Terra para o Céu. Em II Esdras 7:26 [Apócrifo] aparece esta linguagem: “Eis tempo virá em que estes sinais que te tenho dito hão de acontecer, e a esposa aparecerá, e ao vir há de ser vista a que agora está retirada da terra.” Há aqui uma alusão evidente “à esposa, a mulher do cordeiro” (Apocalipse 21:9), que é a “santa cidade, a nova Jerusalém” (versículo 10; Gálatas 4:26), na qual está a árvore da vida (Apocalipse 22:2), que “agora está retirada da Terra”, mas que na devida época aparecerá, e será colocada entre os homens. Apocalipse 21:2-3 Um comentarista observa a respeito:

O ato de Deus ao colocar querubins “para guardar o caminho da árvore da vida” (Gênesis 3:24), no jardim do Éden, não tem apenas um aspecto que indica severidade judicial, mas é também, em certo sentido, uma promessa cheia de consolação. O bem-aventurado lugar, do qual o homem foi expulso, não é aniquilado nem abandonado à desolação e ruína, mas retirado da Terra e da humanidade e confiado ao cuidado das mais perfeitas criaturas de Deus, para poder por fim ser restituído ao homem depois de remido (Apocalipse 22:2). O jardim, como foi antes que Deus o plantasse e adornasse, caiu sob maldição, como o resto da Terra, mas o acréscimo celestial e paradisíaco foi eximido e confiado aos querubins. O Paraíso verdadeiro (ideal) foi trasladado ao mundo invisível. Mas pelo menos uma cópia simbólica dele, estabelecida no lugar santíssimo do tabernáculo, foi concedida ao povo de Israel segundo o modelo que Moisés viu no monte (Êxodo 25:9, 40); no próprio original, como renovada habitação do homem remido, descerá finalmente à Terra (Apocalipse 21:10).

Ao vencedor é, pois, prometida uma restituição superior ao que Adão perdeu. Esta promessa se dirige não apenas aos vencedores daquele período da igreja, mas a todos os vencedores de todos os tempos, porque as grandes

recompensas do Céu não têm restrições. Leitor, ponha empenho por ser um vencedor, pois quem tiver acesso à árvore da vida, que está no meio do Paraíso de Deus, jamais morrerá.

O período da igreja — Pode considerar-se o tempo abrangido por esta primeira igreja como se estendendo desde a ressurreição de Cristo até o fim do primeiro século, ou à morte do último dos apóstolos.

VERSÍCULO 8-11: Ao anjo da igreja em Esmirna escreve: Estas coisas diz o primeiro e o último, que esteve morto e tornou a viver: Conheço a tua tribulação, a tua pobreza (mas tu és rico) e a blasfêmia dos que a si mesmos se declaram judeus e não são, sendo, antes, sinagoga de Satanás. Não temas as coisas que tens de sofrer. Eis que o diabo está para lançar em prisão alguns dentre vós, para serdes postos à prova, e tereis tribulação de dez dias. Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: O vencedor de nenhum modo sofrerá dano da segunda morte.

A igreja de Esmirna — Note-se que ao apresentar-se a cada igreja, o Senhor menciona algumas das Suas características que Lhe atribuem idoneidade para dar-lhes o testemunho que profere. A igreja de Esmirna, que estava prestes a passar pela prova ardente da perseguição, revela-se como o que foi morto e reviveu. Se fossem chamados a selar com o sangue o seu testemunho, deviam lembrar-se de que repousavam sobre eles os olhos dAquele que participou da mesma sorte, mas triunfou sobre a morte e podia fazê-los sair das suas sepulturas de mártires.

Pobreza e riqueza — “Conheço [...] a tua pobreza”, diz-lhes Cristo, “(mas tu és rico).” À primeira vista, isto parece um estranho paradoxo! Mas quem são os verdadeiros ricos neste mundo? Os que são “ricos na fé” e “herdeiros do reino”. As riquezas deste mundo, pela qual os homens tão avidamente lutam pelas quais com frequência trocam a felicidade presente e a vida eterna futura, são “moeda que não corre no Céu”. Segundo a justa observação de certo escritor, “há muitos ricos pobres, e muitos pobres ricos”.

“A si mesmos se declaram judeus e não são” — É evidente que o termo “judeu” não é aqui usado no sentido literal. Denota um caráter que foi aprovado pelas normas evangélicas. A linguagem de Paulo esclarece este ponto. Diz ele: “Porque não é judeu o que o é exteriormente, nem é circuncisão a que o é exteriormente na carne. Mas é judeu o que o é no interior, e circuncisão a que é do coração, no espírito, não na letra: cujo louvor não provém dos homens, mas de Deus” (Romanos 2:28, 29). E, noutro lugar, diz: “Porque nem todos os que são de Israel, são israelitas; nem por serem descendência de Abraão são todos filhos” (Romanos 9:6, 7). Em Gálatas 3:28, 29 Paulo diz-nos ainda que em Cristo não há distinção exterior entre judeu e grego, mas se somos de Cristo, então somos descendência de Abraão (no verdadeiro sentido) e herdeiros segundo a promessa. Dizer, como alguns, que o termo “judeu” nunca é aplicado a cristãos, é contra-

dizer todas estas declarações inspiradas de Paulo e o testemunho da Testemunha fiel e verdadeira à igreja de Esmirna. Alguns hipocritamente pretendiam ser judeus neste sentido cristão, quando nada possuíam no respectivo caráter. Esses tais eram da sinagoga de Satanás.

Tribulação de dez dias — Como esta mensagem é profética, o tempo mencionado nela deve também ser considerado como profético. Em vista de que um dia profético representa um ano literal, os dez dias representam dez anos. E é um fato notável que a última e mais sangrenta das perseguições durou justamente dez anos, de 303 a 313.

Seria difícil aplicar esta linguagem se não se considerar que estas mensagens como proféticas, porque nesse caso apenas podiam ser significados dez dias literais. Não é provável que uma perseguição de dez dias, sofrida por uma única igreja, constituísse assunto de profecia; e nenhuma referência de um caso de tão restrita perseguição se pode encontrar. Por outro lado, aplicada esta perseguição a alguma das notáveis perseguições daquele período, como se pode dizer que se refere a uma igreja apenas? Todas as igrejas sofreram essas perseguições. Portanto, não seria apropriado destacar um só grupo, com exclusão dos restantes, como o única envolvida em tal calamidade.

A admoestação — “Sê fiel até a morte.” Alguns pretendem fazer desta expressão um argumento em favor da recepção da imortalidade no momento da morte. É um argumento sem peso, pois não se afirma aqui que a coroa da vida seja concedida imediatamente depois da morte. Por isso, devemos estudar outras passagens da Escritura para saber quando será dada a coroa da vida; e essas passagens nos dão plena informação. Paulo declara que esta coroa há de ser dada no dia do aparecimento de Cristo (2 Timóteo 4:8), ao soar da última trombeta (1 Coríntios 15:51-54), quando o Senhor descer do Céu (1 Tessalonicenses 4:16, 17); quando aparecer o Sumo Pastor (1 Pedro 5:4). Cristo diz que será na ressurreição dos justos (Lucas 14:14), quando Ele voltar, a fim de levar os Seus para a morada que lhes foi preparar, para que estejam com Ele para sempre (João 14:3). “Sê fiel até a morte” e depois de ter sido assim fiel, quando chegar o tempo de serem recompensados os santos de Deus, receberás a coroa da vida.

A promessa ao vencedor — “De nenhum modo sofrerá dano da segunda morte.” Não é a linguagem usada aqui por Cristo um comentário do que Ele ensinou aos Seus discípulos, quando disse: “Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temeí antes Aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo?” (Mateus 10:28). Os membros da igreja de Esmirna podiam ser mortos aqui, mas a vida futura, que se lhes daria, nenhum homem lhe poderia tirar, nem Deus o permitiria. Assim não deviam temer os que podiam matar o corpo, nem temer coisa alguma das que haveriam de sofrer, pois a sua existência eterna estava assegurada.

Significado e época da igreja — Esmirna significa “mirra”, denominação apropriada para a igreja de Deus ao passar pela fornalha da perseguição, e era para Ele como um “perfume suave”. Mas logo chegamos aos tempos de Constantino, em que a igreja apresenta nova fase, sendo aplicados à sua história nome e mensagens muito diferentes.

Segundo a aplicação anterior, os limites da igreja de Esmirna seriam os anos 100-323.

VERSÍCULOS 12-17: Ao anjo da igreja em Pérgamo escreve: Estas coisas diz aquele que tem a espada afiada de dois gumes: Conheço o lugar em que habitas, onde está o trono de Satanás, e que conservas o meu nome e não negaste a minha fé, ainda nos dias de Antipas, minha testemunha, meu fiel, o qual foi morto entre vós, onde Satanás habita. Tenho, todavia, contra ti algumas coisas, pois que tens aí os que sustentam a doutrina de Balaão, o qual ensinava a Balaque a armar ciladas diante dos filhos de Israel para comerem coisas sacrificadas aos ídolos e praticarem a prostituição. Igualmente, também tu tens os que da mesma forma sustentam a doutrina dos nicolaítas. Portanto, arrepende-te; e, se não, venho a ti sem demora e contra eles pelejarei com a espada da minha boca. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei do maná escondido, bem como lhe darei uma pedrinha branca, e sobre essa pedrinha escrito um nome novo, o qual ninguém conhece, exceto aquele que o recebe.

A igreja de Pérgamo — Contra a igreja anterior não é pronunciada nenhuma palavra de condenação. A perseguição tende sempre a conservar a igreja pura e incita seus membros à piedade. Mas chegamos agora um período em que começam a operar influências através das quais se foram introduzindo erros e males na igreja.

A palavra “Pérgamo” significa “altura, elevação”. Foi um período em que os verdadeiros servos de Deus tiveram de lutar contra um espírito de política, orgulho e popularidade mundanos entre os professos seguidores de Cristo e contra as virulentas operações do mistério da iniquidade, que finalmente resultaram no completo desenvolvimento do homem do pecado (2 Tessalonicenses 2:3).

O elogio — “Onde está o trono de Satanás.” Cristo reconhece a situação desfavorável do Seu povo durante este período. A linguagem não se refere a qualquer localidade. Satanás opera onde quer que habitem cristãos. Mas certamente há momentos em que opera com especial poder, e o período abrangido pela igreja de Pérgamo foi um deles. Durante esse período a doutrina de Cristo corrompia-se, o mistério da iniquidade operava e Satanás começava a lançar o próprio fundamento desse estupendo sistema de iniquidade: o papado. Daí o desvio predito por Paulo em 2 Tessalonicenses 2:3.

É interessante notar que a cidade de Pérgamo veio a ser a sede do antigo culto babilônico do sol.

Os magos caldeus tiveram um longo período de prosperidade em Babilônia. Um pontífice designado pelo soberano presidia um colégio de 72 hierofantes. [...] [Depois da ocupação medo-persa] os caldeus derrotados fugiram para a Ásia Menor, e estabeleceram seus colégio central em Pérgamo, onde tinham levado consigo o Paladião de Babilônia, ou pedra cúbica. Ali, livres do controle do Estado, perpetuaram os ritos de sua religião, e intrigando com os gregos, maquinaram contra a paz do Império Persa.

Antipas — Há bons motivos para crer que este nome se refira a uma classe de pessoas e não a um indivíduo, porque hoje não se conhece qualquer informação autêntica a respeito de tal personagem. A este propósito diz Guilherme Miller:

Supõe-se que Antipas não tenha sido um indivíduo, mas uma classe de homens que naquele tempo se opunham ao poder dos bispos, ou papas, sendo uma combinação de duas palavras: Anti, contra, oposto, e papas, pai, ou papa. Muitos deles naquele tempo sofreram o martírio em Constantinopla e Roma, onde bispos e papas começavam a exercer o poder que logo reduziria à sujeição os reis da Terra e pisotearia os direitos da igreja de Cristo. E, da minha parte, não vejo motivo para rejeitar esta explicação da palavra “Antipas” no texto, pois que a história daqueles tempos é absolutamente omissa acerca de um indivíduo, como o nomeado aqui.

O Dicionário Bíblico de Watson diz: “A antiga história eclesiástica não apresenta informação alguma deste Antipas.” O Dr. Clarke menciona a existência de uma obra, intitulada “Atos de Antipas”, mas dá-nos a entender que o seu título não merece crédito.

A causa da censura — Uma situação desvantajosa não é desculpa para a igreja cometer erros. Embora essa igreja vivesse num tempo em que Satanás elaborava poderosas seduções, era dever dos membros conservarem-se livres do fermento das suas más doutrinas. Assim, foram censurados por albergarem no seu meio os que seguiam a doutrina de Balaão e os nicolaítas (Ver os comentários sobre os nicolaítas no v. 6). Revela-se aqui em que consistia a doutrina de Balaão. Ele ensinou Balaque a lançar troços diante dos filhos de Israel (Ver o relato completo de sua obra e seus resultados em Números 22:25 e 31:13-16). Parece que Balaão queria amaldiçoar Israel para obter a rica recompensa que Balaque lhe oferecera. Mas, não lhe sendo permitido pelo Senhor amaldiçoá-lo, resolveu realizar essencialmente o mesmo, embora de modo diferente. Aconselhou Balaque a seduzir os israelitas, por meio das mulheres de Moabe, a participarem na celebração dos ritos da idolatria, e em todas as licenciosidades que os acompanhavam. O plano teve êxito. As abominações da idolatria espalharam-se pelo acampamento de Israel, caiu sobre eles a maldição de Deus, e morreram 24.000 pessoas.

As doutrinas censuradas na igreja de Pérgamo eram, sem dúvida, semelhantes em suas tendências, pois levavam à idolatria espiritual e a uma relação ilícita entre a igreja e o mundo. Este espírito produziu finalmente a união entre os poderes civil e eclesiástico, que culminou na formação do papado.

A admoestação — Cristo declarou que se os membros da igreja de Pérgamo não se arrependessem, Ele próprio tomaria o caso em Suas mãos e viria contra eles (em juízo) e batalharia contra eles (os que defendiam essas más doutrinas); e toda a igreja seria feita responsável pelos males praticados por esses hereges tolerados no seu meio.

A promessa ao vencedor — Ao que vencer é prometido que há de comer do maná escondido, e, como sinal de aprovação, há de receber do seu Senhor uma pedra branca, com um novo e precioso nome gravado nela. A maior parte dos comentadores aplicam o maná, a pedra branca e o novo nome a bênçãos espirituais a desfrutar já nesta vida. Mas como todas as outras promessas feitas ao vencedor, também esta se refere sem dúvida ao futuro, e será dada quando chegar o tempo de os santos serem recompensados. As seguintes palavras são as mais satisfatórias:

Os comentadores supõem geralmente que isto se refere a um antigo costume judicial de lançar uma pedra negra numa urna quando se pretendia condenar, e uma pedra branca quando se indultava o preso. Mas este é um ato tão distinto do “dar-lhe-ei uma pedra branca”, que estamos dispostos a concordar com os que pensam que se refere antes a um costume muito diferente, e não desconhecido do leitor dos clássicos, que concorda de modo belo com o caso que temos diante de nós. Nos tempos primitivos, quando as viagens eram difíceis por falta de lugares de alojamento público, os particulares exerciam em larga escala a hospitalidade. Encontramos frequentes vestígios em toda a História, e em particular na do Antigo Testamento. As pessoas que se beneficiavam desta hospitalidade, e as que a praticavam, frequentemente contraíam relações de profunda amizade e consideração mútua; e tornou-se costume arraigado entre os gregos e os romanos dar ao hóspede algum sinal particular, que passava de pais a filhos e garantia hospitalidade e bom tratamento sempre que era apresentado. Este sinal era geralmente uma pequena pedra ou seixo, cortado ao meio, em cujas metades tanto o hospedeiro como o hóspede inscreviam os seus nomes, trocando-as depois entre si. A apresentação desta pedra era o suficiente para assegurar a amizade para si e para os descendentes sempre que de novo viajassem na mesma direção. É evidente que estas pedras deviam ser bem guardadas, e os nomes escritos nelas cuidadosamente ocultos, para que outros não obtivessem os privilégios em vez de as pessoas a quem eram destinadas.

Quão natural, pois, a alusão a este costume nas palavras do texto: “Darei a comer do maná escondido!”, e depois disso, tendo-o feito participante da Minha hospitalidade, tendo-o como Meu hóspede e amigo, “lhe darei uma pedrinha branca, e sobre essa pedrinha escrito um nome novo, o qual ninguém conhece, exceto aquele que o recebe”. Dar-lhe-ei um penhor da Minha amizade, sagrada e inviolável, conhecido só por ele.

Sobre o novo nome diz Wesley muito a propósito: “Jacó, depois da sua vitória, ganhou o nome de Israel. Queres tu saber qual será o teu novo nome? É simples, vence. Até então toda a tua curiosidade é vã. Depois o lerás escrito na pedra branca”.

VERSÍCULOS 18-29: Ao anjo da igreja em Tiatira escreve: Estas coisas diz o Filho de Deus, que tem os olhos como chama de fogo e os pés semelhantes ao bronze polido: Conheço as tuas obras, o teu amor, a tua fé, o teu serviço, a tua perseverança e as tuas últimas obras, mais numerosas do que as primeiras. Tenho, porém, contra ti o tolerares que essa mulher, Jezabel, que a si mesma se declara profetisa, não somente ensine, mas ainda seduza os meus servos a praticarem a prostituição e a comerem coisas sacrificadas aos ídolos. Dei-lhe tempo para que se arrependesse; ela, todavia, não quer arrepender-se da sua prostituição. Eis que a prostro de cama, bem como em grande tribulação os que com ela adulteram, caso não se arrependam das obras que ela incita. Matarei os seus filhos, e todas as igrejas conhecerão que eu sou aquele que sonda mentes e corações, e vos darei a cada um segundo as vossas obras. Digo, todavia, a vós outros, os demais de Tiatira, a tantos quantos não têm essa doutrina e que não conheceram, como eles dizem, as coisas profundas de Satanás: Outra carga não jogarei sobre vós; tão-somente conservai o que tendes, até que eu venha. Ao vencedor, que guardar até ao fim as minhas obras, eu lhe darei autoridade sobre as nações, e com cetro de ferro as regerá e as reduzirá a pedaços como se fossem objetos de barro; assim como também eu recebi de meu Pai, dar-lhe-ei ainda a estrela da manhã. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

Se o período abrangido pela igreja de Pérgamo foi corretamente localizado, terminou com o estabelecimento do papado, em 538. A divisão mais natural que se pode conferir para a igreja de Tiatira seria a duração da supremacia papal, ou seja, os 1.260 anos que transcorrem desde 538 a 1798.

A igreja de Tiatira — Tiatira significa “perfume suave de labor” ou “sacrifício de contrição”. Este nome descreve bem o estado da igreja de Jesus Cristo durante o longo período de triunfo e perseguição papal. Este tempo que foi de terrível tribulação sobre a igreja, como nunca houve (Mateus 24:21) melhorou a condição religiosa dos crentes. Daí o receberem por suas obras, caridade, serviço, fé e paciência, o elogio dAquele cujos olhos são como chama de fogo. As obras são de novo mencionadas como dignas de duplo elogio, visto que as últimas são melhores do que as primeiras. A condição dos membros melhorou, cresceram na

graça e em todos estes elementos do cristianismo. Este progresso, nessas condições, foi elogiado pelo Senhor.

Esta igreja é a única elogiada por progresso em coisas espirituais. Mas assim como na igreja de Pérgamo as circunstâncias desfavoráveis não eram desculpa para falsas doutrinas na igreja, nesta, a quantidade de trabalho, caridade, serviço, fé ou paciência não pode compensar igual pecado. É-lhes apresentado, pois, uma censura por tolerarem no seu meio um agente de Satanás.

O motivo da censura — “Essa mulher, Jezabel”. Como na igreja precedente Antipas não significava um indivíduo, mas uma classe de pessoas, “Jezabel” é aqui apresentada no mesmo sentido. Watson afirma: “O nome de Jezabel é usado proverbialmente. Apocalipse 2:20.” E Miller diz o seguinte:

Jezabel é um nome figurado, alusivo à mulher de Acabe, que matou os profetas de Jeová, levou seu marido à idolatria e alimentou os profetas de Baal à sua própria mesa. Não se podia usar uma figura mais flagrante para representar as abominações papais (Ver 1 Reis 18, 19, 21). Vê-se, pela história, bem como por este versículo, que a Igreja de Cristo tolerava que alguns dos monges papais pregassem e ensinassem no meio dela.

Certo comentarista apresenta a seguinte nota sobre o versículo 23: “Fala-se de filhos, o que confirma a ideia de que se tem em vista uma seita e os seus prosélitos”.

Os castigos com que se ameaça esta mulher estão em harmonia com as ameaças em outras partes deste livro contra a Igreja Romana, sob o símbolo de uma mulher corrupta, a mãe das prostituições e abominações da Terra (Ver Apoc. 17-19). A morte com a qual ele é ameaçada, sem dúvida, é a segunda morte, no fim do milênio de Apocalipse 20, quando se der a justa retribuição por Aquele que sonda os “rins e os corações” de todos os homens. E, além disso, notemos a declaração: “E vos darei a cada um segundo as vossas obras” é uma prova de que a carta a esta igreja refere-se profeticamente à recompensa ou castigo final de todos os seus responsáveis.

“E todas as igrejas conhecerão” — Tem-se argumentado que esta expressão demonstra que estas igrejas não podem significar sete períodos *sucessivos* da dispensação evangélica, mas deviam existir ao mesmo tempo, ou do contrário todas as igrejas não poderiam saber que Cristo era o perscrutador dos rins e corações, ao verem os seus juízos sobre Jezabel e seus filhos. Mas quando é que todas as igrejas hão de saber isto? Quando esses filhos forem castigados com a morte. E se isso há de suceder na altura em que a segunda morte é infligida a todos os ímpios, então, de fato, “todas as igrejas”, ao presenciarem a execução do castigo, conhecerão que não há nada secreto, não há mau pensamento ou

desejo do coração, que se tenha furtado ao conhecimento dAquele que, com olhos como chamas de fogo, sonda os corações e rins dos homens.

“Outra carga não jogarei sobre vós” — Cremos que é aqui prometido à igreja alívio da carga, a saber, que durante tanto tempo suportou o peso da opressão papal. Não pode aplicar-se à recepção de novas verdades, porque a verdade não é uma carga para nenhum ser responsável. Mas os dias de tribulação que haviam de vir sobre a igreja seriam abreviados por causa dos escolhidos (Mateus 24:22). “Serão ajudados”, diz o profeta, “com um pequeno socorro” (Daniel 11:34). “E a terra ajudou a mulher”, diz João (Apocalipse 12:16).

A admoestação — “Conservai o que tendes, até que eu venha.” Estas palavras do Filho de Deus apresentam-nos uma vinda incondicional. As igrejas de Éfeso e Pérgamo eram ameaçadas com esta vinda sob condições: “Arrepende-te, pois, quando não, em breve virei a ti.” Esta vinda implicava um castigo. Mas aqui se apresenta uma vinda de caráter diferente. Não é uma ameaça de castigo. Não depende de condição. É proposta ao crente como uma esperança, e não se pode referir a outro acontecimento senão à futura segunda vinda do Senhor em glória, em que cessarão as provações do cristão. Então seus esforços na carreira da vida e sua luta pela coroa de justiça serão recompensados com sucesso eterno.

Esta igreja leva-nos ao tempo em que começam a cumprir-se os mais imediatos sinais da Sua vinda iminente. Em 1780, dezoito anos antes do fim deste período, realizaram-se os sinais preditos no Sol e na Lua (Ver os comentários sobre Apocalipse 6:12). E, referindo-Se a esses sinais, disse o Salvador: “Quando estas coisas começarem a acontecer, olhai para cima e levantai as vossas cabeças, porque a vossa redenção está próxima” (Lucas 21:28). Na história desta igreja atingimos um ponto em que o fim se aproxima tanto que a atenção do povo podia chamar-se mais particularmente para esse acontecimento. Para todo o intervalo de tempo Cristo disse: “Negociai até que Eu venha” (Lucas 19:13). Mas, para agora diz: “Retende-o até que Eu venha”.

A promessa ao vencedor — “Até o fim” Isto deve referir-se ao fim da era cristã. “Aquele que perseverar até o fim”, diz Cristo, “será salvo” (Mateus 24:13). Não temos aqui uma promessa igual para aqueles que guardam as obras de Cristo, fazem o que Ele ordenou e têm a fé de Jesus? (Apocalipse 14:12).

“Autoridade sobre as nações” — Neste mundo dominam os ímpios, e os servos de Cristo não são estimados. Mas está chegando o tempo em que a justiça terá a primazia, em que toda impiedade será vista à sua verdadeira luz e será plenamente desacreditada, e em que o cetro do poder estará nas mãos do povo de Deus. Esta promessa é esclarecida pelos seguintes fatos e afirmações bíblicas: As nações hão de ser entregues pelo Pai nas mãos de Cristo para serem esmigalhadas com uma vara de ferro e despedaçadas como um vaso de oleiro (Salmos 2:8, 9). Os santos associar-se-ão com Cristo quando Ele assim iniciar Sua obra de poder e juízo (Apocalipse 3:21). Hão de reinar com

Ele, nessas funções, por mil anos (Apocalipse 20:4). Durante este período é determinado o grau do castigo dos ímpios e dos anjos maus (1 Coríntios 6:2, 3). No fim dos mil anos terão a honra de participar com Cristo na execução da sentença escrita (Salmos 49:9).

A Estrela da Manhã — Cristo diz, em Apocalipse 22:16, que Ele próprio é a Estrela da Manhã. A estrela da manhã é a imediata precursora do dia. A aqui chamada Estrela da Manhã é chamada Estrela da Alva em 2 Pedro 1:19, onde está relacionada com o amanhecer: “Até que o dia clareie e a Estrela da Alva nasça em vossos corações”.

Durante a penosa noite de vigília dos santos a palavra de Deus derrama a necessária luz sobre o seu caminho. Mas quando a Estrela da Alva lhes aparece nos corações, ou a Estrela da Manhã é dada aos vencedores, entrarão numa relação tão íntima com Cristo que os seus corações ficarão completamente iluminados pelo Seu Espírito, e eles andarão na Sua luz. Então não mais terão necessidade da firme palavra da profecia, que agora brilha como uma luz em lugar escuro.

Apocalipse 03 — “Eis Que Estou à Porta e Bato”

VERSÍCULOS 1-6: Ao anjo da igreja em Sardes escreve: Estas coisas diz aquele que tem os sete Espíritos de Deus e as sete estrelas: Conheço as tuas obras, que tens nome de que vives e estás morto. Sê vigilante e consolida o resto que estava para morrer, porque não tenho achado íntegras as tuas obras na presença do meu Deus. Lembra-te, pois, do que tens recebido e ouvido, guarda-o e arrepende-te. Porquanto, se não vigiares, virei como ladrão, e não conhecerás de modo algum em que hora virei contra ti. Tens, contudo, em Sardes, umas poucas pessoas que não contaminaram as suas vestiduras e andarão de branco junto comigo, pois são dignas. O vencedor será assim vestido de vestiduras brancas, e de modo nenhum apagarei o seu nome do Livro da Vida; pelo contrário, confessarei o seu nome diante de meu Pai e diante dos seus anjos. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

A Igreja de Sardes — Se as datas das igrejas precedentes foram corretamente fixadas, o período abrangido pela igreja de Sardes começa no ano 1798. Sardes significa “príncipe ou cântico de alegria” ou “o que permanece”. Portanto, esta igreja é constituída pelas igrejas reformadas desde a data acima mencionada até o grande movimento que marcou outra era na história do povo de Deus.

O motivo da censura — O grande defeito que o anjo desta igreja a repreende é que tem nome de que vive e está morta. Que elevada posição, do ponto de vista mundano, ocupou a igreja nominal durante este período! Chamam a atenção os seus títulos altissonantes e a sua aceitação pelo mundo. Mas depressa aumentaram nela o orgulho e a popularidade que a espiritualidade ficou destruída, apagada a linha de separação entre a igreja e o mundo, e as organizações populares eram igrejas de Cristo apenas de nome!

Esta igreja devia ouvir a proclamação da doutrina do segundo advento. “Se não vigiares, virei como ladrão.” Isto implica que a doutrina do advento seria proclamada, e a igreja seria posta sob o dever de vigiar. A vinda de que se fala é incondicional; só o modo como se realizará para cada membro é condicional. O fato de não vigiarem não impediria a vinda do Senhor, mas, vigiando, podem evitar ser surpreendidos como por um ladrão. O dia do Senhor surpreenderá só os que não vigiarem. “Vós, irmãos”, diz Paulo, “já não estais em trevas, para que aquele dia vos surpreenda como um ladrão.” ¹ Tessalonicenses 5:4.

“[...] em Sardes umas poucas pessoas”, parece implicar um período de mundanismo sem paralelo na igreja. Mas mesmo neste estado de coisas há alguns cujas vestes não estão contaminadas, alguns que se mantiveram livres desta influência contaminadora. Tiago diz: “A religião pura e imaculada para

com Deus, o Pai, é esta: Visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e guardar-se da corrupção do mundo.”Tiago 1:27.

A promessa feita ao vencedor — “Andarão de branco junto comigo”. O Senhor não passa por alto Seus filhos em qualquer lugar, por pequeno que seja o seu número. Cristão isolado, sem poderes comunicar com ninguém que professe a mesma preciosa fé, parece-te que as hostes dos infieis querem tragar-te? O Senhor não Se esqueceu de ti. A multidão dos ímpios que te circunda não pode ser tão grande que te encubra da Sua vista. Se te mantiveres sem mancha do mal que te rodeia, a Sua promessa é segura. Andarás com o Senhor em glória. “Porque o Cordeiro que está no meio do trono os apascentará, e lhes servirá de guia para as fontes das águas da vida; e Deus limpará de seus olhos toda lágrima” (Apocalipse 7:17).

O ser vestido de vestes brancas é explicado noutras passagens como um símbolo de mudar a iniquidade em justiça (Ver Zacarias 3:4, 5). “Tirai-lhe estes vestidos sujos”, é explicado pela linguagem que se segue: “Eis que tenho feito com que passe de ti a tua iniquidade.” “O linho fino”, ou as vestes brancas, “são as justanças dos santos” (Apocalipse 19:8).

O livro da vida — Eis um objeto de arrebatador interesse! Volumoso livro, em que estão registrados os nomes de todos os candidatos à vida eterna! Existe o perigo de, após nossos nomes terem entrado nesse diário celeste, poderem ser riscados? Sim, caso contrário, nunca se daria esta advertência. Até Paulo temia ser reprovado (1 Coríntios 9:27). A única maneira para os nossos nomes serem retidos nesse livro consiste em mantermos vencedores até o fim. Mas nem todos vencerão. Seus nomes, claro, serão riscados. Aqui se faz referência a um tempo determinado no futuro, em que se fará esta obra. “De modo nenhum apagarei o nome” dos vencedores, o que equivale que ao mesmo tempo apagará os nomes dos que não vencerem. Não se tratará do tempo mencionado por Pedro? “Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados, e venham assim os tempos do refrigério pela presença do Senhor” (Atos 3:19).

Dizer ao vencedor que o seu nome não será apagado do livro da vida é o mesmo que dizer que os seus pecados serão apagados do livro onde estão registrados, para não serem mais recordados contra ele (Hebreus 8:12). Significa que, o seu nome ou seus pecados devem ser apagados dos registros celestiais. Quão precioso é o pensamento de que agora somos perdoados se confessamos nossas transgressões! Então, se permanecemos fiéis a Deus, os pecados serão apagados ao vir Jesus.

Quando chegar essa hora decisiva, que não pode estar em futuro muito distante, que sucederá no teu caso, leitor? Serão apagados os teus pecados e o teu nome conservado no livro da vida? Ou será o teu nome apagado do livro da vida, e deixados os teus pecados com o seu terrível registro contra ti?

A apresentação na glória — “Confessarei o seu nome diante de Meu Pai e diante de Seus anjos.” Cristo ensinou que segundo os homens O confessarem ou negarem, O desprezarem ou honrarem na Terra, assim serão confessados ou negados por Ele diante de Seu Pai que está nos Céus e diante de Seus anjos (Mateus 10:32, 33; Marcos 8:38; Lucas 12:8, 9). Quem pode medir a honra de serem aprovados diante das hostes celestes! Quem poderá conceber a ventura daquele momento em que hão de ser confessados pelo Senhor da vida diante do Pai como tendo feito a Sua vontade, combatido o bom combate, corrido a carreira, honrado o Seu nome diante dos homens e vencido, e cujos nomes são dignos, pelos Seus méritos, de permanecer no imperecível registro da vida para todo o sempre!

VERSÍCULOS 7-13: Ao anjo da igreja em Filadélfia escreve: Estas coisas diz o santo, o verdadeiro, aquele que tem a chave de Davi, que abre, e ninguém fechará, e que fecha, e ninguém abrirá: Conheço as tuas obras—eis que tenho posto diante de ti uma porta aberta, a qual ninguém pode fechar—que tens pouca força, entretanto, guardaste a minha palavra e não negaste o meu nome. Eis farei que alguns dos que são da sinagoga de Satanás, desses que a si mesmos se declaram judeus e não são, mas mentem, eis que os farei vir e prostrar-se aos teus pés e conhecer que eu te amei. Porque guardaste a palavra da minha perseverança, também eu te guardarei da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro, para experimentar os que habitam sobre a terra. Venho sem demora. Conserva o que tens, para que ninguém tome a tua coroa. Ao vencedor, fá-lo-ei coluna no santuário do meu Deus, e daí jamais sairá; gravarei também sobre ele o nome do meu Deus, o nome da cidade do meu Deus, a nova Jerusalém que desce do céu, vinda da parte do meu Deus, e o meu novo nome. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

A Igreja de Filadélfia — A palavra Filadélfia significa “amor fraternal” e retrata a situação e espírito dos que receberam a mensagem do Advento até o outono de 1844. O grande despertamento, vindo do estudo das profecias produziu-se durante a primeira parte do século XIX, culminou nesse movimento do Advento. Homens de todas as organizações religiosas ficaram convencidos de que se aproximava a vinda de Cristo. Ao saírem das diversas igrejas deixaram atrás de si nomes e sentimentos partidários. Os corações batiam em uníssono, ao darem o alarme às igrejas e ao mundo, e indicavam a vinda do Filho do homem como a verdadeira esperança do crente. Punham-se de lado o egoísmo e a cobiça e manifestavam um espírito de consagração e sacrifício. O Espírito de Deus acompanhava cada verdadeiro crente, e o Seu louvor estava em cada língua. Os que não participaram naquele movimento não podem compreender plenamente seu exame de coração, consagração completa a Deus, paz, alegria no Espírito Santo, e o puro e fervoroso amor mútuo, que os verdadeiros crentes então desfrutavam.

“A chave de Davi” — Uma chave é símbolo de poder. O Filho de Deus é o legítimo herdeiro do trono de Davi e está prestes a assumir o Seu grande poder e reinar; daí o ser representado como tendo a chave de Davi. O trono de Davi, ou de Cristo, sobre o qual Ele deve reinar, encontra-se na capital do Seu reino, na

Nova Jerusalém, agora no Céu, mas que há de ser trasladada a esta Terra, onde Ele reinará para sempre (Apocalipse 21:1-5; Lucas 1:32, 33).

“O que abre e ninguém fecha” — Para compreender esta linguagem é necessário considerar a posição e obra de Cristo relacionada com o Seu ministério no santuário, ou o verdadeiro tabernáculo celeste (Heb.8:2). Existia outrora aqui na Terra uma figura, ou cópia, deste santuário celeste, no santuário construído por Moisés (Êxodo 25:8, 9; Atos 7:44; Hebreus 9:1, 21, 23, 24). O edifício terrestre tinha dois compartimentos: o lugar santo e o lugar santíssimo (Êxodo 26:33, 34). No primeiro compartimento estavam o castiçal, a mesa dos pães da proposição e o altar do incenso. No segundo estavam a arca, que continha as tábuas da Aliança, ou os Dez Mandamentos, e os querubins (Hebreus 9:1-5). Semelhantemente, o santuário em que Cristo ministra no Céu tem dois compartimentos, porque nos é indicado claramente em Hebreus 9:21-24 que “o tabernáculo e todos os utensílios do serviço sagrado” eram “figuras das coisas que se acham nos céus”. Como todas as coisas foram feitas segundo o seu modelo, o santuário celeste tinha também móveis semelhantes aos do terrestre. Para o antítipo do castiçal e altar do incenso, construído de ouro, que se encontravam no primeiro compartimento, ver Apocalipse 4:5; 8:3, e para o antítipo da arca da Aliança, com os seus Dez Mandamentos, ver Apocalipse 11:19. No santuário terrestre ministravam os sacerdotes (Êxodo 28:41, 43; Hebreus 9:6, 7; 13:11, etc). O ministério destes sacerdotes era uma sombra do ministério de Cristo no santuário celeste (Hebreus 8:4, 5).

Cada ano realizava-se um ciclo completo de serviço no santuário terrestre (Hebreus 9:7). Mas no tabernáculo celeste o serviço é realizado uma vez por todas (Hebreus 7:27; 8:12). No fim do serviço típico anual, o sumo sacerdote entrava no segundo compartimento, o lugar santíssimo do santuário, para fazer expiação, e essa era chamada a purificação do santuário (Levíticos 16:20, 30, 33; Ezequiel 45:18). Quando começava o ministério no lugar santíssimo cessava o do lugar santo, e nenhum serviço se realizava aqui enquanto o sacerdote estava ocupado no lugar santíssimo (Levíticos 16:17).

Semelhante ato de abrir e fechar, ou mudança de ministério, devia Cristo realizar quando chegasse o tempo para a purificação do santuário celeste. E esse tempo havia de chegar no fim dos 2.300 dias, ou seja, em 1844. A este acontecimento pode aplicar-se com propriedade o abrir e fechar mencionados no texto que agora consideramos, onde o ato de abrir representaria o começo do ministério de Cristo no lugar santíssimo, e o ato de fechar, à cessação de Seu serviço no primeiro compartimento, ou lugar santo (Ver exposição do assunto do santuário e sua purificação, com relação a Daniel 8:14).

O versículo 4 aplica-se aos que não acompanham a progressiva luz da verdade e se opõem aos que o fazem. A esses tais far-se-á ainda sentir e confessar

que Deus ama os que obedecem à Sua palavra e continuam a avançar no conhecimento da Sua verdade.

“A palavra da Minha paciência” — Diz João em Apocalipse 14:12: “Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus.” Os que agora vivem em paciente e fiel obediência aos mandamentos de Deus e à fé de Jesus serão guardados na hora de tentação e de perigo (Ver comentários em Apocalipse 13:13-17).

“Eis que venho sem demora” — Apresenta-se aqui de novo a segunda vinda de Cristo, com maior ênfase do que em qualquer das mensagens precedentes. Chama-se a atenção dos crentes para a proximidade desse acontecimento. A mensagem aplica-se a um período em que está iminente esse grande evento. Isto evidencia de modo indubitável a natureza profética destas mensagens. O que se diz das três primeiras igrejas não contém alusão alguma à segunda vinda de Cristo, visto não abrangerem um período em que pudesse esperar-se, bíblicamente, esse acontecimento. Mas com a igreja de Tiatira, tinha chegado o momento em que esta grande esperança começava a raiar para sobre a igreja. A mente é levada para esta esperança por uma simples alusão: “Retende-o até que Eu venha”.

A etapa seguinte da igreja, o período de Sardes, encontra a igreja mais próxima desse acontecimento, e se menciona a grande proclamação que anunciaria a vinda de Cristo, e impõe-se à igreja o dever de vigiar: “Se não vigiares virei como ladrão.” Mais tarde chegamos à igreja de Filadélfia, e a proximidade desse grande acontecimento leva Aquele que “é santo e verdadeiro” a pronunciar a instante declaração: “Eis que venho sem demora”.

De tudo isso se depreende que estas igrejas ocupam épocas sucessivas mais próximas do grande dia do Senhor, visto que, num crescendo cada vez mais pronunciado, este grande acontecimento vai-se realçando cada vez mais, e vai sendo chamada a atenção a ele de modo mais definitivo e impressionante. Ao chegar a este período, a igreja pode ver, de fato, que se vai aproximando aquele dia (Hebreus 10:25).

A admoestação — “Guarda o que tens, para que ninguém tome a tua coroa.” Pela nossa fidelidade não privamos ninguém da coroa. O verbo traduzido por “tomar” tem diversos significados, um dos quais é “tirar, arrebatar, privar de”. Que ninguém e nada te induza a abandonar a verdade, ou te afaste dos retos caminhos do Senhor, porque fazendo assim perderias a recompensa.

A promessa ao vencedor — Nesta carta o vencedor tem a promessa de ser feito uma coluna no templo de Deus e de nunca sair dele. O templo aqui deve significar a igreja, e a promessa de ser feito uma coluna dela é a maior que se podia dar de um lugar de honra, permanência e segurança na igreja, sob a figura de um edifício celestial. Quando chegar o tempo de se cumprir esta parte da promessa, terá passado o tempo de graça, e o vencedor estará plenamente

firmado na verdade e selado. “Dele nunca sairá”, isto é, não há mais perigo de apostatar. Pertencerá ao Senhor para sempre; a sua salvação é certa.

Pode-se dizer que desde o momento em que os cristãos vencem e sejam selados para o Céu, são etiquetados como pertencendo a Deus e a Cristo, e dirigidos ao seu destino: a Nova Jerusalém. Hão de ter escrito sobre si o nome de Deus, de quem são propriedade, o nome da Nova Jerusalém, aonde se dirigem, e não da velha Jerusalém, que alguns estão buscando em vão. Também terão sobre si o novo nome de Cristo, por cuja autoridade hão de receber a vida eterna e entrar no reino. Assim selados e etiquetados, os santos de Deus estão seguros. Nenhum inimigo poderá impedir que atinjam o seu destino, seu glorioso porto de repouso, a Jerusalém celestial.

VERSÍCULOS 14-22: Ao anjo da igreja em Laodicéia escreve: Estas coisas diz o Amém, a testemunha fiel e verdadeira, o princípio da criação de Deus: Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente. Quem dera fosses frio ou quente! Assim, porque és morno e nem és quente nem frio, estou a ponto de vomitar-te da minha boca; pois dizes: Estou rico e abastado e não preciso de coisa alguma, e nem sabes que tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu. Aconselho-te que de mim compres ouro refinado pelo fogo para te enriqueceres, vestiduras brancas para te vestires, a fim de que não seja manifesta a vergonha da tua nudez, e colírio para ungires os olhos, a fim de que vejas. Eu repreendo e disciplino a quantos amo. Sê, pois, zeloso e arrepende-te. Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele, comigo. Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no meu trono, assim como também eu venci e me sentei com meu Pai no seu trono. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

A igreja de Laodicéia — “Laodicéia” significa o “juízo do povo”, ou, segundo Cruden, “um povo justo”. A mensagem a esta igreja apresenta as cenas finais do tempo de graça. Revela um período de juízo. É o último período da igreja. Por conseguinte, aplica-se aos crentes sob a terceira mensagem, a última mensagem de misericórdia antes da vinda de Cristo (Apocalipse 14:9-14). Enquanto se realiza o grande dia da expiação, e progride o juízo investigativo sobre a casa de Deus há um período durante o qual a igreja expectante, observa como regra de vida a santa e justa lei de Deus.

“Isto diz o Amém” — Esta é, pois, a mensagem final dirigida às igrejas antes do fim do tempo da graça. A descrição do estado dos indiferentes laodicenses é surpreendente e terrível. Contudo, não se pode negá-la, porque a Testemunha é “fiel e verdadeira”. Além disso, Ela é “o Princípio da criação de Deus.” Alguns procuram apoiar nesta linguagem o erro de que Cristo é um Ser criado, mas com existência anterior a todos os outros seres ou coisas criadas, seguindo em ordem ao Deus eterno e existente por Si mesmo. Mas a linguagem não implica que Ele foi criado, porque as palavras “o princípio da criação”, significam simplesmente que a obra da criação, estritamente falando, foi iniciada por Ele. “Sem Ele nada do que foi feito se fez.” Mas outros, pensamos que com mais razão, interpretam

a palavra arché como significando “agente” ou “causa eficiente”, que é uma das definições da palavra, e entendem que Cristo é o Agente por meio do Qual Deus criou todas as coisas, mas que o Filho veio à existência de uma maneira diferente, visto que é chamado o “unigênito” do Pai. Parece absolutamente impróprio aplicar esta expressão a qualquer ser criado no sentido ordinário do termo.

A causa da censura — A censura apresentada contra os laodicenses é que são mornos, nem frios nem quentes. Carecem daquele fervor religioso e daquela devoção exigidas por sua posição na história final do mundo e pelo fato de ter o seu caminho iluminado pela luz da profecia. Esta mornidão manifesta-se pela ausência de boas obras, porque é o conhecimento das suas obras o que leva a Testemunha fiel e verdadeira a apresentar esta terrível censura contra eles.

“Quem dera fosses frio ou quente!” — Nesta mensagem apresentam-se três estados espirituais: o frio, o morno e o quente. É importante determinar o que representa cada condição, a fim de nos precavermos contra conclusões errôneas. Podem considerar-se três condições de vida espiritual com respeito à igreja e não ao mundo. Não é difícil conceber o que significa o termo “quente”. Imediatamente nos lembramos do estado de intenso fervor, em que todas as afeições, elevadas ao mais alto grau, se concentram em Deus e Sua causa e se manifestam em obras correspondentes. A mornidão é a falta deste zelo, é um estado sem fervor no coração, em que não há abnegação, nem vontade de levar uma cruz, nem decidido testemunho de Cristo, nem valorosa combatividade que mantenha a armadura brilhante. O que pior de tudo é o sentimento de completa *satisfação* com esse estado. Mas ser frio, que é? Denota um estado de corrupção, impiedade e pecado, que caracteriza o mundo dos descrentes? Não podemos considerar assim pelos seguintes motivos:

Seria repulsivo representar, sob quaisquer circunstâncias, a Cristo como desejando que as pessoas estivessem em tal condição, porque diz: “*Quem dera fosses frio ou quente!*” Nenhum estado pode ser mais ofensivo para Cristo do que o do pecador em aberta rebelião e com o coração cheio de todo mal. Seria, portanto, incorreto representar a Cristo como preferindo esse estado a qualquer posição que o Seu povo possa ocupar enquanto é ainda retido como Seu.

No versículo 16 ameaça descartá-los é *porque* não são *nem* frios *nem* quentes. É o mesmo que dizer que, se fossem frios *ou* quentes, não seriam rejeitados. Mas se *frio* significa um estado de aberta impiedade mundana, seriam rejeitados por esse mesmo fato. Donde concluímos que não pode ser esse o seu significado.

Somos forçados a concluir que por esta linguagem nosso Senhor não Se refere de maneira alguma aos que estão fora da Sua igreja, mas aos três graus de afeições espirituais, dois dos quais são mais aceitáveis aos Seus olhos do que o terceiro. O calor e o frio são preferíveis à mornidão. Mas que espécie de estado espiritual é significado pelo termo frio? Podemos observar, primeiramente, que é um estado de *sentimento*. Sob este aspecto é superior à mornidão, que é um estado

de relativa insensibilidade, indiferença e suprema satisfação própria. Ser quente é também encontrar-se num estado de sentimento. E assim como o quente representa alegre fervor e um vivo exercício de todas as afeições, com um coração transbordante da sensível presença e amor de Deus, assim, por frio podemos compreender uma condição espiritual caracterizada pela ausência destes traços, mas em que o indivíduo *sente* essa ausência. Este estado encontra-se bem expresso pela linguagem de Jó: “Ah, se eu soubesse que O poderia achar!” (Jó 23:3).

Neste estado não há indiferença nem contentamento, mas uma sensação de frieza, incapacidade e falta de preparo, buscando-se algo melhor. Há esperança para uma pessoa nestas condições. Quando uma pessoa sente que lhe falta algo, esforça-se para encontrar isso. O mais desanimador aspecto do morno é que não sente, falta nem necessidade de nada. É mais fácil entender por que o Senhor preferia ver a Sua igreja num estado de insatisfeita frieza, a vê-la num estado de confortável, indiferente e fácil mornidão. Uma pessoa não permanece muito tempo fria. Seus esforços levá-la-ão em breve ao estado fervoroso. Mas o morno está em perigo de assim permanecer até que a Testemunha fiel e verdadeira seja obrigada a rejeitá-lo como coisa nauseante e asquerosa.

“Estou a ponto de vomitar-te da Minha boca” — Aqui é reforçada ainda a figura, e a rejeição do morno ilustrada pelos nauseantes efeitos da água morna. Significa uma rejeição final, uma separação completa da Sua igreja.

“Estou rico e abastado” — É o que os laodicenses pensam de sua condição. Não são hipócritas, porque não sabem que são pobres, miseráveis, cegos e nus.

O conselho — “Que de Mim compres”, diz a Testemunha verdadeira, “ouro refinado pelo fogo para te enriqueceres, vestiduras brancas para te vestires, a fim de que não seja manifestada a vergonha da tua nudez, e colírio para ungires os teus olhos, a fim de que vejas”. Isto mostra logo aos iludidos laodicenses as coisas que lhes faltam e o grau de sua pobreza. Mostra, também, onde podem obter aquilo de que tanto carecem e apresenta-lhes a necessidade de o obterem sem demora. O caso é tão urgente que o nosso grande Advogado na corte celeste nos envia um conselho especial sobre este ponto. O fato de Aquele que condescendeu em indicar o que nos falta, e nos aconselhar a comprar, ser o mesmo que pode conceder essas coisas e nos convida a procurá-las junto de Si, é a melhor garantia de ser respeitado o nosso esforço e de serem atendidos os nossos pedidos.

Mas como podemos comprar essas coisas? Exatamente como compramos todas as outras graças do Evangelho. “Ó vós, todos os que tendes sede, vinde às águas, e os que não tendes dinheiro, vinde, comprai, e comei; sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite.” Isaías 55:1. Deste modo compramos, pedindo; compramos, lançando fora as inúteis ninharias da Terra e recebendo em seu lugar inestimáveis tesouros; compramos, indo simplesmente e recebendo; compramos, nada dando em pagamento. O que compramos nós assim de graça? Pão que não perece, vestes imaculadas que não se mancham, riquezas que se não

corrompem e uma herança que se não dissipa. Estranho comércio este! Todavia o Senhor condescende em tratar assim o Seu povo. Ele poderia apresentar-nos como mendigos, mas em vez disso dá-nos os tesouros de Sua graça, e em troca recebe nossa indignidade, para que recebamos as bênçãos que nos concede, não como esmolas atiradas a mendigos, mas como legítimas aquisições de honrada compra. As coisas que se devem obter reclamam particular atenção.

“Ouro refinado pelo fogo” — O ouro, considerado literalmente, é o nome que abrange todos os bens e riquezas materiais. Em sentido figurado pode significar as riquezas espirituais. Que graça, então, é representada pelo ouro? Sem dúvida, não é uma só graça que corresponde a esse termo. O Senhor disse à igreja de Esmirna que sabia da sua pobreza, mas que era rica. Esse testemunho mostra que a sua riqueza consistia em lhe ser no fim dada a posse da coroa da vida. Diz Tiago: “Ouvi, meus amados irmãos, porventura não escolheu Deus aos pobres deste mundo para serem *ricos na fé*, e herdeiros do reino que prometeu aos que O amam?” E Paulo diz: “A fé é o firme fundamento das coisas que se esperam e a prova das que se não veem” (Hebreus 11:1). Ser “rico para com Deus” — rico no sentido espiritual — é ter direito às promessas, ser herdeiro de “uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus” (1 Pedro 1:4). “E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão, e herdeiros segundo a promessa” (Gálatas 3:29).

E como poderemos obter esta herança? Da mesma forma que Abraão obteve a promessa, isto é, pela fé (Romanos 4:13, 14).

Não admira, pois, que Paulo consagrasse todo um capítulo — Hebreus 11 — a este importante assunto, apresentando os maravilhosos feitos realizados e as preciosas promessas alcançadas por meio da fé. Em Hebreus 12:1 ele dá a grandiosa conclusão do seu argumento, na exortação aos cristãos a pôr de lado todo peso e o pecado (de incredulidade) que tão de perto os rodeia.

Nada fará secar mais rapidamente a fonte da espiritualidade e lançar-nos em pobreza completa quanto às coisas do reino de Deus do que deixar que a fé saia e entre em seu lugar a incredulidade. Toda ação, para ser agradável aos olhos de Deus, deve ser inspirada pela fé. Quem se aproxima de Deus, a primeira coisa necessária a fazer é crer que Ele existe. E por meio da fé, como principal agente sob a graça de Deus, que havemos de ser salvos (Hebreus 11:6; Efésios 2:8).

Daqui se conclui que a fé é o elemento principal da riqueza espiritual. Mas se, como já observamos, nenhuma graça única pode corresponder ao significado pleno do termo “ouro”, então, indubitavelmente, outras coisas são incluídas com a fé. “A fé é o firme fundamento das coisas que se esperam”, diz Paulo. Assim, a esperança acompanha inseparavelmente a fé (Hebreus 11:1; Romanos 8:24, 25). Além disso, Paulo diz-nos que a fé opera por amor, e fala noutro lugar de sermos ricos “em boas obras” (Gálatas 5:6; 1 Timóteo 6:18). Portanto, o amor não pode separar-se da fé. Temos, então, diante de nós as três qualidades associados por

Paulo em 1 Coríntios 13: fé, esperança e amor, mas a maior destas é o amor. Tal é o ouro refinado pelo fogo que somos aconselhados a comprar.

“Vestiduras brancas” — Sobre este ponto não há lugar para controvérsia. Alguns textos nos oferecem a chave para compreender esta expressão. Diz o profeta: “Todas as nossas justiças [são] como trapos de imundícia” (Isaías 64:6). Somos aconselhados a comprar o contrário dos trapos de imundícia, ou seja, vestes completas, sem mancha. A mesma figura é empregada em Zacarias 3:3, 4 e João em Apocalipse 19:8, claramente diz que “o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos”.

O colírio — É mais haver diversidade de opinião quanto ao colírio do que sobre as vestes brancas. A unção dos olhos não se deve tomar em sentido literal, porque se faz referência às coisas espirituais. O colírio deve significar aquilo que desperta o nosso discernimento espiritual. A Palavra de Deus nos revela um Agente por meio do Qual isso se realiza, a saber, o Espírito Santo. Em Atos 10:38 lemos que “Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo”. O mesmo autor que nos transmitiu a revelação de Jesus Cristo, que estamos estudando, escreveu à igreja em sua primeira epístola nos seguintes termos: “E vós possuís a unção que vem do Santo, e todos tendes conhecimento.” “Quanto a vós outros, a unção que d’Ele recebestes permanece em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a sua unção vos ensina a respeito de todas as coisas, e é verdadeira, e não é falsa, permaneci n’Ele, como também ela vos ensinou.” 1 João 2:20, 27. A obra que aqui se apresenta como realizada pela unção é exatamente a mesma que João atribui ao Espírito Santo, no seu Evangelho: “Mas o Consolador, o Espírito Santo, a Quem o Pai enviará em Meu nome, Esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito.” João 14:26 (Ver também João 16:13).

A Testemunha fiel e verdadeira nos aconselha, de um modo formal e solene, sob as figuras de ouro, vestiduras brancas e colírio, a procurar n’Ele, rápida e fervorosamente, um aumento das celestes graças da fé, esperança e amor, a justiça que só Ele pode dar, e a unção do Espírito Santo. Mas como é possível que um povo destituído destas coisas se considere rico? Há uma explicação possível, e talvez necessária, visto não haver lugar para outra. Devemos observar que nos laodicenses não se encontra falta alguma quanto às doutrinas que professam. Não são acusados de albergarem no seu meio nenhuma Jezabel, ou de apoiarem as doutrinas de Balaão ou dos nicolaítas. Pelo teor da carta, vemos que a sua crença é correta, e a sua doutrina sã.

Deduz-se, pois, que se contentam com ter uma doutrina correta. Satisfazem-se com uma correta forma de religião sem o seu poder. Tendo recebido luz acerca dos acontecimentos finais desta dispensação, e com correto conhecimento teórico das verdades que dizem respeito à última geração da humanidade, são inclinados a confiar nisso e negligenciam a parte espiritual da

religião. É, sem dúvida, por suas ações, não por suas palavras, que se declaram ricos. Tendo tanta luz e verdade, que mais podem eles desejar? Se defendem a teoria, e no que concentre à sua vida exterior, se conformam com a progressiva luz derramada sobre os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, não será sua justiça completa? Não são ricos, e enriquecidos, e de nada tendo falta? Aqui está o seu fracasso. Todo o seu ser devia ansiar pelo espírito, o fervor, a vida, o poder do cristianismo vivo.

A prova do amor — Por estranho que pareça, esta prova é o castigo. “Eu repreendo e castigo a todos quantos amo.” Se estamos sem castigo, não somos filhos (Hebreus 12:8). Diz Augusto C. Thompson: “Apresenta-se aqui uma lei geral de Sua graciosa economia. Como todos necessitam de castigo em certa medida, também em certa medida o recebem, e têm assim provas da afeição do Salvador. É uma lição dura de aprender, e os crentes são lentos estudantes. Mas aqui, e através de toda a Palavra de Deus e Sua providência, estabelece-se que as provas são bênçãos Suas, e que nenhum filho é poupado à vara. Os estúpidos incorrigíveis são rejeitados, ao passo que os escolhidos para a gloriosa estrutura são sujeitos ao cinzel e ao martelo. Não há cacho na verdadeira vinha que não tenha de passar pelo lagar. ‘Quanto a mim’, diz um velho teólogo em aflição, ‘bendigo a Deus por ter observado e sentido tanta misericórdia nesta dura dispensação de Deus que estou quase transportado. Muito me alegro ao pensar quão infinitamente doces são Suas misericórdias, ao ver como os Seus castigos são gratos.’ Atendendo, pois, à origem e desígnio dos castigos que recibes, ‘sê zeloso e arrepende-te’. Não percas tempo. Não percas um golpe de vara, mas arrepende-te imediatamente. Sê fervoroso no espírito. Tal é a primeira aplicação de encorajamento” (Augusto C. Thompson, *Morning Hours in Patmos*, p. 260, 261).

“Sê, pois, zeloso e arrepende-te” — Ainda que, como vimos, o estado representado pela frieza seja preferível ao da mornidão, todavia não é um estado em que o Senhor deseja encontrar-nos. Nunca somos exortados a procurar esse estado. Somos aconselhados a atingir um muito mais elevado — a ser zelosos e fervorosos — e a ter nossos corações abrasados no serviço do Mestre.

Cristo batendo à porta — “Aqui está o coração dos corações”, diz Augusto C. Thompson. “Não obstante a atitude ofensiva e defeituoso caráter deles, é tal o amor de Cristo por suas almas que Ele Se humilha a Si mesmo para solicitar o privilégio de abençoá-los. ‘Eis que estou à porta e bato.’ Por que Ele bate? Não porque não tenha casa. [...] Entre as mansões da casa de Seu Pai nem uma única está fechada para Ele, que é a vida de todos os corações, a luz de todos os olhos, o cântico de todos os lábios, na glória. Mas anda de porta em porta, em Laodicéia. Está junto de cada uma e bate, porque veio procurar e salvar o que se perdeu, porque não pode abandonar o propósito de comunicar vida eterna a todos os que o Pai Lhe deu, e porque não pode tornar-se conhecido do morador a não ser que se abra a porta e Lhe seja dado acolhimento. Compraste um campo?

Compraste cinco juntas de bois? Estás com o chapéu na mão, a pedir desculpa? Ele bate e torna a bater [...] E a hora do culto na igreja. Há oportunidade de fazer uma visita cristã a um indivíduo ou a uma família, mas não te mexes [...] Oh, nauseante mornidão! Oh, fatal mundanismo! O Senhor da glória deixa o Seu palácio celeste, vem em pobreza, em suor, em sangue; vem à porta de um professo amigo, que tudo Lhe deve, e não pode entrar! Vem salvar um homem cuja casa está a arder, e não O queres admitir! Oh, a altura, a profundidade da paciência de Jesus Cristo! Até o pagão Públio recebeu Paulo e o teve consigo três dias, cortesmente. Hão de os cristãos nominais dizer ao Senhor dos apóstolos que não têm aposento para Ele?” (Idem, p. 261-264).

“Se alguém ouvir a Minha voz” — O Senhor suplica, pois, ao mesmo tempo que bate à porta. A palavra “se” implica que alguns não vão querer ouvir. Embora esteja à porta, bata e suplique, alguns fecharão os ouvidos as Suas súplicas. Não basta simplesmente ouvir. Devemos abrir a porta. Muitos que a princípio ouviram a voz, e por algum tempo se sentiram inclinados a prestar atenção, finalmente deixarão de fazer o necessário para assegurar a si mesmos a comunhão do Hóspede divino.

Leitor, estão os seus ouvidos abertos aos rogos que o Senhor lhe dirige? E o som da Sua voz bem-vindo para você? Presta-Lhe atenção? Quer abrir-Lhe a porta e deixá-Lo entrar? Ou está a porta do seu coração atravancada por montões de lixo deste mundo que não está disposto a remover? Lembre-se que o Senhor do mundo nunca força a entrada. Condescende em vir, bater e procurar acolhimento; mas estabelece a Sua morada apenas nos corações onde é um hóspede e convidado bem-vindo.

Logo vem a promessa: “Entrarei em sua casa, e com ele cearei, e ele comigo.” Que expressivo e tocante quadro! Amigo com amigo, participando da alegre e social refeição! Mente com mente, em franca e íntima conversação! Que cena festiva deve ser aquela em que o Rei da glória é o Hóspede! Não é uma união comum, nem qualquer bênção ordinária, ou qualquer privilégio vulgar. Quem poderá ficar indiferente a tão carinhosa súplica e a tão graciosa promessa? Nem sequer nos é pedido que ponhamos à mesa para este exaltado Hóspede. Ele próprio o faz, não com o grosseiro alimento da Terra, mas com iguarias de Sua próprio celeiro celeste. Apresenta-nos aqui antegozos da glória que em breve será revelada. Dá-nos aqui penhores da nossa futura herança, incorruptível, imaculada e imarcescível. Na verdade, quando tivermos cumprido as condições e recebermos esta promessa, experimentaremos o aparecimento da Estrela da Alva em nossos corações e contemplaremos o alvorecer de uma gloriosa manhã para a igreja de Deus.

A promessa ao vencedor — O Senhor faz a promessa de cear com os Seus discípulos antes de expressar a promessa final ao vencedor. Isto mostra que as bênçãos incluídas nessa promessa devem ser desfrutadas durante o tempo de

graça e prova. E agora, como auge, eis a promessa ao vencedor: “Ao que vencer lhe concederei que se assente comigo no Meu trono, assim como Eu venci e Me assentei com Meu Pai no Seu trono.” Aqui culminam as promessas do Senhor. Do seu estado rebelde, caído, degradado e poluído, o homem é reconciliado com Deus pela obra do Redentor. É purificado das suas poluições, remido da queda, revestido da imortalidade, e finalmente sentado sobre o próprio trono do seu Salvador. A honra e a exaltação não podiam ir mais longe. As mentes humanas não podem conceber esse estado nem pode descrevê-lo. Apenas podemos continuar trabalhando até que, vencedores por fim, saibamos o que é.

Neste versículo não há apenas uma gloriosa promessa, mas também uma importante doutrina. É-nos aqui ensinado que Cristo reina consecutivamente sobre dois tronos: o trono de Seu Pai e o Seu próprio trono. Ele declara neste versículo que venceu e agora está sentado com o Pai no Seu trono. Está agora associado com o Pai no trono do domínio universal, colocado à Sua direita, muito acima de todo principado, poder, potestade e domínio (Efésios 1:20-22). Nesta posição Ele é Rei-sacerdote. É Sacerdote, “Ministro do santuário”, mas ao mesmo tempo está “à destra do trono da Majestade no Céu” (Hebreus 8:1, 2). Esta posição e obra do Senhor foi assim predita pelo profeta Zacarias: “E fala-lhe dizendo: Assim fala e diz o Senhor dos exércitos (Deus): Eis aqui o Homem cujo nome é Renovo (Cristo); Ele brotará do Seu lugar, e edificará o templo do Senhor [...] Ele mesmo (Cristo) assentar-Se-á e dominará no Seu trono (de Deus); e (Cristo) será sacerdote no Seu trono (de Deus); e conselho de paz (na obra de sacrifício e sacerdócio de Cristo em favor do homem arrependido) haverá entre Eles ambos” (Zacarias 6:12, 13).

Mas está próximo o tempo em que Ele há de mudar Sua posição e, deixando o trono do Pai, tomar Seu próprio trono. E há de suceder isto quando chegar o tempo para a recompensa dos vencedores, porque quando receberem essa recompensa, sentar-se-ão com Cristo no Seu trono, da maneira como Ele venceu e está agora sentado com o Pai no Seu trono. Esta mudança na posição de Cristo é apresentada por Paulo nos seguintes termos:

Depois virá o fim, quando tiver entregado o reino a Deus, o Pai, e quando houver aniquilado todo império, e toda potestade e força. Porque convém que reine até que haja posto todos os inimigos debaixo de Seus pés. Ora, o último inimigo que há de ser aniquilado é a morte. Porque todas as coisas sujeitou debaixo de Seus pés. Mas, quando diz que todas as coisas Lhe estão sujeitas, claro está que Se excetua Aquele que Lhe sujeitou todas as coisas. E, quando todas as coisas Lhe estiverem sujeitas, então também o mesmo Filho Se sujeitará Àquele que todas as coisas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos (1 Coríntios 15:24-28).

As verdades ensinadas neste trecho podem talvez ser realçadas por uma breve paráfrase, dando em cada caso, em vez dos pronomes, os nomes a que respectivamente se referem assim:

Depois virá o fim (da presente dispensação), quando Cristo tiver entregado o reino (que Ele agora tem juntamente com o Pai), a Deus, o Pai, e quando Deus houver aniquilado todo império e toda potestade e força (opostos à obra do Filho). Porque convém que Cristo reine (no trono de Seu Pai) até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés de Cristo. [Ver Salmos 110:1.] Ora, o último inimigo que será aniquilado é a morte. Porque todas as coisas sujeitou (então) debaixo dos pés de Cristo. Mas quando Deus diz que todas as coisas estão sujeitas a Cristo (e Ele começa a reinar no Seu próprio trono), claro está que Se excetua Deus, que sujeitou a Cristo todas as coisas. E quando todas as coisas estiverem sujeitas a Cristo, então também o mesmo Cristo Se sujeitará a Deus que todas as coisas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos.

Conclui-se daqui que o reino que Cristo entrega ao Pai é o que Ele tem atualmente no trono de Seu Pai, onde se nos diz que está agora sentado. Entrega esse reino no fim desta dispensação, quando chegar o tempo de ocupar o Seu próprio trono. Depois disso reinará no trono do Seu pai Davi, e só estará sujeito a Deus, que continua a reter a Sua posição no trono de domínio universal. Neste reino de Cristo participam os santos. “Ao que vencer lhe concederei que se assente comigo no Meu trono. “E viveram”, diz João, “e reinaram com Cristo durante mil anos.” Compreendemos que este seja um reino especial, ou para um fim especial, como veremos no capítulo 20, porque o verdadeiro reino dos santos deve ser “para todo o sempre” (Daniel 7:18, 27). Como poderá qualquer objetivo terrestre afastar os nossos olhos desta perspectiva eterna e celeste?

Assim terminam as mensagens às sete igrejas. Quão direto e perscrutador é o seu testemunho! Que lições encerram para todos os cristãos em todos os tempos! É tão verdade para a última como para a primeira igreja que todas as suas obras são conhecidas dAquele que anda no meio dos sete candeeiros de ouro. Nada pode furtar-se ao Seu penetrante olhar. Embora sejam assustadoras as Suas ameaças aos hipócritas e malfeitores, com toda a justiça, quão amplas, confortadoras, misericordiosas e gloriosas são suas promessas para os que O amam e seguem com sincero coração!

Apocalipse 04 — Diante do Trono de Deus

VERSÍCULO 1: Depois destas coisas, olhei, e eis não somente uma porta aberta no céu, como também a primeira voz que ouvi, como de trombeta ao falar comigo, dizendo: Sobe para aqui, e te mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas.

Nos três primeiros capítulos João apresenta a visão que teve do Filho do homem, compreendendo uma descrição de Sua majestosa pessoa, e um registro das palavras que, com voz semelhante ao som de muitas águas, ouviu pronunciar. Nova cena e nova visão se apresentam agora perante nós. A expressão “depois destas coisas” não significa que o que é relatado no capítulo quatro e seguintes devia ter lugar depois do cumprimento de tudo o que vem relatado nos capítulos precedentes, mas apenas que depois de ter visto e ouvido o que aí vem relatado, teve a nova visão que agora vai descrever.

“**Uma porta aberta no Céu**” — Aqui nos fala de uma porta aberta no Céu, e não uma porta que dá acesso ao. A tradução RA é fiel ao original: “eis não somente uma porta aberta no céu”. Não era uma abertura do próprio Céu perante a mente de João, como no caso de Estêvão (Atos 7:56), mas algum lugar no Céu foi aberto perante ele, e lhe foi permitido contemplar o que ali se estava realizando. Outras partes do livro demonstram claramente que o santuário celestial foi o que João viu aberto.

“**O que deve acontecer depois destas coisas**” — Comparem isto com Apocalipse 1:1. O grande objetivo do Apocalipse parece ser a apresentação de acontecimentos futuros com o propósito de informar, edificar e confortar a igreja.

VERSÍCULOS 2-5: Imediatamente, eu me achei em espírito, e eis armado no céu um trono, e, no trono, alguém sentado; e esse que se acha assentado é semelhante, no aspecto, a pedra de jaspé e de sardônio, e, ao redor do trono, há um arco-íris semelhante, no aspecto, a esmeralda. Ao redor do trono, há também vinte e quatro tronos, e assentados neles, vinte e quatro anciãos vestidos de branco, em cujas cabeças estão coroas de ouro. Do trono saem relâmpagos, vozes e trovões, e, diante do trono, ardem sete tochas de fogo, que são os sete Espíritos de Deus.

Em espírito — Já neste livro vimos idêntica expressão, no capítulo 1:10: “Achei-me em espírito, no dia do Senhor” (Apocalipse 1:10). Foi empregada para exprimir o fato de que João teve uma visão num sábado, ou dia do Senhor. Se ali se referia ao fato de estar em visão, deve referir-se aqui à mesma coisa e, por conseguinte, a primeira visão terminou com o capítulo três, e começa aqui nova visão. Não constitui séria objeção o fato de João, anteriormente, como

vemos pelo primeiro versículo deste capítulo, se ter encontrado em estado espiritual que lhe permitiu olhar e ver uma porta aberta no Céu e ouvir uma voz, como o poderoso som de trombeta, chamando-o para ver mais perto as coisas celestes. Estêvão também, cheio do Espírito Santo, olhou para cima e viu os céus abertos e o Filho do homem sentado à direita de Deus. Estar *em Espírito* significa um estado mais alto de elevação espiritual. Não somos informados do dia em que foi dada esta visão.

Arrebatado de novo em visão celestial, o primeiro objeto que viu foi um trono no Céu e o Ser divino sentado nele. A descrição da aparência deste Ser, com vestes de diversas cores sugere imediatamente a ideia de um monarca vestido com as suas vestes reais. Em redor do trono havia um arco-íris, reforçando a majestade da cena, recordando-nos que, embora onipotente e absoluto, o que está sentado sobre o trono é também o Deus que cumpre a aliança.

Os vinte e quatro anciãos — Quem são estes seres que rodeiam o trono de glória? Observe-se que estão vestidos de branco e têm na cabeça coroas de ouro, que são sinais tanto de um conflito terminado como de uma vitória ganha. Aqui concluímos que participaram anteriormente na luta cristã, trilharam outrora, com todos os santos, esta peregrinação terrena, mas venceram, e, com antecipação à grande multidão dos remidos, estão com suas coroas de vitória no mundo celeste. Com efeito, nos dizem isso claramente no cântico de louvor que tributam ao Cordeiro: “E entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o Teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação” (Apocalipse 5:9). Este cântico é cantado antes de se realizar qualquer dos acontecimentos preditos na profecia dos sete selos, porque é cantado para estabelecer que o Cordeiro é digno de tomar o livro e de abrir os selos, visto Ele próprio já ter operado a redenção deles. Não é algo colocado aqui por antecipação, com aplicação apenas no futuro, mas expressa um fato absoluto e consumado na história dos que o cantam. Esta, pois, era uma classe de pessoas remidas desta Terra, como todos devem de ser remidos: pelo precioso sangue de Cristo.

Encontraremos alguma outra parte outra referência a esta classe de remidos? Cremos que Paulo se refira ao mesmo grupo, quando escreve assim aos efésios: “Pelo que diz: Subindo ao alto levou cativo o cativo, e deu dons aos homens.” O original diz: levou “uma multidão de cativos.” Efésios 4:8. Retrocedendo aos acontecimentos relacionados com a crucifixão e ressurreição de Cristo, lemos: “Abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram; e, saindo dos sepulcros depois da ressurreição de Jesus, entraram na cidade santa e apareceram a muitos.” Mateus 27:52, 53. A página sagrada dá, pois, a resposta à nossa pergunta. Estes são alguns dos que saíram dos sepulcros quando Cristo ressuscitou, e foram contados entre a ilustre multidão que Ele tirou do cativo do sombrio domínio da morte quando subiu

em triunfo ao Céu. Mateus fala de a Sua ressurreição, Paulo de Sua ascensão, e João os contempla no Céu, fazendo os sagrados deveres para o cumprimento dos quais foram ressuscitados.

Não estamos sozinhos nesta interpretação. João Wesley fala dos vinte e quatro anciãos nos seguintes termos:

“Vestidos com vestes brancas”. Isto e as suas coroas de ouro mostram-nos que já terminaram a sua carreira e ocuparam seus lugares entre os cidadãos do Céu. Não são chamados almas, e por isso é provável que já tenham corpos glorificados. Compare-se com Mateus 27:52 (John Wesley, *Explanatory Notes Upon the New Testament*, p. 695, comentário sobre Apocalipse 4:4).

A atenção do leitor é atraída particularmente para o fato de se dizer que os vinte e quatro anciãos estão sentados em tronos (grego: *thronoi*). Esta passagem derrama luz sobre a expressão que encontramos em Daniel 7:9: “Continuei olhando, até que foram postos uns tronos”. Esta figura é tomada do costume oriental de pôr esteiras ou divãs para os hóspedes distintos se sentarem. Estes vinte e quatro anciãos (ver a comentários do capítulo 5) evidentemente são assistentes de Cristo em Sua obra de mediação no santuário celeste. Quando a cena do juízo descrita em Daniel 7:9 começou no lugar santíssimo, seus tronos foram postos ali, segundo o testemunho dessa passagem.

Sete lâmpadas de fogo [VC] — Nestas lâmpadas de fogo temos um apropriado antítipo do candelabro de ouro do santuário típico, com as sete lâmpadas sempre a arder. Este candelabro estava colocado, por ordem divina, no primeiro compartimento do santuário terrestre (Êxodo 25:31, 32, 37; 26:35; 27:20). Agora que João nos diz que uma porta foi aberta no Céu, e no compartimento assim exposto vê o antítipo do candelabro do santuário terrestre, temos uma boa prova de que ele está olhando para o primeiro compartimento do santuário celeste.

VERSÍCULOS 6-11: Há diante do trono um como que mar de vidro, semelhante ao cristal, e também, no meio do trono e à volta do trono, quatro seres vivos cheios de olhos por diante e por detrás. O primeiro ser vivo é semelhante a leão, o segundo, semelhante a novilha, o terceiro tem o rosto como de homem, e o quarto ser vivo é semelhante à águia quando está voando. E os quatro seres vivos, tendo cada um deles, respectivamente, seis asas, estão cheios de olhos, ao redor e por dentro; não têm descanso, nem de dia nem de noite, proclamando: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, aquele que era, que é e que há de vir. Quando esses seres vivos derem glória, honra e ações de graças ao que se encontra sentado no trono, ao que vive pelos séculos dos séculos, os vinte e quatro anciãos prostrar-se-ão diante daquele que se encontra sentado no trono, adorarão o que vive pelos séculos dos séculos e depositarão as suas coroas diante do trono, proclamando: Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas.

O mar de vidro — Não está composto de vidro, mas uma ampla superfície que parecia vidro. É cristalina ou transparente, como disse Tiago Strong em seu dicionário grego. Esta ideia é melhor expressa ao compará-la com o cristal, que é definido como “qualquer coisa concreta e translúcida como o gelo ou o vidro.” A posição deste mar não apresenta analogia alguma com a bacia ou mar do antigo serviço típico. Pode estender-se por sob o trono e ser o seu fundamento e talvez é o da própria cidade. É de novo apresentado em Apocalipse 15:2, como o local onde estarão os vencedores, em júbilo arrebatador da vitória final.

Os quatro seres viventes — As traduções que nos apresentam “animais” neste versículo são muito infelizes. A palavra grega *zoon*, traduzida por animais significa propriamente um ser vivo. Bloomfield diz em seu comentário:

Quatro seres vivos (não animais). Assim a traduz Heinrich. [...] Creio que a propriedade desta correção é hoje aceita em geral pelos comentadores. A palavra é muito diferente de *therion*, fera que designa os animais proféticos no capítulo 13 e seguintes (Scofield). Ademais, Bulkeley apresenta alguns exemplos de *zoon* para denotar, não apenas ser vivo, mas até um ser humano, especialmente em de Orígenes, que o aplica ao nosso Senhor Jesus (S. T. Bloomfield, *The Greek Testament With English Notes*, vol. 2, p. 574, comentário sobre Apocalipse 4:6).

Semelhante simbolismo é usado no primeiro capítulo de Ezequiel. As qualidades que parecem significar os símbolos são a força, a perseverança, a razão e a rapidez — a força da afeição, a perseverança em levar avante os requerimentos do dever, a razão para compreender a vontade divina, e a rapidez para obedecer. Estes seres vivos estão ainda mais intimamente relacionados com o trono do que os vinte e quatro anciãos, pois são representados como estando no meio dele. Como os anciãos em seu cântico ao Cordeiro dão-Lhe louvor por tê-los remido da Terra. Pertencem, portanto, ao mesmo grupo, e representam uma parte da grande multidão que, como já foi descrito (ver observações sobre o verso 4), foram arrancados do cativeiro da morte e levados para o Céu. Acerca do objetivo da sua redenção, ver comentários sobre Apocalipse 5:8.

Não têm descanso — “Oh! feliz falta de descanso!”, exclama João Wesley. O tema da sua constante adoração é: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, Aquele que era, que é e que há de vir.” Nenhum cântico mais sublime saiu de lábios criados. E repetem-no dia e noite, ou continuamente, significando estes termos apenas adaptação ao modo como nós computamos o tempo, porque não pode haver noite onde está o trono de Deus (Apocalipse 21:23, 25).

Nós, mortais, cansamo-nos com a repetição do simples testemunho que damos sobre a bondade e misericórdia de Deus. Às vezes, somos tentados a nada dizer, porque não podemos dizer continuamente algo de novo. Não podemos

aprender uma proveitosa lição desses santos entes celestes, que nunca se cansam de repetir sem cessar: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso”, e não deixam que estas palavras envelheçam para eles, porque em seu coração arde sempre o sentimento de Sua santidade, bondade e amor? O louvor não se torna monótono para eles, porque ao pronunciá-lo ganham nova visão dos atributos do Todo-Poderoso. Atingem o mais alto grau de compreensão ao contemplarem a Sua perfeição. O horizonte dilata-se perante eles. Seu coração expande-se e as novas emoções de adoração, sob nova luz, arrancam-lhes uma nova expressão de sua santa saudação, para eles sempre nova: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso!”.

Assim pode suceder conosco. Ainda que falemos repetidamente e amiúde acerca da bondade, da misericórdia e do amor de Deus, do valor da Sua verdade, dos atrativos do mundo vindouro, não devia isso enfadar-nos o ouvido. Durante toda a vida devíamos elevar-nos a novas concepções das bênçãos contidas nestes gloriosos temas.

“Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder” — Quão digno é, nunca o poderemos compreender até que, como os santos seres que proferem essas palavras, revestidos de imortalidade, sejamos apresentados irrepreensíveis, com alegria, perante a Sua glória (Judas 24).

“Porque todas as coisas Tu criaste” — As obras da criação apresentam a base para a honra, glória e poder atribuídos a Deus. “Por causa da Tua vontade vieram a existir e foram criadas.” Deus quis, e todas as coisas foram criadas. Pelo mesmo poder são conservadas e mantidas.

Apocalipse 05 — O Desafio do Livro Selado

VERSÍCULO 1: Vi, na mão direita daquele que estava sentado no trono, um livro escrito por dentro e por fora, de todo selado com sete selos.

Ao começar esse novo capítulo, a mesma visão está na mente do apóstolo. As palavras “dAquele que estava sentado no trono” referem-se evidentemente ao Pai, pois a seguir o Filho é introduzido como “um Cordeiro, como havendo sido morto”. O livro que João viu aqui continha uma revelação das cenas que iriam ocorrer na história da igreja até o fim do tempo. O fato de estar na mão direita dAquele que estava sentado no trono pode significar que só Deus tem conhecimento do futuro, a não ser que o queira revelar.

O livro selado — Os livros usados no tempo do Apocalipse não tinham o formato dos de hoje. Não consistiam numa série de folhas encadernadas, mas eram compostos de tiras de pergaminho ou de outro material que se enrolavam. Sobre isso, Wesley diz:

Os livros usados pelos antigos não eram como os nossos, mas eram volumes ou longos pedaços de pergaminho, enrolados num comprido pau, como frequentemente enrolamos as sedas. Tal era o livro aqui representado, selado com sete selos. Não que o apóstolo visse todos os selos de uma vez, porque havia sete selos enrolados um dentro do outro, cada um deles selado, de maneira que ao abrir e desenrolar o primeiro, aparecia o segundo selado até ser aberto, e assim sucessivamente até o sétimo (John Wesley, *Explanatory Notes Upon the New Testament*, p. 697, comentário sobre Apocalipse 5:1).

Assim, este livro não devia estar escrito do lado de dentro e do lado de fora, como parece indicar a pontuação da nossa versão comum. “Grocio, Lowman, Fuller, etc.”, — diz em certa Bíblia anotada — “tiram a vírgula, assim: ‘Escrito por dentro, e por trás (ou por fora) selado’” (*The Cottage Bible*, vol 2, p. 1391, comentário sobre Apocalipse 5:1). E sobre como estavam colocados estes selos já ficou suficientemente explicado.

VERSÍCULOS 2-4: Vi, também, um anjo forte, que proclamava em grande voz: Quem é digno de abrir o livro e de lhe desatar os selos? Ora, nem no céu, nem sobre a terra, nem debaixo da terra, ninguém podia abrir o livro, nem mesmo olhar para ele; e eu chorava muito, porque ninguém foi achado digno de abrir o livro, nem mesmo de olhar para ele.

O desafio — Pareceria que na visão Deus segura este livro à vista do Universo, e um anjo forte, de grande eminência e poder, avança como pregoeiro, e com voz potente desafia todas as criaturas do Universo a experimentar se a sua sabedoria consegue abrir os conselhos de Deus. Quem poderá ser achado digno de abrir o livro e de desatar os seus selos? Segue-se uma pausa. Em silêncio o Universo reconhece a sua incapacidade e indignidade para entrar nos conselhos do Criador. “Nem no Céu, nem sobre a terra, nem debaixo da terra, ninguém podia.” O grego *oudéís*, ninguém, não significa somente nenhum homem, mas nenhum ser no Céu. Não temos aqui uma prova de que as faculdades dos anjos são limitadas, como as do homem, quanto a penetrar o futuro e a descobrir o que há de suceder? Quando o apóstolo viu que ninguém podia abrir o livro, temeu muito que não se revelassem os conselhos de Deus nele contidos, referentes ao Seu povo. E, devido à ternura natural dos seus sentimentos e ao seu interesse pela igreja, chorou muito.

Diz John Wesley: “Quão longe estão dos sentimentos de João” estão os que procuram algo coisa mais do que o conteúdo deste livro!” (John Wesley, *Explanatory Notes Upon the New Testament*, p. 698, comentário sobre Apocalipse 5:4).

Sobre a frase: “Eu chorava muito”, José Benson diz seguinte:

Profundamente preocupado com o pensamento de que ninguém se achava digno de compreender, revelar e cumprir os conselhos divinos, e temendo que ainda continuassem ocultos da igreja, este pranto do apóstolo brotou da grandeza de sua mente. A ternura de coração que sempre teve aparece mais claramente agora que está fora de si. O Apocalipse não foi escrito sem lágrimas, nem será compreendido sem lágrimas (Joseph Benson, *Commentary on the New Testament*, vol. 2, p. 721, Nota sobre Apocalipse 5:4).

VERSÍCULOS 5-7: Todavia, um dos anciãos me disse: Não chores; eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos. Então, vi, no meio do trono e dos quatro seres viventes e entre os anciãos, de pé, um Cordeiro como tendo sido morto. Ele tinha sete chifres, bem como sete olhos, que são os sete Espíritos de Deus enviados por toda a terra. Veio, pois, e tomou o livro da mão direita daquele que estava sentado no trono.

João que não foi deixado a chorar mais. Deus não quer que Seus filhos sejam privados de qualquer conhecimento que os possa beneficiar. Há possibilidade de abrir o livro. Por isso um dos anciãos diz-lhe: “Não chores: eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos.” Não vemos motivo para que um dos anciãos, de preferência a qualquer outro ser, desse esta informação a João, a menos que, tendo sido remido, estar especialmente interessado em tudo o que diz respeito ao bem da igreja na Terra.

Cristo é aqui chamado o “Leão da tribo de Judá”. Por que é chamado Leão e da tribo de Judá? Quanto ao primeiro título, é provável que signifique a Sua força. Como o leão é o rei dos animais, o monarca da floresta, torna-se um emblema apropriado de autoridade e poder reais. E o qualificativo “da tribo de Judá”, é derivado, sem dúvida, da profecia de Gênesis 49:9, 10.

“A raiz de Davi” — Cristo era o sustentáculo de Davi em sua posição e poder. Não pode haver dúvida de que a posição de Davi foi especialmente ordenada por Cristo e especialmente sustentada por Ele. Davi era o tipo; Cristo o antítipo. O trono e o reino de Davi sobre Israel eram um tipo do reino de Cristo sobre o Seu povo. Ele reinará sobre o “trono de Davi, Seu pai” (Lucas 1:32, 33). Como Cristo apareceu na descendência de Davi ao tomar sobre Si a nossa natureza, é também chamado “a geração de Davi”, e “um rebento do tronco de Jessé” (Apocalipse 22:16; Isaías 11:1, 10). Em vista de Sua relação com o trono de Davi e o Seu direito de governar sobre o povo de Deus, havia razão para se Lhe confiar a abertura dos selos.

“Venceu” — Esta palavra indicam que o direito de abrir o livro foi adquirido por uma vitória ganha em algum conflito anterior. Vemos o relato de seu triunfo mais adiante neste capítulo. A cena seguinte apresenta-nos a grande obra de Cristo como Redentor do mundo, e o derramamento do Seu sangue para a remissão do pecado e a salvação do homem. Nesta obra esteve sujeito aos mais ferozes assaltos de Satanás. Mas suportou a tentação, sofreu as agonias da cruz, ressuscitou vitorioso da morte e do sepulcro, assegurou o caminho da redenção, e triunfou! Por isso os quatro seres vivos e os vinte e quatro anciãos cantam: “Digno és de tomar o livro e de abrir os seus selos, porque foste morto e com o Teu sangue nos compraste para Deus”.

João olha para o Leão da tribo de Judá e contempla um Cordeiro no meio do trono e dos quatro seres vivos e dos anciãos, como tendo sido morto.

“No meio do trono” — Felipe Doddridge traduz assim: “E olhei para o espaço intermediário entre o trono e as quatro criaturas vivas, e no meio dos anciãos estava um Cordeiro” (Felipe Doddridge, *The Family Expositor*, vol. 6, p. 405. Paráfrase de Apocalipse 5:5). No centro da cena estava o trono do Pai, e de pé no espaço aberto que o rodeava estava o Filho, apresentado sob o símbolo de um cordeiro morto. Em redor estavam os santos, que tinham sido remidos: em primeiro lugar os representados pelas quatro seres vivos, e depois os anciãos formando o segundo círculo, e os anjos (versículo 11) formando um terceiro círculo. A dignidade de Cristo, assim apresentado sob a figura de um cordeiro morto, é o objeto da admiração de toda a santa multidão.

“Como tendo sido morto” — John C. Woodhouse, citado num comentário, diz: “O grego dá a entender que o Cordeiro apareceu ferido na nuca e na garganta, como uma vítima morta no altar.” William Jenks, *Comprehensive Commentary*, vol. 5, p. 684. Nota sobre Apocalipse 5:6.

Sobre esta frase Adam Clarke diz:

Como se estivesse no ato de ser oferecido. Isto é muito notável. Tão importante é a oferta do sacrifício de Cristo à vista de Deus, que Ele é representado como no próprio ato de derramar Seu sangue pelos pecados do homem (Adam Clarke, *Commentary on the New Testament*, vol. 2, p. 991, Nota sobre Apocalipse 5:6).

“Sete chifres, bem como sete olhos” — Chifres são símbolos de poder e olhos representam a sabedoria. Sete é um número que representa plenitude ou perfeição. Aprendemos assim que o perfeito poder e a perfeita sabedoria são inerentes ao Cordeiro.

“Veio, pois, e tomou o livro” — Alguns comentadores acham incongruente a ideia de um livro ser tomado pelo cordeiro, e têm recorrido a vários expedientes para evitar a dificuldade. Mas acaso não é um princípio bem estabelecido que não deve atribuir-se a um símbolo qualquer ação que possa ser realizada pela pessoa ou ser representada por esse símbolo? E não bastará esta explicação para se compreender a passagem? Sabemos que o cordeiro é um símbolo de Cristo, que não há incongruência alguma em Cristo tomar um livro. E quando lemos que o livro foi tomado, pensamos que esse ato foi realizado não pelo cordeiro, mas por Aquele de Quem o cordeiro é um símbolo.

VERSÍCULOS 8-10: E, quando tomou o livro, os quatro seres viventes e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles uma harpa e taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos, e entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a terra.

“Taças de ouro cheias de incenso” — Por esta expressão fazemos uma ideia da ocupação dos remidos representados pelos quatro seres vivos e pelos vinte e quatro anciãos. Têm taças de ouro, cheias de incenso, que são as orações dos santos. É um ministério própria de sacerdotes.

O leitor lembrará que no antigo serviço típico o sumo sacerdote tinha muitos assistentes. Quando consideramos que olhamos agora para o santuário celeste, chegamos à conclusão de que estes remidos são os assistentes do nosso grande Sumo Sacerdote no Céu. Para este fim foram, sem dúvida, remidos. E que podia ser mais próprio do que o Senhor ser assistido em Sua obra sacerdotal em favor da família humana por nobres membros dela, cuja santidade de vida e pureza de caráter os tenha habilitado para este fim? (Ver comentários sobre o capítulo 4:4).

Sabemos que muitos nutrem uma grande aversão pela ideia de haver coisas reais e tangíveis no Céu. Embora o Apocalipse em grande parte apre-

sente figuras, não apresenta ficções. Há realidade em todas as coisas descritas e compreendemos a realidade quando interpretamos corretamente as figuras. Assim, nesta visão sabemos que Aquele que está no trono é Deus. Ele está realmente ali. Sabemos que o cordeiro simboliza Cristo. Ele também está realmente ali. Ascendeu com um corpo literal e tangível, e quem poderá dizer que o não conserva ainda?

Portanto, se o nosso grande Sumo Sacerdote é um Ser literal, deve ter um lugar literal onde ministrar. E se os quatro seres vivos e os vinte e quatro anciãos representam aqueles a quem Cristo tirou do cativeiro da morte ao ressuscitar e ascender ao céu, por que não serão eles seres tão literais no Céu como o eram quando ascenderam?

O cântico — É chamado “novo cântico”, e é novo, provavelmente, em relação à ocasião e à composição. Sendo eles os primeiros que foram remidos, foram também os primeiros que puderam cantar. Chamam-se a si mesmos “reis e sacerdotes”. Já vimos em que sentido são sacerdotes. Assistem a Cristo em Sua obra sacerdotal. No mesmo sentido, sem dúvida, são também reis, porque Cristo está sentado com o Pai no Seu trono, e sem dúvida estes, como ministros Seus, desempenham algum papel no governo do Céu em relação a este mundo.

A antecipação — “E reinarão sobre a Terra.” Apesar de serem remidos, cercarem o trono de Deus, estarem na presença do Cordeiro que os remiu e encontrarem-se rodeados pelas hostes angélicas do Céu, onde toda a glória é inefável, seu cântico fala de um estado ainda mais elevado que alcançarão depois de completada a grande obra da redenção, e eles, com toda a família de Deus, de reinarão sobre a Terra, a herança prometida e a residência eterna dos santos (Romanos 4:13; Gálatas 3:29; Salmos 37:11; Mateus 5:5; 2 Pedro 3:13; Isaías 65:17-25; Apocalipse 21:15).

VERSÍCULOS 11, 12: Vi e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres vivos e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares, proclamando em grande voz: Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor.

O santuário celestial — Que débil conceito formamos da magnitude e glória do templo celestial! João foi introduzido nesse templo no começo do capítulo 4, pela porta que foi aberta no Céu. Continua olhando a esse mesmo templo em Apocalipse 5:11, 12. Agora contempla as hostes celestes. Em redor do trono estão os seres representados pelos quatro seres vivos. Logo vêm os vinte e quatro anciãos. João vê uma multidão de anjos celestes, rodeando o conjunto. Quantos? Quantos suporíamos que podem reunir-se no interior do templo celeste? “Milhões de milhões” exclama o vidente. Pareceria que nenhuma expressão numérica fosse adequada para abranger a incontável multidão, pelo

que o autor de Hebreus ao referir-se a eles, chama “a incontáveis hostes de anjos” (Hebreus 12:22). E estes estavam no santuário celeste.

Tal foi a multidão que João viu reunida no lugar que é o centro do culto do Universo, e onde se está completando o maravilhoso plano da redenção humana. A figura central desta inumerável e santa multidão era o Cordeiro de Deus, e o ato central de Sua vida, que motivava a sua admiração, era o derramamento do Seu sangue para a salvação do homem caído. Todas as vozes daquela hoste celestial se uniram no louvor: “Digno é o Cordeiro, que foi morto, de receber poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor.” É uma assembléia digna do lugar! É um cântico de adoração Àquele que pelo derramamento do Seu sangue Se fez resgate por muitos, e que, como nosso grande Sumo Sacerdote no santuário celestial, continua apresentando os méritos do Seu sacrifício em nosso favor. Ali, diante de tão augusta assembléia, nossa vida será em breve examinada. Quem nos habilitará para resistir o exame perscrutador? Quem nos habilitará a levantarmos e ficarmos de pé com a multidão sem pecado no céu? Oh! infinito mérito do sangue de Cristo, que pode limpar-nos de todas as nossas contaminações e tornar-nos aptos para pisar a santa colina de Sião! Oh! infinita graça de Deus, que pode preparar-nos para suportar a glória e dar-nos ousadia para entrar em Sua presença, com inexcusável júbilo!

VERSÍCULOS 13, 14: Então, ouvi que toda criatura que há no céu e sobre a terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo: Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos. E os quatro seres viventes respondiam: Amém! Também os anciãos prostraram-se e adoraram.

Um Universo purificado — No versículo 13 temos uma declaração colocada fora da sua ordem cronológica para seguir até o fim alguma prévia afirmação ou alusão. Isto ocorre com frequência na Bíblia. Neste caso antecipa-se o tempo em que a redenção termina. No versículo 10, os quatro seres viventes e os vinte e quatro anciãos tinham declarado: “Reinarão sobre a Terra.” Agora o espírito do profeta é levado por antecipação ao acontecimento. Olha adiante, ao tempo em que estará completo o número dos remidos, o Universo liberto de pecado e pecadores, e se elevará um cântico universal de adoração a Deus e ao Cordeiro.

É inútil tentar aplicar isto à igreja no seu estado presente ou a algum tempo no passado desde que o pecado entrou no mundo, ou mesmo desde que Satanás caiu da sua alta posição como anjo de luz e amor no Céu. Porque no tempo de que João fala, toda criatura no Céu e na Terra, sem exceção, eleva sua antífona de louvor a Deus. Mas, para falar só deste mundo desde a queda, maldições em vez de bênçãos ergueram-se da grande maioria da nossa espécie apóstata contra Deus e o Seu trono. E assim será enquanto o pecado reinar.

Não encontramos, pois, lugar para esta cena que João descreve, a menos que nos antecipemos até o tempo em que esteja completado todo o plano da

redenção, e os santos tenham tomado posse do seu reino prometido sobre a Terra, o qual é antevisto pelas criaturas vivas e pelos anciãos no seu cântico do versículo 10. A esta luz, tudo é harmônico e claro. Aquele reinado na Terra começa depois da segunda ressurreição. Daniel 7:27; 2 Pedro 3:13; Apocalipse 21:1. Por altura dessa ressurreição, que ocorre mil anos depois da primeira ressurreição, (Apocalipse 20:4, 5), dá-se a perdição dos ímpios. 2 Pedro 3:7. Então desce fogo do céu, enviado por Deus, e os devora-os (Apocalipse 20:9); este fogo que causa a perdição dos homens ímpios é o fogo que funde e purifica a Terra, como vemos em 2 Pedro 3:7-13. Então são destruídos pecados e pecadores, a Terra é purificada, a maldição com todos os seus males é para sempre retirada, os justos “resplandecem como sol no reino de Seu Pai” e do universo purificado ascende para Deus uma antífona de louvor e ações de graça. Em todo o belo domínio do grande Criador, não há espaço para nenhum vasto receptáculo de fogo e enxôfre, onde miríades, conservados pelo direto poder de um Deus de misericórdia, hajam de arder e contorcer-se em indizível e eterno tormento. Nesta jubilosa antífona não há notas com os discordantes e desesperados ais dos condenados, e com as maldições e blasfêmias de seres que estejam pecando e sofrendo sem um vislumbre de esperança. Toda a voz rebelde foi para sempre abafada na morte. Não ficou raiz nem ramo de Satanás e de todos os seus seguidores, do enganador e dos enganados. Malaquias 4:1; Hebreus 2:14. Em fumo se consumiram. Salmos 37:20. Desvaneceram em chamas como a inflamável palha. Mateus 3:12. Foram aniquilados não como matéria, mas como seres conscientes e inteligentes; ficaram como se nunca tivessem existido. Obadias 16.

Ao Cordeiro, assim como ao Pai que está assentado sobre o trono, é rendido louvor neste cântico de adoração. Um grande número de comentadores viram aqui uma prova da eternidade de Cristo com o Pai; aliás, dizem eles, não se atribuiria aqui à criatura a adoração que pertence apenas ao Criador. Mas esta não é talvez a conclusão necessária. As escrituras em parte alguma falam de Cristo como de um ser criado, mas claramente afirmam que Ele foi gerado pelo Pai (Ver comentários à Apocalipse 3:14, onde demonstramos que Cristo não é um ser criado). Mas enquanto, como Filho gerado, não possuía com o Pai uma co-eternidade de existência pretérita, o começo da sua existência é anterior a toda obra da criação, em relação a qual Ele foi criador juntamente com Deus. João 1:3; Hebreus 1:3. Não podia o Pai ordenar que se prestasse a tal ser adoração igual a Sua, sem se tratar de idolatria da parte dos adoradores? Ele elevou-o a posições em que é próprio ser adorado, e além disso ordenou que se lhe prestasse adoração, o que não teria sido necessário se Ele fosse igual ao Pai em eternidade de existência. O próprio Cristo declara que “como o Pai tem a vida em Si mesmo, assim deu ao Filho ter a vida em Si mesmo.” João 5:26. O Pai “exaltou-O soberanamente, e deu-lhe um nome que é sobre todo o nome”. Filipenses 2:9. E o próprio Pai diz: “E todos os anjos de Deus O

adorem.” Hebreus 1:6. Estes testemunhos mostram que Cristo agora é objeto de adoração igualmente com o Pai; mas não provam que tenha com Ele uma eternidade de existência passada.

Voltando da gloriosa cena antecipada no versículo 13 aos eventos que ocorrem diante dele no santuário celeste, o profeta ouve os quatro seres viventes exclamarem: Amém.

Apocalipse 06 — Os Sete Selos da Profecia São Abertos

VERSÍCULOS 1, 2: Vi quando o Cordeiro abriu um dos sete selos e ouvi um dos quatro seres viventes dizendo, como se fosse voz de trovão: Vem! Vi, então, e eis um cavalo branco e o seu cavaleiro com um arco; e foi-lhe dada uma coroa; e ele saiu vencendo e para vencer.

O Cordeiro toma o livro e procede imediatamente à abertura dos selos, e a atenção do apóstolo é chamada para as cenas que ocorrem sob cada selo. Já notamos que o número sete significa nas Escrituras plenitude e perfeição. Os sete selos representam acontecimentos de caráter religioso e abrangem a história da igreja desde o início da era cristã até a vinda de Cristo.

Os sete selos abrangem, portanto, toda uma classe de acontecimentos, até o fim do tempo de prova. Por isso, não se pode dizer, como pretendem alguns, que os selos se referem a uma série de acontecimentos que chegaram talvez apenas até ao tempo de Constantino, e que as trombetas se referem à outra série de eventos desde aquele tempo em diante. As trombetas referem-se a uma série de acontecimentos que ocorrem ao mesmo tempo em que os acontecimentos dos selos, mas com um caráter inteiramente diverso. Uma trombeta é um símbolo de guerra; por isso as trombetas significam grandes comoções políticas que haviam de ocorrer entre as nações durante a dispensação cristã.

O primeiro selo — O primeiro símbolo é um cavalo branco e o cavaleiro que tinha um arco, a quem foi dada uma coroa, que saiu vitorioso e para vencer, como símbolo adequado dos triunfos do Evangelho no primeiro século da era cristã. A brancura do cavalo representa a pureza de fé daquele tempo. A coroa dada ao cavaleiro e o seu avanço como vencedor e prestes a alcançar novas vitórias significam o sucesso com que a verdade foi promulgada pelos seus primeiros ministros. Por meio de que símbolos podia ser melhor representada a obra do cristianismo quando saiu como um agressivo princípio contra os vastos sistemas de erro com teve que contender no início? O cavaleiro que estava sobre o cavalo saiu — para onde? Sua missão era ilimitada. O Evangelho era para todo o mundo.

VERSÍCULOS 3, 4: Quando abriu o segundo selo, ouvi o segundo ser vivente dizendo: Vem! Esaiu outro cavalo, vermelho; e ao seu cavaleiro, foi-lhe dado tirar a paz da terra para que os homens se matassem uns aos outros; também lhe foi dada uma grande espada.

O primeiro aspecto notável nestes símbolos talvez seja o contraste na cor dos cavalos. Este contraste tem, sem dúvida, um significado especial. Se a brancura do primeiro cavalo representava a pureza do Evangelho no período abrangido por aquele símbolo, a cor vermelha do segundo deve representar que

neste período começava a corromper-se aquela pureza original. O mistério da iniquidade operava já nos dias de Paulo, e ao iniciar-se o período simbolizado pelo segundo cavalo, a professa igreja de Cristo estava agora tão corrompida pelo mistério da iniquidade que requeria esta mudança na cor do símbolo. Começaram a surgir erros e assomava o amor pelas coisas do mundo. O poder eclesiástico procurou aliança com o secular, resultando perturbações e comoções.

Falando do período da igreja cristã que vai do ano 100 a 311, diz um historiador:

Descendo agora da igreja primitiva à greco-romana; das etapas de criação à obra de conservação; da fonte da revelação divina à corrente do desenvolvimento humano; da inspiração dos apóstolos e profetas às produções dos mestres iluminados mas falíveis. A mão de Deus traçara uma linha de demarcação entre o século dos milagres e os sucessivos, para demonstrar, pela abrupta transição e o contraste surpreendente, a diferença que há entre a obra de Deus e a do homem (Philip Schaff, *History of the Christian Church*, vol. 2, p. 4).

O segundo período, desde a morte do apóstolo João até o fim das perseguições, ou até a ascensão de Constantino, o primeiro imperador cristão, é a era clássica [...] da perseguição pagã, e do martírio e heroísmo cristãos. [...] Proporciona um comentário contínuo das palavras do Salvador: “Eis que vos envio no meio de lobos” (Idem, p. 8).

A era anterior ao concílio de Nicéia [...] é [...] a raiz comum da qual ambos [catolicismo e protestantismo] brotaram, o catolicismo (grego e romano) primeiro, e o protestantismo mais tarde. É a transição natural da era apostólica à de Nicéia, embora se efetuou deixando atrás muitas verdades importantes da primeira (especialmente as doutrinas paulinas) que seriam estabelecidas e exploradas nos séculos futuros. Podemos encontrar nela as formas elementares do credo católico, a organização e o culto da igreja católica, e também as sementes de quase todas as corrupções do cristianismo grego e romano (Idem, p. 11).

O espírito deste período atinge o seu auge quando chegamos ao tempo de Constantino, o primeiro imperador chamado cristão, cuja conversão ao cristianismo em 323 produziu uma transigência entre a Igreja e o Império Romano. O Edito de Milão em 313, concedia tolerância aos cristãos e permitia ao povo que se convertesse ao cristianismo. Kenneth S. Latourette declara que os atos que precederam imediatamente antes do Edito de Milão e culminaram sua promulgação em 313 “continuam sendo a mais significativa das muitas pedras do caminho pelo qual a Igreja e o Estado avançaram rumo à cooperação” (Kenneth Scott Latourette, *A History of the Expansion of Christianity*, vol. 1, p. 159).

Este moderno erudito historiador eclesiástico declara mais:

O cristianismo, ao originar a Igreja, desenvolveu uma instituição que parcialmente era rival do Estado. Criou dentro do Império uma sociedade que, muitos pensam, ameaçava a existência do último. O conflito foi muito pronunciado durante mais de um século antes de Constantino. [...] Entretanto, quando Constantino fez as pazes com a fé pareceu que o conflito fora resolvido com a obtenção do controle da Igreja pelo Estado. No entanto, mesmo nos dias de aparente submissão da Igreja ao governo, os cristãos procuravam influenciar nas diretivas do último (Idem, p. 159).

Semelhante estado de coisas corresponde bem às palavras do profeta, quando declara que ao que estava assentado sobre o cavalo, “foi dado que tirasse a paz da Terra, e que se matassem uns aos outros; e foi-lhe dada uma grande espada.” O cristianismo desse tempo havia subido ao trono e empunhado o emblema do poder civil.

VERSÍCULOS 5, 6: Quando abriu o terceiro selo, ouvi o terceiro ser vivente dizendo: Vem! Então, vi, e eis um cavalo preto e o seu cavaleiro com uma balança na mão. E ouvi uma como que voz no meio dos quatro seres viventes dizendo: Uma medida de trigo por um denário; três medidas de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho.

O terceiro selo — Com que rapidez progride a obra da corrupção! Que contraste entre a cor deste símbolo e a do primeiro! Um cavalo preto precisamente a oposição do branco! Deve ser representado por este símbolo um período de grandes trevas e corrupção moral na igreja. Os acontecimentos do segundo selo prepararam o terreno para o estado de coisas aqui apresentado. O tempo que ocorreu entre o reinado de Constantino e o estabelecimento do papado em 538 pode ser com razão considerado o tempo em que se levantaram na igreja os mais obscuros erros e as mais grosseiras superstições. Do período que imediatamente se seguiu aos dias de Constantino, diz Mosheim:

Aquelas vãs ficções que antes de Constantino a maior parte dos doutores cristãos, apegados à filosofia platônica e às opiniões populares, tinham abraçado, eram agora confirmadas, ampliadas e embelezadas de várias maneiras. Daqui se originou a extravagante veneração pelos santos mortos e as absurdas noções, que agora prevaleciam, e que se veriam representadas por toda parte, de certo fogo destinado a purificar as almas desincorporadas. Daqui também o celibato dos padres, a adoração de imagens e relíquias, que com o passar do tempo destruiu quase por completo a religião cristã, ou pelo menos eclipsou o seu brilho, e corrompeu, da maneira mais deplorável, a sua própria essência. Um enorme cortejo de superstições foi substituindo gradualmente a verdadeira religião e a genuína piedade. Esta odiosa revolução

procedeu de uma variedade de causas. Uma precipitação ridícula em receber novas opiniões, um absurdo desejo de imitar os ritos pagãos, e de misturá-los com o culto cristão, e a frívola propensão que a humanidade em geral tem para uma religião de pomposa, tudo isto contribuiu para estabelecer o reino da superstição sobre as ruínas do cristianismo (John L. Mosheim, *An Ecclesiastical History*, vol. 1, p. 364, 365).

Mais adiante diz o mesmo autor:

Seria necessário um volume inteiro para conter a enumeração das variadas fraudes que astutos velhacos praticaram com sucesso para enganar os ignorantes, quando foi quase inteiramente substituída a religião verdadeira por horrenda superstição (Idem, p. 368).

Estas citações de Mosheim contêm uma descrição do período representado pelo cavalo preto do terceiro selo, que corresponde exatamente à profecia. Por aí se vê como o paganismo foi incorporado ao cristianismo, e como, durante este período, o falso sistema que resultou no estabelecimento do papado rapidamente tomava sua feição definitiva, e atingia toda a sua deplorável perfeição de vigor e estatura.

A balança — “A balança indicava que a religião e o poder civil se haviam de unir na pessoa que administraria o poder executivo do governo, e que pretenderia ter autoridade judicial tanto sobre a Igreja como sobre o Estado. Assim sucedeu com os imperadores romanos desde Constantino até Justiniano, que deu o mesmo poder judicial ao bispo de Roma” (William Miller, *Evidence From Scripture and History of the Second Coming of Christ*, p. 176).

O trigo e a cevada — “As medidas de trigo e cevada por um dinheiro significam que os membros da igreja procurariam avidamente os bens mundanos, e que o amor do dinheiro seria o espírito predominante desses tempos, a ponto de se desfazerem de qualquer coisa por dinheiro” (Idem).

O azeite e o vinho — Isto “representa as graças do Espírito, a fé e o amor. Havia grande perigo de serem danificados, sob a influência de tão grande espírito mundano. E está bem comprovado por todos os historiadores que a prosperidade da igreja neste tempo produziu as corrupções que finalmente terminaram com a apostasia e o estabelecimento de abominações anticristãs” (Ibidem).

Deve observar-se que a voz que atribui à medida de trigo o preço de um dinheiro e diz: “Não danifiques o azeite e o vinho”, não é proferida por alguém na Terra, mas vem do meio dos quatro seres viventes, significando que, apesar de os subpastores, os professos ministros de Cristo não cuidarem do rebanho, o Senhor não Se esquece dele neste período de trevas. Vem uma voz do Céu. Toma o cuidado de que o espírito de mundanismo não prevaleça de tal modo

que o cristianismo se perca inteiramente, e que o óleo e o vinho — as graças da genuína piedade — desapareçam da Terra.

VERSÍCULOS 7, 8: Quando o Cordeiro abriu o quarto selo, ouvi a voz do quarto ser vivente dizendo: Vem! E olhei, e eis um cavalo amarelo e o seu cavaleiro, sendo este chamado Morte; e o Inferno o estava seguindo, e foi-lhes dada autoridade sobre a quarta parte da terra para matar à espada, pela fome, com a mortandade e por meio das feras da terra.

O quarto selo — É notável a cor deste cavalo. A palavra original denota a “cor pálida ou amarelada” que se vê em plantas murchas ou doentes. Este símbolo deve representar um estranho estado de coisas na professa igreja de Deus. O que está sentado neste cavalo tem por nome Morte, e o Inferno (hades, sepultura) o segue. A mortalidade é tão grande durante este período que pareceria como se “as pálidas nações dos mortos” teriam vindo sobre a Terra e continuaram na esteira deste poder desolador. Dificilmente poderemos enganar-nos acerca do período a que se aplica este selo. Deve referir-se ao tempo em que o papado exerceu, sem restrição, o seu domínio perseguidor, desde 538 até o tempo em que os reformadores começaram a expor as corrupções do sistema papal.

“E foi-lhes dada autoridade” — quer dizer, ao poder personificado pela Morte sobre o cavalo pálido — o papado. Pela quarta parte da Terra é sem dúvida representado o território sobre o qual este poder teve jurisdição. As palavras “espada”, “fome”, “mortandade” (ou quaisquer tormentos causadores da morte), e “feras da Terra”, são figuras que representam os meios pelos quais levou à morte milhões de mártires.

VERSÍCULOS 9-11: Quando ele abriu o quinto selo, vi, debaixo do altar, as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam. Clamaram em grande voz, dizendo: Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra? Então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca, e lhes disseram que repousassem ainda por pouco tempo, até que também se completasse o número dos seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles foram.

O quinto selo — Sob o quinto selo os mártires clamam por vingança e recebem vestes brancas. As perguntas que imediatamente surgem e pedem solução são: Refere-se este selo a um período, e se afirmativo, qual? Onde está o altar sob que foram vistas as almas? Que são estas almas e qual é a sua condição? Que significa o seu clamor de vingança? Que significam as vestes brancas que lhes são dadas? Quando repousam por um pouco de tempo, e quem são seus irmãos que seriam mortos como eles próprios foram? Cremos que há uma resposta satisfatória a todas estas perguntas.

É razoável que este selo, como todos os outros, se refira a um período de tempo, e que a data de sua aplicação é inconfundível, no caso de termos localizado bem os selos precedentes. Vindo a seguir ao período de perseguição papal, o

tempo compreendido por este selo deve iniciar-se quando a Reforma começasse a minar a estrutura papal e a restringir o poder perseguidor da Igreja Romana.

O altar — Não pode ser nenhum altar no Céu, antes é, evidentemente, o lugar onde estas vítimas foram mortas — o altar do sacrifício. Sobre este ponto diz Adam Clarke:

Foi-lhe mostrada uma visão simbólica em que ele viu um altar; e debaixo dele as almas dos que tinham sido mortos pela palavra de Deus – martirizados por sua dedicação à Palavra de Deus e seu testemunho – são representadas como mortas, vítimas da idolatria e superstição. O altar está na Terra e não no Céu (Adam Clarke, *Commentary on the New Testament*, vol. 1, p. 994, Nota sobre Apocalipse 6:9).

Uma confirmação deste ponto de vista está no fato de que João contempla cenas que se passam na Terra. As almas são representadas debaixo do altar, cujo sangue das vítimas ali mortas correria para baixo dele e elas próprias cairiam a seu lado.

As almas debaixo do altar — Esta representação é popularmente considerada como uma prova de que há espíritos desincorporados e conscientes após a morte. Pretende-se que aqui se trate de almas vistas por João num estado desincorporado, conscientes, e com conhecimento do que se estava passando, pois clamavam por vingança de seus perseguidores. Esta interpretação é inadmissível por várias razões:

A teoria popular coloca estas almas no Céu, mas o altar do sacrifício sobre o qual foram mortas, e debaixo do qual foram vistas, não pode encontrar-se ali. O único altar que sabemos existir no Céu é o de incenso, mas não seria correto representar, como estando debaixo do altar, vítimas recentemente mortas, visto que esse altar nunca foi consagrado a tal uso.

Repugnaria a todas as nossas ideias acerca do estado celestial, representar almas no Céu encerradas debaixo de um altar. Poderemos supor que o desejo de vingança reine tão soberanamente nas mentes das almas no Céu que, apesar da alegria e glória deste infável estado, se encontrem insatisfeitas e descontentes até que se tome vingança dos seus inimigos? Não teriam antes motivo de se alegrar pela perseguição ter levantado a sua mão contra eles, e os ter assim levado mais depressa à presença do seu Redentor, junto de Quem há plenitude de alegria e prazeres sem fim?

Mas, além disso, a teoria popular que coloca estas almas no Céu, põe ao mesmo tempo os ímpios no lago de fogo, onde se contorcem em indizível tormento, em *plena vista* da hoste celeste. Ora, as almas que aparecem sob o quinto selo são as que foram mortas sob o selo anterior, dezenas e séculos antes. Sem dúvida, os seus perseguidores já tinham desaparecido do cenário e, segundo a aludida teoria, deviam estar sofrendo diante de seus olhos os tormentos do inferno.

Porém, como não estivessem satisfeitas com isto, clamam a Deus como se Ele estivesse retardando a vingança dos seus assassinos. Que maior vingança queriam elas? Ou, se seus perseguidores estivessem ainda na Terra, elas deviam saber que, quando muito, dentro de poucos anos, se uniriam à vasta multidão que diariamente é arremessada para o mundo de sofrimento pelas portas da morte. Mas, esta suposição não ressalta a sua amabilidade. Uma coisa, pelo menos, é evidente: A teoria popular acerca da condição dos mortos, justos e ímpios, não pode ser correta, ou então não é correta a interpretação geralmente dada a esta passagem, porque se excluem mutuamente.

Mas insiste-se em que estas almas devem ser conscientes, porque clamam a Deus. Este argumento seria de peso, se não houvesse uma figura de linguagem chamada personificação. Mas havendo, vem a propósito, sob certas condições, atribuir vida, ação e inteligência a objetos inanimados. Assim, diz-se que o sangue de Abel clamava a Deus desde a Terra (Gênesis 4:9, 10). A pedra clamava da parede e a trave lhe respondia do madeiramento (Habacuque 2:11). O salário dos trabalhadores, retido por fraude, clamou, e os clamores entraram nos ouvidos do Senhor dos exércitos (Tiago 5:4). Assim, podiam clamar as almas mencionadas no nosso texto, não se provando por isso que elas sejam conscientes.

A incongruência da teoria popular baseada neste versículo é tão evidente que Albert Barnes faz a seguinte concessão:

Não devemos supor que isto sucedeu literalmente, e que João realmente viu em realidade as almas dos mártires debaixo do altar, porque toda a representação é simbólica. Nem devemos supor que os maltratados que estejam agora no Céu oram pedindo vingança para os que os maltrataram, ou que os remidos no Céu continuem a orar com referência às coisas da Terra. Mas desata passagem pode concluir-se que haverá uma lembrança tão real dos sofrimentos dos perseguidos, injuriados e oprimidos, como se fosse feita ali semelhante oração, e que os opressores têm tanto a temer da vingança divina como se aqueles a quem prejudicaram clamassem no Céu ao Deus que ouve as orações e que toma vingança (Albert Barnes, *Notes on Revelation*, p. 190, 191, Comments on Rev. 6:9-11).

Em passagens como esta o leitor pode ser induzido ao erro pela definição popular da palavra alma. Por essa definição é levado a supor que este texto fala de uma essência imaterial, invisível e imortal no homem, que, logo que morre o corpo, voa para a sua cobiçada liberdade. Nenhum exemplo do emprego desta palavra no original hebraico ou grego apóia tal definição. A maior parte das vezes significa “vida”, e não raras vezes é traduzida por “pessoa”. Aplica-se tanto aos mortos como aos vivos, como pode ver-se em Gênesis 2:7, onde a palavra vivente não necessitaria ser expressa se a vida fosse um atributo inseparável da alma; e em Números 19:13, onde a Concordância Hebraica apresenta “alma morta”. Além

disso, estas almas pedem que seja vingado o seu *sangue*, substância que, segundo a teoria popular, não pode ter uma alma imaterial. A palavra “almas” pode considerar-se como simples significado de mártires, os que foram mortos, e a expressão “almas dos que foram mortos” uma perífrase para referir-se à pessoa completa.

Estes seres humanos foram apresentados a João como tendo sido mortos sobre o altar do sacrifício papal, nesta Terra, e estão mortos debaixo dele. Certamente não estavam vivos quando João os viu durante o quinto selo, porque mais tarde volta a apresentá-los, quase na mesma linguagem, e nos assegura que a primeira vez que recobram a vida depois do seu martírio é na ressurreição dos justos (Apocalipse 20:4-6). Enquanto ali permanecem, vítimas da sede de sangue e opressão papal, clamaram a Deus por vingança, da mesma forma que o sangue de Abel clamou a Ele desde a Terra (Gênesis 4:10).

As vestes brancas — Estas foram dadas como uma resposta parcial ao seu clamor. “Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue?” Desceram à sepultura do modo mais ignominioso. Os motivos de suas vidas foram falsificados, suas reputações denegridas, difamados os seus nomes, e suas sepulturas cobertas de vergonha e opróbrio, como se encerrassem as desonradas cinzas das pessoas mais vis e desprezíveis. Assim, a Igreja de Roma, que então moldava o sentimento das principais nações da Terra, não poupava esforços para tornar as suas vítimas um objeto de aversão para todos.

Mas a Reforma protestante começou a sua obra. Começou a ver-se que a Igreja era corrupta e desprezível, e aqueles contra quem desabafara a sua ira eram os bons, os puros e os verdadeiros. A obra continuou entre as mais ilustradas nações da Terra, e a reputação da Igreja foi caindo enquanto a fé dos mártires foi subindo, até que ficaram plenamente expostas todas as corrupções e abominações papais. Então foi realçado este gigantesco sistema de iniquidade perante o mundo em toda a sua deformidade, enquanto que os mártires foram vindicados de todas as calúnias sob as quais a Igreja perseguidora procurou sepultá-los. Viu-se então que sofreram, não por ser vis e criminosos, mas “por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentaram.” Então seus louvores foram cantados, admiradas suas virtudes, sua fortaleza aplaudida, seus nomes honrados, e respeitadas suas memórias. Foram assim dadas vestes brancas a cada um deles.

Um pouco de tempo — A cruel obra do catolicismo romano não cessou completamente, mesmo depois de se espalhar e estabelecer bem a Reforma. A igreja verdadeira experimentaria ainda não poucas explosões terríveis do ódio e perseguição. Multidões seriam punidas ainda como hereges e avolumariam o grande exército de mártires. A vingança completa da sua causa seria retardada por um pouco de tempo. Roma acrescentou centenas de milhares à vasta multidão cujo sangue já tinha derramado. Mas o espírito de perseguição foi finalmente restringido, a causa dos mártires vingada, e chegou ao fim o “pouco de tempo” do quinto selo.

VERSÍCULOS 12-17: Vi quando o Cordeiro abriu o sexto selo, e sobreveio grande terremoto. O sol se tornou negro como saco de crina, a lua toda, como sangue, as estrelas do céu caíram pela terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes, e o céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola. Então, todos os montes e ilhas foram movidos do seu lugar. Os reis da terra, os grandes, os comandantes, os ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre se esconderam nas cavernas e nos penhascos dos montes e disseram aos montes e aos rochedos: Caí sobre nós e escondi-nos da face daquele que se assenta no trono e da ira do Cordeiro, porque chegou o grande Dia da ira deles; e quem é que pode suste-se?

O sexto selo — Tais são as solenes e sublimes cenas que ocorrem sob o sexto selo. Deve despertar em cada coração um interesse intenso pelas coisas divinas a consideração de que estamos vivendo no meio dos momentosos acontecimentos deste selo, como vamos provar.

Entre o quinto e sexto selos parece haver uma súbita e completa mudança de linguagem ao passar de eminentemente figurada ao estritamente literal. Seja qual for a causa, a mudança é inegável. Nenhum princípio de interpretação pode tornar literal a linguagem dos selos anteriores, nem pode fazer que a linguagem deste selo seja figurada. Temos, portanto, de aceitar a mudança embora não possamos explicá-la. Há um grande fato, porém, para o qual desejamos chamar aqui a atenção. No período abrangido por este selo é que as porções proféticas da Palavra de Deus deviam ser abertas, e muitos dariam cuidadosa atenção ao conhecimento destas coisas, e, portanto assim aumentar muito o conhecimento desta parte da Palavra de Deus. Sugerimos que talvez por este motivo é que se dá a mudança na linguagem, e que os acontecimentos deste selo, por ocorrer num tempo em que estas coisas deviam ser plenamente compreendidas, já não estão em figuras, e sim em linguagem clara e inequívoca.

O grande terremoto — O primeiro acontecimento deste selo, talvez o que assinala a sua abertura, é um grande terremoto. Como cumprimento desta predição, referimo-nos ao grande terremoto de 1º de novembro de 1755, conhecido por terremoto de Lisboa.

Deste terremoto diz Robert Sears:

O grande terremoto de 1º de novembro de 1755 abrangeu uma extensão de, pelo menos, onze milhões de quilômetros quadrados. Seus efeitos estenderam-se até às águas em muitos lugares onde o abalo não foi perceptível. Fez-se sentir na maior parte da Europa, África e América, mas sua maior violência exerceu-se na parte sudoeste da Europa (Robert Sears, *Wonders of the World*, p. 50).

Na África este terremoto foi sentido com quase tanta violência como na Europa. Grande parte da Argélia foi destruída. Muitas casas ruíram em Fez e Meknés, e multidões ficaram sepultadas sob suas ruínas.

Efeitos semelhantes se observaram em todo o Marrocos. Seus vestígios foram igualmente deixados em Tanger, em Tetuan, e em Funchal, na Ilha da Madeira. É possível que toda a África tenha sido abalada. Para o norte estendeu-se até à Noruega e Suécia. A Alemanha, a Holanda, a França, a Grã-Bretanha e a Irlanda foram mais ou menos agitadas pela mesma grande comoção dos elementos (Idem, p. 58).

Lisboa, antes do terremoto de 1755, tinha 150.000 habitantes. O Sr. Barreti diz que “crê que 90.000 pessoas pereceram naquele dia. Fatal” (Idem, p. 381).

Sir Charles Lyell apresenta a seguinte descrição gráfica do notável fenômeno:

Em nenhuma parte da região vulcânica do sul da Europa se fez sentir nos tempos modernos tão tremendo terremoto como o que ocorreu em 1° de novembro de 1755, em Lisboa. Um som de trovão foi ouvido por baixo da terra e logo em seguida um violento abalo arruinou a maior parte daquela cidade. No decorrer de uns seis minutos pereceram 60.000 pessoas. O mar retirou-se a princípio, deixando seca a barra, mas precipitou-se em seguida, levantando-se quinze metros acima de seu nível habitual. As serras de Arrábida, Estrela, Júlio, Marvan e Cintra, as maiores de Portugal, foram impetuosamente abaladas como nos próprios fundamentos. Algumas delas se abriram em seus cumes, que se fenderam e romperam de maneira assombrosa, sendo grandes massas dessas serras lançadas nos vales abaixo. Relata-se haverem saído chamas que se supõe terem sido elétricas. Também se diz que saiu fumaça, mas podem ter dado esta impressão vastas nuvens de pó. [...]

Muito notável é a grande área abrangida pelo terremoto de Lisboa. O movimento foi violentíssimo na Espanha, em Portugal e ao norte da África. Mas quase toda a Europa e até as Índias Ocidentais sentiram o choque no mesmo dia. O porto marítimo de Setúbal, a 30 quilômetros aproximadamente de Lisboa, afundou. Na Argélia e em Fez, na África, a agitação da terra foi igualmente violenta; e a 8 léguas de Marrocos, uma vila com oito a dez mil pessoas e todo o gado foi engolida. Pouco depois a terra se fechou novamente sobre eles.

O abalo foi sentido no mar, no convés de um navio que estava a oeste de Lisboa, e produziu a mesma sensação que em terra seca. Em São Lucas o capitão do navio “Nancy” sentiu o seu barco ser sacudido tão violentamente que pensou ter tocado no fundo, mas, suspendendo a sonda, descobriu uma grande profundidade de água. O capitão Clark, de Denia, na latitude de 36° 24” de latitude norte, entre as

nove e as dez da manhã, teve o seu barco abalado e contorcido como se tivesse encalhado num rochedo. Outro barco, a 240 quilômetros a oeste de São Vicente, experimentou uma concussão tão violenta que os homens foram lançados perpendicularmente meio metro sobre o convés. Em Antígua e Barbados, como também na Noruega, Suécia, Alemanha, Holanda, Córsega, Suíça e Itália, notaram-se tremores e ligeiras oscilações do terreno.

Na Grã-Bretanha foi notável a agitação de lagos, rios e nascentes. Em Loch Lomond, na Escócia, por exemplo, a água, sem a menor causa aparente, levantou-se contra as suas margens, descendo depois abaixo do seu nível normal. A maior altura perpendicular desta elevação foi de 70 centímetros. Diz-se que o movimento desse terremoto foi ondulante, com uma velocidade média de 30 quilômetros por minuto. Uma grande onda varreu a costa da Espanha, e se diz que atingiu 18 metros de altura em Cadiz. Em Tanger, África, ergueu-se e desceu 18 vezes na costa. Em Funchal, Madeira, levantou-se uns cinco metros acima do nível da maré alta, ainda que a maré, cujo fluxo e refluxo era de dois metros, estava então em meia vazante. Além de entrar na cidade e de causar grande prejuízo, inundou outros portos de mar na ilha. Em Kinsale, Irlanda, uma vaga precipitou-se no porto, fez remoinhar vários barcos e chegou até a praça do mercado (A. R. Spofford e Charles Gibbon, *The Library of Choice Literature*, vol. 7, p. 162, 163).

Se o leitor procurar num Atlas os países acima mencionados, verá quase grande parte da superfície da Terra foi agitada por esta terrível convulsão. Outros terremotos podem ter sido tão violentos em localidades particulares, mas nenhum outro reúne todas as condições apropriadas para assinalar a abertura do sexto selo.

O escurecimento do Sol — Em seguida ao terremoto estava anunciado pela profecia, “o Sol tornou-se negro como saco de cilício.” Esta parte da predição também já se cumpriu. Não precisamos entrar aqui numa descrição pormenorizada do maravilhoso escurecimento do Sol, em 19 de maio de 1780. A maioria dos leitores já leram alguma descrição dele. As seguintes declarações extraídas de diferentes autoridades darão uma ideia de sua natureza:

O dia escuro em 19 de maio de 1780 — assim chamado pela notável escuridão que naquele dia se estendeu por toda a Nova Inglaterra. [...] A escuridão começou mais ou menos às dez da manhã e continuou até meia-noite seguinte, porém com certa diferença de grau e duração em diferentes. [...] A verdadeira causa deste notável fenômeno não é conhecida (Noah Webster, “Vocabulary of Names of Noted [...] Persons and Places”, em *An American Dictionary of the English Language*, edição de 1882).

Em maio de 1780 houve um terrível dia escuro na Nova Inglaterra, em que os rostos de todos eles empalideceram e o povo se encheu de terror. Houve grande pânico na aldeia em que vivia Eduardo Lee, pois os pensavam que o dia do juízo estava às portas. E a multidão apinhava-se em torno do santo homem, que passou aquelas horas lúgubres em ardentes preces a favor da multidão assustada (“Some Memorials of Edward Lee”, em *American Tract Society*, vol. 11, p. 376).

A data destas trevas extraordinárias foi o dia 19 de maio de 1780 — diz o professor Williams. — Apresentaram-se entre as dez e as onze da manhã, e continuaram até a meia-noite seguinte, mas com diferentes aspectos em distintos lugares. [...]

A intensidade que as trevas alcançaram foi diferente nos diversos lugares. Na maioria das localidades era tão grande que o povo não podia ler letra impressa, de terminar a hora pelos relógios, nem comer ou realizar suas tarefas domésticas sem a luz de velas. Em alguns lugares as trevas eram tão intensas que o povo não podia ler letra de imprensa ao ar livre por horas seguidas, mas creio que em geral este não foi o caso.

A extensão desta escuridão foi notável. Nossa informação a respeito não é tão completa como gostaríamos, mas pelos relatos recebidos, parece ter alcançado todos os estados da Nova Inglaterra. Foi vista do leste até Falmouth (Portland, Maine). Ao oeste entendemos que chegou até os confins mais distantes de Connecticut e Albany. Ao sul foi observada ao longo de toda a costa, a ao norte até onde há população. É provável que se estendeu mais além destes termos, mas os limites exatos não se podem determinar pelas observações que pude reunir.

Acerca da duração, continuou nesse lugar pelo menos 14 horas; mas é provável que não foi exatamente a mesma em diferentes partes do país.

O aspecto e os efeitos foram tais que davam uma perspectiva extremamente lúgubre e apagada. Acenderam-se velas nas casas; os pássaros, tendo feito ouvir seus cantos vespertinos, desapareceram e se calaram; as aves domésticas se retiraram aos galinheiros; os galos cantaram ao redor, como ao amanhecer; não se podiam distinguir objetos numa distância muito curta; e tudo tinha o aspecto e a escuridão da noite (Samuel Williams, *Memories of the American Academy of Arts and Sciences*, vol. 1, p. 234, 235).

O dia 19 de maio de 1780 foi um dia escuro notável. Em muitas casas acenderam-se luzes. Os pássaros calaram-se e desapareceram. As galinhas retiraram-se para os poleiros. Era opinião geral que estava

às portas o dia do juízo (Timothy Dwight, em *Connecticut Historical Collections*, p. 403).

O poeta Whittier pintou assim a cena em uma poesia bem conhecida:

Num dia de maio daquele ano Mil setecentos e oitenta, foi Quando sobre as flores e louçania Natureza da primavera, Qual mortalha caiu densa treva E estendeu terror pela terra e firmamento. Calou o pássaro canoro, e a seus poleiros Todas as aves domésticas se retiraram; Em suas asas felpudas, os morcegos Lançaram-se ao espaço; apagaram-se Os ruídos habituais do trabalho; Por todo lado ouviu-se pranto e oração, E atentos os ouvidos se voltaram, Para ouvir, rasgando o céu, o estrépito Da trombeta do juízo final (John Whittier, *Complete Poetical Works*, p. 260).

“A Lua tornou-se como sangue” — A escuridão da noite seguinte a 19 de maio de 1780 foi tão invulgar como tinha sido a do dia. A escuridão foi tão densa como talvez não se tenha ainda observado desde que a ordem do Todo-Poderoso deu origem à luz. Não pude resistir à ideia de que se todos os corpos luminosos do Universo estivessem envoltos em trevas espessas ou tivessem desaparecido totalmente, a escuridão não podia ter sido mais completa. Uma folha de papel branco a poucos centímetros dos olhos era tão invisível como o mais negro veludo” (Samuel Tenny, in *Collections of Massachusetts Historical Society for the Year 1792*, vol. 1, p. 97, 98).

Aquela noite [...] não foi talvez mais escura desde que os filhos de Israel saíram da casa da servidão. A escuridão permaneceu até a uma, embora no dia anterior tinha começado a fase da Lua cheia (*Gazette de Boston*, de 29 de maio de 1780).

Esta declaração sobre a fase da Lua prova a impossibilidade de um eclipse do Sol nessa altura. É sempre que nesta memorável noite a Lua apareceu, como sucedeu algumas vezes, tinha, segundo o testemunho desta profecia, a aparência de sangue.

“E as estrelas do céu caíram” — A história mais uma vez diz: *Cumpriu-se!* Referimo-nos à grande chuva meteórica de 13 de novembro de 1833. Sobre este ponto bastarão alguns poucos trechos.

Ao grito, “olhe para a janela”, acordei de um profundo sono e, com espanto, vi o oriente iluminado com a aurora e meteoros. [...] Chamei minha mulher para presenciar o fato. Ela, enquanto se vestia, exclamava: “Veja como as estrelas caem!” Respondi: “É maravilhoso!” E sentimos em nossos corações que se tratava de um sinal dos últimos dias, porque verdadeiramente “as estrelas caíram sobre a Terra como

quando a figueira lança de si os seus figos verdes, abalada por um vento forte.” Apocalipse 6:13.

E como caíram? Nem eu mesmo nem qualquer outra pessoa da família ouvimos qualquer explosão; e se eu tivesse de procurar na Natureza um símile, não encontraria outro que tão bem ilustrasse o aspecto do céu, como o que João usa na profecia já citada. “Choveu fogo!” diz alguém. Outro: “Era como uma chuva de fogo.” Ainda outro: “Era como dois grandes flocos de neve que caem, antes de uma tempestade que se aproxima, ou grandes gotas de chuva antes de um aguaceiro.” Admito a idoneidade destas comparações pela exatidão comum; mas estão muito longe da exatidão da figura usada pelo profeta: “As estrelas do céu caíram sobre a Terra.” Não eram folhas, flocos ou gotas de fogo, mas eram o que o mundo compreende por “estrelas cadentes”.

Uma pessoa que quisesse chamar a atenção da outra, no meio da cena, diria: “Veja como as estrelas caem!” E aquele que ouvisse essa exclamação não pensaria em corrigir o erro astronômico do seu interlocutor, da mesma forma que ele não diria: “O Sol não se move” àquele que lhe dissesse: “Está nascendo o Sol”. As estrelas caíram “como quando a figueira lança de si os seus figos verdes, abalada por um vento forte.” Eis aqui a exatidão do profeta. Os meteoros cadentes não procediam de várias árvores sacudidas, mas de uma só. As que apareciam ao oriente, caíam para o oriente. As que apareciam ao norte, caíam para o norte. As que apareciam ao ocidente, caíam para o ocidente. E as que apareciam ao sul (pois que eu tinha saído da minha residência para o parque), caíam para o sul e não caíam como frutos maduros. Longe disso, antes voavam, eram arrojadas como os figos verdes, que ao princípio não querem deixar o galho, mas finalmente se precipitam violentamente, e, caindo em quantidade, alguns cortam o trajeto de outros, segundo são lançados com mais ou menos força, mas caindo todos no seu respectivo lado da árvore (*New York Journal of Commerce*, 14 de novembro de 1833, vol. 8, n° 534, p. 2).

O mais sublime fenômeno de estrelas cadentes que se registrou na história do mundo foi presenciado através dos Estados Unidos na manhã de 13 de novembro de 1833. Ainda não foi estabelecido com precisão toda a extensão abrangida por esta espantosa manifestação, mas abrangeu uma porção considerável da superfície terrestre. [...] À primeira vista era de um fogo de artifício da mais imponente grandeza, que cobria toda a abóbada celeste com miríades de bolas de fogo semelhantes a foguetes voadores. Seus fulgores eram brilhantes, resplandecentes e incessantes. E caíam com a frequência dos flocos

das primeiras neves em dezembro. Em comparação com os esplendores desta exibição celeste os foguetes voadores e os fogos de artifícios não são mais brilhantes que o tilintar da menor estrela diante do resplendor do sol. Todo o céu parecia estar em movimento, e sugeriam a alguns o pavor da imagem usada no Apocalipse com referência à abertura do sexto selo, quando “as estrelas do céu caíram pela terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes” (Elijah H. Burritt, *The Geographic of the Heavens*, p. 163).

Depois de juntar e coligir os relatos apresentados em todos os jornais do país, e também por inúmeras cartas dirigidas a mim ou a homens de ciência amigos meus, os seguintes parecem ser os principais fatos com relação ao fenômeno. A chuva de meteoros cobriu quase todo o território norte-americano, tendo-se apresentado com esplendor quase igual desde as posições britânicas ao norte das Antilhas e México ao sul, e ao grau 61 de longitude a leste da costa americana até o oceano Pacífico ao oeste. Através desta imensa região, a duração foi mais ou menos a mesma. Os meteoros começaram a chamar a atenção por sua frequência e brilho inusitados desde as nove às doze da noite; sua aparência foi mais surpreendente das duas às cinco; chegaram no máximo em muitos lugares por volta das quatro; e continuaram até que a luz do dia os tornou invisíveis (Denison Olmstead, *The Mechanism of the Heaven*, p. 328).

O espetáculo deve ter sido da mais sublime ordem. O apóstolo João pôde tê-lo presente ao dizer, na passagem referente à abertura do sexto selo: “As estrelas do céu caíram pela terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes” (Edwin Dunkin, *The Heaven and the Earth*, p. 186).

“E o céu retirou-se como um livro” — Com este acontecimento as nossas mentes são levadas para o futuro. Depois de olharmos para o passado e vermos a Palavra de Deus cumprida, somos agora convidados a olhar para acontecimentos ainda no futuro, cujo cumprimento não é menos certo. Aqui está a nossa posição inequivocamente definida. Encontramo-nos entre os versículos 13 e 14 deste capítulo. Aguardamos que o céu se retire como um livro que se enrola. Estamos em tempos de solenidade e importância sem par, porque não sabemos quão perto podemos estar do cumprimento destas coisas.

Esta retirada do céu está incluída no que os evangelistas chamam, na mesma série de acontecimentos, o abalo das potências do céu. Outras passagens apresentam-nos mais pormenores acerca desta predição. Por Hebreus 12:25-27; Joel 3:16; Jeremias 25:30-33; Apocalipse 16:17, sabemos que é a voz de

Deus, falando com terrível majestade desde os céus que causa esta formidável comoção da Terra e do céu.

Outrora o Senhor falou, quando com voz audível deu a Sua eterna Lei no Sinai. Então a Terra tremeu. Ele há de falar de novo, e não somente a Terra há de tremer, mas os céus. Então a Terra “vacilará como ébrio”, “se romperá” e “de todo será quebrantada” (Isaías 24). Os montes se removerão de suas firmes bases, as ilhas mudarão subitamente de lugar no meio do mar. Da planície se levantará a escarpada montanha. As rochas erguerão suas escabrosas formas da fendida superfície da Terra. Enquanto a voz de Deus repercute sobre a Terra, reinará a mais terrível confusão sobre a face da Natureza.

Para mostrar que isto não é mero produto da imaginação, pedimos ao leitor que observe a fraseologia exata usada por alguns dos profetas com referência a este tempo. Isaías diz:

A Terra está de todo quebrantada, ela totalmente se rompe, a Terra violentamente se move. A Terra cambaleia como um bêbado, e balança como rede de dormir; a sua transgressão pesa sobre ela, ela cairá e jamais se levantará (Isaías 24:19, 20).

Jeremias em vibrante linguagem descreve a cena nos seguintes termos:

Olhei para a Terra, e ei-la sem forma e vazia; para os céus, e não tinham luz. Olhei para os montes, e eis que tremiam, e todos os outeiros estremeciam. Olhei, e eis que não havia homem nenhum, e todas as aves dos céus haviam fugido [...] Pois assim diz o Senhor: Toda a Terra será assolada (Jeremias 4:23-27).

Então será eficazmente desfeito o sonho mundano de segurança carnal. Reis que, intoxicados com a sua própria autoridade terrena, jamais sonharam com um poder mais alto do que o seu, reconhecem agora que há Alguém que reina como Rei dos reis. Os grandes homens contemplam a vaidade de toda a pompa terrena, porque há uma grandeza acima da Terra. Os ricos lançam sua prata e seu ouro às toupeiras e aos morcegos, porque não os podem guardar naquele dia. Os grandes chefes esquecem a sua pequena e efêmera autoridade, e os poderosos o seu poder, e todo preso que está na prisão ainda pior do pecado, e todo livre, isto é, todas as classes dos ímpios, desde a mais alta à mais baixa, unem-se ao pranto geral de consternação e desespero.

Os que nunca oraram Àquele cujo braço podia trazer salvação, levantam agora uma prece angustiada às rochas e montanhas para que os ocultem para sempre da vista dAquele cuja presença lhes traz a destruição. Bem desejariam então deixar de colher o que semearam por uma vida de luxúria e pecado. De boa vontade evitariam então o terrível tesouro de ira que contra si acumularam para esse dia. Bem quereriam sepultar-se, com a sua lista de crimes, em trevas

eternas. E por isso fogem para as rochas, subterrâneos, cavernas e fendas, que a quebrantada superfície da Terra então apresenta diante deles. Mas é demasiado tarde. Não podem esconder a sua culpa, nem fugir à retardada vingança.

O dia que pensaram nunca chegaria apanhou-os por fim numa armadilha. A linguagem involuntária dos seus angustiados corações será: “É vindo o grande dia da Sua ira; e quem poderá subsistir?”

Antes que você seja surpreendido pelas terríveis cenas desse tempo, pedimos, leitor, que preste a mais séria e sincera atenção a este assunto.

Muitos mostram hoje desprezar a oração, mas num tempo ou noutro todos hão de orar. Os que não oram agora a Deus em penitência, hão de orar então às rochas e montanhas, em desespero. Essa será a maior reunião de oração jamais realizada.

Apocalipse 07 — O Selo do Deus Vivo

VERSÍCULOS 1-3: Depois disto, vi quatro anjos em pé nos quatro cantos da terra, conservando seguros os quatro ventos da terra, para que nenhum vento soprasse sobre a terra, nem sobre o mar, nem sobre árvore alguma. Vi outro anjo que subia do nascente do sol, tendo o selo do Deus vivo, e clamou em grande voz aos quatro anjos, aqueles aos quais fora dado fazer dano à terra e ao mar, dizendo: Não danifiqueis nem a terra, nem o mar, nem as árvores, até selarmos na frente os servos do nosso Deus.

O tempo em que se há de realizar a obra aqui introduzida fica estabelecida de um modo inequívoco. O capítulo sexto termina com os acontecimentos do sexto selo, e o sétimo selo não é mencionado senão no começo do capítulo 8. Todo o capítulo 7 é introduzido como entre parênteses. Por que se introduz aqui este ponto? Evidentemente com o propósito de apresentar detalhes adicionais acerca do sexto selo. A expressão “depois disto” não significa depois do cumprimento de todos os acontecimentos anteriormente descritos, mas depois de o profeta ter sido levado em visão ao fim do sexto selo. Para não interromper a ordem consecutiva dos acontecimentos apresentados no capítulo 6 sua mente é levada para o que é mencionado no capítulo 7, constituído por mais pormenores em relação com esse selo. Perguntamos: Entre que acontecimentos naquele selo se realizará esta obra? Deve ocorrer antes de o céu se retirar como um livro que se enrola, porque depois disso já não há lugar para semelhante obra. E deve ocorrer logo a seguir aos sinais no Sol, na Lua e nas estrelas, porque estes sinais apareceram e esta obra de selamento ainda não se cumpriu. Ocorre, portanto, entre os versículos 13 e 14 de Apocalipse 6. Como já demonstramos, este é justamente o tempo em que nos encontramos. Por isso, a primeira parte de Apocalipse 7 refere-se a uma obra cuja realização pode considerar-se para o tempo presente.

Quatro anjos — Os anjos são agentes que sempre intervêm nos assuntos da Terra. Por que não poderíamos admitir que se trata de quatro seres celestes, a cujas mãos Deus tenha confiado a obra de reter os ventos enquanto Deus não quer que não soprem, e soltá-los quando for o tempo de danificar a Terra?

Quatro cantos da Terra — Esta expressão significa os quatro pontos cardeais e indica que estes anjos, em sua esfera, têm a seu cargo toda a Terra.

Os quatro ventos — Ventos, na Bíblia, simbolizam comoções políticas, contendas e guerras (Daniel 7:2; Jeremias 25:32). Os quatro ventos, retidos por quatro anjos que estão nos quatro ângulos da Terra, devem representar todos os elementos de contenda e comoção que existem no mundo. Quando

forem todos soltos e soprarem juntos constituirão a grande tormenta anunciada na profecia de Jeremias.

O anjo que subia da banda do Sol nascente — Apresenta-se aqui outro anjo literal, com o encargo de outra obra específica. A expressão que nossa versão traduz literalmente: “do nascente do sol”, refere-se evidentemente mais ao modo do que ao local. Assim como o Sol vai subindo a princípio com raios oblíquos e relativamente fracos, e vai aumentando de força até que brilham em todo o seu meridiano poder e esplendor, assim também a obra deste anjo começa em fraqueza, avança com sempre crescente influência e termina em força e poder.

O selo do Deus vivo — Este é o distintivo característico do anjo que sobe: traz consigo o selo do Deus vivo. Por este fato e pela cronologia da sua obra havemos de determinar, se possível, que movimento é simbolizado pela sua missão. A natureza da sua obra é evidentemente indicada pelo fato de ele ter o selo do Deus vivo. Para nos certificarmos de que obra se trata, temos de investigar em que consiste este selo do Deus vivo.

O selo é definido como um instrumento de selar; o que é “usado por indivíduos, corporações e estados, para fazer impressões em cera, sobre documentos escritos como uma evidência da sua autenticidade”. A palavra original neste texto é definida: “Um selo, isto é, um anel com sinete, uma marca, estampa, sinal, penhor.” O verbo significa: “Assegurar a alguém, certificá-lo; pôr um selo ou marca sobre alguma coisa em sinal de que é genuína ou aprovada; atestar, confirmar, estabelecer, distinguir por uma marca.” Tendo por base a definição comparar Gênesis 17:11 com Romanos 4:11, e Apocalipse 7:3 com Ezequiel 9:4, e veremos que as palavras “sinal”, “selo” e “marca”, segundo são usadas na Bíblia são termos sinônimos. O selo de Deus referido em nosso texto há de ser aplicado aos servos de Deus. Neste caso não se trata de alguma marca literal impressa carne, mas de alguma instituição ou observância com referência especial a Deus, que servirá de “sinal de distinção” entre os adoradores de Deus e os que não são Seus servos, ainda que professem segui-Lo.

O selo é usado para tornar válido ou autêntico qualquer decreto, ou lei, que uma pessoa ou poder promulgue. Nas Escrituras ocorrem frequentes exemplos do seu uso. Em 1 Reis 21:8 lemos que Jezabel “escreveu cartas em nome de Acabe, selou-as com o sinete dele.” Estas cartas ficaram, assim, com toda a autoridade do rei Acabe. Em Ester 3:12: “Em nome do rei Assuero se escreveu, e com o anel do rei se selou.” E no capítulo 8:8: “A escritura que se escreve em nome do rei, e se sela com o anel do rei, não é para revogar”.

O selo é usado em relação com alguma lei ou decreto que requer obediência, ou em documentos que terão valor legal ou que estarão sujeitos às disposições da lei. A ideia de lei é inseparável do selo.

Não devemos supor que nos decretos e leis de Deus, cuja obediência é obrigatória a todos homens, tenha de ser posto um selo literal, feito com instru-

mentos literais. Pela definição do termo e pelo fim para que o selo é usado, como já se demonstrou, temos de compreender como selo aquilo que, a rigor, dá validade e autenticidade a decretos e leis. No selo encontra-se o nome ou assinatura do poder legislador, expresso em termos que mostrem de que poder se trata, e seu direito para fazer leis e exigir obediência. Mesmo com um selo literal o nome deve sempre ser usado, segundo os textos já dados. Um exemplo do uso do nome só se encontra em Daniel 6:8: “Agora, pois, ó rei, sanciona o interdito, e assina a escritura, para que não seja mudada, segundo a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar.” Em outras palavras, põe a assinatura da realeza, mostrando quem é que exige obediência e seu direito de exigí-la.

Na profecia de Isaías 8, lemos: “Liga o Testemunho, sela a Lei entre os Meus discípulos.” Deve referir-se a uma obra de reavivar nas mentes dos discípulos algumas das exigências da Lei que foram desprezadas, ou pervertidas do seu verdadeiro significado. Na profecia, isto se chama o selar a Lei, ou restituir-lhe o selo, que havia sido tirado.

Os 144.000, que hão de ser selados com o *selo* de Deus na sua frente, são de novo mencionados em Apocalipse 14:1, onde diz que têm o nome do Pai escrito em sua frente.

Que é o selo de Deus? — Duas razões inevitavelmente se impõem do raciocínio e dos fatos e textos bíblicos citados:

1. O selo de Deus encontra-se na Lei de Deus.
2. O selo de Deus é a parte de Sua Lei que contém o Seu nome, o título descritivo, mostrando Quem é Ele, a extensão do Seu domínio e o Seu direito de governar.

Todas as principais denominações evangélicas admitem que a Lei de Deus se encerra sumariamente no Decálogo, ou Dez Mandamentos. Não temos, pois, mais a fazer do que examinar esses mandamentos para ver qual é o que constitui o selo da Lei, ou, em outras palavras, o que torna conhecido o verdadeiro Deus, o Poder legislador.

Os três primeiros mandamentos mencionam a palavra “Deus”, mas por eles não podemos dizer bem a quem se referem, porque há multidões de objetos a que é aplicado este nome. Há “muitos deuses e muitos senhores” (1 Coríntios 8:5). Sem considerar agora o quarto mandamento, o quinto contém as palavras “Senhor” e “Deus”, mas não as define. E os outros cinco preceitos não contêm o nome de Deus. Só com a parte da Lei que examinamos seria impossível convencer de pecado o idólatra. O adorador de imagens podia dizer: “Este ídolo que está diante de mim é o meu deus; o seu nome é Deus, e estes são os seus preceitos.” O adorador dos astros podia também dizer: “O Sol é o meu deus, e eu o adoro segundo esta Lei.” Assim, sem o quarto mandamento o Decálogo é nulo e sem valor no que diz respeito a definir a adoração do verdadeiro Deus.

Mas acrescentemos agora o quarto mandamento, devolvamos à Lei este preceito, que tantos consideram descartado, e vejamos qual é a situação. Examinemos este mandamento, que contém a declaração: “Porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, o mar, e tudo o que neles há”, e vemos imediatamente que lendo os mandamentos dAquele que criou todas as coisas. O Sol não é, pois, o Deus do Decálogo. O verdadeiro Deus é Quem fez o Sol. Nenhum objeto do Céu ou da Terra é o Ser que aqui reclama obediência, porque o Deus desta Lei é o único que fez todas as coisas criadas. Temos agora uma arma contra a idolatria. Esta Lei não pode mais ser aplicada a falsos deuses, que “não fizeram os Céus e a Terra” (Jeremias 10:11). O Autor desta Lei declarou Quem é Ele, a extensão do Seu domínio, e o Seu direito a governar, porque todo ser criado deve reconhecer imediatamente que Aquele que é o Criador de tudo, tem direito de exigir obediência de todas as Suas criaturas. Assim, com o quarto mandamento no seu lugar, esse maravilhoso documento, o Decálogo, o único documento entre os homens escrito pelo dedo de Deus tem uma assinatura, tem algo que o torna inteligível e autêntico; tem um selo. Mas sem o quarto mandamento a Lei é incompleta e carece de autoridade.

Nesta ordem de ideias é evidente que o quarto mandamento constitui o selo da Lei de Deus, ou o selo de Deus. As Escrituras acrescentam seu testemunho a esta conclusão.

Já vimos que na Bíblia os termos “sinal”, “selo” e “marca” são usados como sinônimos. O Senhor expressamente diz que o sábado é um sinal entre Ele e o Seu povo. “Certamente guardareis Meus sábados, porquanto isso é um *sinal* entre Mim e vós nas vossas gerações, *para que saibais que Eu sou o Senhor que vos santifica*” (Êxodo 31:13). O mesmo fato é de novo afirmado em Ezequiel 20:12, 20. Aqui o Senhor diz ao Seu povo que o fim para que deviam guardar o sábado era para que soubessem que Ele é o verdadeiro Deus. É como se o Senhor dissesse: “O sábado é um selo. Da Minha parte é o selo de Minha autoridade, o sinal de que tenho o direito de exigir obediência. Da vossa parte é um sinal de que Me tomais por vosso Deus”.

Se alguém disser que este princípio não pode aplicar-se a cristãos hoje, como se o sábado fosse apenas um sinal entre Deus e os judeus, bastaria responder que os termos “judeus” e “Israel”, no verdadeiro sentido bíblico, não se limitam à descendência literal de Abraão. Este patriarca foi escolhido em princípio porque era o amigo de Deus, ao passo que seus pais eram idólatras. Seus descendentes foram escolhidos como povo de Deus, como guardas da Sua lei e depositários da Sua verdade, porque todos os outros povos tinham apostatado. Estas palavras a respeito do sábado lhes foram dirigidas enquanto tinham a honra de estar assim separados de todos os demais povos. Mas quando a parede de separação que estava no meio foi derribada, e os gentios foram chamados a participar das bênçãos de Abraão, todo o povo de Deus, tanto judeus como gentios, foi colo-

cado numa nova e mais íntima relação com Deus por meio de Seu Filho, e eles são agora descritos por expressões como estas: “judeu é aquele que o é interiormente” e “um verdadeiro israelita” (Romanos 3:29; João 1:47). Estas declarações aplicam-se todos os que cumprem as condições nelas apresentadas, porque têm tanta ocasião de *conhecer* o Senhor como teve o Seu povo de outrora.

Assim, o Senhor considera o quarto mandamento como um *senal* entre Ele e Seu povo, ou o selo da Sua Lei para todos os tempos. Ao observar esse mandamento o crente demonstra que é adorador do Deus verdadeiro. Pelo mesmo mandamento, Deus Se dá a conhecer como nosso Governador legítimo, visto que é nosso Criador.

Em harmonia com esta ideia deve notar-se o significativo fato de que os escritores sagrados querem distinguir o verdadeiro Deus dos falsos deuses, fazem um apelo aos grandes fatos da criação, sobre que está baseado o quarto mandamento (Ver 2 Reis 19:15; 2 Crônicas 2:12; Neemias 9:6; Salmos 96:5; 115:4-7, 15; 121:2; 124:8; 134:3; 146:6; Isaías 37:16; 42:5; 44:24; 45:12; Isaías 51:13; Jó 9:8; Jeremias 10:10-12; Jeremias 10:10-12; 32:17; 51:15; Atos 4:24; 14:15; 17:23, 24).

Note-se de novo o fato de que o mesmo grupo que em Apocalipse 7 tem o selo do Deus vivo em sua frente é apresentado em Apocalipse 14:1 como tendo em sua frente o *nome* do Pai. Temos aqui uma boa prova de que o “selo do Deus vivo” e o “nome do Pai” são usados como sinônimos. Completa-se a cadeia de evidências quando verificamos que o Senhor fala do quarto mandamento, que já mostramos ser o selo da Lei, como algo que contém o Seu nome. Vemos a prova disto em Deuteronômio 16:6: “Senão no lugar que escolher o Senhor teu Deus, para fazer habitar o Seu nome, ali sacrificarás a páscoa.” Onde é que sacrificavam a páscoa? Ali estava o santuário, que tinha em seu lugar santíssimo a arca com os Dez Mandamentos, o quarto dos quais declarava o verdadeiro Deus, e continha o Seu *nome*. Onde quer que estivesse este quarto mandamento, aí estaria o nome de Deus, e este era o único objeto a que podia aplicar-se a linguagem (Ver Deuteronômio 12:5, 11, 21; 14:23, 24).

O selamento — Convencidos agora de que o selo de Deus é o Seu santo Sábado, que tem o Seu nome, estamos preparados para continuar com a sua aplicação. As cenas apresentadas pelos versículos que consideramos, os quatro ventos prestes a soprar, trazendo a guerra e perturbação sobre a Terra, e esta obra retardada até que os servos de Deus sejam selados, tudo isso nos lembra das casas dos israelitas assinaladas com o sangue do cordeiro pascal, e passadas por alto quando o anjo passou no país para matar os primogênitos do Egito (Êxodo 12). Também lembramos do sinal feito pelo que trazia um tinteiro de escrivão (Ezequiel 9), sobre todos os que seriam poupados pelos homens com as armas destruidoras que os seguiam. Concluimos que o selo de Deus, colocado sobre os Seus servos é algum sinal distintivo, ou característica religiosa, que os livrará dos juízos de Deus a cair sobre os ímpios que os rodeiam.

Tendo encontrado o selo de Deus no quarto mandamento, segue-se a pergunta: A observância desse mandamento inclui alguma particularidade na prática religiosa? Sim, e bem impressionante. Um dos fatos mais singulares que se encontram da história religiosa é que, num século em que brilha tão intensamente a luz do Evangelho, em que a influência do cristianismo é tão poderosa e espalhada, uma das práticas mais peculiares que uma pessoa pode adotar, uma das cruces mais pesadas que pode tomar, é a simples observância da Lei de Deus. Este mandamento requer a observância do sétimo dia de cada semana como o sábado do Senhor, mas quase toda a cristandade, pelas influências do paganismo e do papado, foi iludida e observa o primeiro dia. Desde que alguém comece a observar o dia ordenado no mandamento, logo a pessoa fica marcada como peculiar. Distingue-se do professo mundo religioso como do mundo secular.

Concluimos, pois, que o anjo que sobe do nascimento do sol, com o selo do Deus vivo, é um mensageiro divino encarregado da obra de reforma que deve ser realizada entre os homens relativa à observância do sábado do quarto mandamento. Os agentes desta obra na Terra são, é claro, ministros de Cristo, porque aos homens é dada a missão de instruir os outros na verdade bíblica. Mas, como há ordem na execução de todos os conselhos divinos, não parece improvável que um anjo literal possa ter como cargo a direção desta reforma.

Já notamos a cronologia desta obra, pondo-a em nosso tempo. Isto fica ainda mais evidente pelo fato de, logo após o assinalamento destes servos de Deus, eles se apresentam perante o trono com palmas de vitória nas mãos. O selamento é, portanto, a última obra realizada em favor deles antes de serem libertados da destruição que o mundo vai sofrer com relação ao segundo advento.

Identidade do anjo do selamento — Em Apocalipse 14 encontramos outra vez a mesma obra apresentada sob o símbolo de um anjo voando no meio do céu com a mais terrível ameaça que jamais soou aos ouvidos dos homens. Embora falaremos disso mais detidamente quando chegarmos a esse capítulo, agora nos referimos à sua proclamação por ser a última obra realizada em favor do mundo antes da vinda de Cristo, que é o acontecimento que se segue naquela profecia, podendo sincronizá-la assim com a obra aqui apresentada em Apocalipse 7:1-3. O anjo com o selo do Deus vivo é, portanto, o mesmo que o terceiro anjo de Apocalipse 14.

Esta opinião confirma a exposição anterior do selo. Como resultado da obra de selamento de Apocalipse 7, certo grupo é selado com o selo do Deus vivo, enquanto que como resultado da mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14 um grupo de pessoas obedece a todos os “mandamentos de Deus” (Apocalipse 14:12). O quarto mandamento do Decálogo é o único que o mundo cristão abertamente viola e ensina os homens a violar. Que esta é a questão vital que se trata nesta mensagem, torna-se evidente pelo fato de a guarda dos mandamentos, inclusive o sábado do Senhor, é o que distingue os servos de Deus dos

que adoram a besta e recebem sua marca. Como veremos depois, esta marca é a observância de um falso dia de repouso.

Depois de ter aqui notado brevemente os principais pontos do assunto, chegamos agora ao mais impressionante. De acordo com o precedente argumento cronológico, encontramos que esta obra já está se cumprindo diante de nossos olhos. A mensagem do terceiro anjo está avançando. O anjo que subia do nascimento do sol está realizando a sua missão. A reforma na questão do sábado já começou. Ainda que em relativo silêncio, está seguramente abrindo caminho na Terra. Está destinada a agitar todos os países que recebem a luz do Evangelho, e terá como resultado um povo preparado para a iminente vinda do Salvador e selado para o Seu reino eterno. O selamento dos servos de Deus pelo anjo mencionado no versículo 3, é produzida em reconhecimento de sua fidelidade à observância da Lei de Deus, que Se identifica no quarto mandamento como Criador do céu e da Terra, e como *Quem* estabeleceu o sábado do sétimo dia como lembrança daquela grande obra.

A retenção dos ventos — Com mais uma pergunta deixamos estes versículos, com que tão longamente nos detivemos. Vimos entre as nações algum movimento a indicar que o clamor do anjo que subia: “Não danifiqueis” com o soprar dos ventos, “até que hajamos assinalado os servos do nosso Deus”? É óbvio que o tempo durante o qual os ventos são retidos não podia ser um tempo de profunda paz. Isto não corresponderia à profecia, pois para se tornar manifesto que os ventos estão sendo retidos, deve haver perturbação, agitação, ódio e inveja entre as nações, com estalidos ocasionais, como rajadas de vento escapando de uma tempestade. Estes estalidos serão reprimidos inesperadamente. Só assim, seria evidente ao que olhasse para os acontecimentos à luz da profecia, que para algum propósito a refradora mão da Onipotência foi posta sobre os elementos de contenda. Tal tem sido o aspecto de nossos tempos, quando súbita e inexplicavelmente tudo voltava à calma. Na última metade do século XIX viram-se notáveis exemplos destas coincidências na conclusão súbita da guerra franco-alemã em 1871, a guerra russo-turca em 1878, e a guerra hispano-americana em 1898.

Logo ocorreu durante a primeira parte do presente século a Primeira Guerra Mundial na qual se permitiu que os quatro ventos soprassem sobre grande parte do mundo. Muitos escritores declararam que era o Armagedom do Apocalipse. Com o passar do tempo parecia que esta grande conflagração iria consumir o mundo inteiro, sem deixar raiz nem ramo. Mas de repente o anjo clamou: “Detenham-se!”, porque o selamento não havia ainda terminado. Em 11 de novembro de 1918 os quatro anjos reprimiram os ventos de luta, e um mundo enfermo pela guerra, enlouquecido pelos quatro anos de mortandade, alegrou-se de novo em uma aparente paz e segurança.

A trégua foi aclamada como princípio de uma idade de ouro e de paz, prosperidade e boa vontade entre os homens, pois não se tinha travado a guerra

para acabar com as guerras? Milhões de pessoas creram que nunca mais haveria outra guerra, que a humanidade tinha aprendido sua lição. Por acaso não devia ser Deus que, intervindo nos negócios das nações, trouxesse a paz para facilitar o término da grande obra, segundo as palavras do anjo: “Até selarmos na frente os servos do nosso Deus”?

O período decorrido desde o armistício de 1918 até o estalar da Segunda Guerra Mundial ficou longe de ser pacífico, pois o Almanaque Mundial apresenta durante esse tempo pelo menos 17 conflitos, afetando quatro continentes. Muitos destes ameaçaram alcançar sérias proporções. Toda vez que o mundo afligido começava a temer a difusão destes conflitos, as dificuldades eram subitamente resolvidas. Interveio o anjo em favor da paz?

Logo, de repente, os quatro anjos voltaram a soltar os ventos e estes foram em torvelinho em um conflito devastador, global que chamamos Segunda Guerra Mundial, e quase todo o mundo foi afetado. Por sua magnitude e depredações, esta guerra superou em muito a primeira.

Não podemos compreender nem explicar o fluxo e refluxo destas correntes de guerra e de paz senão pela revelação de Jesus Cristo dada pelo profeta João, segundo está registrada nestes versículos. Quando convém aos planos e propósitos de Deus permitir que soprem os ventos de luta, então a natureza não regenerada pela graça, uma vez solta, opera sem freio. Mas ao Ele dizer: “Basta!”, o anjo clama: “Detenham-se!”, e cessa a luta para que a obra de Deus possa avançar. Será assim até a grande conclusão do plano da salvação.

Você se sente aflito, amado leitor, pela intranquilidade e a confusão entre as nações? Quer saber o que significa tudo isso? Você achará a resposta no quadro apresentado nestes versículos: “O Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer” (Daniel 4:32). No momento que decidir, Ele fará cessar a “guerra até aos confins do mundo” (Salmos 46:9).

VERSÍCULOS 4-8: Então, ouvi o número dos que foram selados, que era cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos dos filhos de Israel: da tribo de Judá foram selados doze mil; da tribo de Rúben, doze mil; da tribo de Gade, doze mil; da tribo de Aser, doze mil; da tribo de Naftali, doze mil; da tribo de Manassés, doze mil; da tribo de Simeão, doze mil; da tribo de Levi, doze mil; da tribo de Issacar, doze mil; da tribo de Zebulom, doze mil; da tribo de José, doze mil; da tribo de Benjamim foram selados doze mil.

O número dos selados — Aqui se apresenta o número dos selados: 144.000. Pelo fato de que há doze mil selados de cada uma das doze tribos, alguns supõem que esta obra já foi realizada, pelo menos no início da era cristã, quando essas tribos existiam literalmente. Não veem como se possa aplicar ao nosso tempo, em que todo vestígio de distinção entre essas tribos desde há tanto tempo foi apagado completamente. Convidamos essas pessoas a ler a linguagem clara da Epístola de Tiago: “Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo, às

doze tribos que andam dispersas, saúde. Meus irmãos.” Aqueles a quem Tiago se dirige são cristãos, pois que são seus irmãos. Alguns se converteram do paganismo e outros do judaísmo, mas todos são incluídos nas doze tribos. Como pode ser isto? Paulo explica-o em Romanos 11:17-24. Na vívida figura do enxerto, apresentada, a oliveira representa Israel.

Alguns dos ramos, os descendentes naturais de Abraão, foram quebrados por causa da sua incredulidade acerca de Cristo. Pela fé em Cristo os ramos da oliveira brava, os gentios, foram enxertados na boa oliveira, e assim são perpetuadas as doze tribos. E aqui encontramos uma explicação da linguagem do mesmo apóstolo: “Nem todos os que são de Israel são israelitas” e “não é judeu o que o é exteriormente [...] mas é judeu o que o é no interior.” Romanos 9:6-8; 2:28, 29. Assim, encontramos nas portas da Nova Jerusalém, que é uma cidade do Novo Testamento, ou cristã, os nomes das doze tribos dos filhos de Israel. Nos fundamentos desta cidade estão inscritos os nomes dos doze apóstolos do Cordeiro (Apocalipse 21:12-14).

Se as doze tribos pertencem exclusivamente à primeira dispensação, a ordem mais natural teria sido pôr os seus nomes nos fundamentos e os dos doze apóstolos nas portas; mas não, os nomes das doze tribos estão nas portas. Como todas as hostes dos remidos hão de entrar e sair através destas portas, que levam essas inscrições, assim também todos os remidos serão contados como pertencendo a estas doze tribos, sem considerar se na Terra foram judeus ou gentios.

É digno de nota que a enumeração das tribos aqui difere da que é dada em outros lugares. Na passagem que está diante de nós as tribos de Efraim e Dã são omitidas, e em seu lugar se introduz as de Levi e José. A omissão de Dã explicam os comentadores deve-se fato de essa tribo ter sido muito afeiçoada à idolatria (Ver Juízes 18). A tribo de Levi ocupa aqui o seu lugar com as restantes, visto que na Canaã celeste não existem as razões, que existiam na terrestre, para não terem herança. José provavelmente substitui Efraim, pois que é um nome que parece ter sido aplicado tanto à tribo de Efraim como à de Manassés (Números 13:11).

Doze mil são selados de cada uma das doze tribos, mostrando que nem todos os que nos registros do Céu tinham um lugar entre estas tribos quando começou a obra de selamento, suportaram a prova e foram vencedores no final, porque os nomes já inscritos no livro da vida, serão riscados se não vencerem (Apocalipse 3:5).

VERSÍCULOS 9-12: Depois destas coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos; e clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação. Todos os anjos estavam de pé rodeando o trono, os anciãos e os quatro seres viventes, e ante o trono se prostraram sobre o seu rosto, e adoraram a Deus, dizendo: Amém! O louvor, e a glória, e a sabedoria, e as ações de graças, e a honra, e o poder, e a força sejam ao nosso Deus, pelos séculos dos séculos. Amém!

Terminado o selamento João contempla uma inumerável multidão que, em arrebatamento, adora a Deus perante o Seu trono. Esta vasta multidão é constituída pelos salvos de toda nação, povo, tribo e língua, que foram ressuscitados na segunda vinda de Cristo, mostrando que o selamento é a última obra realizada em favor do povo de Deus antes da trasladação.

VERSÍCULOS 13-17: Um dos anciãos tomou a palavra, dizendo: Estes, que se vestem de vestiduras brancas, quem são e donde vieram? Respondi-lhe: meu Senhor, tu o sabes. Ele, então, me disse: São estes os que vêm da grande tribulação, lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro, razão por que se acham diante do trono de Deus e o servem de dia e de noite no seu santuário; e aquele que se assenta no trono estenderá sobre eles o seu tabernáculo. Jamais terão fome, nunca mais terão sede, não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum, pois o Cordeiro que se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima.

Um grupo celestial — A pergunta feita por um dos anciãos a João: “Estes, que se vestem de vestiduras brancas, quem são e donde vieram?”, considerada em relação com a resposta de João: “Meu senhor, tu o sabes”, dão a entender que João não sabia, e pareceriam ilógicas se se referisse a toda a grande multidão que estava diante dele. Porque João sabia quem eram e de onde tinham vindo, porque acabava de dizer que eram pessoas — remidas sem dúvida — de todas as nações, tribos, povos e línguas. E João podia responder: Estes são os remidos de todas as nações da Terra. Nenhum grupo se apresenta ao qual mais naturalmente se fizesse alusão do que ao grupo de que se fala na primeira parte do capítulo: os 144.000. João vira de fato este grupo no seu estado mortal, quando receberam o selo do Deus vivo no meio das perturbadas cenas dos últimos dias; mas ao encontrarem-se aqui entre a multidão dos remidos, a transição é tão grande, e a condição em que agora aparecem é tão diferente, que não os reconhece como o grupo especial que viu selado na Terra. E a este grupo parecem especialmente aplicáveis as especificações que se seguem:

Vieram da grande tribulação — Embora seja verdade até certo ponto, para todos os cristãos, que “através de muitas tribulações, nos importa entrar no reino de Deus” (Atos 14:22), isso se aplica de um modo muito especial aos 144.000. Eles passam pelo tempo de angústia qual nunca houve desde que houve nação (Daniel 12:1). Experimentam a angústia mental do tempo da angústia de Jacó (Jeremias 30:4-7). Não de subsistir sem mediador através das terríveis cenas das sete últimas pragas, que são manifestações da ira de Deus na Terra, como veremos em Apocalipse 15 e 16. Passam através do mais duro tempo de angústia que o mundo jamais conheceu, mas triunfam e são libertados.

Vestes brancas — Eles lavam as suas vestes e as branqueiam no sangue do Cordeiro. A última geração recebem conselhos muito enfáticos sobre a necessidade de adquirir a veste branca (Apocalipse 3:5, 18). Os 144.000 recusam violar os mandamentos de Deus (Apocalipse 14:1, 12). Ver-se-á que puseram

sua esperança de vida eterna nos méritos do sangue derramado de seu divino Redentor, e fizeram dEle sua fonte de justiça. Há ênfase especial ao dizer-se deles que lavaram suas roupas e as alvejaram no sangue do Cordeiro.

As primícias — O versículo 15 descreve o posto de honra que eles ocupam no reino e sua proximidade de Deus. Noutro lugar são chamados “primícias para Deus e para o Cordeiro” (Apocalipse 14:4).

Nunca mais terão fome — O versículo 16 diz: “Nunca mais terão fome, nunca mais terão sede.” Isto mostra que já tiveram fome e sede. A que se pode referir isto? Como sem dúvida se refere a alguma experiência especial, não poderá referir-se às suas provações no tempo de angústia, mais especialmente durante as sete últimas pragas? Nesse tempo os justos ficarão reduzidos a pão e água, mas estas coisas lhes “serão certas” (Isaías 33:16), e terão o suficiente para o sustento. Todavia não poderá suceder que quando os pastos se secarem com todos os frutos e vegetação (Joel 1:18-20), e os rios e fontes se converterem em sangue (Apocalipse 16:4-9), reduzindo a sua relação com a Terra e as coisas terrenas ao mais baixo limite, os santos que passarem por esse tempo serão levados transitoriamente aos extremos graus de fome e sede? Mas uma vez ganho o reino, “nunca mais terão fome, nunca mais terão sede”.

O profeta continua, em referência a este grupo: “Nem sol nem calma alguma cairá sobre eles.” Os 144.000 vivem no tempo em que é dado poder ao Sol “para abrasar os homens com fogo” (Apocalipse 16:8, 9). Embora sejam protegidos do mortal efeito produzido sobre os ímpios que os rodeiam, não podemos supor que a sua sensibilidade esteja tão embotada que esse terrível calor não lhes cause qualquer sensação desagradável. Não, e quando entrarem nos campos da Canã celeste estarão preparados para apreciar a promessa divina de que nem sol nem calma alguma os prejudicará.

O Cordeiro os apascentará — Outro testemunho acerca do mesmo grupo, e que se aplica ao mesmo tempo, diz: “São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá” (Apocalipse 14:4). Ambas as expressões apresentam o estado de íntima e divina comunhão em que o bendito Redentor em relação a Si próprio os admite.

O salmista parece aludir à mesma promessa, nesta bela passagem: “Eles se banqueteiaram na fartura da tua casa; tu lhes dás de beber do teu rio de delícias” (Salmos 36:8, NVI). A fraseologia desta promessa feita aos 144.000 encontra-se também parcialmente na seguinte profecia saída da pena de Isaías: “Aniquilará a morte para sempre, e assim enxugará o Senhor Jeová as lágrimas de todos os rostos, e tirará o opróbrio do Seu povo de toda a Terra; porque o Senhor o disse.” Isaías 25:8.

Apocalipse 08 — O Colapso do Império Romano

VERSÍCULO 1: Quando o Cordeiro abriu o sétimo selo, houve silêncio no céu cerca de meia hora.

O primeiro versículo deste capítulo refere-se a acontecimentos dos capítulos precedentes e, portanto, não devia ser separado deles pela divisão do capítulo. Aqui é reatada e concluída a série dos sete selos. O capítulo sexto terminou com os acontecimentos do sexto selo, e o oitavo começa com a abertura do sétimo selo. Daí que o capítulo sete está como que entre parênteses entre o sexto e o sétimo selos, e é lógico que a obra de selamento de Apocalipse 7 pertence ao sexto selo.

Silêncio no Céu — O sexto selo não nos leva até o segundo advento de Cristo, embora abranja acontecimentos intimamente relacionados com ele. Introduce as terríveis comoções dos elementos, nas quais os céus se retiram como um livro que se enrola, a agitação da superfície da Terra e a confissão por parte dos ímpios de que vindo é o grande dia da ira de Deus. Estão, sem dúvida, em expectativa de ver o Rei aparecer em glória. Mas o selo não alcança esse acontecimento. O aparecimento pessoal de Cristo deve, portanto, ocorrer durante o selo seguinte.

Quando o Senhor aparecer virá com todos os santos anjos (Mateus 25:31). E quando todos os harpistas celestes deixarem as cortes do Céu para virem com o seu divino Senhor, quando Ele descer para buscar o fruto da Sua obra redentora, não haverá silêncio no Céu? Este período de silêncio, se considerado como tempo profético será de cerca de sete dias.

Versículo 2: Então, vi os sete anjos que se acham em pé diante de Deus, e lhes foram dadas sete trombetas.

Este versículo inicia uma nova e distinta série de acontecimentos. Nos selos temos a história da igreja durante a chamada era cristã. Nas sete trombetas, iniciadas agora, temos os principais acontecimentos políticos e guerreiros que deviam ocorrer durante o mesmo tempo.

VERSÍCULOS 3-5: Veio outro anjo e ficou de pé junto ao altar, com um incensário de ouro, e foi-lhe dado muito incenso para oferecê-lo com as orações de todos os santos sobre o altar de ouro que se acha diante do trono; e da mão do anjo subiu à presença de Deus a fumaça do incenso, com as orações dos santos. E o anjo tomou o incensário, encheu-o do fogo do altar e o atirou à terra. E houve trovões, vozes, relâmpagos e terremoto.

Depois de ter apresentado os sete anjos no versículo 2, João chama por um momento nossa atenção para uma cena inteiramente diferente. O anjo que se aproxima do altar não é um dos anjos das sete trombetas. O altar é o de incenso que, no santuário terrestre, se encontrava no primeiro compartimento.

Aqui, pois, está outra prova de que existe no Céu um santuário com os seus correspondentes objetos de culto. Era o original, de que o terrestre era uma figura; e as visões de João nos levam ao interior desse santuário celestial. Vemos realizar-se nele um ministério em favor de todos os santos. Sem dúvida é aqui apresentada toda a obra de mediação em favor do povo de Deus durante a era evangélica. Isto se deduz pelo fato que o anjo oferece o seu incenso com as orações de *todos* os santos.

O ato de o anjo encher o incensário de fogo e o lançar sobre a Terra evidencia que esta visão nos leva até o fim do tempo, e por este ato indica que sua obra terminou. Já não serão oferecidas mais orações misturadas com incenso. Este ato simbólico só pode ter a sua aplicação na altura em que tiver cessado para sempre o ministério de Cristo no santuário em favor da humanidade. E o ato do anjo é seguido por vozes, trovões, relâmpagos e terremotos — exatamente os mesmos fatos descritos noutras passagens referentes ao tempo final de graça para a humanidade (Ver Apocalipse 11:19; 16:17, 18).

Mas por que estes versículos são aqui inseridos? Constituem uma mensagem de esperança e conforto para a igreja. Foram apresentados os sete anjos com as suas trombetas bélicas. Ao soarem, terríveis cenas haviam de acontecer. Mas antes de começarem é indicada ao povo de Deus a obra de mediação realizada em seu favor no Céu, bem como a sua fonte de auxílio e de força durante esse tempo. Ainda que arremessados, em breve, nas tumultuosas ondas de lutas e guerras, devem saber que o seu grande Sumo Sacerdote ainda ministrava em favor deles no santuário celestial. Para ali podiam dirigir as suas orações, onde seriam oferecidas, como incenso, a seu Pai no Céu, podendo assim sentir-se fortalecidos e apoiados em todas as suas calamidades.

VERSÍCULO 6: Então os sete anjos que tinham as sete trombetas prepararam-se para tocar.

As sete trombetas — O assunto das sete trombetas é aqui retomado e ocupa o resto deste capítulo e todo o capítulo nove. O símbolo das sete trombetas são um complemento da profecia de Daniel 2 e 7, para depois da divisão do velho império romano em dez reinos. Nas primeiras quatro trombetas, temos uma descrição dos sucessos especiais que assinalaram a queda de Roma.

VERSÍCULO 7: O primeiro anjo tocou a trombeta, e houve saraiva e fogo de mistura com sangue, e foram atirados à terra. Foi, então, queimada a terça parte da terra, e das árvores, e também toda erva verde.

Alexander Keith fez uma observação muito apropriada:

Ninguém podia elucidar os textos com mais clareza ou expô-los com mais perfeição do que o fez Gibbon. Os capítulos do filósofo céptico que tratam diretamente do assunto necessitam apenas de que se lhes anteponha um texto e que se lhes cortem algumas palavras profanas,

para constituírem uma série de comentários aos capítulos oito e nove do Apocalipse de Jesus Cristo (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 241).

Pouco ou nada é deixado ao professo intérprete, que não seja citar as páginas de Gibbon (Ibidem).

O primeiro castigo grave que caiu sobre Roma Ocidental, na sua derrubada, foi a guerra com os godos dirigidos por Alarico, que abriu o caminho para outras incursões. O imperador romano Teodósio morria em janeiro de 395, e antes do fim do inverno já os godos comandados por Alarico guerreavam contra o império.

A primeira invasão dirigida por Alarico assolou o Império Romano Oriental. Ele tomou as famosas cidades e escravizou a muitos de seus habitantes. Conquistou as regiões da Trácia, da Macedônia, da Ática e o Peloponeso, mas não chegou à cidade de Roma. Mais tarde, o chefe godo atravessou os Alpes e os Apeninos e apareceu diante dos muros da Cidade Eterna, caiu como presa dos bárbaros em 410.

“Saraiva e fogo misturado com sangue” foram lançados na Terra. Os terríveis efeitos da invasão gótica são representados como “saraiva”, devido ao fato de os invasores serem originários do Norte; como “fogo”, pela destruição de cidades e campos pelas chamas; e “sangue”, devido à terrível mortandade dos cidadãos do império pelos ousados e intrépidos guerreiros.

A primeira trombeta — O toque da primeira trombeta situa-se por volta do fim do quarto século em diante, e se refere às assoladoras invasões do império romano pelos godos.

Após citar extensamente a obra de Edward Gibbon *History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (História da Decadência e Queda do Império Romano), capítulos 30-33, referente à conquista dos godos, Alexander Keith apresenta um admirável sumário das palavras do historiador que acentuam o cumprimento da profecia:

Longos extratos mostram como Gibbon expôs, ampla e perfeitamente, o seu texto na história da primeira trombeta, primeira tempestade que açoitou a terra romana e a primeira queda de Roma. Usando as suas palavras em comentários mais diretos, lemos assim o resumo do assunto: “A nação gótica estava em armas ao primeiro som da trombeta, e na invulgar aspreza do inverno os godos puseram a rodar os seus pesados carros sobre o largo e gelado leito do rio. Os férteis campos da Fócida e da Beócia foram inundados por um dilúvio de bárbaros; os homens foram mortos e as mulheres e o gado das aldeias levados. Os profundos e sangrentos rastros da marcha dos godos podiam ainda descobrir-se facilmente depois de vários anos. Todo o território da

Ática foi amaldiçoado pela nefasta presença de Alarico. Os mais afortunados dos habitantes de Corinto, Argos e Esparta foram poupados da morte mas contemplaram a conflagração de suas cidades. Numa estação de tanto calor que secou o leito dos rios, Alarico invadiu os domínios do Ocidente. Um solitário velho de Verona (o poeta Claudiano), lamentava pateticamente o destino das árvores de seu tempo, que tinham de arder em conflagração de todo o país [notar as palavras da profecia de que foi queimada a terça parte das árvores]; e o imperador dos romanos fugiu diante do rei dos godos”.

Levantou-se uma agitação furiosa entre as nações da Germânia, de cujo extremo setentrional os bárbaros marcharam até quase as portas de Roma. Concluíram a destruição do Ocidente. A escura nuvem que se adensou ao longo das costas do Báltico irrompeu em trovão nas margens do Danúbio superior. As pastagens da Gália, em que rebanhos e manadas pasciam, e as margens do Reno, com suas elegantes casas e bem cultivadas quintas, formavam um quadro de paz e abundância, que subitamente se converteu num deserto distinto da solidão da Natureza apenas pelas ruínas fumegantes. Muitas cidades foram cruelmente oprimidas ou assoladas. Muitos milhares de pessoas foram desumanamente massacradas, e as consumidoras chamas da guerra espalharam-se sobre a maior parte das dezessete províncias da Gália.

Alarico estendeu de novo a devastação sobre a Itália. Durante quatro anos os godos devastaram-na e dominaram-na sem obstáculo. E na pilhagem e incêndio de Roma as ruas da cidade encheram-se de cadáveres. As chamas consumiram muitos edifícios públicos e privados, e as ruínas de um palácio ficaram de pé, século e meio depois, como soberbo monumento da conflagração gótica (Idem, p. 251-253).

Depois deste sumário, Keith completa o quadro, dizendo:

A frase final do capítulo 33 da História de Gibbon constitui por si mesma um claro e compreensivo comentário, porque ao terminar a descrição deste breve, mas agitado período, ele concentra, como numa leitura paralela, o resumo da história e a substância da predição. Mas as palavras que a precedem têm também o seu significado: “A devoção pública daquele tempo estava impaciente por exaltar os santos e mártires da Igreja Católica sobre os altares de Diana e Hércules. A união do império romano estava dissolvida. O seu gênio estava humilhado no pó, e exércitos de bárbaros desconhecidos, vindos das frígidas regiões do Norte, estabeleceram seu, vitorioso domínio sobre as mais belas províncias da Europa e da África”.

A última palavra, África, é o sinal para o toque da segunda trombeta. A cena muda-se das praias do Báltico para a costa meridional do Mediterrâneo, ou das frígidas regiões do Norte para o litoral da África adusta. Em vez de uma tempestade de saraiva lançada na terra, um monte de fogo a arder foi lançado no mar (Idem, p. 255).

VERSÍCULOS 8, 9: O segundo anjo tocou a trombeta, e uma como que grande montanha ardendo em chamas foi atirada ao mar, cuja terça parte se tornou em sangue, e morreu a terça parte da criação que tinha vida, existente no mar, e foi destruída a terça parte das embarcações.

A segunda trombeta — O Império Romano, depois de Constantino, foi dividido em três partes. Daí a frequente observação “uma terça parte dos homens”, seja uma alusão à terça parte do império que estava sob o flagelo. Esta divisão do Império Romano foi realizada ao morrer Constantino, entre seus três filhos: Constâncio, Constantino II e Constante. Constâncio possuiu o Oriente, e fixou sua residência em Constantinopla, a metrópole do império. Constantino II ficou com a Grã-Bretanha, a Gália e a Espanha. Constante ficou com a Ilíria, África e Itália.

O som da segunda trombeta refere-se evidentemente à invasão e conquista da África, e mais tarde da Itália, pelo terrível Genserico, rei dos vândalos. Suas conquistas foram na maior parte navais, e seus triunfos, como se fosse “lançada no mar uma coisa como um grande monte ardendo em fogo”. Que figura ilustraria melhor a colisão de navios, e o destroço geral da guerra nas costas marítimas?

Ao explicar esta trombeta devemos buscar alguns acontecimentos que influam particularmente no mundo comercial. O símbolo empregado leva-nos naturalmente a procurar agitação e comoção. Nada como uma violenta batalha naval poderia dar cumprimento à predição. Se o tocar das quatro primeiras trombetas se refere a quatro notáveis acontecimentos que contribuíram para a ruína do império romano, e a primeira trombeta se refere à invasão dos godos sob Alarico, estamos naturalmente em presença do seguinte ato eficiente de invasão que abalou o poder romano e o levou à sua ruína. A seguinte grande invasão foi a do “terrível Genserico”, à frente dos vândalos, e que ocorreu entre os anos 428 e 468. Este grande chefe vândalo tinha seu quartel general na África. Mas como diz Gibbon:

A descoberta e a conquista das nações negras [na África], que pudessem habitar abaixo da zona tórrida, não podiam tentar a razoável ambição de Genserico, por isso lançou os olhos para o mar, resolveu criar um poder naval e a sua audaciosa resolução foi executada com firme e ativa perseverança (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 3, cap. 36, p. 459).

Saindo do porto de Cartago fez repetidas incursões como pirata, assaltou o comércio romano e entrou em guerra com aquele império.

Para competir com o monarca marítimo, o imperador romano, Majoriano, fez extensas preparações navais. Cortaram-se os bosques dos Apeninos; restauraram-se os arsenais e fábricas de Ravena e Misena; a Itália e a Gália rivalizaram em fazer contribuições generosas ao erário público; a marinha imperial de trezentas grandes galés, com uma adequada quantidade de barcos de grande porte e outros menores, foram reunidos no amplo e seguro porto de Cartagena, na Espanha. [...] Mas Genserico foi salvo de iminente e inevitável ruína pela traição de alguns poderosos súditos de Majoriano, invejosos ou apreensivos com o êxito do seu senhor. Guiado por eles surpreendeu a desprevenida frota na baía de Cartagena. Muitos dos barcos foram afundados, tomados ou incendiados, e os preparativos de três anos foram destruídos num só dia.

O reino da Itália, nome ao que se reduziu gradualmente o Império Ocidental, foi maltratada, durante o governo de Ricimero, pelas incessantes depredações dos piratas vândalos. Na primavera de cada ano equipavam uma formidável frota no porto de Cartago; e o próprio Genserico, embora já de idoso, ainda comandava em pessoa as expedições mais importantes. [...]

Os vândalos repetidamente visitavam as costas da Espanha, Ligúria, Toscana, Campânia, Lucânia, Brutio, Apúlia, Calábria, Vêneto, Dalmácia, Epiro, Grécia e Sicília. [...]

A celeridade dos seus movimentos permitia-lhes, quase ao mesmo tempo, ameaçar e atacar os mais distantes objetos que atraíam seus desejos, e como embarcavam sempre um número suficiente de cavalos, mal tinham desembarcado assolavam logo o aterrorizado país com um corpo de cavalaria ligeira (Idem, p. 481-486).

Uma última e desesperada tentativa para desapossar Genserico da soberania do mar foi feita em 468 por Leão I, imperador do Oriente. Gibbon dá o seguinte testemunho:

O gasto total da campanha africana, quaisquer que fossem os meios de obtê-lo, atingiram a soma de 130.000 libras de ouro, cerca de 5.200.000 libras esterlinas. [...] A frota que saiu de Constantinopla para Cartago constava de 1.113 barcos, e o número de soldados e marinheiros excedia os 100.000 homens. [...] O exército de Heráclio e a frota de Marcelino uniram-se ou secundaram o lugar-tenente imperial. [...] O vento tornou-se favorável aos desígnios de Genserico. Tripulou com os mais bravos mouros e vândalos os seus maiores navios de guerra, após os quais eram rebocados grandes barcos cheios de materiais combustíveis. Na obscuridade da noite estes vasos destruidores foram impelidos

contra a desprevenida e confiante frota dos romanos, que não estavam em guarda nem suspeitavam de nada, mas perceberam na hora do perigo. Os navios juntos facilitaram o progresso do fogo, que ia com violência rápida e irresistível; e o ruído do vento, ao crepitar das chamas, os gritos dissonantes dos soldados e marinheiros, que não podiam nem ordenar nem obedecer, aumentaram o pânico do tumulto noturno.

Enquanto trabalhavam para salvar parte da frota, as galés de Genserico os atacaram com coragem e disciplina; e muitos romanos que escaparam à fúria das chamas, foram mortos e capturados pelos vândalos vitoriosos [...] Depois do fracasso dessa grande expedição, Genserico voltou a ser o tirano do mar; as costas da Itália, Grécia e Ásia voltaram a estar expostas à sua vingança e avareza; Trípoli e Sardenha voltaram a obedecê-lo; agregou Sicília ao número de suas províncias; e antes de morrer, na plenitude de seus anos e de glória, contemplou a extinção do Império do Ocidente (Idem, p. 495-498).

Acerca do importante papel que este audacioso corsário desempenhou na queda de Roma, Gibbon emprega esta linguagem: “Genserico, um nome que, na destruição do império romano, se eleva ao mesmo nível dos nomes de Alarico e Átila” (Idem, cap. 33, p. 370).

VERSÍCULOS 10, 11: O terceiro anjo tocou a trombeta, e caiu do céu sobre a terça parte dos rios, e sobre as fontes das águas uma grande estrela, ardendo como tocha. O nome da estrela é Absinto; e a terça parte das águas se tornou em absinto, e muitos dos homens morreram por causa dessas águas, porque se tornaram amargosas.

A terceira trombeta — Na interpretação e aplicação desta passagem chegamos ao terceiro importante acontecimento que resultou na subversão do Império Romano. E ao procurar um cumprimento histórico desta terceira trombeta, ficamos devendo alguns poucos extratos às notas do Dr. Albert Barnes. Ao explicar esta passagem é necessário, como diz este comentador, ter em vista o seguinte:

Que havia de vir algum chefe ou guerreiro que poderia comparar-se a um resplandecente meteoro, cuja carreira seria particularmente brilhante; que apareceria subitamente como uma estrela fulgurante, e que depois desapareceria como uma estrela cuja luz se apagou nas águas. Que a carreira assoladora deste meteoro se daria principalmente naquelas partes do mundo ricas de mananciais e rios; que o efeito que se produziria era como se as águas desses rios e fontes se tornassem amargas, isto é, que muitas pessoas pereceriam, e que grandes assolações seriam feitas nas vizinhanças dessas fontes e rios, como se amarga e calamitosa estrela caísse nas águas, e a morte se espalhasse sobre os países adjacentes e banhados por elas (Albert Barnes, *Notes on Revelation*, p. 239, comentário sobre Apocalipse 8:11).

A premissa aqui é que esta trombeta alude às guerras assoladoras e furiosas invasões de Átila contra o poder romano, que ele empreendeu à frente das suas hordas de hunos. Falando deste guerreiro, particularmente da sua aparência pessoal, diz Barnes:

Na maneira da sua aparência assemelhava-se muito a um brilhante meteoro fulgurando no Céu. Veio do Oriente com os seus hunos e, como veremos, arremessou-se subitamente sobre o império com a rapidez de fulgurante meteoro. Considerava-se também como consagrado a Marte, o deus da guerra, e costumava fardar-se de um modo particularmente brilhante, de sorte que o seu aspecto, na linguagem dos seus aduladores, deslumbrava os que olhavam para ele (Idem, p. 239).

Ao falar da *localização* dos acontecimentos preditos por esta trombeta, Barnes apresenta esta nota:

Diz-se particularmente que o efeito se faria sentir sobre “os rios” e as “fontes das águas”. Se isto tem aplicação literal, ou se, como se supõe no caso da segunda trombeta, a linguagem empregada se referia à parte do império particularmente afetada pela invasão inimiga, então podemos supor que esta se refere às partes do império de abundantes rios e correntes, e mais particularmente àquelas em que os rios e correntes tinham a sua origem, porque o efeito estava permanentemente nas “fontes das águas.” Na realidade as principais operações de Átila realizaram-se nas regiões dos Alpes e nas partes do império donde correm os rios para a Itália. A invasão de Átila é descrita por Gibbon de modo geral: “Toda a Europa, desde o Ponto Euxino até o Adriático, numa extensão de mais de oitocentos quilômetros, foi logo invadida, ocupada e assolada pelas miríades de bárbaros que Átila levou para o campo (Idem, p. 240).

E o nome da estrela era Absinto — A palavra “absinto” indica as consequências amargas.

Estas palavras, que se relacionam mais intimamente com o versículo anterior, [...] relembram-nos, por um momento, o caráter de Átila, a miséria de que foi autor o instrumento e o terror inspirado pelo seu nome.

“A extirpação total e destruição”, são os termos que melhor representam as calamidades que ele infligiu. [...]

Átila vangloriava-se de que a erva não mais crescia onde o seu cavalo tinha posto as patas. “O flagelo de Deus” foi o nome que se atribuiu e o inseriu entre seus títulos reais. Foi o “flagelo de seus inimigos, e o terror do mundo.” O imperador do Ocidente, com o senado e o povo

de Roma, humildes e aterrorizados, procuraram aplacar a ira de Átila. E o último parágrafo dos capítulos que relatam a sua história intitula-se: “Sintomas da decadência e ruína do governo romano” O nome da estrela era Absinto (*Alexander Keith, Signs of the Times*, vol. 1, p. 267-269).

VERSÍCULO 12: O quarto anjo tocou a trombeta, e foi ferida a terça parte do sol, da lua e das estrelas, para que a terça parte deles escurecesse e, na sua terça parte, não brilhasse, tanto o dia como também a noite.

A quarta trombeta — Entendemos que esta trombeta simboliza a carreira de Odoacro, o monarca bárbaro que esteve tão intimamente relacionado com a queda de Roma *Ocidental*. Os símbolos Sol, Lua e estrelas, pois são indubitavelmente usados aqui como símbolos, representam evidentemente os grandes luminares do governo romano: os seus imperadores, senadores e cônsules. O último imperador de Roma Ocidental foi Rômulo, que por escárnio foi chamado *Augústulo*, ou seja “o diminutivo de *Augusto*”. Roma Ocidental caiu em 476. Porém, apesar de extinto o Sol romano, seus luminares subordinados brilharam palidamente enquanto continuaram o senado e o consulado. Mas depois de muitas vicissitudes e mudanças de fortuna política, por fim toda a forma do antigo governo foi subvertida, e a própria Roma reduzida a um pobre ducado tributário do Exarcado de Ravena.

A extinção do Império Ocidental fica assim registrada por Gibbon:

O infeliz Augústulo tornou-se o instrumento de sua própria desgraça. Assinou sua renúncia perante o senado, e essa assembleia, em seu último ato de obediência a um príncipe romano, aparentou ainda o espírito de liberdade e as formas da constituição. Foi dirigida uma epístola, por unânime consenso, ao Imperador Zenão, genro e sucessor de Leão, recentemente reposto, depois de curta rebelião, no trono bizantino. Solenemente “negaram a necessidade e até o desejo de continuar mais tempo a sucessão imperial na Itália, pois que em sua opinião a majestade de um só monarca era suficiente para abranger e proteger tanto o Oriente como o Ocidente ao mesmo tempo. Em seu próprio nome e no do povo consentiam que a sede do império universal fosse transferida de Roma para Constantinopla. Vilmente renunciavam ao direito de escolher seu senhor, único vestígio que ainda restava da autoridade que tinha ditado leis ao mundo” (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 3, p. 512).

Alexander Keith comenta a queda de Roma nas seguintes palavras:

Extinguiu-se o poder e a glória de Roma como norma diretora de todas as nações. A rainha das nações só ficou o nome. Todo sinal de realza desapareceu da cidade imperial. Aquela que tinha dominado sobre as nações jazia no pó, como uma segunda Babilônia, e já não havia o

trono onde os césaes tinham reinado. O último ato de obediência a um príncipe romano que aquela outrora augusta assembleia cumpriu, foi aceitar a abdicação do último imperador do Ocidente, e a abolição da sucessão imperial na Itália. O Sol de Roma tinha-se posto. [...]

Levantou-se rapidamente um novo conquistador da Itália, o ostrogodo Teodorico, que sem escrúpulos vestiu a púrpura e reinou por direito de conquista. “A realeza de Teodorico foi proclamada pelos godos (5 de março de 493), com a tardia, relutante e ambígua aprovação do imperador do Oriente.” O poder imperial romano, de que tanto Roma como Constantinopla tinham sido simultânea ou isoladamente a sede, quer no Ocidente quer no Oriente, já não era reconhecido na Itália e a terça parte do Sol fora ferida, até que deixou de emitir os mais pálidos raios. O poder dos césaes era desconhecido na Itália. Um rei godo reinava em Roma.

Mas apesar de ferida a terça parte do Sol e extinto o poder imperial romano na cidade dos césaes, a Lua e as estrelas, brilharam ainda, ou bruxulearam, durante mais algum tempo, no império do Ocidente, mesmo em meio da treva gótica. Os cônsules e o senado [“a Lua e as estrelas”] não foram abolidos por Teodorico. “Um historiador godo aplaude o consulado de Teodorico como o auge de todo o poder e grandeza temporal”; como a Lua reina de noite, depois de o Sol se pôr. E em vez de abolir esse cargo, o próprio Teodorico “felicita os favorecidos da fortuna que, sem as preocupações, desfrutavam cada ano o esplendor do trono”.

Mas em sua ordem profética o consulado e o senado de Roma viram chegar o seu dia, embora não hajam caído às mãos dos vândalos ou dos godos. A revolução seguinte na Itália foi em sujeição a Belisário, general de Justiniano, imperador do Oriente. Ele não poupou o que os bárbaros tinham respeitado. “O Consulado Romano Extinto por Justiniano em 541”, é o título do último parágrafo do capítulo quarenta da História da Decadência e Queda de Roma, de Gibbon. “A sucessão dos cônsules acabou finalmente no décimo terceiro ano de Justiniano, cujo temperamento despótico foi lisonjeado pela extinção silenciosa de um título que lembrava aos romanos sua antiga liberdade.” “Fora ferida a terça parte do Sol e a terça parte da Lua, e a terça parte das estrelas.” No firmamento político do mundo antigo, nos tempos de Roma imperial, o imperador, os cônsules e o senado brilhavam como o Sol, a Lua e as estrelas. A história da sua decadência e queda é apresentada até que as duas últimas foram extintas, relativamente a Roma e à Itália, que por tanto tempo tinham ocupado o lugar de primeira cidade e primeiro

país. Finalmente, ao encerrar-se a quarta trombeta, vemos a “extinção daquela ilustre assembleia”, o senado romano. A cidade que governara o mundo foi conquistada, dir-se-ia que para escárnio da grandeza humana, pelo eunuco Narses, sucessor de Belisário. Ele derrotou os godos (552), acabou a “conquista de Roma” e selou o destino do Senado (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 280-283).

E. B. Elliot fala do cumprimento desta parte da profecia na extinção do Império Ocidental, nos seguintes termos:

Assim se estava preparando a catástrofe final, que traria a extinção dos imperadores e império do Ocidente. A glória de Roma já se tinha extinguido havia muito. Suas províncias separaram-se dela uma a uma. O território que ainda possuía tornara-se como um deserto e suas possessões marítimas, frota e comércio, estavam aniquilados. Pouco mais lhe restava do que vãos títulos e insígnias de soberania. E chegava agora o tempo de estas próprias lhe serem tiradas. Uns vinte anos ou mais depois da morte de Átila, e menos ainda da de Genserico (que antes de sua morte visitara e assolara a cidade eterna numa das suas expedições marítimas de pilhagem, e assim preparara ainda mais a consumação iminente), Odoacro, chefe dos hérulos, um remanescente bárbaro da hoste de Átila, deixado nas fronteiras alpinas da Itália — ordenou que o nome e o cargo de imperador romano do Ocidente fossem abolidos. As autoridades curvaram-se submissas.

O último fantasma de imperador, cujo nome Rômulo Augústulo representava bem o contraste entre as glórias passadas de Roma e a sua presente degradação, abdicou. O senado enviou as insígnias reais a Constantinopla, dizendo ao imperador do Oriente que bastava um só imperador para todo o império. Assim, aquela terça parte do Sol imperial romano que pertencia ao império do Ocidente eclipsou-se e não voltou a brilhar. Digo, aquela terça parte do seu orbe que pertencia ao império do Ocidente, porque a fração apocalíptica é literalmente exata. No último acordo entre as duas cortes todo o terço ilírico foi abandonado à divisão oriental. Deu-se assim no Ocidente “a extinção do império”; desceu a noite.

Apesar disso, porém, deve ter-se em mente que a autoridade do nome romano ainda não tinha cessado por completo. O senado de Roma continuava a reunir-se como de costume. Os cônsules eram nomeados anualmente, um pelo imperador do Oriente, outro pela Itália e Roma. O próprio Odoacro governou a Itália com um título (o de patrício) que lhe foi conferido pelo imperador do Oriente. Se olharmos para as mais distantes províncias do Ocidente ou pelo menos consideráveis

distritos delas, o laço que as unia ao império romano estava completamente desfeito. Havia ainda, posto que muitas vezes tênue, certo reconhecimento da suprema autoridade imperial. A Lua e as estrelas pareciam ainda brilhar sobre o Ocidente com um pálido reflexo de luz. No curso, porém, dos acontecimentos que rapidamente se sucederam no seguinte meio século, estas mesmas foram extintas.

O ostrogodo Teodorico, ao destruir os hérulos e o seu reino em Roma e Ravena, governou a Itália desde 493 a 526 como soberano independente, e quando Belisário e Narses conquistaram dos ostrogodos a Itália (conquista precedida por guerras e assolações que tornaram a Itália, e sobretudo a sua cidade das sete colinas, durante certo tempo quase deserta), o senado romano foi dissolvido e o consulado ab-rogado. Além disso, a independência dos príncipes bárbaros das províncias do Ocidente, em relação ao poder imperial romano, tornou-se cada vez mais distintamente averiguada e compreendida. Decorridos mais de século e meio de calamidades quase sem par na história das nações, como o indica corretamente o Dr. Robertson, a frase de Jerônimo, frase moldada sob a própria figura apocalíptica do texto, mas prematuramente pronunciada por altura da primeira tomada de Roma por Alarico, podia considerar-se por fim cumprida: “Clarissimum terrarum lumen extinctum est”, (Extinguiu-se o glorioso Sol do mundo); ou como o expressou o poeta romano, sempre sob a influência das imagens apocalípticas: “Estrela por estrela, viu expirar suas glórias”, até que não sobrou sequer uma só estrela que brilhasse na noite escura e vazia (Edward B. Elliot, *Horae Apocalypticæ*, vol. 1, p. 354-356).

Foram verdadeiramente terríveis as calamidades sobrevindas ao império pelas primeiras incursões destes bárbaros. Mas tais calamidades foram relativamente pequenas em comparação com as calamidades que se seguiam. Foram apenas as primeiras gotas de chuva que precederam a tempestade que em breve se desencadearia sobre o mundo romano. As três restantes trombetas são ensombradas por uma nuvem de mau presságio, como se indica pelo versículo seguinte.

VERSÍCULO 13: Então, vi e ouvi uma águia que, voando pelo meio do céu, dizia em grande voz: Ai! Ai! Ai dos que moram na terra, por causa das restantes vozes da trombeta dos três anjos que ainda têm de tocar!

Este anjo não pertence à série dos anjos das sete trombetas, mas é simplesmente um anjo com a missão de anunciar que as três restantes trombetas são de ais, devido aos mais terríveis acontecimentos que se produziriam enquanto soarem. Assim, a quinta trombeta é o primeiro ai; a sexta trombeta, o segundo ai; e a sétima, a última desta série de trombetas, é o terceiro ai.

Apocalipse 09 — O Mundo Muçulmano na Profecia

VERSÍCULO 1: O quinto anjo tocou a trombeta, e vi uma estrela caída do céu na terra. E foi-lhe dada a chave do poço do abismo.

A quinta trombeta — Para interpretar esta trombeta recorreremos de novo aos escritos de Keith. Diz o notável escritor:

Difícilmente se poderá ver um acordo tão uniforme entre os intérpretes acerca de qualquer outra parte do Apocalipse como acerca da aplicação da quinta e sexta trombetas, ou seja, do primeiro e segundo ais, aos sarracenos e aos turcos. É tão clara que dificilmente poderá ser mal compreendida. Em vez de um versículo ou dois designando cada um destes povos, todo o capítulo 9 do Apocalipse, em partes iguais, é ocupado por uma descrição de ambos.

O império romano caiu como se levantara, pela conquista, mas os sarracenos e os turcos foram os instrumentos pelos quais uma falsa religião se tornou o flagelo de uma igreja apóstata. Por isso, em vez de a quinta e sexta trombetas serem designadas, como as primeiras, apenas por esse nome, são chamadas ais. [...]

Constantinopla foi sitiada, pela primeira vez, depois da extinção do império romano do Ocidente, por Cósroes [II], rei da Pérsia (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 289, 291).

Diz o profeta: “Vi uma estrela caída do céu na terra. E foi-lhe dada a chave do poço do abismo”.

O historiador diz acerca daquele tempo:

Enquanto o monarca persa contemplava as maravilhas da sua arte e poder, recebeu uma epístola de um obscuro cidadão de Meca, convidando-o a reconhecer Maomé como o apóstolo de Deus. Ele rejeitou o convite e rasgou a epístola. “É assim [exclamou o profeta árabe] que Deus rasgará o reino e rejeitará a súplica de Cósroes.” Dos limites destes dois impérios do Oriente, Maomé observa com secreta alegria o progresso de destruição mútua. No meio dos triunfos persas aventurou-se a predizer que não decorreriam muitos anos sem que a vitória voltasse de novo para os estandartes dos romanos. “No tempo em que se diz ter feito esta predição nenhuma profecia podia estar

mais longe de se cumprir, pois que os primeiros doze anos de Heráclio anunciavam a próxima dissolução do império (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 46, p. 463, 464).

Esta estrela não caiu num só lugar, como a que representava Átila, mas caiu sobre a Terra.

Cósroes subjugou as possessões romanas na Ásia e na África. E o Império Romano, nesse período, estava reduzido às muralhas de Constantinopla com o resto da Grécia, Itália e África, e algumas cidades marítimas da costa asiática, desde Tiro e Trebizonda. [...] A experiência de seis anos persuadiu por fim o monarca persa a renunciar à conquista de Constantinopla e a especificar o tributo anual do resgate do império romano: mil talentos de ouro, mil talentos de prata, mil vestidos de seda, mil cavalos e mil virgens. Heráclio subscreveu estas ignominiosas condições. Mas o tempo e o espaço que ele ocupou para coletar estes tesouros da pobreza do Oriente foram laboriosamente empregados na preparação de um ousado e desesperado ataque (Idem, p. 466).

O rei da Pérsia desprezou o obscuro sarraceno e escarneceu da mensagem do pretense profeta de Meca. Nem mesmo a derrocada do Império Romano teria aberto uma porta ao maometismo, ou ao progresso dos armados propagadores sarracenos de uma impostura, embora o monarca dos persas e chagán dos ávares (o sucessor de Átila) tivessem dividido entre si o que restava do reino dos céares. O próprio Cósroes caiu. As monarquias persa e romana exauriram mutuamente a sua força. E antes de ser posta uma espada nas mãos do falso profeta ela foi arrebata da das mãos daqueles que teriam detido a sua carreira e esmagado o seu poder (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 293).

Desde os dias de Cipião e Aníbal nenhuma empresa mais audaz fora tentada do que a que Heráclio realizou para a libertação do império. [...] Explorou seu perigoso caminho através do Mar Negro e das montanhas da Armênia, penetrou no coração da Pérsia e desafiou os exércitos do grande rei a defender o seu ensanguentado país. [...]

Na batalha de Nínive, ferozmente travada desde a aurora até às onze horas, vinte e oito estandartes, além dos que puderam ser quebrados ou rasgados, foram tomados aos persas. A maior parte do seu exército foi trucidada, e os vencedores, ocultando as suas próprias perdas, passaram a noite no campo. As cidades e os palácios da Assíria foram abertos pela primeira vez aos romanos (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 46, p. 470-480).

O imperador não se fortaleceu com as conquistas realizadas. Um caminho se abriu ao mesmo tempo, e pelos mesmos meios, para as multidões de sarracenos que, como os gafanhotos da mesma região, propagando em sua carreira o tenebroso e falaz credo maometano, rapidamente se espalharam pelos impérios persa e romano. Não podia desejar-se mais completa ilustração deste fato do que a apresentada nas palavras finais do capítulo de Gibbon, de que são extraídos os períodos precedentes (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 295).

Apesar de se ter formado, sob o estandarte de Heráclio, um exército vitorioso, o esforço ingente parece mais ter esgotado do que exercitado a sua força. Enquanto o imperador triunfava em Constantinopla ou Jerusalém, uma obscura cidade dos confins da Síria era pilhada pelos sarracenos, que trucidaram algumas tropas que vinham em sua defesa, ocorrência ordinária e banal se não tivessem sido o prelúdio de uma poderosa revolução. Esses salteadores eram os apóstolos de Maomé. Seu frenético valor tinha emergido do deserto, e nos últimos oito anos do seu reinado Heráclio perdeu para os árabes as mesmas províncias que tinha conquistado aos persas (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 46, p. 486).

“O espírito de fraude e fanatismo, cuja morada não é no Céu”, foi deixado à solta na Terra. Apenas faltava uma chave para abrir o poço do abismo, e essa chave foi a queda de Cósroes. Ele havia rasgado com desprezo a carta de um obscuro cidadão de Meca. Mas quando do seu “resplendor de glória” desceu para a “torre de trevas” que nenhum olho podia penetrar, o nome de Cósroes tinha de passar depressa ao esquecimento diante do de Maomé. O crescente parecia aguardar apenas a queda da estrela para se erguer. Cósroes, após seu completo fracasso e perda do império, foi assassinado no ano 628, e o ano 629 é assinalado pela “conquista da Arábia” e pela “primeira guerra dos maometanos contra o império romano”. “E o quinto anjo tocou a sua trombeta, e vi uma estrela que do céu caiu na Terra; e foi-lhe dada a chave do poço do abismo. E abriu o poço do abismo.” Caiu na Terra. Quando se exauriu a força do império romano e o grande rei do Oriente caiu morto na sua torre de trevas, a pilhagem de uma obscura cidade nos confins da Síria foi o “prelúdio de uma poderosa revolução”. “Os salteadores eram os apóstolos de Maomé” e seu frenético valor tinha emergido do deserto (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 298).

O abismo — A palavra grega *abyssos* da qual provém a palavra portuguesa “abismo”, significa “profundo, sem fundo”, e pode referir-se a qualquer lugar devastado, solitário e inculto. É aplicada à Terra no seu estado original de caos

(Gênesis 1:2). Neste caso pode com propriedade referir-se às desconhecidas planícies do deserto arábico, de cujos confins irromperam as hordas dos sarracenos, como nuvens de gafanhotos. A queda de Cósroes II, rei da Pérsia, pode bem simbolizar a abertura do abismo, no sentido de ter preparado o caminho para os discípulos de Maomé saírem do seu obscuro país, e propagarem suas enganadoras doutrinas a ferro e fogo, até que espalharam as suas trevas sobre todo o império do Oriente.

VERSÍCULO 2: Ela abriu o poço do abismo, e subiu fumaça do poço como fumaça de grande fornalha, e, com a fumaceira saída do poço, escureceu-se o sol e o ar.

Como os nocivos e até mortais vapores que os ventos, em particular os do sudoeste, espalham na Arábia, o maometismo espalhou daí a sua pestilenta influência. Levantou-se tão rapidamente e espalhou-se tanto como o fumo que se levanta de um poço, o fumo de uma grande fornalha. E este um adequado símbolo da religião de Maomé, em si mesma, ou comparada com a forte luz do Evangelho de Jesus. Não foi, como a última, uma luz que desceu do Céu, mas uma fumaça que subiu do poço do abismo (Idem, p. 299).

VERSÍCULO 3: Também da fumaça saíram gafanhotos para a terra; e foi-lhes dado poder como o que têm os escorpiões da terra.

Levantou-se uma religião falsa que, constituindo embora o flagelo de transgressões e idolatria, encheu o mundo de trevas e erros. Bandos de sarracenos, como gafanhotos, infestaram a Terra, rapidamente estendendo os seus flagelos sobre o império romano desde o Oriente até o Ocidente. A saraiva Desceu das gélidas praias do Báltico. O monte a arder foi lançado da África sobre o mar, e os gafanhotos (apropriado símbolo dos árabes) partiram da Arábia, sua região natal. Vieram como destruidores, propagando a nova doutrina, instigados à rapina e violência por motivos de interesse e religião (Idem, p. 301).

Encontramos uma ilustração mais específica ainda do poder que lhes foi dado, no poder que têm os escorpiões da Terra. Não só era o seu ataque fulminante e vigoroso, mas “a sensibilidade da honra, que tolera menos o insulto do que a ofensa corporal, lançou um mortal veneno nas contendas dos árabes. Uma ação indecente, uma palavra de desprezo só podem ser expiadas pelo sangue do ofensor, e tal é a sua inveterada paciência, que aguardam meses e anos inteiros a oportunidade de vingança (Idem, p. 305).

VERSÍCULO 4: Foi-lhes também dado, não que os matassem, e sim que os atormentassem durante cinco meses. E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere alguém.

Depois da morte de Maomé sucedeu-lhe no comando Abu-Becre, em 632, que, logo depois de bem estabelecida a sua autoridade e governo, dirigiu uma carta circular às tribos árabes, da qual destacamos o seguinte extrato:

Quando travardes as batalhas do Senhor, portai-vos como homens, nunca voltando as costas, mas que a vossa vitória não seja manchada com o sangue de mulheres e crianças. Não destruais as palmeiras nem queimeis as searas. Não corteis árvores frutíferas, nem maltrateis os animais, a não ser que os tenhais de matar para vosso sustento. Quando fizerdes alguma aliança ou contrato, permaneçei-lhe fiéis, e não falteis à vossa palavra. Encontrareis, no vosso caminho, algumas pessoas religiosas que vivem retiradas em mosteiros, e que desse modo se propõem servir a Deus. Deixai-as e não as mateis nem destruais seus mosteiros. E encontrareis outra classe de pessoas que pertencem à sinagoga de Satanás, e que têm coroas rapadas; fendei-lhes os crânios e não lhes deis descanso até que se tornem maometanos ou paguem tributo (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 5, cap. 51, p. 189, 190).

Não se diz na profecia nem na história que os conselhos mais humanos tenham sido tão exemplarmente obedecidos como a ordem feroz, mas o fato é que lhes foi assim mandado. E as instruções precedentes são as únicas apresentadas por Gibbon, como dadas por Abu-Becre aos chefes cujo dever era transmitir as ordens a todas as hostes de sarracenos. Essas ordens concordavam tanto com a predição, que dir-se-ia que o próprio califa agiu cientemente em obediência direta a um mandado mais elevado do que o do homem mortal. No próprio ato de partir para a luta contra a religião de Jesus e para a propagação do maometismo em seu lugar, repetiu as palavras que no Apocalipse de Jesus Cristo se encontrava predito que ele havia de dizer (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 307).

O selo de Deus nas suas fronteiras — Nas observações feitas a Apocalipse 7:13 demonstramos que o selo de Deus é o sábado do quarto mandamento. A história não omite o fato da existência de observadores do verdadeiro sábado através de toda a era cristã. Mas alguns têm aqui feita a pergunta: Quem eram os homens que naquele tempo tinham o sinal de Deus em suas fronteiras, e portanto iam ficar livres da opressão maometana? Recorde o leitor o fato, a que já aludimos, de que através de toda a era cristã tem havido pessoas com o selo de Deus em suas fronteiras, ou seja, que observaram inteligentemente o verdadeiro sábado. Considere ainda que o que a profecia assegura é que os ataques desta assolador poder, os sarracenos, não são dirigidos contra eles, mas contra outra classe. O assunto fica assim liberto de toda a dificuldade, porque isto é tudo o que a profecia realmente afirma. Só uma classe de pessoas é diretamente apre-

sentada no texto, a saber, as que não têm o selo de Deus nas suas frentes. A preservação dos que têm o selo de Deus é apenas implicitamente introduzida. E, com efeito, não nos consta da história que algum deles tenha sido envolvido em qualquer calamidade infligida pelos sarracenos aos objetos do seu ódio. Foram enviados contra outra classe de homens. A destruição que viria sobre essa classe de homens não é apresentada em contraste com a conservação de outros homens, mas apenas com a dos frutos e verdura da terra. Assim, foi-lhes dito que não fizessem dano à erva da terra, nem a verdura alguma, mas apenas a uma certa classe de homens. Em cumprimento temos o estranho espetáculo de um exército de invasores poupando coisas que tais exércitos geralmente destroem: a face e as produções da Natureza. Em obediência à sua permissão de danificar os homens que não tivessem o selo de Deus em suas frentes, fendiam o crânio de uma classe de fanáticos com coroas rapadas, que pertenciam à sinagoga de Satanás. Estes eram sem dúvida uma classe de monges, ou alguma outra divisão da Igreja Católica Romana.

VERSÍCULO 5: Foi-lhes também dado, não que os matassem, e sim que os atormentassem durante cinco meses. E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere alguém.

Suas constantes incursões no território romano e frequentes assaltos à própria Constantinopla, constituíram um incessante tormento para o império. Apesar disso não puderam eficazmente subjugá-lo, não obstante o longo período, a que depois se alude mais diretamente, durante o qual continuaram por incessantes ataques a afligir uma igreja idólatra, cujo chefe era o papa. Sua missão era atormentar e depois danificar, mas não matar ou completamente destruir. O que é para admirar é que eles o não fizessem (Idem, p. 308, 309) [Acerca dos cinco meses, veja-se o versículo 10].

VERSÍCULO 6: Naqueles dias, os homens buscarão a morte e não a acharão; também terão ardente desejo de morrer, mas a morte fugirá deles.

Os homens cansavam-se de viver, quando a vida era poupada só para renovação da dor, e quando tudo quanto reputavam sagrado era violado, e todos quantos prezavam estavam em constante perigo, e os selvagens sarracenos dominavam sobre eles, ou os deixavam só para um repouso momentâneo, sempre em perigo de ser súbita ou violentamente interrompido, como que pela ferroadada de um escorpião (Idem, p. 309).

VERSÍCULO 7: O aspecto dos gafanhotos era semelhante a cavalos preparados para a peleja; na sua cabeça havia como que coroas parecendo de ouro; e o seu rosto era como rosto de homem.

O cavalo árabe é o que leva a dianteira em todo o mundo, e perícia em equitação é a arte e ciência da Arábia. Os bárbaros árabes, ligeiros como gafanhotos e armados como escorpiões, prontos a arremessarem-se num momento, estavam sempre preparados para a batalha.

“E sobre as suas cabeças havia umas coroas semelhantes ao ouro.” — Quando Maomé entrou em Medina (622), e pela primeira vez foi recebido como seu príncipe, “um turbante foi desfraldado à sua frente para suprir a falta de estandarte.” Os turbantes dos sarracenos, semelhantes a uma coroa, eram o seu ornamento e o seu orgulho. As ricas pilhagens, que eles renovavam com frequência, abasteciam-nos abundantemente. Passar a usar o turbante corresponde proverbialmente a fazer-se muçulmano. E os árabes eram antigamente distinguidos pelas mitras que traziam (Idem, p. 311, 312).

“E os seus rostos eram como rostos de homens.” — A gravidade e firmeza de ânimo [do árabe] é notável nas suas maneiras exteriores. [...] O seu único gesto consiste em acariciar a barba, venerável símbolo de virilidade. [...] A honra das suas barbas é muito fácil de ferir (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 5, cap. 50, p. 86-88).

VERSÍCULO 8: Tinham também cabelos, como cabelos de mulher; os seus dentes, como dentes de leão.

As mulheres consideram os cabelos compridos como um adorno. Os árabes, ao contrário dos outros homens, tinham o cabelo como o das mulheres, ou seja, por cortar, costume este registrado por Plínio e por outros. Mas nada havia de efeminado no seu caráter. Com efeito, como que significando sua ferocidade e força para devorar, seus dentes eram como de leões (Alexander Keith, *Signs of the Times*, vol. 1, p. 312).

VERSÍCULO 9: Tinham couraças, como couraças de ferro; o barulho que as suas asas faziam era como o barulho de carros de muitos cavalos, quando correm à peleja.

A couraça — “A couraça era usada pelos árabes nos dias de Maomé. Na batalha de Ohud (a segunda que Maomé travou) com os coraixitas de Meca (624), ‘setecentos deles estavam armados com couraças’” (Idem, p. 312).

O barulho de suas asas — “O ataque dos árabes não se apoiava, como o dos gregos e romanos, nos esforços de uma firme e compacta infantaria. Sua força militar era principalmente constituída por cavalaria e arqueiros. A um toque da mão os cavalos árabes arremessavam-se com a rapidez do vento. ‘O barulho das suas asas era como o barulho dos carros, quando muitos cavalos correm ao combate.’ Suas conquistas foram maravilhosas tanto em rapidez como

em extensão, e seu ataque era instantâneo. Nem foi menos eficiente contra os romanos do que contra os persas” (Idem, p. 313).

VERSÍCULOS 10, 11: tinham ainda cauda, como escorpiões, e ferrão; na cauda tinham poder para causar dano aos homens, por cinco meses; e tinham sobre eles, como seu rei, o anjo do abismo, cujo nome em hebraico é Abadom, e em grego, Apoliom.

“Causa dano aos homens por cinco meses” — Levanta-se a questão: Que homens eles danificariam por cinco meses? — Indubitavelmente os mesmos que depois haviam de matar (ver o verso 15), “a terça parte dos homens”, ou a terça parte do Império Romano — a sua divisão grega.

Quando começariam a sua obra de tormento? O versículo 11 responde à pergunta.

“Tinham sobre eles seu rei” — Desde a morte de Maomé, até perto do fim do século XIII, os maometanos estiveram divididos em várias facções sob diversos chefes, sem um governo civil *geral*, que se estendesse sobre todos. No fim do século XIII Otman fundou um governo ou império, que cresceu até se estender sobre quase todas as principais tribos maometanas, consolidando-as numa grande monarquia.

Seu rei se chama o “anjo do abismo”. Um anjo significa um mensageiro, um ministro, bom ou mau, e nem sempre um ser espiritual. O “anjo do abismo”, seria o principal ministro da religião que dali saiu quando foi aberto. Essa religião é o maometismo, e o sultão é o seu principal ministro.

Seu nome em hebraico é “Abadom”, o destruidor; em grego “Apoliom”, o exterminador, ou destruidor. Com dois diferentes nomes em duas línguas, é evidente que se pretende representar mais o caráter do que o nome do poder. Sendo assim, ele é representado nas duas línguas como destruidor. Tal tem sido sempre o caráter do governo otomano.

Mas *quando* foi que Otman fez seu primeiro assalto ao império grego? Segundo Gibbon:

Foi no dia vinte e sete de Julho, no ano de 1299 da era cristã, que Otman invadiu pela primeira vez o território de Nicomédia; e a singular exatidão da data parece revelar alguma predição da rapidez e do movimento destruidor do monstro (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of The Roman Empire*, vol. 6, cap. 64, p. 226).

O alemão Von Hammer, historiador da Turquia, e também outros autores, fixam este acontecimento em 1301. Mas que data é testemunhada pelas fontes históricas da época? Pachymeres é um historiador eclesiástico e secular que nasceu em Nicéia, cidade localizada na região invadida por Otman, e escreveu sua história precisamente durante esse período, pois concluiu sua obra por volta de 1307, de maneira que era contemporâneo de Otman.

Posino, em 1669, elaborou uma cronologia completa da história de Pachymeres, dando as datas dos eclipses da lua e o sol, como também outros eventos registrados por Pachymeres em sua obra. Quanto à data de 1299, Posino diz:

É agora a nossa tarefa de dar uma data fundamental e exata ao Império Otomano. Tentaremos efetuar isto através de uma tríplice comparação das datas oferecidas pelos cronologistas árabes e pelo testemunho de nosso “Pachymeres”. Este autor mencionado nos relata no quarto livro desta segunda parte, capítulo 25, que Atman (nome grego equivalente a Otman) se tornou forte ao assumir um bando de guerreiros audazes e enérgicos da Paflagônia. Quando Muzalo, o comandante do exército romano, tentou bloquear seu avanço, Otman o derrotou em uma cidade perto de Nicomédia, capital da Bitínia. O senhor da batalha considerou esta cidade dali por diante como estando vencida. E, Pachymeres é bem explícito em declarar que estes acontecimentos tiveram lugar na vizinhanças imediatas de Bafeum, não longe da Nicomédia, no dia 27 de Julho. O ano, nós asseveramos em nossa sinopse, ser o ano de 1299 de nosso Senhor, depois de compararmos cuidadosamente os acontecimentos (Possino, *Observationum Pachymerianarum*, Livro III (Cronologia), Cap. 8, Sec. 5).

A sinopse a que alude Posino da data em os da Paflagônia se uniram com as forças de Otman, o que ocorreu em 27 de julho de 1299 da era cristã, o quinto ano do Papa Bonifácio VIII e o sexto de Miguel Paleólogo. A declaração é a seguinte:

Atman [Otman], o sátrapa dos persas, também chamado Osman, fundador da ainda reinante dinastia dos turcos, fortaleceu-se ao reunir um grande número de terríveis bandidos da Paflagônia (Idem, Livro IV, cap. 25).

Os da Paflagônia, sob os filhos de Amurio, uniram-se a Otman em seu ataque do dia 27 de julho, de maneira que duas vezes Posino, para o evento, nos oferece a data de 1299.

Gregoras, também contemporâneo de Otman, apóia a Gibbon e Pachymeres, ao estabelecer a data de 1299 em seu relato da divisão da Anatólia. A divisão entre dez emires turcos ocorreu em 1300, segundo historiadores fidedignos. Gregoras declara que divisão Otman recebeu o Olimpo e outras partes da Bitínia, o que indica que Otman já tinha lutado a batalha de Bafeum e tinha conquistado certas partes daquele território greco-romano.

Os cálculos de alguns escritores têm levado a supor que o período devia começar com a fundação do Império Otomano, mas é evidentemente um erro, porque não só deviam ter sobre si um rei, mas haviam de atormentar os homens durante cinco meses. Porém, o período de

tormenta não podia começar antes do primeiro ataque dos atormentadores, que foi, como vimos, em 27 de julho de 1299 (Josiah Litch, *Prophetic Exposition*, vol. 2, p. 180).

O cálculo que se segue, fundado neste ponto de partida, foi feito e publicado numa obra intitulada *Christ's Second Coming* [A Segunda Vinda de Cristo], por Josiah Litch, em 1838.

“E o seu poder era para danificar os homens por cinco meses”. Até aqui sua missão consistia em atormentar por constantes depredações, mas sem matá-los politicamente. “Cinco meses” [cada mês com trinta dias são 150 dias], quer dizer 150 anos. Começando em 27 de julho de 1299, o total dos 150 anos chega a 1449. Durante todo este período os turcos estiveram empenhados numa guerra quase contínua com o Império Grego, porém sem o conquistar. Chegaram a tomar várias províncias gregas, mas a independência grega era ainda mantida em Constantinopla. Em 1449, porém, operou-se uma mudança (Idem, p. 181).

Esta história se encontrará sob a trombeta seguinte [a 6ª trombeta]:

VERSÍCULOS 12-15: O primeiro ai passou. Eis que, depois destas coisas, vêm ainda dois ais. O sexto anjo tocou a trombeta, e ouvi uma voz procedente dos quatro ângulos do altar de ouro que se encontra na presença de Deus, dizendo ao sexto anjo, o mesmo que tem a trombeta: Solta os quatro anjos que se encontram atados junto ao grande rio Eufrates. Foram, então, soltos os quatro anjos que se achavam preparados para a hora, o dia, o mês e o ano, para que matassem a terça parte dos homens.

A sexta trombeta —

O primeiro ai devia prolongar-se desde o aparecimento do maometismo até o fim dos cinco meses. Devia terminar então o primeiro ai, e principiar o segundo. E quando o sexto anjo tocou, foi-lhe mandado que tirasse as restrições que lhes tinham sido impostas, pelas quais se limitavam à obra de atormentar os homens e a sua missão era ampliada a ponto de se lhes permitir matar a terça parte dos homens. Esta ordem veio das quatro pontas do altar de ouro (Idem, p. 182).

Os quatro anjos — Estes são os quatro principais sultanatos de que se compunha o Império Otomano, localizados nas terras banhadas pelo grande rio Eufrates. Estes sultanatos estavam situados em Alepo, Icônio, Damasco e Bagdá. Anteriormente tinham estado retidos, mas agora Deus mandou, e foram soltos.

A fins de 1448, ao aproximar-se o final do período de 150 anos, faleceu João Paleólogo, sem deixar filhos que herdassem o trono do Império Oriental. Seu irmão Constantino, herdeiro legítimo, não se atreveu a subir ao trono sem o consentimento do sultão turco. Por isso enviou embaixadores a Adrianópolis,

receberam a aprovação do sultão, e voltaram com presentes para o novo soberano. A princípios de 1449, sob tão pomposas circunstâncias, foi coroado o último imperador grego.

O historiador Gibbon assim relata o fato em sua obra monumental:

Com a morte de João Paleólogo, [...] a família real, pela morte de Andrônico e a profissão monástica de Isidoro, ficou reduzida a três príncipes: Constantino, Demétrio e Tomás, filhos sobreviventes do imperador Manuel. O primeiro e o último achava-se longe, em Moréia. [...] A imperatriz mãe, o senado e os soldados, o clero e o povo, unânimes apoiaram o sucessor legítimo; e o déspota Tomás, que ignorando a mudança, voltou acidentalmente à capital, pô-se a defender com energia os interesses do irmão ausente. Diz-nos o historiador Franza que foi imediatamente enviado um embaixador à corte de Adrianópolis. Amurat o recebeu com honra e o despediu com presentes; mas a misericordiosa aprovação do sultão turco anunciou sua supremacia, e a queda iminente do Império Oriental. As mãos dos ilustres deputados, em Esparta, colocaram a coroa imperial sobre a cabeça de Constantino (Edward Gibbon, *The Decline and Fall of The Roman Empire*, vol. 6, cap. 67, p. 365).

Examinemos cuidadosamente este fato histórico à luz da predição acima apresentada. Não era por um assalto violento feito aos gregos que o seu império havia de ser derrubado e perdida a sua independência, mas pela entrega voluntária e simples dessa independência nas mãos dos turcos. A autoridade e supremacia do poder turco foi reconhecida quando Constantino disse virtualmente: “Não posso reinar sem que o permitais” (Josiah Litch, *Prophetic Expositions*, vol. 2, p. 182, 183).

Os quatro anjos foram soltos por uma hora, um dia, um mês e um ano, para matar a terça parte dos homens. Este período, durante o qual devia existir a supremacia otomana, perfaz 391 anos e 15 dias. Assim chegamos a este resultado: Um ano profético são 360 dias proféticos, ou 360 anos literais; um mês profético são 30 dias proféticos, ou 30 anos literais; um dia profético é 1 ano literal; e uma hora, ou 1/24 do ano, ou seja, 15 dias literais; somando tudo temos 391 anos e 15 dias.

Mas apesar de os quatro anjos serem assim soltos pela voluntária submissão dos gregos, outra ruína aguardava a sede do império. Amurat, o sultão a quem se apresentou a submissão de Constantino VIII, e por cuja permissão este reinou em Constantinopla, morreu pouco depois, sucedendo-lhe, no império, em 1451, Maomé II, que cobiou Constantinopla e resolveu tomá-la.

Fez, assim, preparativos para cercar e tomar a cidade. O cerco começou em 6 de abril de 1453 e terminou com a tomada da cidade e a morte do último dos Constantinos, em 16 de maio seguinte. E a cidade oriental dos césares tornou-se a sede do império otomano (Idem, p. 183).

As armas e métodos de guerra que foram usados no cerco em que Constantinopla foi tomada foram, como veremos, distintamente notados pelo Revelador.

Versículo 16: O número dos exércitos da cavalaria era de vinte mil vezes dez milhares; eu ouvi o seu número.

Inumeráveis hordas de cavalos e daqueles que os montavam! Gibbon descreve assim a primeira invasão do território romano pelos turcos: “Os miríades de cavalos turcos espalharam-se por uma frente de seiscentas milhas, desde o Tauro a Erzerum, e o sangue de 130 mil cristãos foi um grato sacrifício ao profeta árabe.” O leitor julgará se esta linguagem se aplica ou não a algum número definido. Alguns supõem que é apresentado duas vezes o número 200 mil, e, segundo alguns historiadores, encontra-se esse número de guerreiros turcos no cerco de Constantinopla. Outros pensam que 200 milhões significam todos os guerreiros turcos durante os 391 anos e 15 dias do seu triunfo sobre os gregos. Nada se pode afirmar, porém, sobre este ponto (Idem, p. 183, 184).

Nada se pode afirmar sobre este ponto, nem é essencial.

VERSÍCULO 17: Assim, nesta visão, contemplei que os cavalos e os seus cavaleiros tinham couraças cor de fogo, de jacinto e de enxofre. A cabeça dos cavalos era como cabeça de leão, e de sua boca saía fogo, fumaça e enxofre.

A primeira parte desta descrição talvez se refere ao aspecto destes cavaleiros. Fogo, como cor, representa o vermelho, empregando-se com frequência a expressão “vermelho como fogo”; jacinto, o azul; e enxofre, o amarelo. Estas eram as cores que predominavam no vestuário destes guerreiros, de sorte que a descrição, segundo este ponto de vista, condizia bem com o uniforme turco, que era composto em larga escala por vermelho ou escarlate, azul e amarelo. As cabeças dos cavalos eram como cabeças de leões, representando sua força, coragem e ferocidade. Por sua vez a última parte do versículo refere-se, sem dúvida, ao uso de pólvora e armas de fogo para fins guerreiros, introduzidas havia pouco. Como os turcos disparavam suas armas de fogo de cima dos cavalos, devia parecer ao distante vidente que o fogo, fumo e enxofre saíam das bocas dos cavalos.

Os comentadores concordam em aplicar a profecia acerca do fogo, fumo e enxofre ao uso da pólvora pelos turcos na sua luta contra o Império do Oriente (Ver as notas sobre Apocalipse 19:17 de Adam Clark, *Commentary on the New Testament*, vol. 2, p. 1003; Albert Barnes, *Notes on Revelation*, p. 264; *The Cottage Bible*, vol. 2, p. 1399). Mas, em geral, apenas aludem aos grandes canhões,

empregados por esse poder, mas a profecia menciona especialmente os “cavalos” e o fogo que “saía das suas bocas”, como se fossem usadas armas menores e de cima dos cavalos. Barnes pensa que assim sucedia, e uma frase de Gibbon confirma este parecer. Diz ele: “As incessantes arremetidas de lanças e dardos eram acompanhadas pelo fumo, o som e o fogo dos seus mosquetes e canhões”.

Temos aqui uma boa evidência histórica de que os mosquetes foram usados pelos turcos, e por outro lado é inegável que em suas guerras combatiam principalmente a cavalo. É, portanto, bem apoiada a inferência de que usavam armas de fogo a cavalo, cumprindo exatamente a profecia, segundo a ilustração referida.

Acerca do uso das armas de fogo, pelos turcos, em sua campanha contra Constantinopla, Elliot diz o seguinte:

A morte da terça parte dos homens, isto é, a tomada de Constantinopla e por consequência a destruição do império grego, foi devida ao “fogo, fumo e enxofre”, à artilharia e armas de fogo de Maomé. Mais de 1.100 anos tinham já decorrido desde a sua fundação por Constantino. Durante esse tempo, godos, hunos, ávares, persas, búlgaros, sarracenos, russos e os próprios turcos otomanos, tinham feito seus assaltos hostis ou posto cerco contra ela, mas as fortificações eram inexpugnáveis para eles. Constantinopla sobreviveu, e com ela o Império Grego. Daí a ansiedade do sultão Maomé em encontrar o que pudesse remover o obstáculo. Perguntou ao fundidor de canhões que para junto dele desertara: “Podes tu fundir um canhão de tamanho suficiente para abater os muros de Constantinopla?” A fundição foi em seguida estabelecida em Adrianópolis, fundiu-se o canhão, preparou-se a artilharia e começou-se o cerco.

É digno de nota como Gibbon, sempre inconsciente comentador da profecia do Apocalipse, põe este novo instrumento de guerra no primeiro plano do seu quadro, na sua eloquente e impressionante narrativa da catástrofe final do império grego. Em preparação para ela apresenta a história da então recente invenção da pólvora, “dessa mistura de salitre, enxofre e carvão”. Fala do seu primeiro uso pelo sultão Amurat, e também, como já dissemos, da fundição de maiores canhões por Maomé em Adrianópolis. Depois, no progresso do próprio cerco, descreve como “as arremetidas de lanças e dardos eram acompanhadas pela fumaça, o som e o fogo das espingardas e canhões”; como “a extensa ordem da artilharia turca fazia fogo contra as muralhas, troando ao mesmo tempo 14 baterias sobre os lugares mais acessíveis”; como “as fortificações que durante séculos tinham resistido à hostil violência, agora se desmantelavam por toda parte sob os canhões otomanos, muitas brechas se abriam e, perto da porta de São Romano, quatro torres se desmoronaram”; como, “enquanto das linhas, das galés

e da ponte da artilharia otomana fazia fogo para todos os lados, o campo e a cidade, os gregos e os turcos, estavam envolvidos numa nuvem de fumaça, que apenas poderia ser repetida pela libertação ou destruição final do império romano”; como “as duplas muralhas foram reduzidas pelos canhões a um montão de ruínas”; e como, por fim, os turcos “arremessando-se através das brechas”, “Constantinopla foi tomada, seu império subvertido, e sua religião pisada pelos conquistadores maometanos”. Repito que é digno de nota como Gibbon atribui, de um modo tão claro e impressionante, a tomada da cidade, e desse modo a destruição do império, à artilharia otomana. Que é isto senão um comentário às palavras da nossa profecia? “Por estas três pragas foi morta a terça parte dos homens, isto é, pelo fogo, pela fumaça e pelo enxofre que saía das suas bocas” (Edward B. Elliot, *Horae Apocalypticæ*, vol. 1, p. 478, 479).

VERSÍCULOS 18, 19: Por meio destes três flagelos, a saber, pelo fogo, pela fumaça e pelo enxofre que saíam da sua boca, foi morta a terça parte dos homens; pois a força dos cavalos estava na sua boca e na sua cauda, porquanto a sua cauda se parecia com serpentes, e tinha cabeça, e com ela causavam dano.

Estes versículos exprimem o efeito mortífero do novo modo de guerra introduzido. Foi por meio destes agentes — pólvora, armas de fogo e canhões — que Constantinopla foi finalmente conquistada e entregue nas mãos dos turcos.

Além do fogo, fumaça e enxofre, que pareciam sair das suas bocas, diz-se que o seu poder estava também nas suas caudas. É um fato notável que a cauda do cavalo é uma bem conhecida insígnia turca, símbolo de cargo e autoridade. O significado da expressão parece ser que as suas caudas eram o símbolo ou emblema da sua autoridade. É fato notável que a cauda do cavalo é um conhecido estandarte turco, o símbolo de um cargo e autoridade. A imagem que João viu parece ter consistido de cavalos que lançavam fogo e fumaça, e o que era igualmente estranho, viu que o seu poder de espalhar a desolação estava relacionado com as caudas dos cavalos. Alguém, olhando para um corpo de cavalaria com tais estandartes ou insígnias, ficaria surpreso com este aspecto insólito e notável, e falaria dos seus estandartes como concentrando e dirigindo o seu poder.

Esta supremacia dos maometanos sobre os gregos devia continuar, como já vimos, por 391 anos e 15 dias.

Começando ao findar os 150 anos, em 27 de julho de 1449, o período devia estender-se até 11 de agosto de 1840. A julgar pela maneira como começou a supremacia otomana, que foi por um voluntário reconhecimento por parte do imperador grego de que reinava só com permissão do sultão turco, devíamos naturalmente concluir que a queda ou perda da independência otomana se efetuaria da mesma forma, que no fim

do período indicado [isto é, em 11 de agosto de 1840], o sultão submeteria voluntariamente a sua independência às mãos dos poderes cristãos (Josiah Litch, *Prophetic Expositions*, vol. 2, p. 189).

Exatamente como, 391 anos e 15 dias antes, o tinha recebido das mãos do imperador cristão, Constantino XIII.

Esta conclusão fora tirada e feita esta aplicação da profecia pelo pastor J. Litch, em 1838, dois anos antes de ocorrer o acontecimento predito. Predisse em tal ano que a potência turca cairia “em algum momento do mês de agosto de 1840” (Josiah Litch, *The Probability of the Second Coming About 1843*, p.157), mas poucos dias antes do cumprimento da profecia, ele concluiu mais definitivamente que o período concedido aos turcos acabaria em 11 de agosto de 1840. Era questão de cálculo sobre os períodos proféticos da Escritura. Agora, convém perguntar se esses acontecimentos se realizaram segundo o cálculo anterior. O assunto resume-se no seguinte:

Quando terminou a independência maometana em Constantinopla? Alguns anos antes de 1840, o sultão tinha-se envolvido em guerra com Mohamed-Ali, paxá do Egito.

Em 1838, houve ameaça de guerra entre o sultão e seu vassalo egípcio, não houvesse sido ele restringido por influência de embaixadores estrangeiros. [...] Em 1839, porém, começaram de novo as hostilidades e prosseguiram até que, numa batalha geral entre os exércitos do sultão e de Mohamed, o exército do sultão foi completamente derrotado e destruído, e sua frota tomada por Mohamed e levada para o Egito. Tão reduzida ficou a frota do sultão que, quando a guerra começou de novo em agosto, ele tinha apenas dois navios de primeira classe e três fragatas, como tristes vestígios da outrora poderosa frota turca. Mohamed recusou-se terminantemente a abandonar esta frota e a restituí-la ao sultão, e declarou que, se os poderes tentassem retomá-la, a queimaria. Assim se encontravam as coisas, quando, em 1840, a Inglaterra, a Rússia, a Áustria e a Prússia intervieram, e determinaram uma solução do conflito, pois era evidente que, se Mohamed fosse deixado à vontade, dentro em breve se assenhorearia do trono do sultão (Josiah Litch, *Prophetic Expositions*, vol. 2, p. 192, 193).

O sultão aceitou esta intervenção das grandes potências, e fez assim uma entrega voluntária do caso nas suas mãos. Reuniu-se em Londres uma conferência destas potências, estando presente o xeque Effendi Bey Likgis como plenipotenciário otomano. Foi elaborado o texto de um acordo que devia ser apresentado ao paxá do Egito, segundo o qual o sultão oferecer-lhe-ia o governo hereditário do Egito, e toda a parte da Síria que se estendia desde o golfo de Suez até o lago de Tiberíades, juntamente com a província de Acre, por toda a

vida. Por sua vez evacuariam todas as outras partes dos domínios do sultão então ocupados por ele, e restituíria a frota otomana. Em caso de recusar esta oferta do sultão as quatro potências tomariam o assunto em suas mãos e empregariam todos os outros meios que achassem convenientes.

É evidente que, logo que este ultimato fosse posto pelo sultão nas mãos de Mohamed-Ali, o assunto estaria para sempre fora do domínio do sultão, e os seus negócios estariam ao dispor, desde esse momento, das mãos de poderes estrangeiros. O sultão enviou Rifat Bey num vapor do governo a Alexandria, para comunicar o ultimato a Mohamed-Ali. Tal ultimato lhe foi entregue *no dia 11 de agosto de 1840*. No mesmo dia, em Constantinopla, foi dirigida pelo sultão uma nota aos embaixadores das quatro potências, perguntando que plano devia ser adotado no caso de o paxá recusar cumprir os termos do ultimato, ao que fizeram responder que se tinham tomado providências e *não havia necessidade de se alarmar por qualquer contingência que pudesse ocorrer*.

As seguintes citações comprovam os fatos:

Pelo vapor francês do dia 24, recebemos notícias do Egito datadas do dia 16. Não mostram alteração na resolução do paxá. Confiante na coragem do seu exército árabe e em suas fortalezas que defendem sua capital, parece decidido a permanecer na última alternativa; e como é agora inevitável que recorra a ela pode ser considerada perdida toda a esperança que o assunto seja resolvido sem derramamento de sangue. Logo após a chegada do vapor “Cyclops” com as notícias da convenção das quatro potências, diz-se que Mohamed abandonou Alexandria e fez uma curta viagem ao Baixo Egito. Por sua ausência pensava evitar as conferências com os cônsules europeus, mas principalmente procurar despertar com sua ausência o fanatismo das tribos beduínas e facilitar o recrutamento de novas forças. No intervalo de sua ausência, o vapor do governo turco, que chegara em Alexandria no dia 11, com o enviado Rifat Bey à bordo, ficou por sua ordem, em quarentena, e não foi liberto até o dia 16. Contudo, antes da saída do barco e no mesmo dia do fato, o já nomeado funcionário teve uma audiência com o paxá e lhe disse a ordem do sultão quanto à evacuação das províncias sírias, e foi fixada outra audiência para o dia seguinte quando, em presença dos cônsules das potências européias, receberia dele sua resposta definitiva, e se lhe informaria a alternativa se recusasse obedecer, e a convenção dava-lhe dez dias para decidir a conduta que considerava adequada seguir (*Morning Chronicle*, de Londres, 18 de setembro, extrato de uma carta do correspondente datada “Constantinopla, 27 de agosto, 1840”).

O correspondente do *Morning Chronicle*, de Londres, em sua comunicação datada ‘Constantinopla, 27 de agosto, 1840’, diz:

Pouco posso acrescentar à minha última carta sobre os planos das quatro potências; e creio que os detalhes que lhes dei então conformam tudo o que se decidiu até aqui. A porção do paxá, com expus então, não se estenderá além da linha do Acre, e não inclui a Arábia nem Candia. O Egito apenas será herdeiro em sua família, e a província do Acre será governada por seu filho enquanto viver, mas depois dependerá da vontade de la Puerta; e mesmo este último será concedido se aceitar as condições e entregar a frota romana num prazo de dez dias. Em caso de não fazê-lo, sua posse será suprimida. Ser-lhe-á oferecido então só o Egito, com outros dez dias, para decidir antes de usar a força contra ele. Porém, da maneira como empregaria a força, negando-se a cumprir as condições, caberia decidir se apenas a costa lhe seria bloqueada ou se sua capital seria bombardeada e seus exércitos seriam atacados nas províncias sírias; nem tampouco esclarece este ponto uma nota entregue ontem pelos quatro embaixadores, em resposta a uma pergunta feita por la Puerta acerca do plano a adotar-se neste caso. Declara apenas que já se tomaram as medidas necessárias, e que o Diván não precisa alarmar-se acerca de quaisquer contingências que se apresentassem depois (Idem, 3 de setembro, 1840).

Analisemos as citações anteriores:

Primeiro — O ultimato chegou a Alexandria em 11 de agosto de 1840.

Segundo — A carta do correspondente do *Morning Chronicle*, trazem a data de 12 de agosto de 1840.

Terceiro — O correspondente declara que a pergunta da Sublime Puerta foi apresentada aos representantes das quatro grandes potências, e a foi recebida “ontem”. De modo que, em sua própria capital, “ontem” a Sublime Puerta dirigiu-se aos embaixadores das quatro potências cristãs da Europa para saber que medidas seriam tomadas com relação a uma circunstância que afetava vitalmente seu império; e lhe foi dito que tinham “tomado as medidas necessárias”, mas não pôde saber quais eram, embora lhe fosse dito que não precisaria alarmar-se “acerca de quaisquer circunstâncias que se pudessem apresentar”. Desde aquele dia “ontem”, que era o 11 de agosto de 1840, as quatro potências cristãs da Europa, e não a Sublime Puerta [o império otomano], iriam lidar com tais contingências.

Em 11 de agosto de 1840 terminava o período de 391 anos e 15 dias concedido à duração do poder otomano. *E onde estava a independência do sultão?* DESAPARECEU! Quem tinha a supremacia do império otomano em suas mãos? As quatro grandes potências; e aquele império tem existido desde então apenas pela tolerância destes poderes cristãos. Assim foi cumprida a profecia ao pé da letra.

Desde a primeira publicação do cálculo deste assunto em 1838, a que já nos referimos, milhares de pessoas observaram com interesse o tempo apresen-

tado para o cumprimento da profecia. E o cumprimento exato do acontecimento predito, mostrando a correta aplicação da profecia, deu poderoso impulso ao grande movimento adventista que então começava a chamar a atenção do mundo.

VERSÍCULOS 20, 21: Os outros homens, aqueles que não foram mortos por esses flagelos, não se arrependeram das obras das suas mãos, deixando de adorar os demônios e os ídolos de ouro, de prata, de cobre, de pedra e de pau, que nem podem ver, nem ouvir, nem andar; nem ainda se arrependeram dos seus assassinios, nem das suas feitiçarias, nem da sua prostituição, nem dos seus furtos.

Deus quer que os homens tomem nota dos Seus juízos e recebam as lições que por eles deseja dar-lhes. Mas quão tardos são em aprender, e quão cegos às indicações da Providência! Os eventos ocorridos sob a sexta trombeta constituíam o segundo ai, e não levaram os homens a melhorar na conduta e moral. Os que deles escaparam nada aprenderam da sua manifestação na Terra.

As hordas dos sarracenos e turcos foram soltas sobre a cristandade apóstata como flagelo e castigo. Os homens sofreram o castigo, mas não aprenderam dele nenhuma lição.

Apocalipse 10 — A Proclamação Mundial do Segundo Advento

VERSÍCULOS 1, 2: Vi outro anjo forte descendo do céu, envolto em nuvem, com o arco-íris por cima de sua cabeça; o rosto era como o sol, e as pernas, como colunas de fogo; e tinha na mão um livrinho aberto. Pôs o pé direito sobre o mar e o esquerdo, sobre a terra.

Nesta passagem temos outro exemplo em que a linha consecutiva do pensamento é temporariamente interrompida. Este capítulo terminou os acontecimentos da sexta trombeta; mas o toque da sétima trombeta não é apresentado até Apocalipse 11:15. Todo o capítulo 10 e parte do capítulo 11 constituem um parêntesis entre a sexta e a sétima trombetas. O que se relaciona particularmente com o toque da sexta trombeta vem registrado no capítulo 9. Mas o profeta tem outros acontecimentos a introduzir antes de iniciar outra trombeta, e aproveita para o fazer nesta passagem e continua até Apocalipse 11:15. Neste marco está a profecia do capítulo 10. Vejamos primeiro a cronologia da mensagem deste anjo.

O livrinho — “Tinha na mão um livrinho *aberto*.” Desta linguagem conclui-se que o livro esteve durante algum tempo fechado. Lemos em Daniel acerca de um livro que devia estar fechado e selado até certo tempo: “E tu, Daniel, fecha esta palavra e sela este livro, até o tempo do fim: muitos correrão de uma parte para outra e a ciência se multiplicará.” Daniel 12:4. Como este livro estaria fechado *até* o tempo do fim, deduz-se que *no* tempo do fim o livro devia ser aberto. Como este encerramento estava mencionado em profecia, nada mais razoável do que esperar que nas predições de acontecimentos que deviam ocorrer no tempo do fim, a *abertura* deste livro fosse também mencionada. Não se fala de nenhum livro, fechado e selado, além do livro de Daniel, e não há menção da abertura desse livro, senão aqui em Apocalipse 10.

Vemos, além disso, que em ambos os lugares o conteúdo atribuído ao livro é o mesmo. O livro que Daniel recebe ordens de fechar e selar refere-se a prazos de tempo: “Que tempo haverá até o fim das maravilhas?” (Daniel 12:6) E quando o anjo deste capítulo desce com o livrinho aberto, no qual baseia a sua proclamação, apresenta uma mensagem relativa a tempo, como se vê no versículo 6. Nada mais se podia exigir para mostrar que ambas as expressões se referem a um livro e provar que o livrinho, que o anjo tinha aberto em sua mão, era o livro da profecia de Daniel.

Fica assim determinado um ponto importante para se estabelecer a cronologia deste anjo. Vimos que a profecia, e em particular os períodos proféticos de Daniel, não deviam ser abertos até o tempo do fim. Se este é o livro que o anjo tinha *aberto* na mão, segue-se que ele proclama a sua mensagem

exatamente no tempo em que o livro devia ser aberto, ou seja, no começo do tempo do fim. O que resta sobre este ponto é certificar-nos de quando começou o tempo do fim, e vimos que o livro de Daniel fornece dados para estabelecê-lo. Em Daniel 11:30, apresenta-se o poder papal. No versículo 35 lemos: “E alguns dos entendidos cairão para serem provados, e purificados, e embranquecidos, *até o tempo do fim*”. O período aqui mencionado da supremacia do chifre pequeno, durante o qual os santos, os tempos e a lei deviam ser entregues na sua mão e dela sofrer terríveis perseguições. Declara-se que isto se realiza até o tempo do fim. Este período terminou em 1798, quando expiraram os 1.260 anos da supremacia papal. Começou então o tempo do fim e o livro foi aberto. Desde então muitos têm estudado o livro, e o conhecimento sobre estes assuntos proféticos tem aumentado maravilhosamente.

A cronologia dos acontecimentos de Apocalipse 10 é ainda confirmada pelo fato de que este anjo é idêntico ao primeiro anjo de Apocalipse 14. Os detalhes dessa identidade são facilmente notados: Ambos têm uma mensagem especial a proclamar; ambos fazem a sua proclamação com grande voz; ambos usam a linguagem semelhante, referindo-se ao Criador como Autor do Céu e da Terra, do mar e do que neles há; ambos proclamam tempo, um jurando que não haveria mais tempo, e outro dizendo que tinha chegado a hora do juízo de Deus.

Mas a mensagem de Apocalipse 14:6 é localizada além do começo do tempo do fim. É uma proclamação da vinda da hora do juízo de Deus, e por isso deve aplicar-se à última geração. Paulo não pregou a vinda da hora do juízo. Lutero e seus auxiliares não a pregaram. Paulo falou de um juízo vindouro, num futuro indefinido; Lutero o colocava a 300 anos depois do seu tempo. Além disso Paulo adverte a igreja contra qualquer que pregasse que a hora do juízo de Deus tinha vindo, antes de certo tempo. Diz ele:

Ora, irmãos, rogamo-vos, pela vinda de nosso Senhor Jesus Cristo e pela nossa reunião com ele, que não vos movais facilmente do vosso entendimento, nem vos perturbeis, quer por espírito, quer por palavra, quer por epístola, como de nós, como se o Dia de Cristo estivesse já perto. Ninguém, de maneira alguma, vos engane, porque não será assim sem que antes venha a apostasia e se manifeste o homem do pecado (2 Tessalonicenses 2:1-3).

Aqui Paulo dirige os nossos olhos para o homem do pecado, o chifre pequeno, o papado, e abarca com uma advertência todo o período da sua supremacia, que, como já notamos, continuou durante 1.260 anos, terminando em 1798.

Nesse ano cessou, portanto, a restrição contra a proclamação de que o dia de Cristo estava às portas. Em 1798 começou o tempo do fim e foi tirado o selo do livrinho. Desde então o anjo de Apocalipse 14 saiu proclamando que vinda era a hora do juízo de Deus. É também desde então, o anjo do capítulo 10 tem

estado de pé sobre o mar e na terra, e jurou que não haveria mais tempo. De sua identidade não pode haver dúvida. Todos os argumentos que servem para localizar um, são igualmente válidos no caso do outro.

Não necessitamos entrar aqui em qualquer argumento para mostrar que a geração atual está presenciando o cumprimento destas duas profecias. Na pregação do Advento, mais especialmente de 1840 a 1844, começou o seu cumprimento pleno e circunstancial. A posição deste anjo, com um pé sobre o mar e o outro sobre a terra, sugere o amplo alcance da sua proclamação em mar e terra. Se esta mensagem fosse destinada a um só país teria sido suficiente que o anjo tomasse a sua posição só na terra. Mas ele tem um pé sobre o mar, donde podemos inferir que a sua mensagem devia atravessar o oceano e estender-se até as várias nações e divisões do globo. Esta inferência é confirmada pelo fato de que a proclamação do Advento, acima referida, se estendeu a cada estação missionária no mundo. Voltaremos a falar acerca deste assunto no capítulo 14.

VERSÍCULOS 3, 4: e bradou em grande voz, como ruga um leão, e, quando bradou, desferiram os sete trovões as suas próprias vozes. Logo que falaram os sete trovões, eu ia escrever, mas ouvi uma voz do céu, dizendo: Guarda em segredo as coisas que os sete trovões falaram e não as escrevas.

Os sete trovões — Seria vão especular muito sobre os sete trovões, na esperança de obter um conhecimento definido do que eles disseram. Foi dito algo que não era conveniente que a igreja soubesse. Devemos aceitar as indicações que João recebeu a respeito, e deixá-las onde ele as deixou, seladas, não escritas, e por conseguinte desconhecidas para nós.

VERSÍCULOS 5,6: Então, o anjo que vi em pé sobre o mar e sobre a terra levantou a mão direita para o céu e jurou por aquele que vive pelos séculos dos séculos, o mesmo que criou o céu, a terra, o mar e tudo quanto neles existe: Já não haverá demora.

“Não haveria mais tempo.” [Figueiredo] — Qual é o significado desta soleníssima declaração? Não pode significar que, com a mensagem deste anjo, o tempo devia terminar, tal como é computado neste mundo, em comparação com a eternidade. O versículo seguinte fala dos *dias* da voz do sétimo anjo, e Apocalipse 11:15-19 dá-nos alguns dos acontecimentos a ocorrer sob esta trombeta, que se realizam no estado presente. Não pode significar o tempo de graça, porque ele não cessa até que Cristo termine a Sua obra como sacerdote, que não é senão depois de o sétimo anjo ter começado a tocar (Apocalipse 11:15, 19; 15:5-8). Deve, portanto, significar tempo profético, porque não há outro a que possa referir-se.

A palavra “tempo” deste versículo, que a tradução Almeida traduziu por “demora” no original grego é *chronos*, tempo. Evidentemente os tradutores não pensaram em *tempo* profético, e não podiam discernir outra tradução que não “demora”. Ainda que esta tradução possa ser admissível por extensão e implicação

quando o contexto parece justificar, não há no contexto do versículo 6 algo que o justifique. De fato, a amargura experimentada depois de comer simbolicamente o livrinho nos versículos 8-10, foi pelo fato de que a vinda do Senhor tardou mais do que esperavam os que a aguardavam em 1844, e isto porque sua obra de pregar o Evangelho ainda não tinha terminado, conforme o verso 11. Certamente num anúncio feito com tanta ênfase como o do verso 6, se se quisesse dizer demora em vez de tempo (profético), a palavra usada seria *anabolé*, demora, (Atos 25:17) ou talvez *okneo*, (Atos 9:38). É verdade que o verbo derivado de *chronos*, a saber *chronizo* é usado no sentido de demorar (Mateus 24:48; Lucas 12:45).

Mas *chronizo* significa somente “passar o tempo” ou “deixar o tempo passar”, e por isso adquire o significado de “demorar” ou “dilatarse”. Mas a palavra *chronos* indica o “tempo” no absoluto, e existe motivo para crer que é este o significado (em sentido profético) e no verso 6; e visto que se usa uma predição relacionada com uma profecia muito importante, estamos justificados a entendê-lo como tempo profético. Não que o tempo nunca mais será usado no sentido profético, porque os “dias da voz do sétimo anjo”, de que se fala logo em seguida, significam sem dúvida os *anos* do sétimo anjo. Significa que nenhum período profético se estenderá para além do tempo desta mensagem. Podem ler-se, nos comentários de Daniel 8:14, argumentos mostrando que os mais longos períodos proféticos não se estendem, com efeito, para além do outono de 1844.

VERSÍCULO 7: mas, nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta, cumprir-se-á, então, o mistério de Deus, segundo ele anunciou aos seus servos, os profetas.

A sétima trombeta — Esta sétima trombeta não é aquela de que se fala em 1 Coríntios 15:52 como sendo a última trombeta, que desperta os mortos, mas é a sétima da série das sete trombetas, e como as outras desta série, ao soar ocupa dias proféticos (anos). Nos dias em que comece a tocar, estará terminado o mistério de Deus. Não no dia em que ela há de começar a soar, nem no próprio começo do seu somido, mas nos primeiros dias do seu somido, o mistério de Deus há de estar terminado.

Pelos acontecimentos que devem ocorrer sob o toque da sétima trombeta, o seu início pode ser fixado, com suficiente precisão, no fim dos períodos proféticos em 1844. Não muitos anos depois dessa data o mistério de Deus deve, pois, estar terminado. O grande acontecimento, seja qual for, está iminente. Alguma obra final e decisiva, seja qual for a importância e solenidade de que seja acompanhada, está às portas. Há uma importância relacionada com a conclusão de cada uma das obras de Deus. Tal ato marca uma era solene e importante. Nosso Salvador, ao expirar sobre a cruz, clamou: “Está consumado” (João 19:30). Ao terminar a grande obra de misericórdia em favor do homem caído, isso será anunciado por uma voz vinda do trono de Deus, que clamará, em tons como o trovão através de toda a Terra, pronunciando a solene frase: “Está feito!” (Apocalipse 16:17). Não é, portanto, nenhuma inoportuna curiosidade que nos leva a

investigar que significado têm estes acontecimentos para as nossas esperanças e interesses eternos. Ao lermos que se cumprirá o mistério de Deus, perguntamos que mistério é esse e em que consiste a sua terminação.

O mistério de Deus — Alguns testemunhos diretos do Livro, que foi dado como lâmpada para os nossos pés, mostrarão em que consiste este mistério. “Descobrimo-nos o mistério da Sua vontade, segundo o Seu beneplácito que propusera em Si mesmo, de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos Céus como as que estão na Terra” (Efésios 1:9, 10). Aqui o propósito de Deus de congregar todas as coisas em Cristo é chamado o “mistério” da Sua vontade. Isto se realiza pelo Evangelho (Efésios 6:19); “E por mim [Paulo pede que se façam orações], para que me seja dada, no abrir da minha boca, a palavra com confiança, para fazer notório o mistério do Evangelho” (Efésios 6:19). Afirma-se aqui claramente que o Evangelho é um mistério.

Em Colossenses 4:3 é chamado o mistério de Cristo. Lemos mais: “Como me foi este mistério manifestado pela revelação, conforme escrevi há pouco, resumidamente [...], a saber, que os gentios são co-herdeiros e membros de um mesmo corpo e participantes da promessa em Cristo pelo Evangelho” (Efésios 3:3, 6). Paulo declara aqui que o mistério lhe foi manifestado por revelação, como anteriormente havia escrito. Refere-se aqui à sua epístola aos Gálatas, onde registrou o que lhe tinha sido dado por “revelação”, nestas palavras: “Mas, façam-vos saber, irmãos, que o Evangelho que por mim foi anunciado não é segundo os homens, porque não o recebi nem aprendi de homem algum, mas pela revelação de Jesus Cristo” (Gálatas 1:11, 12). Paulo diz-nos aqui claramente que o que recebeu por revelação foi o Evangelho. Em Efésios 3:3, chama-o mistério que lhe foi manifestado por revelação, como anteriormente havia escrito. A epístola aos Gálatas foi escrita em 58 e a epístola aos Efésios em 64.

Em presença destes testemunhos poucos estarão dispostos a negar que o mistério de Deus seja o Evangelho. É, pois, o mesmo que se o anjo declarasse: Nos dias da voz do sétimo anjo, quando tocar a sua trombeta, se cumprirá o Evangelho. Mas que é o cumprimento do Evangelho? Vejamos primeiro para que foi ele dado. Foi dado para tomar das nações um povo para o nome de Deus (Atos 15:14). Seu cumprimento deve, portanto, ser o fim desta obra. Terminará quando se completar o número do povo de Deus, quando deixar de se oferecer a misericórdia e terminar o tempo de graça.

O assunto está agora perante nós em toda a sua magnitude. Tal é a momentosa obra a ser realizada nos primeiros dias da voz do sétimo anjo, cujas notas de trombeta têm estado repercutindo através do mundo desde o ano de 1844. Deus não tarda na execução de Seus propósitos. Sua obra não é incerta. Estamos nós preparados para arrostar suas consequências?

VERSÍCULOS 8-10: A voz que ouvi, vinda do céu, estava de novo falando comigo e dizendo: Vai e toma o livro que se acha aberto na mão do anjo em pé sobre o mar e sobre a terra. Fui, pois, ao anjo, dizendo-lhe que me desse o livrinho. Ele, então, me falou: Toma-o e devora-o; certamente, ele será amargo ao teu estômago, mas, na tua boca, doce como mel. Tomei o livrinho da mão do anjo e o devorei, e, na minha boca, era doce como mel; quando, porém, o comi, o meu estômago ficou amargo.

O próprio João é levado a desempenhar o papel de representante da igreja, provavelmente por causa da experiência particular que havia de suceder à igreja, que o Senhor da profecia queria registrar, mas que não era fácil de se apresentar sob o símbolo de um anjo. Quando só é apresentada uma proclamação direta, sem incluir a experiência particular por que a igreja tenha de passar em relação a ela, podem ser usados anjos como símbolos para representar os ensina-dores religiosos que proclamam essa mensagem, como em Apocalipse 14. Mas quando tem de ser apresentada alguma experiência particular da igreja, o caso é diferente, vindo mais a propósito que fosse apresentada na pessoa de algum membro da família humana. Daí João ser chamado a desempenhar um papel nesta representação simbólica. Sendo este o caso, o anjo que aqui apareceu a João pode representar aquele divino mensageiro que, na ordem observada em toda a obra de Deus, tem a seu cargo esta mensagem; ou pode ser aqui introduzido com o fim de representar a natureza da mensagem, e sua origem.

O doce e o amargo — O anjo deste capítulo tem na mão um “livrinho aberto”. Nos comentários sobre o versículo 2, demonstramos que fora selado “até o tempo do cumprimento” (Daniel 12:9). Ia abrir-se quando se deveriam entender as profecias do livro.

Nos comentários sobre Daniel 8:14 ficou demonstrado que a obra de purificação do santuário celestial começou em 1844. Os estudantes da profecia que fizeram esta descoberta entendiam que o santuário significava a Terra, e consideravam erroneamente que esta predição significaria purificar a Terra de sua contaminação e do pecado nesta data.

Esta mensagem da vinda do Senhor em 1844, rapidamente se espalhou por toda a América e outras partes do mundo. Comoveu os corações dos homens e agitou as igrejas protestantes daquele tempo. Dezenas de milhares esperavam que o Senhor viria no final do grande período profético dos 2.300 dias, em 1844 (ver Daniel 8:14; 9:25-27). Fizeram todos os preparativos para recebê-Lo com grande alegria, e logo se produziu a amargura do desapontamento, porque o Senhor não veio. Seu erro foi em não compreender a natureza do acontecimento que deveria ocorrer no fim do período profético, e não no método de calcular o tempo.

De fato, lemos no versículo 10: “O livrinho [...] na minha boca, era doce como mel; quando, porém, o comi, o meu estômago ficou amargo”.

Mais obra a fazer — Mas o desapontamento não demonstrava que o movimento não fosse do Senhor, pois neste capítulo 10 de Apocalipse ele ante-

cipa a experiência ora vivida, e o último versículo assinala aos filhos uma tarefa a cumprir de extensão mundial que deviam cumprir antes de sua gloriosa aparição, porque sua obra ainda não tinha terminado. Esta obra se apresenta com muita amplitude nas mensagens dos três anjos do capítulo 14 (Ver as coisas semelhantes que os profetas experimentaram, em Jeremias 15:16-18; Ezequiel 3:1-3,10).

VERSÍCULO 11: Então, me disseram: É necessário que ainda profetizes a respeito de muitos povos, nações, línguas e reis.

João, como representante da igreja, recebe aqui do anjo outra comissão. Outra mensagem deve seguir-se depois do tempo de terem cessado a primeira e segunda mensagens, como proclamações principais. Em outras palavras, temos aqui uma profecia da mensagem do terceiro anjo, que atualmente está em processo de cumprimento. Esta obra não será feita num canto. Deve ser levada perante “muitos povos, e nações, e línguas e reis”, como veremos em nosso estudo de Apocalipse 14:6-12.

Apocalipse 11 — A Batalha Entre a Bíblia e o Ateísmo

VERSÍCULOS 1, 2: Foi-me dado um caniço semelhante a uma vara, e também me foi dito: Dispõe-te e mede o santuário de Deus, o seu altar e os que naquele adoram; mas deixa de parte o átrio exterior do santuário e não o meças, porque foi ele dado aos gentios; estes, por quarenta e dois meses, calçarão aos pés a cidade santa.

Continuam aqui a instrução que o anjo começou a dar a João no capítulo precedente; daí que estes versículos pertencem com razão a esse capítulo e não deviam estar separados pela presente divisão. No último versículo do capítulo 10 o anjo confiou a João, como representante da igreja, uma nova missão. Em outras palavras, como já vimos, temos nesse versículo uma profecia da mensagem do terceiro anjo. A mensagem está relacionada com o templo de Deus no Céu, e tem o propósito de preparar certa classe de pessoas como adoradores.

A vara de medir — O templo aqui não pode significar a “igreja”, porque a igreja é apresentada em relação com este templo, constituindo “os que nele adoram”. O templo é, portanto, o templo literal no Céu, e os adoradores, a verdadeira igreja na Terra. Mas sem dúvida estes adoradores não devem ser medidos no sentido de se verificar a sua altura. Devem ser medidos como *adoradores*; e o caráter só pode ser medido por um padrão de justiça, uma lei ou um princípio de ação. Chegamos assim à conclusão de que o Decálogo, a norma que Deus nos deu para medir “o dever de todo homem”, estão incluídos na vara de medir posta pelo anjo nas mãos de João. No cumprimento desta profecia sob a mensagem do terceiro anjo, esta mesma Lei foi posta nas mãos da igreja. Esta é a norma pela qual os adoradores de Deus devem ser agora aferidos.

Depois de ver o que significa medir os que adoram no templo, perguntamos: Que quer dizer medir o templo? Para medir algum objeto requer-se que prestemos atenção especial a esse objeto. A ordem para se levantar e medir o templo de Deus é uma ordem profética dada à igreja para examinar de modo especial o assunto do templo ou santuário. Mas como se fará isso com uma vara de medir dada à igreja? Só com os Dez Mandamentos não o poderíamos fazer. Porém, quando tomamos toda a mensagem, somos levados por ela a examinar o santuário celestial junto com os mandamentos de Deus e o ministério de Cristo. Por isso, concluímos que a vara de medir, tomada como um todo, é a mensagem especial dada à igreja, que abrange as grandes verdades particulares a este tempo, incluindo os Dez Mandamentos.

Esta mensagem chamou a nossa atenção para o templo celestial, e por ela veio a luz e verdade sobre este assunto. Assim, medimos o templo e o altar,

ou o ministério relacionado com o templo, a obra e a posição de nosso grande Sumo Sacerdote, e medimos os adoradores com a parte da vara que se refere ao caráter: o Decálogo.

“Mas deixa de parte o átrio exterior do santuário” — Isto deve ser interpretado como significando que a atenção da igreja dirige-se agora ao interior do templo e ao serviço ali realizado. Os assuntos pertencentes ao átrio são agora de menor importância. Foi dado aos gentios. O átrio se refere a esta Terra, pois com relação ao santuário o átrio é o lugar onde se imolavam as vítimas cujo sangue devia ser lavado ao interior. A vítima antitípica devia morrer no átrio antitípico, e Cristo morreu no Calvário, na Judéia. Ao apresentar os gentios, a atenção do profeta é dirigida ao importante detalhe da apostasia gentílica, que ia pisar a santa cidade durante quarenta e dois meses. Assim regressamos ao passado, e é chamada a nossa atenção para uma nova série de acontecimentos.

Versículo 3: Darei às minhas duas testemunhas que profetizem por mil duzentos e sessenta dias, vestidas de pano de saco.

Este período de “mil duzentos e sessenta dias” são mencionados de diversas maneiras nas Escrituras. Apresenta-se de três formas:

- Como 1.260 dias neste versículo e em Apocalipse 12:6.
- Como 42 meses em Apocalipse 11:2 e 13:5.
- Como 3 ½ tempos em Daniel 7:25; 12:7 e Apocalipse 12:14.

Todas estas passagens referem-se ao mesmo período e podem calcular-se com facilidade. Um tempo é um ano, segundo Daniel 11:13. Um ano tem 12 meses, e um mês bíblico possui 30 dias. De modo que temos o seguinte:

- 1 ano de 12 meses, a 30 dias por mês = 360 dias
- 3 ½ tempos, de 360 dias = 1260 dias
- 42 meses de 30 dias = 1260 dias

Sem dúvida, todos reconhecerão que o ano tem 12 meses, mas que o mês tenha 30 dias é algo que precisa talvez ser provado. Recebemos ajuda do relatório do dilúvio em Gênesis 7 e 8. Ali encontramos:

1. Que o dilúvio iniciou no dia 17 do segundo mês (Gênesis 7:11).
2. Que as águas começaram a baixar no dia 17 do sétimo mês (Gênesis 8:4).
3. Que o dilúvio durou 5 meses, desde o segundo mês até o sétimo.

A leitura de Gênesis 7:24 nos revela que “as águas durante cento e cinquenta dias predominaram sobre a terra.” Nosso cálculo mostrava cinco meses; o texto aqui menciona 150 dias; daí que cinco meses sejam iguais a 150 dias, ou seja, 30 dias por mês.

Aqui temos uma medida definida para calcular os períodos proféticos, se levamos em conta que em profecia um dia é igual a um ano literal.

As duas testemunhas — Durante este tempo de 1.260 dias as duas testemunhas estão vestidas de saco, ou na obscuridade, e Deus dá-lhes poder para suportar e continuar dando seu testemunho através desse escuro e sombrio período. Mas quem ou que são estas testemunhas?

VERSÍCULO 4: São estas as duas oliveiras e os dois candeeiros que se acham em pé diante do Senhor da terra.

Faz-se aqui uma alusão evidente a Zacarias 4:11-14, donde se implica que as duas oliveiras representam a Palavra de Deus. Davi testifica: “A exposição das Tuas palavras dá luz.” “Lâmpada para os meus pés é a Tua palavra, e luz para o meu caminho” (Salmos 119:13, 105). O testemunho escrito é mais forte do que o oral. Jesus declarou acerca das Escrituras do Antigo Testamento: “São elas que de Mim testificam” (João 5:39).

Disse Jorge Croly:

As duas testemunhas são o Antigo e o Novo Testamento. [...] O propósito essencial das Escrituras é dar testemunho da misericórdia e verdade de Deus. Nosso Senhor ordena: “Examinais as Escrituras, porque [...] são elas mesmas que testificam de mim.” Ele disse isto aos judeus, descrevendo o caráter e o papel do Antigo Testamento. Mas o Novo Testamento também se destina a dar testemunho: “E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações” (Mateus 24:14) (Jorge Croly, *The Apocalypse of St. John*, p. 164).

Estas declarações e considerações são suficientes para apoiar a conclusão de que o Antigo e o Novo Testamentos são as duas testemunhas de Cristo.

VERSÍCULO 5: Se alguém pretende causar-lhes dano, sai fogo da sua boca e devora os inimigos; sim, se alguém pretender causar-lhes dano, certamente, deve morrer.

Fazer mal à palavra de Deus é opor-se ao seu testemunho, corrompê-lo ou pervertê-lo, e afastar dela o povo. Contra os que fazem essa obra, sai fogo da sua boca para os devorar, isto é, juízo de fogo é anunciado nessa Palavra contra eles. Declara que terão por fim a sua parte no lago que arde com fogo e enxofre (Malaquias 4:1; Apocalipse 20:15; 22:18, 19).

VERSÍCULO 6: Elas têm autoridade para fechar o céu, para que não chova durante os dias em que profetizarem. Têm autoridade também sobre as águas, para convertê-las em sangue, bem como para ferir a terra com toda sorte de flagelos, tantas vezes quantas quiserem.

Em que sentido estas duas testemunhas têm poder de fechar o céu, converter as águas em sangue, e ferir a Terra com pragas? Elias fechou o céu para que não choveu durante três anos e meio, mas o fez por ordem do Senhor. Moisés, pela palavra do Senhor, transformou as águas do Egito em sangue. Exatamente

como estes juízos relatados em Seu testemunho se realizaram, assim também se cumprirá toda ameaça e juízo que pronunciaram contra qualquer povo.

“Tantas vezes quantas quiserem” significa que tão frequentemente suas páginas se referem a juízos que hão de vir, isso acontecerá. Um exemplo disto o mundo ainda vai experimentar na inflição das sete últimas pragas.

VERSÍCULOS 7, 8: Quando tiverem, então, concluído o testemunho que devem dar, a besta que surge do abismo pelejará contra elas, e as vencerá, e matará, o seu cadáver ficará estirado na praça da grande cidade que, espiritualmente, se chama Sodoma e Egito, onde também o seu Senhor foi crucificado.

“Quando tiverem, então, *concluído* o testemunho”, isto é, “vestidas de pano de saco”. Terminou o tempo em que tinham que estar vestidas de pano de saco; ou, como expresso em outra parte, os dias da perseguição foram abreviados (Mateus 24:22), antes de expirar o período.

Em profecia, uma “besta” significa um reino ou poder (Ver Daniel 7:17, 23). Levanta-se agora a pergunta: Quando deixaram as testemunhas de Deus de estar vestidos de pano de saco? E algum reino, tal como é descrito, lhes fez guerra no tempo de que se fala? Se formos corretos na fixação do ano 538 como o início de as testemunhas estarem vestidas de pano de saco, e os 42 meses são 1.260 dias proféticos, ou anos, este período nos leva a 1798. Mas por este tempo apareceu algum reino, como é descrito, e lhes fez guerra? Note-se que esta besta, ou reino, sobe do abismo, quer dizer, não tem nenhum fundamento. É um poder ateu, “espiritualmente Egito” (Ver Êxodo 5:2: “Mas Faraó disse: Quem é o Senhor, cuja voz eu ouvirei, para deixar ir Israel? Não conheço o Senhor, nem tão pouco deixarei ir Israel”). Isso é ateísmo. Manifestou algum reino semelhante espírito por volta de 1798? Sim, a França, como nação negou a existência de Deus, e fez guerra à Monarquia do Céu (George Storrs, *Midnight Cry*, 4 de maio, 1848, vol. 4, Nos. 5, 6, p. 47).

No ano 1793, [...] por um ato solene da legislatura e do povo, o Evangelho foi abolido na França. Os ultrajes infligidos aos exemplares da Bíblia já não tinham importância; sua vida está em suas doutrinas, e a extinção das é a extinção da Bíblia. Pelo decreto do governo francês que declarava que a nação não conhecia a Deus, no Antigo e o Novo Testamento foram mortos em todos os confins da França republicana. Mas não podiam falar das injúrias aos livros sagrados no saque geral de todo lugar de culto. Em Lion foram arrastados amarrados na cauda de um asno em uma procissão pelas ruas. [...]

Em 1° de novembro de 1793, Gobet, com os padres republicanos de Paris, tinha jogado no sótão e abjurado a religião. No dia 11 celebrou-

-se uma “grande festa”, dedicada à “Razão e a Verdade” na catedral de Nossa Senhora que fora profanada e denominada “Templo da Razão”. Erigiu-se no centro da igreja uma pirâmide coroada por um templo que tinha a inscrição “À Filosofia”. A tocha de “A Verdade” estava sobre o altar de “A Razão”, transmitindo luz, etc. A Convenção Nacional e todas as autoridades assistiram a esta insultante cerimônia (Jorge Croly, *The Apocalypse of St. John*, p. 175-177).

Sodoma espiritual — “Espiritualmente’ este poder ‘chama-se Sodoma’. Qual foi o pecado característico de Sodoma? A *licenciosidade*. Teve a França este caráter? Teve, a fornicação foi estabelecida por lei durante o período referido. ‘Espiritualmente’ nela ‘o seu Senhor também foi crucificado’. Foi isto verdade na França? Foi, em mais de um sentido. Primeiro, em 1572 uma conspiração foi feita na França para destruir todos os piedosos huguenotes; e, numa noite, 50.000 deles foram assassinados a sangue frio, e nas ruas de Paris correu literalmente sangue. Assim, nosso Senhor foi espiritualmente crucificado nos seus membros. Depois, a divisa dos infiéis franceses era “pisoteai o infame”, referindo-se a Cristo. Deste modo, pode dizer-se, mais uma vez, com verdade, ‘onde o seu Senhor foi crucificado’. O próprio espírito do abismo foi derramado sobre aquela nação.

Mas a França “fez guerra” à Bíblia? Sim; e em 1793 a Assembléia Francesa promulgou um decreto proibindo a Bíblia, e ao abrigo desse decreto as Bíblias foram reunidas e queimadas, cobertas de todos os possíveis sinais de desprezo e abolidas todas as instituições da Bíblia. O dia de descanso semanal foi anulado e em seu lugar consagrado cada décimo dia à folia e à profanação. O batismo e a comunhão foram abolidos. A existência de Deus foi negada e a morte considerada um sono eterno. A deusa da Razão, na pessoa de uma dissoluta mulher, foi proclamada e adorada publicamente. Há sem dúvida aqui um poder que corresponde exatamente à profecia (George Storrs, *Midnight Cry*, 4 de maio de 1843, vol. 4, p. 47).

Mas examinemos este ponto mais detidamente.

VERSÍCULO 9: Então, muitos dentre os povos, tribos, línguas e nações contemplam os cadáveres das duas testemunhas, por três dias e meio, e não permitem que esses cadáveres sejam sepultados.

A linguagem deste versículo descreve os sentimentos de outras nações estranhas à que ultrajava as testemunhas. Elas veriam que guerra a infiel França tinha feito à Bíblia, mas não seriam levadas a empenhar-se nacionalmente na ímpia obra, nem tolerariam que as mortas testemunhas fossem sepultadas, ou postas fora da vista entre elas, embora jazessem mortas três dias e meio, isto é, três anos e meio,

na França. Não, a própria tentativa por parte da França serviu para levar por toda parte os cristãos a envidarem novos esforços em favor da Bíblia, como vamos ver (Idem, p. 47).

Versículo 10: Os que habitam sobre a terra se alegram por causa deles, realizarão festas e enviarão presentes uns aos outros, porquanto esses dois profetas atormentaram os que moram sobre a terra.

Vemos aqui a alegria que sentiram os que odiavam a Bíblia, ou eram atormentados por ela. Durante algum tempo grande foi por toda parte a alegria dos infieis. Mas “o júbilo dos ímpios é breve”, e assim sucedeu na França, porque a sua guerra contra a Bíblia e o cristianismo bem cedo os tragou a todos. Pretenderam destruir as “duas testemunhas” de Cristo, mas encheram a França de sangue e terror, de sorte que ficaram horrorizados com os resultados de suas ímpias ações, e se alegraram por tirar suas ímpias mãos da Bíblia (Idem, p. 47).

VERSÍCULO 11: Mas, depois dos três dias e meio, um espírito de vida, vindo da parte de Deus, neles penetrou, e eles se ergueram sobre os pés, e àqueles que os viram sobreveio grande medo.

As testemunhas restauradas — “Em 1793 a Assembléia Francesa promulgou um decreto suprimindo a Bíblia. Justamente três anos depois apresentou-se à Assembléia uma resolução para suspender o decreto e dar tolerância às Escrituras. Essa resolução esteve na mesa durante seis meses, sendo então levantada e decretada sem nenhum voto contrário (1). Assim, exatamente em três anos e meio, as testemunhas ‘puseram-se sobre seus pés e caiu grande temor sobre os que os viram’. Só os pavorosos resultados da rejeição da Bíblia podiam ter levado a França a tirar suas mãos destas testemunhas” (Idem, p. 47).

Em 17 de junho, Camilo Jordão, no “Conselho dos Quinhentos”, apresentou o memorável relatório sobre a “revisão das leis relativas ao culto religioso”. Consistia de algumas propostas, que aboliam igualmente as restrições republicanas ao culto papal e as restrições papais ao protestante. Tais propostas eram as seguintes:

1. Que todos os cidadãos podiam comprar ou alugar edifícios para o livre exercício religioso.
2. Que todas as congregações podiam reunir-se ao toque dos sinos.
3. Que nenhuma prova nem promessa de qualquer tipo que não se exigisse a outros cidadãos fosse exigida dos ministros daquelas congregações.

4. Que qualquer pessoa que tentasse impedir ou por qualquer meio interromper o culto público fosse multada até em 500 libras, e não menos de 50; e se a interrupção provinha de autoridades constituídas, tais autoridades fossem multadas em uma soma dobrada.

5. Que estivesse livre a todos os cidadãos a entrada às assembleias com propósito de culto religioso.

6. Que todas as demais leis concernentes ao culto religioso fossem ab-rogadas.

Estes regulamentos, pelo fato de abranger toda a situação dos cultos na França foram, na verdade, uma bênção particular para o protestantismo. O papado estava em vias de restauração. Mas o protestantismo, pisado sob as leis de Luís XIV, e sem apoio na fé popular, precisava do apoio direto do Estado para pôr-se em pé. O relatório parece ter como objetivo os ultrajes da igreja; as velhas proibições de celebrar culto público, de possuir lugares de culto, de ter ingressos, etc.

Desde aquele tempo a igreja esteve livre na França. [...]

A igreja e a Bíblia tinham estado mortas na França desde novembro de 1793 a junho de 1797. Havia transcorrido os três anos e meio; e a Bíblia, que havia sido reprimida por tanto tempo e com tanta severidade, ocupou um lugar de honra, e foi abertamente o livro do protestantismo livre (Jorge Croly, *The Apocalypse of St. John*, p. 181-183).

VERSÍCULO 12: e as duas testemunhas ouviram grande voz vinda do céu, dizendo-lhes: Subi para aqui. E subiram ao céu numa nuvem, e os seus inimigos as contemplaram.

“E subiram ao Céu” — Para compreender esta expressão, veja-se Daniel 4:22: ‘A tua grandeza cresceu, e *chegou até o Céu.*’ Por aqui vemos que a expressão significa *grande exaltação*. Atingiram as Escrituras um estado de exaltação como é aqui indicado, desde que a França lhes fez guerra? Atingiram. Pouco depois foi organizada a Sociedade Bíblica Britânica (1804). Seguiu-se a Sociedade Bíblica Americana (1816), e estas, como as suas colaboradoras quase inumeráveis, estão espalhando por toda parte a Bíblia” (Idem, p. 47). “Em fins de dezembro de 1942, a Bíblia tem sido traduzida no total ou parcialmente em 1.058 idiomas ou dialetos”.

Nenhum outro livro se lhe aproxima em modicidade de preço ou em número de exemplares em circulação. A Sociedade Bíblica Americana, afirmou que publicou 7.696.739 Bíblias ou partes dela em 1940; 8.096.069 em 1941; e 6.254.642 em 1942. A Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira teve durante o ano que terminava em meados de 1941 uma circulação de 11.017.334 exemplares; e em 1942, de 7.120.000 Bíblias.

Um cálculo moderado faz subir o número a seis milhões de Bíblias impressas anualmente pelas casas comerciais. Daí a produção anual de exemplares da Bíblia ou partes dela tenha alcançado a enorme cifra de 25 a 30 milhões de exemplares por ano.

Desde sua organização até 1942, a Sociedade Bíblica Americana havia produzido 321.951.266 exemplares; e a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira havia alcançado até março de 1942, o total de 539.664.024 exemplares, ou seja, um total de 861.600.000 de exemplares produzidos por apenas estas duas sociedades. Em maio de 1940 a Sociedade Britânica disse: “Calcula-se que 9/10 dos dois milhões de habitantes do mundo agora podiam, se quisessem, ler a Bíblia em um idioma que entendem”.

A Bíblia é exaltada acima de todo preço, como constituindo, depois do Seu Filho, a mais valiosa bênção dada por Deus ao homem, e o mais glorioso testemunho acerca de Seu Filho. Sim, pode dizer-se com verdade que as Escrituras ‘subiram ao Céu numa nuvem’, pois a nuvem é um emblema de elevação celestial.

Versículo 13: Naquela hora, houve grande terremoto, e ruiu a décima parte da cidade, e morreram, nesse terremoto, sete mil pessoas, ao passo que as outras ficaram sobremodo aterrorizadas e deram glória ao Deus do céu.

“Que cidade? Ver capítulo 17:18: “E a mulher que viste é a grande cidade que reina sobre os reis [reinos] da Terral”. Essa cidade é o poder romano papal. A França é uma dos “dez chifres” que entregaram “seu poder e autoridade à besta [papal]”, ou é um dos dez reinos que se levantaram do império ocidental de Roma, como é indicado pelos dez dedos da estátua de Nabucodonosor, pelos dez chifres” do animal terrível e espantoso de Daniel (Daniel 7:24) e pelo dragão de João (Apocalipse 12:3). A França era, pois, “a décima parte da cidade” e um dos mais fortes ministros da vingança papal, mas nesta revolução “caiu”, e com ela caiu o último mensageiro civil da fúria papal. “E no terremoto foram mortos sete mil homens [original, nomes de homens].” Em sua revolução de 1789 em diante, a França fez guerra a todos os títulos da nobreza. [...] E dito por quem examinou os registros franceses, que justamente sete mil títulos de homens foram abolidos nessa revolução.

“E os demais ficaram muito atemorizados; e deram glória ao Deus do Céu.” Desonrando a Deus e desafiando o Céu, encheram a França com tais cenas de sangue, carnificina e horror, que fizeram tremer e espantar os próprios infieis, e “os demais” que escaparam aos horrores dessa hora “deram glória a Deus”, não voluntariamente, mas porque o próprio Deus permitiu que esta “ira do homem O louvasse”, fazendo todo o mundo ver que quem faz guerra ao Céu cava sua própria sepul-

tura. Assim, redundou glória a Deus pelos próprios meios empregados pelos ímpios para apagar essa glória (Idem, p. 48).

VERSÍCULO 14: Passou o segundo ai. Eis que, sem demora, vem o terceiro ai.

As trombetas são reatadas — É aqui reatada a série das sete trombetas. O segundo ai terminou com a sexta trombeta em 11 de agosto de 1840, e o terceiro ai ocorre no período da sétima trombeta, que começou em 1844.

Onde nos encontramos, pois? “Eis”, isto é, note-se bem, “que o terceiro ai cedo virá.” As terríveis cenas do segundo são passadas, e estamos agora no toque da trombeta que traz consigo o terceiro e último ai. Estamos ainda à espera de paz e segurança, de um milênio temporal, de mil anos de justiça e prosperidade? Oremos antes fervorosamente ao Senhor para que desperte o mundo sonolento.

VERSÍCULOS 15-17: O sétimo anjo tocou a trombeta, e houve no céu grandes vozes, dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo, e ele reinará pelos séculos dos séculos. E os vinte e quatro anciãos que se encontram sentados no seu trono, diante de Deus, prostraram-se sobre o seu rosto e adoraram a Deus, dizendo: Graças te damos, Senhor Deus, Todo-Poderoso, que és e que eras, porque assumiste o teu grande poder e passaste a reinar.

Desde o versículo 15 até o fim do capítulo, parece-nos que são apresentados, três vezes distintas desde o toque do sétimo anjo até o fim. Nos versículos aqui citados, o profeta olha adiante estabelecimento completo do reino de Deus. Posto que a sétima trombeta tenha começado a soar, não pode ainda ser um fato que as grandes vozes no Céu tenham proclamado que os reinos deste mundo viessem a ser de nosso Senhor e do Seu Cristo, a não ser em antecipação do rápido cumprimento deste acontecimento. Mas a sétima trombeta, como as seis precedentes, abrange um período de tempo, e a transferência dos reinos dos poderes terrestres para Aquele que tem o direito de reinar é o principal acontecimento que deve ocorrer nos primeiros anos do seu toque. Por isso este acontecimento, com exclusão de qualquer outro, atrai aqui a mente do profeta (Ver comentários ao versículo 19). No versículo seguinte João retrocede e apresenta os acontecimentos intercalares nos seguintes termos:

VERSÍCULO 18: Na verdade, as nações se enfureceram; chegou, porém, a tua ira, e o tempo determinado para serem julgados os mortos, para se dar o galardão aos teus servos, os profetas, aos santos e aos que temem o teu nome, tanto aos pequenos como aos grandes, e para destruíres os que destroem a terra.

“**As nações se enfureceram**” — Começando com o estalido das revoluções da Europa em 1848, a ira entre as nações, seu ciúme e inveja, têm aumentado constantemente. Quase todos os jornais nos mostram o terrível grau de excitação em que se encontram e quão tensas se tornaram as relações entre elas.

Estas são palavras exatas de um professor da Universidade de Harvard:

O que transcorreu do século XX foi o período mais sangrento e um dos mais turbulentos, e portanto, um dos mais cruéis e menos humanitários em toda a história da civilização ocidental, e talvez nas crônicas da humanidade em geral (Pitirin A. Sorokin, *Social and Cultural Dynamics*, vol. 3, p. 487).

“Chegou, porém, a Tua ira” — A ira de Deus para com a presente geração está consumada nas sete últimas pragas (Apocalipse 15:1), devendo por conseguinte ser aqui referida, a qual em breve há de ser derramada sobre a Terra.

“E o tempo dos mortos, para que sejam julgados” — A grande maioria dos mortos, ou seja, os ímpios estão ainda em suas sepulturas depois da visitação das pragas e do fim desta era. Uma obra de juízo, de atribuir a cada um o castigo devido aos seus pecados, é efetuada em referência a eles pelos santos, juntamente com Cristo, durante o milênio que segue à primeira ressurreição (1 Coríntios 6:2; Apocalipse 20:4). Como este juízo dos mortos se segue à ira de Deus, ou às sete últimas pragas, parece necessário referi-lo ao milênio do julgamento dos ímpios, mencionado acima, porque o juízo investigativo toma lugar antes de as pragas serem derramadas.

“E o tempo de dares o galardão aos profetas, Teus servos” — Estes receberão a recompensa na vinda de Cristo, porque Ele traz consigo o galardão (Mateus 16:27; Apocalipse 22:12). A plena recompensa dos santos, porém, só será alcançada quando entrarem na posse da nova Terra (Mateus 25:34).

O castigo dos ímpios — “E de destruíres os que destroem a Terra”, referindo-se ao tempo em que todos os ímpios serão para sempre devorados pelos fogos purificadores que sobre eles descerão do Céu da parte de Deus, e que fundirão e renovarão a Terra (2 Pedro 3:7; Apocalipse 20:9). Por aqui ficamos sabendo que a última trombeta atinge o fim dos mil anos. É um pensamento alegre, não obstante aterrador! Que a trombeta que está agora soando há de presenciar a destruição final dos ímpios, e os santos, revestidos de uma imortalidade gloriosa, postos em segurança na Terra renovada.

VERSÍCULO 19: Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no céu, e foi vista a arca da Aliança no seu santuário, e sobrevieram relâmpagos, vozes, trovões, terremoto e grande saraivada.

O templo aberto — Mais uma vez o profeta nos faz voltar ao começo da trombeta. Depois de introduzir a sétima trombeta no versículo 15, o primeiro grande acontecimento que chama a atenção do vidente é a transferência do reino do domínio terrestre para o celeste. Deus assume Seu grande poder, e para sempre esmaga a rebelião desta revoltada Terra, estabelece Cristo no Seu próprio trono e Ele próprio permanece supremo sobre tudo. Completado este

quadro, nos apresenta no verso 18, o estado das nações, o juízo que sobre elas há de cair, e o destino final tanto dos santos como dos pecadores. Examinando este campo de visão, somos levados uma vez mais a retroceder no versículo que temos debaixo dos olhos, e a nossa atenção é chamada para o final do sacerdócio de Cristo, a última cena na obra de misericórdia em favor de um mundo culpado.

O templo está aberto, e se entra no segundo compartimento do santuário. Sabemos que este é o lugar santíssimo, porque aí se vê a arca, e só nesse compartimento estava depositada a arca. Isto teve lugar no fim dos 2.300 dias em que o santuário devia ser purificado (Daniel 8:14), os períodos proféticos expiraram e o sétimo anjo começou a tocar. Desde 1844 o povo de Deus tem visto pela fé a porta aberta no Céu e a arca do testamento de Deus ali. Tem procurado guardar todos os preceitos da santa Lei escrita nas tábuas ali depositadas. Que se encontram ali as tábuas da Lei, exatamente como na arca do santuário erigido por Moisés, é evidente pelos termos que João emprega ao descrever a arca. Chama-a a “arca da Sua aliança”.

A arca era chamada a arca da aliança, ou testamento, porque fora construída para o expreso fim de conter as tábuas do testemunho ou dos Dez Mandamentos (Êxodo 25:16; 31:18; Deuteronômio 10:2, 5). Não era destinada a nenhum outro uso, e devia o seu nome apenas ao fato de conter as tábuas da Lei. Se as tábuas não estivessem ali, não seria a arca do testamento de Deus, nem com verdade poderia ser assim chamada. João, porém, contemplando a arca no Céu, sob o som da última trombeta, chamou-a ainda a “arca da Sua aliança”, apresentando uma prova irrefutável de que a Lei está ainda ali, sem a alteração de um jota ou til da cópia que por certo tempo foi confiado ao cuidado dos homens na arca típica do tabernáculo durante o tempo de Moisés.

Os seguidores da palavra profética receberam também a cana, e estão medindo o templo, o altar e os que nele adoram (Apocalipse 1). Estão proclamando a sua última profecia perante nações, povos e línguas (Apocalipse 10:11). E em breve terminará o drama com os relâmpagos, trovões, vozes, terremoto e grande saraiva, que constituirão a última convulsão da Natureza antes de todas as coisas serem renovadas agora no fim dos mil anos (Apocalipse 21:5) [Ver comentário sobre Apocalipse 16:17-21].

Apocalipse 12 — O Desenvolvimento da Intolerância Religiosa

VERSÍCULOS 1-3: Viu-se grande sinal no céu, a saber, uma mulher vestida do sol com a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas na cabeça, que, achando-se grávida, grita com as dores de parto, sofrendo tormentos para dar à luz. Viu-se, também, outro sinal no céu, e eis um dragão, grande, vermelho, com sete cabeças, dez chifres e, nas cabeças, sete diademas.

Para entender esta parte do capítulo necessita-se pouco mais que uma simples definição dos símbolos apresentados. Podemos dá-la em poucas palavras:

“Uma mulher”, significa a verdadeira igreja (2 Coríntios 11:2). Uma mulher corrupta é usada para representar uma igreja corrupta ou apóstata (Ezequiel 23:2-4; Apocalipse 17:3-6, 15, 18). Semelhantemente, uma mulher pura, como neste capítulo, deve representar a verdadeira igreja.

“O Sol”, a luz e glória da era evangélica. “A Lua”, a época mosaica. Como a Lua brilha coma derivada do Sol, assim a era anterior brilhou com a luz emprestada da atual. Aquela era o tipo e sombra; esta o antítipo e substância. “Uma coroa de doze estrelas”, os doze apóstolos. “Um grande dragão vermelho”, a Roma pagã (Ver comentários dos versos 4 e 5).

“Céu”, o espaço em que o apóstolo viu esta representação. Não vamos supor que as cenas aqui apresentadas a João tiveram lugar no Céu, onde Deus habita, porque são eventos que ocorrem na Terra. Mas esta representação que passou perante os olhos do profeta parecia dar-se na região ocupada pelo Sol, Lua e estrelas, que chamamos o céu.

Os versículos 1 e 2 abrangem um período de tempo que começa logo antes do início da era cristã, quando a igreja ardentemente esperava o advento do Messias, e que se estende até o tempo do completo estabelecimento da igreja do Evangelho com a sua coroa de doze apóstolos (Lucas 2:25, 26, 38).

Seria difícil encontrar símbolos mais apropriados e impressionantes do que os empregados aqui. A era mosaica brilhou com uma luz recebida da era cristã, assim como a Lua brilha com a luz recebida do Sol. Quão adequado era, pois, representar a primeira pela Lua e a última pelo Sol. A mulher, a igreja, tinha a Lua debaixo dos pés, isto é, a era mosaica que acabava de terminar, e a mulher estava revestida com a luz do Sol do Evangelho, que acabava de nascer. Por antecipação, a igreja é representada como inteiramente organizada com os seus doze apóstolos, antes de Cristo, como criança, aparecer em cena.

Facilmente se explica isto pelo fato de que ela devia ser assim constituída logo depois de Cristo começar o Seu ministério. Ele está relacionado de um modo mais especial com esta igreja do que com a da época anterior. Não é possível entender erroneamente esta passagem, e por isso com esta representação não se faz qualquer violência a um correto sistema de interpretação.

VERSÍCULOS 4-6: A sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu, as quais lançou para a terra; e o dragão se deteve em frente da mulher que estava para dar à luz, a fim de lhe devorar o filho quando nascesse. Nasceu-lhe, pois, um filho varão, que há de reger todas as nações com cetro de ferro. E o seu filho foi arrebatado para Deus até ao seu trono. A mulher, porém, fugiu para o deserto, onde lhe havia Deus preparado lugar para que nele a sustentem durante mil duzentos e sessenta dias.

“**A terça parte das estrelas do céu**” — O dragão arrastou a terça parte das estrelas do céu. Se as doze estrelas com que a mulher está coroada, em seu uso simbólico, representam os doze apóstolos, então as estrelas derribadas pelo dragão antes da sua tentativa de matar o Menino, ou seja, antes da era cristã, podem representar uma parte dos dirigentes do povo judaico. Em Apocalipse 8:12 já vimos que Sol, Lua e estrelas são algumas vezes usados em sentido simbólico. A Judéia tornou-se uma província romana uns sessenta anos antes do nascimento do Messias. Os judeus tiveram três classes de dirigentes: reis, sacerdotes e o Sinédrio. Um terço delas, a dos reis, foi suprimida pelo poder romano. Philip Smith, depois de descrever o cerco de Jerusalém pelos romanos e Herodes, e sua capitulação na primavera de 37 a.C., após uma obstinada resistência de seis meses, diz: “Tal foi o fim da dinastia dos asmoneus, exatamente 130 anos depois das primeiras vitórias de Judas Macabeus, e no sétimo ano da assunção do diadema por Aristóbulo I” (*History of the World*, vol. 3, p. 181).

Esta alusão às estrelas tem, sem dúvida, um significado mais amplo, e se relaciona com as verdades recalçadas nos versículos 7-9 deste capítulo. Como resultado do conflito apresentado aqui, é evidente que uma terça parte da hoste angélica, que se uniu a Satanás em sua rebelião contra o Governante do Universo, foi lançada dos átrios gloriosos.

“**O dragão deteve-se diante da mulher**” — Agora é necessário identificar o poder simbolizado pelo dragão, e isto pode fazer-se facilmente. O testemunho acerca do “Filho varão” que o dragão procura destruir é aplicável apenas a um Ser que apareceu no mundo: nosso Senhor Jesus Cristo. Nenhum outro foi arrebatado a Deus e o Seu trono, mas Ele foi assim exaltado (Efésios 1:20, 21; Hebreus 8:1; Apocalipse 3:21). Nenhum outro recebeu de Deus a missão de reger todas as nações com vara de ferro, mas Ele sim foi designado para essa obra (Salmos 2:7-9).

Não pode haver dúvida de que o Filho representa Jesus Cristo. O tempo a que a profecia se refere é também evidente: foi o tempo em que Cristo apareceu neste mundo como uma criança em Belém.

Agora será fácil encontrar o poder simbolizado pelo dragão, porque este representa algum poder que tentou destruir a Cristo ao nascer. Fez-se alguma tentativa nesse sentido? Quem a fez? Não é necessário dar uma resposta formal a estas perguntas, para quem tenha lido como Herodes, num esforço hostil por destruir o infante Jesus, mandou matar todas as crianças em Belém, de dois anos para baixo. Mas quem era Herodes? Um governador romano, pois de Roma procedia o seu poder. Roma dominava naquele tempo sobre todo o mundo (Lucas 2:1), e, portanto, era a parte responsável neste acontecimento. Além disso, era o único poder da Terra que naquela época *podia* ser simbolizado em profecia, pela simples razão de que o seu domínio era universal. Não é, portanto, sem a mais concludente razão que o império romano é geralmente considerado pelos comentadores protestantes como o poder indicado pelo grande dragão vermelho.

É digno de menção que durante o segundo, terceiro, quarto e quinto séculos da era cristã, o dragão era, depois da águia, a principal insígnia das legiões romanas. Esse dragão era pintado de vermelho, como para corresponder fielmente ao quadro representado pelo vidente de Patmos, e exclamar ao mundo: Roma é a nação representada aqui.

Como dissemos, Roma tentou destruir Jesus Cristo, através da ação infernal de Herodes. A Criança nascida numa igreja ansiosa e vigilante, era o nosso adorável Redentor, que em breve há de reger as nações com vara de ferro. Herodes não pôde destruí-Lo. Os poderes combinados da Terra e do inferno não puderam vencê-Lo. Ainda que retido por pouco tempo sob o domínio da sepultura, despedaçou suas cruéis ligaduras, abriu um caminho de vida para a humanidade e foi arrebatado para Deus e o Seu trono. Ascendeu ao Céu à vista dos Seus discípulos, deixando a eles e a nós a promessa de que voltaria.

E a igreja fugiu para o deserto quando o papado foi estabelecido, em 538, onde foi sustentada pela palavra de Deus e pelo ministério dos anjos durante o longo, obscuro e sanguinolento domínio daquele poder, durante 1.260 anos.

VERSÍCULOS 7-12: Houve peleja no céu. Miguel e os seus anjos pelejaram contra o dragão. Também pelejaram o dragão e seus anjos; todavia, não prevaleceram; nem mais se achou no céu o lugar deles. E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a terra, e, com ele, os seus anjos. Então, ouvi grande voz do céu, proclamando: Agora, veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do seu Cristo, pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus. Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho que deram e, mesmo em face da morte, não amaram a própria vida. Por isso, festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais. Ai da terra e do mar, pois o diabo desceu até vós, cheio de grande cólera, sabendo que pouco tempo lhe resta.

Guerra no Céu — Os seis primeiros versículos deste capítulo, como vimos, levam-nos ao fim dos 1.260 anos em 1798, data que apontou o fim da supremacia papal. No versículo 7 é igualmente claro que somos levados para tempos anteriores. Até quando? Ao tempo introduzido no começo do capítulo, isto é, os dias do primeiro advento, quando com gênio infernal Satanás, operando por meio do poder de Roma pagã, procurava matar o Salvador da humanidade; e ainda mais atrás, ao próprio início do grande conflito entre a verdade e a iniquidade, quando no próprio Céu Miguel (Cristo) e Seus anjos pelejavam contra o dragão (Satanás) e seus anjos. Para obter provas de que Miguel é Cristo, ver Judas 9; 1 Tessalonicenses 4:16; João 5:28, 29.

“Não prevaleceram” — Graças a Deus que nesse antigo conflito o enganador supremo foi derrotado. Como “estrela da manhã, filho da alva”, tendo inveja e ódio em seu coração, reuniu uma hoste de anjos descontentes em uma rebelião contra o governo de Deus. Mas a Escritura diz que “não prevaleceram”, “foi atirado para a terra, e, com ele, os seus anjos”.

Séculos mais tarde, quando Cristo pela primeira vez veio à Terra, “o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás” fez um esforço supremo sob o disfarce do grande dragão vermelho, que representava Roma pagã, para destruir o Redentor do mundo. Satanás estava aguardando a missão de Cristo na Terra como a sua última oportunidade de sucesso em malograr o plano da salvação. Apresentou-se a Cristo com tentações capciosas, na esperança de vencê-Lo. Tentou de várias maneiras destruir a Cristo durante o Seu ministério. Quando conseguiu levá-Lo à tumba, esforçou-se, em maligno triunfo retê-Lo ali. Mas de todos os encontros o Filho de Deus saiu vencedor, e faz esta misericordiosa promessa aos Seus fiéis seguidores: “Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no meu trono, assim como também eu venci e me sentei com meu Pai no seu trono” (Apocalipse 3:21).

Isto nos mostra que Jesus, enquanto esteve sobre a Terra, travou uma guerra, e obteve a vitória. Satanás viu frustrado o seu último esforço e sua última maquiagem. Vangloriara-se de que venceria o Filho de Deus na Sua missão a este mundo e assim converteria o plano da salvação num ignominioso fracasso. Bem sabia que se fosse mal sucedido neste seu último esforço desesperado para contrariar a obra de Deus, desvanecer-se-ia a sua última esperança e tudo estaria perdido. Mas, na linguagem do versículo 8, ele “não prevaleceu”, e por isso com razão podia elevar-se o cântico: “Pelo que alegrai-vos, ó céus, e vós que neles habitais”.

“Nem mais se achou no céu o lugar deles” — Satanás e os anjos caídos tinham sofrido uma terrível derrota, que Cristo descreve assim: “Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago” (Lucas 10:18). E Pedro nos diz que aos anjos caídos Deus “os entregou a abismos de trevas, reservando-os para juízo” (2 Ped.2:4).

Pereceu para sempre sua esperança, longamente acariciada, de vencer o Filho do Homem quando assumisse a nossa natureza. Seu poder ficou restrin-

gido. Já não pôde aspirar um encontro pessoal com o Filho de Deus, pois Cristo o vencera. Daí por diante a igreja (a mulher) é o objeto de sua maldade, e emprega todos os meios que iriam caracterizar sua ira contra ela.

Mas se ouve cantar cântico no Céu: “Agora veio a salvação.” Como pode ser isto, se estas cenas estão no passado? Já tinha vindo então a salvação, a força, o reino de Deus e o poder do seu Cristo? Não, absolutamente, mas este cântico foi cantado com vistas ao futuro. Aquelas coisas tornaram-se certas. A grande vitória fora ganha por Cristo, que decidia para sempre a questão do seu estabelecimento.

O profeta lança então um rápido olhar para a ação de Satanás desde seu tempo até o fim (vv. 11, 12), durante cujo tempo os fiéis “irmãos” o vencem pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do Seu testemunho, enquanto a ira dele aumenta, à medida que o tempo se abrevia.

Foi Satanás que induziu Herodes a procurar matar a Cristo. Mas o agente principal que o líder dos rebeldes empregou para guerrear contra Cristo e Seu povo durante os primeiros séculos da era cristã foi o Império Romano, cuja religião dominante era o paganismo. De modo que, se bem que o dragão representa primordialmente a Satanás, simboliza em um sentido secundário à Roma pagã.

VERSÍCULOS 13-17: Quando, pois, o dragão se viu atirado para a terra, perseguiu a mulher que dera à luz o filho varão; e foram dadas à mulher as duas asas da grande águia, para que voasse até ao deserto, ao seu lugar, aí onde é sustentada durante um tempo, tempos e metade de um tempo, fora da vista da serpente. Então, a serpente arrojou da sua boca, atrás da mulher, água como um rio, a fim de fazer com que ela fosse arrebatada pelo rio. A terra, porém, socorreu a mulher; e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão tinha arrojado de sua boca. Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus; e se pôs em pé sobre a areia do mar.

A igreja no deserto — Aqui somos de novo levados ao tempo em que Satanás se convenceu absolutamente de que tinha fracassado em todas as suas tentativas contra o Senhor da glória na Sua missão terrestre. E vendo isso, voltou-se com decuplicada fúria, como já notamos, para a igreja estabelecida por Cristo. Logo vemos a igreja indo para aquela condição que aqui é denominada como uma fuga para “o deserto”. Isto deve representar um estado em que se encontra isolada dos olhos públicos e oculta dos seus inimigos. Aquela igreja que durante todos a Idade Média ditava suas ordens aos submissos ouvidos da cristandade, e ostentava seus ostentosos estandartes perante assombradas multidões, não era a igreja de Cristo. Era o corpo do mistério da iniquidade.

O “mistério da piedade” foi Deus manifestado aqui como homem. O “mistério da iniquidade” foi um homem pretendendo ser Deus. Esta foi a grande apostasia produzida pela união do paganismo com a cristianismo. A verdadeira igreja estava escondida. Adorava a Deus em lugares secretos. Podem

considerar-se como bons exemplos disso as cavernas e lugares ocultos dos vales do Piemonte, onde a verdade do Evangelho foi apreciada como sagrada e era protegida da fúria dos seus inimigos. Ali Deus velava sobre a Sua igreja, e pela Sua providência a protegia e sustentava.

As asas de águia que lhe foram dadas significam apropriadamente a pressa com que a verdadeira igreja foi obrigada a procurar refúgio quando o homem do pecado se instalou no poder. Para este fim lhe foi provida a assistência de Deus. A mesma figura é empregada para descrever as relações de Deus com o antigo Israel: “Vós tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre as asas de águias, e vos trouxe a Mim” (Êxodo 19:4).

A menção do período durante o qual a mulher é alimentada no deserto como “um tempo e tempos e metade de um tempo”, segundo a fraseologia similar empregada em Daniel 7:25, fornece a chave para a explicação da última passagem. O mesmo período é chamado em Apocalipse 12:6 “mil, duzentos e sessenta dias”. Isto demonstra que um “tempo” é um ano, 360 dias; dois “tempos”, dois anos, ou 720 dias; e “meio tempo”, meio ano, ou 180 dias, perfazendo um total de 1.260 dias. E sendo isto simbólico, significa 1.260 anos literais.

A serpente lançou de sua boca água como um rio para arrebatara a igreja. Por suas falsas doutrinas o papado corrompeu de tal maneira todas as nações, que dominou absolutamente sobre o poder civil durante longos séculos. Por seu intermédio Satanás pôde arremessar uma poderosa inundação de perseguição contra a igreja em todas as direções, e não tardou em fazê-lo. Milhões de crentes fiéis foram arrebatados pelo rio, mas a igreja não foi completamente tragada, pois os dias foram abreviados por causa dos escolhidos (Mateus 24:22).

“A terra ajudou a mulher”, abrindo sua boca e tragando o rio. A Reforma protestante do século dezesseis começou a sua obra. Deus suscitou a Martinho Lutero e seus colaboradores para exporem o verdadeiro caráter do papado e quebrarem o poder com que a superstição tinha escravizado as mentes. Lutero afixou suas teses na porta da igreja de Wittenberg. A pena com que as escreveu, segundo o simbólico sonho do bom eleitor Frederico, da Saxônia, percorreu o continente e abalou a tríplice coroa sobre a cabeça do papa. Os príncipes começaram a abraçar a causa dos reformadores. Foi o amanhecer da luz e liberdade religiosa, e Deus não ia permitir que as trevas tragassem o seu fulgor.

O encanto estava quebrado. Os homens viam as bulas e anátemas dos papas cair inofensivos a seus pés, à medida que ousavam exercer o direito recebido de Deus para reger suas consciências só por Sua palavra. Multiplicaram-se os defensores da verdadeira fé. E em breve houve suficiente terreno protestante na Europa e no Novo Mundo para engolir o rio da fúria papal e tirar-lhe o poder de danificar a igreja. Assim a terra ajudou a mulher, e tem continuado a ajudá-la até hoje, pois as principais nações da cristandade têm fomentado o espírito da Reforma e da liberdade religiosa.

Guerra contra o remanescente — Mas o dragão ainda não cessou a sua obra. O versículo 17 apresenta uma explosão final da sua ira, desta vez contra a última geração de cristãos que viveriam na Terra. Nós dizemos a última geração, porque a guerra do dragão é dirigida contra “os restantes de sua descendência” [da mulher], ou seja, da verdadeira igreja, e só a última geração pode com verdade ser descrita como o resto. Se é correta a interpretação de que já alcançamos a geração que há de testemunhar o fim das cenas da Terra, esta guerra contra a igreja não pode estar num futuro muito longínquo. Este remanescente é caracterizado pela guarda dos mandamentos de Deus e por ter o testemunho de Jesus Cristo. Isto indica que nos últimos dias se realizaria uma reforma do sábado, porque só acerca do sábado, dentre os mandamentos, há uma diferença de fé e prática entre os que aceitam o Decálogo como lei moral. Veremos isto mais particularmente na mensagem de Apocalipse 14:9-12.

Apocalipse 13 — A Secular Luta Pela Liberdade Religiosa

VERSÍCULOS 1-4: Vi emergir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças e, sobre os chifres, dez diademas e, sobre as cabeças, nomes de blasfêmia. A besta que vi era semelhante a leopardo, com pés como de urso e boca como de leão. E deu-lhe o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade. Então, vi uma de suas cabeças como golpeada de morte, mas essa ferida mortal foi curada; e toda a terra se maravilhou, seguindo a besta; e adoraram o dragão porque deu a sua autoridade à besta; também adoraram a besta, dizendo: Quem é semelhante à besta? Quem pode pelear contra ela?

O mar é símbolo de “povos, e multidões, e nações, e línguas” (Apocalipse 17:15). Uma besta é o símbolo bíblico de uma nação, ou poder. Por vezes representa apenas o poder civil e por vezes o eclesiástico junto com o civil. Sempre que se vê uma besta subir do mar, quer dizer que o poder se levanta de um território densamente povoado. Se os ventos são representados como soprando sobre o mar, como em Daniel 7:2, 3, são indicadas comoção política, lutas civis e revolução.

Pelo dragão do capítulo anterior e a primeira besta deste capítulo nos é apresentado o poder romano como um todo em suas duas fases, pagã e papal. Daí que, estes símbolos, tanto um como outro, têm sete cabeças e dez chifres (Ver os comentários do capítulo 17:10).

Como leopardo — A besta de sete cabeças e dez chifres, semelhante a leopardo, aqui apresentada, simboliza um poder que exerce tanto a autoridade eclesiástica como a civil. Este ponto é suficiente para justificar a apresentação de alguns argumentos para comprová-lo.

A cadeia profética a que se prende este símbolo começa com Apocalipse 12. Os símbolos de governos terrenos abrangidos na profecia são: o dragão do capítulo 12, a besta semelhante a leopardo e a besta de dois chifres do capítulo 13. A mesma cadeia profética continua evidente até o capítulo 14. De Apocalipse 12:1 até Apocalipse 14:5, temos, pois, uma cadeia profética distinta e completa em si mesma.

Cada um dos poderes aqui introduzidos é representado como feras perseguidoras da igreja de Deus. A cena inicia com a igreja, sob o símbolo de uma mulher, aguardando ansiosamente que se cumprisse a promessa de que a Semente da mulher, o Senhor da glória, aparecesse entre os homens. O dragão estava diante da mulher para tragar o seu Filho. Seu mau intento foi contrariado e o Filho foi arrebatado para Deus e o Seu trono. Segue-se um período em que a igreja sofre dura opressão do poder representado por este dragão. Nesta parte

da cena o profeta ocasionalmente olha adiante, quase até o fim, porque todos os inimigos da igreja iam ser movidos pelo espírito do dragão. Em Apocalipse 13:1 retrocedemos ao tempo em que a besta semelhante ao leopardo, sucessora do dragão, começa a sua carreira. A igreja sofre guerra e perseguição deste poder durante o longo período de 1.260 anos. Em seguida a este período de opressão, a igreja tem outro conflito breve, mas severo, com a besta de dois chifres. Logo vem a libertação. A profecia termina com a igreja livre de todas as perseguições, e de pé, vitoriosa com o Cordeiro no Monte Sião. Graças a Deus pela segura promessa de vitória final!

A única personagem que se manifesta sempre a mesma em todas estas cenas, e cuja história é o tema principal através de toda a profecia, é a igreja de Deus. Os outros personagens são os seus perseguidores, e são apresentadas simplesmente como tais. Aqui, como pergunta questão preliminar, fazemos a pergunta: Quem ou que é que persegue a verdadeira igreja? É uma igreja falsa ou apóstata. Que é que guerreia sempre contra a verdadeira religião? É uma religião falsa. Quem jamais ouviu que o simples poder civil de qualquer nação tenha perseguido o povo de Deus por sua iniciativa própria? Os governos podem guerrear contra outros governos para vingar alguma afronta real ou imaginária, ou para adquirir território e estender o seu poder. Mas os governos não perseguem (note-se a palavra, não perseguem) ninguém por causa da sua religião, a menos que estejam sob algum sistema religioso oposto ou hostil.

A besta semelhante ao leopardo é um poder perseguidor — Os poderes apresentados nesta profecia — o dragão, a besta semelhante ao leopardo e a besta de dois chifres dos vv. 11-17 — são todos poderes perseguidores. São impelidos por sua inimizade contra o povo e igreja de Deus. Este fato constitui por si mesmo uma prova suficientemente persuasiva de que em cada um destes poderes o elemento eclesiástico ou religioso é o poder controlador.

Tomemos o dragão. Que simboliza? A resposta é inegavelmente: Em primeiro lugar, Satanás, como foi antes demonstrado; e em segundo lugar, o Império Romano. Mas isso não basta. Ninguém ficaria satisfeito com essa simples resposta. Deve ser mais definida. Acrescentamos então: O Império Romano na sua *forma pagã*, que todos concordam. Mas logo que dizemos *pagã*, apresentamos um elemento religioso, porque o paganismo é um dos mais gigantescos sistemas de religião falsa que Satanás já inventou. Portanto, o dragão é a tal ponto um poder eclesiástico, que a própria característica que o distingue é um sistema religioso falso. O que levou o dragão a perseguir a igreja de Cristo? Foi porque o cristianismo prevalecia contra o paganismo, dissipando suas superstições, derribando seus ídolos, e derrubando seus templos. Foi atingido o elemento religioso desse poder, e daí a perseguição como resultado.

Chegamos agora à besta semelhante ao leopardo de Apocalipse 13. Que simboliza? A resposta continua sendo: o Império Romano. Mas o dragão

simbolizava o Império Romano. Por que não é ainda representado pelo mesmo símbolo? Porque houve uma mudança no caráter religioso do império. Esta besta simboliza Roma na sua fase pretensamente cristã, e é esta mudança de religião, e isso apenas, que torna necessária uma mudança de símbolo. Esta besta apenas difere do dragão por apresentar um aspecto religioso diferente. Daí seria errado afirmar que representa apenas o poder civil romano.

Como símbolo do papado — A esta besta dá o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade. Que poder sucedeu Roma pagã? Todos nós sabemos que foi Roma papal. Para o nosso fim não interessa saber quando ou por que meios se operou esta mudança. O grande fato que se destaca e reconhecido por todos, é que a seguinte importante fase do Império Romano depois da sua forma pagã foi a papal. Não seria correto, portanto, afirmar que Roma pagã deu seu poder e seu trono a uma forma de governo meramente civil, sem nenhum elemento religioso. Nenhum esforço de imaginação pode conceber semelhante transação. Mas duas fases do império são aqui reconhecidas, e, na profecia, Roma é pagã até que chega a ser papal. A afirmação de que o dragão deu à besta semelhante ao leopardo seu poder e seu trono é mais uma prova de que o dragão de Apocalipse 12:3 simboliza Roma é pagã; mas atrás de ambos os poderes está Satanás que os dirige em sua obra de impiedade.

Mas pode ser que alguém diga que tanto a besta semelhante ao leopardo como a besta de dois chifres são necessárias para constituir o papado, e que por isso é a elas que o dragão dá seu poder, trono e grande autoridade. Mas a profecia não diz isso. O dragão trata somente com a besta semelhante ao leopardo. Só a essa besta que ele dá seu poder, trono e grande autoridade. Esta é a besta que tem uma cabeça ferida de morte, que depois é curada. Esta é a besta que faz com que todo o mundo se maravilhe após ela. É esta besta cuja boca que profere blasfêmias, e que faz guerra aos santos durante 1.260 anos. Faz tudo isto antes de entrar em ação o poder seguinte, a besta de dois chifres. Portanto, só a besta semelhante ao leopardo simboliza o Império Romano em sua forma papal sob o domínio da influência eclesiástica.

É idêntica ao chifre pequeno — Para mostrar isto melhor, basta-nos estabelecer um paralelo entre o chifre pequeno de Daniel 7:8, 20, 24, 25 e este poder. Esta comparação torna claro que o chifre pequeno e a besta semelhante ao leopardo simbolizam o mesmo poder. O chifre pequeno é reconhecido como um símbolo do papado. Podemos dar seis pontos que estabelecem sua identidade:

1. O chifre pequeno era um poder blasfemo. “Proferirá palavras contra o Altíssimo” (Daniel 7:25). A besta semelhante ao leopardo de Apocalipse 13:6 faz o mesmo: “Abriu a sua boca em blasfêmias contra Deus”.

2. O chifre pequeno fazia guerra contra os santos e os vencia (Daniel 7:21). Também esta besta (Apocalipse 13:7) faz guerra aos santos e os vence.

3. O chifre pequeno tinha uma boca que falava grandiosamente (Daniel 7:8, 20). E desta besta lemos: “E foi-lhe dada uma boca para proferir grandes coisas e blasfêmias” (Apocalipse 13:5).

4. O chifre pequeno levantou-se ao cessar a forma pagã do Império Romano. A besta de Apocalipse 13:2 surge no mesmo tempo, porque o dragão, Roma pagã, dá-lhe o seu poder, seu trono e grande autoridade.

5. Foi dado poder ao chifre pequeno para continuar por um tempo e tempos e metade de um tempo (Daniel 7:25). A esta besta também foi dado poder por quarenta e dois meses, ou 1.260 anos (Apocalipse 13:5).

6. No fim daquele período especificado de 1.260 anos, os “santos”, “os tempos” e a “lei” iam ser libertos da “mão” do chifre pequeno (Daniel 7:25). No fim do mesmo período a própria besta semelhante ao leopardo havia de ser levada “em cativeiro” (Apocalipse 13:10). Ambas estas especificações se cumpriram no cativeiro e exílio do papa, e na derrocada temporária do papado pela França, em 1798.

Estes seis pontos provam satisfatoriamente a identidade do chifre pequeno, com a besta semelhante ao leopardo. Quando temos na profecia dois símbolos, como neste caso, representando poderes que entram em ação ao *mesmo tempo* no cenário, ocupam o *mesmo território*, mantêm o *mesmo caráter*, fazem a *mesma obra*, existem durante o *mesmo espaço de tempo* e têm o *mesmo destino*, esses símbolos representam o *mesmo poder*.

Recebeu uma ferida mortal — A cabeça ferida de morte foi a papal. Somos levados a esta conclusão pelo princípio evidente de que o que é dito em profecia do símbolo de qualquer governo, aplica-se a esse governo só enquanto é representado por esse símbolo. Ora, Roma é representada por dois símbolos, o dragão e a besta semelhante ao leopardo, porque apresentou duas fases: a pagã e a papal. E o que se diz do dragão só se aplica a Roma na sua forma pagã, e o que se diz da besta semelhante ao leopardo só se aplica a Roma na sua forma pretensamente cristã de Roma. João diz que uma das cabeças desta última besta semelhante ao leopardo foi a que recebeu a ferida de morte. Em outras palavras, esta ferida foi infligida à forma de governo que existia no Império Romano depois da mudança do paganismo ao cristianismo. É então evidente que a cabeça papal foi a que resultou ferida de morte e cuja ferida mortal foi curada. O ser assim ferida é o mesmo que ir em cativeiro (Apocalipse 13:10). Foi infligida a ferida quando o papa foi levado prisioneiro pelo general francês Berthier, e o governo papal foi temporariamente abolido, em 1798. Despojado do seu poder, tanto civil como eclesiástico, o cativo papa Pio VI morreu no exílio, em Valença, na França, em 29 de agosto de 1799. Mas a ferida mortal foi curada quando o papado foi restabelecido, embora com uma diminuição do seu antigo poder, pela eleição de um novo papa, em 14 de março de 1800 (Ver Bower, *History of Popes*, p. 404-428; George Croly, *The Apocalypse of St. John*, p. 251).

VERSÍCULOS 5-10: Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias e blasfêmias e autoridade para agir quarenta e dois meses; e abriu a boca em blasfêmias contra Deus, para lhe difamar o nome e difamar o tabernáculo, a saber, os que habitam no céu. Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse. Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação; e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo. Se alguém tem ouvidos, ouça. Se alguém leva para cativo, para cativo vai. Se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos.

Profere blasfêmias — Esta besta abre a sua boca “em blasfêmias contra Deus, para lhe difamar o nome e difamar o tabernáculo, a saber, os que habitam no céu.” Já se mencionou, nos comentários sobre o livro de Daniel, o significado da expressão: “Falará palavras contra o Altíssimo” (Daniel 7:25). No verso 5 deste capítulo, são usadas palavras semelhantes, pois tinha “boca que proferia arrogâncias”. Mas é acrescentado “blasfêmias”, o que indica evidentemente que as “arrogâncias” seriam declarações blasfemas contra o Deus do céu.

Nos Evangelhos encontramos duas indicações do que constitui uma blasfêmia. Em João 10:33 lemos que os judeus acusaram falsamente a Jesus de blasfemar porque disseram: “sendo tu homem, te fazes Deus a ti mesmo”. A acusação no caso do Salvador era falsa, porque Ele era o Filho de Deus, era “Emanuel, Deus conosco”. Mas quando um homem assume as prerrogativas de Deus e os títulos da Divindade, isto constitui uma blasfêmia.

Em Lucas 5:21 os fariseus procurando surpreender a Jesus em Suas palavras, perguntam: “Quem é este que diz blasfêmias? Quem pode perdoar pecados, senão Deus?” Jesus podia perdoar pecados porque Ele era o divino Salvador. Mas quando um homem mortal declara ter tal autoridade, ele certamente blasfema.

Poderíamos perguntar se o poder apresentado por este símbolo cumpriu esta parte da profecia. Nos comentários sobre Daniel 7:25 vimos claramente que tinha falado “palavras contra o Altíssimo”. Observemos agora o que é dito acerca de como o sacerdócio pretende perdoar pecados:

O sacerdote ocupa o lugar do próprio Salvador, pois ao dizer: “Ego te absolvo” [Eu te absolvo], absolve do pecado. [...] Para perdoar um só pecado se requer toda a Onipotência de Deus. [...] Mas o que unicamente Deus pode fazer por sua Onipotência, o sacerdote pode fazê-lo também dizendo: “Ego te absolvo a peccatis tuis” [...] Inocêncio III escreveu: “Na verdade, não é exagerado dizer que em vista do caráter sublime de seu cargo, os sacerdotes são outros tantos deuses” (Alfonso de Ligório, *Dignity and Duties of the Priest*, p. 34-36).

Notemos ainda outras declarações blasfemas daquele poder:

Mas nossa admiração deve ser muito maior quando encontramos que em obediência às palavras de seus sacerdotes: HOC EST CORPUS MEUM [Este é o meu corpo], Deus mesmo desce ao altar, acode aonde quer que o chamem, e se coloca em suas mãos, mesmo que sejam seus inimigos. E tendo acudido, fica, completamente a seu dispor; eles o transladam como querem de um lugar a outro; podem, se assim o desejam, encerrá-lo no tabernáculo, ou expô-lo sobre o altar, e levá-lo fora da igreja; podem, se quiserem, comer sua carne e dá-lo para alimentar a outros. “Oh, quão grande é seu poder”, diz São Lorenzo Justiniano, falando dos sacerdotes. Cai uma palavra de seus lábios, e o corpo de Cristo está aqui substancialmente formado com a matéria do pão, e o Verbo Encarnado descendo do céu se acha realmente presente sobre a mesa do altar! (Idem, p. 26, 27).

Assim pode o sacerdote, em certa maneira, ser chamado criador de seu Criador. [...] “O poder do sacerdote — diz São Bernardino de Siena — é o poder da pessoa divina; porque a transubstanciação do pão requer tanto poder como a criação do mundo” (Idem, p. 32, 33).

Assim é como esta potência representada pela besta blasfema contra o templo do Céu, chama a atenção de seus súditos para seu próprio trono e palácio em vez de ao tabernáculo de Deus, desviando sua atenção do sacrifício do Filho de Deus ao sacrifício da missa.

Blasfema contra os que moram no Céu, assumindo o poder de perdoar os pecados, e assim desvia aos homens da obra mediadora de Cristo e Seus assistentes celestiais no santuário do alto.

O verso 10 nos faz voltar aos eventos de 1798, quando esse próprio poder, que durante o 1.260 anos manteve os santos de Deus em cativeiro, foi levado em cativeiro.

VERSÍCULO 11: Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cordeiro, mas falava como dragão.

Este versículo apresenta o terceiro grande símbolo da cadeia profética que estamos examinando, geralmente denominado a besta de dois chifres. Perguntamos qual a sua aplicação. O dragão, a Roma pagã, e a besta semelhante ao leopardo, a Roma papal, apresentam-nos grandes organizações como representantes de dois grandes sistemas de religião falsa. A analogia pareceria requerer que o restante símbolo, a besta de dois chifres, tenha uma aplicação semelhante, e encontre o seu cumprimento em alguma nação, representativa ainda de outro grande sistema de religião. O único sistema restante que está exercendo uma influência dominadora no mundo hodierno é o protestantismo. Abstratamente

considerado, o paganismo abrange todos os países pagãos, com mais de metade da população do globo. O catolicismo, que pode ser considerado como abrangendo a religião da igreja grega ortodoxa, quase parecida com ele, pertence a nações que constituem uma grande parte da cristandade. Em outras profecias foi-nos delineado o quadro do maometismo e sua influência (ver os comentários sobre Daniel 11 e Apocalipse 9). Mas o protestantismo é a religião das nações que constituem a vanguarda do mundo quanto à liberdade, ilustração, progresso e poder.

Um símbolo dos Estados Unidos — portanto, se o protestantismo é a religião que devemos buscar, a que nação, como representante daquela religião, se aplica a profecia? Há notáveis nações protestantes na Europa, mas por razões que se verão depois, o símbolo não pode aplicar-se a elas. Uma cuidadosa investigação levou-nos à conclusão de que se aplica à América protestante, ou seja aos Estados Unidos da América do Norte. Vamos considerar cuidadosamente a razão de tal aplicação e a evidência em que se apoia.

Há razões pelas quais devemos esperar que os Estados Unidos sejam mencionados na profecia? Em que condições encontraram outras nações um lugar no registro profético? Primeiro, porque desempenharam um papel importante na história do mundo; e segundo, porque tiveram jurisdição sobre o povo de Deus ou com esse povo mantiveram importantes relações. Nos relatos da Bíblia e da história secular encontramos dados donde deduzimos esta regra acerca da menção profética dos governos terrestres: Uma nação entra na profecia sempre que a obra e o destino do povo de Deus ficam definitivamente vinculados a ela. Todas estas condições certamente se observaram no caso dos Estados Unidos. Atraíu a atenção de muitas mentes a convicção de que o nascimento e o progresso desta nação foram tais que a Providência considerou adequado predizê-los na profecia.

O governador Pownal, estadista inglês, predisse em 1780, estando em prosseguimento a Revolução Americana, que este país se tornaria independente, e que o animaria uma atividade civilizadora muito além da que a Europa jamais conheceu; e que chegaria a todos os confins do globo seu poder comercial e naval. Menciona em seguida o provável estabelecimento deste país como um poder livre e soberano, e o chama “uma revolução com mais estranhos indícios de intervenção divina, em substituição do curso ordinário dos negócios humanos, do que qualquer acontecimento que o mundo tenha experimentado” (Citado por Charles Summer, “Prophetic Voices About America”, em *Atlantic Monthly*, Setembro de 1867, p. 290).

George Alfred Townsend, falando dos infortúnios que sobrevieram aos outros governos neste continente, diz:

A história dos Estados Unidos foi separada por uma Providência benéfica para longe da selvagem e cruel história do resto do continente (George Alfred Townsend, *New World Compared With the Old*, p. 635).

Considerações como estas sugerem a cada mente a forte expectativa de que a nação de que nos ocupamos tenha um papel a desempenhar para levar avante os providenciais propósitos de Deus neste mundo, e de que se fale dele na palavra profética.

Cronologia deste poder — Em que período da história deste mundo a profecia localiza o surgimento deste poder? Sobre este ponto o fundamento para as conclusões a que devemos chegar já está posto nos fatos descobertos com relação à besta semelhante ao leopardo. Seria quando a besta foi para o cativeiro, ou foi morta com a espada (verso 10) ou quando teve uma das suas cabeças ferida de morte (verso 3), pois então é que João viu subir a besta de dois chifres. Se a besta semelhante ao leopardo, significa o papado, como comprovamos, e a ida em cativeiro encontra seu cumprimento na destruição temporária do papado pelos franceses em 1798, então temos definitivamente especificado o tempo em que devemos procurar o nascimento deste poder. A expressão “subir” deve significar que o poder a que se refere era recém organizada, e assumia então preeminência e influência.

Pode alguém ter dúvida sobre qual nação esteve a “subir” em 1798? Certamente se tem de admitir que os Estados Unidos são o *único* poder satisfaz as especificações da profecia neste ponto da cronologia.

A luta das colônias americanas pela independência iniciou-se em 1775. Em 1776 foram declarados nação livre e independente. Em 1777 se reuniram em Congresso e adotaram os artigos de sua Confederação, os delegados dos treze estados originais: New Hampshire, New Jersey, Pennsylvania, Delaware, Maryland, Virginia, North Caroline e South Caroline, e Georgia. Em 1783 terminou a guerra da Independência com um tratado de paz com Grã-Bretanha, que reconhecia a independência dos Estados Unidos e lhes concedia mais de milhões de quilômetros quadrados de território. Em 1787 foi elaborada uma Constituição; em 26 de julho de 1788 haviam ratificado onze dos estados originais; e entrou em vigor em 1º de março de 1789. Os Estados Unidos começaram, pois, com algo mais que dois milhões de quilômetros quadrados de superfície e menos de quatro milhões de habitantes. Assim chegamos ao ano 1798, quando a nação foi introduzida na profecia.

Wesley nas suas notas sobre Apocalipse 14, escritas em 1754, diz da besta de duas pontas:

Ainda não veio, embora não possa estar longe, porque deve aparecer no fim dos quarenta e dois meses da primeira besta (John Wesley, *Explanatory Notes Upon the New Testament*, p. 735, comentário sobre Apocalipse 13:11).

Idade deste poder — Há na profecia boas evidências de que o governo simbolizado pela besta de dois chifres é introduzido na primeira parte da sua

carreira, quer dizer, enquanto era um poder ainda jovem. As palavras de João são: “E vi subir da terra outra besta, e tinha dois chifres *semelhantes aos de um cordeiro*.” Por que não diz João simplesmente: “Tinha dois chifres”? Por que acrescenta: “Semelhantes aos de um cordeiro”? Deve ser com o propósito de denotar o caráter desta besta, mostrando que não apenas se conduz de modo inocente e inofensivo, mas também que é um *poder jovem*, porque os chifres de um cordeiro são chifres que mal começam a crescer.

Tenhamos em mente que pelo argumento precedente sobre a cronologia o nosso olhar se fixou no ano 1798, quando o poder simbolizado era jovem. Que poder notável começava nessa altura a tornar-se eminente, mas ainda jovem? Não era a Inglaterra, nem a França, nem a Rússia, nem qualquer outro poder europeu. Procurando um poder jovem que se levanta nessa época, somos obrigados a voltar os nossos olhos para o *Novo Mundo*. Mas logo que os voltamos nesta direção, fixam-se inevitavelmente sobre os Estados Unidos como sendo o poder em questão. Nenhum outro poder deste lado do Oceano quadra com a descrição.

Localização da besta de dois chifres — Uma só declaração da profecia basta para nos guiar a importantes e corretas conclusões sobre este ponto. João chama-a “outra besta”. Não é certamente nenhuma parte da primeira besta; e o poder simbolizado por ela também não é parte do que é representado pela primeira besta. Isto é fatal para a pretensão dos que, para evitar a aplicação deste símbolo aos Estados Unidos, dizem que se trata de alguma fase do papado, pois em tal caso constituiria uma parte da besta precedente, a besta semelhante ao leopardo.

Visto que é “outra” besta que subia da terra, deve ser procurado em algum território não abrangido por outros símbolos. Vejamos, pois, sumariamente, os símbolos da Palavra de Deus que representam governos terrestres. Babilônia e Medo-Pérsia abrangiam toda a parte civilizada da Ásia. A Grécia abrangia a Europa ocidental, inclusive Rússia. Roma, com os dez reinos em que foi dividida, segundo representado pelos dez dedos da estátua de Daniel 2, os dez chifres da quarta besta de Daniel 7, os dez chifres do dragão de Apocalipse 12 e os dez chifres da besta semelhante ao leopardo de Apocalipse 13, abrangia toda a Europa ocidental. Em outras palavras, todo o hemisfério oriental conhecido pela história e a civilização fica abrangido por símbolos proféticos acerca de cuja aplicação não resta a menor dúvida.

Mas há uma poderosa nação no hemisfério ocidental, que é, como vimos, digna de ser mencionada na profecia, mas que ainda não foi apresentada. Resta um símbolo cuja aplicação ainda não foi feita. Todos os símbolos, exceto um, estão aplicados, e todas as partes do hemisfério oriental estão abrangidas pelas aplicações. De todos os símbolos mencionados, só resta um: a besta de dois chifres de Apocalipse 13. De todos os países da Terra dos quais há motivo para serem mencionados em profecia só resta um: os Estados Unidos da América

do Norte. Representa os Estados Unidos a besta de dois chifres? Se assim for, então todos os símbolos têm aplicação e é abrangido todo o território. Se não, então os Estados Unidos não estão representados na profecia, e a besta de dois chifres não tem nenhuma nação a que possa aplicar-se. Mas a primeira destas suposições não é provável e a segunda não é possível.

Outra consideração que indica o local deste poder é extraída do fato de que João viu a besta subir da terra. Se o mar, donde a besta semelhante ao leopardo sobe (Apocalipse 13:1), representa povos, nações e multidões (Apocalipse 17:15), a terra deve sugerir, por contraste, um território novo e anteriormente desocupado. Se excluímos os continentes orientais e buscamos um território anteriormente desconhecido para a civilização, voltamo-nos necessariamente para o hemisfério ocidental.

Como surgiu — A maneira como subiu a besta de dois chifres prova, juntamente com a sua localização, sua idade e sua cronologia, que se trata de um símbolo dos Estados Unidos. João viu a besta subir “da terra”. Esta expressão deve ter sido usada de propósito para estabelecer o contraste entre o surgimento desta besta e o de outros símbolos proféticos nacionais. As quatro bestas de Daniel 7 e a besta semelhante ao leopardo de Apocalipse 13 subiram todas do mar. As novas nações levantam-se geralmente pela extinção de outras nações e ocupam o seu lugar. Mas nenhuma outra nação foi abatida para dar lugar aos Estados Unidos, e a luta pela independência já estava quinze anos no passado quando entrou no campo da profecia. O profeta viu só um quadro de paz.

A palavra usada no versículo 11 para descrever o modo como esta besta sobe é muito expressiva. É *anabainon*, e uma de suas definições é: “Crescer ou brotar como uma planta”. E é um fato notável que esta mesma figura foi escolhida por escritores políticos, sem referência à profecia, como sugerindo a melhor ideia do modo como nasceram os Estados Unidos.

George Alfred Townsend, diz:

Nessa teia de ilhas, as Antilhas, começou a vida de ambas as Américas [do Norte e do Sul]. Ali viu Colombo a terra. Ali começou a Espanha seu brilhante império ocidental. Dali partiu Cortez para o México, de Soto para o Mississipi, Balboa para o Pacífico, e Pizarro para o Peru. A história dos Estados Unidos foi separada por uma benéfica providência desta selvagem e cruel história do resto do continente, e como silenciosa semente crescemos até chegar a ser um império. Ao mesmo tempo o próprio império, começando ao sul, foi varrido por tão interminável tempestade, que da sua história o que podemos assegurar é lido à luz dos próprios relâmpagos que o devastaram. O crescimento da América inglesa pode comparar-se a uma série de cantos líricos cantados por isolados cantores, que, fundindo-se, formam por fim um vigoroso coro, e este, atraindo a muitos de longe, cresce e prolonga-se,

até que hoje assume a dignidade e proporções de canto épico (George Alfred Townsend, *The New World Compared With the Old*, p. 635).

Um escritor na *Nation*, de Dublin, falou dos Estados Unidos como de um maravilhoso império que estava “*emergindo*” e “diariamente aumentara seu poder e orgulho *em meio ao silêncio da terra*”.

Edward Everett, em um extrato do discurso sobre os exilados ingleses que fundaram este governo, declara:

Procuravam um local retirado, inofensivo pela sua obscuridade, seguro no seu afastamento, onde a pequena igreja de Leyden pudesse gozar liberdade de consciência? Eis as poderosas regiões sobre as quais, em conquista pacífica — *victoria sine clade* [vitória sem luta] — hastearam os estandartes da cruz (Edward Everett, “Oration Delivered at Plymouth, December 22, 1824”. *Orations and Speeches*, p. 42).

Queira o leitor agora comparar as expressões “*emergir da terra*” e “*emergir no meio do silêncio da terra*”, “*como silenciosa semente crescemos e convertemo-nos em império*”, “*poderosas regiões*” ocupadas por “*conquista pacífica*”. A primeira é do profeta, afirmando o que *sucederia* quando a besta de dois chifres se levantasse. As outras são de escritores políticos dizendo o que *sucedeu* na história dos Estados Unidos. Pode alguém deixar de ver que as últimas três são sinônimas da primeira, e que registram um cumprimento absoluto da predição?

Outra pergunta segue, naturalmente: Subiram os Estados Unidos de modo a cumprir os pormenores da profecia? Vejamos: Pouco antes da grande reforma dos dias de Martinho Lutero, há mais de quatrocentos anos, foi descoberto este hemisfério ocidental. A Reforma despertou as nações, agrilhoadas sob as pesadas cadeias da superstição, para o fato de que todo homem tem o divino direito de adorar a Deus segundo os ditames da sua própria consciência. Mas os governantes não queriam perder a sua força, e a intolerância religiosa ainda oprimia o povo. Em tais circunstâncias um corpo de heróis religiosos determinou por fim procurar nas selvas americanas aquela medida de liberdade civil e religiosa que tanto almejavam. Na busca do seu nobre intento cem desses exilados voluntários desembarcaram do *Mayflower* nas costas de Nova Inglaterra, em 21 de dezembro de 1620. “Ali”, diz Martyn, “nasceu a Nova Inglaterra”, e este foi “o seu primeiro balbuciar de criança uma oração e ações de graças a Deus”.

Outra colônia inglesa permanente foi estabelecida em Jamestown, Virgínia, em 1607. Com o decurso do tempo outras bases se estabeleceram, organizando-se colônias, todas elas sujeitas à coroa inglesa, até a Declaração da Independência, em 4 de julho de 1776.

A população destas colônias, eleva-se em 1701 a 262.000; em 1749, a 1.406.000; em 1775, a 2.803.000 (*United States Magazine*, vol. 2, agosto, 1855, p. 71).

Então começou a luta pela independência, o estabelecimento de um governo unido e a proclamação ao mundo de que todos ali podiam encontrar asilo da opressão e intolerância. Do Velho Mundo chegaram imigrantes aos milhares, e por meios pacíficos aumentaram a população e a prosperidade material da nova nação. Foram comprados grandes territórios ou adquiridos por tratado para que houvesse lugar onde instalar todos os que viessem. Agora, num salto de mais de 150 anos, para chegar ao segundo quarto do século XX, encontramos que o território dos Estados Unidos expandiu-se até ocupar mais de oito milhões de quilômetros quadrados, e sua população se elevou a 140.000.000 de habitantes.

O desenvolvimento dos Estados Unidos em sua prosperidade material e ilustração assombra o mundo, fornecendo ampla base para a aplicação da profecia.

O caráter de seu governo simbolizado — Nesta divisão do assunto encontramos evidências adicionais de que o símbolo representa os Estados Unidos. Ao descrever este poder João diz que ele tinha “dois chifres semelhantes aos de um cordeiro”. Os chifres de um cordeiro indicam, juventude, inocência e amabilidade. Como poder recém criado, os Estados Unidos correspondem admiravelmente ao símbolo no que respeita à idade, porquanto nenhuma outra nação, se encontra nessas condições. Se considerarmos como índice de poder e caráter, é fácil descobrir o que constitui os dois chifres do governo, se conseguirmos certificar-nos do segredo da sua força e poder, e do que revela seu caráter aparente ou constitui sua profissão externa. O honorável J. A. Bingham dá-nos a chave de todo o assunto quando afirma que o objetivo de todos os que primeiro buscaram estas praias da América do Norte era fundar “o que o mundo não tinha visto durante séculos, a saber, uma igreja sem papa e um estado sem rei.” Ou em outras palavras, um governo em que o poder eclesiástico devia estar separado do civil; quer dizer, um governo caracterizado pela liberdade civil e religiosa.

Não é preciso argumentos para demonstrar que isto é precisamente o que professa o governo norte-americano. O artigo IV, seção 4 da Constituição dos Estados Unidos diz: “Os Estados Unidos garantirão a cada estado desta União uma forma republicana de governo.” O artigo VI: “Nenhuma prova religiosa será jamais requerida como qualificação para qualquer ofício ou cargo público nos Estados Unidos.” A primeira emenda feita na Constituição começa assim: “O Congresso não fará nenhuma lei acerca do estabelecimento de religião, ou proibindo o livre exercício dela.” Estes artigos professam a mais ampla garantia de liberdade *civil* e *religiosa*, a completa e perpétua separação da Igreja e do Estado. Que melhores símbolos disso podiam ser dados do que “dois chifres semelhantes aos de um cordeiro”? Em que outro país se pode encontrar uma condição de coisas que corresponda tão completamente a este aspecto do símbolo de Apocalipse 13?

Republicano em sua forma — A besta de dois chifres carece de coroas tanto na cabeça como nos chifres, pois simboliza uma nação com uma forma repu-

blicana de governo. A coroa é um símbolo apropriado de uma forma de governo monárquico ou ditatorial, e a ausência de coroas neste caso sugere um governo em que o poder não reside em um único membro governante, porém nas mãos do povo.

Mas esta não é a prova mais concludente de que a nação aqui simbolizada é republicana em sua forma de governo. O versículo 14 nos indica que é feito um apelo ao povo quando se realiza qualquer ação nacional: “Dizendo aos que habitam na Terra, que fizessem uma imagem à besta.” Este é enfaticamente o caso nos Estados Unidos. A Constituição sobre a qual estão fundados garante “uma forma republicana de governo”, como já demonstramos. Este é outro forte elo na cadeia de evidências de que este símbolo deve aplicar-se aos Estados Unidos da América. Não existe outro governo ao qual possamos aplicar razoavelmente este símbolo.

Uma nação protestante — A besta de dois chifres simboliza uma nação não pertencente à religião católica. O papado é fundamentalmente uma união da Igreja e o Estado. A Constituição dos Estados Unidos da América do Norte (artigo VI) declara: “Nenhuma prova religiosa será jamais requerida como qualificação para qualquer ofício ou cargo público nos Estados Unidos.” Com isso estabelece uma eterna separação da Igreja e o Estado. A liberdade civil e religiosa é um princípio fundamental do protestantismo. Os fundadores do grande país que chegou a ser os Estados Unidos, por terem vivido em tempos que lhes permitiram presenciar os resultados da união da Igreja com o Estado, mostraram-se zelosos pelas liberdades que consideram e declaram direitos de todos, e denunciavam a união da Igreja e o Estado. Portanto, do ponto de vista religioso Os Estados Unidos são uma nação protestante e cumprem admiravelmente os requisitos da profecia a este respeito. Assim, a profecia mais uma vez aponta diretamente esta nação.

Antes de entrar na discussão deste símbolo profético, recapitulemos os pontos já estabelecidos:

- O poder simbolizado pela besta de dois chifres deve ser uma nação distinta dos poderes civis ou eclesiásticos do Velho Mundo.
- Deve surgir no hemisfério ocidental.
- Deve assumir preeminência e influência por volta do ano 1798.
- Deve surgir de um modo pacífico e sossegado, não aumentando o seu poder com guerras agressivas e prósperas conquistas, como tem sucedido com outras nações.
- O seu progresso deve ser tão evidente que maravilhará tanto quem o observa como o faria o perceptível crescimento de um animal perante seus olhos.
- Deve ser republicano em sua forma de governo.
- Deve ser protestante em sua religião.

- Devem apresentar ao mundo, como um índice de seu caráter e dos elementos do seu governo, dois grandes princípios que são em si mesmos perfeitamente justos, inocentes e com o caráter de cordeiro.

- Deve realizar a sua obra depois de 1798.

Vimos que destes nove pormenores pode dizer-se que todos eles perfeitamente se cumprem na história dos Estados Unidos; e que não se cumprem na história de nenhum outro nação. É, portanto, impossível aplicar o símbolo de Apocalipse 13:11 a qualquer outra nação senão os Estados Unidos da América do Norte.

Falará como dragão — Agora que identificamos os Estados Unidos da América do Norte como o poder simbolizado pela besta de dois chifres, podemos, sem temor nem preconceito, rastrear o curso que esta nação segue segundo o que a própria profecia traçou. Ao fazê-lo, observemos de novo que o dragão, o primeiro elo nesta cadeia profética, foi incansável perseguidor da igreja de Deus. A besta semelhante ao leopardo, que o seguia, foi igualmente um poder perseguidor, ceifando durante 1.260 anos milhões de vidas de seguidores de Cristo. Ao chegarmos à terceira besta, com dois chifres semelhantes ao do cordeiro, é dito que “falava como dragão”. Isto não pode senão significar que em algum momento mudará sua natureza de cordeiro para dragão, de modo a falar como dragão e agir como teria agido o dragão anteriormente.

Permitam-nos dizer, a essa altura, que é com muita tristeza que vemos uma nação, nascida tão pacificamente e consagrada a princípios de governo tão nobres, passando a assumir a natureza das bestas que a precederam e, com isso, rebaixando-se até ao ponto de perseguir o povo de Deus. Porém, não nos resta outro remédio senão deixar-nos guiar em nosso estudo pelo esboço divinamente inspirado na profecia. Visto que os Estados Unidos são o poder visado por este símbolo que fala como o dragão, segue-se que este governo há de promulgar leis injustas e opressoras contra a profissão e prática religiosas de alguns dos seus cidadãos a ponto de merecer o nome de poder perseguidor.

VERSÍCULO 12: Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada.

Exercerá um poder perseguidor — Esta nação, não apenas fala como dragão, mas também se declara que “exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença”. Se lançamos um olhar retrospectivo, vamos descobrir que a primeira besta é a besta semelhante ao leopardo, símbolo do papado. A única conclusão que se pode tirar é que uma nação chamada protestante exercerá o poder perseguidor do papado e, portanto, virá a ser, portanto, pseudo-protestante, quer dizer o “falso profeta” mencionado em Apocalipse 19:20 e explicado assim:

Esta nação exerce o poder coagindo o povo sob sua jurisdição a que “adorem a primeira besta”, o papado. A palavra grega traduzida aqui por “adorar” é muito

significativa, pois vem do verbo *kuneo*, “eu beijo”, com uma proposição que indica que o beijo dirige-se a alguém, neste caso o papado, ou seu titular, o papa. Geralmente é traduzido como “render homenagem, prostrar-se diante de”, conforme a versão LXX no decreto de Nabucodonosor a todos os “povos, nações e homens de todas as línguas”, que lhes ordenava: “vos prostrareis e *adorareis* a imagem de ouro” levantada pelo rei Nabucodonosor na campo de Dura (Daniel 3:4, 5). Esta adoração deve significar a submissão das nações à autoridade e decreto das pessoas a quem tributam homenagem. Tal é o quadro que a profecia apresenta com respeito à adoração tributada ao papado por um povo chamado protestante.

VERSÍCULOS 13, 14: Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens. Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu.

“**Opera grandes sinais**” — Na parte da predição que apresenta a obra da besta de dois chifres lemos que “opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens” Neste pormenor temos ainda outra prova de que os Estados Unidos são o poder representado pela besta de dois chifres. Ninguém nega que estamos vivendo numa época de sinais ou maravilhas. Remetemos o leitor a nossas observações sobre Daniel 12:4 acerca dos feitos assombrosos de nossa época e acerca de algumas ilustrações dos grandes triunfos da criativa investigação científica.

Mas esta profecia não está cumprida no grande avanço em conhecimento, nas descobertas e invenções, tão notáveis na época presente, porque os sinais e maravilhas a que o profeta se refere são evidentemente operados com o propósito de enganar o povo, como lemos no versículo 14: “E engana os que habitam na Terra com sinais que lhe foi permitido que fizesse em presença da besta”.

Devemos agora determinar por que meios são operados os milagres em questão, porque Apocalipse 16:13, 14 fala de “espíritos de demônios, operadores de sinais, e se dirigem aos reis do mundo inteiro”.

O Salvador, ao predizer acontecimentos a ocorrer logo antes da Sua segunda vinda, diz: “Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas, e farão tão grandes sinais e prodígios que, se possível fora, enganariam até os escolhidos” (Mateus 24:24). Nesta passagem são preditos sinais, operados com o propósito de enganar, tão poderosos que, se fosse possível, até os próprios escolhidos seriam enganados por eles.

Assim, temos uma profecia (e há muitas outras) apresentando o desenvolvimento, nos últimos anos, de um poder operador de prodígios, manifestado num grau espantoso e sem precedentes no interesse de propagar a mentira e o erro. Os “espíritos de demônios” iriam a “todo o mundo”, mas a nação com a qual isto estaria especialmente relacionado é em Apocalipse 13 é o mesmo

representado pela besta de dois chifres, ou o falso profeta. Devemos concluir, portanto, que a profecia indica que tal obra se realizará nos Estados Unidos. Vemos nós algo semelhante?

Entre todas as classes da sociedade existe a crença e o ensino bem difundida de que o ser humano ao morrer e seu corpo baixar à tumba, a algo desprende-se dele para ir a um lugar de recompensa ou castigo, um “espírito” ou “alma imortal. Tal crença leva-nos a perguntar: “Se os espíritos desencarnados estão vivos, por que não poderiam comunicar-se conosco?” Milhares crêm que o podem fazer e o fazem, e são também numerosos os que dizem receber comunicações de seus amigos mortos.

Mas a Bíblia, nos mais explícitos termos, assegura-nos que os mortos estão inteiramente inativos e inconscientes até a ressurreição; que os mortos não sabem coisa alguma (Eclesiastes 9:5); que cessou toda a operação da mente (Salmos 146:4); que está suspensa toda a emoção do coração (Eclesiastes 9:6); e que não há obra, nem indústria, nem ciência, nem sabedoria alguma na sepultura, onde jazem (Eclesiastes 9:10). Portanto, qualquer ser ou espírito que vem até nós pretendendo ser um dos nossos amigos mortos, pretende algo que a Palavra de Deus declara ser impossível.

Que nossos amigos ou parentes mortos não voltam a nós fica demonstrado em 2 Samuel 12:23, onde Davi diz acerca de seu filho morto: “Agora que é morta [a criança] [...] Eu irei a ela, porém ela não voltará para mim.” Qualquer ser ou espírito que vem a nós não pode ser um anjo bom, porque os anjos de Deus não mentem. Os espíritos de demônios sim mentem, pois neste caso nisso consiste sua obra desde que seu líder enunciou a primeira mentira no Éden acerca da morte: “Não morrereis” (Gênesis 3:4; 2:17).

Onde nasceu o espiritismo — O espiritismo corresponde à profecia no fato de ter a sua origem nos Estados Unidos, relacionando assim seus sinais com a obra da besta de dois chifres. Iniciando em Hydesville, estado de Nova York, na família de John D. Fox, na última parte de março de 1848, espalhou-se com incrível rapidez através de todo o mundo.

Estas supostas revelações causaram muita agitação, e algumas pessoas eminentes começaram a investigar o “engano das batidas”, como eram geralmente chamados os fenômenos espiritualistas. Desde então o espiritismo tem sido uma força crescente no mundo moderno. É difícil determinar o número de seus adeptos, porque muitos dos que creem e praticam seus ensinamentos declaram não pertencer a nenhuma denominação; mas por outro lado muitos dos que continuam pertencendo a diferentes organizações religiosas tentam, porém, comunicar-se com os mortos. Foi calculado que há 16.000.000 espíritas na América do Norte; e no mundo inteiro, incluindo os adeptos das religiões pagãs nas quais o espiritismo desempenha um papel muito importante, alcançam um total de mais de centenas de milhões.

Como observou Sir Arthur Conan Doyle faz alguns anos:

As humildes manifestações de Hydesville amadureceram e produziram resultados que atraíram o grupo mais seletivo de intelectuais deste país durante os últimos vinte anos, e que na minha opinião estão destinados ao maior desenvolvimento da experiência humana que o mundo jamais viu (Sir Arthur Conan Doyle, “The New Revelation”, *Metropolitan Magazine*, janeiro de 1918, p. 69).

Se tal opinião do cristianismo fosse aceita em geral, e fosse reforçada pela certeza e demonstração da nova revelação que, na minha opinião, nos vem do mais além, parece-me que teríamos um credo que poderia unir as igrejas, estar reconciliado com a ciência, desafiar todos os ataques e manter a fé cristã por tempo indefinido (Idem, p. 75).

Ensinos do espiritismo — As doutrinas que os espíritas ensinam são diretamente contrárias à Palavra de Deus. Com relação à sua atitude para com a Bíblia, note-se o parágrafo seguinte:

Não queremos ocultar o simples fato de que há algumas partes da Bíblia que não formam amálgama com o nosso ensino, pois na verdade são a mistura do erro que chegou por meio do médium escolhido (William Stainton Moses, *Spirit Teachings*, p. 74).

Em nenhum caso os livros, em sua condição atual, são obra do autor a quem são atribuídos. Constituem a compilação de Esdras e seus escribas e não fazem senão incorporar os conceitos e as lendas da época. [...] Mencionamos isto para evitar imediatamente a necessidade de responder a quaisquer passagens desses livros que possam ser citadas como argumento (Idem, p. 189).

Leiamos agora o que os espíritas pensam de Cristo:

Eles [os espíritos] testemunham também que Jesus Cristo não tem nada a ver com a questão da vida e morte, e eles nada sabem a respeito da “mediação de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (James A. Findlay, *The Rock of the Truth*, p. 288).

Tampouco tem cabida o credo do espiritismo sobre o segundo advento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo:

Jesus Cristo está agora ordenando seus planos para ajuntar o seu povo, para melhor revelar a verdade e purificar as crenças errôneas que foram acumuladas no passado. Ouvi algo disso de outras fontes. É isso então o retorno de Cristo? É o retorno espiritual. Não haverá retorno físico como o homem sonhou. Assim será seu regresso ao seu povo, pela

voz de seus mensageiros falando àqueles que têm os ouvidos abertos (William Stainton Moses, *Spirit Teachings*, p. 150, 151).

Os fenômenos do espiritismo — Quão significativas são estas palavras! Há séculos o vidente de Patmos declarou que nos Estados Unidos iria levantar-se um poder que faria “grandes sinais”, e aqui se apresenta o espiritismo declarando fazer estas coisas.

O espiritismo corresponde exatamente à profecia na exibição de grandes sinais e prodígios. Entre as suas muitas proezas podem-se mencionar estas: Vários objetos têm sido transportados de um lugar para o outro pelos espíritos; bela música produzida independentemente de qualquer intervenção humana com e sem o auxílio de instrumentos visíveis; numerosos casos comprovados de cura; pessoas transportadas através do espaço pelos espíritos na presença de muitas outras; levitação de mesas, que ficavam suspensas no ar, com várias pessoas nelas; têm-se apresentado espíritos em forma corpórea, falando com voz audível.

O poder representado nesta profecia irá fazer fogo descer à terra diante dos homens. Mas isto, como as demais manifestações de seu poder tem por fim enganar “os moradores da terra”. Os milagres são realizados pelos “espíritos de demônios” (Apocalipse 16:14). E são muitas as admoestações da Palavra de Deus contra o estabelecer relações com os maus espíritos. Na época da igreja primitiva foram dadas solenes advertências à igreja de Deus:

Ora, o Espírito afirma expressamente que, nos últimos tempos, alguns apostatarão da fé, por obedecerem a espíritos enganadores e a ensinos de demônios (1 Timóteo 4:1).

O conselho que Deus dá a Seu povo nestes últimos dias é:

Quando vos disserem: Consultai os necromantes e os adivinhos, que chilreiam e murmuram, acaso, não consultará o povo ao seu Deus? A favor dos vivos se consultarão os mortos? À lei e ao testemunho! Se eles não falarem desta maneira, jamais verão a alva (Isaías 8:19, 20).

VERSÍCULOS 15-17: E lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a frente, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome.

Cria uma imagem da besta — Intimamente associada com esta operação de milagres está a criação de uma imagem à besta. O profeta relaciona assim as duas no versículo 14: “E engana os que habitam na Terra com sinais que lhe foi permitido que fizesse na presença da besta, dizendo aos que habitam na Terra que fizessem uma imagem à besta que recebera a ferida da espada e vivia.” O

engano levado a efeito pela operação de milagres prepara o caminho para o cumprimento desta cláusula relativa à formação de uma imagem à besta.

Para compreender o que seria uma imagem do papado devemos primeiro fazer uma ideia definida do que constitui o próprio papado. O completo desenvolvimento da besta, ou o estabelecimento da supremacia papal, data da famosa carta de Justiniano, que se tornou efetiva em 538, constituindo o papa como cabeça da igreja e corregedor dos hereges. O papado era um igreja revestida de poder civil — um corpo eclesiástico com autoridade para punir todos os dissidentes com a confiscação de bens, prisão, torturas e morte. Que seria uma imagem do papado? Outra instituição eclesiástica revestida de poder civil. Como podia tal imagem ser formada nos Estados Unidos? Ao investir as igrejas protestantes de poder para definir e punir a heresia, para impor seus dogmas com as penas da lei civil, não teríamos uma representação exata do papado durante os dias da sua supremacia?

Certamente que teríamos. Mas é possível esta eventualidade num país cujas pedras fundamentais são a liberdade civil e religiosa, e onde o direito de cada um à “vida, liberdade e busca da felicidade” foram reconhecidos através dos anos? Vamos examinar as evidências:

Uma nação fundada na liberdade — A mão de Deus acompanhou a homens nobres e tementes a Deus que lançaram os fundamentos da nova nação. Disse o Honorável Henrique D. Estabrook, falando perante a Associação de Advogados de Connecticut:

Neste grande continente, que Deus mantivera oculto em um pequeno mundo, aqui, com um novo céu e uma nova terra, onde haviam passado as coisas velhas, vieram pessoas de várias direções, mas unida de coração, alma e espírito com um mesmo propósito, e edificou um altar à liberdade, o primeiro que jamais se construiu ou que se pudesse construir, e o chamou: A Constituição dos Estados Unidos (State Bar Association of Connecticut, *Annual Report*, 1916, p. 73).

Isso foi em 1787. O profeta viu que por volta de 1798 subiria da terra a besta semelhante a um cordeiro. Certamente não se tratava de uma coincidência. Jorge Washington, o primeiro presidente dos Estados Unidos, disse em seu discurso inaugural:

Nenhum povo pode sentir-se mais obrigado que o dos Estados Unidos em reconhecer e adorar a Mão Invisível que dirige os assuntos humanos. Cada passo que tenha dado adiante para obter o caráter de nação independente parece ter distinguido por alguma amostra de atuação providencial (*Annals of Congress*, vol. 1, p. 28).

Em sua resposta a este notável discurso, o senado declarou:

Quando contemplamos a conjunção de circunstâncias e a maravilhosa combinação de causas que prepararam gradualmente o povo deste país para a independência; quando contemplamos a origem, o progresso e o fim da recente guerra, que lhe deu um nome entre as nações da terra; sentimo-nos, com Vossa Excelência, induzidos inevitavelmente a reconhecer e adorar o grande Árbitro do Universo, por quem os impérios se levantam e caem (Idem, p. 32).

A luta contra a tirania religiosa — Aqueles homens não eram apenas piedosos, e sim sábios e previdentes. Quando certos grupos religiosos pediram que “o reconhecimento explícito do único Deus verdadeiro e de Jesus Cristo” fosse incluído na Constituição, o pedido foi negado. Escrevendo sobre o incidente Tomas Jefferson disse:

A inserção foi rechaçada por grande maioria, como prova de que desejava abranger com o manto de sua proteção o judeu e o gentio, o cristão e o maometano, o hindu e o infiel de toda denominação (*The Writings of Thomas Jefferson*, vol. 1, p. 45).

Em 18 de fevereiro de 1874, a Comissão de Assuntos Judiciais da Câmara deu este relatório a um pedido semelhante:

Como este país, de cujo governo lançavam então o fundamento, teria de ser a pátria dos oprimidos de todas as nações da terra, fossem cristãos ou pagãos, e compreendendo plenamente os perigos que a união entre a Igreja e o Estado havia imposto a tantas nações do Velho Mundo, com grande unanimidade [concordaram] que não convinha pôr na Constituição ou forma de governo algo que pudesse interpretar-se como referindo-se a qualquer credo religioso ou doutrina (*United States House Report*, Congresso 43, 1ª sessão, N° 143).

A história testemunha o fato de que estes grandes homens que lançaram as pedras fundamentais sobre as quais foi construído os Estados Unidos olhavam com vistas ao futuro, com uma visão quase profética e distinguiram os perigos que a liberdade pessoal teria de enfrentar no país um dia. Seus temores foram bem expressos por Tomas Jefferson:

O espírito dos tempos pode alterar-se, e se alterará. Nosso governantes se tornarão corruptos, nosso povo negligente. Um só vigilante pode iniciar a perseguição e homens melhores que ele podem ser suas vítimas. Nunca seria demasiado repetir que o momento de fixar todo direito essencial sobre uma base legal, é enquanto nossos governantes são honestos e nós mesmos unidos. Desde o fim desta guerra iremos de alto a baixo. Não será então necessário a cada momento recorrer ao

povo para ter apoio. Portanto, será esquecido e se desprezará os seus direitos. O mesmo o esquecerá, exceto de toda habilidade de ganhar dinheiro, e jamais pensará em unir-se para obter o devido respeito por seus direitos. Portanto, as correntes que não façamos cair ao terminar esta guerra, ficarão muito tempo conosco, e se irão tornando cada vez mais pesadas, até que nossos direitos revivam ou expirem numa convulsão (Notes on Virginia, question 17, *The Writings of Thomas Jefferson*, vol. 8, p. 402).

Em 4 de julho de 1788, o juiz James Wilson pronunciou um discurso, indicando como já estavam operando os inimigos da liberdade:

Os inimigos da liberdade são astutos e insidiosos. Uma falsificação rouba-lhe [a liberdade] sua investidura, imita suas maneiras, copia sua assinatura, toma seu nome. Mas o verdadeiro nome da enganadora é “autorização”. Tal é sua desfaçatez, que acusa a liberdade de impostora; e com audácia desavergonhada insistirá em que só ela é o verdadeiro personagem, e que só ela tem o respeito que tal personagem merece. Para os que estão indecisos e não tenham discernimento, que se deixem impressionar mais profundamente pela impudência que pelo mérito honesto, suas declaração com frequência têm sucesso. Ela exhibe as honras da liberdade, a própria liberdade é tratada como traidora e usurpadora. Mas em geral, essa atrevida impostora desempenha apenas um papel secundário. Embora ela apareça sozinha no cenário, seus movimentos são regidos pela obscura ambição, que fica sentada oculta atrás dos bastidores, e sabe que o despotismo, outro seu favorito, pode sempre seguir ao sucesso da autorização. Contra esses inimigos da liberdade, que agem em aliança, embora parecem estar em grupos opostos, o patriota se manterá sempre em guarda e vigilante (*The Works of the Honorable James Wilson*, vol. 3, p. 307).

Ameaçados pela dominação eclesiástica — Veja-se que no panorama dos eventos vindouros que passaram diante do profeta João, ele presenciou esta mesma mudança assombrosa na natureza da besta de dois chifres. Começou a falar como dragão e controlar o culto de seu povo “dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta”.

A besta cuja “ferida mortal foi curada” é o papado. Era uma igreja que dominava o poder civil. Em outras palavras, era uma união da Igreja e o Estado, e impunha seus dogmas religiosos por meio do poder civil, sob pena de confisco dos bens, prisão e a morte. Uma imagem da besta seria outra organização eclesiástica investida de poder civil, outra união da Igreja e o Estado para impor pela lei os dogmas religiosos.

Encontramos provas de que tal imagem há de se formar no fato de que já estão operando e têm estado operando com persistência durante anos grandes organizações protestantes influentes cujo fim é estabelecer e impor através de lei certas normas religiosas. Eis algumas delas: *National Reform Association* (Associação Pró-Reforma Nacional), *International Reform Bureau* (Departamento Pró-Reforma Internacional), *Lord's Day Alliance* (Aliança Pró Dia do Senhor), *Federal Council of the Churches of Christ in America* (Concílio Federal das Igrejas de Cristo na América). Além disso, as sociedades católicas dos Estados Unidos, segundo sua tradição secular, procuram o mesmo objetivo. Finalmente, estas duas forças estão destinadas a darem-se as mãos em um esforço comum.

A National Reform Association admite que sua meta é:

Obter uma emenda na Constituição dos Estados Unidos de modo a [...] indicar que esta é uma nação cristã, e colocar todas as leis, instituições e usos cristãos de nosso governo numa base inegavelmente legal na lei fundamental do país (David McAllister, *The National Reform Movement, Its History and Principles*, p. 16, Constitution of the National Reform Association, art. 2).

Acerca da questão de fazer dos Estados Unidos uma “nação cristã” o bispo Earl Cranston, doutor em teologia da igreja metodista episcopal, fez as seguintes observações num discurso em Washington em 13 de março de 1910:

Suponhamos que esta nação fosse declarada cristã por uma intervenção constitucional de fato. Que significaria? Qual das duas definições rivais do cristianismo seria a indicada pela palavra “cristã”? É claro, a ideia protestante; porque sob nosso sistema as maiorias governam e a maioria dos estadunidenses são protestantes. Muito bem. Mas suponhamos que pelo acréscimo de certos territórios contíguos com doze milhões ou mais de católicos, a anexação de algumas ilhas mais com outros seis milhões, e a mesma proporção de imigrantes que agora, chegassem os católicos a ser a maioria dentro de alguns anos, quem duvida por um momento de que o papa reinante assumiria o controle da legislação e do governo? Diria com toda confiança e lógica: “Está é uma nação cristã. Assim se chamou desde o começo e se declarou faz muitos anos. Uma maioria definiu então o que era o cristianismo, agora uma maioria definirá o que é o cristianismo e o que há de ser.” Essa “maioria” seria o papa (*The Church and the Government*, p. 7).

Esta associação, organizada para realizar uma chamada “Reforma Nacional” não tem problemas em unir-se ao papado para conseguir sua finalidade de estabelecer uma religião nacional. Declara:

Cordial e prazerosamente reconhecemos o fato de que nas repúblicas sul americanas, na França e outros países europeus, os católicos

romanos são os reconhecidos defensores do cristianismo nacional, e se opõem a todas as propostas que tendem a secularizá-los. [...] Sempre que estejam dispostos a cooperar para resistir ao progresso do ateísmo político, com prazer lhes daremos a mão. Em uma conferência mundial para promover o cristianismo nacional, que deveria ser celebrado há muito, muitos países poderiam ser representados apenas por católicos romanos (*Christian Statesman*, 11/12/1844, p. 2).

Levaremos agora em conta o objetivo que outras organizações confessam possuir?

Em uma história do *International Reform Bureau*, ele declara:

O International Reform Bureau é o primeiro grupo político cristão estabelecido em nossa capital nacional para falar ao governo em favor de todas as denominações (*History of the International Reform Bureau*, p. 2).

Nas p. 61 e 65 da obra já citada declara-se que a obtenção de leis que tornem obrigatória a observância do domingo é um dos principais objetivos desta e de outras organizações semelhantes.

Falando perante a Comissão Judicial do Senado dos Estados Unidos contra o projeto da Corte Suprema, o Prof. Teodoro Graebner, do Colégio de Concórdia, São Luís, fez esta interessante observação:

Já faz mais de cinquenta anos, a National Reform Association procurou [...] tornar cristã toda a educação pública e com isso tornar Jesus Cristo o rei da nação. [...] O movimento existe ainda hoje, e está trazendo à luz uma enorme quantidade de publicações com o fim de conseguir a adoção de uma emenda cristã (*U. S. Senate Judiciary Committee Hearings*, “Reorganization of the Federal Judiciary”, parte 3, p. 681).

O verdadeiro objetivo desta organização é impor a religião ao povo por meio de uma promulgação legal, obter uma lei dominical e regulamentar o cristianismo do povo.

Um folheto publicado pela organização *Lord's Day Alliance*, dos Estados Unidos, expõe seu objetivo:

- (1) Preservar o dia do Senhor [Domingo] para os Estados Unidos;
- (2) obter uma aliança ativa em cada estado onde ainda não se tenha organizado;
- (3) induzir o governo em geral até onde se puder que ele dê o exemplo na observância do dia de repouso.

Isto significa obter, até onde se puder, leis estaduais e nacionais que imponham a observância do domingo, o mesmo meio pelo qual a Igreja obteve o controle do Estado e pelo qual ambos se uniram no século IV e no V da era cristã.

O Concílio Federal das Igrejas de Cristo nos Estados Unidos, que é a combinação mais poderosa e representativa das igrejas protestantes da nação, asseverou em seus começos que representava 18 organizações e 50.000.000 de membros, ao expor as razões de sua existência declarou:

Que as grandes organizações cristãs de nosso país devem estar unidas [...] [ao tratar] questões como as referentes ao casamento e o divórcio, a profanação do dia de repouso, os males sociais (*Federal Council of the Churches of Christ in America*, “Report of the First Meeting of the Federal Council, Philadelphia, 1908”, p. 5, 6).

Ao definir como se propunha agir com relação à profanação do dia de repouso, o Concílio declarava:

Que se resista energicamente a todas as violações dos requerimentos à santidade do dia do Senhor, mediante a imprensa, as associações e aliança pró-domingo, e quanta legislação se possa obter para proteger e conservar este baluarte de nosso cristianismo americano (Idem, p. 103).

Observa-se que a obtenção de leis para impor a observância do domingo é um característico destacado de todas estas organizações em seus esforços para “cristianizar” a nação. Participando destes esforços, muitos não veem que estão repudiando os princípios do cristianismo, do protestantismo e do governo dos Estados Unidos, e se colocam diretamente sob a mão daquele poder que criou o descanso dominical e obteve o controle do poder civil por meio da legislação dominical: o papado.

Este perigo foi claramente discernido pelos legisladores dos Estados Unidos há mais de um século. Em 1830, consideraram alguns requerimentos para proibir o transporte da correspondência e abertura dos correios no domingo. Tais requerimentos deviam ser dirigidos à Comissão de Correios, nomeada pelo Congresso. Tal Comissão deu um relatório desfavorável que foi adotado e impresso por ordem do Senado dos Estados Unidos, e a Comissão foi relevada de toda consideração ulterior sobre o assunto. Acerca da Constituição dizia:

A Comissão buscou em vão nesse instrumento uma delegação de poder que autorizasse este corpo para indagar e determinar que parte do tempo pôs à parte o Todo-poderoso para os exercícios religiosos, ou ainda se fez tal coisa. [...]

A Constituição considera a consciência do judeu tão sagrada quanto a do cristão; e não dá mais autoridade para adotar uma medida que afeta a consciência de uma só pessoa que a de toda a comunidade. O representante que queira violar este princípio perderia seu caráter de delegado e a confiança de seus constituintes. Mesmo que o Congresso declarasse santo o primeiro dia da semana, isso não convenceria o

judeu ou o sabatista. Tanto um como o outro ficariam descontentes, e por conseguinte não os converteria. [...] Se por um solene ato de legislação se define em um ponto a lei de Deus, ou se indica ao cidadão um dever religioso, pode-se com igual propriedade passar a definir toda a parte da obrigação religiosa, mesmo as cerimônias de culto, a dotação da igreja e o sustento do clero.

Os que elaboraram a Constituição reconheciam o princípio eterno de que a relação do homem com o seu Deus está acima da legislação humana, e que os direitos de sua consciência são inalienáveis (Correio Dominical, em *U. S. House Report*, vol. 2, N° 271, p. 1-4).

Procuram estabelecer a justiça pela lei — É uma lástima que os dirigentes religiosos de nossa época já não sejam mais tão sensíveis aos perigos que espreitam em seu programa de conduzir o bom povo mediante a promulgação legal dos dogmas religiosos.

Não desprezamos os nobres serviços que as igrejas protestantes têm prestado à humanidade e ao mundo com a introdução e a defesa dos grandes princípios do protestantismo, a propagação do Evangelho e a defesa da causa da liberdade.

Ninguém pense que queremos lançar sombra sobre o caráter dos homens empenhados nesta obra que consideramos. São homens das mais altas qualidades morais, sinceramente solícitos quanto ao bem-estar da nação, e procuram sinceramente deter ou eliminar os males que pesam na sociedade. Ninguém pode duvidar de que os seus esforços darão frutos em muitos aspectos. Desejamos-lhes todo o êxito possível em sua obra de fomentar a temperança, a eliminação da guerra, a salvaguarda da juventude e outros nobres propósitos afins. Todos os crentes devem orar e trabalhar em favor destas coisas.

Por que então se deixam desviar a ponto de fazer algo contra o qual a Bíblia apresenta uma solene admoestação? A razão jaz em que se afastaram do conselho que Deus dá em Sua Palavra, e estão procurando estabelecer à sua maneira a justiça e o reino de Deus na Terra. Têm desprezado as partes proféticas da Bíblia, pelas quais se pode saber a qual etapa do conflito entre o reino de Satanás e o de Cristo se chegou em sua época, e como pode cooperar com a providência de Deus para os tempos em que vive. Têm cortado sua relação com o Mestre divino e os meios que está empregando hoje para avançar o Seu reino na Terra. Têm um conceito errôneo do reino vindouro, e esperam um reino misturado com elementos terrestres, que será estabelecido por meios terrestres, como o voto, a legislação e a educação.

Em tais circunstâncias não é surpreendente que trabalhem de modo contrário à providência de Deus. é um erro fatal não permitir-se guiar pelas instruções da Palavra de Deus. Quanto maior o zelo de uma igreja quando se extraviou, tanto maior será o mal que causa.

O apóstolo Paulo fala de um tempo em que os homens teriam “aparência de piedade, mas negando a eficácia dela”.

Lamentamos muito ver igrejas protestantes ativas no cumprimento deste quadro profético. Embora lhes falte o poder de Deus, conservam as formas exteriores do culto cristão. Tendo perdido o poder de Deus, cada vez mais recorrem ao Estado para lhes suprir o que falta. Toda a história testemunha que precisamente na proporção em que qualquer organização eclesiástica popular e abrangente perde o espírito e a religião chega finalmente a ser parte do Estado. Assim ocorrerá com a formação da imagem da besta, pois a profecia declara: “E foi-lhe concedido que desse espírito à imagem da besta, para que também a imagem da besta falasse e fizesse que fossem mortos todos os que não adorassem a imagem da besta” (Apocalipse 13:15).

Se é formada uma organização eclesiástica e o governo a legaliza e lhe dá poder para impor ao povo seus dogmas, que as diferentes denominações podem adotar como base de união, o que temos então? Exatamente o que a profecia representa: uma imagem à besta papal dotada de vida pela besta dos dois chifres, para que fale e aja com poder.

A marca da besta — A besta de dois chifres impõe aos seus súditos a marca da primeira besta. Foram introduzidos na profecia três poderes que devemos distinguir cuidadosamente para evitar confusão.

A besta papal é o poder designado como “besta”, “a primeira besta”, “a besta que recebera a ferida da espada e vivia”, e “a besta cuja chaga mortal fora curada”. Estas expressões referem-se todas ao mesmo poder, e onde quer que ocorram nesta profecia referem-se exclusivamente ao papado.

A besta de dois chifres é o poder introduzido em Apocalipse 13:11, e o resto da profecia está representado pelo pronome ela, e onde quer que este pronome ocorra, até o versículo 17 (com a possível exceção do versículo 16, que talvez se refira à imagem), refere-se invariavelmente à besta de dois chifres.

A imagem da besta é chamada nos capítulos seguintes do Apocalipse “a imagem”, de sorte que não há perigo de confundi-la com qualquer outro agente. Os atos atribuídos à imagem são: falar e impor a adoração de si própria sob pena de morte. É o único decreto que a profecia menciona como imposto sob pena de morte.

A marca da besta é imposta pela besta de dois chifres, quer diretamente quer por meio da imagem. A pena ligada à recusa de receber esta marca é o confisco de todos os privilégios sociais, a privação do direito de comprar e vender. A marca é a da besta papal. Contra esta adoração da besta e de sua imagem, e a recepção da sua marca, a mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14:9-12 apresenta uma soleníssima e impressionante advertência.

É, pois, este o acontecimento que, segundo esta profecia, havemos em breve enfrentar. Certas organizações humanas, controladas e dirigidas pelo espí-

rito do dragão, vão ordenar os homens a praticar os atos que constituem na realidade a adoração de um poder religioso apóstata e a recepção do sua marca. Caso se recusem a fazer isto, perderão os direitos de cidadania e ficarão fora da lei do país. Terão de fazer o que constitui a adoração da imagem da besta, ou perder a vida. Por outro lado, Deus envia uma mensagem pouco antes da crise que está iminente, como vemos em Apocalipse 14:9-12, declarando que todo o que fizer estas coisas “beberá do vinho da ira de Deus, que se deitou, não misturado, no cálice da Sua ira.” Aquele que recusar sujeitar-se a estas imposições dos poderes terrestres irá expor-se às mais severas penas que seres humanos podem infligir, e aquele que se sujeitar, expor-se-á às mais terríveis ameaças da ira divina, que se encontram na Palavra de Deus. A questão de se obedecerão a Deus ou aos homens será decidido pelos homens da era presente sob a mais pesada pressão, de ambos os lados, que jamais foi feita sobre qualquer geração.

A adoração da besta e da sua imagem, e a recepção do sua marca, deve ser alguma coisa que implica a maior ofensa que se pode cometer contra Deus, para atrair contra si tão severa ameaça. Esta é uma obra que, como já mostramos, ocorre nos últimos dias. Como Deus nos deu em Sua Palavra abundantes evidências para mostrar que estamos nos últimos dias, e para que ninguém tenha de ser apanhado de surpresa pelo dia do Senhor como por um ladrão, assim também Ele deve ter-nos dado os meios por que possamos determinar o que é a recepção da marca da besta, que Ele tão fortemente condenou, para que possamos evitar a terrível pena que certamente se seguirá à sua recepção. Deus não considera tão levemente as esperanças e destinos humanos, que ameace um castigo extremamente terrível contra certo pecado, e ponha depois fora de nosso alcance compreender o que seja esse pecado, de modo que não tenhamos meios de nos precaver contra ele.

Chamamos, portanto, agora, a atenção para esta pergunta importante: Que constitui a marca da besta? A figura de uma marca é tirada de um antigo costume. Tomas Newton diz:

Entre os antigos era costume os servos receberem um sinal do seu senhor, e os soldados do seu general, e os que estavam consagrados a qualquer divindade particular, da particular divindade a que estavam consagrados. Estes sinais eram geralmente impressos na mão direita ou na testa, e consistiam em algum caráter hieroglífico, ou no nome expresso em letras vulgares, ou no nome disfarçado em letras numéricas, segundo a imaginação de quem mandava (Tomas Newton, *Dissertations on the Prophecies*, vol. 3, p. 241).

Prideaux diz que Ptolomeu Filopater ordenou que todos os judeus que pretendessem ser registrados como cidadãos de Alexandria tivessem a forma de uma folha de hero (o emblema de seu deus Baco) impresso sobre eles com ferro em brasa, sob pena de morte (*Prideaux's Connection*, vol. 2, p. 78).

A palavra usada para marca nesta profecia é *charagma*, que significa “gravura, escultura, uma marca inscrita ou estampada”. Ocorre nove vezes no Novo Testamento, e, com a única exceção de Atos 17:29, refere-se sempre à marca da besta. Não vamos compreender, sem dúvida, que se trate de uma marca literal nesta profecia simbólica, mas a apresentação da marca literal, tal como era praticado em tempos antigos, é usada como figura para ilustrar certos atos que se realizarão em cumprimento desta profecia. E do modo como era empregado outrora a marca literal, ficamos sabendo algo sobre o seu significado na profecia, porque entre o símbolo e a coisa simbolizada deve haver alguma semelhança. O sinal, usado literalmente, significava que a pessoa que o recebia era servo ou reconhecia a autoridade ou professava obediência à pessoa cujo sinal trazia. Assim, o sinal da besta, ou do papado, deve ser algum ato ou profissão, pelo qual se reconheça a autoridade daquele poder. Qual é ele?

Características do poder papal — Naturalmente deve procurar-se em alguma das características especiais do poder papal. Daniel, descrevendo aquele poder sob o símbolo de uma chifre pequeno, fala dele como empenhando-se numa guerra especial contra Deus, destruindo os santos do Altíssimo e cuidando em mudar os tempos e a Lei. O profeta especifica particularmente este ponto: “Cuidará em mudar os tempos e a Lei.” Esta Lei deve certamente ser a Lei do Altíssimo. Aplicá-la às leis humanas e fazer o profeta dizer: “E proferirá palavras contra o Altíssimo, e destruirá os santos do Altíssimo e cuidará em mudar as leis humanas”, seria fazer evidente violência à linguagem do profeta. Mas aplique-se à Lei de Deus: “E proferirá palavras contra o Altíssimo, e destruirá os santos do Altíssimo, e cuidará em mudar os tempos e a Lei do Altíssimo”, e tudo se torna coerente e lógico. O hebraico tem *dath*, lei, e a Septuaginta *nomos*, no singular, “a lei”, o que diretamente sugere a Lei de Deus. O papado tem feito mais do que simplesmente “cuidar” em mudar as leis humanas. Tem-nas mudado a seu bel-prazer. Tem anulado os decretos de reis e imperadores, e desligado súditos da obediência a seus legítimos soberanos. Tem introduzido o seu comprido braço nos negócios das nações e levado governadores a seus pés na mais abjeta humilhação. Mas o profeta vê maiores atos de presunção do que esses. Vê-o procurando fazer o que não conseguia, mas apenas cuidava realizar. Vê-o tentando um ato que nenhum homem nem qualquer combinação de homens jamais pôde levar a efeito, a saber, mudar a Lei do Altíssimo. Tenha-se isto em mente enquanto vemos o testemunho de outro autor sagrado sobre este mesmo ponto.

O apóstolo Paulo fala do mesmo poder em 2 Tessalonicenses 2, e o descreve, na pessoa do papa, como o “homem do pecado”, e assentando-se “como Deus, no templo de Deus” isto é, a igreja, e exaltando-se “acima de tudo o que se chama Deus ou se adora”. Segundo isto, o papa apresenta-se como alguém a quem toda a igreja deve atender como autoridade em lugar de Deus.

Sugerimos ao leitor que pondere cuidadosamente a questão de como se pode exaltar acima de Deus. Procure através de toda a série de estratagemas humanos, vá até o ápice do esforço humano. Por que plano, por que ato, por que pretensão podia este usurpador exaltar-se acima de Deus? Pode instituir qualquer número de cerimônias, prescrever qualquer forma de culto, exibir qualquer grau de poder, mas se fizer sentir ao povo que está obrigado a obedecer à Lei de Deus de preferência às suas, não tentará estar *acima* de Deus. Pode publicar uma lei e dizer ao povo que tem tanta obrigação de a acatar como à própria Lei de Deus. E então apenas se fará *igual* a Deus.

Mas há de fazer mais do que isto, há de tentar levantar-se acima de Deus. Para isso, há de promulgar uma lei que entre em choque com a Lei de Deus, e exigirá obediência à sua própria lei de preferência à Lei de Deus. Não há outro modo possível de poder colocar-se na posição atribuída na profecia. Mas isto é simplesmente mudar a Lei de Deus, e se puder fazer com que esta mudança seja adotada pelo povo em lugar da Lei original, então ele, estará acima de Deus, o Legislador. E é justamente isto o que Daniel diz que o poder representado pelo chifre pequeno faria.

O papado há de realizar, pois, uma obra como esta, segundo a profecia, e a profecia não pode falhar. E quando isto suceder que terá o povo? Duas leis que exigem obediência: uma, a Lei de Deus tal como originariamente foi dada por Ele, como materialização da Sua vontade e expressão das Seus requerimentos para as Suas criaturas; outra, uma edição revista daquela lei, que emana do papa de Roma, e expressando a sua vontade. E como se determinará a qual destes poderes o povo honra e adora? Pela lei que guardar. Se guarda a Lei de Deus como lhe foi dada, adora e obedece a Deus. Se guarda a lei mudada pelo papado, adora esse poder.

Mais ainda: a profecia não diz que o chifre pequeno, o papado, poria de lado a Lei de Deus e daria uma inteiramente diferente. Isto não seria mudar a Lei, mas simplesmente dar uma nova. Ele apenas faria uma *mudança*, de maneira que a Lei que vem de Deus e a que vem do papado fossem precisamente iguais, com exceção da mudança que o papado fez. As duas leis têm muitos pontos em comum. Mas nenhum dos preceitos que contêm em comum pode distinguir alguém como adorador de um poder de preferência ao outro. Se a Lei de Deus diz: “Não matarás”, e a lei dada pelo papado diz o mesmo, ninguém pode dizer, pela observância desse preceito, se uma pessoa pretende obedecer antes a Deus do que ao papa, ou antes ao papa do que a Deus. Mas quando se trata de um preceito que foi mudado, então aquele que observa esse preceito tal como originalmente foi dado por Deus, distingue-se por esse mesmo fato como adorador de Deus; e o que o guarda tal como foi mudado, fica marcado por esse fato como seguidor do poder que fez a mudança. De nenhum outro modo podem distinguir-se as duas classes de adoradores.

Desta conclusão nenhum espírito sincero pode discordar, mas nesta conclusão temos uma resposta geral à pergunta: “Que significa a marca da besta?” A resposta é apenas esta: A marca sinal da besta é a mudança que a besta tentou fazer na Lei de Deus”.

A mudança na lei de Deus — Vejamos agora que mudança foi essa. Pela Lei de Deus queremos fazer referência à Lei moral, a única Lei no Universo de obrigatoriedade imutável e perpétua. Em sua definição do termo “lei” segundo o sentido em que é quase universalmente usado no cristianismo, Webster diz: “A Lei moral está sumariamente contida no Decálogo, escrito pelo dedo de Deus em duas tábuas de pedra, entregues a Moisés no Monte Sinai”.

Em nosso comentário sobre Daniel 7:25 acerca da predição de que o papado pensaria em “mudar os tempos e a lei”, apresentamos provas do *Catecismo Romano* baseado na indiscutível autoridade do Concílio de Trento e publicado por ordem do Papa Pio V na imprensa do Vaticano em Roma, para demonstrar que a igreja tinha mudado o dia de repouso do sétimo para o primeiro dia da semana. Embora tal catecismo publica o quarto mandamento completo segundo se lê na Bíblia, e embora o mantenha completo na Bíblia católica oficial em latim, a Vulgata, e nas versões oficiais em outros idiomas, os catecismos usados para o ensino omitem todo o mandamento e no lugar dão a ordem de “guardar domingos e festas”. Em francês mandam “guardar os domingos seguindo a Deus devotamente”, enquanto em inglês costumam citar a primeira frase do mandamento divino: “Lembra-te do dia de sábado”, e logo acrescentam um extenso testemunho acerca de que a mudança do dia de repouso do sábado para o domingo foi feita “por autoridade da igreja católica e a tradição apostólica.” Diga-se o que for acerca do texto do *Catecismo do Concílio de Trento* e o da Bíblia católica romana que conservam todo o mandamento como está na Escritura, isso não tira o fato de que a *prática* dos prelados e sacerdotes é ensinar quando muito apenas a *instituição* do dia de repouso, e situá-la no primeiro dia da semana em vez do sétimo, pela autoridade da igreja.

Tenha-se em mente que, segundo a profecia, ele *cuidaria* em mudar os tempos e a Lei. Isto claramente sugere a ideia de intenção e *desígnio*, e torna estas qualidades essenciais à mudança em questão. Mas acerca da omissão do segundo mandamento, os católicos dizem que ele está incluído no primeiro e por isso não deve contar-se como mandamento separado. Acerca do décimo pretendem que há uma distinção tão clara de ideias que requer dois mandamentos, e assim, fazem do não cobiçar a mulher do próximo o nono mandamento, e do não cobiçar os seus bens, o décimo.

Em tudo isto pretende apresentar os mandamentos exatamente como Deus queria que eles fossem compreendidos, e embora os possamos considerar como erros em sua interpretação dos mandamentos, não podemos apresentá-los como *mudanças intencionais*. Mas isso não sucede com o quarto mandamento.

Acerca deste não pretendem que a sua versão seja igual à que é dada por Deus. Expressamente confessam aqui uma mudança, e também que a mudança foi feita pela igreja. A seguir algumas citações de catecismos ulteriores ao de Trento e que possuem o imprimatur eclesiástico.

Pergunta: Repita o terceiro mandamento.

Resposta: Lembra-te do dia de repouso.

Pergunta: Que ordena o terceiro mandamento?

Resposta: Que se santifique o domingo.

Fonte: James Butler, *Catechism*, p. 34.

Outros dizem que a igreja católica mudou o dia de culto. Em um “catecismo de doutrina e prática cristã”, achamos o seguinte em relação com o terceiro mandamento:

Pergunta: Que dia é o dia de repouso?

Resposta: O sétimo dia, nosso sábado.

Pergunta: Você guarda o sábado?

Resposta: Não, guardamos o dia do Senhor.

Pergunta: Qual é?

Resposta: O primeiro dia: o domingo.

Pergunta: Quem o mudou?

Resposta: A Igreja Católica

Fonte: James Bellord, *A New Catechism of Christian Doctrine and Practice*, p. 86, 87.

No bem conhecido catecismo de Baltimore, encontramos esta explicação:

Pergunta: Qual é o terceiro mandamento?

Resposta: O terceiro mandamento é: Lembra-te do dia de repouso para o santificar.

Pergunta: Que nos ordena o terceiro mandamento?

Resposta: O terceiro mandamento nos ordena santificar o dia do Senhor [...]

Pergunta: São o mesmo o dia de repouso e o domingo?

Resposta: O dia de repouso e o domingo não são o mesmo. O dia de repouso é o sétimo dia da semana, e é o dia que se santificava sob a lei antiga; o domingo é o primeiro dia da semana, e é o dia que hoje se santifica sob a nova lei.

Pergunta: Por que nos ordena a Igreja que santifiquemos o domingo em vez do sábado?

Resposta: A Igreja nos ordena que santifiquemos o domingo em vez do sábado porque no domingo Cristo ressuscitou dos mortos, e num domingo mandou o Espírito Santo sobre os discípulos.

Fonte: *A Catechism of Christian Doctrine*, N° 2, preparado por ordem do terceiro Concílio Plenário de Baltimore, p. 65.

Em outra obra de ensino religioso católico, lemos:

Pergunta: Que justificação temos para guardar o domingo com referência ao antigo dia de repouso, que era o sábado?

Resposta: Temos para isso a autoridade da Igreja Católica e a tradição apostólica.

Pergunta: Ensina a Escritura em alguma parte que se deve observar o domingo como dia de repouso?

Resposta: A Escritura nos ordena que atendamos à Igreja (Mateus 18:17; Lucas 10:16), e que nos apeguemos às tradições dos apóstolos (2 Tessalonicenses 2:15), mas as Escrituras não mencionam em particular esta mudança do dia de repouso.

Fonte: Ricardo Challoner, *The Catholic Christian Instructed*, p. 202.

No Catecismo Doutrinal achamos um testemunho adicional:

Pergunta: Tem você outra maneira de provar que a Igreja tem poder para instituir festas de preceito?

Resposta: Se não tivesse tal poder, não poderia ter feito aquilo em que todos os autores religiosos modernos concordam com ela: não poderia ter substituído a observância do domingo, primeiro dia da semana,

em lugar do sábado, sétimo dia, mudança que não está autorizada na Escritura.

Fonte: Estêvão Keenan, *A Doctrinal Catechism*, p. 174.

Em um epítome de doutrina cristã achamos o seguinte testemunho:

Pergunta: Como você prova que a Igreja tem poder para ordenar festas e dias santos?

Resposta: Pelo próprio ato de mudar o sábado para o domingo, que os protestantes reconhecem; e, portanto se contradizem ao guardar estritamente o domingo, enquanto que violam a maioria das outras festas ordenadas pela mesma Igreja.

Pergunta: Como você prova isto?

Resposta: Porque ao observar o domingo reconhecem o poder que a Igreja tem para ordenar festas, e mandar que as observem sob pena de pecado.

Fonte: Henrique Tuberville, *An Abridgment of the Christian Doctrine*, p. 58.

Em um catecismo explicado de modo simples, encontram-se as seguintes perguntas e respostas:

Pergunta: Qual é o terceiro mandamento?

Resposta: O terceiro mandamento é: “Lembra-te de santificar o dia de repouso”.

Pergunta: Que nos ordena o terceiro mandamento?

Resposta: O terceiro mandamento nos ordena santificar o domingo. O dia de repouso dos judeus era o sábado; nós, os cristãos, santificamos o domingo. A Igreja, pelo poder que nosso Senhor lhe deu, mudou a observância do sábado para o domingo.

Fonte: Cônego Cafferata, *The Catechism Simply Explained*, p. 89.

É isto o que o poder papal declara ter feito com relação ao quarto mandamento. Os católicos reconhecem claramente que não existe autorização bíblica para a mudança que fizeram, e sim que se baseia completamente na autoridade da igreja. Reclamam como prova ou marca da autoridade de sua igreja o “*próprio*

ato ter mudado o sábado para o domingo”, e o apresentam como prova de seu poder sobre o assunto.

“Mas,” dirá alguém, “eu supunha que Cristo tivesse mudado o dia de repouso.” Muitos pensam assim, porque assim foram ensinados. Só queremos lembrar a estes que de acordo com a profecia a única mudança que jamais devia ocorrer na Lei de Deus ia ser feita pelo chifre pequeno de Daniel 7, o homem do pecado de 2 Tessalonicenses 2; e que a única mudança feita nessa Lei foi a mudança do dia de repouso. Agora, se Cristo fez esta mudança, então desempenhou o papel do poder blasfemo mencionado por Daniel e Paulo, mas esta é uma conclusão inaceitável para qualquer cristão.

Por que alguns tentam provar que Cristo mudou o sábado? Quem o faz realiza uma tarefa que ninguém lhe agradecerá. O papa não lhe agradecerá, porque se for provado que Cristo fez esta mudança, então o papa será despojado da sua insígnia de autoridade e poder. Nenhum protestante verdadeiramente esclarecido lhe agradecerá, porque, se conseguisse, apenas demonstraria que o papado não fez a obra que estava predito que faria e assim a profecia teria falhado e as Escrituras não seriam dignas de confiança. É melhor deixar o assunto como a profecia apresenta e reconhecer a veracidade da pretensão do papa.

Quando uma pessoa é acusada de alguma obra, e se apresenta confessando que a fez, isso é geralmente considerado como suficiente para estabelecer o fato. Assim, quando a profecia afirma que certo poder há de mudar a Lei de Deus, e no devido tempo esse mesmo poder se levanta, faz a obra predita e abertamente declara tê-la feito, que necessidade temos nós de mais evidência? O mundo não devia esquecer que ocorreu a grande apostasia predita por Paulo; que o homem do pecado durante longos séculos teve quase o monopólio do ensino cristão no mundo; que o mistério da iniquidade lançou as trevas da sua sombra e os erros das suas doutrinas sobre quase toda a cristandade; e que dessa era de erros, trevas e corrupção é que saiu a teologia de nossos dias. Seria, pois, de estranhar que houvesse ainda algumas relíquias do passado a serem postas de lado antes de se completar a reforma?

Alexandre Campbell, falando das diferentes seitas protestantes, diz:

Todas elas retêm no seu seio — nas suas organizações eclesiásticas, culto, doutrinas e observâncias — várias relíquias do papado. São quando muito uma reforma do papado, e uma reforma apenas parcial. Contudo as doutrinas e tradições dos homens prejudicam o poder e progresso do Evangelho em suas mãos (Alexandre Campbell, *Christian Baptism*, p. 15).

A natureza da mudança que o chifre pequeno tentou efetuar na Lei de Deus é digna de nota. Fiel ao seu propósito de se exaltar acima de Deus, quis mudar o mandamento que, dentre todos os outros, é o mandamento fundamental

da Lei, o que torna conhecido quem é o Legislador, e que contém a Sua assinatura como Rei. O quarto mandamento é tudo isso, e nenhum dos outros, está nestas condições. Os outros quatro, é verdade, contêm a palavra Deus, e três deles têm também a palavra Senhor. Mas quem é este Senhor Deus de quem eles falam? Sem o quarto mandamento é impossível dizê-lo, porque os idólatras de todos os graus aplicam estes termos aos numerosos objetos da sua adoração. Com o quarto mandamento indicando o Autor do Decálogo, as pretensões de todos os falsos deuses são anuladas de um só golpe, porque o Deus que aqui ordena a nossa adoração não é qualquer ser criado, mas o Ser que criou todas as coisas. O Autor da Terra e do mar, do Sol e da Lua, e de todo o exército de estrelas, o Mantenedor e Governador do Universo, é quem exige e pela Sua posição tem direito de pretender nossa suprema atenção de preferência a qualquer outro objeto. O mandamento que torna conhecidos esses fatos é, portanto, aquele mesmo que podemos supor que o poder designado como exaltando-se acima de Deus tentaria mudar. Deus deu o Sábado como um memorial de Si próprio, para lembrar semanalmente aos filhos dos homens a Sua obra na criação dos Céus e da Terra, uma grande barreira contra o ateísmo e a idolatria. É a assinatura e selo da Lei. Isso o papado, por seu ensino e prática, tirou do seu lugar e o substituiu por outra instituição, que a igreja apresenta como sinal de sua autoridade.

A decisão entre o sábado e o domingo — Esta mudança do quarto mandamento deve, portanto, ser a mudança a que se refere a profecia, e o domingo deve ser a marca da besta. Alguns que há muito têm sido ensinados a considerar esta instituição com reverência recuarão talvez com pouco menos do que sentimento de horror perante esta conclusão. Não temos espaço, nem é este, talvez, o lugar para tratar por extenso da questão do sábado, e de uma exposição da origem e natureza da observância do primeiro dia da semana. Sustentamos esta única posição: Se o sétimo dia continua sendo o sábado ordenado no quarto mandamento; se a observância do primeiro dia da semana não tem qualquer fundamento nas Escrituras; se esta observância foi introduzida como instituição cristã, e intencionalmente colocada em lugar do sábado do Decálogo por aquele poder que é simbolizado pela besta, e aí posta como insígnia e sinal do seu poder de legislar para a igreja, não será inevitavelmente a marca da besta? A resposta deve ser afirmativa. Mas estas hipóteses são todas certas.

Quem recebe a marca da besta? — Dir-se-á ainda: Então todos os observadores do domingo têm a marca da besta? Todos os justos do passado que guardaram este dia têm a marca da besta? Lutero, Whitefield, os Wesleys e todos os que fizeram uma boa e nobre obra de reforma tinham a marca da besta? Todas as bênçãos que foram derramadas sobre as igrejas reformadas foram derramadas sobre as pessoas que tinham a marca da besta? E todos os cristãos que hoje guardam o domingo como dia de repouso, têm a marca da besta? Respondemos: Não! Lamentamos dizer que alguns que pretendem ensinar religião, embora fossem muitas vezes corrigidos, persistem em nos

interpretar mal neste ponto. Nunca defendemos isso. Nunca o ensinamos. Nossas premissas não levam a tais conclusões.

Preste-se atenção: A marca e adoração da besta são impostos pela besta de dois chifres. A recepção da marca da besta é um ato específico que a besta de dois chifres há de levar a fazer. A mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14 é uma advertência misericordiosamente enviada com antecedência a fim de preparar o povo para o perigo vindouro. Não pode, portanto, haver adoração da besta, nem recepção da sua marca tal como a profecia indica até que seja *imposta* pela besta de dois chifres. Vimos que a *intenção* era essencial na mudança que o papado fez na Lei de Deus, para a constituir a marca daquele poder. Em outras palavras, uma pessoa tem que adotar a mudança sabendo que ela é obra da besta e recebê-la sob a autoridade daquele poder, em oposição à ordem de Deus, antes de que se possa dizer que recebeu a marca da besta.

Mas como ficam os casos, acima mencionados, dos que guardaram o domingo no passado, e da maioria dos que o estão guardando hoje? Guardam-no eles como uma instituição do papado? Não. Decidiram eles entre este e o sábado do Senhor, conhecendo as exigências de cada um? Não. Por que motivo o guardaram ou guardam ainda? Supõem que estão guardando um mandamento de Deus? Têm esses tais a marca da besta? De maneira nenhuma. Seu procedimento é atribuível a um erro involuntariamente recebido da Igreja de Roma, não a um ato de adoração intencional.

Mas como há de ser no futuro? A igreja que deve estar preparada para a segunda vinda de Cristo há de estar inteiramente livre de erros e corrupções papais. Por isso uma reforma há de ser feita na questão do sábado. O terceiro anjo de Apocalipse 14 proclama os mandamentos de Deus, levando os homens ao verdadeiro sábado em vez de ao falso. O dragão está irado, e por isso controla os governos ímpios da Terra e os induz a impor a autoridade do poder humano para fazer que sejam cumpridas as pretensões do homem do pecado. Então a questão a ser decidida fica claramente delineada perante o povo. A Lei de Deus reclama a guarda do verdadeiro dia de repouso; a lei da Igreja Católica, da igreja pseudo-protestante e do país lhe pede que guarde o falso dia de repouso. Aos que recusam guardar o verdadeiro sábado, a mensagem ameaça com a ira de Deus não misturada; aos que recusam o falso, os governos terrestres ameaçam com perseguição e morte. Perante este dilema, que faz aquele que se sujeita à exigência humana? Diz virtualmente a Deus: *Conheço as Tuas ordens, mas não as obedecerei. Eu sei que o poder que me ordena a adorar é anticristão, mas eu me sujeito a ele para salvar minha vida. Renuncio a ser fiel a Ti, e curvo-me ao usurpador. Doravante a besta é o objeto da minha adoração; sob o seu estandarte, em oposição à Tua autoridade, me alisto doravante; a ela, em desafio às Tuas ordens, doravante rendo a obediência de meu coração e minha vida.*

Tal é o espírito que atuará nos corações dos adoradores da besta, um espírito que insulta ao Deus do Universo em Sua face, e só por falta de poder é impedido de abater o Seu governo e aniquilar o Seu trono. Será de admirar que Jeová pronuncie um procedimento tão desafiante a mais terrível ameaça que Sua palavra contém?

A obra final — Vimos já o que constituiria uma imagem à besta, tal como a besta de dois chifres há de erigir, e também a probabilidade de que tal imagem em breve seja levantada nos Estados Unidos da América do Norte. Também vimos o que constitui a marca da besta, que há de ser imposto a todos. Uma organização eclesiástica composta de diferentes seitas do país, em aliança com o catolicismo romano, pela promulgação e imposição de uma lei civil para a observância do domingo, cumpria o que a profecia apresenta com referência à imagem e à marca da besta. A profecia requer estes movimentos ou seus exatos equivalentes. A cadeia de provas que levam a estas conclusões é tão direta e definida que não se pode fugir a elas. São uma consequência clara e lógica das premissas que nos são dadas.

Quando a aplicação de Apocalipse 13:11-17 aos Estados Unidos foi feita pela primeira vez, em 1850, foram tomadas estas posições acerca de uma união das igrejas e de um grande movimento dominical. Naquele tempo não havia indícios de que se levantaria tal questão. Mas ali estava a profecia. Os Estados Unidos tinham dado abundantes provas, por sua localização, pelo tempo e a maneira do seu surgimento, pelo seu caráter manifesto de que era o poder simbolizado pela besta de dois chifres. Não podia haver erro na conclusão de que era a própria nação a que se referia o símbolo. Mas ali estavam predições indicando uma união da Igreja e o Estado, e a imposição do dia de repouso papal como marca da besta. Não era pequeno ato de fé tomar posição naquele tempo em que os Estados Unidos adotavam uma política sem qualquer probabilidade aparente de fazer tal coisa.

Os fundadores da república americana, ao elaborar suas leis orgânicas, nunca pretenderam que surgisse qualquer perturbação sobre qualquer questão de consciência. A Constituição Federal e a maioria das Constituições Estaduais contêm cláusulas que garantem a mais perfeita liberdade religiosa. Mas o desenvolvimento do movimento do movimento em favor das leis dominicais desde 1850 demonstra amplamente que a profecia pode cumprir-se apesar das salvaguardas que os pais fundadores da nação levantaram contra a intolerância.

A profecia não especifica exatamente como se desenvolverá a tirania sobre as almas e os corpos dos homens. Pode provir de um homem ou um grupo de homens, políticos religiosos ou de outro caráter. Mas domina a todos — pequenos e grandes. Controla as finanças, pois ricos e pobres sentem seu alcance. Rege a economia, pois ninguém pode comprar ou vender sem sua autorização e sua marca. Impõe a religião, porque obriga a todos, sob pena de morte, a adorarem de acordo com suas leis.

Custa crer que a perseguição religiosa possa manchar a história de uma nação fundada sobre a liberdade para todos. Mas, desde que foi fundada, seus estadistas mais previdentes reconheceram que a tendência de impor os dogmas religiosos por lei civil é muito comum no homem, e tende a provocar perseguição ativa nos lugares mais inesperados. Em honra da nação devemos dizer que, ao longo de sua história, nobres estadistas mantiveram em xeque essa tendência cuja possível manifestação foi prevista pelos fundadores. Mas ninguém pode fechar os olhos para não ver que, ao lado destes nobres esforços, existiram certos dirigentes religiosos zelosos porém mal encaminhados para impor à força usos religiosos.

Há cerca de 50 anos que tem sido esperado e predito um período de perseguição. Começou agora, e está demonstrando assim que a aplicação da profecia tal como é apresentada nesta obra é correta; mas não se segue de maneira alguma que todos, e não pensemos que mesmo muitos, sejam mortos, embora se promulgue um decreto para este efeito; porque, como profeta noutra lugar declara: Deus não abandona o seu povo neste terrível conflito, mas concede-lhe uma completa vitória sobre a besta, sua imagem, seu sinal e número do seu nome. Apocalipse 15:2. Lemos ainda, acerca deste poder terrestre, que fez com que todos recebessem um sinal em sua mão direita ou em suas testas; todavia o capítulo 20:4 diz que o povo de Deus *não* recebe o sinal, nem adora a imagem. Se, pois “faria” que todos recebessem o sinal, e todavia não o recebem todos atualmente, de igual modo o fazer que sejam mortos todos os que não adorem a imagem não significa necessariamente que suas vidas hajam de ser atualmente tiradas.

Mas como pode ser isto? Resposta: Está evidente que sobre aquela regra de interpretação segundo o qual os verbos de ação as vezes significam apenas a vontade e o esforço para realizar a ação em questão, e não o comprimento atual da coisa em questão. O falecido Jorge Bush, professor de Hebraico e Literatura Oriental da Universidade de Nova Iorque, torna claro este assunto. Em suas notas sobre Êxodo 7:11, ele diz:

É uma regra de interpretação de uso frequente na exposição dos sagrados escritos, que os verbos de ação por vezes significam apenas a *vontade* ou o *esforço* para realizar a ação em questão. Assim em Ezequiel 24:13 “*Purificarei e tu não te purificaste*”, isto é: Esforcei-me, empreguei os meios, estive em cuidados para te purificar. João 5:44: “Como podeis vós crer que *recebeis* honra uns dos outros?”, isto é, procurais receber. Romanos 2:4: “A benignidade de Deus te leva ao arrependimento”, isto é, procura ou tende, levar-te. Amós 9:3: “E se *ocultarem* aos Meus olhos no fundo do mar”; isto é, ainda que ainda que desejam ocultar-se. 1 Coríntios 10:33: “*Agrado* a todos”, isto é, procuro agradar. Gálatas 5:4: “Vós os que vos *justificais* pela lei”, isto é, que procurai justificar-vos. Salmos 69:4: “Aqueles que me *destroem*

são poderosos”, isto é, que procuram destruir-me, como se lê na versão inglesa. Atos 7:26: “E *levou-os à paz*,” isto é, desejou e esforçou-se; ou, na versão inglesa, “quis levá-los à paz”.

O mesmo se dá na passagem que está diante de nós. Faz que todos recebam um sinal e que sejam mortos todos os que não adorarem a imagem; isto é, querem, propõem-se, esforçam-se por fazer isso. Faz este decreto; promulga esta lei, mas não é capaz de executá-la; porque Deus se interpõe em favor do seu povo; e então os que guardaram a palavra da paciência de Cristo são guardados de cair na hora da tentação, segundo Apocalipse 3:10; então os que fizeram de Deus o seu refúgio são guardados de todo o mal, e nenhuma praga se aproxima do local de sua habitação, segundo o Salmo 91:9-10; então todos os que foram achados escritos no livro serão libertos, segundo Daniel 12:1; e, vencedores da besta e da sua imagem, serão remidos dentre os homens, e elevarão um cântico de triunfo perante o trono de Deus, segundo Apocalipse 14:2-4.

Pode ainda objetar-se: Sois demasiado crédulos em supor que as massas do nosso povo, grande parte da qual é indiferente ou inteiramente oposto às pretensões da religião, possam ser levadas a favorecer tanto a observância religiosa do Domingo, que se promulgue uma lei geral em seu favor. Respondemos: A profecia tem de ser cumprida, e se a profecia exigir esta revolução, ela realizar-se-á.

A profecia prediz que virá um período de perseguição. A besta de dois chifres obriga a todos a receber sua marca e faz matar a todos que não queiram adorar a imagem, quer dizer, ela quer voluntariamente fazer isto e se esforça nesta direção. Faz esta promulgação da lei. Mas isto não quer dizer que todos serão mortos, nem mesmo cremos que serão muitos. Deus intervirá em favor do Seu povo. Os que guardaram a palavra da paciência de Cristo serão guardados de cair nessa hora da tentação (Apocalipse 3:10). Os que fizeram de Deus o seu refúgio serão protegidos de todo mal (Salmos 91:9, 10). Todos os que estão escritos no livro serão libertados (Daniel 12:1). Como vencedores da besta e sua imagem, serão remidos dentre os homens, e elevarão um cântico de triunfo diante do trono de Deus (Apocalipse 14:2-4).

VERSÍCULO 18: Aqui há sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, porque é número de homem; e o seu número é seiscentos e sessenta e seis.

O número do seu nome — O número da besta, diz a profecia, “é número de homem” Se deve ser originário de um nome ou título, é natural concluir que este deve ser o nome ou título de alguma pessoa especial ou representativa. A expressão mais plausível que a nosso ver sugere o número da besta é um dos títulos aplicados ao papa de Roma. Esse título é o seguinte: *Vicarius Filii Dei*, “Vigário do Filho de Deus”. É digno de nota que a versão da Bíblia de Douay traz o seguinte comentário sobre Apocalipse 13:18: “As letras numéricas do seu

nome compõem este número”. Tirando desse título as letras usadas como numerais romanos, temos:

$$V = 5$$

$$I = 1$$

$$C = 100$$

A

R

$$I = 1$$

$$U \text{ (antigamente, V)} = 5$$

S

F

$$I = 1$$

$$L = 50$$

$$I = 1$$

$$I = 1$$

$$D = 500$$

E

$$I = 1$$

Somando estes números temos 666.

Há razão para crer que este título tenha sido antigamente inscrito na coroa do papa. É dado o seguinte testemunho sobre este ponto pelo Pastor D. E. Scoles, de Washburn, Missouri:

Encontrei dois homens que declararam ter visto esta coroa especifica; e o seu testemunho está tão perfeitamente de acordo de que estou convencido de que o que eles viram é verdade. O primeiro foi o Senhor De Latti, observador do Sábado que antes fora padre católico, e tinha passado quatro anos em Roma. Visitou-me quando eu era pastor em St. Paul, Minn., há alguns anos. Mostrei-me o meu folheto: “O Selo de Deus e o Sinal da Besta”. Imediatamente ele me disse que a inscrição não estava bem colocada em minha ilustração. Afirmou que por diversas vezes a tinha visto no Museu do Vaticano, e fez uma descrição pormenorizada e exata de toda a coroa. Quando foi publicado o meu folheto, eu ignorava a disposição das palavras da inscrição latina, e por isso, na ilustração da

coroa, colocara-as numa única linha. O irmão De Latti imediatamente indicou o erro e disse que a primeira palavra da frase estava na primeira parte da coroa, a segunda palavra na segunda parte, e a palavra Dei se encontrava na divisão anterior da tríplice coroa. Também explicou que as duas primeiras palavras eram em pedras preciosas de cor escura, ao passo que a palavra Dei era inteiramente composta de diamantes.

Durante uma campal que realizei em Webb City, Mo., apresentei o assunto “O Selo de Deus e o Sinal da Besta”. Usei cartas para ilustrá-lo, sendo uma a descrição da coroa como o irmão Latti a havia descrito. Estava presente um ministro presbiteriano, o Rev. B. Hoffmann, e depois de eu descrever a coroa, ele falou publicamente e fez uma declaração à congregação, dizendo que quando estava estudando em Roma para o sacerdócio, vira esta mesma coroa, e notara a sua inscrição, e que a palavra Dei era composta de 100 diamantes. Falei com ele e visitei-o em sua casa, e convenci-me pela sua descrição de que esta era a mesma coroa que o irmão Latti tinha visto, mas que tem sido negada por muitos. Pedi-lhe então uma declaração por escrito, e ele apresentou-me a seguinte:

“Àqueles a quem possa interessar:

“Tem esta o fim de certificar que nasci na Baviera, em 1828, fui educado em Munich, e cresci como católico romano. Em 1844 e 1845 estudei para o sacerdócio no Colégio Jesuíta, em Roma. Durante o serviço da Páscoa de 1845, o Papa Gregório XVI trazia uma tríplice coroa sobre a qual estava a inscrição, em pedras preciosas, *Vicarius Filii Dei*. Disseram-nos que havia uma centena de diamantes na palavra Dei; as outras palavras eram de outras espécies de pedras preciosas de cor mais escura. Havia uma palavra em cada coroa, e não todas na mesma linha. Eu estava presente à cerimônia e vi a coroa distintamente, e observei-a cuidadosamente.

“Em 1850 converti-me a Deus e ao Protestantismo. Dois anos mais tarde entrei no ministério da igreja evangélica, mas depois me uni a igreja Presbiteriana, da qual sou hoje pastor reformado, tendo estado no ministério durante cinquenta anos.

“Fiz esta declaração a pedido do pastor D. E. Scoles, visto ele afirmar que alguns negam que o papa jamais usou semelhante tiara. Mas eu sei que usou, porque vi na sua cabeça.

“Sinceramente vosso no serviço cristão,

“B. H. Hoffmann

“Webb City, Mo., 29 de Outubro de 1906”

O seguinte trecho é de uma obra intitulada *The Reformation*, com a data de 1832:

Sr. A. – disse a Srta. Emmons, – eu vi um fato muito curioso outro dia; preocupou-me e vou mencioná-lo. Recentemente alguém presenciava uma cerimônia na igreja de Roma. Ao passar junto dela o papa, esplendidamente vestido com as vestes pontificiais, os seus olhos fixaram as seguintes letras cheias e cintilantes na frente de sua mitra: *Vicarius Filii Dei*, o Vigário do Filho de Deus. O seu pensamento como um relâmpago transportou-se ao texto de Apocalipse 13:18. “Queres procurar a passagem”? A Sra. A. Alice abriu o Novo Testamento e leu: “Aquele que tem entendimento calcule o número da besta; porque é o número de um homem, e o seu número é seiscentos e sessenta e seis”. Ela calou-se, e a Srta. Emmons prosseguiu: “Ele tirando um lápis e marcando no seu livrinho as letras numerais da inscrição apareceu o número 666”.

Temos aqui, com efeito, o numero de um homem, do “homem do pecado”; é e pouco singular, talvez providencial, ele ter escolhido um titulo que mostre o caráter blasfemo da besta, e ter feito inscreve-la na sua mitra, como que se marcando com o número 666. O extrato precedente refere-se sem duvida a um papa particular numa ocasião particular. Outros papas podem não usar o titulo engastado na mitra, como ali se afirma. Mas isso não afeta a aplicação a todos eles; porque todos os papas pretendem ser o “Vigário de Cristo” (Ver *Standard Dictionary*, na palavra “vicar”), e as palavras latinas acima apresentadas são as palavras que expressam este titulo, na forma “Vigário do Filho de Deus”; o seu valor numérico é 666.

Assim termina o capítulo 13, deixando o povo de Deus diante dos poderes da Terra em disposição hostil contra ele, e os decretos de morte e banimento da sociedade sobre ele por ter aderido aos mandamentos de Deus. No tempo especificado, o espiritismo estará realizando as suas mais imponentes maravilhas, enganando todo o mundo, exceto os eleitos (Mateus 24:24; 2 Tessalonicenses 2:8-12). Esta será “a hora da tentação”, que há de vir, como prova final, sobre todo o mundo, para tentar os que habitam na Terra, segundo o mencionado em Apocalipse 3:10.

O que está em jogo neste conflito? Esta importante pergunta não fica sem resposta. Os primeiros cinco versículos do capítulo seguinte completam a cadeia desta profecia e revelam o glorioso triunfo dos campeões da verdade.

Apocalipse 14 — A Última Advertência Divina a um Mundo Ímpio

VERSÍCULOS 1-5: E olhei, e eis que estava o Cordeiro sobre o monte Sião, e com ele cento e quarenta e quatro mil, que em sua testa tinham escrito o nome dele e o de seu Pai. E ouvi uma voz do céu como a voz de muitas águas e como a voz de um grande trovão; e uma voz de harpistas, que tocavam com a sua harpa. E cantavam um como cântico novo diante do trono e diante dos quatro animais e dos anciãos; e ninguém podia aprender aquele cântico, senão os cento e quarenta e quatro mil que foram comprados da terra. Estes são os que não estão contaminados com mulheres, porque são virgens. Estes são os que seguem o Cordeiro para onde quer que vai. Estes são os que dentre os homens foram comprados como primícias para Deus e para o Cordeiro. E na sua boca não se achou engano; porque são irrepreensíveis diante do trono de Deus.

Uma característica admirável da palavra profética é que nela o povo de Deus nunca é levado a posições de prova e dificuldade e aí abandonado. Levando-os a cenas de perigo, a voz da profecia não cessa aí, deixando-os a aguardar o seu destino em dúvida, talvez em desespero, quanto ao resultado final, mas leva-os até ao fim e mostra-lhes a saída em cada conflito.

Os primeiros cinco versículos de Apocalipse 14 são um exemplo disto. O capítulo 13 terminou apresentando o povo de Deus, um grupo pequeno e aparentemente fraco e indefeso, em conflito moral com os mais fortes poderes da Terra, que o dragão consegue mobilizar para o seu serviço. Um decreto é publicado, pelo poder supremo do país, mandando que adorem a besta e recebam a sua marca, sob pena de morte se recusarem cumpri-lo. Que pode o povo de Deus fazer em tal conflito e em tal extremidade? Que será feito dele? Olhemos com o apóstolo para a cena que se segue no programa e que vemos? O mesmo grupo no Monte Sião com o Cordeiro — um grupo vitorioso, tocando em harmoniosas harpas o seu triunfo na corte do Céu. E-nos, assim, assegurado que, quando chegar o tempo do nosso conflito com o poder das trevas, a libertação não só é certa, mas imediata.

Os 144.000 — Cremos que os 144.000 vistos aqui sobre o Monte Sião são os santos que em Apocalipse 13 nos foram apresentados como objetos da ira da besta e de sua imagem.

São idênticos aos selados em Apocalipse 7, que já mostramos serem os justos vivos quando Cristo vier a segunda vez.

Foram “comprados dentre os homens” (versículo 4), expressão que só pode ser aplicável aos que são trasladados dentre os vivos. Paulo trabalhava para ver se de algum modo podia chegar à ressurreição dos mortos (Filipenses 3:11). Esta é a esperança dos que dormem em Jesus: uma ressurreição dos mortos. Uma redenção dentre os homens, dentre os vivos, deve significar uma coisa diferente, a saber a trasladação. Por isso os 144.000 são os santos vivos, que serão quando produzir-se a segunda vinda de Cristo (Ver o comentário sobre o versículo 13).

Em que Monte Sião viu João este grupo? No Monte Sião celeste, porque a voz dos harpistas, sem dúvida proferida por estes mesmos, é ouvida do céu. O mesmo Sião onde o Senhor fala ao Seu povo em íntima relação com a vinda do Filho do homem (Joel 3:16; Hebreus 12:26-28; Apocalipse 16:17). Aceitar o fato de que há um Monte Sião no Céu e uma Jerusalém celeste, seria um antídoto poderoso para a falsa doutrina de um segundo tempo de graça e um milênio de paz na Terra.

Mais alguns pormenores acerca dos 144.000, além dos que foram apresentados no capítulo 7, merecem nossa atenção:

Eles têm o nome do Pai na sua frente. No capítulo 7 diz-se que têm o selo de Deus na sua frente. Assim, é-nos dada uma chave importante para compreender o que é o selo de Deus, porque imediatamente percebemos que o Pai considera o Seu nome como o Seu selo. É, portanto, o selo da Lei aquele mandamento da Lei que contém o nome de Deus. O mandamento do sábado é o único que contém o título descritivo que distingue o verdadeiro Deus de todos os deuses falsos. Onde quer que Ele estivesse, aí estava o nome do Pai (Deuterônimo 12:5, 14, 18, 21; 14:23; 16:2, 6, etc.). Portanto, todo o que guarda este mandamento, tem, por conseguinte, o selo do Deus vivo.

Eles cantam um novo cântico que ninguém mais pode aprender. Em Apocalipse 15:3 ele é chamado o cântico de Moisés e o cântico do Cordeiro. O cântico de Moisés, como podemos ver em Êxodo 15, celebrava uma libertação. Portanto, o cântico dos 144.000 é o cântico da sua libertação. Ninguém mais o pode cantar, porque nenhum outro grupo terá tido experiência semelhante à sua.

“São os que não estão contaminados com mulheres” — Na Escritura uma mulher é o símbolo de uma igreja. Uma mulher virtuosa representa uma igreja pura. Uma mulher corrupta, uma igreja apóstata. É, pois, uma característica deste grupo, que no tempo da sua libertação não estão contaminados, ou não estão relacionados com as igrejas corrompidas da Terra. Não devemos compreender, porém, que nunca tiveram nenhuma relação com essas igrejas, porque foi apenas por algum tempo que se contaminaram com elas. Em Apocalipse 18:4 vemos um apelo ao povo de Deus, que está ainda em Babilônia, para sair, para que não seja participante dos seus pecados. Atendendo a esse apelo, e ao separar-se dela, escapam da contaminação dos seus pecados. Assim se passa com os 144.000. Embora alguns deles estivessem alguma vez

relacionados com igrejas corruptas, abandonam essa relação quando se tornaria pecado continuar por mais tempo.

Seguem o Cordeiro por onde quer que Ele vá. Entendemos que se diz isto deles no seu estado remido. São os companheiros especiais do seu Senhor glorificado no reino. Acerca do mesmo grupo, lemos: “Porque o Cordeiro que está no meio do trono os apascentará e lhes servirá de guia para as fontes das águas da vida” (Apocalipse 7:17).

São “primícias para Deus e para o Cordeiro”. Este termo é aplicado a diferentes seres representando condições especiais. Cristo constitui as primícias como antítipo do molho movido. Os que primeiro receberam o Evangelho são chamados por Tiago “primícias” de certa classe (Tiago 1:18). Assim também os 144.000, colhidos para o celeiro celeste aqui na Terra durante as perturbadas cenas dos últimos dias, trasladados para o Céu sem ver a morte, e ocupando uma posição preeminente, são chamados neste sentido primícias para Deus e para o Cordeiro. Com esta descrição dos 144.000 triunfantes, termina a série profética que começou com o Apocalipse 12.

VERSÍCULOS 6, 7: E vi outro anjo voar pelo meio do céu, e tinha o evangelho eterno, para o proclamar aos que habitam sobre a terra, e a toda nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo com grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória, porque vinda é a hora do seu juízo. E adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas.

A mensagem do primeiro anjo — Nestes versículos outra cena e outra cadeia de acontecimentos proféticos é apresentada. Sabemos que assim é, porque os versículos anteriores deste capítulo descrevem um grupo dos remidos no estado imortal, uma cena que constitui uma parte da cadeia profética que começa com o primeiro verso de Apocalipse 12, e termina essa cadeia de acontecimentos, porque nenhuma profecia vai além do estado imortal. Sempre que numa série de profecia somos levados até o fim do mundo, sabemos que esta série termina aí, e que o que a seguir é apresentado pertence a uma nova série de acontecimentos. O Apocalipse, em particular, é composto destas séries de cadeias proféticas independentes, como já foi apresentado, de cujo fato, antes deste, tivemos já vários exemplos.

As mensagens descritas nestes versículos são conhecidas por “as mensagens dos três anjos de Apocalipse 14”. Estamos justificados em lhes chamar o primeiro, segundo e terceiro, pela própria profecia, porque o último é distintamente chamado “o *terceiro* anjo”, donde se conclui que o precedente era o *segundo* anjo, e o anterior, o *primeiro* anjo.

Estes anjos são evidentemente simbólicos, porque a obra que lhes é atribuída é a de pregar o Evangelho eterno ao povo. Mas a pregação do Evangelho não foi confiada a anjos literais, e sim a homens que são responsáveis por este sagrado depósito colocado em suas mãos. Portanto, cada um destes três anjos

simboliza os que são enviados com a missão de tornar conhecidas aos semelhantes as verdades especiais que constituem a essência destas mensagens.

O anjos literais estão vivamente interessados na obra de graça entre os homens, sendo enviados para servir em favor daqueles que hão de herdar a salvação. E como há ordem em todos os movimentos e planos do mundo celeste, talvez não seja mero produto da fantasia supor que um anjo literal tenha o cargo e a supervisão da obra de cada mensagem (Hebreus 1:14; Apocalipse 1:1; 22:16).

Vemos nestes símbolos o flagrante contraste que a Bíblia estabelece entre as coisas terrenas e as celestiais. Sempre que é preciso representar governos terrestres — até os melhores dentre eles — o símbolo mais apropriado que se pode encontrar é uma fera. Mas quando é necessário apresentar a obra de Deus, um anjo revestido de beleza e cingido de poder é escolhido para a simbolizar.

A importância da obra apresentada em Apocalipse 14:6-12 será evidente para quantos queiram estudá-la com atenção. Sempre que estas mensagens são proclamadas devem, por sua própria natureza, constituir o grande tema de interesse para essa geração. Não queremos dizer que a grande massa da humanidade que então vive lhes preste atenção, porque em cada época do mundo a verdade presente para esse tempo tem sido geralmente desprezada, mas constituem o tema a que prestarão mais viva atenção os que compreenderem o que afeta os seus mais altos interesses.

Quando Deus manda Seus ministros anunciar ao mundo que vinda é a hora do Seu juízo, que Babilônia caiu, e que todo aquele que adorar a besta e a sua imagem beberá do vinho que se deitou não misturado no cálice da Sua ira, pronuncia a ameaça mais terrível que se encontra nas Escrituras, e ninguém, a não ser com perigo da sua alma, pode considerar estas advertências como não essenciais, e passá-las por alto com negligência e desprezo. Daí a necessidade do mais fervoroso esforço em cada época para compreender a obra do Senhor, a fim de não perdermos o benefício da verdade presente.

Este anjo de Apocalipse 14:6 é chamado “outro anjo”, porque João tinha visto antes um anjo voar pelo meio do céu de um modo semelhante, segundo descrito no capítulo 8:13, proclamando que as últimas três, da série de sete trombetas, eram trombetas de ais (Ver os comentários do capítulo 8:13).

O tempo da mensagem — O primeiro ponto a ser determinado é o tempo desta mensagem. Quando se pode esperar com fundamento a proclamação: “Vinda é a hora do Seu juízo”? A possibilidade de que seja em nossos dias convida-nos a examinar este assunto com séria atenção. Mas a prova positiva de que assim é se verá no desenvolvimento deste argumento, e isso devia acelerar cada pulso e bater alto cada coração com o senso da importância vital desta hora.

Apenas três posições são possíveis quanto ao tempo para o cumprimento desta profecia. Estas posições são: (1) Que esta mensagem foi dada no passado,

nos dias dos apóstolos ou nos dias dos reformadores; (2) que há de ser dada num tempo futuro; ou (3) que pertence à geração atual.

Vejamos, em primeiro lugar, a primeira possibilidade. A própria natureza da mensagem se opõe à ideia de que possa ter sido dada nos dias dos apóstolos. Eles não proclamaram que tinha vindo a hora do juízo de Deus. Se o tivessem feito, não teria sido verdade, e a sua mensagem seria manchada com a infâmia da falsidade. Eles tinham algo a dizer acerca do juízo, mas indicavam o seu cumprimento para um futuro indefinido. De acordo com as próprias palavras de Cristo, o juízo final de Sodoma e Gomorra, Tiro, Sidom, Corazim e Cafarnaum, foi localizada em um futuro indefinido (Mateus 10:15; 11:21-24). Paulo declarou aos supersticiosos atenienses que Deus tinha determinado um dia em que haveria de julgar o mundo (Atos 17:31). Ele falou perante Félix “da justiça, da temperança e do juízo vindouro” (Atos 24:25). Escreveu aos romanos acerca do dia em que Deus haveria de julgar os segredos dos homens por Jesus Cristo (Romanos 2:16). Chamou a atenção dos coríntios para um tempo em que todos havemos de comparecer perante o tribunal de Cristo (2 Coríntios 5:10). Tiago escreveu aos irmãos dispersos que haviam de ser julgados, num indefinido tempo futuro, pela Lei da liberdade (Tiago 2:12). E tanto Pedro como Judas falam dos primeiros anjos rebeldes como reservados para o juízo do grande dia, naquela altura ainda no futuro (2 Pedro 2:4; Judas 6), para o qual os ímpios deste mundo estão também reservados (2 Pedro 2:9). Quão diferente de tudo a solene proclamação ao mundo de que “vinda é a hora do Seu juízo”, proposta pela difusão da mensagem consideramos!

Desde os dias dos apóstolos nada ocorreu que pudesse interpretar-se como o cumprimento desta primeira mensagem, até que chegamos à Reforma do século XVI. Alguns asseguram que Lutero e seus colaboradores deram a primeira mensagem, e que as duas mensagens seguintes foram apresentadas desde então. Os fatos históricos é que vão decidir a questão Onde estão as provas de que os reformadores fizeram tal proclamação? Quando e onde despertaram o mundo com a proclamação de que tinha vindo a hora do juízo de Deus? Não encontramos registrado que tal fosse a preocupação das suas pregações.

Alguns intérpretes supõem que a mensagem supracitada (Apocalipse 14:6-11) refere-se à época da Reforma e que se cumpriu na pregação de Lutero e dos outros eminentes personagens que foram suscitados naquele tempo para proclamar os erros da igreja romana. [...] Mas me parece que estas interpretações encontram objeções insuperáveis. O primeiro anjo tem por missão pregar o Evangelho de maneira muito mais extensa do que os reformadores puderam fazer. Longe de o pregarem a todos os habitantes da terra, nem sequer o pregaram em toda a Europa cristã. A Reforma não pôde penetrar em alguns dos reinos mais extensos da jurisdição romana. Ficou totalmente excluída

da Espanha, Portugal e Itália. Não se poderia também dizer com lógica e veracidade no tempo da Reforma que tinha vindo a hora do juízo de Deus. [...] A hora do juízo de Deus é um tempo bem conhecido e definido com exatidão nas profecias de tempo em Daniel e Apocalipse (William Cuninghame, *A Dissertation on the Seals and Trumpets of the Apocalypse*, p. 255).

Eu espero — disse Lutero — que o último dia do juízo esteja longe, e na verdade estou convicto de que não tardará mais trezentos anos; porque a Palavra de Deus diminuirá e se obscurecerá pela falta de pastores fiéis e servos de Deus. Em breve se ouvirá a voz: “Eis aqui, é vindo o esposo.” Deus não quer nem pode tolerar muito mais este mundo ímpio; deve apresentar-se com o dia terrível e castigar o desprezo por sua Palavra (Martinho Lutero, *Familiar Discourses*, p. 7, 8).

Estes registros são decisivas no que respeita aos reformadores. E como as considerações precedentes bastam para impedir a aplicação da mensagem do juízo ao passado, vejamos a opinião que a localiza numa época futura, além do segundo advento. O motivo apresentado para situar a mensagem nesse tempo é o fato de que João viu o anjo voar pelo meio do céu, logo depois de ter visto o Cordeiro no Monte Sião com os 144.000, que é um acontecimento futuro. Se o livro do Apocalipse fosse uma profecia consecutiva, este raciocínio teria peso, mas como consta de uma série de cadeias proféticas independentes, e como já mostramos que uma dessas cadeias termina com o versículo 5 deste capítulo, e começa uma nova com o versículo 6, essa opinião não pode ser defendida. Para demonstrar que a mensagem não pode ter o seu cumprimento numa época futura, basta-nos observar o seguinte:

A comissão apostólica estendia-se apenas até a “ceifa”, que é o fim do mundo (Mateus 13:39). Portanto, se este anjo com o “Evangelho eterno” vem depois desse acontecimento, prega outro evangelho, e sujeita-se ao anátema de Paulo em Gálatas 1:8.

A segunda mensagem não pode, evidentemente, ser dada antes da primeira, mas a segunda mensagem anuncia a queda de Babilônia, e depois disso ouve-se uma voz do céu dizendo: “Sai dela, povo Meu”. Quão absurdo localizar isto depois do segundo advento de Cristo, visto que todo o povo de Deus, tanto vivos como mortos, é nesse tempo arrebatado para encontrar o Senhor nos ares para estar sempre com Ele (1 Tessalonicenses 4:17). Depois disso não podem ser chamados a sair de Babilônia. Cristo não os leva para Babilônia, mas para a casa do Pai, onde há muitas moradas (João 14:2, 3).

Uma olhada à mensagem do terceiro anjo, que deve cumprir-se numa época futura no caso de a primeira também o ser, mostra ainda mais claramente o absurdo desta opinião. Esta mensagem adverte contra a adoração da

besta, que se refere, sem dúvida, à besta papal. Mas a besta papal é destruída e entregue às chamas devoradoras quando Cristo vem (Daniel 7:11; 2 Tessalonicenses 2:8). É então lançada no lago de fogo, para não mais perturbar os santos do Altíssimo (Apocalipse 19:20). Para que defender o absurdo de situar a mensagem contra a adoração da besta num tempo em que a besta cessou de existir e o seu culto é impossível?

Em Apocalipse 14:13 é pronunciada uma bênção para os mortos que “desde agora” morrem no Senhor, isto é, desde o tempo em que a terceira mensagem começa a ser dada. Esta é uma demonstração total do fato de que a mensagem tem de ser dada antes da primeira ressurreição, porque depois desse acontecimento todos os que têm uma parte ali, já não podem voltar a morrer. Portanto, descartamos esta opinião acerca da época futura, como antibíblica e impossível.

A hora do juízo dá uma nota distinta — Estamos preparados agora para examinar a terceira opinião, a saber, que a mensagem pertence à geração atual. A consideração sobre as duas propostas anteriores ajuda a estabelecer a presente proposição. Se a mensagem não foi dada no passado, e não pode ser dada no futuro depois da vinda de Cristo, onde poderia localizar-se senão na geração atual, se estamos nos últimos dias, precisamente antes da vinda de Cristo? Com efeito, a própria natureza da mensagem a limita à última geração da humanidade. Proclama que é vindo o juízo de Deus. O juízo pertence à conclusão da obra de salvação em favor do mundo, e a proclamação que anuncia a sua aproximação só pode, portanto, fazer-se quando nos aproximamos do fim. Demonstra-se ainda que a mensagem pertence ao tempo atual, ao provar-se que este anjo é idêntico ao anjo de Apocalipse 10, que proclama a sua mensagem nesta geração. Sobre a identidade do primeiro anjo de Apocalipse 14 e do anjo de Apocalipse 10, veja as explicações do capítulo 10.

O apóstolo Paulo que dissertara diante do governador romano Félix sobre “o juízo vindouro”, proclamou aos ouvintes do Areópago que Deus “estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de um varão que destinou” (Atos 17:31).

A profecia dos 2.300 anos de Daniel 8 apontava inequivocamente a esta hora do juízo. Este período profético, o mais longo das Escrituras, vai de 457 a.C. até 1844 d.C. Então, como já vimos ao estudar a profecia de Daniel, o santuário ia ser purificado. Esta purificação, de acordo com o serviço típico de Levítico 16, era a obra final de expiação. Que a obra do último dia do ano no serviço típico era uma figura do juízo é algo que se deduz das citações seguintes:

O grande Dia da Expiação, com seus serviços tão peculiares e impressionantes, caía no décimo dia do sétimo mês. [...] Era um dia em que todo homem era chamado a jejuar e afligir a sua alma; a refletir com tristeza e contrição sobre seus caminhos pecaminosos e seus pecados. [...] Quem não se afligisse assim era ameaçado com a

pena de morte, com castigo direto da mão de Jeová (Albert Whalley, *The Red Letter Days of Israel*, p. 101).

Notemos bem a data exata do Dia da Expição — caía no décimo dia do sétimo mês. O Jubileu era indicado também no mesmo dia e era anunciado pelo toque da trombeta solene, símbolo de que Deus se aproximava para julgar (Idem, p. 116).

Supunha-se que no dia de Ano Novo (1° de Tishri) eram escritos os decretos divinos, e que no Dia da Expição (10 de Tishri), eram selados, e por isso esses dez dias eram chamados “os Dias Terríveis”, ou os “Dez Dias de Penitência”. Tão terrível era o Dia da Expição que um livro do ritual judaico nos diz que os próprios anjos iam de um lugar para o outro com temor e tremor, dizendo: “Eis que é vindo o Dia do Juízo” (F. W. Farrar, *The Early Days of Christianity*, p. 237, 238).

“Deus sentado em seu trono para julgar o mundo [...] abre o Livro dos Anais, lê-o e ali se encontra a assinatura de cada homem. Soa a grande trombeta; ouve-se uma suave voz: “Este é o dia do juízo.” [...] No Dia do Ano Novo escreve-se o decreto; no Dia da Expição fica selado quem viverá e quem morrerá” (*Jewish Encyclopedia*, vol. 2, p. 286).

Alguém perguntaria se uma mensagem desta natureza foi dada ao mundo ou se ela está sendo hoje proclamada. Cremos que o grande movimento do segundo advento do século passado corresponde exatamente à profecia.

O segundo advento de Cristo é outra nota distinta — Em 1831, Guilherme Miller, de Low Hampton, Nova York, por um fervoroso e sólido estudo das profecias, foi levado à conclusão de que a dispensação cristã estava perto de se findar. Estabeleceu o término, que pensava ocorrer no fim dos períodos proféticos, por volta de 1843. Posteriormente, prorrogou esta data ao outono de 1844. Suas investigações foram um estudo perseverante e lógico das profecias, porque adotou uma sadia regra de interpretação, que se encontra na base de toda reforma religiosa e de todo avanço no conhecimento profético. Tal regra consiste em tomar toda a linguagem das Escrituras, como a de qualquer outro livro, em sentido literal — a não ser que o contexto ou as leis da linguagem requeiram que se entenda em sentido figurado — e deixar que uma passagem da Escritura interprete outra passagem. É verdade que ele cometeu um erro em um ponto vital, como explicaremos adiante, mas, em princípio, e em grande número de pormenores, foi correto. Seguiu o caminho correto e fez um grande avanço em comparação com todos os sistemas teológicos do seu tempo. Quando começou a propagar seus pontos de vista, eles foram recebidos favoravelmente, e ocorreram grandes despertamentos religiosos em diferentes partes do país.

Em breve uma multidão de colaboradores se reuniu em volta de sua bandeira. Entre eles se podem mencionar homens como F. G. Brown, C. Fitch, Josias Litch, J. V. Himes e outros, que eram então eminentes pela piedade e homens de influência no mundo religioso. O período dos anos de 1840 e 1844 foi de intensa atividade e grande progresso nesta obra. Foi proclamada ao mundo uma mensagem com todas as características de um cumprimento da proclamação de Apocalipse 14:6, 7. Foi na verdade aquele Evangelho do reino que Cristo declara devia ser pregado a todo o mundo, em testemunho a todas as nações, e então viria o fim (Mateus 24:14). O cumprimento de ambas estas passagens supõe a pregação da iminência do fim. O Evangelho não podia ser pregado a todas as nações com um *signal* do fim, se não fosse compreendido como tal, e a proximidade do fim era, pelo menos, um dos seus temas principais. *O Advent Herald* de 14 de dezembro de 1850 exprimiu bem a verdade sobre este ponto na seguinte linguagem:

Como indicação da aproximação do fim havia, porém, de se ver outro anjo voar pelo meio do céu, com o Evangelho eterno, para o proclamar a todos os que habitam sobre a Terra, e a toda nação, tribo, língua e povo (Apocalipse 14:6). A missão deste anjo devia ser o mesmo Evangelho que tinha sido antes proclamado, mas relacionado com ele estava o motivo adicional da proximidade do reino, “dizendo com grande voz: Temei a Deus, e dai-Lhe glória; porque vinda é a hora do Seu juízo: e adorai Aquele que fez o Céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas.” Versículo 7. A pregação simples do Evangelho, sem anunciar a proximidade não podia cumprir esta mensagem (*The Advent Herald*, 14/12/ 1850, p. 364).

As pessoas empenhadas neste movimento supunham ser ele um cumprimento da profecia, e afirmavam estar apresentando a mensagem de Apocalipse 14:6, 7.

Gostaria de dizer-lhes esta noite: “Temei a Deus, e dai-lhe glória; porque é vinda a hora do seu juízo”, em um sentido estrito e literal. Estamos agora naquele último dia sobre o qual o apóstolo diz: “Pelo qual sabemos que é o último tempo.” [...] Encontramo-nos no anoitecer daquele dia, estamos em sua última hora; e está muito perto, muito perto, mesmo às portas. Meus estimados ouvintes, rogo-lhes que considerem que está próximo, à própria porta, segundo todos os que estudaram este assunto e buscaram o ensino de Deus; [...] os quais declaram unanimemente que [...] o reino de Cristo se aproxima (J. M. Campbell, *The Everlasting Gospel*).

Apocalipse 14 representa o anjo como voando no meio do céu, retendo o Evangelho eterno para pregar aos que habitam na terra, a toda nação, tribo, língua e povo. Ao verificar-se um acontecimento indicado por este símbolo, o dia do juízo está iminente, porque o anjo clama a todos

os homens: “Temei a Deus, e dai-lhe glória; porque vinda é a hora do seu juízo” (John Bayford, *The Messiah Kingdom*, p. 283).

Todos têm o dever de proclamar o convite: “Temei a Deus, e dai-lhe glória; porque vinda é a hora do seu juízo”, mas é de modo mais especial o dever dos ministros de Deus (J. W. Brooks, *Elements of Prophe-tical Interpretation*, p. 166, 167).

Mas o movimento geral acerca do segundo advento de Cristo e a proclamação de que “vinda é a hora do Seu juízo”, não se limitou ao hemisfério ocidental. Foi mundial. Realizou sob este aspecto a proclamação do anjo “a toda nação, e tribo, e língua e povo.” Mourant Brock, clérigo anglicano, que promoveu energicamente o movimento adventista nas Ilhas Britânicas, disse:

Não é apenas na Grã-Bretanha que a expectativa da próxima vinda do Redentor é alimentada, e que é levantada a voz de advertência, mas também na América, Índia, e no continente da Europa. Um de nossos missionários alemães relatou ultimamente que em Wurtemberg, há uma colônia cristã de várias centenas de pessoas que se distinguem por esperar o segundo advento. E um ministro cristão que vem das praias do mar Cáspio me disse que existe a mesma expectativa diária entre os de sua nação. Falam a respeito dela como “dia do conforto”. Em uma pequena publicação intitulada “O Milênio”, o autor diz que entende que na América cerca de trezentos ministros da palavra estão assim pregando “este evangelho do reino”, enquanto neste país — acrescenta — cerca de setecentos da Igreja Inglesa estão levantando o mesmo clamor (Mourant Brock, *Glorification*, nota ao pé das p. 10, 11).

O Dr. José Wolff viajou na Arábia, através da região habitada pelos descendentes de Hobabe, sogro de Moisés. Fala assim de um livro que viu no Yêmen:

Os árabes deste lugar têm um livro chamado “Seera”, que trata da segunda vinda de Cristo e do Seu reino em glória. No Yêmen [...] passei seis dias com os recabitas. [...] “Não bebem vinho, não plantam vinhas, não semeiam, e vivem em tendas, e lembram-se das palavras de Jonadabe, filho de Recabe”. Em sua companhia estavam filhos de Israel da tribo de Dã, que residem perto de Yerim, em Hadramaut, que esperam, como os filhos de Recabe, a breve vinda do Messias nas nuvens do céu (José Wolff, *Narrative of a Mission to Bokhara*, p. 40, 42).

D. T. Taylor fala nos seguintes termos da ampla difusão do sentimento do Advento:

Em Wurtemberg há uma colônia cristã com algumas centenas de membros, que aguardam o breve advento de Cristo. Também outra de

igual crença nas margens do Cáspio. Os Molokaners, grande corpo de dissidentes da Igreja Grega Russa, que reside nas margens do Báltico, povo muito piedoso, de quem se diz que “tomando a Bíblia por único credo, a única norma de sua fé são as Sagradas Escrituras!”, são caracterizados pela “expectativa do reino imediato e visível de Cristo sobre a Terra”. Na Rússia a doutrina da vinda e reino de Cristo é pregada em relativa extensão e aceita por muitos da classe operária. Tem sido extensamente ativada na Alemanha, em particular ao sul, entre os morávios. Na Noruega mapas e livros sobre o Advento têm circulado amplamente, e a doutrina foi recebida por muitos. Entre os tártaros, na Tartária, prevalece a expectativa do advento de Cristo por esse tempo. Publicações inglesas e americanas sobre esta doutrina têm sido enviadas para a Holanda, Alemanha, Índia, Irlanda, Constantinopla, Roma e para quase todas as estações missionárias do globo. [...]

O Dr. José Wolff, segundo as anotações em seu diário entre os anos 1821 e 1845, proclamou o breve advento do Senhor na Palestina e Egito, nas costas do Mar Vermelho, na Mesopotâmia, na Criméia, Pérsia, Turquistão, Bokara, Afeganistão, Cachemira, Hindustão, Tibete, Holanda, Escócia, Irlanda, Constantinopla, Jerusalém, Santa Helena e a bordo de seu barco no Mediterrâneo e na cidade de Nova York a todas as denominações. Ele declara que pregou entre judeus, turcos, maometanos, persas, hindus, caldeus, yeseedes, sírios, sabeus, paxás, xeques, xás, aos reis do Organtsh e Bucara, a rainha da Grécia, etc. De seus extraordinários labores diz o Investigador: “Ninguém, talvez, tenha dado maior publicidade à doutrina da segunda vinda de Jesus Cristo do que este conhecido missionário ao mundo. Onde quer que vá, proclama o próximo advento do Messias em glória”. Aonde quer que vá proclama o iminente advento do Messias em glória” (D. T. Taylor, *A Voice of the Church*, p. 342, 344).

Outro eminente escritor do grande movimento do advento diz:

Vejo que a advertência do Senhor foi ouvida de fato, e se elevou a voz na igreja naquele tempo, com referência à proximidade do advento é inegável. Pode-se dizer, sem temor de exagerar, que desde 1828 até 1833 um maior número de folhetos ou trabalhos destinados a tratar o tema do advento e declarar sua proximidade vieram a público e foram publicados nos principais jornais religiosos da época que o que aparecera anteriormente em qualquer século de toda a época decorrida desde o tempo dos apóstolos; sim, e provavelmente mais que em todos os séculos desde então (William Cuninghame, *A Dissertation on the Seals and Trumpets of the Apocalypse*, p. 443).

O erro cometido pelos adventistas em 1844 não se referia ao *tempo*, como se demonstrou pelo argumento sobre as setenta semanas e os 2.300 dias de Daniel 8 e 9. Referia-se à natureza do acontecimento a ocorrer no fim daqueles dias, segundo se mostrou no argumento sobre o santuário em Daniel 8. Supondo que a Terra era o santuário, e que a sua purificação devia realizar-se pelo fogo ao manifestar-Se o Senhor desde os Céus, esperavam naturalmente o aparecimento de Cristo no fim daqueles dias. E pela sua má compreensão deste ponto sofreram uma esmagador desapontamento, predito na própria Escritura, embora tudo o que a profecia declarava e tudo o que deviam esperar, teve lugar nesse tempo com absoluta exatidão. Começou então a purificação do santuário, mas esse fato não trouxe Cristo à Terra, porque a Terra não é o santuário, e a sua purificação não implica a destruição da Terra, porque a purificação do santuário é realizada com o sangue de uma oferta de sacrifício e não com o fogo. Aqui estava o amargor do livrinho para a igreja (Apocalipse 10:10). Aqui estava a vinda de um como o Filho do homem, não a esta Terra, mas ao Ancião de dias (Daniel 7:13, 14). Aqui estava a vinda do Esposo à bodas, segundo a parábola das dez virgens em Mateus 25.

As virgens loucas disseram então às prudentes: “Dai-nos do vosso azeite, porque as nossas lâmpadas se apagam.” As prudentes responderam: “Ide e comprai-o para vós.” E indo elas comprá-lo, chegou o Esposo. Não se trata aqui da vinda de Cristo a esta Terra, porque é uma vinda que precede as bodas; mas as bodas, isto é, a recepção do reino (ver comentários sobre o Apocalipse 21), devem preceder a Sua vinda a esta Terra para receber o Seu povo, que há de ser convidado para a ceia de bodas (Lucas 19:12; Apocalipse 19:7-9). Esta vinda, na parábola, deve, portanto, ser a mesma que a vinda do Filho do homem ao Ancião de dias mencionada fala em Daniel 7:13, 14.

“As que estavam apercebidas entraram com ele para as bodas; e fechou-se a porta” — Depois de o Esposo vir às bodas, há um exame dos convidados, para ver quem está em condições de participar na cerimônia, segundo a parábola de Mateus 22:1-3. Como último ato antes das bodas o Rei entra para ver os convidados, para verificar se todos estão convenientemente trajados com as vestes nupciais; todo aquele que, após o devido exame, é achado com as vestes e é aceito pelo Rei, não perde mais essas vestes, mas tem certa a imortalidade. Mas a aptidão para o reino é unicamente determinada pelo juízo investigativo do santuário.

Portanto, a obra feita no santuário, que é a expiação ou purificação do próprio santuário, não é senão um exame dos convidados para ver quem tem as vestes nupciais. Por conseguinte, até que esta obra tenha terminado, não está determinado quem está “preparado” para entrar nas bodas. “As que estavam *apercebidas* entraram com ele para as bodas.” Esta expressão nos leva do tempo em que o Esposo vem para as bodas, através de todo o período de purificação do

santuário, ou do exame dos convidados. Quando este exame estiver concluído, terminará o tempo de graça e a porta se fechará.

É agora clara a relação da parábola com a mensagem que estamos examinando. Apresenta um período de preparação dos convidados às bodas do Cordeiro, que é a obra do juízo, a que a mensagem nos leva quando declara: “Vinda é a hora do Seu juízo.” Esta mensagem deve ser proclamada com uma grande voz. Foi proclamada com o poder assim indicado entre os anos 1840 e 1844, mais especialmente no outono do último ano, levando-nos ao fim dos 2.300 dias, quando começou a obra do juízo ao iniciar Cristo a obra da purificação do santuário.

Como já demonstramos, isto não traz o do tempo de graça, e sim o começo do juízo investigativo. Hoje, como no período ao qual já nos referimos, a mensagem do juízo está sendo agora proclamada. Hoje repercute a solene proclamação do juízo “*a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória, pois é chegada a hora do seu juízo; e adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas*” (Apocalipse 14:6, 7).

Antes de passar a considerar a mensagem do segundo anjo, vejamos por um momento a importância e significado sublime da verdade admirável que aqui se revela tão claramente. Encontramo-nos no umbral do mundo eterno. A última mensagem de misericórdia de Deus está sendo dada a cada nação, e língua, e povo. No santuário celestial estão ocorrendo as cenas finais do grande plano da salvação. Pensemos nisso! *Chegou a hora do juízo de Deus. O juízo investigativo que afeta cada pessoa e que precede a vinda de Jesus está agora sendo realizado no céu. Uma veste nupcial, o manto imaculado da justiça de Cristo, foi provido a um custo infinito para todos os que a queiram aceitar. Como nos será quando venha o Rei? “Filhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo”* (1 João 2:1).

VERSÍCULO 8: Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição.

A mensagem do segundo anjo — O tempo desta mensagem é determinada, em grande parte, pelo da primeira mensagem. Esta não pode preceder aquela, mas a primeira está limitada aos últimos dias. Todavia, a segunda deve ser dada antes do fim, porque nenhum acontecimento desta espécie é possível depois desse acontecimento. É, portanto, uma parte daquele movimento religioso que se realiza nos últimos dias com referência especial à vinda de Cristo.

Portanto, convém perguntar: Que significa o termo Babilônia? Que é a sua queda? Como se produz? Quarto à etimologia da palavra, algumas coisas sabemos pelas notas marginais de Gênesis 10:10 e 11:9. O começo do reino de Ninrode foi Babel, ou Babilônia. Esse nome significa “confusão”, porque Deus ali confundiu a língua dos construtores da torre. A palavra é aqui usada em sentido figurado para designar a grande cidade simbólica do Apocalipse, provavelmente

com referência especial ao significado do termo e às circunstâncias em que nasceu. Aplica-se a alguma coisa em que se pode escrever a palavra “confusão”.

Há apenas três coisas possíveis às quais a palavra pode aplicar-se. São o mundo religioso apóstata em geral; a igreja papal em particular e a cidade de Roma. Examinando estes pontos mostraremos primeiro o que não é Babilônia.

Babilônia não se limita à igreja romana. Não negamos que essa igreja é uma parte muito importante da grande Babilônia. As descrições do capítulo 17 parecem aplicar-se muito particularmente a essa igreja. Mas o nome que ela traz na sua testa, “Mistério, a grande Babilônia, a mãe das prostituições e abominações da Terra”, revela outras relações familiares. Se a igreja é a mãe, quem são as filhas? O fato de se falar destas filhas mostra que, além da igreja católica romana, há outros corpos religiosos incluídos nesta designação. Além disso haverá um apelo feito em relação com esta mensagem: “Sai dela, povo Meu” (Apocalipse 18:1-4). Como esta mensagem há de ser dada na geração atual, segue-se que, se Babilônia não inclui outra igreja senão a igreja romana, o povo de Deus se encontra agora na comunhão dessa igreja, e deve ser chamado a sair dela. Mas nenhum protestante estará disposto a adotar esta conclusão.

Babilônia não é a cidade de Roma. O argumento em que alguns se baseiam para mostrar que a cidade de Roma é a Babilônia do Apocalipse é assim apresentado: O anjo disse a João que a mulher que ele tinha visto era a grande cidade que reinava sobre os reis da Terra, e que as sete cabeças da besta são sete montes sobre os quais a mulher está sentada. Logo, dando à cidade e aos montes um sentido literal, e encontrando Roma justamente edificada sobre sete colinas, aplicam a declaração à Roma literal.

O princípio em que se baseia esta interpretação é a suposição de que a explicação de um símbolo deve ser sempre literal. Mas cai por terra desde o momento em que se mostra que os símbolos por vezes são explicados substituindo-os por outros símbolos, explicando-se então estes. Isto pode facilmente acontecer. Em Apocalipse 11:3 é apresentado o símbolo das duas testemunhas. O versículo seguinte diz: “Estas são as duas oliveiras e os dois castiçais que estão diante do Deus da Terra.” Neste caso o primeiro símbolo é o mesmo que outro símbolo, que por sua vez é claramente explicado em alguma parte. O mesmo sucede com o caso que temos diante de nós. “As sete cabeças são sete montes”, e “a mulher que viste é a grande cidade.” Não será difícil mostrar que tanto os montes como a cidade são usados simbolicamente. Notemos com especial atenção os seguintes pontos:

Somos informados em Apocalipse 13 que uma das sete cabeças foi ferida de morte. Esta cabeça não pode, portanto, ser um monte literal, porque seria estulto dizer que um monte foi ferido de morte.

Cada uma das sete cabeças tem sobre si uma coroa. Mas quem já viu um monte literal adornado com uma coroa?

As sete cabeças são evidentemente diferentes formas de governo que se sucedem evidentemente no transcurso do tempo, pois lemos: “Cinco já caíram, um existe, e outro ainda não é vindo” (Apocalipse 17:10). Mas as sete colinas sobre as quais Roma está edificada não são sucessivas, e seria absurdo aplicá-lhes semelhante linguagem.

Segundo Daniel 7:6, comparado com Daniel 8:8, 22, as cabeças significam governos, e segundo Daniel 2:35, 44 e Jeremias 51:25 os montes significam reinos. Segundo estes fatos, a versão literal de Apocalipse 17:9 e 10 remove toda a obscuridade: “As sete cabeças são sete montes sobre os quais a mulher está sentada e são sete reis.” Vê-se, assim, que o anjo representa as cabeças como montes, e explica depois os montes como sendo sete reinos sucessivos. O significado é transferido de um símbolo para outro e então é dada uma explicação do segundo símbolo.

Do argumento anterior deduz-se que a “mulher” não pode representar uma cidade literal, porque os montes sobre os quais a mulher está sentada são simbólicos e uma cidade literal não pode estar assentada sobre montes simbólicos. Além disso, Roma era o trono do dragão de Apocalipse 12, e esta foi transferida para a besta (Apocalipse 13:2). Veio a ser assim o trono da besta, mas seria uma singular mistura de figuras fazer o trono ocupado pela besta e uma mulher sentada sobre a besta referir-se à mesma coisa.

Se a cidade de Roma fosse a Babilônia do Apocalipse, que contrassenso teríamos em Apocalipse 18:1-4, visto que neste caso a queda de Babilônia seria a queda e destruição da cidade, de fato sua subversão completa pelo fogo, segundo o versículo 8. Mas note-se o que se passa depois da queda. Babilônia torna-se “morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável”. Como pode isto suceder a uma cidade depois de ser destruída e completamente queimada pelo fogo? Além disso, depois de tudo, ouve-se uma voz, dizendo: “Sai dela, povo Meu.” Está todo o povo de Deus em Roma? De modo nenhum. Mas quantos podemos supor que ali estejam, que sejam chamados a sair, depois de a cidade ser destruída pelo fogo? Não é necessário dizer mais para provar que Babilônia não pode ser a cidade de Roma.

Que significa Babilônia? — Babilônia significa a igreja mundana universal. Depois de ter visto que não pode ser nenhuma das outras duas coisas às quais o termo poderia ser aplicado, resta apenas este. Mas não somos abandonados neste assunto a esta espécie de raciocínio. Babilônia é chamada uma “mulher”. Uma mulher, usada como símbolo, significa uma igreja. Interpretamos a mulher de Apocalipse 12 como sendo uma igreja. A mulher de Apocalipse 17 deve indubitavelmente interpretar-se como significando também uma igreja. O caráter da mulher representa o caráter da igreja representada. Uma mulher casta representa uma igreja pura, e uma mulher corrupta, uma igreja impura ou apóstata. A mulher Babilônia é uma prostituta, e mãe de filhas semelhantes a ela. Esta circunstância, como o seu próprio nome, demonstra que Babilônia

não se limita a um só corpo eclesiástico, mas deve ser composta de vários. Deve englobar a todos os que têm natureza semelhante, e representar todas as igrejas corruptas e apóstatas da Terra. Isto explicará talvez a linguagem de Apocalipse 18:24, pela qual vemos que quando Deus reclamar da grande Babilônia o sangue dos seus mártires, nela se encontrará o “sangue dos profetas, e dos santos, e de todos os que foram mortos na Terra”.

Através dos séculos quase todo país da Europa teve sua igreja oficial do Estado, e a maioria desses países têm atualmente suas religiões estabelecidas, que se opõem energeticamente aos dissidentes. Babilônia embriagou todas as nações com o vinho da sua fornicção, isto é, com suas falsas doutrinas. Portanto, não pode simbolizar senão igreja mundana universal. A grande cidade, Babilônia, é composta de três divisões. Assim também as grandes religiões do mundo podem ser distribuídas sob três agrupações. A primeira, a mais antiga e a mais espalhada é o paganismo, que separadamente simboliza sob a forma de um dragão; a segunda é a grande apostasia papal, simbolizada pela besta; a terceira são as filhas, ou descendentes daquela igreja simbolizada pela besta de dois chifres, embora não abranja todas. Guerra, opressão, mundanismo, formalismo religioso, a busca do prazer, e a conservação de muitos erros da igreja católica romana, identificam com triste e fiel exatidão o grande corpo das igrejas protestantes como uma importante parte desta grande Babilônia, objeto da advertência.

Um exame do procedimento seguido pela igreja protestante em certas ocasiões o demonstrará melhor. Quando Roma teve o poder, destruiu vastas multidões dos que considerava hereges. A igreja protestante manifestou o mesmo espírito. Basta citar Miguel Servet, queimado pelos protestantes de Genebra sob a direção de João Calvino; os dissidentes durante muito tempo oprimidos pela igreja inglesa; os pais puritanos da Nova Inglaterra enforcando os Quakers e açoitando os batistas, apesar de eles por sua vez serem fugitivos da opressão semelhante da igreja anglicana. Mas, dirão alguns, estes acontecimentos pertencem ao passado.

É verdade, mas demonstram que quando pessoas dirigidas por forte preconceito religioso, podem coagir os dissidentes, não se podem eximir de o usar, e essa fraqueza há de ver-se nos Estados Unidos em futuro cumprimento da profecia final de Apocalipse 13.

Era vontade de Cristo que Sua igreja fosse unida. Orou para que Seus discípulos fossem um, como Ele e o Pai eram um, porque isto daria poder ao Seu Evangelho e levaria o mundo a crer nEle. Em vez disto, olhe-se para a confusão que existe no mundo protestante, para os muitos muros de separação que o dividem numa rede de sociedades, e para os muitos credos discordantes como as línguas dos que foram dispersos quando construíam a torre de Babel. Deus não é o autor disto. É o estado de coisas que a palavra “Babilônia” descreve com propriedade. Usa-se esta palavra com este mesmo fim, e não como termo de

censura. Em vez de se encher de ressentimento quando se menciona este termo, o povo devia antes examinar a sua posição, para ver se em sua fé ou prática é culpado de ter algum relacionamento com a grande cidade da confusão. Em caso positivo, deve separar-se imediatamente dela.

A verdadeira igreja é uma virgem casta (2 Coríntios 11:2). A igreja que se une em amizade ao mundo, é uma prostituta. É esta relação ilícito com os reis da Terra o que constitui a grande prostituta do Apocalipse. Assim, a igreja judaica, a princípio esposada com o Senhor (Jer. 2, 3 e 31:32), tornou-se prostituta (Ezequiel 16). Esta igreja, quando apostatou de Deus, foi chamada Sodoma (Isaías 1), exatamente como “a grande cidade” (Babilônia) é também chamada em Apocalipse 11. A união ilícita com o mundo, de que Babilônia é culpada, é uma prova positiva de que não se trata do poder civil. O fato de o povo de Deus estar no meio dela antes de ser destruída é uma prova de que ela professa ser um corpo religioso. Por estes motivos, é muito evidente que a Babilônia do Apocalipse é a *professa igreja que se uniu com o mundo*.

“Caiu, caiu a grande Babilônia” — A queda de Babilônia agora vai ocupar a nossa atenção. Depois de ver o que constitui Babilônia, não será difícil decidir o que significa a declaração de que ela caiu. Como Babilônia não é uma cidade literal, sua queda não pode ser uma queda literal. Já vimos que absurdo isto seria. Além disso, a própria profecia estabelece a mais nítida distinção entre a queda e a destruição de Babilônia. Babilônia “cai” antes de ser “lançada” com ímpeto no mar, como uma grande pedra de moinho, e ser completamente “queimada no fogo”. Portanto, a queda é espiritual, porque depois da queda é dirigida a Voz ao povo de Deus que ainda está relacionado com ela: “Sai dela, povo Meu”. O motivo é logo a seguir apresentado: “para que não sejas participante dos seus pecados e para que não incorras nas suas pragas.” Babilônia, portanto, continua existindo no pecado, e suas pragas são ainda futuras, depois de sua queda.

Os que aplicam a expressão Babilônia exclusivamente ao papado, sustentam que a queda de Babilônia é a perda do poder civil pela igreja papal. Por causa da sua queda, Babilônia tornou-se morada de espíritos imundos e de aves aborrecíveis, mas este não é para Roma o resultado da perda do poder civil.

O povo de Deus é chamado a sair de Babilônia, por causa do aumento de pecaminosidade resultante da queda; mas a perda do poder temporal do papado não constitui uma razão adicional por que o povo de Deus deva deixar aquela igreja.

Babilônia experimenta esta queda espiritual porque “a todas as nações deu a beber do vinho da ira [não ira, mas intensa paixão] da sua prostituição”. Há apenas uma causa a que isto pode referir-se — as falsas doutrinas. Ela corrompeu as verdades puras da Palavra de Deus e embriagou as nações com fábulas agradáveis. Sob a forma do papado suplantou o Evangelho e o substituiu por um falso sistema de salvação:

Pela doutrina da Imaculada Conceição nega que em Cristo Deus habitou em carne humana.

Procurou deixar de lado a mediação de Cristo e, em seu lugar, pôs outro sistema de mediação.

Tentou tirar o sacerdócio de Jesus e substituí-lo por um sacerdócio terreno.

Fez a salvação depender da confissão a um homem mortal e assim separou o pecador de Jesus, o único meio pelo qual os seus pecados podem ser perdoados.

Rejeita a salvação pela fé como “heresia condenável”, e a substitui pela doutrina da salvação pelas obras.

Sua blasfêmia culminante é a doutrina da transubstanciação, o sacrifício idólatra da missa, dando-lhe o mesmo valor “que ao da cruz” e declara que, em alguns sentidos, “tem vantagens sobre o Calvário”, porque por ele “realiza-se a obra de nossa redenção”.

Entre as doutrinas contrárias à Palavra de Deus, ensinadas por ela, podem mencionar-se as seguintes:

A substituição da Bíblia pela tradição e a voz da igreja como guia infalível.

A mudança do sábado do quarto mandamento, o sétimo dia, para a celebração do domingo como dia de repouso do Senhor e memorial da Sua ressurreição, instituição que nunca foi ordenada por Deus, e que de maneira alguma pode comemorar apropriadamente esse acontecimento. Instituído pelo paganismo como “o selvagem dia santo solar de todos os tempos pagãos”, o domingo foi levado à pia batismal pelo papa e cristianizado como instituição da igreja evangélica. Fez-se, assim, uma tentativa de destruir o monumento comemorativo que o grande Deus havia instituído para comemorar a Sua magnífica obra criadora, e se procurou erigir outro em seu lugar para comemorar a ressurreição de Cristo, sem motivo, visto que o próprio Senhor já havia dado um memorial com essa finalidade no batismo por imersão.

A doutrina da imortalidade natural da alma. Esta também se derivou do mundo pagão, e foram os “pais da igreja” que introduziram esta perniciosa doutrina como parte da verdade divina. Este erro anula duas grandes doutrinas bíblicas: a ressurreição e o juízo geral, e abre uma porta para o espiritismo moderno. Deste erro se originaram outras doutrinas funestas, como o estado consciente dos mortos, o culto dos santos, a mariolatria, o purgatório, as recompensas dadas ao morrer, as orações e batismos pelos mortos, o tormento eterno e a salvação universal.

A doutrina de que os santos, como espíritos desincorporados, encontram sua herança eterna em regiões longínquas e indefinidas, “para além dos limites do tempo e do espaço”. Ela desviou multidões do ensino bíblico de que esta Terra há de ser destruída pelo fogo no dia do juízo e da perdição dos homens ímpios,

e que das suas cinzas a voz do Onipotente fará surgir uma nova Terra, que será o futuro reino eterno de glória, que os santos possuirão como sua herança eterna.

O batismo por aspersão em vez de imersão, sendo que este é o único modo bíblico do batismo, e um memorial apropriado do sepultamento e ressurreição de nosso Senhor, para cujo fim foi designado. Ao corromper este rito e ao destruí-lo como memorial da ressurreição de Cristo, estava preparado o caminho para a sua substituição por alguma outra coisa, a saber o descanso dominical.

O ensino de que a vinda de Cristo é um acontecimento espiritual e não literal, que foi cumprido por ocasião da destruição de Jerusalém, ou se realiza na conversão, ou na morte, ou por meio do espiritismo. Milhões por tal ensino têm sido para sempre fechadas à doutrina bíblica de que a segunda vinda de Cristo é um acontecimento futuro, definido, literal, pessoal e visível, que resultará na destruição de todos os Seus inimigos, mas trará a vida eterna para todo o Seu povo!

A doutrina de um milênio temporal, ou mil anos de paz, prosperidade e justiça sobre toda a Terra antes da segunda vinda de Cristo. Esta doutrina destina-se especialmente a fechar os ouvidos do povo contra as evidências da proximidade do segundo advento, e provavelmente adormecerá tantas almas num estado de segurança carnal, que as levará à sua final ruína, como jamais o fez nenhuma heresia arquitetada pelo grande inimigo da verdade.

Significado da queda de Babilônia — Para chegar agora mais particularmente à aplicação da profecia referente à queda de Babilônia, vejamos a atitude do mundo religioso em relação à possibilidade de tal mudança, quando chegou o tempo para a proclamação desta mensagem, em relação com a primeira mensagem, por volta de 1844. O paganismo era apenas apostasia e corrupção logo no início e ainda o é. Não é possível uma queda espiritual em relação a ele. O catolicismo durante séculos tem estado em uma condição caída durante séculos. Mas as igrejas protestantes começaram a grande obra de reforma da corrupção papal, e realizaram um trabalho nobre. Estiveram, numa palavra, em tal posição que lhes era possível uma queda espiritual. Portanto, é inevitável a conclusão de que a mensagem anunciando a queda se referia quase por completo às igrejas protestantes.

Pode perguntar-se por que motivo é que este anúncio não foi feito mais cedo, se tão grande parte de Babilônia tinham já caído havia tanto tempo. A resposta é esta: Babilônia, como um todo, não podia dizer-se caída enquanto uma divisão dela permanecesse de pé. Não podia anunciar-se até que a condição do mundo protestante piorasse, e este tivesse sacrificado a verdade, ou seja a única senda do progresso. Quando isto aconteceu, e o protestantismo experimentou uma queda espiritual, então podia ser feito o anúncio acerca de Babilônia como um todo, como nunca o podia ter sido antes: “Caiu, caiu Babilônia”.

Talvez convenha examinar ainda como é que o motivo atribuído para a queda de Babilônia, a saber, por ter feito a todas as nações beber do vinho da ira da sua prostituição, se aplicaria às igrejas protestantes no tempo em questão.

E a resposta é: seria a ela aplicado muito a propósito. A falha de Babilônia está na sua confusão da verdade e suas falsas doutrinas. Ela cai pelo fato de que as propaga laboriosamente e se apega a elas depois de lhes ser oferecida a luz e a verdade que as teria corrigido. No caso das igrejas protestantes havia chegado um tempo de subir a um nível religioso mais elevado. Podiam aceitar a luz e a verdade que lhes eram oferecidas, e atingir a mais alta consecução, ou podiam rejeitá-las, e perder sua espiritualidade e o favor de Deus, ou, noutros termos, experimentar uma queda espiritual.

A verdade que Deus achou conveniente empregar como um instrumento nesta obra foi a mensagem do primeiro anjo. A doutrina pregada era que a hora do juízo de Deus chegara, e isto tornava iminente o segundo advento de Cristo. Depois de ouvir por tempo suficiente para ver a bênção que acompanhava a doutrina e os bons resultados que produzia, as igrejas, como um todo, rejeitaram-na com desdém e escárnio. Foram, assim, provadas, revelando-se claramente o fato de que seus corações estavam com o mundo, e não com o Senhor, e que o preferiam assim.

Mas a mensagem teria curado os males que então existiam no mundo religioso. O profeta exclama, talvez referindo-se a este mesmo tempo: “Queríamos curar Babilônia, mas ela não sarou” (Jeremias 51:9). Pergunta alguém: Como sabemos que teria sido este o efeito da recepção da mensagem? Respondemos: Porque este foi o efeito em todos os que a receberam. Saíram de diferentes denominações, e suas barreiras denominacionais foram derribadas; credos em conflito foram desfeitos em átomos; abandonaram a esperança antibíblica de um milênio temporal; corrigiram suas falsas opiniões sobre a segunda vinda; o orgulho e a conformidade com o mundo foram banidos; o que estava mal foi posto em ordem; os corações uniram-se na mais doce fraternidade; e o amor e a alegria reinaram soberanamente. Se a doutrina fez isto com os poucos que a receberam, *o mesmo teria feito com todos, se a tivessem recebido*. Mas a mensagem foi rejeitada.

Por toda parte do país se levantou o clamor: “Caiu, caiu Babilônia”, e, em antecipação do movimento apresentado em Apocalipse 18:1-4, os que proclamavam a mensagem acrescentam: “Sai dela, povo Meu”. Como resultado, milhares de pessoas separaram-se das diversas denominações.

Notável mudança então sobreveio às igrejas acerca da sua condição espiritual. Quando uma pessoa recusa a luz, coloca-se necessariamente em trevas; quando rejeita a verdade, forja inevitavelmente os grilhões do erro para os seus próprios membros. Segue-se a queda de espiritualidade ou queda espiritual. Isto foi o que experimentaram as igrejas. Preferiram aderir aos velhos erros, e continuar pregando ainda as suas falsas doutrinas entre o povo. Portanto, a luz da verdade os abandonou.

Alguns deles sentiram e deploraram a mudança. Os seguintes testemunhos de seus próprios autores descrevem a sua condição naquele tempo.

Em 1844, o *Christian Palladium* falava nos seguintes lamentosos termos:

Em todas as direções ouvimos o doloroso som, trazido por todas as brisas do céu, enregelantes como as rajadas dos ventos dos icebergs do norte, apoderando-se como pesadelo do peito dos tímidos, e sorvendo as energias dos fracos, de que a tibieza, a divisão, a anarquia, e a desolação estão assolando os confins de Sião (“O Remédio”, na revista *Christian Palladium*, 15/5/1844, p. 409).

Também em 1844, o *Religious Telescope* empregava a seguinte linguagem:

Nunca testemunhamos um declínio tão geral da religião como no presente. Na verdade, a igreja devia despertar e investigar a causa desta aflição, pois deve considerá-la como aflição todo aquele que ama Sião. Quando nos lembramos de quão poucos e raros são os casos de verdadeira conversão, e a impenitência e dureza dos pecadores são quase sem par, involuntariamente exclamamos: Esqueceu-Se Deus de ser gracioso? Ou fechou a porta da misericórdia? (*Religious Telescope*, 4/12/1844, p. 76).

Por esse tempo eram feitas nos jornais religiosos convites de jejuns e períodos de oração para a volta do Espírito Santo. O próprio *Sun*, de Filadélfia, publicou o seguinte em novembro de 1844:

Os abaixo assinados, ministros e membros de várias denominações de Filadélfia e arredores, crendo solenemente que os presentes “sinais dos tempos”, a saber, a penúria espiritual das nossas igrejas em geral e os extremos males no mundo que nos rodeia, parecem clamar alto a todos os cristãos a ter momentos especiais de oração, concordam por este meio, por divina permissão, unirem-se em uma semana de oração especial a Deus Todo-poderoso para o derramamento do Seu Espírito Santo em nossa cidade, nosso país e no mundo (*Philadelphia Sun*, 11/11/1844).

Carlos G. Finney, evangelista bem conhecido, disse em fevereiro de 1844:

Temos lembrado que, em geral, as igrejas protestantes do nosso país ou têm sido apáticas ou hostis a quase todas as reformas morais do nosso tempo. Há exceções parciais, embora não bastem para deixar de tornar geral o fato. Temos também outro fato que o corrobora: a ausência quase geral de influência reavivadora nas igrejas. A apatia espiritual invadiu quase tudo, e é terrivelmente profunda. Assim o testifica a imprensa religiosa de todo o país. Em larga escala os membros da igreja estão-se tornando devotos da moda, dando mãos aos ímpios em reuniões de prazer, na dança, nas festas, etc. Mas não precisamos falar mais sobre este pensamento. Basta o fato de que a evidência aumenta e se avoluma pesadamente sobre nós, mostrando que igrejas em geral

estão lamentavelmente degenerando. Separaram-se demasiado de Deus, e Ele separou-Se delas.

Em novembro de 1844, a revista *Oberlin Evangelist* observou em um artigo editorial:

Alguns de nossos jornais religiosos lamentam o fato de que os reavivamentos têm cessado completamente em nossas igrejas, como todos eles testemunham. Faz muito que não se conhecia uma época de pobreza tão generalizada. Existe um grande espírito de reavivamento político e de empenho em todas as operações comerciais, mas a decadência e a morte se instalam no seio da atividade cristã e do santo amor para com Deus e para com as almas. Conservam-se as formas exteriores da religião; continua a rotina dos deveres dominicais, mas em relação com os momentos de “refrigério pela presença do Senhor”, nos quais o temor pega o hipócrita, a convicção toma o pecador e os corações humildes se agarram às promessas e lutam poderosamente pela conversão de almas — esses momentos apenas são conhecidos à medida em que são docemente lembrados, como dias que se foram e não existem mais (“Reavivamentos”, na revista *Oberlin Evangelist*, 20/11, 1844, p. 189).

As igrejas não sofreram só uma notável perda da espiritualidade em 1844, mas desde então a decadência tem continuado visivelmente.

A revista *Congregationalist*, de novembro de 1858, disse:

O reavivamento da piedade de nossas igrejas não é de tal ordem que, de sua mera existência, se possam inferir confiadamente seus frutos legítimos e práticos. Devia, por exemplo, ter-se como certo que, depois de uma tal chuva de graça, os tesouros das nossas sociedades de beneficência encheriam, como sucede, depois de uma abundante chuva, que os rios se avolumam em seus leitos. Mas os administradores de nossas sociedades deploram o afrouxamento de simpatia e auxílio das igrejas.

Há outra ilustração mais triste da mesma verdade geral. O Watchman and Reflector afirmava recentemente que nunca houve entre os batistas uma lamentável dissensão de igreja tão espalhada como a que prevalece no presente. [...] Um simples relance para os semanários da nossa própria denominação provará que o mal não se limita apenas aos batistas (“Amplitude da Cultura Cristã”, na revista *Congregationalist*, 19 de novembro de 1858, p. 186).

O principal jornal metodista, o *Christian Advocate*, de Nova York, publicou em 1883 um artigo do qual copiamos estas declarações:

1. Disfarçai como quiserdes, a igreja, num sentido geral, encontra-se espiritualmente em rápido declínio. Enquanto cresce em número e dinheiro, torna-se extremamente fraca e limitada em sua espiritualidade, tanto nos ministros como nos membros. Está tomando a aparência e caráter da igreja de Laodiceia.

2. Há milhares de ministros, nas congregações e nas conferências, e muitos milhares de leigos, tão mortos e inúteis como estéreis figueiras. Não contribuem com nada de natureza temporal ou espiritual para o progresso e triunfo do Evangelho através da Terra. Se todos estes ossos secos de nossa igreja e de suas congregações ressuscitassem e realizassem um serviço fiel e ativo, que novas e gloriosas manifestações de poder divino se presenciariam! (*Christian Advocate*, Nova Iorque, 30/8/1883).

O redator do *Western Chronicle Advocate* escreveu em 1893 acerca da igreja o seguinte:

À igreja dos metodistas escreve: A grande dificuldade conosco está no fato de que a salvação das almas em perigo recebe nossa última e final consideração. Muitas de nossas congregações agem como clubes sociais. Transformaram-se em centros de influência social. Procura-se formar parte deles para progredir em nossa sociedade, nos negócios ou na política. Os pregadores convidados são aqueles que sabem “suavizar os textos para que elogiem suavemente os ouvidos e ocultem cuidadosamente a condenação”.

Os cultos dominicais servem como ocasiões para ostentar o luxo das últimas modas. Mesmo os infantes são adornados como assistentes do orgulho. Se se lêem os “Regulamentos” é para cumprir a letra de uma lei cujo espírito há tempo desapareceu. Os registros estão cheios de nomes de pessoas não conversas. Podem encontrar-se membros oficiais nos palcos dos teatros e outros lugares onde são ostentados vestes luxuosas. Os que recebem a comunhão participam das corridas, dão bailes e partidas de naipes, e assistem a elas. A distinção entre os que estão dentro da igreja e os que estão fora é tão obscura que os homens sorriem quando solicitados a se unirem à igreja, e às vezes nos dizem que fora dela encontram os melhores homens.

Quando nos dirigimos às massas, com muita frequência o fazemos de modo tão pomposo que o respeito próprio as afugenta de nós.

E contudo, sob a inflação dos ricos e ímpios, temo-nos estendido tanto, que eles nos resultam necessários. A aplicação da letra rígida da disciplina em apenas um ano reduziria pela metade o total de nossos

membros, poria em bancarrota nossa sociedade missionária, fecharia nossas igrejas luxuosas, paralisaria nossos interesses afins, tiraria os incentivos e angustiaria nossos pastores e bispos. Mas subsiste o fato de que deve ocorrer uma de duas coisas: ou a disciplina deve purificar a igreja, ou o Espírito Santo de Deus buscará outros meios organizados. O machado foi posto à raiz da árvore. Somos chamados ao arrependimento. A obra de Deus tem que ser feita. Se atrapalharmos o caminho, ele nos eliminará (*Western Chronicle Advocate*, 19/7/1893, p. 456).

O *Independent*, de Nova Iorque, de 3 de dezembro de 1896, publicou um artigo de D. L. Moody, do qual extraímos o seguinte:

Numa edição recente do vosso jornal vi um artigo de um colaborador, em que se afirmava que havia mais de três mil igrejas nas corporações congregacionalistas e presbiterianas deste país que no ano passado não relataram a recepção de um único membro por profissão de fé. Poderá ser isto verdade? De tal maneira se apoderou de mim este pensamento, que não o posso expulsar de minha mente. Quase basta para fazer perpassar um calafrio de horror pela alma de cada cristão.

Se isto sucede com estas duas grandes denominações, qual há de ser também a condição das outras? Iremos todos ainda sentar-nos e deixar que continue este estado de coisas? Hão de os nossos jornais e os nossos púlpitos conservar suas bocas fechadas, como “cães mudos que não podem ladrar”, sem advertir o povo do perigo que se aproxima? Não deveríamos todos levantar a bossa voz como uma trombeta sobre este assunto? Que há de pensar o Filho de Deus de semelhante resultado do nosso trabalho? Que há de um mundo incrédulo pensar de um cristianismo que não pode produzir mais qualquer fruto? E não temos nós nenhuma preocupação pelas multidões de almas que cada ano caem na perdição, enquanto nos sentamos todos e olhamos? E onde estará este nosso país nos próximos dez anos, se não despertarmos do sono? (Dwight Moody, *Independent*, Nova Iorque, 3/12/1896, p. 1).

A condição de decadência espiritual em que caíram as igrejas como resultado de terem rejeitado a mensagem do primeiro anjo, levou-as a aceitar doutrinas errôneas e corrompidas. Durante a última parte do século XIX ver-se-ia uma mudança notável na atitude dos dirigentes e dos membros das igrejas protestantes com respeito às doutrinas básicas das Escrituras da verdade. Tendo rejeitado o verdadeiro, aceitam o falso. A teoria da evolução, aceita por muitos dirigentes das igrejas, estava, segundo as palavras de um grande escritor religioso, “expulsando o Criador”. Um defensor religioso da teoria declarou que “a oração é a comunicação com o meu eu racial íntimo”.

Os efeitos da teoria evolucionista sobre a fé das igrejas são tão aparentes que são muito comuns os comentários públicos sobre a situação. Certo professor de filosofia de uma grande universidade observa:

Hoje parece que a grande tradição moral hebraica cristã, que é a parte mais antiga de nossa herança, está-se desmoronando diante de nossos olhos. [...] A fé na ciência fortaleceu-se de tal maneira, e adquiriu tanta auto-suficiência, arraigou-se tanto nos processos de nossa sociedade, que muitos dos que a albergam perderam todo o desejo de combiná-la com qualquer outra. [...] O homem que confia numa ciência física para descrever o mundo não acha onde situar uma divindade. [...] As filosofias que hoje expressam seus interesses básicos [dos homens] não se preocupam já, como no século XIX, de justificar uma crença em Deus e na imortalidade. Estas ideias desapareceram simplesmente de qualquer tentativa séria para chegar a compreender o mundo. [...] O atual conflito da fé religiosa com a ciência já não se refere a uma explicação científica do mundo, senão a uma explicação científica da religião. O efeito realmente revolucionário da fé científica hoje, não é sua nova visão do universo, e sim sua nova visão da religião (John Herman Randall, na revista *Current History*, junho, 1929, p. 359-361).

Qual é essa nova visão da religião? Um porta-voz do liberalismo moderno explica-o francamente:

Os protestantes liberais abandonaram a crença na infalibilidade verbal da Bíblia (James Gordin Gilkey, *Faith to Affirm*, p. 3).

Creemos que Jesus foi um ser humano, não um ser sobrenatural diferente de todos os demais homens em sua qualidade. Creemos que nasceu da maneira normal, e que arrostou os problemas e dificuldades da vida sem nenhum reforço secreto de poder miraculoso. [...] Para nós, a morte de Jesus não em essência diferente da morte de outros heróis (Idem, p. 9,10).

Hoje a antiga crença de que Jesus voltará a aparecer no céu para inaugurar um dramático juízo do mundo, sentenciar a Satanás e os demônios ao inferno, e conduzir os anjos e os cristãos ao paraíso, foi reduzida à doutrina esotérica de uma minoria em vez de ser uma convicção universal de grande influência no mundo cristão. Visto que um cristão moderno aceita o que os historiadores lhe dizem quanto à idade do universo, e visto que aceita o que os homens de ciência lhe dizem acerca da natureza do processo evolucionista, não pode crer que se produzirá jamais um desenlace dos assuntos do mundo como o que os primeiros cristãos esperavam (Idem, p. 24).

Propomo-nos tomar do cristianismo antigo os elementos que parecem ter valor permanente, combiná-los com as convicções religiosas e as percepções éticas que surgiram nos tempos modernos, e com este material composto elaborar uma nova fórmula da mensagem cristã. Admitimos francamente que nosso evangelho não é o “velho evangelho”, nem sequer uma versão modificada do velho evangelho que está sendo proclamado agora nos púlpitos conservadores. O nosso, confessamos, é um “novo evangelho” (Idem, p. 26).

Se o protestantismo tivesse aceitado a mensagem do primeiro anjo, isso teria permitido à igreja ser uma luz a todas as nações. Mas ao rejeitar a mensagem, traiu sua missão e deixou as nações sem o testemunho da verdade presente que poderia ter recebido; e como resultado elas andam tateando nas trevas do erro e superstição resultantes das influências intoxicantes e estupefacientes do sistema de falsas doutrinas que tal igreja edificou e não quis abandonar.

Robert M. Hutchins, reitor da Universidade de Chicago, ao falar de nossa condição espiritual, disse:

Não sabemos para onde vamos, nem porquê, e quase renunciamos à tentativa de descobri-lo. Estamos desesperados porque as chaves que abririam as portas do céu nos introduziram a uma prisão maior, mas também mais opressiva. Pensávamos que aquelas chaves eram a ciência e a livre inteligência do homem. Fracassaram. Há muito que temos abandonado a Deus. A que podemos apelar agora? (Robert M. Hutchins, citado em *The Christian Century*, 24/1/1934).

Em seu número de 24 de maio de 1941, o *Inquirer* de Filadélfia tentou analisar assim nossas condições num editorial:

Parece que chegamos a um desses momentos portentosos da história em que a civilização detém-se espantada na presença de forças por demais complexas e terríveis em sua potencialidade para serem avaliadas com exatidão. Confrontados com problemas que não se podem descartar mais que por crianças desatentas e insensatas de juízo leviano, chegamos à encruzilhada onde qualquer sinal indicador nos deixa perplexos. Durante anos assaltos cada vez mais acerbos foram lançados contra a religião. Parecia que não precisávamos preocupar-nos se “as antigas crenças desfaleciam e caíam”. Pareceria que nesta civilização, como nas do passado quando se aproximava o seu fim inevitável, nós, e esse termo abrange toda a humanidade em geral, temos ficado muito seguros de nós mesmos. [...]

Temos observado, e muitos de nós com pouco receio, o desenvolvimento de culto estranhos e o surgimento de filosofias pagãs. Sem a

menor perturbação, temos presenciado o nascimento do humanismo moderno, com sua negativa de um poder maior que o nosso próprio; sua exaltação do homem até torná-lo igual a seu Criador. Agora, quando a civilização pode estar morrendo de pé, a barreira de esferas de nossa auto-suficiência está explodindo no espaço. Finalmente os seres humanos estão começando a descobrir que não são pequenos deuses, e sim tão-somente pequenos homens (*Inquirer* de Filadélfia, 24/5/1941, p. 10).

Mas como estas igrejas se apartam cada vez mais de Deus, atingem por fim uma condição tal que os verdadeiros cristãos não podem por mais tempo manter contato com elas. Então serão chamados a sair. Esperamos isto no futuro, em cumprimento de Apocalipse 18:1-4. Cremos que virá quando, em acréscimo de suas corrupções, as igrejas começarem a levantar contra os santos o braço da opressão (Ver os comentários sobre Apocalipse 18).

VERSÍCULOS 9-12: Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus.

A mensagem do terceiro anjo — Esta é uma mensagem do mais terrível teor. Não se encontra em toda a Bíblia mais severa ameaça da ira divina. O pecado contra o qual ela adverte deve ser horrível e tão claramente definido que todos os que quiserem possam compreendê-lo e saibam, assim, como evitar os juízos denunciados contra ele.

Deve notar-se que estas três mensagens são cumulativas, isto é, não cessa uma quando é apresentada a outra. De maneira que, durante certo tempo a primeira mensagem foi a única a ser apresentada. Veio depois a segunda, que não fez cessar a primeira. A partir de então houve duas mensagens. Foram seguidas pela terceira, não para as substituir, mas apenas para se unir a elas, de sorte que agora temos três mensagens que se proclamam simultaneamente, ou antes, uma tríplice mensagem, abarcando as verdades das as três; porém, a última, sem dúvida, é a proclamação culminante. Até que a obra esteja concluída nunca deixará de ser verdade que veio a hora do juízo de Deus, nem que Babilônia caiu. Continua sendo necessário proclamar estes fatos em relação com as verdades apresentadas pela terceira mensagem.

Deve notar-se também a ligação lógica que existe entre as próprias mensagens. Tomando nossa posição logo antes de ser introduzida a primeira mensagem,

vemos o mundo religioso protestante em triste necessidade de reforma. Divisões e confusão reinavam entre as igrejas. Estavam ainda ligadas a muitos erros e superstições papais. O poder do Evangelho estava minimizado em suas mãos. Para corrigir estes males foi apresentada a doutrina da segunda vinda de Cristo, e proclamada com poder. Deviam tê-la recebido e teriam sido estimulados para uma nova vida. Em vez disso rejeitaram-na e sofreram espiritualmente as consequências. Seguiu-se então a segunda mensagem, anunciando o resultado daquela rejeição e declarando o que era não só um fato em si, como também um veredito judicial de Deus sobre as igrejas por sua rebelião a este respeito, a saber, que Deus os havia abandonado e eles tinham sofrido uma queda espiritual.

Isto não teve o efeito de os despertar e levar a corrigir seus erros, como bastaria se tivessem querido ser admoestados e corrigidos. O que se segue? Está preparado o caminho para um movimento ainda mais retrógrado, para uma apostasia mais ampla e para males ainda maiores. Os poderes das trevas impulsionarão sua obra, e se as igrejas persistirem ainda em fugir da luz e rejeitar a verdade, encontrar-se-ão em breve adorando a besta e recebendo a sua marca. Tal será a consequência lógica da conduta que começou com a rejeição da primeira mensagem. Agora outra proclamação é enviada, anunciando em tons solenes que, se alguém fizer isto, beberá do vinho da ira de Deus, que se deitou, não misturado, no cálice da Sua ira. Isto é o mesmo que dizer: Vós rejeitastes a primeira mensagem e experimentastes uma queda espiritual. Se continuardes a rejeitar a verdade e a desprezar as advertências enviadas, esgotareis os últimos recursos da graça de Deus, e finalmente experimentareis uma destruição literal para a qual não haverá remédio. Esta é a ameaça mais severa que Deus podia fazer nesta vida, e é a última. Poucos lhe prestarão atenção e serão salvos, mas a multidão passará adiante e perecerá.

A proclamação da mensagem do terceiro anjo é o último movimento religioso especial que devia fazer-se antes de o Senhor aparecer, porque imediatamente depois disso João viu um como o Filho do homem, vindo sobre uma grande nuvem branca para segar a seara da Terra. Isto não pode representar outra coisa senão a segunda vinda de Cristo. Portanto, se a vinda de Cristo está às portas, chegou o tempo para a proclamação desta mensagem. São muitos os que com a voz e a pena ensinam fervorosamente que estamos nos últimos dias e que a vinda de Cristo está às portas mas quando lhes lembramos esta profecia ficam como perdidos no mar, sem âncora, mapa ou bússola. Não sabem o que fazer com ele. Eles podem ver tão bem como nós se o que ensinam acerca da vinda de Cristo é verdade, e o Senhor está às portas, por toda parte. Sim, por toda a Terra deviam ser ouvidas as notas de advertência desta terceira mensagem.

Os argumentos sobre as duas mensagens precedentes fixam a época em que se deve dar a terceira, e mostram que pertence ao tempo atual. A melhor evidência de que a mensagem está sendo proclamada ao mundo, está nos fatos

que demonstram seu cumprimento. Indicamos a primeira mensagem como proclamação principal do grande movimento adventista de 1840-44. Vimos o cumprimento da segunda mensagem em relação com aquele movimento no último ano mencionado. Vejamos o que ocorreu desde aquele tempo.

Quando Cristo não veio em 1844, todo o corpo de adventistas caiu em maior ou menor confusão. Muitos abandonaram completamente o movimento. Outros chegaram à conclusão de que o argumento sobre o tempo estava errado e imediatamente procuraram reajustar os períodos proféticos e fixar uma nova data para a vinda do Senhor, obra em que têm continuado mais ou menos até o tempo presente, fixando nova data à medida que cada uma passa. Poucos buscaram atenta e sinceramente a causa do erro, e foram confirmados em suas opiniões de que o movimento adventista fora providencial, e que tinha sido correto o argumento sobre o *tempo*; mas viram que tinha sido cometido um erro sobre o assunto do santuário e que esse erro explicava o desapontamento.

Viram que o santuário de Daniel 8:14 não era esta Terra, como se tinha suposto, que a purificação não devia ser pelo fogo, e que a profecia neste particular não implicava a vinda do Senhor. Encontraram nas Escrituras evidência muito clara de que o santuário aludido era o templo celestial, que Paulo chama “santuário”, “o verdadeiro tabernáculo, o qual o Senhor fundou e não o homem”. Viram também que a sua purificação, segundo a figura, ia consistir no ministério final do sacerdote no segundo compartimento, ou no lugar santíssimo. Compreenderam então que tinha chegado o tempo para o cumprimento de Apocalipse 11:19: “Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no céu, e foi vista a arca da Aliança no seu santuário”.

Com a atenção voltada para a arca, foram naturalmente levados a um exame da Lei contida na arca. Que a arca continha a Lei era evidente pelo próprio nome que lhe era aplicado. Era chamada “a arca da Aliança”, mas não teria sido a arca da “Aliança”, e não podia ter sido assim chamada, se não encerrasse a Lei. Ali estava, pois, a arca no Céu, o grande antitipo da arca que, durante o tempo das sombras, existiu aqui na Terra. A Lei que esta arca celeste continha deve, por conseguinte, ser o grande original de que a Lei escrita em tábuas na arca terrestre era apenas uma cópia. Ambas as leis devem ser precisamente iguais, palavra por palavra, til por til. Supor de outro modo representaria seria imaginar mentira. Essa Lei continua sendo, pois, a Lei do governo de Deus, e o seu quarto preceito, hoje como no princípio, requer a observância do sétimo dia da semana como o sábado. Ninguém que admita o argumento sobre o santuário pretende questionar este ponto.

Assim foi trazida à luz a reforma do sábado, e viu-se que, tudo o que foi feito em oposição a esta Lei, especialmente na introdução de um dia de repouso e culto que destruía o sábado de Jeová, devia ser obra da besta papal, do poder que se oporia a Deus e tentaria mudar Suas leis ao exaltar-se acima

de Deus. Mas esta é precisamente a obra sobre a qual o terceiro anjo pronuncia a sua advertência. Por isso os crentes de 1844 começaram a ver que a época da mensagem do terceiro anjo está sincronizada com o tempo da purificação do santuário, que começou ao terminar os 2.300 dias, em 1844, e que a proclamação é baseada nas grandes verdades desenvolvidas por este assunto.

Assim, a luz da mensagem do terceiro anjo raiou sobre a igreja. Seus membros viram imediatamente que o mundo tinha direito de exigir aos que professam proclamar essa mensagem, uma explicação de todos os símbolos que ela contém: a besta, a imagem, a adoração e a marca. Por isso esses pontos constituíram temas de estudo especial. Viram que o testemunho das Escrituras era claro e abundante, e não levou muito tempo a formular, baseados nas verdades reveladas, declarações e provas definidas que explicavam todos estes pontos.

Uma mensagem de advertência — Apresentamos os argumentos que demonstram em que consiste a besta, a imagem e a marca ao comentarmos Apocalipse 13; e mostramos que a besta de dois chifres, que faz a imagem à besta e impõe a marca, são os Estados Unidos da América. Esta obra, e estes agentes, contra os quais a mensagem do terceiro anjo dá a sua advertência, constitui uma prova adicional de que esta mensagem deve ser proclamada agora, e mostra a grande harmonia existente em todas estas profecias. Não necessitamos repetir aqui os argumentos; bastará recapitular os pontos estabelecidos:

A “besta” é o poder católico romano.

A “marca” da besta” é a instituição que este poder apresenta como prova de sua autoridade de legislar sobre os assuntos da igreja e dominar as consciências dos homens para mantê-los no pecado. Consiste em fazer uma mudança na Lei de Deus, pela qual é tirado dela a assinatura real. O sábado, o sétimo dia da semana, o grande memorial da obra criadora de Jeová, e arrancado de seu lugar no Decálogo, e é posto em seu lugar um dia de repouso falsificado, o primeiro dia da semana.

A “imagem da besta” é uma combinação eclesiástica que se assemelha à besta por estar revestida de poder para impor os seus decretos com as penas e castigos da lei civil.

A “besta de dois chifres”, que dá à imagem o poder de falar e agir, representa os Estados Unidos da América, que avançam para a formação da imagem da besta.

A besta de duas pontas impõe a marca da besta, isto é, estabelece por lei a observância do primeiro dia da semana, ou o domingo, como dia de repouso. Já mostramos o que se tem feito neste sentido. Muitas pessoas e grupos organizados estão entrelaçando os melhores fins com uma agitação em favor das leis religiosas.

Mas o povo não é deixado em trevas sobre este assunto. A mensagem do terceiro anjo levanta um protesto solene contra todo este mal. Desmascara a obra da besta, revela a natureza da sua oposição à Lei de Deus, adverte o povo contra a submissão às suas demandas, e indica a todos o caminho da verdade.

Isto naturalmente desperta oposição, e a igreja é levada tanto mais a procurar o auxílio da autoridade humana em favor dos seus dogmas quanto mais carece da autoridade divina.

O que tem feito esta mensagem, e que progresso fez no mundo até agora? Como resposta a estas perguntas, apresentamos alguns fatos surpreendentes. A primeira publicação que foi feita a respeito, veio à luz em 1849. Hoje esta mensagem é proclamada em livros, folhetos e jornais publicados em 200 línguas diferentes, e mantém 83 casas publicadoras que, espalhadas em ambos hemisférios, publicam 313 jornais. O valor das publicações que fizeram circular em 1942 alcançou \$ 5.467.664,99. A obra de evangelização é feita em 413 países e em mais de 810 línguas.

Tal movimento é pelo menos um fenômeno que exige explicação. Temos encontrado movimentos que cumprem de um modo admirável e exato as mensagens do primeiro e do segundo anjo. Aqui está outro que chama a atenção do mundo em cumprimento da terceira mensagem. Afirma ser um cumprimento, e pede ao mundo que examine as credenciais em que baseia seu direito a tal afirmação. Examinemo-las:

“Seguiu-os o terceiro anjo” — Assim que este movimento segue os dois anteriormente mencionados. Retoma e continua a proclamação das verdades proclamadas por eles, e lhes ajunta o que mais está envolvido na mensagem do terceiro anjo.

A terceira mensagem é caracterizada como uma advertência contra a besta. Assim, este movimento enfatiza entre os seus temas uma explicação deste símbolo, diz ao povo em que consiste, como também suas pretensões e obras blasfemas.

A terceira mensagem adverte a todos contra a adoração da besta. Assim, este movimento explica como o poder da besta trouxe para o cristianismo certas instituições que se opõem aos preceitos do Altíssimo e mostra que, se nos sujeitarmos a elas, adoramos este poder. “Não sabeis vós”, diz Paulo, “que a quem vos apresentardes por servos para lhe obedecer, sois servos daquele a quem obedecéis?” (Romanos 6:16).

A terceira mensagem adverte a todos contra o receberem a marca da besta. Deste modo, este movimento dedica sua obra em grande escala a mostrar o que é a marca da besta e advertir o povo contra a sua recepção. É tanto mais solícito em fazer isto, quanto é certo que este poder anticristão tem trabalhado tão astutamente que a maioria é enganada, fazendo concessões inconscientes à sua autoridade. Está provado que a marca da besta é uma instituição adornada com o traje cristão e tem sido insidiosamente introduzida na igreja cristã de modo a anular a autoridade de Jeová e a entronizar a da besta. Despido de todos os disfarces, levanta simplesmente um falso dia de repouso no primeiro dia da semana, em vez do sábado do Senhor, que é o sétimo dia da semana. Mas é uma usurpação que o grande Deus não pode tolerar e da qual a igreja remanescente

deve libertar-se antes de estar preparada para a vinda de Cristo. Daí a urgente advertência: Ninguém adore a besta ou receba a sua marca.

A terceira mensagem tem algo a dizer contra a adoração da imagem da besta. Assim também o movimento fala deste assunto, dizendo o que será a imagem, ou pelo menos explica a profecia da besta de dois chifres. Revela onde se fará a imagem. A profecia se refere a esta geração e está evidentemente às vésperas de se cumprir.

Não há empresa religiosa, além dos adventistas do sétimo dia, que declare ser o cumprimento da mensagem do terceiro anjo. Não há outra que acentue como seus temas preeminentes os assuntos aos quais se dedica este livro. Que faremos com estas coisas? É este o cumprimento? Deve reconhecer-se que sim, a menos que se possa desmentir suas declarações, a menos que se possa demonstrar que não ouviram as mensagens do primeiro e do segundo anjo, que a interpretação sobre a besta, a imagem e a adoração não sejam corretas; e que podem descartar completamente todas as profecias, sinais e evidências que mostram a proximidade da vinda de Cristo, e por conseguinte, a necessidade de proclamar a mensagem. Será difícil a qualquer pessoa que estude a Bíblia com inteligência fazer isso.

O fruto da proclamação apresentado no versículo 12, ainda prova melhor a exatidão das interpretações oferecidas. Apresenta um grupo de que pode dizer-se: “Aqui estão os que guardam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus.” Esta obra é feita no próprio coração da cristandade, e os que recebem a mensagem tornam-se peculiares pela sua prática em relação aos mandamentos de Deus. Que diferença há na prática, e que única diferença há entre os cristãos a este respeito? Justamente esta. Alguns pensam que o quarto mandamento é guardado pela consagração do primeiro dia da semana ao repouso e culto. Outros sustentam que o sétimo dia é que é o dia separado a tais deveres, e por isso passam as suas horas assim, retomando no primeiro dia o seu trabalho ordinário. Não podia traçar-se uma linha de demarcação mais clara entre as duas classes. O tempo que uma classe considera como sagrado e dedica a ocupações religiosas é considerado pela outra como unicamente secular e consagrado ao trabalho ordinário. Uma classe repousa devotamente enquanto outra dedicadamente trabalha. Uma classe, prosseguindo suas vocações mundanas, encontra a outra classe afastada de todas as suas atividades, e as comunicações do intercâmbio comercial abruptamente interrompidas. Durante dois dias na semana estas duas classes estão separadas por sua diferença de doutrina e prática em relação ao quarto mandamento. Nenhum outro mandamento poderia criar tão notável diferença.

O sábado se destaca na mensagem — A mensagem do terceiro anjo leva os seus adeptos a observar o sétimo dia, porque só desta maneira se tornam diferentes, ao passo que a observância do primeiro dia não distinguiria uma pessoa das massas que já estavam observando esse dia quando a mensagem foi introduzida. Nisto temos uma evidência adicional de que a observância do domingo é a

marca da besta, porque a mensagem que enfatiza principalmente a advertência contra a recepção da marca da besta, levará sem dúvida seus adeptos a abandonar a prática que constitui a marca e os fará a adotar a conduta oposta. Leva-os a abandonar a observância do primeiro dia da semana, e a adotar a do sétimo dia. Em vista disto, vê-se imediatamente que aqui há mais do que simples deduções de que a observância do domingo constitui a marca da besta contra o qual nos adverte, e que a observância do sétimo dia é o seu oposto, ou seja, o selo de Deus.

Isto está em harmonia com o argumento sobre o selo de Deus, apresentado no capítulo 7. Mostrou-se ali que “sinal”, “selo” e “marca” são termos sinônimos, e que Deus considera o Seu Sábado como Seu sinal ou selo com referência ao Seu povo. Assim, Deus tem um selo ou sinal, que é o Seu Sábado. A besta tem uma marca, que é o falso dia de repouso. Um é o sétimo dia, o outro é o primeiro dia. A cristandade será, por fim, dividida somente em duas classes: (1) os que estarão selados com o selo do Deus vivo, isto é, que terão Seu sinal e guardarão Seu sábado; (2) e os que receberão a marca da besta, isto é, que terão seu sinal, ou guardarão seu falso dia de repouso. Com referência a este assunto, a mensagem do terceiro anjo nos esclarece e nos adverte.

Pelo fato de o sétimo dia ter tanta importância como dia de repouso, será próprio apresentar aqui os principais fatos relacionados com a instituição do sábado.

O sábado foi instituído no princípio, ao terminar a primeira semana da criação (Gênesis 2:1-3).

Ele foi o sétimo dia daquela semana, e foi baseado em fatos imutáveis e inseparavelmente relacionados com o seu próprio nome e existência. Ao repousar Deus no sétimo dia, tornou-o o dia de repouso, ou o sábado (repouso) do Senhor; e nunca poderá deixar de ser o Seu dia de repouso, visto que esse fato nunca poderá ser mudado. Deus santificou então, ou pôs de parte esse dia, como nos afirma o relato, e essa santificação nunca pode cessar, a não ser que seja retirada por um ato da parte de Jeová tão direto e explícito como aquele pelo qual a colocou sobre o dia no princípio. Ninguém pode dizer que jamais isto se tenha feito, e se pretendesse não o poderia provar.

O sábado nada encerra de natureza típica ou cerimonial, porque foi instituído antes de o homem pecar, e por isso pertence a um tempo em que não podia existir um tipo, sombra ou figura.

As leis e instituições que existiram antes da queda do homem eram primárias em sua natureza. Provinham da relação entre Deus e o homem, e dos homens entre si, e assim continuariam sempre se o homem nunca tivesse pecado e não fossem afetadas pelo seu pecado. Em outras palavras, eram por sua própria natureza imutáveis e eternas. As leis cerimoniais e típicas deveram a sua origem ao fato de o homem ter pecado. De uma dispensação à outra em sujeitas a mudança; e elas, e só elas, foram abolidas na cruz. A lei do sábado era uma lei primária e, portanto, imutável e eterna.

A santificação do sábado no Éden prova a sua existência desde a criação até o Sinai. Ali foi colocada no próprio seio do Decálogo tal como Deus o proferiu com Sua voz audível e o escreveu com Seus dedos em tábuas de pedra. Estas são circunstâncias que o separam para sempre das leis cerimoniais e o colocam entre as leis morais e eternas.

O sábado não é indefinido; não é qualquer sétimo dia depois de seis de trabalho. A Lei do Sinai (Êxodo 20:8-11) o indica de modo tão definido quanto a linguagem o permite. Os acontecimentos que lhe deram origem (Gênesis 2:1-3) limitam-no a um sétimo dia definido. Os 6.240 milagres relacionados com o sábado no deserto, na razão de três por semana durante quarenta anos, quando se proporcionava uma dupla porção de maná no sexto dia; a conservação do maná do sexto dia no sétimo dia; e nenhum no sétimo dia (Êxodo 16), mostram que é um dia particular e não um simples espaço de tempo. Dizer outra coisa seria como declarar que o aniversário de Washington ou o Dia da Independência seja apenas 1/365 parte do ano, e pode ser celebrada tanto no dia em que ocorre como em qualquer outro dia.

O sábado é uma parte da Lei que nosso Senhor abertamente declarou não vir destruir. Por outro lado, solenemente afirmou que subsistiria sem omitir qualquer jota ou til até que a Terra passasse (Mateus 5:17-20).

É uma parte da Lei que Paulo declara não ser anulada, mas antes estabelecida pela fé em Cristo (Romanos 8:31). Pelo contrário, a lei cerimonial ou típica, que apontava para Cristo e cessou na cruz, foi anulada e substituída pela fé nEle (Efésios 2:15).

É uma parte da Lei real, da Lei que pertence ao Rei Jeová, que Tiago declara ser a Lei de liberdade, e pela qual havemos de ser julgados no último dia. Deus não estabelece diferentes normas de juízo para as diferentes épocas do mundo (Tiago 2:11 e 12).

É o “dia do Senhor” de Apocalipse 1:10 (Ver os comentários sobre esse versículo).

Aparece como uma instituição em referência à qual é predita uma grande reforma nos últimos dias (Isaías 56:1 e 2, cf. com 1 Pedro 1:5). Esta reforma abrange também a mensagem que estamos considerando. E na nova Terra o sábado, fiel à sua origem e natureza, volta a aparecer, e derramará desde então suas bênçãos sobre o povo de Deus por toda a eternidade (Isaías 66:22, 23).

Esta é uma breve sinopse de alguns dos argumentos pelos quais vemos que a lei do sábado não foi de modo algum ab-rogada e nem a instituição mudou. Não se pode dizer que uma pessoa guarda os mandamentos de Deus se não guardar o seu dia. Seguir tal instituição é uma alta honra; e prestar atenção às suas exigências trará consigo uma infinita bênção.

O castigo dos adoradores da besta — Serão atormentados com fogo e enxofre na presença dos santos anjos e do Cordeiro. Quando será infligido este tormento? Apocalipse 19:20 mostra que na segunda vinda de Cristo há manifestação de juízos de fogo que podem ser chamados um lago de fogo e enxofre, no qual a besta e o falso profeta são lançados vivos. Isto só se pode referir à destruição que lhes sobrevirá no começo, e não no fim do milênio.

Há em Isaías uma notável passagem a que somos obrigados a referir-nos ao explicar as frases da ameaça do terceiro anjo, e que inquestionavelmente descreve cenas que devem ocorrer na Terra por ocasião do segundo advento enquanto a Terra permanece desolada durante os mil anos que se seguem. É quase forçoso reconhecer que a linguagem do Apocalipse reproduz partes dessa profecia. Depois de descrever a ira do Senhor sobre as nações, a grande mortandade de seus exércitos, o afastamento dos céus como um rolo, o profeta diz: “Porque será o dia da vingança do Senhor, ano de retribuições pela luta de Sião. E os seus ribeiros se transformarão em pez, e o seu pó em enxofre. E a sua terra em pez ardente. Nem de noite nem de dia se apagará; para sempre a sua fumaça subirá; de geração em geração será assolada; de século em século ninguém passará por ela” (Isaías 34:8-10). E desde que está expressamente revelado haver um lago de fogo em que todos os pecadores perecerão no fim dos mil anos, só podemos concluir que a destruição dos ímpios vivos no começo deste período e a ruína final de todos os iníquos no seu final são semelhantes.

A expressão “para todo o sempre” da terceira mensagem (Apocalipse 14:11) não pode significar eternidade. Isto é evidente pelo fato de que esse castigo é infligido nesta Terra, onde o tempo é contado por dia e noite. Isto é ainda mostrado pela passagem de Isaías, já citada, que é, como sugerimos, de onde se extraiu a linguagem, e se aplica ao mesmo tempo. O que Isaías diz refere-se ao país da Iduméia. Mas quer signifique literalmente o país de Edom, ao sul e ao leste da Judéia, quer represente, como sem dúvida representa, toda esta Terra no tempo em que o Senhor Jesus Se revelará desde os céus em labareda de fogo, quando chegar o ano de retribuições pela luta de Sião, em ambos os casos a cena terá eventualmente um fim. Esta Terra finalmente há de ser renovada, purificada de toda mancha do pecado, de todo vestígio de sofrimento e imperfeição e se tornará a habitação de justiça e alegria pelos séculos eternos.

A palavra *aion* aqui traduzida “para sempre” é definida assim por G. Abbot-Smith, em seu pequeno dicionário grego do Novo Testamento: “*Um espaço de tempo, como uma vida, uma geração, um período da história, um período indefinidamente longo*”. De maneira que, sem fazer violência ao significado aceito pela palavra grega, podemos interpretá-la aqui em harmonia com outras declarações categóricas da Escritura.

O período da mensagem do terceiro anjo é um tempo de paciência para o povo de Deus. Paulo e Tiago dão-nos ambos instruções sobre este ponto

(Hebreus 10:36; Tiago 5:7, 8). Entretanto este grupo expectante guarda os mandamentos de Deus, o Decálogo, e conserva fé de Jesus, isto é, todos os ensinamentos de Cristo e de Seus apóstolos contidos no Novo Testamento. O verdadeiro sábado, dado no Decálogo, ressalta assim em vívido contraste com o dia de repouso falsificado, a marca da besta, que finalmente distingue os que rejeitam a mensagem do terceiro anjo.

VERSÍCULOS 13-16: Então, ouvi uma voz do céu, dizendo: Escreve: Bem-aventurados os mortos que, desde agora, morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham. Olhei, e eis uma nuvem branca, e sentado sobre a nuvem um semelhante a filho de homem, tendo na cabeça uma coroa de ouro e na mão uma foice afiada. Outro anjo saiu do santuário, gritando em grande voz para aquele que se achava sentado sobre a nuvem: Toma a tua foice e ceifa, pois chegou a hora de ceifar, visto que a seara da terra já amadureceu! E aquele que estava sentado sobre a nuvem passou a sua foice sobre a terra, e a terra foi ceifada.

Uma crise solene — Os acontecimentos vão se tornando solenes à medida que nos aproximamos do fim. É este fato que dá à mensagem do terceiro anjo, que agora está sendo proclamada, uma solenidade e importância. E a última advertência apresentada antes da vinda do Filho do homem, representado aqui sentado sobre uma nuvem branca, com uma coroa na cabeça e uma foice na mão, para segar a seara da Terra.

Estamos compilando rapidamente uma cadeia profética que culmina na revelação do Senhor Jesus descendo do Céu em labareda de fogo, para Se vingar de Seus inimigos e recompensar os Seus santos. Não só isso, mas aproximamo-nos tanto de seu cumprimento que o próprio elo seguinte na cadeia é esse final e momentoso acontecimento. O tempo nunca retrocede. Como o rio não recua ao aproximar-se do precipício, mas arrasta todos os corpos flutuantes com irresistível força; e como as estações nunca mudam o seu curso, mas o verão segue o caminho da figueira florescente, e o inverno segue as folhas caídas, assim somos levados sempre para diante, queiramos ou não, estejamos ou não preparados, para a crise inevitável e irrevogável. Ah! Quão pouco pensa o orgulhoso cristão professo e o despreocupado pecador na ruína que está iminente! Quão difícil que os próprios que conhecem e professam a verdade compreendê-la!

Uma bênção prometida — Uma voz do Céu mandou João escrever: “Bem-aventurados os mortos que desde agora morrem no Senhor”, e o Espírito responde: “Sim, para que descansem dos seus trabalhos, e as suas obras os sigam.” “Desde agora” deve significar desde um momento particular. Que momento? Evidentemente desde o começo da mensagem em relação à qual se diz isso. Mas, por que são bem-aventurados os que morrem desde esse momento? Deve haver algum motivo especial para sobre eles ser pronunciada esta bênção. Não será porque escapam ao tempo de terrível perigo que os santos têm de enfrentar ao terminarem a sua peregrinação? Embora são assim

abençoados em comum com todos os justos mortos, têm uma vantagem sobre eles por constituírem, sem dúvida, aquele grupo que ressuscitará para a vida eterna na ressurreição especial de Daniel 12:2.

Deve notar-se que nessa cadeia profética três anjos precedem o Filho do homem na nuvem branca e três são apresentados depois daquele símbolo. Já expressamos a opinião de que anjos literais participam nas cenas descritas. Os primeiros três têm o encargo das três mensagens especiais eles podem também simbolizar um corpo de ensinadores religiosos. A mensagem do versículo 15 deve evidentemente ser proclamada depois de o Filho do homem, terminada a Sua obra sacerdotal, tomar o lugar sobre a nuvem branca, mas antes de aparecer nas nuvens do céu. Como a linguagem é dirigida Àquele que está assentado sobre a nuvem branca, tendo em Sua mão uma foice aguda pronta para ceifar, deve significar uma mensagem de oração por parte da igreja, depois de concluída a sua obra em favor do mundo e já acabou o tempo de graça, e só falta que o Senhor apareça e leve o Seu povo para Si. É este, sem dúvida, o clamor de dia e de noite, de que fala nosso Senhor em Lucas 18:7, 8 em relação com a vinda do Filho do homem. E esta oração será respondida. Os eleitos serão vingados, pois diz a parábola: “Deus não fará justiça aos Seus escolhidos, que clamam a Ele de dia e de noite?” O que está assentado sobre a nuvem brandirá Sua foice, e os santos, sob a figura do trigo da terra, serão ceifados para o celeiro celeste.

O trigo ceifado — Diz a profecia: “E aquele que estava sentado sobre a nuvem passou a sua foice sobre a terra, e a terra foi ceifada.” Estas palavras nos levam para além do segundo advento, para cenas que acompanham a destruição dos ímpios e a salvação dos justos. Para além destas cenas temos, portanto, de olhar para a aplicação dos seguintes versículos:

VERSÍCULOS 17-20: Então, saiu do santuário, que se encontra no céu, outro anjo, tendo ele mesmo também uma foice afiada. Saiu ainda do altar outro anjo, aquele que tem autoridade sobre o fogo, e falou em grande voz ao que tinha a foice afiada, dizendo: Toma a tua foice afiada e ajunta os cachos da videira da terra, porquanto as suas uvas estão amadurecidas! Então, o anjo passou a sua foice na terra, e vindimou a videira da terra, e lançou-a no grande lagar da cólera de Deus. E o lagar foi pisado fora da cidade, e correu sangue do lagar até aos freios dos cavalos, numa extensão de mil e seiscentos estádios.

O lagar da ira de Deus — Os dois últimos anjos relacionam-se com os ímpios, sendo que estes são muito adequadamente representados pelos purpúreos cachos da vinha da Terra. Não estaria aqui representada a ruína final daquela classe no fim do milênio, fazendo, assim, a profecia uma disposição final tanto dos justos como dos ímpios, os justos revestidos de imortalidade e seguramente estabelecidos no reino, e os ímpios perecendo em volta da cidade, no tempo da sua descida à Terra? Dificilmente se poderá aplicar isto ao tempo do segundo advento, porque os acontecimentos aqui apresentados estão em ordem cronológica, e a destruição dos ímpios seria contemporânea da reunião dos justos. Além

do mais, os ímpios vivos na época da vinda de Cristo bebem do “cálice” da Sua ira. Mas esta passagem nos apresenta o momento em que parecem no lagar de Sua ira, que se diz ser pisado “fora da cidade”, o que corresponde completamente à descrição de Apocalipse 20:9, onde se apresenta mais naturalmente a sua destruição completa e final.

O anjo sai do templo, onde estão guardados os registros e onde está determinado o castigo. O outro anjo tem poder sobre o fogo. Isto pode ter alguma relação com o fato de que o fogo é o elemento pelo qual os ímpios serão destruídos por fim, embora se diga, para continuar com a figura, que os ímpios, depois de comparados aos cachos da vinha da Terra, foram lançados no grande lagar, que é pisado fora da cidade. E sai sangue do lagar, até os freios dos cavalos. Sabemos que os ímpios hão de desaparecer, tragados por fim numa chama de fogo devorador, que descerá do Céu da parte de Deus, mas não sabemos que mortandade precedente deve ocorrer entre a hoste condenada. Não é improvável que esta linguagem se venha a cumprir literalmente. Como os primeiros quatro anjos desta série representam um movimento da parte do povo de Deus, os últimos dois podem representar o mesmo, pois os santos hão de tomar alguma parte em distribuir e executar o castigo final dos ímpios (1 Coríntios 6:2; Salmos 149:9).

Os santos triunfantes — Esta profecia termina como outras, com o triunfo completo de Deus e de Cristo e de todos os remidos.

Apocalipse 15 — Preparam-se as Taças da Ira de Deus

Este capítulo introduz as sete últimas pragas, manifestação da não misturada ira do Céu, e a plenitude da sua medida, para a última geração dos ímpios. Nessa altura a obra da graça terminou para sempre.

VERSÍCULOS 1-8: Vi no céu outro sinal grande e admirável: sete anjos tendo os sete últimos flagelos, pois com estes se consumou a cólera de Deus. Vi como que um mar de vidro, mesclado de fogo, e os vencedores da besta, da sua imagem e do número do seu nome, que se achavam em pé no mar de vidro, tendo harpas de Deus; e entoavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei das nações! Quem não temerá e não glorificará o teu nome, ó Senhor? Pois só tu és santo; por isso, todas as nações virão e adorarão diante de ti, porque os teus atos de justiça se fizeram manifestos. Depois destas coisas, olhei, e abriu-se no céu o santuário do tabernáculo do Testemunho, e os sete anjos que tinham os sete flagelos saíram do santuário, vestidos de linho puro e resplandecente e cingidos ao peito com cintas de ouro. Então, um dos quatro seres vivos deu aos sete anjos sete taças de ouro, cheias da cólera de Deus, que vive pelos séculos dos séculos. O santuário se encheu de fumaça procedente da glória de Deus e do seu poder, e ninguém podia penetrar no santuário, enquanto não se cumprissem os sete flagelos dos sete anjos.

Uma cena preparatória — Isto é o que diz o capítulo 15. Por ele somos levados a uma nova série de acontecimentos. O capítulo inteiro é apenas uma introdução para os mais terríveis juízos do Todo-poderoso que hão de sobrevir a esta Terra: as sete últimas pragas. A maior parte do que aqui vemos é uma preparação solene para o derramamento destas taças sem mistura. O versículo 5 mostra que estas pragas caem depois de terminado o ministério no santuário, porque o templo está aberto antes de serem derramadas. São dadas a sete anjos, que estão vestidos de linho puro e resplandecente, adequado símbolo da pureza, da retidão e justiça de Deus ao infligir estes juízos. Eles recebem estas taças de um dos quatro seres vivos. Nos comentários sobre Apocalipse 4 já provamos que estes seres vivos são uma classe de assistentes de Cristo em Sua obra no santuário. É apropriado que sejam eles que entregam aos ministros da vingança as taças da ira para serem derramadas sobre os que desprezaram a misericórdia de Cristo, abusaram da Sua paciência, acumularam injúrias sobre o Seu nome e de novo O crucificaram na pessoa dos Seus discípulos. Enquanto os sete anjos estão cumprindo a sua terrível missão, o templo enche-se com a glória de Deus, e ninguém (*oudeis*, nenhum ser) pode ali entrar. Isto demonstra que terminou a obra da graça, pois

não há ministério no santuário durante o derramamento das pragas. Por isso são manifestações da ira de Deus sem qualquer mistura de misericórdia.

É lembrado o povo de Deus — Nesta cena o povo de Deus não é esquecido. Nos versículos 2-4 é permitido ao profeta antecipar-se um pouco e contemplá-los vencedores sobre ao mar de vidro misturado com fogo. Cantam o cântico de Moisés e o do Cordeiro. O mar de vidro, sobre o qual estão estes vencedores, é o mesmo que foi apresentado em Apocalipse 4:6, que estava diante do trono no Céu. E como não temos provas de que tenha mudado de lugar, e os santos são vistos sobre ele, temos aqui uma prova indubitável, confirmada por Apocalipse 14:15, de que os santos são levados para o Céu para receberem uma parte da sua recompensa. Assim como se de repente o Sol brilhante atravessasse a nuvem da meia-noite, é apresentada uma cena, ou dada uma promessa aos humildes seguidores do Cordeiro, em toda a hora de tentação, para assegurar-lhes o amor e cuidado de Deus tanto como a certeza da sua recompensa final. O profeta de outrora, Isaías, escreveu: “Dizei aos justos que bem lhes irá; ai do ímpio! mal lhe irá” (Isaías 3:10, 11).

O cântico que os vencedores entoam, o cântico de Moisés e o do Cordeiro, é-nos apresentado aqui em epítome nestas palavras: “Grandes e maravilhosas são as Tuas obras, Senhor Deus Todo-poderoso; justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei dos santos”. É um cântico de infinita grandeza. Quão amplo em seus termos! Quão sublime em seu tema! Evoca as obras de Deus, que são uma manifestação da Sua glória. Com visão imortal os santos poderão compreendê-las como o não podem fazê-lo em sua condição atual.

A própria astronomia nos revela o suficiente para encher todos os corações de admiração. Do nosso pequeno mundo passamos ao Sol, a 155 milhões de quilômetros de distância. Dali ao vizinho mais próximo dele a 40 bilhões de quilômetros de distância. A seguir à dupla estrela Polar, cuja luz necessita de 400 anos para chegar ao nosso mundo, e, cruzando muitos sistemas, grupos, constelações, chegamos à grande estrela Rigel, em Órion, que resplandece com a força de 15 mil astros como o nosso Sol. Que será então o grande centro em redor do qual giram estas miríades de orbes resplandecentes! Bem pode erguer-se o cântico: “Grandes e maravilhosas são as Tuas obras.” Mas o cântico menciona também outra coisa: a providência e a graça de Deus: “Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei dos santos.” Todo o procedimento de Deus para com todas as Suas criaturas ficará para sempre vindicado aos olhos dos remidos e à vista de todos os mundos.

Depois de toda a nossa cegueira, de todas as nossas perplexidades, de todas as nossas provações, poderemos exclamar por fim na exuberância da alegria satisfeita: “Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei dos santos”.

Apocalipse 16 — Sete Pragas Devastam a Terra

VERSÍCULOS 1, 2: *Ouvi, vinda do santuário, uma grande voz, dizendo aos sete anjos: Ide e derramai pela terra as sete taças da cólera de Deus. Saiu, pois, o primeiro anjo e derramou a sua taça pela terra, e, aos homens portadores da marca da besta e adoradores da sua imagem, sobrevieram úlceras malignas e perniciosas.*

Este capítulo descreve as sete taças da ira de Deus não misturada com misericórdia, e os efeitos que se produzem ao serem derramadas sobre a Terra. Em primeiro lugar temos que saber: Qual é a verdadeira interpretação destes pontos? São as pragas simbólicas? Terão já sido cumpridas no passado? Ou serão literais e pertencem ao futuro?

O tempo das pragas — A descrição da primeira praga revela claramente e logo o tempo em que cairá sobre a Terra, porque é derramada sobre os que têm a marca da besta e adoram a sua imagem, precisamente as coisas contra as quais nos adverte o terceiro anjo. Esta é uma prova concludente de que estes juízos não são derramados sem que este anjo termine a sua obra, e que a classe de pessoas que ouvem a sua advertência e a rejeitam são os que recebem as primeiras gotas das transbordantes taças da ira de Deus. Se estas pragas estão no passado, também temos que situar a imagem da besta e a sua adoração no passado. Se estas são coisas passadas, a besta de dois chifres, que faz esta imagem, e a sua obra também estão no passado. Se tal é o caso, então a mensagem do terceiro anjo, que nos adverte acerca desta obra, está no passado. E se ocorreu no passado, isto é, séculos no passado, então a mensagem do primeiro anjo e do segundo pertencem também ao passado. Então os períodos proféticos, sobre os quais as mensagens estão baseadas, especialmente os 2.300 dias, terminaram há séculos. E se assim é, as 70 semanas de Daniel 9 pertencem inteiramente à época judaica, e a grande prova de que Cristo é o Messias fica destruída. Mas ao comentar Apocalipse 7, 13 e 14 mostramos que a primeira e segunda mensagens foram dadas em nossos próprios dias; que a terceira está em processo de cumprimento agora; que a besta de dois chifres subiu ao cenário, e se está preparando para realizar a obra que lhe é atribuída; e que a formação da imagem e a imposição da sua adoração estão precisamente por acontecer. A menos que todas estas afirmações possam ser refutadas, as sete últimas pragas devem também ser inteiramente atribuídas ao futuro.

Mas há outros motivos para situá-las no futuro e não no passado.

Com a quinta praga, os homens blasfemam de Deus por causa das suas dores e chagas, sem dúvida as mesmas chagas ou úlceras causadas pelo derrama-

mento da primeira praga. Isto demonstra que estas pragas caem todas sobre a mesma geração de homens, sendo alguns indubitavelmente eliminados em cada uma, enquanto outros sobrevivem através das terríveis cenas de todas.

Estas pragas são o vinho da ira de Deus sem mistura de misericórdia, com o qual o terceiro anjo ameaçou o mundo (Apocalipse 14:10; 15:1). Semelhante linguagem não pode aplicar-se a quaisquer juízos sobrevivendo à Terra enquanto Cristo intercede em favor de nossa família humana. Portanto, devemos situar essas pragas no futuro, quando houver terminado o tempo de graça.

Outro testemunho mais definido acerca do começo e duração destas pragas encontra-se nestas palavras: “O santuário se encheu de fumaça, procedente da glória de Deus e do Seu poder, e ninguém podia penetrar no santuário, enquanto não se cumprissem os sete flagelos dos sete anjos” (Apocalipse 15:8). O santuário aqui apresentado é, evidentemente, o que é mencionado no capítulo 11:19, onde se diz: “Abriu-se, então o santuário de Deus, que se acha no Céu, e foi vista a arca da Aliança no seu santuário.” Em outras palavras, temos diante de nós o santuário celestial. Quando os sete anjos com as sete taças de ouro recebem a sua missão, o templo está cheio com a fumaça da glória de Deus, e ninguém pode entrar no templo, ou santuário, até que os anjos tenham cumprido a sua obra. Não haverá, portanto, ministério sacerdotal no santuário durante este tempo. Por conseguinte, estas taças não são derramadas antes de ser fechado o ministério de Cristo no tabernáculo celestial, mas seguem imediatamente depois. Cristo já não é mediador. A misericórdia, que durante tanto tempo deteve a mão da vingança, já não intercede mais. Os servos de Deus estão todos selados. Que podia, pois, esperar-se senão castigo e destruição para a Terra?

Visto que estes juízos hão de cair num futuro muito próximo, ao manifestar-se o dia da ira, continuemos investigando a sua natureza e que resultará quando sair do templo a solene e terrível ordem aos sete anjos, dizendo: “Ide, e derramai sobre a Terra as sete taças da ira de Deus.” Aqui somos convidados a olhar para o “arsenal” do Senhor, donde são tiradas “as armas da Sua indignação” (Jeremias 50:25). Aqui são tirados para fora os tesouros da saraiva, que têm estado retidos ao tempo da angústia, até o dia da peleja e da guerra (Jó 38:22, 23).

A primeira praga — “Saiu, pois, o primeiro anjo e derramou a sua taça pela terra, e, aos homens portadores da marca da besta e adoradores da sua imagem, sobrevieram úlceras malignas e perniciosas” (Ver também Zacarias 14:12).

Não há motivo aparente para isto não ser considerado estritamente literal. Estas pragas são quase idênticas àquelas que Deus infligiu sobre os egípcios quando estava prestes a libertar Seu povo do jugo da escravidão, e que ninguém põe em dúvida terem sido literais. Deus está agora prestes a recompensar Seu povo com a libertação e a redenção finais, e Seus juízos manifestar-se-ão de um modo não menos literal e terrível. Não somos informados sobre

a natureza das chagas ou úlceras. Talvez sejam semelhantes à praga de tumores que caiu sobre o Egito (Êxodo 9:8-11).

VERSÍCULO 3: Derramou o segundo a sua taça no mar, e este se tornou em sangue como de morto, e morreu todo ser vivente que havia no mar.

A segunda praga — É difícil conceber substância mais infecciosa e mortal do que o sangue de um morto; e é certamente terrível o quadro evocado pelo pensamento de que as grandes massas d'água que são sem dúvida designadas pelo termo mar, não de ser mudadas em semelhante estado com esta praga. Temos aqui o notável fato de que o termo “alma vivente” é aplicado a animais irracionais, como os peixes e criaturas vivas do mar. Este é, segundo cremos, o único exemplo de semelhante aplicação na Versão Inglesa, porém, no original ocorre frequentemente, mostrando que o termo aplicado ao homem no princípio (Gênesis 2:7) não supõe uma essência imaterial e imortal, chamada alma.

VERSÍCULOS 4-7: Derramou o terceiro a sua taça nos rios e nas fontes das águas, e se tornaram em sangue. Então, ouvi o anjo das águas dizendo: Tu és justo, tu que és e que eras, o Santo, pois julgaste estas coisas; porquanto derramaram sangue de santos e de profetas, também sangue lhes tens dado a beber; são dignos disso. Ouvi do altar que se dizia: Certamente, ó Senhor Deus, Todo-Poderoso, verdadeiros e justos são os teus juízos.

A terceira praga — Tal é a descrição da terrível retribuição exigida pelo “sangue dos santos” derramado por mãos violentas, que será dada àqueles que cometeram tais ações. E posto que os horrores daquela hora, em que os rios e fontes das águas se tornarão como sangue não possam agora ser imaginados, no entanto a justiça de Deus será vindicada e os Seus juízos aprovados. Até os anjos exclamarem: “Tu és justo, tu que és e que eras, o Santo, pois julgaste estas coisas; porquanto derramaram sangue de santos e de profetas [...] Certamente, ó Senhor Deus, Todo-Poderoso, verdadeiros e justos são os teus juízos”.

Pode perguntar-se como é que se pode dizer que a última geração dos ímpios derramou o sangue dos santos e profetas, se os santos da última geração não devem ser mortos. Encontramos a explicação ao lermos Mateus 23:34, 35; 1 João 3:15. Estas passagens demonstram que a culpa provém tanto dos motivos como das ações. Nenhuma geração jamais fez mais decidido propósito de entregar os santos à matança indiscriminada, do que o que será feito num futuro não muito longínquo (Ver os comentários sobre Apocalipse 12:17; 13:15). Na sua intenção e propósito derramam o sangue dos santos e profetas, e são tão culpados como se tivessem executado suas perversas intenções.

Dir-se-ia que ninguém da família humana poderia mais sobreviver após praga tão terrível como esta. Portanto, deve ser de curta duração, como foi com a praga semelhante que caiu no Egito (Êxodo 7:17-21, 25).

VERSÍCULOS 8, 9: O quarto anjo derramou a sua taça sobre o sol, e foi-lhe dado queimar os homens com fogo. Com efeito, os homens se queimaram com o intenso calor, e blasfemaram o nome de Deus, que tem autoridade sobre estes flagelos, e nem se arrependeram para lhe darem glória.

A quarta praga — É digno de nota que cada praga sucessiva tende a aumentar a calamidade das anteriores e a realçar a angústia dos culpados. Temos agora uma praga dolorosa e incômoda que infligirá dor aos homens, abrasando o seu sangue, e derramando sua influência febril através das suas veias. Ademais, têm apenas sangue para apaziguar a sua sede abrasadora. E para cúmulo, é dado poder ao Sol, que derrama sobre eles uma inundação de fogo, de modo que se sentem queimados pelo grande calor. Mas, segundo o relato, sua dor tenta exprimir-se em horrendas blasfêmias.

VERSÍCULOS 10, 11: Derramou o quinto a sua taça sobre o trono da besta, cujo reino se tornou em trevas, e os homens remordiam a língua por causa da dor que sentiam e blasfemaram o Deus do céu por causa das angústias e das úlceras que sofriam; e não se arrependeram de suas obras.

A quinta praga — Um fato importante é estabelecido por este testemunho, a saber, que as pragas não destroem imediatamente todas as suas vítimas, porque algumas que foram primeiro feridas com chagas, ainda vivem ao ser derramada a quinta praga e mordem as línguas de dor. Uma ilustração desta praga encontra-se em Êxodo 10:21-23. É derramada sobre o trono da besta, o papado. O trono da besta é onde se encontra a sede papal, que tem estado e continuará sem dúvida a estar, na cidade de Roma. O seu “reino” provavelmente abrange todos os que são súditos eclesiásticos do papa, onde quer que se encontrem.

Como os que situam as pragas no passado consideram as primeiras cinco já completamente realizadas, detemo-nos aqui um momento para perguntar, onde, nos tempos passados, os juízos aqui ameaçados foram cumpridos. Podem juízos tão terríveis ser infligidos, sem que ninguém o saiba? Se não, onde está a história do seu cumprimento? Quando é que uma chaga má e maligna caiu sobre uma parte especificada e extensa da humanidade? Quando é que o mar se tornou como o sangue de um morto, morrendo nele todo ser vivente? Quando é que os rios e fontes se converteram em sangue, e os homens só tiveram sangue para beber? Quando é que o Sol abrasou os homens com fogo até lhes provocar maldições e blasfêmias? E quando é que os súditos da besta morderam as línguas de dor e ao mesmo tempo blasfemaram de Deus por causa das suas chagas? Nestas pragas, diz a Inspiração, completa-se a ira de Deus, mas se elas cair sem ninguém o saber, quem há de considerar a Sua ira uma coisa tão terrível, ou evitar os Seus juízos quando são ameaçados?

VERSÍCULOS 12-16: Derramou o sexto a sua taça sobre o grande rio Eufrates, cujas águas secaram, para que se preparasse o caminho dos reis que vêm do lado do nascimento do sol.

Então, vi sair da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs; porque eles são espíritos de demônios, operadores de sinais, e se dirigem aos reis do mundo inteiro com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso. (Eis que venho como vem o ladrão. Bem-aventurado aquele que vigia e guarda as suas vestes, para que não ande nu, e não se veja a sua vergonha). Então, os ajuntaram no lugar que em hebraico se chama Armagedom.

A sexta praga — Que é o grande rio Eufrates, sobre o qual esta praga é derramada? Dizem uns que se trata do literal rio Eufrates, que corre na Ásia. Outros dizem que é um símbolo da nação que ocupa o território pelo qual flui o rio. Esta última opinião é preferível por muitas razões:

Seria difícil compreender o que se ganharia com o secamento do rio literal, visto que não ofereceria nenhum obstáculo grave ao progresso de um exército em marcha. Deve notar-se ainda que o secamento ocorre para preparar o caminho dos reis do Oriente, isto é, a organizações bélicas regulares, e não a uma multidão mista e despreparada de homens, mulheres e crianças, como eram os filhos de Israel no Mar Vermelho ou no Jordão. O Eufrates tem apenas 2.200 quilômetros de percurso, ou seja a terça parte da extensão do Mississipi. Ciro, sem dificuldade, desviou o rio do seu leito no cerco de Babilônia. Durante as numerosas guerras que têm sido travadas ao longo das suas margens, muitos exércitos têm atravessado repetidas vezes as suas correntes, sem que jamais fosse preciso secá-lo para poderem passar.

Seria tão necessário secar o rio Tigre como o Eufrates, porque aquele é quase tão grande como este. Suas nascentes distam apenas uns 25 quilômetros uma da outra, nas montanhas da Armênia, e o primeiro corre quase paralelo com o último, e apenas a uma curta distância dele através de todo o seu percurso. Todavia a profecia nada diz do Tigre.

O secamento *literal* dos rios tem lugar sob a quarta praga, em que é dado poder ao Sol para abrasar os homens com o fogo. Durante esta praga ocorrem, sem dúvida, as cenas de seca e fome tão vividamente descritas por Joel e, como resultado delas, expressamente se afirma que “os rios se secaram” (ver Joel 1:14-20). O Eufrates dificilmente poderá constituir uma exceção a este flagelo da seca; e pouca água ficaria para secar literalmente sob a sexta praga.

Estas pragas, pela própria natureza do caso, devem ser manifestações de ira e juízos sobre os homens; mas se o secamento do Eufrates literal é tudo o que se apresenta aqui, esta praga não se reveste dessa natureza, e não se torna afinal um acontecimento de grande gravidade.

Com todas estas objeções contra a possibilidade de considerar aqui o Eufrates como um rio literal, este deve compreender-se figuradamente como simbolizando o poder que, ao começar este secamento tenha o domínio do território banhado por esse rio. Todos concordam que esta poder foi a Turquia. Daí

que podemos buscar o cumprimento das especificações desta profecia em algo que afete diretamente a nação turca.

O rio é empregado como símbolo em outros lugares das Escrituras (Ver Isaías 8:7; Apocalipse 9:14). Com referência a este último texto, todos hão de concordar que o Eufrates simboliza o poder turco. Como é a primeira e última vez que esta palavra se apresenta no Apocalipse, é muito próprio considerar que conserva o mesmo significado em todo o livro.

O secamento do rio seria, pois, a diminuição do império turco, a gradual redução de suas fronteiras. Isto é o que ocorreu literalmente.

Em seu apogeu, o império otomano se estendia para o leste até o Tigre e o mar Cáspio; para o sul até Aden, e incluía a Arábia, Palestina, Egito, Argélia; ao norte abrangia o reino da Hungria, os países balcânicos, Criméia. A Turquia guerreou repetidas vezes contra os mais poderosos exércitos da Europa, com Alemanha, Rússia e outras nações. Levou suas conquistas até o interior da Ásia, e recebeu o pedido de ajuda da Índia. Mas este poderoso flagelo da cristandade não superou os seus limites. Nos acontecimentos que produziram a crise de 1840, quase se desmoronou, e desde então tem estado decaindo rapidamente. Consideremos algumas de suas perdas.

A Turquia perdeu o reino da Hungria em 1718; a Criméia em 1774; a Grécia em 1832; a România, Montenegro e Bulgária em 1878; Tripolitana em 1912; Egito em 1914; Mesopotâmia foi-lhe tirado pela Grã-Bretanha em 1917. Perdeu a Palestina em 1917; a Síria em 1918; o Hechaz cerca do mesmo tempo. Ao terminar a Primeira Guerra Mundial, os Dardanelos e Constantinopla foram internacionalizados, e a capital turca foi trasladada para Angora. A Turquia recuperou dos gregos a Anatólia ocidental, inclusive Esmirna; recuperou a porção ocidental da Armênia e as fontes do Eufrates, como também sua antiga capital Constantinopla, na Europa, e uma porção da Trácia; mas ainda assim resta pouco território a este império que uma vez foi poderoso. Seu domínio foi sendo reduzido província após província, até que lhe resta apenas uma sombra de suas antigas possessões. Por certo, a nação simbolizada pelo Eufrates está secando.

Mas pode objetar-se a isto que, defendendo o sentido literal das pragas, fazemos de uma delas um símbolo. Respondemos, porém, que não. É verdade que, sob a sexta praga, é apresentado um poder em sua forma simbólica, justamente como sob a quinta, onde vemos a sede da besta, que é um símbolo bem conhecido, ou como, sob a primeira, vemos o sinal da besta, sua imagem e sua adoração, que são também símbolos. Insistimos apenas sobre o sentido literal dos juízos que resultam de cada praga, que são literais neste caso como em todos os outros, embora as organizações que sofrem esses juízos possam ser apresentadas em sua forma simbólica.

A batalha do Armagedom — Pode ainda perguntar-se: Como é que o caminho dos reis do Oriente será preparado pelo secamento ou destruição do

poder otomano? A resposta é óbvia: Para que há de ser preparado o caminho destes reis? Para se ajuntarem na batalha do grande dia do Deus Todo-poderoso. Onde será travada a batalha? A resposta do profeta é que os que pelejam esta batalha serão congregados “no lugar que em hebraico se chama Armagedom”. Este nome provém do antigo vale de Megido, onde nos tempos do Antigo Testamento travaram-se tantas batalhas decisivas, segundo atesta a história.

Acerca do nome Armagedom, diz Lyman Abbott, em um dicionário de conhecimentos religiosos:

Este nome tem lugar na planície da Palestina central que se estende do Mediterrâneo ao Jordão, e separa as serras do Carmelo e de Samaria das da Galiléia. [...] É a antiga planície de Megido, o Armagedom do Apocalipse 16:16 (Lyman Abbott and T. J. Conant, *A Dictionary of Religious Knowledge*, p. 326, 327, art. “Esdraelon”).

Acerca da importância deste campo de batalha, Jorge Cormack, diz:

Megido é a chave militar da Síria. Numa época dominava o caminho rumo ao norte, Fenícia e Cele-Síria, e o caminho que cruzava Galiléia a Damasco e o vale do Eufrates. [...] O vale de Kishon e a região do Megido eram campos de batalha inevitáveis. Através de toda a história conservaram esse caráter; ali se decidiram muitas das grandes contendas do sudoeste da Ásia (Jorge Cormack, *Egypt and Asia*, p. 83).

Admitindo que “Megido foi a chave militar da Síria” e que dominava os caminhos do Próximo Oriente, o leitor terá, contudo, interesse em saber por que, além da declaração profética direta de que a batalha final será travada ali, esta região tenha sido escolhida pelas nações da Terra como cenário do último grande conflito. Para responder a esta pergunta lógica submetemos as conclusões de outros escritores cujos anos de investigação acerca das razões sociais, econômicas e políticas que levam as nações a pelejar, fazem-nos credores de nossa consideração.

Com a queda da soberania otomana [...] voltar-se-á a suscitar a eterna questão da posição da Ásia Menor. Esta terra é o corredor entre a Europa e Ásia, ao longo do qual passaram a maioria dos conquistadores europeus que invadiram a Ásia, com exceção apenas dos russos, e a maioria dos conquistadores asiáticos que invadiram a Europa (J. B. Firth, *The Fortnightly Review*, maio, 1915, p. 795).

Notemos agora a opinião que H. Huntington Powers sustentou por muito tempo acerca de Constantinopla e seus arredores:

Constantinopla, com seu estreito tributário é o lugar mais estratégico do mundo. [...] Quando Napoleão e o czar Alexandre se sentaram em Tilsit para dividir o mundo, Alexandre disse a Napoleão, segundo é dito: “Dêem-nos ou tirem-nos o que se quiser, mas dêem-nos Cons-

tantinopla. Meu povo está preparado para fazer qualquer sacrifício por Constantinopla.” Napoleão esteve inclinado longo tempo sobre o mapa, e logo erguendo-se com decisão repentina, respondeu: “Constantinopla! Nunca! Significa o domínio do mundo.” [...] Tanto os mercadores como os estrategistas consideram Constantinopla como a mais valiosa das possessões territoriais (H. Huntington Powers, *The Things Men Fight For*, p. 74, 77).

Lemos, ademais, sobre como o interesse do mundo foi transferido de Constantinopla à Turquia Asiática:

O problema de Constantinopla tem deixado perplexo e angustiado o mundo durante muitos séculos. As nações disputaram numerosas guerras e sacrificaram inumeráveis vidas para possuir ou controlar essa gloriosa cidade e os admiráveis estreitos que separam a Europa da Ásia e que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo, o Oriente ao Ocidente, o mundo eslavo ao latino-germânico. Até aqui em geral se acreditava que uma tentativa de decidir a questão de Constantinopla levaria inevitavelmente a uma guerra mundial entre os Estados que pretenderam fazê-lo, pois seu acordo era impossível. Daí que os diplomatas olhassem com temor a questão de Constantinopla e a consideravam insolúvel. [...] No entanto, embora possamos alegrar-nos de que o sempre ameaçador problema de Constantinopla foi por fim eliminado, parece possível que outro problema, muito maior e perigoso, se levante quase imediatamente em seu lugar. A questão da Turquia Asiática está passando ao primeiro plano (J. Ellis Barker, *The Great Problems of British Statesmanship*, p. 55).

Devido ao fato de que o território por tanto tempo ocupado pelos turcos domina as grandes rotas comerciais de três continentes, sempre foi cobiçado pelos que ambicionaram chegar a exercer o domínio mundial. A descoberta de grandes poços de petróleo no Próximo Oriente aumentou grandemente o desejo das nações para possuir a Ásia Menor e a região banhada pelo Eufrates. Na verdade as palavras de Jó 29:6: “e da rocha me corriam ribeiros de azeite”, não eram uma hipérbole senão uma verdade literal, levando toda nação de primeiro nível a reconhecer que esses poços de petróleo, comparáveis aos do hemisfério ocidental, constituiriam uma possessão inestimável em mãos dos que queiram dominar o mundo comercial e militar.

Mas por que os reis do Oriente haveriam de interessar-se nessa questão que afeta de modo definido o Próximo Oriente? Não nos esqueçamos que a história nos diz que três vezes o Próximo Oriente já foi invadido por conquistadores orientais e que essas invasões deram ricas recompensas aos invasores.

Visto que todo o Oriente está em transe de renascimento, não é ilógico que seus governos cobicem o ouro líquido do vale do Eufrates.

Em uma entrevista concedida pelo general britânico Sr. Ian Hamilton a Kingsbury Smith, correspondente da agência de notícias *International News Service*, enquanto o general Hamilton falava da ameaça que para a civilização ocidental e européia representa a entrada asiática, predisse que “o lugar onde a Europa tente deter a penetração asiática chegará a ser o último campo de batalha de todo tempo e indicará o fim da civilização” Disse mais: “estudei cuidadosamente o mapa e o lugar mais propício para que a Europa faça frente e rechace a Ásia se chama Megido, ou, em alguns mapas, Armagedom” (*New York Journal and American*, 17/2/1938, p. 2).

Do que dizem estes escritos pareceria depreender-se que se exércitos poderosos como os que poderiam mobilizar “os reis da terra e do mundo inteiro” tivessem que reunir-se em alguma parte situada entre o antigo vale do Megido e as vastas expansões do vale do Eufrates e da Ásia Menor, para travar a “batalha daquele dia do Deus Todo-poderoso” se cumpriria a profecia no que se refere ao território designado pelo termo “Armagedom”.

Durante séculos os territórios da Palestina e do Eufrates têm estado sob o domínio de governantes maometanos, responsáveis diante da nação turca. É, portanto, lógico crer que a Turquia chegará a seu fim antes que os reis da Terra façam desembocar seus exércitos naquele território. O fim da Turquia prepara o terreno para a batalha do Armagedom.

Os três espíritos imundos — Outro acontecimento digno de nota sob esta praga é a saída dos três espíritos imundos a fim de congregarem as nações para a grande batalha. O movimento espalhado por todo o mundo, conhecido por espiritismo moderno, é, em todo sentido, um meio apropriado para a realização desta obra. Mas perguntar-se-á como é que uma obra que já está realizando-se pode ser designada por aquela expressão, quando os espíritos só são apresentados na profecia por altura do derramamento da sexta praga, que é ainda futura. Respondemos que neste, como em muitos outros movimentos, os instrumentos designados pelo Céu no cumprimento de certos fins passam por um processo de preparação preliminar para o papel que hão de desempenhar. Assim, antes de os espíritos poderem ter uma autoridade tão absoluta sobre as nações, que consigam reuni-las para a batalha contra o Rei dos reis e Senhor dos senhores, têm primeiro de ganhar terreno entre as nações da Terra e conseguir que os seus ensinamentos sejam recebidos como vindos de Deus, e que a sua palavra seja recebida como lei. Estão agora fazendo esta obra, e depois de terem ganho completa influência sobre as nações em questão, que instrumento mais apto poderá ser empregado com o fim de as congregar para uma empresa tão temerária e desesperada?

A muitos poderá parecer incrível que as nações queiram empenhar-se numa guerra tão desigual qual é a de lutar contra o Senhor dos exércitos, mas

uma das funções desses espíritos de demônios é enganar, pois se põem a operar milagres, enganando assim os reis da Terra, para que creiam na mentira.

Uma declaração feita por Sir Edward Grey, enquanto falava na Câmara dos Comuns, demonstra que alguns grandes estadistas reconhecem que os espíritos de demônios influem nas nações para aticá-las à guerra. Ao descrever a ação destas forças, o ministro britânico de Relações Exteriores disse:

É realmente como se na atmosfera do mundo operasse alguma influência maligna, que perturba e atica a cada uma de suas partes (Sir Edward Grey, *Times*, de Londres, 28 de novembro de 1911, p. 13).

Ramsay MacDonald, duas vezes primeiro ministro da Grã-Bretanha, disse:

Pareceria que estavam todos enfeitiçados, ou que operavam sob alguma condenação a eles imposta pelos demônios. [...] Os povos começaram a sentir que havia algo demoníaco nas operações que se realizam agora para acrescentar os exércitos, as marinhas e as forças aéreas (Ramsay MacDonald, citado em “Moção de Desarmamento do Partido Trabalhista”, *Times*, de Londres, 24 de julho, 1923, p. 7).

A origem destes espíritos denota que operarão no meio de três grandes divisões religiosas da humanidade, representadas pelo dragão, a besta e o falso profeta, ou o paganismo, o catolicismo e o protestantismo apóstata.

Mas qual é a força da advertência feita no versículo 15? O tempo de graça deve ter terminado, e Cristo deve ter deixado a Sua posição de mediador, antes de as pragas começarem a cair. Corre algum crente o perigo de cair depois disso? Deve notar-se que esta advertência é apresentada em relação com a obra dos espíritos. Inferre-se, portanto, que é retroativa, aplicando-se desde o tempo em que esses espíritos começaram a operar até o fim do tempo da graça. Pelo emprego do presente em lugar do passado no tempo gramatical dos verbos, permissível no grego, a passagem corresponde a esta forma: Bem-aventurado aquele que vigiou e guardou os seus vestidos, para que não andasse nu e não se vissem as suas vergonhas.

“E os congregaram” — Quem são os mencionados aqui como “congregados”, e qual é o instrumento empregado para congregá-los? Se a palavra “os” se refere aos reis da Terra do verso 14, não é instrumento bom o que vai congregá-los; mas se o sujeito do verbo “congregou” é “espíritos”, por que está o verbo no singular? O caráter peculiar desta construção tem levado alguns a ler assim a passagem: “E ele [Cristo] os congregou [aos santos] no lugar que em hebraico se chama Armagedom [a cidade ilustre, ou Nova Jerusalém]”. Mas esta interpretação é insustentável.

Notemos o que a passagem diz exatamente. A palavra traduzida por “espíritos” é *pneumata*, substantivo plural. De acordo com uma lei da língua grega,

quando um substantivo plural é do gênero neutro, como *pneumata*, exige que o verbo esteja no singular. Por conseguinte, no versículo 14, o verbo “sair” que tem os “espíritos” como sujeito, está no singular no original grego. Igualmente, quando a narração retoma depois do parêntesis da exortação do versículo 15, o verbo “congregou” está também no singular no grego para concordar com “sair” do versículo 14, visto que os dois verbos têm o mesmo sujeito, a saber, “espíritos”. Portanto, é muito razoável traduzir assim o versículo 16: “Eles [os espíritos] os congregaram [aos reis] no lugar que em hebraico se chama Armagedom.” Esta interpretação é a que seguida por muitas versões.

“Então, os ajuntaram no lugar que em hebraico se chama Armagedom”, diz a versão *Almeida*. Assim também dizem a *Revised American Version* e a tradução literal de Young. Portanto, é lógico concluir que as pessoas congregadas são os seguidores de Satanás e não os santos, que se refere a uma obra dos maus espíritos e não de Cristo; e que o lugar onde se congregam não é a Nova Jerusalém, para as bodas do Cordeiro, e sim o Armagedom (o nome de Megido) para a “batalha do grande dia do Deus Todo-poderoso”.

VERSÍCULOS 17-21: Então, derramou o sétimo anjo a sua taça pelo ar, e saiu grande voz do santuário, do lado do trono, dizendo: Feito está! E sobrevieram relâmpagos, vozes e trovões, e ocorreu grande terremoto, como nunca houve igual desde que há gente sobre a terra; tal foi o terremoto, forte e grande. E a grande cidade se dividiu em três partes, e caíram as cidades das nações. E lembrou-se Deus da grande Babilônia para dar-lhe o cálice do vinho do furor da sua ira. Todas as ilhas fugiram, e os montes não foram achados; também desabou do céu sobre os homens grande saraivada, com pedras que pesavam cerca de um talento; e, por causa do flagelo da chuva de pedras, os homens blasfemaram de Deus, porquanto o seu flagelo era sobremodo grande.

A sétima praga — Assim descreveu a Inspiração o último juízo que há de ser infligido, no presente estado de coisas, sobre os que são incorrigivelmente rebeldes contra Deus. Algumas das pragas são locais em sua aplicação, mas esta é derramada no ar. O ar envolve toda a Terra. Segue-se que esta praga envolverá igualmente o globo habitável. Será universal. O próprio ar será mortal.

A reunião das nações será produzida sob a sexta praga e a batalha será travada sob a sétima. E aqui são apresentados os instrumentos com que Deus exterminará os ímpios. Nesse tempo pode dizer-se: “O SENHOR abriu o seu arsenal e tirou dele as armas da sua indignação” (Jeremias 50:25).

A Escritura declara que se ouviram “vozes”. Acima de todas será ouvida a voz de Deus. “O SENHOR brama de Sião e se fará ouvir de Jerusalém, e os céus e a terra tremerão; mas o SENHOR será o refúgio do seu povo e a fortaleza dos filhos de Israel” (Joel 3:16; ver também Jeremias 25:30; Hebreus 12:26). A voz de Deus causará o grande terremoto, como nunca tinha havido desde que há homens sobre a Terra.

“E trovões e relâmpagos” — Esta é outra alusão aos juízos do Egito (Ver Êxodo 9:23). A grande cidade é dividida em três partes, isto é, as três grandes divisões das religiões falsas e apóstatas do mundo (a grande cidade): o paganismo, o catolicismo e o protestantismo apóstata, que parecem ficar separados para receber cada um seu apropriado castigo. Caem as cidades das nações. A desolação universal espalha-se sobre a Terra. Todas as ilhas fogem e os montes não se acham. E Deus Se lembra da grande Babilônia. Leremos uma descrição dos seus juízos mais extensamente em Apocalipse 18.

“E sobre os homens caiu do céu uma grande saraiva” — Este é o último instrumento usado na aplicação do castigo aos ímpios. Constitui as amargas borras da última taça. Deus solenemente Se dirigiu aos ímpios, dizendo: “Regrarei o juízo pela linha, e a justiça pelo prumo, e a saraiva varrerá o refúgio da mentira, e as águas cobrirão o esconderijo” (Isaías 28:17; ver também Isaías 30:30). O Senhor pergunta a Jó se viu os tesouros da saraiva, que Ele retém “até o tempo de angústia, até o dia da peleja e da guerra” (Jó 38:22, 23).

É dito que cada pedra era “do peso de um talento”. Segundo várias autoridades, um talento como peso, corresponde a cerca de 26 quilos. Que poderia deter a força de pedras de tão enorme peso caindo do céu? Naquele tempo a humanidade não terá abrigo. As cidades ruíram num potente terremoto, as ilhas fugiram e os montes já não se veem. E outra vez os ímpios dão largas à sua dor com blasfêmias, porque a praga da saraiva é “muito grande”.

Uma pálida ideia do terrível efeito da cena aqui predita pode inferir-se da seguinte descrição de uma tempestade de saraiva no Bósforo, pelo comodoro americano Porter. Diz ele:

Tínhamos talvez andado milha e meia, quando uma nuvem que se levantou no ocidente indicou que se aproximava chuva. Dentro de poucos minutos descobrimos que algo caía do céu em fortes bátegas de alvamento aspecto. Eu não podia conceber de que se tratava, mas vendo perto algumas gaivotas, supus que eram elas que se precipitavam em busca de peixe, mas pouco depois descobri que se tratava de grandes bolas de gelo que caíam. Imediatamente ouvimos um som como de trovão ribombando, ou dez mil carros furiosamente rodando sobre o pavimento. Todo o Bósforo estava em espuma, como se toda a artilharia do céu tivesse sido descarregada sobre nós e nossa frágil máquina. Nosso destino parecia inevitável. Abrimos nossos guarda-chuvas para nos proteger, mas os blocos de gelo desfizeram-nos em farrapos. Tínhamos, por sorte, no barco uma pele de boi, sob a qual nos protegemos, salvando-nos assim de mais ferimentos. Um dos três remadores ficou com a mão literalmente esmagada. Outro ficou muito ferido no ombro. O Sr. H. recebeu uma pancada na perna. Minha mão direita ficou um pouco estropiada, e todos ficaram mais ou menos feridos.

Foi a mais espantosa e terrível cena que jamais testemunhei, e não permita Deus que eu volte a ser exposto a outra! Bolas de gelo tão grandes como os meus dois punhos caíram no barco, e algumas delas com tanta violência que certamente nos teriam partido uma perna ou um braço se esses membros fossem atingidos. Uma delas bateu na haste de um remo e fendeu-o. A cena durou talvez cinco minutos, mas foram os mais terríveis cinco minutos que jamais experimentei. Quando passaram, vimos os montes vizinhos cobertos de massas de gelo, pois que lhes não posso chamar saraiva, as árvores despojadas de suas folhas e ramos, ficando tudo desolado. A cena foi tão terrível que não tenho linguagem para descrevê-la.

Já testemunhei repetidos terremotos. O raio brincou, por assim dizer, em volta da minha cabeça. O vento rugiu e as ondas um momento pareceram levantar-se ao céu e no momento seguinte arrojaram-me num profundo abismo. Tenho estado em combate, e tenho visto a morte e a destruição em volta de mim em todas as suas formas de horror, mas nunca dantes tive o sentimento de terror que de mim se apoderou nessa ocasião, e que ainda por vezes sinto e receio nunca mais esquecer. O meu porteiro, o mais ousado da casa, que se aventurou a sair um instante fora da porta, foi lançado no chão por um bloco de saraiva, e se o não tivessem arrastado para dentro pelos calcanhares, teria certamente morrido assim apedrejado. Dois barqueiros foram mortos na parte alta da vila, e ouvi falar de muitos ossos partidos. Imaginai os céus subitamente gelados, e o gelo partido em pedaços de tamanhos irregulares com o peso de duzentos e cinquenta gramas a meio quilo, e precipitados sobre a terra (David Porter, *Constantinople and its Environs*, vol. 1, p. 44).

Leitor, se tais foram os efeitos de uma tempestade de saraiva, que despeitou pedras do tamanho do punho de um homem pesando quando muito meio quilo, quem poderá descrever as consequências daquela tormenta vindoura, em que “cada pedra” será do peso de um talento? Tão certo como a palavra de Deus é a verdade, assim castigará Ele em breve o mundo culpado. Possamos nós, segundo a promessa, ter “moradas bem seguras” e “lugares quietos de descanso” naquela terrível hora (Isaías 32:18, 19).

“E saiu grande voz do santuário, do lado do trono, dizendo: Feito está!” Assim tudo está terminado. Encheu-se a taça da culpa humana. A última alma valeu-se do plano da salvação. Fecharam-se os livros. Completou-se o número dos salvos. Pôs-se um ponto final na história deste mundo. As taças da ira de Deus foram derramadas sobre uma geração corrupta. Os ímpios beberam-nas até a borra, e são retidos no reino da morte durante mil anos.

Leitor, onde deseja ser achado depois dessa grande decisão?

Mas qual é a condição dos santos enquanto está passando “o dilúvio do açoite”? Eles são o objeto especial da proteção de Deus, sem cujo conhecimento nem sequer um pássaro cai no chão. Muitas são as promessas dadas para nos confortar. Estão sumariamente contidas na bela e expressiva linguagem do salmista:

Diz ao SENHOR: Meu refúgio e meu baluarte, Deus meu, em quem confio. Pois ele te livrará do laço do passarinho e da peste perniciososa. Cobrir-te-á com as suas penas, e, sob suas asas, estarás seguro; a sua verdade é pavês e escudo. Não te assustarás do terror noturno, nem da seta que voa de dia, nem da peste que se propaga nas trevas, nem da mortandade que assola ao meio-dia. Caem mil ao teu lado, e dez mil, à tua direita; tu não serás atingido. Somente com os teus olhos contemplarás e verás o castigo dos ímpios. Pois disseste: O SENHOR é o meu refúgio. Fizeste do Altíssimo a tua morada. Nenhum mal te sucederá, praga nenhuma chegará à tua tenda (Salmo 91:2-10).

Apocalipse 17 — Babilônia, a Mãe

VERSÍCULOS 1-5: Veio um dos sete anjos que têm as sete taças e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei o julgamento da grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas, com quem se prostituíram os reis da terra; e, com o vinho de sua devassidão, foi que se embebedaram os que habitam na terra. Transportou-me o anjo, em espírito, a um deserto e vi uma mulher montada numa besta escarlata, besta repleta de nomes de blasfêmia, com sete cabeças e dez chifres. Achava-se a mulher vestida de púrpura e de escarlata, adornada de ouro, de pedras preciosas e de pérolas, tendo na mão um cálice de ouro transbordante de abominações e com as imundícias da sua prostituição. Na sua frente, achava-se escrito um nome, um mistério: BABILÔNIA, A GRANDE, A MÃE DAS MERETRIZES E DAS ABOMINAÇÕES DA TERRA.

No versículo 19 do capítulo anterior somos informados de que “E lembrou-se Deus da grande Babilônia para dar-lhe o cálice do vinho do furor da sua ira.” O profeta considera agora mais particularmente o tema desta grande Babilônia, e para apresentar um quadro completo dela retrocede e lembra-nos alguns fatos da sua história. Os protestantes crêem, em geral, que a mulher apóstata apresentada neste capítulo é um símbolo da Igreja Católica Romana. Entre esta igreja e os reis da Terra tem havido relações ilícitas. Os habitantes da Terra foram têm sido embriagados com o vinho da sua fornicação, ou com as suas falsas doutrinas.

A Igreja e o Estado — Esta profecia é mais concreta do que outras aplicáveis ao poder romano, porque faz uma distinção entre a Igreja e o Estado. Temos aqui a mulher, a Igreja, sentada sobre uma besta escarlata, o poder civil, pelo qual ela é transportada, e que ela dirige e guia para seus próprios fins, como um cavaleiro dirige o cavalo sobre o qual está sentado.

As vestes e decorações desta mulher, apresentadas no versículo 4, estão em flagrante harmonia com a aplicação feita deste símbolo. As principais cores usadas nas vestes de papas e cardeais são púrpura e escarlata. Segundo testemunhas oculares, entre as miríades de pedras preciosas que adornam seu culto, a prata é raramente conhecida e o ouro parece pobre. É da taça de ouro que está na sua mão — símbolo de pureza de doutrina e profissão de fé, que devia ter contido só o que é puro e de acordo com a verdade — saem só abominações e vinho da sua fornicação, símbolo adequado das suas abomináveis doutrinas e ainda mais abomináveis práticas.

Diz-se que por ocasião do Jubileu Papal foi usado o símbolo de uma mulher com um cálice na mão.

Em 1825, por ocasião do Jubileu, o Papa Leão XII cunhou uma medalha, tendo num lado a sua própria imagem, e no outro, a da Igreja de Roma simbolizada como uma “mulher”, segurando com a

mão esquerda uma cruz e com a mão direita um cálice, com a legenda em volta dela: Sedet super universum, “Todo o mundo é o seu assento” (Alexander Hislop, *The Two Babylons*, p. 6).

VERSÍCULOS 6, 7: Então, vi a mulher embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus; e, quando a vi, admirei-me com grande espanto. O anjo, porém, me disse: Por que te admiraste? Dir-te-ei o mistério da mulher e da besta que tem as sete cabeças e os dez chifres e que leva a mulher.

Uma causa de admiração — Por que se admiraria João, com grande admiração, como diz no original, ao ver a mulher embriagada com o sangue dos santos? Era a perseguição do povo de Deus alguma coisa estranha no seu tempo? Não vira ele Roma estender seus mais ferozes anátemas contra a igreja? Não estava ele próprio exilado sob seu cruel poder, enquanto escrevia? Por que então se admirou ao olhar adiante e ver Roma ainda perseguindo os santos? O segredo da sua admiração era este: Todas as perseguições testemunhadas procediam de Roma pagã, inimiga declarada de Cristo. Não era de estranhar que pagãos perseguissem os seguidores de Cristo. Mas quando João olhou adiante e viu uma igreja que professava ser *cristã* perseguir os seguidores do Cordeiro, e embriagar-se com o seu sangue, não pôde deixar de admirar-se com grande espanto.

VERSÍCULOS 8-11: A besta que viste, era e não é, está para emergir do abismo e caminha para a destruição. E aqueles que habitam sobre a terra, cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida desde a fundação do mundo, se admirarão, vendo a besta que era e não é, mas aparecerá. Aqui está o sentido, que tem sabedoria: as sete cabeças são sete montes, nos quais a mulher está sentada. São também sete reis, dos quais caíram cinco, um existe, e o outro ainda não chegou; e, quando chegar, tem de durar pouco. E a besta, que era e não é, também é ele, o oitavo rei, e procede dos sete, e caminha para a destruição.

Três fases de Roma — A besta de que o anjo aqui fala é evidentemente a besta escarlata. Uma fera, como a que aqui é introduzida, é o símbolo de um poder opressor e perseguidor. Embora o poder romano como nação teve uma existência longa e ininterrupta, passou por certas fases durante as quais este símbolo não lhe seria aplicável, e durante tais fases cujo tempo conseqüentemente a besta, em profecias como a presente, se podia dizer que não era ou não existia. Assim, Roma, na sua forma pagã, foi um poder perseguidor em suas relações com o povo de Deus, e durante este tempo constituiu a **besta que era**. Mas quando o império converteu-se nominalmente ao cristianismo, houve uma transição do paganismo para outra fase de religião falsamente chamada cristã. Durante um breve período, enquanto esta transição se realizava, perdeu o seu caráter feroz e perseguidor, e então podia dizer-se da **besta que não era**. Com o passar do tempo, desenvolveu-se o papado, e de novo assumiu o seu caráter sanguinolento e opressor.

As sete cabeças — Diz-se primeiro que as sete cabeças são sete montes, e depois sete reis. “As sete cabeças são sete montes. [...] São também sete reis”, e assim são identificados as cabeças, os montes e os reis.

O anjo disse mais: “dos quais caíram cinco [reis]”, ou desapareceram. Logo diz: “um [rei] existe”, isto é, o sexto que estava então reinando. “O outro ainda não chegou; e, quando chegar, tem de durar pouco.” E por último: “E a besta, que era e não é, também é ele, o oitavo rei, e procede dos sete.” Por esta explicação dos sete reinos, entendemos que quando o que “ainda não chegou” (no momento em que João escrevia) aparece no cenário, chama-se o oitavo, embora realmente procede dos “sete”, no sentido de que absorve e exerce o seu poder. Este é aquele cuja carreira nos interessa seguir. A seu respeito é dito que seu destino é ir para a “destruição”, quer dizer, há de perecer em absoluto. As sete formas de governo pelas quais passou o Império Romano foram: realeza, consulado, decenvirato, ditadura, triunvirato, império e papado. Os cinco primeiros tinham desaparecido no tempo de João. Ele estava vivendo no tempo do império, sendo que mais duas formas de governo se levantariam depois. Uma continuaria por um curto período, e daí não ser usualmente mencionada entre as cabeças, enquanto a última, que é chamada a sétima, na verdade, é a oitava. A cabeça que sucederia a imperial e “durar pouco” não podia ser a papal, porque esta continuou por muito mais tempo que as anteriores juntas. Portanto, entendemos que a cabeça papal é a oitava, e que uma cabeça de curta duração interveio entre a imperial e a papal. Como cumprimento, lemos que depois de a imperial ter sido abolida, houve um governador de cerca de sessenta anos que governou Roma sob o título de “Exarca de Ravena”. Assim, temos o elo que une as cabeças imperial e papal.

Já demonstramos que esta besta simboliza o poder civil, que de acordo com o relato que nos ocupa, passa por sete fases representadas também pela besta semelhante ao leopardo, mencionada em Apocalipse 13, até que aparece uma oitava que continua até o fim. Visto que já mostramos que Roma papal desenvolveu-se da Roma pagã e a sucedeu, temos que concluir que a oitava cabeça, que procedia das sete e finalmente exerce o seu poder, representa o papado e sua mistura de doutrinas chamadas cristãs com superstições e ritos do paganismo.

VERSÍCULOS 12-14: Os dez chifres que viste são dez reis, os quais ainda não receberam reino, mas recebem autoridade como reis, com a besta, durante uma hora. Têm estes um só pensamento e oferecem à besta o poder e a autoridade que possuem. Pelejarão eles contra o Cordeiro, e o Cordeiro os vencerá, pois é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis; vencerão também os chamados, eleitos e fiéis que se acham com ele.

As dez pontas — Acerca deste assunto, ver os comentários feitos a Daniel 7:7, onde se demonstra que representam os dez reinos que saíram do império romano. Recebem poder por uma hora, (espaço indefinido de tempo) com a besta, isto é, reinam durante um espaço de tempo *contemporaneamente* com a besta, dando-lhe o seu poder e força.

Croly apresenta o seguinte comentário ao versículo 12:

A predição define a época do papado ao mencionar a formação dos dez reinos do Império Ocidental. “Recebem autoridade como reis, com a besta, durante uma hora”. A tradução devia ser “na mesma hora (mían horan)”. Os dez reinos deviam ser contemporâneos, em contraste com as “sete cabeças”, que foram sucessivas (Jorge Croly, *The Apocalypse of John*, p. 264, 265).

Esta linguagem se refere sem dúvida ao passado, quando os reinos da Europa davam unânime apoio ao papado. O tratamento que estes reis darão finalmente ao papado ao papado é expresso no versículo 16, onde se diz que aborrecerão a prostituta, e a deixarão desolada e nua, comerão a sua carne e a queimarão no fogo. Há anos que as nações da Europa têm estado a realizar uma parte desta obra. Só concluirão, queimando-a com fogo, quando se cumprir Apocalipse 18:8.

“Pelejarão eles contra o Cordeiro” (verso 14). Somos aqui levados a penetrar no futuro, e transportados para o tempo da grande batalha final, porque nesse tempo o Cordeiro leva o título de Rei dos reis e Senhor dos senhores, que assume ao terminar o tempo de graça, ao cessar Sua obra de intercessão sacerdotal (Apocalipse 19:11-16).

VERSÍCULOS 15: Falou-me ainda: As águas que viste, onde a meretriz está assentada, são povos, multidões, nações e línguas. Os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes, e a consumirão no fogo. Porque em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento, o executem à uma e dêem à besta o reino que possuem, até que se cumpram as palavras de Deus. A mulher que viste é a grande cidade que domina sobre os reis da terra.

Destino da prostituta — No versículo 15 temos uma clara definição do símbolo bíblico das águas: representam povos, multidões, nações e línguas. O anjo disse a João, chamando-lhe a atenção para este assunto, que lhe havia de mostrar a condenação desta grande prostituta. No versículo 16 essa condenação é especificada. Este capítulo tem, naturalmente, mais especial referência à mãe, ou à Babilônia católica. O capítulo seguinte, se não nos enganamos, trata do caráter e destino de outro grande ramo de Babilônia, as filhas caídas.

Apocalipse 18 — Babilônia as Filhas

VERSÍCULOS 1-3: Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória. Então, exclamou com potente voz, dizendo: Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável, pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da terra. Também os mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria.

Nestes versículos é simbolizado algum movimento de grande poder (Ver os comentários sobre o versículo 4 deste capítulo). A consideração de alguns fatos guiar-nos-á seguramente à aplicação. Em Apocalipse 14 tivemos uma mensagem anunciando a queda de Babilônia. “Babilônia” é um termo que abrange não só o paganismo e a Igreja Católica Romana, mas também corpos religiosos que se têm retirado dela, trazendo consigo muitos dos seus erros e tradições.

Uma queda espiritual — A queda de Babilônia aqui mencionada não pode ser uma destruição literal, porque se realizarão acontecimentos em Babilônia, após a sua queda, que impedem em absoluto esta ideia. Por exemplo, há filhos de Deus ali após a sua queda e são chamados a sair, para que não recebam suas pragas, que abrangem a sua destruição literal. É, portanto, uma queda espiritual, porque o resultado dela é que Babilônia se torna habitação de demônios, e refúgio de todo espírito imundo, e ninho de toda ave imunda e aborrecível. Estas são terríveis descrições de apostasia, e demonstram que, como consequência da sua queda, Babilônia acumula pecados até o céu e se torna sujeita aos juízos de Deus, que não podem mais tardar.

Visto que a queda aqui é uma queda espiritual, deve aplicar-se a algum ramo de Babilônia, que não seja sua divisão pagã nem papal porque desde o começo da sua história o paganismo tem sido uma religião falsa e o papado uma religião apóstata. Além disso, como se diz que esta profecia ocorre pouco antes da destruição final de Babilônia, certamente este aspecto do levantamento e triunfo predito para a igreja católica, este testemunho não pode aplicar-se a outras organizações religiosas senão às que saíram daquela igreja. Estas começaram com a Reforma. Correram bem durante certo tempo e tiveram a aprovação de Deus, mas ao conservar algumas das doutrinas errôneas de Roma, e ao ter-se encerrado em seus próprios credos, não avançaram com a luz progressiva da verdade profética. Tal atitude será finalmente a causa em que desenvolverão um caráter tão odioso aos olhos de Deus como o da igreja da qual se retiraram.

Alexander Campbell, fundador da Igreja dos Discípulos de Cristo, diz:

Há três séculos tentou-se reformar o papado na Europa. A tentativa acabou numa hierarquia protestante e num enxame de dissidentes. O protestantismo transformou-se no presbiterianismo, este se transformou no congregacionalismo, e deste saiu a Igreja Batista, etc. O metodismo tentou reformar a todos, mas reformou-se a si próprio em muitas formas de wesleyanismo. [...] Todos eles conservam no seu seio, em suas organizações eclesiásticas, culto, doutrinas e observâncias várias relíquias do papado. São, quando muito, uma reforma do papado e apenas reformas parciais. As doutrinas e tradições dos homens ainda continuam a impedir o poder e progresso do Evangelho em suas mãos (Alexander Campbell, *Christian Baptism*, p. 15).

Podíamos apresentar uma quantidade de testemunhos semelhantes de pessoas que ocupam altos cargos nestas várias denominações, escritas não com o propósito de criticar, mas com o senso vívido da condição terrível em que caíram estas igrejas. O termo Babilônia, aplicado a elas, não é um termo de opróbrio, mas exprime apenas a confusão e a diversidade de sentimento que existe entre elas. Babilônia não necessitava cair, mas podia ter sido curada (Jeremias 51:9) pela recepção da verdade, mas a rejeitou.

Ao não aceitar a verdade da segunda vinda de Cristo e ao rechaçar a mensagem do primeiro anjo, as igrejas deixaram de andar na luz progressiva que, vinda do trono de Deus, brilhava sobre seu caminho. Como resultado, confusão e dissensão reinam dentro de seus limites, e o mundanismo e orgulho estão afogando o crescimento de toda planta celestial.

Mas neste capítulo é novamente mencionado a queda de Babilônia. Na referência anterior tal queda seguia a proclamação da mensagem do primeiro anjo, e a declaração era então: “Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios.” Aqui se percebe um passo posterior no desenvolvimento da apostasia, e as páginas seguintes revelarão a extensão desta parte final da queda de Babilônia.

Tempo desta queda — A que tempo se aplicam estes versículos? Para quando será esperado este movimento? Se a atitude aqui tomada é correta, a saber, que estas igrejas, ou este ramo de Babilônia, experimentaram uma queda espiritual pela rejeição da mensagem do primeiro anjo de Apocalipse 14, a proclamação feita neste capítulo não podia ter saído antes daquele tempo. É dada, pois, simultaneamente com a mensagem da queda de Babilônia, de Apocalipse 14, ou numa época posterior. Não pode ser dada ao mesmo tempo, porque a primeira apenas anuncia a queda de Babilônia, enquanto esta acrescenta vários pormenores que naquele tempo ainda não se tinham cumprido ou se estavam cumprindo. E como temos de atribuir o anúncio apresentado neste capítulo a um tempo posterior a 1844, em que saiu a mensagem anterior, perguntamos:

Já foi dada alguma mensagem desde esse tempo até o atual? A resposta tem de ser negativa. Agora estamos ouvindo a mensagem do terceiro anjo, que é a última que devia ser apresentada antes da vinda do Filho do homem. À medida que a decadência vai aumentando no mundo religioso, a mensagem tem sido reforçada pela advertência de Apocalipse 18:1-4, que constitui um aspecto da terceira mensagem que deve aparecer quando esta mensagem for proclamada com poder, e toda a Terra for iluminada com a sua glória.

A obra do espiritismo — A última fase da obra apresentada no versículo 2 está em vias de cumprimento, e será completada em breve, por meio do espiritismo. Os agentes que em Apocalipse 16:14 são chamados “espíritos de demônios, que fazem prodígios”, estão secreta mas rapidamente abrindo caminho nas várias denominações religiosas acima referidas, porque os seus credos têm sido formulados sob a influência do vinho (erros) de Babilônia, um dos quais é que os espíritos de nossos amigos mortos estão conscientes, inteligentes e ativos em volta de nós.

Um significativo aspecto da obra do espiritismo atual é o traje religioso que está assumindo. Mantém ocultos seus mais grosseiros princípios, que até agora em tão larga escala apresentava visivelmente, assume agora um aspecto tão religioso como e de qualquer outra denominação. Fala do pecado, do arrependimento, da expiação, da salvação por meio de Cristo, numa linguagem quase tão ortodoxa como a dos cristãos genuínos. Sob o disfarce desta profissão, o que o impede de se entrincheirar em quase todas as denominações do cristandade? Mostramos que a base do espiritismo — a imortalidade da alma — é um dogma fundamental nos credos de quase todas as igrejas. Que, pois, pode salvar a cristandade da sua influência sedutora? Vemos aqui outro triste resultado de rejeitar as verdades oferecidas ao mundo pelas mensagens de Apocalipse 14. Se as igrejas tivessem recebido estas mensagens, teriam sido protegidas contra este engano, porque entre as grandes verdades defendidas pelo movimento religioso que se produziu durante o grande despertar adventista, encontra-se a importante doutrina de que a alma do homem não é por natureza imortal; de que a vida eterna é um dom de Jesus Cristo, e pode ser obtido unicamente por Seu intermédio; que os mortos estão inconscientes; e que as recompensas e castigos do mundo futuro são ulteriores à ressurreição e ao dia do juízo.

Estas verdades desferem um golpe mortal na primeira pretensão vital do espiritismo. Que entrada pode aquela doutrina ter em qualquer mente fortificada por esta verdade? O espírito vem, e pretende ser a alma ou o espírito desencarnado de um morto. Mas enfrenta o conhecimento do fato de que aquilo não é uma espécie de alma, ou espírito, que o homem possua; que “os mortos não sabem coisa nenhuma”; que esta sua primeira pretensão não passa de uma mentira, e que as credenciais que apresenta mostram que pertence à sinagoga de Satanás. Assim, é imediatamente rejeitado, e eficazmente impedido o mal que desejava fazer. Mas a grande massa de religiosos opõe-se à

verdade que os teria assim protegido, e por isso expõem-se a esta última manifestação de astúcia satânica.

O liberalismo moderno — E enquanto o espiritismo está assim operando, manifestam-se aterradoras transformações em altas esferas de algumas denominações. A incredulidade da época atual, sob os sedutores nomes de “ciência”, “alta crítica”, “evolução”, e “liberalismo moderno” estão permeando a maioria dos colégios teológicos do país e realizando graves incursões nas igrejas protestantes.

Em maio de 1909, o escritor Harold Bolce, chamou a atenção do público para esta situação. Depois de investigar o caráter do ensino de algumas das principais universidades do país, apresentou os resultados no *Cosmopolitan Magazine*, cujo redator comentou:

O que o Sr. Bolce apresenta aqui é deveras assombroso. Baseado nas matérias ensinadas nos colégios americanos, um movimento dinâmico está minando os fundamentos antigos e promete criar um modo revolucionário de pensar e viver. Os que lidam com os grandes colégios do país ficarão atônitos ao conhecer os credos fomentados pelo corpo docente de nossas grandes universidades. Em centenas de aulas está-se ensinando diariamente que o Decálogo não é mais sagrado do que um resumo qualquer; que a família é uma instituição condenada a desaparecer; que não há males absolutos; que a imoralidade é simplesmente uma contravenção das normas aceitas pela sociedade. [...] Estes são alguns dos ensinamentos revolucionários e sensacionais que se apresentam com garantia acadêmica aos milhares de estudantes dos Estados Unidos (*Cosmopolitan Magazine*, maio, 1909, p. 665).

Ao mesmo tempo, o *Independent*, de Nova Iorque, expoente de alta crítica, referia-se as condições nas igrejas batistas e presbiterianas, com o anúncio de que “os hereges ocuparam o campo em Chicago e Nova Iorque”. Isto se mostrou pela ação dos seus ministros dessas cidades, recusando excluir do ministério adeptos das mais claras heresias. “Foi uma semana ruim para a velha guarda”, dizia o *The Independent*, “e estas ocorrências dão prova de uma poderosa mudança de opinião sobre questões de teologia nos últimos dez ou vinte anos”.

Continuando dizia o mesmo jornal: “A forte largueza de tolerância que estes corpos batistas e presbiterianos estão mostrando, é pouco menos que revolucionária. Começou com o estudo científico e histórico da Bíblia. Quando descobrimos que o mundo tinha mais de 6.000 anos; que não houve nenhum dilúvio universal há quatro mil anos; que Adão não foi feito diretamente do pó e Eva de sua costela; e que a torre de Babel não foi a ocasião da diversificação das línguas, avançamos de mais para parar. O processo do criticismo estendeu-se do Gênesis ao Apocalipse, sem temor da maldição que vem no fim do último capítulo. Não podia parar com Moisés e Isaías; tinha de incluir Mateus, João e

Paulo. Cada um deles tinha de ser joeirado. Já deixaram de ser tomados como inquestionáveis autoridades finais, pois que a inspiração plenária seguiu-se à inspiração verbal logo que o primeiro capítulo de Gênesis deixou de ser tomado como história verdadeira. Os milagres de Jesus tiveram de sofrer a prova da mesma maneira que os de Elias. A data e objetivo do evangelho de João tiveram de ser investigados tão historicamente, como a profecia de Isaías; e a conclusão da crítica histórica teve de ser aceita sem consideração pelas antigas teologias. Chegamos exatamente a esta condição; e há repetidas provas de que ela marca uma época, uma revolução, no pensamento teológico. Isto é o conseguimos saber em Chicago e Nova-Iorque por meio de duas denominações militantes, como são a batista e a presbiteriana.

Outro escritor assim apresenta a atitudes das igrejas sobre missões:

Não só representam uma minoria da igreja os membros que dão conscienciosamente, mas também mudou a crença quanto às missões. As comissões missionárias podem buscar convencer-se de que as baixas de suas entradas deve-se aos altos impostos, e a diminuição das rendas, mas os pastores que lidam com os doadores reconhecem que aumentou em forma definida a resistência a fazer doações destinadas a estender o Evangelho além de nossas fronteiras. Aumenta o número de membros que são leais em outras coisas, mas anunciam persistentemente que “não creêm nas missões”. O calibre desses oponentes nos faz reflexionar. [...]

A média de ofertas por pessoa em 22 comunhões protestantes é de \$11,28 para os gastos da congregação, e de \$ 2,19 para toda obra local. [...]

A média dos donativos que não se destinam à obra do próprio país oscila entre 29,69% do ingresso total, que é o que resulta da Igreja Presbiteriana Unida, até 11,14, 12,30 e 10,02% nas últimas três igrejas da lista. Não admira que somos instados a “voltar a pensar nas missões” (Felipe Endecott, Osgood, na revista *The Atlantic Monthly*, janeiro, 1940, nota de rodapé da p. 56).

Segundo declarações autorizadas, estes são os resultados:

Enquanto o zelo missionário vai desvanecendo, a situação se complica ainda mais pelo fato agora revelado de que outros missionários que os evangélicos eram enviados aos campos estrangeiros. Estes eram os “aventureiros” de uma “nova civilização”, os “criadores de um mundo novo”, movidos principalmente por uma paixão social. [...]

A evangelização mundial tornou a receber um golpe cruel nas comprovações críticas do relatório de investigação apresentado por

uma comissão leiga que estudou as missões no estrangeiro. Embora o objeto desta empresa, que iniciou em 1930 e continuou até 1931 era “ajudar os leigos para determinar qual deve ser sua atitude para com as missões no estrangeiro, por uma nova consideração das funções de tais missões no mundo moderno” com o objetivo, sem dúvida, não apenas de reformar as missões como aumentar as receitas financeiras, tão-somente se conseguiu maiores controvérsias e menos doações (*The Watchman Examiner*, editorial, 1/1/1940, p. 105).

Resultado da apostasia — Com tão lamentável maneira de ver e sob a direção de tais homens, quanto tempo levará ainda para que Babilônia se encha de espíritos imundos, e de aves imundas e aborrecíveis? Que progresso já se fez neste sentido! Se os piedosos pais e mães da geração que viveu imediatamente antes de ser dada a mensagem do primeiro anjo, pudessem ouvir o ensino e compreender a condição atual do mundo religioso, como ficariam atônitos com o terrível contraste entre o seu tempo e o nosso, e deplorariam a triste degenerescência! Não, o Céu não há de deixar tudo isto passar em silêncio. Está sendo feita uma poderosa proclamação, chamando a atenção de todo o mundo para as terríveis contas na acusação contra as organizações religiosas infiéis, para que a justiça dos juízos que se seguem possa aparecer claramente.

O versículo 3 demonstra a ampla influência de Babilônia, e o mal que resultou e resultará do seu procedimento, e daí a justiça do seu castigo. Os mercadores da Terra enriqueceram-se com a abundância das suas delícias. Quem toma a chefia de todas as extravagâncias do século? Quem enche as suas mesas com os mais ricos e escolhidos manjares? Quem são os primeiros em extravagâncias no vestuário e em todos os trajes preciosos? Quem são os que constituem a própria personificação do orgulho e arrogância? Não são os membros da igreja, os que quase sempre tomam a dianteira na busca de coisas materiais que fomentam o orgulho da vida?

Mas há um detalhe capaz de redimir este quadro. Embora Babilônia tenha degenerado como um corpo há exceções à regra geral, porque Deus tem ainda ali um povo, e por causa deste povo deve dar-se atenção a eles até que sejam chamados a sair da sua comunhão. Nem será necessário esperar muito por este chamado. Babilônia tornar-se-á em breve tão infectada pela influência destes maus agentes, que sua condição será completamente manifesta a todos os de coração sincero, e será preparado o caminho para a obra a que o apóstolo passa a referir.

VERSÍCULOS 4-8: Ouvi outra voz do céu, dizendo: Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos; porque os seus pecados se acumularam até ao céu, e Deus se lembrou dos atos iníquos que ela praticou. Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu, pagai-lhe em dobro segundo as suas obras e, no cálice em que ela misturou bebidas, misturai dobrado para ela. O quanto

a si mesma se glorificou e viveu em luxúria, dai-lhe em igual medida tormento e pranto, porque diz consigo mesma: Estou sentada como rainha. Viúva, não sou. Pranto, nunca hei de ver! Por isso, em um só dia, sobrevirão os seus flagelos: morte, pranto e fome; e será consumida no fogo, porque poderoso é o Senhor Deus, que a julgou.

A voz que vem do Céu denota que será uma mensagem de poder acompanhada de glória celestial. Quão marcada se torna a interposição do Céu, e como se multiplicam os agentes para a realização da obra de Deus à medida que a grande crise se aproxima! Esta voz do Céu é chamada “outra voz”, mostrando que um novo agente é aqui introduzido. Temos agora cinco mensageiros celestiais expressamente mencionados como estando empenhados nesta última reforma religiosa. São eles: o primeiro, segundo e terceiro anjos de Apocalipse 14; quarto, o anjo do versículo 1 deste capítulo; e quinto, o agente indicado pela “voz” do versículo 4, que estamos considerando. Três destes estão já em operação, o segundo anjo juntou-se ao primeiro, e a eles o terceiro. O primeiro e o segundo não cessaram. Os três estão agora unidos para proclamar uma tríplice mensagem. O anjo do versículo 1 inicia a sua missão, porque as condições reinantes exigem sua obra. O apelo divino para sair de Babilônia deve tomar lugar em conexão com esta obra.

“Sai dela, povo meu” — Já se apresentou prova para mostrar que as mensagens dos versículos 1 e 2 deste capítulo devem ser dadas em conexão com a tríplice mensagem. Pode-se fazer uma ideia da sua extensão e poder pela descrição do anjo aí dada. A primeira mensagem diz-se que é proclamada com “uma grande voz”. O mesmo é também dito da terceira mensagem, mas este anjo, em vez de simplesmente voar “pelo meio do céu”, como os outros, diz-se que foi visto “descer do Céu”. Ele vem com a mensagem mais direta. Tem “grande poder”, e a Terra é “iluminada com a sua glória”. Em nenhuma outra parte de toda a Bíblia existe tal descrição de uma mensagem vinda do Céu ao homem. Esta é a última, e, como convinha, vem com grande glória e raro poder. É uma terrível hora em que o destino do mundo deve ser decidido, uma crise soleníssima em que toda uma geração da família humana deve cruzar os limites do tempo de graça ao soar aos seus ouvidos a última nota de misericórdia.

Nesse tempo o mundo não deve ser deixado sem aviso. Tão amplamente deve ser o grande fato anunciado, que ninguém possa com razão alegar ignorância da ruína iminente. Toda desculpa deve ficar eliminada. Hão de ser vindicadas a justiça, paciência e tolerância de Deus em retardar a vingança até que todos tenham tido oportunidade para receber o conhecimento da Sua vontade, e tempo para se arrepender. É enviado um anjo, revestido do poder celestial. Está envolto pela luz que rodeia o trono. Vem à Terra. Ninguém, senão os espiritualmente mortos, sim, os “duas vezes mortos e desarraigados”, deixarão de compreender sua presença. A luz brilha por toda parte. Os lugares escuros são iluminados. Enquanto sua presença dissipa as sombras, a sua voz como trovão

profere um aviso. Clama “fortemente”. Não é nenhum anúncio secreto; é um *clamor*, um *forte clamor*, um brado com *grande voz*.

Os defeitos fatais da profissão de uma igreja mundana são de novo apontados. Seus erros são, uma vez mais, e pela última vez, expostos. A incapacidade do presente padrão de piedade para enfrentar a crise final é salientada para além de todo erro. A conexão inevitável entre os seus acariciados erros e a irremediável e eterna destruição é anunciada até que a Terra ressoa com o clamor. Entretanto, os pecados da grande Babilônia sobem até o Céu, e a lembrança das suas iniquidades chega a Deus. Aumenta a corrente da vingança. Logo explodirá sua tempestade sobre a grande cidade de confusão e a ativa Babilônia cairá como uma pedra de moinho é lançada nas profundezas do mar. Subitamente, outra voz soa do Céu: “Sai dela, povo Meu!” Os humildes, sinceros, devotados filhos de Deus, que ainda ficam, e que suspiram e clamam por causa das abominações feitas na Terra, atendem àquela voz, lavam suas mãos dos pecados dela, separam-se de sua comunhão, escapam e são salvos, enquanto Babilônia se torna a vítima dos justos juízos de Deus. Estes são momentos comovedores para a igreja. Preparemo-nos para a crise.

O fato de o povo de Deus ser chamado a sair para não se tornar participante dos seus pecados, mostra que só a partir de certa altura é que o povo se torna culpado de continuar em contato com Babilônia.

Os versículos 6 e 7 são uma declaração profética de que ela será recompensada ou punida segundo as suas obras. Tenha-se presente que este testemunho se aplica àquela parte de Babilônia que está sujeita à queda espiritual. Como já indicamos, deve aplicar-se especialmente às “filhas”, às denominações que persistem em ater-se aos traços pessoais da “mãe”, e conservar a semelhança de família. Estas, como já indicamos, hão de tentar uma perseguição devastadora contra a verdade e o povo de Deus. São elas que formarão a “imagem da besta”. Experimentarão algo que será para elas uma nova experiência: o uso do braço civil para impor os seus dogmas.

E sem dúvida é esta primeira intoxicação de poder que leva este ramo de Babilônia a jactar-se em seu coração, dizendo: “Estou assentada como rainha, e não sou viúva”, isto é, não sou “despojada” ou destituída de poder, como tenho sido, mas agora domino como rainha. Com expressões blasfemas se jacta de que Deus está na Constituição, e a igreja está entronizada, e daí em diante há de ter o governo. A expressão: “Tornai-lhe a dar, como ela vos tem dado”, parece mostrar que o tempo para ser dada esta mensagem e para os santos serem chamados, será quando ela começar a levantar contra eles o braço da opressão. Ao encher a taça da perseguição aos santos, o anjo do Senhor persegui-la-á (Salmos 35:6). Os juízos do Alto trarão sobre ela, num duplo grau (“pagai-lhe em dobro”) o mal que ela pensou trazer sobre os humildes servos do Senhor.

No dia em que caíam as suas pragas mencionadas no versículo 8, deve ser um dia profético, ou pelo menos não pode ser um dia literal, porque seria impossível que a fome viesse nessa extensão de tempo. As pragas de Babilônia são, sem dúvida, as sete últimas pragas, que já foram examinadas. O que se infere claramente da linguagem deste versículo, em relação com Isaías 34:8, é que esses terríveis castigos durarão um ano.

VERSÍCULOS 9-11: Ora, chorarão e se lamentarão sobre ela os reis da terra, que com ela se prostituíram e viveram em luxúria, quando virem a fumaceira do seu incêndio, e, conservando-se de longe, pelo medo do seu tormento, dizem: Ai! Ai! Tu, grande cidade, Babilônia, tu, poderosa cidade! Pois, em uma só hora, chegou o teu juízo. E, sobre ela, choram e pranteiam os mercadores da terra, porque já ninguém compra a sua mercadoria.

Uma justa retribuição — A inflição da própria primeira praga deve resultar numa completa suspensão do tráfico dos artigos de luxo em que Babilônia se distingue. Quando os mercadores destas coisas, que são em grande parte cidadãos desta cidade simbólica, e que enriqueceram com o tráfico destas coisas, se veem, de repente, a si e aos seus vizinhos, feridos por chagas em putrefação, todo negócio suspenso, e vastos carregamentos de mercadoria inativos, sem ninguém que os compre, levantam as suas vozes em lamentação pelo destino desta grande cidade. Se há alguma coisa que arranque dos homens desta geração um sincero grito de angústia, é o que concerne a seus tesouros. Esta retribuição é muito adequada. Os que pouco antes haviam publicado um decreto para que os santos de Deus não comprassem nem vendessem, encontram-se agora sob a mesma restrição, mas em forma muito mais eficaz.

Perguntar-se-á como pessoas envolvidas na mesma calamidade podem estar de longe e lamentar-se. Devemos lembrar-nos de que esta desolação é apresentada sob a figura de uma cidade visitada com a destruição. Se a calamidade viesse sobre uma cidade literal, seria natural que os seus habitantes fugissem dessa cidade se tivessem oportunidade e estivessem de longe e lamentassem a sua queda. Proporcional ao seu terror e assombro perante o mal a ponto de ocorrer, seria a distância a que poriam entre si e sua amada cidade. A figura que o apóstolo usa não seria completa sem um pormenor desta natureza, e assim a usa, não para dar a entender que o povo fuja literalmente da cidade simbólica, o que seria impossível, mas para significar o seu *terror* e *assombro* ao sobrevirem os juízos.

VERSÍCULOS 12, 13: mercadoria de ouro, de prata, de pedras preciosas, de pérolas, de linho finíssimo, de púrpura, de seda, de escarlata; e toda espécie de madeira odorífera, todo gênero de objeto de marfim, toda qualidade de móvel de madeira preciosíssima, de bronze, de ferro e de mármore; e canela de cheiro, especiarias, incenso, unguento, bálsamo, vinho, azeite, flor de farinha, trigo, gado e ovelhas; e de cavalos, de carros, de escravos e até almas humanas.

A mercadoria de Babilônia — Nestes versículos temos uma enumeração da grande mercadoria de Babilônia, que inclui tudo o que pertence ao viver luxuoso, à pompa e à ostentação mundana. Está incluído todo tipo de tráfico mercantil. A declaração acerca de “escravos e até almas humanas” pode pertencer mais particularmente ao domínio espiritual e ter referência à escravidão de consciência pelos credos destas corporações, que em alguns casos é mais opressiva do que a escravidão física.

VERSÍCULO 14: O fruto sazonado, que a tua alma tanto apeteceu, se apartou de ti, e para ti se extinguiu tudo o que é delicado e esplêndido, e nunca jamais serão achados.

Gluttonaria censurada — Os frutos aqui mencionados, segundo o original, são “frutos outonais”. Nisto encontramos uma profecia de que as “delícias da estação”, com que o luxurioso glutão delícia o apetite, desaparecerão de repente. Esta é, sem dúvida, a escassez, que é o resultado da quarta praga (Apocalipse 16:8).

VERSÍCULOS 15-19: Os mercadores destas coisas, que, por meio dela, se enriqueceram, conservar-se-ão de longe, pelo medo do seu tormento, chorando e pranteando, dizendo: Ai! Ai da grande cidade, que estava vestida de linho finíssimo, de púrpura, e de escarlata, adornada de ouro, e de pedras preciosas, e de pérolas, porque, em uma só hora, ficou devastada tamanha riqueza! E todo piloto, e todo aquele que navega livremente, e marinheiros, e quantos labutam no mar conservaram-se de longe. Então, vendo a fumaceira do seu incêndio, gritavam: Que cidade se compara à grande cidade? Lançaram pó sobre a cabeça e, chorando e pranteando, gritavam: Ai! Ai da grande cidade, na qual se enriqueceram todos os que possuíam navios no mar, à custa da sua opulência, porque, em uma só hora, foi devastada!

Emoções dos ímpios — O leitor pode imaginar facilmente a causa desta voz universal de choro, lamentações e ais. Imagine-se a praga das chagas afligindo os homens, os rios convertidos em sangue, o mar como o sangue de um morto, o Sol abrasando os homens com fogo, o tráfico dos mercadores aniquilado, e eles sem poder obter, com toda a sua prata e ouro, a libertação que anelam, e não há que admirar-nos de suas exclamações de angústia, e que pilotos e marinheiros se unam à lamentação geral. Muito diferente é a emoção que hão de sentir os santos, como vemos pelo seguinte testemunho:

VERSÍCULOS 20-24: Exultai sobre ela, ó céus, e vós, santos, apóstolos e profetas, porque Deus contra ela julgou a vossa causa. Então, um anjo forte levantou uma pedra como grande pedra de moinho e arrojou-a para dentro do mar, dizendo: Assim, com ímpeto, será arrojada Babilônia, a grande cidade, e nunca jamais será achada. E voz de harpistas, de músicos, de tocadores de flautas e de clarins jamais em ti se ouvirá, nem artifice algum de qualquer arte jamais em ti se achará, e nunca jamais em ti se ouvirá o ruído de pedra de moinho. Também jamais em ti brilhará luz de candeia; nem voz de noivo ou de noiva jamais em ti se ouvirá, pois os teus mercadores foram os grandes da terra, porque todas as

nações foram seduzidas pela tua feitiçaria. E nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra.

Emoções dos justos — Os apóstolos e profetas são aqui chamados a regozijar-se pela destruição da grande Babilônia, porque em relação com esta destruição é que eles hão de ser libertos do poder da morte e da sepultura pela primeira ressurreição.

Como uma grande pedra de moinho, Babilônia cai para não mais se levantar. As várias artes e artifícios que têm sido empregados em seu meio e têm ministrado aos seus desejos, não hão de ser mais traficados. A pomposa música que tem sido empregada em culto imponente, mas formal e sem vida, emudece para sempre. As cenas de festividade e alegria, quando o noivo e a noiva são levados perante os seus altares, não será mais testemunhada.

Suas feitiçarias constituem seu crime principal, e a feitiçaria é uma prática que está compreendida no moderno espiritismo. “E nela se achou sangue [...] de todos os que foram mortos sobre a terra.” Daqui se conclui que Babilônia existiu sempre, desde a introdução de uma falsa religião no mundo. Nela se tem encontrado, em todos os tempos, oposição à obra de Deus, e perseguição ao Seu povo. Em referência à culpabilidade da última geração, ver os comentários sobre Apocalipse 16:6.

Apocalipse 19 — Rei dos Reis e Senhor dos Senhores

VERSÍCULOS 1-3: Depois destas coisas, ouvi no céu uma como grande voz de numerosa multidão, dizendo: Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus, porquanto verdadeiros e justos são os seus juízos, pois julgou a grande meretriz que corrompia a terra com a sua prostituição e das mãos dela vingou o sangue dos seus servos. Segunda vez disseram: Aleluia! E a sua fumaça sobe pelos séculos dos séculos.

O apóstolo continua considerando o tema de Apocalipse 18 e introduz aqui o cântico de triunfo que, acompanhando com suas harpas vitoriosas, os remidos cantam, quando presenciam a completa destruição do sistema da grande Babilônia, que se opõe a Deus e ao Seu verdadeiro culto. Esta destruição tem lugar e este cântico é cantado em relação com a segunda vinda de Cristo no começo do milênio.

Para todo o sempre — Pode surgir apenas uma questão acerca desta passagem: Como se pode dizer que a sua fumaça sobe para todo o sempre? Não implica esta linguagem a ideia de sofrimentos eternos? Lembremo-nos de que é uma linguagem tomada do Antigo Testamento, e para compreendê-la corretamente devemos procurá-la na origem e considerar o sentido em que aí é usada. Em Isaías 34 se encontrarão as frases de que, com toda a probabilidade, foram tiradas estas expressões. Sob a figura de um castigo a Edom, ou seja, a terra da Iduméia é apresentada certa destruição. Diz-se acerca desse país que os seus ribeiros se transformariam em piche, o seu pó, em enxofre, e a sua terra em piche ardente, e nem de noite nem de dia se apagaria, mas para sempre subiria a sua fumaça. Todos devem concordar que esta linguagem deve aplicar-se a uma entre duas coisas: ou do país particular chamado Iduméia, ou de toda a Terra sob esse nome. Em ambos os casos é evidente que a linguagem “para todo o sempre” deve ser limitada em sua aplicação. Provavelmente é representada toda a Terra, pois que o capítulo inicia-se com uma palavras dirigidas à “terra e a sua plenitude, o mundo e tudo quanto produz. Porque a indignação do SENHOR está contra todas as nações” (Isaías 34:1).

Agora, quer isto se refira à despovoação e desolação da Terra no segundo advento, quer aos fogos purificadores que hão de purificá-la dos efeitos da maldição no fim do milênio, a linguagem deve ser limitada, porque depois disto há de surgir uma Terra renovada, para habitação das nações dos salvos por toda a eternidade. Três vezes é usada na Bíblia esta expressão de fumaça subindo para sempre: uma vez aqui em Isaías 34, do país da Iduméia como figura da Terra; em Apocalipse 14, dos adoradores da besta e de sua imagem; e outra vez no capítulo que estamos

considerando, referindo-se à destruição da grande Babilônia. Toda vez que a expressão se aplica sobre o mesmo tempo, e descrevem as mesmas cenas, a saber, a destruição que sobrevém a esta Terra, aos adoradores da besta e a toda a pompa da grande Babilônia, quando ocorre a segunda vinda de nosso Senhor e Salvador.

VERSÍCULOS 4-8: Os vinte e quatro anciãos e os quatro seres viventes prostraram-se e adoraram a Deus, que se acha sentado no trono, dizendo: Amém! Aleluia! Saiu uma voz do trono, exclamando: Dai louvores ao nosso Deus, todos os seus servos, os que o temeis, os pequenos e os grandes. Então, ouvi uma como voz de numerosa multidão, como de muitas águas e como de fortes trovões, dizendo: Aleluia! Pois reina o Senhor, nosso Deus, o Todo-Poderoso. Alegremo-nos, exultemos e demos-lhe a glória, porque são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou, pois lhe foi dado vestir-se de linho finíssimo, resplandecente e puro. Porque o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos.

Um cântico de triunfo — “Reina o Senhor, nosso Deus, o Todo-Poderoso” diz este cântico. Reina atualmente, e sempre reinou, na realidade, embora não tenha sido executada há mais tempo a sentença contra uma obra má. Agora reina pela clara manifestação do Seu poder ao subjugar todos os Seus inimigos. “Alegremo-nos, [...] porque são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou.” Quem é a “esposa”, a mulher do Cordeiro, e que são as bodas? A esposa do Cordeiro é a Nova Jerusalém celestial. Isto é mais extensamente notado em Apocalipse 21. As bodas do Cordeiro são a Sua recepção desta cidade. Quando Ele recebe esta cidade, recebe-a como a glória e a metrópole do Seu reino, por isso com ela recebe o Seu reino e o trono do Seu pai Davi. Este bem pode ser o acontecimento designado pelas bodas do Cordeiro.

A relação matrimonial é muitas vezes tomada para ilustrar a união entre Cristo e o Seu povo, como fato reconhecido. Mas as bodas do Cordeiro que se menciona aqui são um acontecimento definido que deve ocorrer num tempo definido. E se a declaração de que Cristo é a Cabeça da igreja como o marido é a cabeça da mulher (Efésios 5:23) prova que a igreja é agora a esposa do Cordeiro, então as bodas do Cordeiro já tiveram lugar há muito. Mas isso não pode ser, segundo esta passagem, que as situa no futuro. Paulo disse aos coríntios que os tinha casado com um marido, a saber, Cristo. Isto é verdade acerca de todos os conversos. Mas embora esta figura é usada para significar a relação que tinham assumido então para com Cristo, por acaso pode dizer-se que as bodas do Cordeiro se efetuaram em Corinto no tempo de Paulo, e que têm continuado durante os últimos 1.900 anos? Adiemos quaisquer outras observações sobre este ponto até estudarmos Apocalipse 21.

Mas se a cidade é a esposa, pode-se perguntar: Como pode dizer-se que ela se aprontou? Resposta: Pela figura da personificação, que atribui vida e ação a objetos inanimados (Ver exemplo no Salmo 114). Da mesma forma pode perguntar-se sobre o versículo 8: Como é que uma cidade pode vestir-se com a justiça dos santos? Mas ao considerarmos que uma cidade sem habitantes não

passaria de um lugar triste e sombrio, vemos imediatamente como é isto. A referência é acerca do incontável número dos seus glorificados habitantes com o seu traje resplandecente. A ela foi *concedido* o vestido. Que lhe foi concedido? Encontramos a explicação em Isaías 54 e em Gálatas 4:21-31. À cidade da nova aliança foram concedidos muitos mais filhos do que à da antiga aliança. Estes são a sua glória e regozijo. O belo traje desta cidade, por assim dizer, consiste nas hostes dos remidos e seres imortais que andam em suas ruas de ouro.

VERSÍCULOS 9, 10: Então, me falou o anjo: Escreve: Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro. E acrescentou: São estas as verdadeiras palavras de Deus. Prostrei-me ante os seus pés para adorá-lo. Ele, porém, me disse: Vê, não faças isso; sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus; adora a Deus. Pois o testemunho de Jesus é o espírito da profecia.

A ceia das bodas — Muitas são as alusões a esta ceia de bodas no Novo Testamento. Ela é referida na parábola das bodas do filho do rei (Mateus 22:1-14) e em Lucas 14:16-24. É a ocasião em que comeremos pão no reino de Deus, quando formos recompensados na ressurreição dos justos (Lucas 14:12-15). É quando beberemos de novo do fruto da vide com o nosso Redentor no Seu reino celeste (Mateus 26:29; Marcos 14:25; Lucas 22:18). É o tempo em que nos havemos de sentar à Sua mesa no reino (Lucas 22:30), e Ele Se cingirá para nos servir (Lucas 12:37). Bem-aventurados, com efeito, são os que têm o privilégio de participar neste glorioso banquete.

O conservo de João — Uma palavra sobre o versículo 10, com referência os que pensam que encontram aqui um argumento para o estado consciente na morte. O erro que cometem essas pessoas acerca desta passagem é supor que o anjo declara a João ser um dos antigos profetas que veio comunicar-se com ele. A pessoa empregada para dar o Apocalipse a João é chamada anjo, e os anjos não são os espíritos desencarnados dos mortos. Quem sustenta que é assim, pertence às fileiras espíritas, porque esta crença é a própria pedra fundamental da sua teoria. Mas o anjo não diz tal coisa. Simplesmente diz que é o conservo de João, como tinha sido conservo de seus irmãos, os profetas. O termo “conservo” implica que todos eles eram iguais como servos do grande Deus, e por isso o anjo não devia ser adorado. Ao chamar os profetas “teus irmãos” quer dizer que todos pertencem à mesma classe no serviço de Deus (Ver o comentário sobre Apocalipse 1:1, intitulado “Seu anjo”).

VERSÍCULOS 11-21: Vi o céu aberto, e eis um cavalo branco. O seu cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro e julga e peleja com justiça. Os seus olhos são chama de fogo; na sua cabeça, há muitos diademas; tem um nome escrito que ninguém conhece, senão ele mesmo. Está vestido com um manto tinto de sangue, e o seu nome se chama o Verbo de Deus; e seguiam-no os exércitos que há no céu, montando cavalos brancos, com vestiduras de linho finíssimo, branco e puro. Sai da sua boca uma espada afiada, para com ela ferir as

nações; e ele mesmo as regerá com cetro de ferro e, pessoalmente, pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso. Tem no seu manto e na sua coxa um nome inscrito: REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES. Então, vi um anjo posto em pé no sol, e clamou com grande voz, falando a todas as aves que voam pelo meio do céu: Vinde, reuni-vos para a grande ceia de Deus, para que comais carnes de reis, carnes de comandantes, carnes de poderosos, carnes de cavalos e seus cavaleiros, carnes de todos, quer livres, quer escravos, tanto pequenos como grandes. E vi a besta e os reis da terra, com os seus exércitos, congregados para pelejarem contra aquele que estava montado no cavalo e contra o seu exército. Mas a besta foi aprisionada, e com ela o falso profeta que, com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que receberam a marca da besta e eram os adoradores da sua imagem. Os dois foram lançados vivos dentro do lago de fogo que arde com enxofre. Os restantes foram mortos com a espada que saía da boca daquele que estava montado no cavalo. E todas as aves se fartaram das suas carnes.

A segunda vinda de Cristo — Com o versículo 11 é introduzida uma nova cena. Somos aqui levados para a segunda vinda de Cristo, desta vez sob o símbolo de um guerreiro que sai para a batalha. Por que é Ele assim apresentado? Porque vai à guerra, para enfrentar “os reis da Terra e os seus exércitos”, e esta era a única maneira própria de O representar em tal missão. As Suas vestes estavam salpicadas de sangue (Ver uma descrição da mesma cena em Isaías 63:14). Seguem-nO os exércitos do Céu, os anjos de Deus. O versículo 15 mostra como Ele regerá as nações com vara de ferro, quando Lhe forem dadas por herança, como se vê no Salmo 2, que a teologia popular interpreta como sendo a conversão do mundo.

Mas expressões como “Ele mesmo é o que pisa o lagar do vinho do furor e da ira do Deus Todo-poderoso” não constituiriam uma descrição muito singular de uma obra de graça sobre os corações dos gentios para a sua conversão? A grande ostentação final do “lagar da ira de Deus” e também do “lago de fogo” ocorre no fim do milênio, como se descreve em Apocalipse 20. E a isso pareceria que deve aplicar-se a descrição completa e formal de Apocalipse 14:18-20. Mas a destruição dos ímpios vivos na segunda vinda de Cristo, no começo do milênio, apresenta uma cena em menor escala, semelhante sob ambos estes aspectos ao que ocorre no fim daquele período. Por isso, nos versículos que consideramos mencionam tanto o lagar da ira como o lago de fogo.

Nesse tempo Cristo terminou a Sua obra mediadora e substituiu Suas vestes sacerdotais pelo traje real, porque tem na Sua vestimenta e na Sua coxa escrito este nome: Rei dos reis e Senhor dos senhores. Isto está em harmonia com o caráter em que Ele aqui aparece porque era costume dos guerreiros ter algum título inscrito em seu traje (verso 16).

Que deve compreender-se pelo anjo que estava no Sol? Em Apocalipse 16:17 vemos que a sétima taça é derramada no ar, do que se infere que como o ar envolve toda a Terra, essa praga seria universal. Não poderá aplicar-se aqui

o mesmo princípio de interpretação, mostrando que o anjo que estava no Sol e clamava desde aí às aves do céu para irem à ceia do grande Deus, significa que esta proclamação será levada por toda parte onde os raios do Sol incidem sobre a Terra? As aves serão obedientes ao chamado, e se fartarão com a carne dos cavalos, dos reis, dos tribunos, e dos fortes. Assim, enquanto os santos participam na ceia das bodas do Cordeiro, os ímpios em suas próprias pessoas fornecem uma grande ceia às aves do céu.

A besta e o falso profeta são presos. O falso profeta é o que opera milagres diante da besta e é idêntico à besta de dois chifres de Apocalipse 13, a quem a mesma obra, para o mesmo fim, é aí atribuída. O fato de serem lançados vivos no lago de fogo mostra que estes poderes não desaparecerão para que outras as sucedam, existirão por ocasião da segunda vinda de Cristo.

O papado há muito que tem estado no campo de ação e chega às cenas finais na sua carreira. Sua destruição está enfaticamente predita noutras profecias além da que temos diante de nós, particularmente em Daniel 7:11, em que o profeta diz que esteve olhando até que o animal foi morto, e o seu corpo desfeito e entregue para ser queimado pelo fogo. Este poder há de estar muito perto do fim da sua existência. Mas não perece até que Cristo apareça, porque é lançado vivo no lago de fogo.

O outro poder associado com ele, a besta de dois chifres, vemos que está aproximar-se rapidamente do auge da obra que há de fazer antes de também ser lançado vivo no lago de fogo. Quão impressionante é o pensamento de que temos diante de nós dois dos grandes instrumentos proféticos que se encontram, segundo todas as evidências, perto do fim da sua história que, no entanto, ainda não vão deixar de atuar até que o Senhor apareça em toda a Sua glória.

Pelo versículo 21 torna-se evidente que fica um resto não contado com a besta e o falso profeta. Este resto é morto pela espada daquele que está sentado sobre o cavalo, espada essa que sai da Sua boca. Esta espada é sem dúvida aquela de que noutra lugar se fala como sendo “o sopro dos Seus lábios” e “o assopro da Sua boca”, com que o Senhor há de matar os ímpios na Sua vinda e no Seu reino (Isaías 11:4; 2 Tessalonicenses 2:8).

Apocalipse 20 — A Noite Milenar do Mundo

VERSÍCULOS 1-3: Então, vi descer do céu um anjo; tinha na mão a chave do abismo e uma grande corrente. Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu por mil anos; lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos. Depois disto, é necessário que ele seja solto pouco tempo.

O acontecimento com que se inicia este capítulo parece seguir-se, em ordem cronológica, aos acontecimentos do capítulo precedente. As perguntas que aqui se levantam são: Quem é o anjo que desce do Céu? Que são a chave e a cadeia que ele tem na mão? Que é o abismo? Que significa a prisão de Satanás durante mil anos?

É este anjo Cristo, como alguns supõem? Evidentemente que não. O antigo serviço típico lança um raio brilhante de luz diretamente sobre esta passagem.

Satanás é o bode emissário — Cristo é o grande Sumo Sacerdote desta era evangélica. No dia da expiação, antigamente, o sacerdote tomava dois bodes, sobre os quais se lançavam sortes, uma sorte pelo Senhor, outra pelo bode emissário. O bode sobre o qual caía a sorte pelo Senhor era então morto e o sangue levado para o santuário para fazer expiação pelos filhos de Israel. Depois disso os pecados do povo eram confessados sobre a cabeça do outro, ou seja, do bode emissário, que era conduzido pela mão de um homem designado para o deserto ou lugar desabitado. Como Cristo é o Sacerdote da era evangélica, conclui-se que Satanás deve ser o bode emissário antitípico.

A palavra hebraica para bode emissário em Levítico 16:8 é Azazel. Sobre este versículo Guilherme Jenks observa:

Bode emissário (Ver diferentes opiniões na obra de Bochart). Spencer, segundo a opinião mais antiga dos hebreus e cristãos, diz que Azazel é o nome do diabo, e assim vemos também em Rosenm. O siríaco tem Azzail (o anjo forte) que se rebelou (William Jenks, *Comprehensive Commentary*, vol. 1, p. 410, nota sobre Levítico 16:8).

Isto evidentemente indicado o diabo. Assim, temos a definição do termo bíblico em duas línguas antigas, com a mais velha opinião dos cristãos, em favor da opinião de que o bode emissário é um tipo de Satanás. Carlos Beecher diz:

O que vai confirmar isto é que as mais antigas paráfrases e traduções consideram Azazel nome próprio. A paráfrase caldaica e as coleções de Onkelos e Jônatas tê-lo-iam certamente traduzido se não fosse

um nome próprio, mas não o fazem. A Septuaginta, a mais antiga tradução grega, verte esse termo por apompaios, palavra aplicada pelos gregos a uma divindade maligna apaziguada por sacrifícios. Outra confirmação encontra-se no livro de Enoque, onde o nome Azazel, evidentemente uma corrupção de Azazel, é dado a um dos anjos caídos, mostrando, assim, qual era a compreensão geral dos judeus naquele tempo. Ainda outra evidência se encontra no árabe, onde Azazel é empregado como o nome do espírito mau (Carlos Beecher, *Redeemer and Redeemed*, p. 67, 68).

Esta é a interpretação judaica:

Longe de significar que se reconhecia Azazel como uma divindade, o envio do bode emissário era, segundo declara Nahmanides, uma expressão simbólica da ideia de que os pecados do povo e suas más consequências deviam voltar-se ao espírito de desolação e ruína, fonte de toda impureza (*Jewish Encyclopedia*, vol. 2, p. 366, art. "Azazel").

Estas opiniões harmonizam com os acontecimentos relacionados com a purificação do santuário celestial, segundo nos é revelado nas Escrituras da verdade. Vemos no tipo que o pecado do transgressor era transferido para a vítima. Vemos que o pecado era levado ao interior do santuário pelo ministério do sacerdote e o sangue do sacrifício. E no décimo dia do sétimo mês vemos o sacerdote, com o sangue da vítima oferecida pelo pecado do povo, tirar todos os seus pecados do santuário, e colocá-los sobre a cabeça do bode emissário. E vemos que o bode logo os leva para o deserto (Levíticos 1:1-4; 4:3-6; 16:5-10, 15, 16, 20-22).

Correspondendo a estes acontecimentos no tipo, vemos no antítipo a grande oferta que foi feita no Calvário em favor do mundo. Os pecados de todos os que pela fé em Cristo se apropriam dos méritos do derramado sangue que Ele derramou, são levados pelo ministério de Cristo no santuário da nova aliança. Depois de Cristo, o Ministro do verdadeiro tabernáculo (Hebreus 8:2), haver concluído Seu ministério, removerá do santuário os pecados do Seu povo, e os porá sobre a cabeça do seu autor, o antitípico bode emissário, o diabo. O diabo será enviado com eles para a Terra desabitada.

Contemplemos a cena por ocasião da vinda de Cristo à Terra. A igreja foi julgada; Israel foi julgado; as nações gentílicas também foram julgadas. [...] Agora cabe a Satanás ser também julgado; e vemos o nosso Sumo Sacerdote colocar a culpa moral onde lhe pertence legitimamente; julga o grande corruptor e o desterra a um lugar onde fica isolado dos assuntos dos homens (Alberto Whalley, *The Red Letter Days of Israel*, p. 125).

Não se põe aqui a Satanás, como alguns alegam ao se oporem a essa opinião, sobre um pé de igualdade com Deus; porque os dois bodes eram levados perante o Senhor, e eram seus; e o próprio ato de lançar sortes, que era em si mesmo um solene apelo a Deus, demonstra que o Senhor declarava podia dispor deles. Tão pouco se pode objetar que isso era em algum sentido um sacrifício a Satanás, porque não lhe era sacrificado o animal; só o enviavam de modo desonroso. Quando levava sobre si os pecados que Deus tinha perdoado, era enviado a Azazel no deserto.

A frase “bode emissário” pelo qual o termo estranho Azazel é traduzido em algumas versões, provém da Vulgata “hircus emissarius” [bode emissário]. O termo Azazel pode significar “o apóstata”, nome que Satanás merece, e que parece ser comum entre os judeus. Foi Satanás que trouxe o pecado ao mundo; o fato de ter enganado o homem aumenta sua culpa, e por conseguinte seu castigo. O pecado é agora perdoado na misericórdia de Deus. Um dos bodes era sacrificado como oferta pelo pecado; seu sangue era levado ao interior do lugar santo [santíssimo], e com ele era salpicado o propiciatório. Portanto, a culpa ficava cancelada; pelo derramamento de sangue havia remissão. Mas o pecado, embora perdoado, continua sendo aborrecível para a Deus, e não pode continuar diante de Seus olhos; assim é trasladado ao deserto, separado do povo de Deus, e enviado para longe, ao primeiro enganador do homem. Os pecados dos crentes eram tirados dos crentes, e lançados sobre Satanás, seu primeiro autor e instigador. Embora os crentes sejam perdoadas da pena, esta não é perdoada àquele que os levou a cair na apostasia e ruína. Os tentados são restaurados, mas é visto que todo o castigo pode cair sobre o principal autor da tentação. O inferno está “preparado para o diabo e seus anjos” (João Eadie, *Biblical Cyclopaedia*, p. 577, art. “scapegoat”).

Creemos que este é o próprio acontecimento descrito nos versículos que estamos estudando. No tempo aqui especificado o serviço do santuário está concluído. Cristo põe sobre a cabeça do diabo os pecados que foram transferidos para o santuário, e que não mais são imputados aos santos. O diabo é enviado para longe, não pela mão do Sumo Sacerdote, mas pela mão de outra pessoa, segundo o tipo, para um lugar aqui chamado o abismo.

A chave e a corrente — Não podemos supor que a chave e a corrente sejam literais, e sim são usadas como símbolos do poder e autoridade com que este anjo é revestido nesta ocasião para cumprir sua missão.

O abismo — A palavra original significa um lugar sem fundo. Seu uso parece demonstrar que a palavra indica qualquer lugar de trevas, desolação e morte. Assim, em Apocalipse 9:1, 2 é aplicada às terras áridas do deserto da

Arábia, e em Romanos 10:7, à sepultura. Mas a passagem que especialmente aqui derrama luz sobre o significado da palavra é Gênesis 1:2, onde lemos que “havia trevas sobre a face do abismo.” Vemos, pois, que a palavra “abismo” lá foi aplicada à Terra em seu estado caótico. É precisamente o significado que deve ter neste versículo 3 de Apocalipse 20. Lembremo-nos de que no momento em que o anjo realiza esta obra, a Terra é um vasta expansão desolada e coberta de mortos. A voz de Deus abalou-a até os seus fundamentos. As ilhas e montes foram removidos dos seus lugares; o grande terremoto lançou por terra as mais poderosas obras dos homens; as sete últimas pragas deixaram suas desoladoras pegadas sobre a Terra; a abrasadora glória que acompanhou a vinda do Filho do homem cumpriu a sua parte para a desolação geral; os ímpios foram entregues à matança, e sua carne putrefata e seus ossos alvacentos jazem sem que ninguém os sepolte e abandonados desde uma a outra extremidade da Terra.

Assim, a Terra está vazia, desolada e transtornada (Isaías 24:1). Deste modo, regressa, pelo menos parcialmente, ao seu estado original de confusão e caos (Ver Jeremias 4:19-26, especialmente o versículo 23). Que termo mais exato que o de “abismo”, poderia usar-se para descrever a Terra ao avançar em sua carreira de trevas e desolação durante mil anos? Aqui estará Satanás encerrado durante este tempo, entre as ruínas que suas próprias mãos indiretamente produziram, sem poder fugir de sua triste habitação, nem de reparar, no mínimo sua horrível ruína.

A prisão de Satanás — Sabemos bem que Satanás, para agir, tem de ter pessoas pelas quais operar.

Sem estas, nada pode fazer. Mas durante os mil anos de sua reclusão na Terra todos os santos estão no Céu, fora do alcance de suas tentações, e todos os ímpios estão mortos, fora do seu poder enganador. Sua esfera de ação está circunscrita, e assim, ele está preso. Durante este período, fica condenado a um estado de desesperada inatividade. Para uma mente que tem estado tão ocupada como a sua durante os últimos seis mil anos em enganar os habitantes do mundo, de geração em geração, essa inatividade será um castigo da mais intensa severidade.

Segundo esta exposição, o ato de prender Satanás significa apenas colocar fora do seu alcance as pessoas sobre as quais ele opera. O ato de ser solto significa que eles voltam a ser colocados, pela ressurreição, de novo numa posição em que ele pode voltar a exercer sobre elas o seu poder. Acerca desta exposição alguns dizem que erramos, e que devemos considerar os ímpios presos e não o diabo. No entanto, quantas vezes ouvimos, nas transações diárias da vida, expressões como estas: “Fiquei de completamente impedido; as minhas mãos estavam completamente atadas.” Mas quando se usam semelhantes expressões, compreendemos nós que se tenha literalmente posto no caminho que estavam pisando, algum obstáculo intransponível, que as suas mãos estavam literalmente presas com cordas? Não, mas apenas que um conjunto de circunstâncias lhes tornou impossível agir. Assim também nesta passagem. Por que não se

concederá à Bíblia a mesma liberdade de expressão que se dá, sem questionamento a nossos semelhantes?

Mais do que isto, fica tão limitado o poder de Satanás, que bem o pode considerar atado. Ele já não tem poder para atravessar o espaço e visitar outros mundos, e sim como o homem, está circunscrito à Terra, que nunca mais deixará. O lugar da ruína que ocasionou torna-se agora um sombrio cárcere, até sofrer a execução, no fim dos mil anos.

VERSÍCULOS 4-6: Vi também tronos, e nestes sentaram-se aqueles aos quais foi dada autoridade de julgar. Vi ainda as almas dos decapitados por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus, tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão; e viveram e reinaram com Cristo durante mil anos. Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos. Esta é a primeira ressurreição. Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre esses a segunda morte não tem autoridade; pelo contrário, serão sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão com ele os mil anos.

A exaltação dos santos — Depois de mostrar-nos o diabo, em seu triste isolamento, João dirige agora a nossa atenção aos santos que alcançaram a vitória e a glória, aos santos reinando com Cristo. Sua ocupação consiste em atribuir aos ímpios mortos o castigo devido aos seus maus atos. Daquela assembléia geral João destaca então duas classes como dignas de especial atenção: os mártires, aqueles que foram degolados pelo testemunho de Jesus, e os que não adoraram a besta e a sua imagem. Esta classe, a dos que recusam a marca da besta e a sua imagem são, sem dúvida, os que ouvem e obedecem à mensagem de Apocalipse 14.

Porém não são os que foram degolados pelo testemunho de Jesus, como gostariam de fazer-nos crer os que sustentam que todos os membros da última geração de santos sofrerão o martírio. A palavra traduzida por “que” na expressão “e os que não tinham adorado a besta” [King James Version, Tradução Brasileira] demonstra que é aqui introduzida outra classe de pessoas. O vocábulo original é o relativo composto *hostis*, “quem quer que seja”, não simplesmente o relativo *hos*, quem, e assim o definem Liddell e Scott: “Quem quer que seja, seja quem for, qualquer coisa que”. João viu os mártires como membros de uma classe, e como membros da outra viu *aqueles que* não tinham adorado a besta e a sua imagem.

É verdade que *hostis* é às vezes usado como relativo simples, como em 2 Coríntios 3:14, Efésios 1:23, porém nunca em construções como esta, onde a palavra está precedida pela conjunção *kai*, “e”.

Poderia ser que alguém diga que se traduzirmos esta passagem por “e os que não adoraram a besta”, incluímos milhões de pagãos e pecadores que não adoraram a besta, e lhes prometemos um reino de mil anos com Cristo. Para demonstrar que não fazemos tal coisa, chamamos a atenção para o fato de que o capítulo anterior afirma que os ímpios foram todos mortos, e que haviam de

permanecer mortos por mil anos. João contempla aqui apenas o grupo dos justos que participam na primeira ressurreição.

Para evitar a doutrina das duas ressurreições, alguns sustentam que a passagem: “Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos”, foi acrescentada, quer dizer não se encontra no original, e portanto não é genuína. Mesmo que assim fosse, isso não refutaria a proposta original de que os justos mortos ressuscitam na “primeira ressurreição”, e que mil anos depois há uma segunda ressurreição, na qual todos os ímpios saem das suas sepulturas.

Mas a crítica não é verdadeira, porque os eruditos a refutam. A Versão Revisada Inglesa não indica que a frase em questão não se acha nos manuscritos antigos. A Versão Revisada Americana não dá a menor indicação de que parte do texto tinha sido omitido. A tradução de Rotherdam, embora em outros lugares anota certas passagens como “duvidosas”, não indica que o seja este texto. Encontra-se nas oito edições do Novo Testamento grego que fez Tischendorf, e no texto grego de Westcott e Hort. A frase também aparece em todos os Novos Testamentos gregos publicados por críticos de renome mundial como Griesbach, Wordsworth, Lachmann, Tregelles e Alford. Há três ou quatro manuscritos gregos que não trazem esta frase; mas outros 1.697 a possuem, se contêm o Apocalipse.

Duas ressurreições — “Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos.” Apesar de tudo o que se diga em contrário, nenhuma linguagem podia mais claramente provar duas ressurreições: a primeira, a dos justos no começo do milênio, e a segunda, a dos ímpios no fim desse período. A segunda morte não tem poder sobre os que tomam parte na primeira ressurreição. Eles não sofrerão danos dos elementos que destroem os ímpios como restolho. Podem subsistir apesar do fogo consumidor, cujos resultados são eternos (Isaías 33:14, 15). Podem sair e ver os corpos mortos dos homens que pecaram contra o Senhor, devorados pelo fogo que não se apaga e pelo bicho que nunca morre (Isaías 66:24). A diferença entre os justos e os ímpios sob este aspecto consiste em que, ao passo que Deus é para os últimos um fogo consumidor, é para o Seu povo sol e escudo.

Os ímpios recebem a vida — Os ímpios que ressuscitam no fim do milênio voltam de novo à vida, como foi outrora real a sua vida na Terra. Negar isto é violentar esta passagem. Não somos informados em que condição física ressuscitarão. Diz-se em geral sobre este ponto que o que incondicionalmente perdemos em Adão, é-nos devolvido incondicionalmente em Cristo. Com respeito à condição física, isto não devia talvez ser tomado num sentido ilimitado, porque a raça humana perdeu muito em estatura e força vital, que não necessitam ser restituídas aos ímpios. Se regressassem à normal condição mental e física que possuíram durante a vida, ou enquanto durou o tempo de graça, isso bastaria por certo para poderem receber por fim inteligentemente a recompensa que lhes é devida por todos os seus atos enquanto viviam.

VERSÍCULOS 7-10: Quando, porém, se completarem os mil anos, Satanás será solto da sua prisão e sairá a seduzir as nações que há nos quatro cantos da terra, Gogue e Magogue, a fim de reuni-las para a peleja. O número dessas é como a areia do mar. Marcharam, então, pela superfície da terra e sitiaram o acampamento dos santos e a cidade querida; desceu, porém, fogo do céu e os consumiu. O diabo, o sedutor deles, foi lançado para dentro do lago de fogo e enxofre, onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta; e serão atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos.

A perdição dos ímpios — No fim do milênio a santa cidade, a Nova Jerusalém, em que os santos habitaram no Céu durante esse período, desce e é situada sobre a Terra. Torna-se o acampamento dos santos, à volta do qual se reúnem os ímpios ressuscitados, inumeráveis como a areia do mar. O diabo engana-os e os reúne para esta batalha. São induzidos a empreender uma guerra ímpia contra a santa cidade, na perspectiva de ganharem alguma vantagem contra os santos. Satanás persuade-os sem dúvida de que podem vencer os santos, desapossá-los da sua cidade e manter a posse da Terra. Mas desce fogo do Céu, da parte de Deus, e os devora. Moisés Stuart admite que a palavra aqui traduzida por devorou expressa uma ação “intensiva”, e significa “comer, tragar, denotando completo extermínio” (*A Commentary on the Apocalypse*, vol. 2, p. 369).

Este é o tempo da perdição dos ímpios, o tempo em que “os elementos, ardendo, se desfarão, e a Terra, e as obras que nela há se queimarão” (2 Pedro 3:7, 10). À luz destas passagens, podemos ver como os ímpios hão de receber sua recompensa na Terra (Provérbios 11:31). Podemos ver também que esta recompensa não é uma vida eterna em sofrimento, mas “absoluto extermínio”, destruição inteira e completa.

Os ímpios não pisam a nova Terra — Sobre este ponto, duas opiniões merecem uma ligeira observação. A primeira é que a Terra é renovada na segunda vinda de Cristo e é a habitação dos santos durante mil anos. A outra é que quando Cristo aparecer pela segunda vez, estabelecerá o Seu reino na Palestina, e realizará, com os Seus santos, uma obra de conquista sobre as nações deixadas na Terra durante o milênio, e as submete a Si próprio.

Uma das muitas objeções que se podem levantar contra a primeira opinião, é que ela faz os ímpios, na sua ressurreição, subir com o diabo à sua frente, e pisar com os seus manchados pés a terra purificada e santa, enquanto os santos, que têm a sua posse durante mil anos, ser obrigados a ceder terreno e fugir para a cidade. Não podemos crer que a herança dos santos fique para sempre assim contaminada, ou que as belas planícies da renovada Terra fiquem para sempre manchadas pelos poluídos pés dos ímpios ressuscitados. Além de ultrajar todas as ideias de propriedade, não há texto em que se possa apoiar.

E quanto à segunda opinião, um dos seus muitos absurdos consiste em que, apesar de Cristo e Seus santos terem conquistado a Terra durante os mil anos, no fim deste período os ímpios triunfam, e fica anulada a obra dos mil

anos, pois Cristo e os Seus perdem o seu território e são obrigados a bater em ignominiosa retirada para a cidade em busca de refúgio, deixando a Terra ao indisputado domínio dos seus inimigos.

Mil anos no Céu — Em contraste com estas teorias, há harmonia no ponto de vista aqui apresentado. Os santos estão com Cristo no Céu durante os mil anos enquanto a Terra fica deserta. Os santos e a cidade descem do céu, e os ímpios mortos ressuscitam e avançam contra ela. Ali recebem o seu castigo. Do fogo purificador que os destrói surgem os novos céus e a nova Terra, para ser habitação dos justos pelos séculos sem fim.

Os que sofrem o tormento — Baseados no versículo 10, alguns concluíram que só o diabo seria atormentado dia e noite. Mas o testemunho deste versículo é mais extenso do que isso. A forma verbal “serão atormentados” está no plural, e concorda com a besta e o falso profeta, ao passo que devia estar no singular, se apenas se referisse ao diabo. Deve notar-se que na expressão “onde está a besta e o falso profeta”, a palavra “está” é não se acha no original. Mais conveniente seria subentender as palavras foram lançados, correspondendo ao que imediatamente antes foi dito do diabo. A frase então seria: “O diabo foi lançado no lago de fogo, onde foram lançados a besta e o falso profeta”. Uma tradução mais exata acrescenta a palavra “também” depois de “onde”. A cláusula então se lê assim: “O diabo foi lançado no lago de fogo, onde *também foram lançados* a besta e o falso profeta.” A besta e o falso profeta foram ali lançados e destruídos no começo do milênio (Apocalipse 19:20). Os membros individuais de suas organizações levantam-se agora na segunda ressurreição, e uma destruição semelhante e final cai sobre eles, sob os nomes de Gogue e Magogue.

O lago do fogo — Pode ser que algum leitor se sinta inclinado a pedir uma definição de lago de fogo. Como definição abrangente, acaso não poderá ser chamado um símbolo das agências que Deus emprega para terminar a Sua controvérsia com os ímpios vivos, no começo dos mil anos e com todas as hostes dos ímpios no fim daquele período? É claro que o fogo literal há de ser largamente empregado nessa obra. Podemos, descrever melhor os efeitos do que descrever o próprio fogo. Na segunda vinda de Cristo é em labareda de fogo que o Senhor Jesus Se revelará. É pelo assopro da Sua boca e pelo esplendor da Sua vinda que o iníquo será aniquilado, o fogo queimarão por completo a grande Babilônia (Apocalipse 18:8). No fim do milênio é o dia que os queimarão como forno (Malaquias 4:1); é o ardente calor que fundirá os elementos da Terra e queimarão até consumir as obras que nela há. É o fogo da Tofete preparada para o rei (o diabo e seus anjos, Mateus 25:41), cuja coluna é profunda e larga, e “o assopro do Senhor como torrente de enxofre a acenderá” (Isaías 30:33). Enfim, é o fogo que de Deus desce do Céu (Sobre a expressão “atormentados para todo o sempre”, ver os comentários sobre Apocalipse 14:11).

VERSÍCULOS 11-15: Vi um grande trono branco e aquele que nele se assenta, de cuja presença fugiram a terra e o céu, e não se achou lugar para eles. Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono. Então, se abriram livros. Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros. Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras. Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo.

O trono do juízo — Com o versículo 11 João introduz outra cena relacionada com a condenação final dos ímpios. É o grande trono branco do juízo, perante o qual todos estão reunidos para receber sua terrível sentença de condenação e morte. Da presença deste trono fogem a Terra e o céu, de sorte que não se acha lugar para eles. Basta refletir um momento nas mudanças que se observarão então na Terra para avaliarmos a grande força desta linguagem. A cena é a do dia ardente a que se refere Pedro, em que se dará “a perdição dos homens ímpios”, e em que “os elementos”, ardendo, se desfarão (2 Pedro 3:7-13).

Desce fogo do Céu da parte de Deus. As obras que no mundo há são queimadas e os ímpios são destruídos. Este é o fogo da Geena, que contém todos os elementos necessários para consumir por completo todo ser mortal que caia sob o seu poder (Marcos 9:43-48). Então se cumprirá Isaías 66:24: “E sairão os justos, e verão os corpos mortos dos homens que prevaricaram contra Mim; porque o seu bicho nunca morrerá, nem o seu fogo se apagará; e serão um horror para toda carne”.

Também se cumprirá Isaías 33:14: “Quem dentre nós habitará com o fogo consumidor?” A resposta, nos versículos que se seguem, mostra que são os justos, e esse deve ser o tempo ao qual se aplicam as perguntas e respostas de Isaías.

Em toda esta conflagração, os elementos não são destruídos. São apenas derretidos e purificados da contaminação do pecado e de todo vestígio da maldição. O onipotente *fiat* é de novo lançado: “Eis que faço novas todas as coisas. [...] Está cumprido” (Apocalipse 21:5 e 6). Na primeira criação “as estrelas da alva, juntas, alegremente cantavam, e rejubilavam todos os filhos de Deus” (Jó 38:7). Por ocasião desta nova criação esse cântico e júbilo serão reforçados pelas alegres vozes dos remidos. E, assim, esta Terra, desviada temporariamente, pelo pecado, da sua natural órbita de alegria e paz, será reintegrada de novo à harmonia com o Universo leal, para ser o lar eterno dos salvos.

Os livros de registro — Os homens são julgados pelas coisas que estão escritas nos livros. Isso nos aponta o solene fato de que se guarda no Céu um registro de todas as nossas ações. Os secretários angélicos fazem um registro fiel e infalível. Os ímpios não podem ocultar-lhes nenhum dos seus tenebrosos atos. Não podem suborná-los para passarem por alto no qualquer dos seus atos

ilícitos. Terão de novamente os enfrentar a todos e de ser julgados de acordo com esses atos.

A execução da sentença — Os ímpios hão de ser punidos segundo as suas obras. A Escritura declara que serão recompensados segundo os seus atos. É evidente que se tem em conta, como parte do castigo de cada um, o grau de sofrimento que há de suportar: “Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade será punido com muitos açoites. Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação levará poucos açoites. Mas àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão” (Lucas 12:47, 48).

O livro da vida — Pode ser que alguém pergunte por que é apresentado o livro da vida nessa ocasião em que todos os que têm parte na segunda ressurreição, para além da qual se localiza esta cena, já foram sujeitos à segunda morte. Vemos pelo menos uma razão aparente, a saber, para que todos possam ver que nenhum dos nomes dentre os que morreram na segunda morte está no livro da vida e por que não está ali. E se os nomes já ali estiveram alguma vez, por que não foram conservados, para que todas as inteligências do Universo possam ver que Deus age com justiça e imparcialidade.

Declara-se também que “a morte e o inferno foram lançados no lago de fogo: esta é a segunda morte.” Este é o final epitáfio de todos os poderes que se levantaram, do princípio ao fim, em oposição à vontade e obra do Senhor. Satanás originou e dirigiu esta nefanda obra. Uma parte dos anjos do Céu se uniram a ele nesta posição e homicida obra, e foi preparado o fogo eterno para ele e seus anjos (Mateus 25:41). Os homens sofrem o efeito desse fogo porque se uniram a Satanás em sua rebelião. Mas aqui termina a controvérsia. O fogo é para eles eterno porque não lhes permite escapar, e não cessa até que estejam consumidos. A segunda morte é o seu castigo, e é “castigo eterno” (Mateus 25:46) porque não conseguirão libertar-se das suas terríveis garras: “O salário do pecado é a *morte*”, e não o tormento eternamente (Romanos 6:23).

Para resumir o argumento lemos: “E aquele que não foi achado escrito no livro da vida foi lançado no lago de fogo”.

Leitor, está o seu nome escrito no livro da vida? Você procura evitar no a terrível condenação que aguarda os ímpios? Não descansa até ter motivo para crer que o seu nome está registrado na lista dos que por fim terão parte na vida eterna.

Apocalipse 21 — Um Novo Céu e Uma Nova Terra

A partir do versículo 2 o tema deste capítulo é a Nova Jerusalém, mas antes de ser apresentado, João diz-nos como desaparecerão os céus, a terra e o mar atuais:

VERSÍCULO 1: Vi novo céu e nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe.

Novo céu e nova Terra — Ao falar do primeiro céu e primeira Terra João quer sem dúvida referir-se ao céu e à Terra atuais, “os céus e a Terra que agora existem” (2 Pedro 3:7). Alguns têm suposto que quando a Bíblia fala do terceiro Céu, em que está o paraíso e a árvore da vida (2 Coríntios 12:2; Apocalipse 2:7), se refere ao Céu que é ainda futuro, e que não há provas que haja atualmente um paraíso e uma árvore da vida com existência literal no Céu. Baseiam sua opinião no fato de que Pedro fala de três céus e Terras: os anteriores ao dilúvio; os que agora existem; e os que hão de vir. Mas essa teoria é completamente rebatida pelo primeiro versículo de Apocalipse 21, porque João ali menciona apenas dois céus e duas Terras. Aos que agora existem chama *primeiros*, de modo que os futuros novos céus, segundo esta enumeração, seriam os *segundos*, e não os *terceiros*. Por isso é certo que Pedro não pretende estabelecer uma ordem numérica, segundo a qual teríamos de falar de primeiro, segundo e terceiro céus. O objetivo do seu raciocínio era apenas mostrar que como um céu e Terra literais sucederam à destruição da Terra pelo dilúvio, assim um céu e Terra literais resultariam da renovação do sistema atual pelo fogo. Não se prova, pois, que a Bíblia, quando fala do terceiro Céu se refira simplesmente ao terceiro estado dos atuais céus e Terra, porque então todos os escritores bíblicos teriam usado a mesma terminologia. Assim, caem por terra os argumentos dos que tentam desaprovar a ideia de uma existência literal do paraíso e da árvore da vida em nossos dias.

Certamente que a Bíblia reconhece três céus na presente constituição das coisas, a saber, o primeiro, ou o céu atmosférico, habitado pelas aves do céu; o segundo, o céu planetário, a região do Sol, da Lua e das estrelas; e o terceiro, acima dos outros, onde se encontram o paraíso e a árvore da vida (Apocalipse 2:7); onde Deus tem a Sua residência e o Seu trono (Apocalipse 22:1, 2); ao qual Paulo foi arrebatado em visão celeste (2 Coríntios 12:2). É o céu ao qual Cristo ascendeu quando deixou a Terra (Apocalipse 12:5), onde agora, como Rei-sacerdote, está sentado no trono com Seu Pai (Zacarias 6:13), e onde se encontra a gloriosa cidade, aguardando que os santos entrem na vida (Apocalipse 21:2). Louvado seja Deus por ter deixado chegar o conhecimento daquele brilhante país a este nosso longínquo mundo! E graças sejam dadas ao Seu santo

nome por nos ter sido aberto um caminho que conduz àquelas ditosas moradas como direta e brilhante estrada de luz!

Não mais existe o mar — Pelo fato de João dizer: “E o mar já não existe”, às vezes se pergunta: Acaso não haverá mar na nova Terra? Esta passagem não diz isso, porque João fala somente do céu, da Terra e do mar atuais. Poderia traduzir-se assim: Porque o primeiro céu e a primeira Terra desapareceram, e o mar (*ouk estin eti*, não existe já) também desapareceu, quer dizer, já não se via o velho mar, como tampouco se viam os velhos céus e a velha Terra. No entanto, pode haver um novo mar como há uma nova Terra.

Adam Clarke disse acerca desta passagem:

O mar já não aparecia, como não apareciam os primeiros céus e a Terra. Tudo foi feito novo; e provavelmente o novo mar ocupou uma situação diferente, e ficou distribuído de modo diferente do assumido pelo velho mar (Adam Clarke, *Commentary on the New Testament*, vol. 2, p. 1.058).

O rio da vida, cuja descrição lemos no capítulo seguinte, procede do trono de Deus, e flui pela rua ampla da cidade. Deve encontrar algum lugar onde desembocar suas águas, e qual poderia ser senão o mar da nova Terra? Que haverá um mar ou mares na nova, pode deduzir-se da profecia que fala o seguinte do futuro reino de Cristo: “o seu domínio se estenderá de mar a mar e desde o Eufrates até às extremidades da terra” (Zacarias 9:10). Mas é difícil crer que três quartas partes do globo serão sacrificadas como agora às águas. O novo mundo, onde hão de morar os fiéis filhos de Deus, terão tudo o que seja necessário para dar-lhe proporção, utilidade e beleza.

VERSÍCULOS 2-4: Vi também a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo. Então, ouvi grande voz vinda do trono, dizendo: Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles. E lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram.

A casa do Pai — Em relação com a visão que João teve da santa cidade que de Deus descia do Céu, ouve-se uma voz, dizendo: “Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles.” O grande Deus estabelece Sua habitação nesta Terra, mas não podemos supor que Ele Se limite a este ou a qualquer dos mundos da Sua criação. Ele tem aqui um trono, e a Terra desfruta tanto da Sua presença que pode dizer-se que Ele habita entre os homens. E por que havia de ser estranho este pensamento? O unigênito Filho de Deus está aqui como Governador do Seu reino especial. A santa cidade estará aqui. As hostes celestes tomam por este mundo mais interesse que por qualquer outro; e de acordo com uma das parábolas do Senhor, haverá mais alegria no Céu por um mundo remido do que por noventa e nove que não precisaram de redenção.

Não há motivo para lágrimas — Deus “lhes enxugará dos olhos toda lágrima”. Não limpará literalmente as lágrimas de Seu povo, porque naquele reino não há lágrimas que precisem ser limpas, mas limpa as lágrimas removendo todas as causas delas.

VERSÍCULO 5, 6: E aquele que está assentado no trono disse: Eis que faço novas todas as coisas. E acrescentou: Escreve, porque estas palavras são fiéis e verdadeiras. Disse-me ainda: Tudo está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim. Eu, a quem tem sede, darei de graça da fonte da água da vida.

A nova criação — O que está sentado sobre o trono é o mesmo Ser mencionado nos versículos 11 e 12 do capítulo anterior. Ele diz: “Eis que faço novas todas as coisas.” Não diz que faz todas as coisas de novo. A Terra não é destruída, aniquilada, para que seja necessário criar uma nova, mas todas as coisas são renovadas. Alegremo-nos porque estas palavras são verdadeiras. Quando isto se cumprir todos estarão prontos a dizer aquela sublime frase: “Está cumprido.” A negra sombra do pecado desapareceu então para sempre do Universo. Os ímpios, raiz e ramo (Malaquias 4:1), foram desarraigados da Terra dos vivos, e a universal antífona de louvor e ações de graças (Apocalipse 5:13) eleva-se de um mundo remido e de um Universo purificado ao Deus que guarda a aliança.

VERSÍCULOS 7, 8: O vencedor herdará estas coisas, e eu lhe serei Deus, e ele me será filho. Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte.

A grande herança — Os vencedores são a descendência de Abraão, herdeiros, conforme a promessa (Gálatas 3:29). A promessa abrange o mundo (Romanos 4:13), e os santos irão para a nova Terra, não como servos ou estrangeiros, mas como herdeiros legítimos dos bens celestes e proprietários do solo.

Temor e castigo — Mas os tímidos e incrédulos têm a sua parte no lago que arde com fogo e enxofre. A palavra “tímido” tem perturbado algumas pessoas conscienciosas, que têm tido temores mais ou menos em toda a sua experiência cristã. Convém, portanto, averiguar de que espécie de temor se trata aqui. Não é temor de nossa própria fraqueza ou do poder do tentador. Não é temor de pecar, ou de cair pelo caminho, ou de ser por fim achado em falta. Esse temor nos leva a acudir ao Senhor. Mas o temor aqui relacionado com a incredulidade, é o temor do ridículo e oposição do mundo, é a falta de confiar em Deus e em Suas promessas, temor de que Deus não cumprirá o que declarou, e que, por conseguinte, seremos abandonados à vergonha e perda por crer nEle. Alimentando esse temor, uma pessoa só pode estar no Seu serviço com o coração dividido. Isto desonra a Deus. Este é o temor que se nos manda evitar (Isaiás 51:7). Este é o temor que traz aqui condenação, e que finalmente levará todos os que se deixam dominar por ele ao lago de fogo, o que é a segunda morte.

VERSÍCULOS 9-14: Então, veio um dos sete anjos que têm as sete taças cheias dos últimos sete flagelos e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei a noiva, a esposa do Cordeiro; e me transportou, em espírito, até a uma grande e elevada montanha e me mostrou a santa cidade, Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, a qual tem a glória de Deus. O seu fulgor era semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspé cristalina. Tinha grande e alta muralha, doze portas, e, junto às portas, doze anjos, e, sobre elas, nomes inscritos, que são os nomes das doze tribos dos filhos de Israel. Três portas se achavam a leste, três, ao norte, três, ao sul, e três, a oeste. A muralha da cidade tinha doze fundamentos, e estavam sobre estes os doze nomes dos doze apóstolos do Cordeiro.

A esposa do Cordeiro — É positivo este testemunho de que a Nova Jerusalém é a esposa do Cordeiro. O anjo disse claramente a João que lhe mostraria “a noiva, a esposa do Cordeiro”. Podemos estar certos de que o não enganou, mas cumpriu a sua promessa ao pé da letra. Mas tudo o que lhe mostrou foi a Nova Jerusalém, que deve ser portanto a esposa do Cordeiro. Seria desnecessário apresentar provas, se a teologia popular não tivesse torcido tanto as Escrituras, a ponto de lhe dar esta aplicação. A cidade não pode, pois, ser a igreja, porque seria absurdo falar da igreja como tendo um aspecto quadrangular, com um lado norte, um lado sul, um lado leste e um lado oeste. Seria absurdo falar da igreja como tendo um muro grande e alto, e doze portas, três de cada lado dos quatro pontos cardeais. Com efeito, toda a descrição da cidade que é dada neste capítulo seria mais ou menos um absurdo se fosse aplicada à igreja.

Além disso, Paulo, aos Gálatas, fala da mesma cidade, e diz que é a mãe de todos nós, referindo-se à igreja. A igreja não é, pois, a cidade, mas constituída pelos filhos da cidade. O versículo 24 do capítulo que estamos estudando fala das nações dos salvos, que andam à luz desta cidade. Estas nações, que são os salvos, e que na Terra constituem a sua igreja, são distintas da cidade, a cuja luz andam. Deduz-se que a cidade é literal, construída com todos os materiais preciosos aqui descritos.

Mas como pode ser então a esposa do Cordeiro? A Inspiração achou conveniente falar dela sob esta figura e para todo crente na Bíblia isso devia ser suficiente. A figura é apresentada pela primeira vez em Isaías 54. A cidade da nova aliança é aí apresentada. É representada como solitária, enquanto a velha aliança estava em vigor, e os judeus e a velha Jerusalém eram objetos especiais do cuidado de Deus. Mas é-lhe dito que os “filhos da solitária” hão de ser muito mais do que “os filhos da casada”. É-lhe dito adiante: “O teu Criador é o teu marido”. A promessa final do Senhor a esta cidade contém uma descrição muito semelhante à que temos aqui em Apocalipse: “Eis que Eu porei as tuas pedras com todo o ornamento, e te fundarei sobre safiras; e as tuas janelas farei cristalinas, e as tuas portas de rubis, e todos os teus termos de pedras aparáveis. E todos os teus filhos serão discípulos do Senhor” (Isaías 54:11-13).

A esta mesma promessa Paulo se refere e comenta na sua epístola aos Gálatas, quando diz: “Mas a Jerusalém que é de cima é livre, a qual é mãe de todos nós” (Gálatas 4:26), porque no contexto cita esta mesma profecia do livro de Isaías para apoiar a sua declaração. Ali Paulo faz, pois, uma aplicação inspirada acerca da profecia de Isaías, mostrando sob a figura de uma “mulher” uma “esposa” cujos “filhos” seriam multiplicados, o Senhor falava, pelo profeta, da Nova Jerusalém, da cidade celeste, em contraste com a Jerusalém terrestre da Palestina. O Senhor chama-Se a Si próprio o “marido” desta cidade. Temos, ainda, o positivo testemunho de Apocalipse 21 para os mesmos fatos.

Tudo harmoniza com esta opinião. Cristo é chamado o Pai do Seu povo (Isaías 9:6). A Jerusalém celestial é chamada nossa mãe, e nós somos chamados os filhos. Continuando com a figura das bodas, Cristo é representado como o noivo, a cidade como a noiva, e nós, a igreja, como os convidados. Não há confusão de personalidades. Mas a opinião popular, que faz da cidade a igreja, e da igreja a esposa, apresenta a indesculpável confusão de fazer da igreja ao mesmo tempo mãe e filhos, esposa e convidados.

A opinião de as bodas do Cordeiro constituem a inauguração de Cristo, como Rei, ao trono de Davi, e de que as parábolas de Mateus 22:1-14; 25:1-13; Lucas 12:35-37; 19:12-27, se aplicam a esse acontecimento, é ainda confirmada por um conhecido costume antigo. Diz-se que quando uma pessoa tomava a sua posição como governador do povo, e era investida nesse poder, se chamava a isso bodas e o banquete que em geral se seguia chamava-se ceia das bodas. Adam Clarke, em sua nota sobre Mateus 22:2, fala assim:

As bodas de Seu Filho. — Uma festa de bodas é o que significa propriamente a palavra *gamous*. Ou uma festa de inauguração, quando o seu filho tomou posse do governo, e assim ele e seus novos súditos se casaram [Ver 1 Reis 1:5-9, 19, 25, etc., onde essa festa é mencionada] (Idem, vol. 1, nota sobre Mateus 22:2).

Muitos críticos eminentes compreendem esta parábola como indicando a entrega que o Pai faz do Seu reino messiânico ao Filho.

Uma cidade cristã — O fato de os nomes dos doze apóstolos estarem nos fundamentos da cidade demonstra que é uma cidade cristã e não judaica. Os nomes das doze tribos nas portas dão a entender que os salvos de todas as épocas são contados como pertencendo a alguma das doze tribos, porque todos hão de entrar na cidade por uma dessas doze portas. Este fato explica os exemplos em que os cristãos são chamados Israel e mencionados como as doze tribos, como em Romanos 2:28, 29; 9:6-8; Gálatas 3:29; Efésios 2:12, 13; Tiago 1:1; Apocalipse 7:4.

VERSÍCULOS 15-18: Aquele que falava comigo tinha por medida uma vara de ouro para medir a cidade, as suas portas e a sua muralha. A cidade é quadrangular, de comprimento

e largura iguais. E mediu a cidade com a vara até doze mil estádios. O seu comprimento, largura e altura são iguais. Mediu também a sua muralha, cento e quarenta e quatro côvados, medida de homem, isto é, de anjo. A estrutura da muralha é de jaspe; também a cidade é de ouro puro, semelhante a vidro límpido.

As dimensões da cidade — Segundo este testemunho a cidade está edificada num perfeito quadrado, tendo a mesma medida cada um dos lados. Como João declara, a medida da cidade era de doze mil estádios. Doze mil estádios, a razão de 185 metros por estádio, equivalem a 2.220 quilômetros. Pode compreender-se que esta medida seja a de todo o perímetro da cidade e não apenas de um lado. Segundo Kitto, parece ter sido este o antigo método de medir cidades. Tomava-se todo o perímetro, e essa era a medida da cidade. Segundo esta regra, a Nova Jerusalém teria 555 quilômetros em cada lado. O seu comprimento, largura e altura são iguais. Por esta linguagem levantou-se a dúvida se a cidade seria tão alta como larga e extensa. A palavra traduzida por iguais é *isos*, e pelas definições dadas por Liddell e Scott, sabemos que pode ser usada para sugerir a ideia de proporção; assim teríamos que a altura era proporcional ao comprimento e largura.

Greenfield, ao definir uma de suas palavras compostas, *isotes*, lhe dá o sentido de igual proporção, e faz referência a 2 Coríntios 8:13, 14 como exemplo de uma passagem onde esta definição é admissível. E esta ideia é confirmada pelo fato de que o muro só tinha 144 côvados de altura. Atribuindo-se o valor de meio metro ao côvado, o muro teria aproximadamente 72 metros de altura. Se a cidade é tão alta como comprida e larga, isto é, 555 quilômetros, este muro de apenas 72 metros seria em comparação extremamente insignificante. É provável, portanto, que a altura dos edifícios da cidade seja julgada pela altura do muro, que nos é dada em palavras bem claras.

A estrutura do seu muro era de jaspe. Jaspe é uma pedra preciosa geralmente descrita como de “uma linda cor, verde brilhante, por vezes tendo nuvens brancas com manchas amarelas.” Compreendemos que este seja o material do principal corpo do muro, construído sobre os doze fundamentos a seguir descritos. Lembremos que este muro de jaspe era “uma pedra preciosíssima” (versículo 11), revelando todas as glórias do seu interior.

VERSÍCULOS 19, 20: Os fundamentos da muralha da cidade estão adornados de toda espécie de pedras preciosas. O primeiro fundamento é de jaspe; o segundo, de safira; o terceiro, de calcedônia; o quarto, de esmeralda; o quinto, de sardônio; o sexto, de sárdio; o sétimo, de crisólito; o oitavo, de berilo; o nono, de topázio; o décimo, de crisópraso; o undécimo, de jacinto; e o duodécimo, de ametista.

Uma cidade literal — Se considerarmos esta descrição como exclusivamente metafórica, como fazem a grande maioria dos que professam ensinar a Bíblia, e lhe damos um sentido espiritual, de modo que esta cidade seja tida

como coisa etérea e inexistente, quão descabidas parecem ser estas minuciosas descrições. Mas se a tomarmos, segundo o evidente desígnio do autor, em sua significação natural e óbvia, e considerarmos a cidade como o profeta evidentemente pretendia que a considerássemos, como mansão literal e tangível, nossa gloriosa herança, cujas belezas havemos de ver com nossos próprios olhos, como é exaltada a glória da cena!

Embora o homem mortal, por si mesmo, não possa conceber a grandiosidade das coisas que Deus preparou para os que O amam, é a esta luz que os homens se podem deleitar na contemplação das glórias da mansão futura. Gostamos de nos deter nessas descrições que nos dão a ideia da beleza que caracterizará nossa mansão eterna. Ao nos deixarmos absorver na contemplação de uma herança tangível e certa, a coragem renasce, reaviva-se a esperança, e a fé empluma suas asas. Com gratidão para com Deus por nos permitir obter entrada nas mansões dos remidos, resolvemos de novo, apesar do mundo e de todos os seus obstáculos, encontrar-nos entre os participantes da alegria proposta. Contemplemos, pois, as preciosas pedras fundamentais daquela grande cidade, através de cujas portas de pérolas o povo de Deus pode esperar entrar em breve.

Embora muitas autoridades em gemas asseverem que é difícil identificar as pedras preciosas da Bíblia, a seguinte descrição, feita por Moisés Stuart dá-nos certa ideia da beleza e variedade das cores que há nos fundamentos da cidade.

O glorioso fundamento —

A palavra adornados pode suscitar aqui a dúvida se o escritor quer dizer que nas várias camadas do fundamento só aqui e ali estavam engastadas pedras preciosas ornamentais. Mas olhando para a descrição em conjunto não me parece que este tenha sido o seu significado.

O Jaspe, como já vimos, é geralmente uma pedra de cor verde, transparente, com veios vermelhos, mas há muitas variedades.

A safira é de uma bela cor azul celeste, quase tão transparente e cintilante como o diamante.

A calcedônia parece ser uma espécie de ágata, ou mais propriamente o ônix. O ônix dos antigos era provavelmente de um branco azulado ou translúcido.

A esmeralda é de um verde vivo, e segue ao rubi em dureza.

A sardônica é uma mistura de calcedônia e de cornalina. Esta última é de cor vermelha escura.

O sárdio é provavelmente a cornalina. Por vezes, porém, o vermelho é muito vívido. “O crisólito, como o próprio nome indica, é de cor

amarela ou dourada, e é transparente. Nele foi provavelmente inspirada a ideia do ouro transparente que constitui o material da cidade.

O berilo é de cor verde marinho.

O topázio de hoje é descrito como sendo amarelo, mas o dos antigos parece ter sido verde pálido. [...]

O crisópraso era de um amarelo pálido e esverdeado, como a certas cebolas; atualmente classificado como topázio.

O jacinto é de cor vermelha carregada ou violeta.

A ametista é uma pedra de grande dureza e brilho, de cor violeta, e que se encontra geralmente na Índia.

Ao olhar para estas várias classes, vemos que as quatro primeiras são de tom verde ou azulado; a quinta e a sexta, de tom vermelho ou escarlate; a sétima, de tom amarelado; a oitava, a nona e a décima, de diferentes matizes do mais claro verde; a undécima e a duodécima, de um vermelho escarlate ou brilhante. Há, portanto, uma classificação nesta disposição de cores, uma mistura não muito diferente da disposição do arco-íris, embora mais complexa (Moses Stuart, *A Commentary on the Apocalypse*, vol. 2, p. 383, 384).

VERSÍCULO 21: As doze portas são doze pérolas, e cada uma dessas portas, de uma só pérola. A praça da cidade é de ouro puro, como vidro transparente.

As portas de pérola — A bela cidade de Deus construída com os materiais mais preciosos que existem na Terra, é apropriadamente descrita como tendo portas de pérola. Mais ainda, a Escritura diz que cada porta é uma pérola. Com os reflexos e o resplendor das cores formosas que contêm os fundamentos, estas portas abrem-se de par em par, dando as boas-vindas aos remidos em seu lar eterno.

As ruas de ouro puro — Neste verso, como também no verso 18, diz-se que a cidade é construída de ouro puro, semelhante a vidro puro, ou seja, vidro transparente. Não é necessário concluir desta linguagem que o ouro seja por si mesmo transparente. Imagine-se, um momento, qual seria o aspecto de uma rua assim pavimentada. Os suntuosos palácios de ambos os lados refletir-se-iam, e a ilimitada expansão dos céus apareceria também espelhada, de modo que, ao que andasse por essas áureas ruas, pareceria que tanto ele como a cidade estavam suspensos entre as infinitas alturas e as insondáveis profundidades, enquanto as moradas de ambos os lados da rua, tendo iguais poderes de reflexão, maravilhosamente multiplicariam tanto palácios como pessoas, e

concorreriam para tornar toda a cena nova, agradável, bela e grandiosa acima de tudo quanto se possa conceber.

VERSÍCULO 22: Nela, não vi santuário, porque o seu santuário é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro.

O templo vivo — Com o templo está relacionada a ideia de sacrifício e de obra de mediação, porém quando a cidade for localizada na Terra não se realizará essa obra. Já não haverá necessidade de símbolo externo de uma tal obra. Mas o templo na velha Jerusalém, além de ser um lugar para a oferta de sacrifícios, constituía a beleza e a glória do lugar. Como para antecipar a pergunta do que constituiria o ornamento e glória da nova cidade se não houvesse ali templo, o profeta responde: “O seu santuário é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro”.

VERSÍCULOS 23-27: A cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade, pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada. As nações andarão mediante a sua luz, e os reis da terra lhe trazem a sua glória. As suas portas nunca jamais se fecharão de dia, porque, nela, não haverá noite. E lhe trarão a glória e a honra das nações. Nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira, mas somente os inscritos no Livro da Vida do Cordeiro.

Ali não haverá noite — É só na cidade, provavelmente, que não haverá noite. Haverá sem dúvida dias e noites na nova Terra, mas serão dias e noites de incedível glória. O profeta, falando desse tempo, diz: “E será a luz da Lua como a luz do Sol, e a luz do Sol sete vezes maior, como a luz de sete dias, no dia em que o Senhor ligar a quebradura do Seu povo e curar a chaga da sua ferida” (Isaías 30:26). Mas se a luz da Lua, naquele estado, é como a luz do Sol, como pode dizer-se que ali não há noite? A luz do Sol será sete vezes maior, de maneira que, embora a noite seja como o nosso dia, o dia será sete vezes mais luminoso, tornando ali tão assinalado o contraste entre o dia e a noite, talvez como agora, mas ambos serão incedivelmente gloriosos.

O versículo 24 fala de nações e reis. As nações são as dos salvos, e todos nós seremos reis, em certo sentido, no estado da nova Terra. Possuiremos um “reino” e haveremos de reinar para todo o sempre.

Mas segundo algumas parábolas de nosso Salvador, como em Mateus 25:21, 23, parece que alguns ocuparão em sentido especial a posição de governadores, e poderão, assim, chamar-se reis da Terra em relação às nações dos salvos. Estes levam à cidade a sua glória e honra, quando aos sábados e luas novas ali subirem para adorar a Deus (Isaías 66:22).

Leitor, deseja você uma parte nas infáveis e eternas glórias desta cidade eterna? Cuide então para que o seu nome esteja escrito no livro da vida do Cordeiro, porque só poderão entrar ali aqueles cujos nomes estejam nesse “livro de honra” celestial.

Apocalipse 22 — Afinal Reina a Paz

VERSÍCULOS 1, 2: Então, me mostrou o rio da água da vida, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro. No meio da sua praça, de uma e outra margem do rio, está a árvore da vida, que produz doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a cura dos povos.

O anjo continua a mostrar a João as maravilhosas coisas da cidade de Deus. No meio da rua da cidade estava a árvore da vida.

A rua principal — A palavra traduzida por praça é plateias no grego e significa rua principal. Ainda que a palavra rua seja aqui usada no singular, precedida pelo artigo definido “a”, não se deve supor que na cidade haja apenas uma rua, porque há doze portas, e deve haver sem dúvida uma rua levando a cada porta. Mas a rua de que aqui se fala é a rua principal ou a grande avenida.

O rio da vida — A árvore da vida está no meio desta rua, mas está de cada um dos lados do rio da vida. Por isso o rio da vida está também no meio da rua da cidade. Este rio procede do trono de Deus. O quadro assim apresentado perante a mente é o seguinte: O glorioso trono de Deus na extremidade desta rua principal ou avenida; desse trono flui o rio da vida através do centro da rua; e a árvore da vida cresce de ambos os lados, formando um arco alto e magnífico sobre essa majestosa corrente e estendendo até ao longe seus vivificantes ramos. Não temos meios para determinar quão larga seja esta rua, mas é fácil perceber que uma cidade com 2.200 quilômetros de perímetro, estaria em condições de dedicar um amplo espaço à sua grande avenida.

A árvore da Vida — Mas como pode a árvore da vida ser apenas uma árvore e estar de ambos os lados do rio? É evidente que há apenas uma árvore da vida. Desde Gênesis até Apocalipse só se fala de uma árvore da vida. Para estar ao mesmo tempo de ambos os lados do rio tem de ter mais do que um tronco, e nesse caso tem de estar unida nos seus ramos superiores, de modo a formar apenas uma árvore. João, arrebatado em visão pelo espírito, ao ser-lhe apresentado um quadro minucioso desse maravilhoso objeto, diz que estava em ambos os lados do rio.

A árvore da vida produz doze espécies de fruto, e dá o seu fruto de mês em mês. Este fato derrama luz sobre a declaração de Isaías 66:23, que toda carne irá “desde uma lua nova até a outra” adorar perante o Senhor dos exércitos. A frase grega que encontramos no versículo em pauta é: *katá mena hékaston*, “cada mês”.

A Septuaginta diz em Isaías *men ek menos*, “de mês em mês”. Os remidos de mês em mês vão à santa cidade para comer do fruto da árvore da vida. Suas

folhas são para a saúde das nações, literalmente, para o *serviço* das nações. Isto não se pode compreender como implicando que alguém entrará na cidade numa condição doentia ou deformada que necessite de cura, porque isso nos levaria à conclusão de que haverá sempre ali pessoas nessa condição, pois não temos motivo para entender que o serviço das folhas, qualquer que ele seja, não será perpétuo como o consumo do fruto. Mas a ideia de doença e deformidade no estado imortal é contrária às declarações expressas de outras passagens das Escrituras. “Nenhum morador de Jerusalém dirá: Estou doente” (Isaías 33:24).

VERSÍCULO 3: Nunca mais haverá qualquer maldição. Nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão.

Esta linguagem refere-se tanto a Deus, o Pai, como ao Filho. Os sinais de maldição, os miasmas mortais, e as terríveis cenas de desolação e ruína não mais se verão sobre a Terra. Toda brisa será suave e vivificante, toda cena bela e todo som musical.

VERSÍCULO 4: Contemplarão a sua face, e na sua frente está o nome dele.

A frase: “Contemplarão a Sua face”, refere-se à face do Pai, porque Ele é Aquele cujo nome está em suas testas, e que é o Pai, e o sabemos pelo capítulo 14:1. Será um cumprimento da promessa que se encontra em Mateus 5:8: “Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus”.

VERSÍCULOS 5-7: Então, já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos. Disse-me ainda: Estas palavras são fiéis e verdadeiras. O Senhor, o Deus dos espíritos dos profetas, enviou seu anjo para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer. Eis que venho sem demora. Bem-aventurado aquele que guarda as palavras da profecia deste livro.

Encontramos aqui de novo a declaração de que não haverá noite na cidade, porque o Senhor Deus será a sua luz. O próprio Cristo, por meio de Quem nos chegaram todas estas declarações, repete a promessa que foi a esperança dos homens através dos séculos: “Eis que venho sem demora.” Guardar as palavras da profecia deste livro é obedecer às ordens relacionadas com a profecia, como em Apocalipse 14:9-12.

VERSÍCULOS 8-12: Eu, João, sou quem ouvi e viu estas coisas. E, quando as ouvi e vi, prostrei-me ante os pés do anjo que me mostrou essas coisas, para adorá-lo. Então, ele me disse: Vê, não faças isso; eu sou conservo teu, dos teus irmãos, os profetas, e dos que guardam as palavras deste livro. Adora a Deus. Disse-me ainda: Não seles as palavras da profecia deste livro, porque o tempo está próximo. Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo; o justo continue na prática da justiça, e o santo continue a santificar-se. E eis que venho sem demora, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras.

Para observações sobre os versículos 8 e 9, ver comentários sobre Apocalipse 19:10. No versículo 10 é dito a João que não sele as palavras da profecia deste livro. A teologia popular de nossos dias diz que o livro está selado. Isto significa uma de duas: ou João desobedeceu às suas instruções, ou a teologia acima referida considera o assunto com os olhos fechados pelo “espírito de profundo sono” (Isaías 29:10-14).

O verso 11 prova que antes da vinda de Cristo termina o tempo de graça e que os casos de todos estão inalteravelmente fixados, porque logo no versículo seguinte Cristo diz: “E eis que venho sem demora” Que perigosa presunção é pretender, como alguns, que haverá um tempo de prova mesmo depois desse acontecimento! Cristo traz o Seu galardão para dar a cada um segundo as suas obras, o que constitui outra prova concludente de que não pode haver tempo de graça depois daquele acontecimento, porque todos os vivos ímpios, os “que não conhecem a Deus”, os pagãos, e os “que não obedecem ao Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo!, os pecadores de países cristãos (2 Tessalonicenses 1:8), serão visitados com repentina destruição por Aquele que então vem como labareda de fogo para tomar vingança dos Seus inimigos.

A declaração do versículo 11 assinala o fim do tempo de graça, que é o fim da obra de Cristo como Mediador. Mas o assunto do santuário nos ensina que esta obra termina com o exame dos casos dos vivos no juízo investigativo. Quando este termina pode ser pronunciado o decreto irrevogável.

VERSÍCULOS 13, 14: Eu sou o Alfa e o Ômega, o primeiro e o último, o princípio e o fim. Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos, para que tenham direito à árvore da vida, e possam entrar na cidade pelas portas (Bíblia Almeida 1848).

Cristo é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, do grande plano da salvação. Cristo aplica aqui a Si próprio o nome de Alfa e Ômega. Aplicada a Ele, a expressão deve ser tomada num sentido mais limitado do que quando aplicada ao Pai, como sucede no capítulo 1:8. O versículo 14, como notamos atrás, apresenta a linguagem de Cristo. Os mandamentos de que Ele fala são os de Seu Pai.

A guarda de Seus mandamentos — Só se pode referir aos Dez Mandamentos dados no Monte Sinai. Ele pronuncia uma bênção sobre os que os guardam. Assim, no capítulo final da Palavra de Deus, e prestes a terminar o último testemunho que a Testemunha fiel e verdadeira deixa ao Seu povo, solenemente pronuncia uma bênção sobre os que guardam os mandamentos de Deus. Que os que crêem na abolição da Lei considerem sinceramente o decisivo alcance deste importante fato.

Em vez de dizer “Bem-aventurados os que guardam os Seus mandamentos”, algumas traduções, inclusive a versão revista e atualizada, têm: “Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras”. Sobre este ponto, Alford tem esta nota:

A diferença nos textos é curiosa. No original as expressões poiountes tas entolas autou e plunontes tas stolas auton podem ser facilmente confundidas, tomando-se uma pela outra (Henrique Alford, *The New Testament for English Readers*, on Rev. 22:14, p. 1.100).

Em vista de que as palavras e letras de ambas as frases são parecidas de modo tão surpreendente, não é de estranhar que se ache esta divergência. Mas parece haver boa evidência de que a primeira seja a original, e de que a última seja uma variante devida a erro dos copistas. Assim, o Novo Testamento Siríaco, uma das mais antigas traduções do original grego, reza segundo a versão comum inglesa: “Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos.” E Cipriano, cujos escritos são anteriores a qualquer manuscrito grego existente, cita o texto como dizendo: “Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos” (*The Treatises of Cyprian*, 12, *Ante-Nicene Fathers*, vol. 5, p. 525). Portanto, podemos estar seguros de que estas são as expressões originais.

VERSÍCULO 15: Fora ficam os cães, os feiticeiros, os impuros, os assassinos, os idólatras e todo aquele que ama e pratica a mentira.

Na Bíblia cão é símbolo de homem desavergonhado e impudente. Quem desejaria ser deixado na companhia daqueles cuja sorte é fora da cidade de Deus? Todavia quantos serão condenados como idólatras, quantos como os que cometem a mentira, e quantos por ter amado a mentira e ter-se deleitado nela e fazê-la circular.

VERSÍCULO 16: Eu, Jesus, enviei o meu anjo para vos testificar estas coisas às igrejas. Eu sou a Raiz e a Geração de Davi, a brilhante Estrela da manhã.

Jesus testifica estas coisas nas igrejas, mostrando que todo o livro do Apocalipse é dado às sete igrejas, o que constitui outra prova evidente de que as sete igrejas representam a igreja através de toda a era cristã. Cristo é a geração de Davi, visto que apareceu na Terra na linhagem dos descendentes de Davi. Ele é a raiz de Davi, enquanto é o grande protótipo de Davi e o Autor e Mantenedor de todas as coisas.

VERSÍCULO 17: O Espírito e a noiva dizem: Vem! Aquele que ouve, diga: Vem! Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida.

Assim, são todos convidados a vir. O amor do Senhor pela humanidade não ficaria satisfeito só em preparar as bênçãos da vida eterna, em abrir-lhes o caminho, e em anunciar-lhes que todos os que quiserem podem vir, mas envia um fervoroso convite para virem. Apresenta como um favor feito a Si próprio se as pessoas quiserem vir e participar das infinitas bênçãos providas pelo infinito amor. Quão gracioso, pleno e gratuito é o Seu convite! Nenhum dos que se vierem a perder terá jamais ocasião de se queixar de que as provisões feitas

para sua salvação não foram suficientes. Eles nunca poderão objetar com razão que não lhes foi dada luz para lhes mostrar o caminho da vida. Nunca poderão alegar que os convites e apelos que a Misericórdia lhes faz para se converterem e viverem não foram suficientemente plenos e livres. Desde o próprio início Deus exerceu tanto poder quanto podia sem tirar do homem seu caráter de livre agente moral, a saber, um poder a atraí-lo para o Céu e a elevá-lo do abismo em que caiu. “Vem!” tem sido o apelo do Espírito, que procedeu dos lábios do próprio Deus, dos lábios dos Seus profetas, dos lábios dos Seus apóstolos, e dos lábios de Cristo, mesmo quando, em Sua infinita compaixão e humildade, Ele estava pagando a dívida da nossa transgressão.

A última mensagem de misericórdia que agora está sendo proclamada é outra expressão final da divina paciência e compaixão. “Vem”, é o convite que ela faz. “Vem”, porque tudo está preparado. Assim, quando virem Abraão, Isaque e Jacó no reino de Deus, e eles próprios rejeitados, não poderão acusar ou censurar ninguém mais do que a eles próprios. Sentirão com toda amargura, porque chegará o tempo em que se cumprirá ao pé da letra a descrição da condenação dos perdidos.

A esposa também diz: “Vem” — Se a esposa é a cidade, como pode ela dizer: “Vem”? Se pudéssemos ser fortalecidos para contemplar as vivas glórias da cidade e sobreviver, e nos fosse permitido olhar para a sua deslumbrante beleza, e nos fosse garantido que tínhamos perfeito direito a entrar nela e desfrutar de sua glória para sempre, não nos diria ela então “Vem”, com uma persuasão irresistível”? Quem de nós, ao vê-la, poderia voltar para trás, e dizer: Não desejo uma herança ali?

Mas ainda que não possamos olhar agora para a cidade, a infalível palavra de Deus prometeu-a e isso é suficiente para nos inspirar fé implícita e viva. Por intermédio dessa fé ela nos diz: Venha, se você quer herdar mansões onde a doença, a tristeza, a dor e a morte jamais poderão entrar; se você quer ter direito à árvore da vida, e colher o seu fruto imortal, comer e viver; se você quer beber da água do rio da vida, que corre do trono de Deus, claro como o cristal. Venha, se você quer obter, através daquelas cintilantes portas de pérolas, entrada franca na cidade eterna; se você quer andar em suas ruas de ouro transparente; se você quer contemplar as resplandecentes pedras de seus fundamentos; se você quer ver o Rei em Sua beleza no Seu trono. Venha, se você quer cantar o jubiloso cântico de milhões e partilhar sua alegria. Venha, se você quer unir-se às antífonas dos remidos, com suas melodiosas harpas, e saber que o seu exílio passou para sempre e esta é a sua pátria eterna. Vem, se você quer receber uma palma de vitória e saber que você é para sempre livre. Venha, se você quer trocar as rugas da tua cansada frente por uma coroa ornada de jóias. Venha, se você quer ver a salvação de miríades de resgatados, a glorificada multidão que ninguém poderá contar. Venha, se você quer beber da fonte pura da bem-aventurança celestial,

se você quer participar no inefável êxtase que arrebatava as triunfantes hostes ao verem diante de si séculos sem fim de glória e alegria que sempre se renovam.

A esposa diz: “Vem” — Quem de nós pode resistir ao convite? A palavra da verdade garante-nos que se guardarmos os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, teremos direito à árvore da vida, e entraremos pelas portas da cidade. Sentiremos que estamos na casa do nosso Pai, nas moradas que nos foram preparadas, e reconheceremos a plena verdade das alegres palavras: “Bem-aventurados os que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro” (Apocalipse 19:9).

“E quem ouve diga: Vem” — Temos ouvido acerca da glória, da beleza e das bênçãos daquele belo país, e dizemos: Vem. Temos ouvido acerca do rio com as suas verdejantes margens, da árvore com as suas curadoras folhas, dos caramanchões que florescem no paraíso de Deus, e dizemos: Vem. E quem quiser tome de graça da água da vida.

VERSÍCULOS 18, 19: Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro; e, se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa e das coisas que se acham escritas neste livro.

Que é acrescentar ou tirar do livro desta profecia? Tenha-se presente que o objeto da observação é o livro desta profecia, ou o Apocalipse, e por isso referem-se exclusivamente a este livro as palavras acrescentar ou tirar. Só se pode chamar adição a este livro qualquer coisa a ele acrescentada com intenção de se considerar como genuína parte do livro do Apocalipse. Tirar do livro seria suprimir alguma parte dele. Como o livro de Apocalipse não podia chamar-se uma adição ao livro de Daniel, assim, se Deus achasse conveniente dar-nos revelações ulteriores pelo Seu Espírito, isso não constituiria uma adição ao livro de Apocalipse, a não ser que pretendesse constituir uma parte desse livro.

VERSÍCULOS 20, 21: Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente, venho sem demora. Amém! Vem, Senhor Jesus! A graça do Senhor Jesus seja com todos.

A palavra de Deus é dada para instruir-nos em relação ao plano da salvação. A segunda vinda de Cristo deve constituir o auge e desfecho desse grande plano. Vem, portanto, muito a propósito que o livro termine com o solene anúncio: “Certamente, venho sem demora.” Queira Deus que nos unamos com fervorosos corações à resposta do apóstolo: “Amém. Ora, vem, Senhor Jesus”.

Assim termina o volume da inspiração. Termina com aquilo que constitui a melhor de todas as promessas, e a substância da esperança cristã, a volta de Cristo. Serão então ajuntados os escolhidos, e eles se despedirão para sempre de todos os males desta vida mortal. Quão preciosa é esta promessa para o cristão. Enquanto peregrina por este mundo maligno, separado dos poucos que têm a mesma fé como ele, anela pela companhia dos justos, a comunhão dos santos!

Obterá então os seus desejos, pois todos os bons serão ajuntados, não somente de um país, mas de todos os países; não somente de uma época, mas de todas as épocas. Será a imensa colheita de todos os bons, desfilarão em uma procissão comprida e gloriosa, enquanto os anjos cantam a canção da colheita, e nas harpas do Céu ressoam acordes jubilosos. Um cântico nunca antes conhecido no Universo, o cântico dos remidos acrescentará ao júbilo universal suas notas arrebatadoras e melodiosas. Deste modo os santos serão ajuntados, a fim de desfrutarem para sempre a companhia de uns dos outros, “enquanto a glória de Deus, resplendor sem igual, envolve e banha a multidão imortal”.

Esta reunião não contém coisa alguma que não seja desejável. Os fiéis só podem suspirar por ele e orar para que em breve se realize. Como Jó, eles clamam pela presença de Deus. Como Davi, eles não se satisfazem até o dia em que acordarão na sua semelhança. Nesta condição mortal gememos carregados, porque não queremos ser despidos, mas revestidos. Não podemos senão estar ansiosos pela adoção, a saber, a redenção do corpo. Nossos olhos estão abertos pelas suas visões, nossos ouvidos aguardam os sons da música celeste, e nossos corações pulsam na antecipação de suas alegrias infindas. Nosso apetite vai se aguçando pela ceia das bodas. Clamamos pelo Deus vivo, ansiosos por chegarmos à Sua presença. Vem, Senhor Jesus, vem depressa! Não há nova que para nós seja mais agradável do que o anúncio de que o Senhor deu aos anjos a ordem de ajuntar “os seus escolhidos dos quatro ventos do céu”.

O lugar de reunião não é senão atrativo. Ali está Jesus, o mais belo entre dez mil. Ali está o trono de Deus e do Cordeiro, a cujo brilho desaparece o Sol, como desvanecem as estrelas ante a luz do dia. Ali está a cidade de jaspe e ouro, cujo Artífice e Construtor é Deus. Ali está o rio da vida, refletindo a glória de Deus e procedendo do Seu trono com indescritível pureza e paz infinitas. Ali está a árvore da vida, com as suas folhas salutaras e seus frutos que dão vida. Abraão, Isaque e Jacó, Noé, Jó e Daniel, profetas, apóstolos e mártires, a perfeição da sociedade celeste, estará ali. Ali haverá visões de beleza insuperável, prados verdejantes, flores que nunca murcham, rios que nunca secam, variedades de produtos sem fim, frutas que nunca apodrecem, coroas que nunca perdem o brilho, harpas que não conhecem discordância, e tudo o mais de que um gosto purificado do pecado e levado à altura da imortalidade pode imaginar ou julgar desejável — sim, todas estas coisas estarão ali.

A bênção — Temos que estar ali. Devemos alegrar-nos pelo sorriso perdoador de Deus, com Quem fomos reconciliados, e nunca mais pecar. Havemos de ter acesso à inesgotável fonte da vitalidade, ao fruto da árvore da vida e nunca morrer. Havemos de descansar à sombra das suas folhas, que são para saúde das nações, e nunca mais sentir fadigas. Havemos de beber da fonte da vida, e nunca mais sentir sede. Havemos de banhar-nos nas suas águas cristalinas e ser restaurados. Havemos de andar sobre as suas áureas areias, e sentir

que já não mais somos exilados. Havemos de trocar a cruz pela coroa, e saber que terminaram os dias da nossa humilhação. Havemos de depor o cajado e receber a palma, e sentir que a jornada acabou. Havemos de substituir os trajes esfarrapados da nossa peleja pelas vestes brancas do triunfo, e sentir que o conflito terminou e que a vitória foi obtida. Havemos de trocar a veste poeirenta e gasta da nossa peregrinação, pelas vestes gloriosas da imortalidade, e sentir que o pecado e maldição jamais nos podem contaminar. Oh, dia de descanso e triunfo e de todo o bem, não tardes a raiar! Seja cumprida a promessa que nos traz semelhantes glórias incomparáveis.

ORA, VEM, SENHOR JESUS!